XVIII ENCITEC 2022

ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

SOFTSKILLS

Anais do 18° Encontro Científico e Tecnológico da Faculdade Assis Gurgacz de Toledo –PR

Organização
Coordenação de Pesquisa e Extensão - COOPEX
Vanessa Frigotto

Toledo, Paraná, Brasil - FAG/TOLEDO – 24 a 28 de outubro de 2022

EDITORIAL

O ENCITEC – ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO da FACULDADE ASSIS GURGACZ– é o ponto culminante de todo o ano letivo e tradição na comunidade acadêmica da FAG e região. No evento, são apresentados os trabalhos aprovados pela comissão científica, os resultados das pesquisas e projetos de extensão desenvolvidos pelos docentes e discentes da instituição. É um momento de expor e apreciar produções, que são o resultado do que foi construído durante os bimestres, promovendo a interação entre os diversos cursos de graduação, pós-graduação e comunidade externa, aprofundando as reflexões teórico-metodológicas, consolida o trabalho desenvolvido na busca pelo conhecimento e se apresenta como um lugar de construção, de oportunidade para compartilhar valiosas experiências, melhorar as práticas, impulsionar o observar, discutir possibilidades de soluções, mas também motiva a pesquisa e a troca de experiências interdisciplinares. São recepcionadas também as pesquisas e trabalhos da comunidade externa. Momento também de vivenciar estratégias de aprendizagem, reforçando o vínculo entre a instituição e a comunidade externa, atuando em conjunto acadêmicos e docentes, sempre atentos à atualização e buscando excelência na formação ou aperfeiçoamento desses futuros profissionais.

O evento que ocorreu de 24 a 28 de outubro, e contou com a seguinte programação: abertura no Teatro Municipal com o palestrante Cris Dias, e em seguida Jean Matos, sobre o tema que leva o nome do evento. No dia 25, mesas temáticas dos grupos de pesquisa da FAG Toledo com pesquisadores convidados. No dia 26 apresentação dos trabalhos aprovados nas modalidades: Artigo, Resumo Expandido e Relato técnico. No dia 27/10 no Auditório do Colégio La Salle a palestra de Leonard Farah, capitão do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, foi comandante das buscas no desastre de Mariana e Brumadinho (MG), e da Operação Moçambique. Com o tema: “Liderança em cenários extremos”. E no dia 28/10, foi o momento para as apresentações de trabalhos de produção científica, na modalidade banner no Ginásio da Instituição.

O tema do evento *SOFT SKILLS* surge da compreensão de que as mudanças no mercado acontecem de maneira cada vez mais rápida, mudanças estas que afetam as relações de trabalho e passam a exigir novas habilidades dos colaboradores para além das capacidades técnicas, com impacto direto nas relações interpessoais. *Soft skils* implica competências que se relacionam aos comportamentos, personalidade e experiências do colaborador, ou seja, de sua capacidade de lidar com as questões no trabalho e com as pessoas. São suas habilidades socioemocionais, sua habilidade de comunicação, de flexibilidade e adaptabilidade, de gestão do tempo, de trabalhar em equipe, trabalhar sob pressão, gerenciar emoções, solucionar problemas, manter relações sociais e tomar decisões responsáveis, estes são apenas alguns exemplos de *soft skills* que foram aprofundados durante o 18° ENCITEC e que temos obrigação profissional de contribuir na construção e na análise das transformações, propiciando experiências, e discutindo temas relevantes.

Nestes cinco dias, foi possível dividir experiências, compartilhar projetos, na perspectiva de uma formação integral e inovadora, estabelecendo como

prioridade o incentivo a um posicionamento crítico e de resiliência, frente a cenários desafiadores e em constante mudança, como os de hoje.

Por isso, o ENCITEC cumpre duas funções primordiais da nossa instituição de ensino com base na Constituição Federal: “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, portanto a aproximação da comunidade acadêmica com a sociedade e a propagação e o compartilhamento de conhecimentos oriundos não apenas do ensino em sala de aula, mas, principalmente dos projetos de pesquisa e extensão concretizados no decorrer de todo o ano letivo. Não é sem razão que a Constituição Federal determina que a pesquisa e extensão façam parte da construção do conhecimento no ensino superior como os três pilares, que são inseparáveis e essenciais para a construção de uma instituição de ensino superior de qualidade e que atenda às necessidades dos alunos e também da sociedade. Com essas atividades é que se alcança a maturidade e autonomia intelectual necessárias para se construir um profissional ciente das ferramentas que possui e de como pode manuseá-las para melhorar a realidade que o circunda.

A importância do evento reside justamente na missão institucional da FAG que é disseminar conhecimento. Trata-se, ainda, de um momento de intercâmbio de experiências acadêmicas e profissionais que enriquece a formação de todos os alunos, professores e pessoas da comunidade que participam das discussões aqui travadas.

O 18º ENCITEC, que foi realizado em 2022, teve um total de 260 trabalhos submetidos, dentre 04 categorias, e destes, 214 trabalhos foram aprovados para a participação no evento. A qualidade dos trabalhos publicados evidenciou um público consciente do seu papel na sociedade, percebendo, inclusive, que o conhecimento deve ser sempre cultivado e compartilhado.

A organização presta agradecimentos aos que participaram e prestigiaram esse evento. Em especial aos acadêmicos, e aos docentes na qualidade de comissão científica e de avaliação dos trabalhos submetidos, bem como aos pesquisadores convidados para enriquecer as linhas de pesquisas da FAG de Toledo.

Vanessa Frigotto
Coordenadora do XVIII ENCITEC.

Comissão organizadora

Vanessa Frigotto

Coordenação de Pesquisa e Extensão

Comissão científica

I. BACHAREL

ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO

Adroaldo Alfeu Carniel (usuário toledo)

Carli Freitag

Djeimi Angela Leonhardt Neske

Edina Carine de Souza Kinzler

Luciana Elizabete Lenhart

CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO

Edna Heloisa Schaeffer Do Amaral

Leandro De Araújo Crestani

Luciana Elizabete Lenhart

Ruben Gomes De Siqueira

Tatiani Sobrinho Del Bianco

COMUNICAÇÃO SOCIAL PUBLICIDADE E PROPAGANDA - BACHARELADO

Dulce Alves Nakamura

Evandro Luis dos Reis

Leandro de Araujo Crestani

Nattalia Todeschini Vieira

Talita Ferraz

DIREITO - BACHARELADO

Camila Milazzotto Ricci

Carline Cittadin

Douglas Ricardo Pellin

Eduardo Maffei

Leandro César Cequinato

Marco Antonio Batistella Longo

Raquel Lauriano Fink

Saulo Sbaraini Agostini

ENGENHARIA DE SOFTWARE - BACHARELADO

Fernando Giordani

Lucas Dartora

Luiz Carlos Sottomaior De Azevedo

Yan Coltro

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO

Fernando Giordani
Lucas Dartora
Luiz Carlos Sottomaior De Azevedo
Yan Coltro

II. LICENCIATURA

LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E INGLÊS - LICENCIATURA

Angela Maria Cottica
Janice Salvador
Jerri Antonio Langaro
Leandro Crestani
Maria Lourdes de Moura

LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS - LICENCIATURA

Angela Maria Cottica
Janice Salvador
Jerri Antonio Langaro
Leandro Crestani;
Maria Lourdes de Moura.

PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Edna Schaeffer
Gabriel A.G. Paiva
Leandro Crestani
Pedro Webler
Valdinei Arboleya

III. CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA

EM AGRONEGÓCIO – TECNÓLOGO

Cassiano Rossetto
Cristiani Belmonte
Djeimi Angela Leonhart Neske
Dulce Da Silva Nakamura

DESIGN GRÁFICO – TECNÓLOGO

Dulce Alves Nakamura
Evandro Luis dos Reis
Leandro de Araujo Crestani
Nattalia Todeschini Vieira
Talita Ferraz

GESTÃO FINANCEIRA – TECNÓLOGO

Carli Freitag

Edina Carine De Souza Kinzler
Ivan Vieira Da Silva
Jose Aparício Cáceres

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS – TECNÓLOGO

Adroaldo Alfeu Carniel
Antonio Carlos Chidichima
Djeimi Angela Leonhardt Neske
Dulce Alves Da Silva Nakamura
Ivan Vieira Da Silva
Jean Carlos Berwaldt

PROCESSOS GERENCIAIS – TECNÓLOGO

Adroaldo Alfeu Carniel
Antonio Carlos Chidichima
Djeimi Angela Leonhardt Neske
Dulce Alves Da Silva Nakamura
Ivan Vieira Da Silva
Jean Carlos Berwaldt

AVALIADORES DE TRABALHOS

Adroaldo Alfeu Carniel
Aldenir Pedro Soster
Anai Licia Bassi Carloto
Andressa Thiemy Balbino Fujiki
Angela Maria Cottica
Anna Caroline Priebe
Antonio Carlos Chidichima
Bruna Scheidt
Bruno Raffi
Camila Milazzotto Ricci
Carli Freitag
Carline Mayara Cittadin
Cassiano Rossetto
Charles Alberi Schneider
Cristiani Belmonte
Denise Francielle Dumke De Lima
Djeimi Angela Leonhardt Neske
Douglas Ricardo Pellin
Dulce Alves Da Silva Nakamura
Edina Carine De Souza Kinzler
Edna Heloisa Schaeffer Amaral
Edson Jose Perlin
Eduardo Maffei
Evandro Reis
Fernando Giordani
Francine Zortea Franco

Gabriel De Abreu Goncalves De Paiva
Gilmar Jose Camargo
Ivan Vieira Da Silva
Ivo Henrique Bairros
Janice Aparecida De Souza Salvador
Jaqueline Lais De Salles
Jean Carlos Berwaldt
Jerri Antonio Langaro
Jose Joaquin Aparicio Caceres
Kareem Santucci
Leandro Cesar Cequinato Da Silva
Leandro De Araujo Crestani
Lucas Dartora
Lucas François Queiroz
Luciana Elizabete Lenhart
Luiz Sottomaior Azevedo
Marco Antonio Batistella
Maria Lourdes De Moura
Nattalia Todeschini Vieira
Paula Guimaraes Bugs
Pedro Aloisio Webler
Raquel Lauriano Rodrigues Fink
Ricardo Canan
Ruben Gomes De Siqueira
Saulo Sbaraini Agostini
Talita Ferraz
Tatiani Sobrinho Del Bianco
Tiago Brito Santana
Valdinei Jose Arboleya
Valmir De Souza
Wanderlei Hoffmann
Wilson Nunes Da Luz
Yan Carlos Coltro
Yegor Moreira

Convidados Externos – Grupos e Linhas de Pesquisa
Ana Carolina Clivatti Ferronato
Ana Karine Braggio
Ana Paula Bosco
Carlito Junior Baessa
Carlos Renato Moiteiro
Egressa Luísa Gabrielli De Lima;
Egresso Marcelo Rafael Bourscheit
Stephan Schaedler Sprengel

Mesas de temáticas dos Grupos de Pesquisa
“Empreendedorismo feminino”
“Agronegócio digital”
"A formação de docentes na modernidade líquida"

“Educação, trabalho docente e novas tecnologias”
"História, discurso, poder: a contribuição do pensamento de Michel Foucault para o diagnóstico do presente"

Cerimônia de abertura

Álvaro Soares
Vanessa Frigotto
Janice Salvador
Ildo Bombardelli
Cristiano Dias
Jean Matos

Cursos de Graduação participantes

Administração - Bacharelado
Ciências Contábeis - Bacharelado
Comunicação Social Publicidade E Propaganda - Bacharelado
Direito - Bacharelado
Engenharia De Software - Bacharelado
Sistemas De Informação - Bacharelado
Letras - Língua Portuguesa E Inglês - Licenciatura
Letras - Língua Portuguesa E Libras - Licenciatura
Pedagogia - Licenciatura
Em Agronegócio – Tecnólogo
Design Gráfico – Tecnólogo
Gestão Financeira – Tecnólogo
Gestão De Recursos Humanos – Tecnólogo
Processos Gerenciais – Tecnólogo

Fotos do evento, vídeos das palestras e outras informações:

https://drive.google.com/drive/folders/1-Gr0J_jLNeWGTvPtgSEYEN5TBgDE4OFV?usp=share_link

SUMÁRIO

1. MODALIDADE ARTIGO
2. MODALIDADE RESUMO EXPANDIDO
3. MODALIDADE RELATO TÉCNICO
4. MODALIDADE PÔSTERES



1. MODALIDADE ARTIGO



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

GESTÃO FINANCEIRA DE RECURSOS FAMILIARES

MESTREINER, Anderson[1]
SIEBENEICLER, Juliany[2]
GASPAR, Lucas[3]
KOTZ, Nathalia[4]
afmestreiner@minha.fag.edu.br
jlsiebeneicler@minha.fag.edu.br
lagaspar@minha.fag.edu.br
nakotz@minha.fag.edu.br
Orientador: SILVA, Ivan
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O objetivo desse artigo, é analisar o uso da Gestão Financeira e dos Recursos Familiares. Como as famílias se organizam nos pagamentos das despesas mensais. Quais são os tipos de custos, e qual a importância de educação financeira na vida das pessoas. Busca-se, neste artigo destacar atreves de um estudo bibliográficos nas literaturas, qual a importância da gestão de recursos para a organização das famílias.

Palavras-chave: Gestão, Gastos e Educação.

---

[1]Graduando em Administração no Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG). E-mail: afmestreiner@minha.fag.edu.br

[2]Graduanda em Administração no Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG). E-mail: jlsiebeneicler@minha.fag.edu.br

[3]Graduando em Ciências Contábeis no Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG). E-mail: lagaspar@minha.fag.edu.br

[4]Graduanda em Ciências Contábeis no Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG). E-mail: nakotz@minha.fag.edu.br

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento da sociedade as famílias tiveram que se adaptar as realidades dos períodos e desenvolver a gestão dos recursos domiciliares, buscando garantir a sobrevivência das famílias.

A gestão financeira garante a organização de gastos da família, no Brasil o planejamento financeiro pessoal só foi reconhecido como uma grande importância na vida das pessoas, depois da estabilização da economia.

A utilização do dinheiro e de suma importância para a sobrevivência das pessoas nos moldes atuais e saber usá-lo é primordial para uma boa gestão familiar, garantido a realização de sonhos e desejos da família.

Os gastos estão presentes no cotidiano de todas as famílias e lares. Gasto são definidos como qualquer ação de desembolsar recursos e rendimentos.

Pode ser determinado como um gasto desde o dinheiro usado para adquirir pequenas coisa ou grandes investimentos. Eles podem ser divididos em três grandes tópicos que englobam todas suas variáveis, gasto fixo, gasto variável e gasto arbitrário.

O segredo de uma boa gestão financeira está na educação que se é ensinada de pai para filho. Em um lar em que se é ensinado aos filhos sobre o valor que tem o dinheiro, compõe uma pessoa de valor.

Implementá-la no dia a dia traz benefícios futuros, pois ensinando-os a gastar bem, se faz um planejamento estratégico, levando-os a uma carreira de sucesso.

O que é gestão de recursos

Gestão tem o mesmo contexto que administração. Por meio da organização familiar, pode compreender-se uma inovação na sociedade, que deve ser analisada e estruturada para alcançar além dos seus objetivos emocionais, os financeiros e econômicos. Comandar e administrar a residência é estabelecer recursos e planejamentos para alcançar os resultados estipulados. (ANDRES, 2010).

A gestão financeira familiar é um importante fiscalizador das receitas e dos gastos que uma família desenvolve para determinado período, com o propósito de alcançar seus interesses econômicos e financeiros. Cada indivíduo pensa e age de modo diferente e tal distinção representa diretamente em sua conduta e postura em relação ás finanças pessoais. O

orçamento familiar pode ser composto por três membros: renda, gastos e investimentos. Por tanto para relacionar estes elementos, muitas famílias elaboram planilhas e esquemas para serem fiscalizadas, de modo que os indivíduos obtém uma comparação de dados e informações conseguindo assim colocar em prática pata atingir o objetivo previsto. (HENRIQUE e CLAUDINO, 2020).

Segundo Frankenberg (2003) o planejamento financeiro de uma pessoa e de sua família para uma vida, não está relacionado com a ideia de rigorosidade ou inflexibilidade. De maneira oposta, cada indivíduo pode determinar seus objetivos para si mesmo, mas mantendo em seu pensamento o propósito de batalhar com determinação para alcançar as metas planejadas. (ANDRES, 2010).

Convivemos em uma sociedade em que a liberdade financeira é uma condição de consequência no bem-estar das pessoas e das famílias. A independência financeira não está relacionada com a quantidade de dinheiro, mas sim em ter um autocontrole entre as receitas e as despesas, de maneira que as suas ações não sejam estabelecidas pelas suas dívidas. (MARQUES e NETO, 2016).

No Brasil o planejamento financeiro pessoal só foi reconhecido como uma grande importância na vida das pessoas, depois da estabilização da economia, por meio de 1994. Isso só ocorreu nesse período pois por muitos anos a inflação era descontrolada, fazendo com que as pessoas esquecessem o conhecimento de como controlar suas finanças pessoais. (ANDRES, 2010).

Não é uma atividade comum colocar o planejamento financeiro familiar em prática, pois ocorrem incontáveis imprevistos e indecisões na vida, visto que, motivos como as crises financeiras são acontecimentos constante em um mundo que com o tempo se torna mais globalizado. Essas crises financeiras podem trazer várias consequências causando depressão, baixo-estima, ansiedade e abatimento na sua saúde e em seu bem-estar. Portanto para se ter uma solução, precisamos decidir quem vai liderar as finanças da família, em uma família sempre tem um que é mais organizado e planejado, esse deve se tornar o administrador. (ANDRES, 2010).

Assim sendo aquele que agrega mais características vantajosas deve organizar, planejar e controlar as contas, mas levando em consideração que as decisões precisam ser de todos os envolvidos. (ANDRES, 2010).

> Um bom administrador tem uma vida financeira saudável, sem dívidas, e ainda consegue poupar para realizar seus sonhos. Sabe o que quer e tem controle de suas emoções para não sair do seu planejamento. Vê o dinheiro como um meio de troca que lhe permite atingir seus objetivos com liberdade de escolha e capacidade de negociação. Dá preferência para pagamentos á vista e utiliza o crédito conscientemente, sem se endividar. (TOLEDO, 2010, p.11).

Segundo Cerbasi (2004) as dificuldades financeiras familiares acontecem por conta de alternativas e escolhas erradas. A causa não é dos juros altíssimos que o banco cobra, mas sim da forma que se vive e administra o padrão de vida. As suas ações momentâneas que são agidas através de impulsos podem ser grandes armadilhas, que pode te levar a um verdadeiro pesadelo durante um tempo indeterminado. (ANDRES, 2010).

Para Frankenberg (2003) a ciência do planejamento financeiro pessoal por mais complicada e profunda que possa representar, sempre tem como princípio básico e essencial a reserva para poder confrontar as emergências que surgirão durante os momentos mais trágicos e dificeis da vida. Portanto quanto maiores reservas, melhor é a sua segurança financeira. (ANDRES, 2010).

Luquet e Assef avalia e análisa o seguinte. (ANDRES, 2010).

> Sem orçamento, você simplesmente não sabe para onde vai o seu dinheiro. Orçamento é algo simples que vale muito, mas é impressionante como são poucas as pessoas que o levam a sério. Para planejá-lo, não é preciso um computador último tipo, um software de ponta, nem nada parecido. Com um lápis e papel você pode fazer seu orçamento, que, resumidamente, é definir quanto ganha e quanto gasta. (2006, p.14-15).

O orçamento e essencial para a sobrevivência do controle e vida das famílias, mas conhecer os tipos de gastos e necessário no próximo capitulo iremos analisar o que são gastos fixos e gastos variáveis.

GASTOS FIXOS E VARIAVEIS

Gastos - é o conceito utilizado para descrever as transações financeiras no qual as empresas usufruem de recursos ou tomam uma dívida, em prol de obter bens ou serviços, através do ato de desembolsar ou criando uma dívida futura. É uma definição que engloba diversos itens. Um gasto pode ser um custo, um investimento, uma despesa ou até um

consumo. Por exemplo temos um gasto quando adquirimos um imobilizado, ao comprar uma roupa, ao pagar a conta de luz ou internet do mês. (WERNKE, 2004), (MARION, 2009).

Os gastos podem ser divididos em três tópicos, gastos fixos, gastos variáveis e gastos arbitrários, Na visão de (ANDRES, 2010):

Gastos Fixos engloba-se todos os custos mensais que possuem os mesmos valores, normalmente são gastos indispensáveis, que não podemos se livrar de um dia para o outro. Esses valores são estabelecidos e não possuem alterações, normalmente são valores estabelecidos por um período de um ano. Podemos citar como exemplo a mensalidade da faculdade, o aluguel, taxa de condomínio, entre outros. Esses custos têm tendência a aumentar de ano em ano, por conta que seus valores não são afetados pela conduta dos indivíduos para ameniza-los. Os acréscimos são habitualmente medidos conforme a economia do país varia. (ANDRES, 2010).

Gastos Variáveis se encaixam os gastos mensais, onde os valores podem ser modificados. Eles podem alterar de acordo com o uso e consumo. Podemos citar como custos variáveis: telefone, energia elétrica, cartão de crédito, combustível, entre outros. É de extrema importância, agrupar a família e interceder para que todos contribuem para amenizar um pouco esses custos mensais. Se for possível amenizar uma pequena quantia de cada uma dessas contas, poderá ser obtido um bom montante para começar a investir. (ANDRES, 2010).

Já os Gastos Arbitrários englobam-se nesse tópico todos os gastos que não são mensais, mas são efetuados, são reconhecidos como o inimigo do orçamento. Nesses gastos se encaixam Roupas, restaurante, cinema, teatro, entre outros. O lazer é muito importante e não é preciso deixar de se divertir, mas, se no momento que você efetuar esses gastos, realizar um planejamento, você notará uma grande diferença. Uma ótima sugestão é reservar um valor mensal destinado a esses gastos, e fazer de tudo para não ultrapassar o limite definido. (ANDRES, 2010).

Conhecendo os tipos de gastos fica mais facial desenvolver a educação financeira e controlar os gastos e garantir a sobrevivência das famílias.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O dinheiro é de suma importância para a sobrevivência das pessoas nos moldes atuais. O seu uso deve ser feito de maneira pensada, sem gastos com coisas que não agregam

de fato um valor. Saber usá-lo é primordial para uma boa gestão familiar (fazer cálculos, economizar e investir), pois se gastamos o dinheiro com coisas fúteis, no aperto é que realmente damos valor a falta que ele faz. (ANDRES, 2010).

De acordo com Finocchiaro (2010), os brasileiros estão de fato mais interessados e preocupados na administração financeira familiar, se ajustando e orçando para que as contas caibam de acordos com as receitas.(ANDRES, 2010).

O dinheiro é escasso, isso é, ele não é infinito, por isso fazer bom uso, pensar antes de gasta-lo e aprender a planilha os gastos é fundamento para uma boa gestão. Conforme Toledo (2010, p. 47 10), “fazer seu dinheiro valer mais significa dar a ele o seu devido valor em qualquer situação, evitando desperdícios e perdas e mantendo o controle financeiro através de planejamento, negociação e provisões para o futuro. ” (ANDRES, 2010).

Grande parte das pessoas tem uma opinião errônea em relação ao dinheiro, acreditam que ganhando mais, automaticamente solucionam seus problemas financeiros, mas o grande erro não está em quanto ganha, mas em quanto gasta. (ANDRES, 2010)

Segundo Kiyosaki e Lechter (2000), quanto mais dinheiro se ganha não significa que o problema está resolvido, mas pode aumentá-lo. Muitas vezes ele trás as falhas humanas a público, “é como um holofote sobre o que não sabemos”. E é por isso, que uma pessoa sem o conhecimento de uma boa gestão, ao ganhar uma herança, um aumento salarial ou um prêmio na loteria, por exemplo, volta ao mesmo ponto em que estava, ou até piora sua situação. O dinheiro só evidencia o padrão de gasto. Se sua cabeça está programada a gastar tudo o que ganha, é previsível que só ganhará mais dividas. Por isso, o segredo de uma vida melhor em relação as finanças, está em gastar bem o dinheiro. Ganhar mais do que se gasta e investir o restante, é a solução para se obter o conforto financeiro. (ANDRES, 2010)

O segredo para a boa gestão está na educação, isso se aplica em questões financeiras também. Sabe-se que o maior exemplo para um filho são os pais, tanto negativamente quanto positivamente, pois tudo o que se aprende quando criança, constrói o caráter e a personalidade. Em um lar em que é ensinado aos filhos sobre o valor que tem o dinheiro, que para conquista-lo é preciso esforço e trabalho, compõe uma pessoa de valor. (ANDRES, 2010).

As crianças são movidas sempre a recompensas e desde de cedo precisamos mostrar qual o trabalho para obtenção desse ‘’prêmio’’. Com o dinheiro podemos conquistar sonhos e objetivos, e com isso precisamos demostrar o valor que ele possui, ensinando-as que

precisamos receber ele com dignidade e mérito. Na opinião de Frankenberg (2003) a criança que recebe essas e outras lições desde cedo dos pais, com muito maior probabilidade se tornará um cidadão de sucesso, garantindo para si um futuro financeiro melhor. (ANDRES, 2010).

Importância da educação financeira para as crianças

Além de todo o esforço dos pais em ensinar os filhos a como ser um bom cidadão no mundo, outro papel a desenvolver é demostrar os benefícios que o dinheiro traz a vida, somos movidos a dinheiro, com ele podemos conquistar casa, carros, viagens, lazer. A educação financeira na verdade deve ser demostrada a seus filhos, desde o ensinamento em casa, mais também é fundamental ensiná-las no ensino fundamental, médio e adultos. Implementar ela no cotidiano pode trazer benéficos no futuro das gerações, pois demostrando a gastar com sabedoria, inteligência e segurança, conseguimos fazer um planejamento estratégico levando a eles a uma carreira de sucesso. Para Godfrey e Edwards (2007, p. 97), “ensinar aos seus filhos como gastar dinheiro não será sua tarefa mais difícil como pai; ensiná-los a gastar dinheiro com moderação e inteligência será um verdadeiro desafio.”(ANDRES, 2010).

Importância da educação financeira para os jovens

A juventude pode ser a fase mais complicada na vida financeira de uma pessoa, nessa fase se despertam hábitos, vontades, ciclos de amizades que estão diretamente ligados a dinheiro, onde querem andar na moda, ir em festas, e talvez começar a gastar dinheiro compulsivamente, é a fase onde a implementação de uma educação financeira é mais difícil. Mas em contrapartida, é nessa fase onde começam a dar valor no dinheiro, pois muitas vezes precisam trabalhar para conquistar e obter seus luxos do dia a dia e ajudar nas despesas da sua casa. (ANDRES, 2010).

Mas a realidade dos jovens é diferente, pois existem classes sociais, onde o poder monetário é visto de uma forma distinta. Todos conhecemos pessoas que não dão o valor necessário para o dinheiro, pois ganhou tudo de “mão beijada”, não sabe o que é abrir mão de luxo para pagar despesas, ou trabalhar suado para conquistar um sonho. O dinheiro além dos benefícios, tem seu lado maléfico, que pode acarretar na ambição dos jovens que são movidos

a entrar em uma vida trágica e complicada que vão abrir mão do difícil para conquistar o dinheiro Fácil. (ANDRES,2010).

Concluindo que dinheiro e educação financeira precisa andar em conjunto, deve ter sabedoria e inteligência emocional para acabar não usando de maneira errada. (ANDRES, 2010)

> Como os estudantes deixam a escola sem habilidades financeiras, milhões de pessoas instruídas obtêm sucesso em suas profissões, mas depois se deparam com dificuldades financeiras. Trabalham muito, mas não progridem. O que falta em sua educação não é saber como ganhar dinheiro, mas como gastá-lo – o que fazer com ele depois de tê-lo ganhado. É o que se chama aptidão financeira – o que você faz com o dinheiro depois que o ganhou, como evitar que as pessoas lhe tirem o dinheiro, quanto tempo você o conserva e o quanto esse dinheiro trabalha para você. A maioria das pessoas não descobre o motivo de suas dificuldades financeiras porque não entende os fluxos de caixa. Uma pessoa pode ser muito instruída, bem-sucedida profissionalmente e ser analfabeta do ponto de vista financeiro. Essas pessoas muitas vezes trabalham mais do que seria necessário porque aprenderam a trabalhar arduamente, mas não como fazer o dinheiro trabalhar para elas. (KIYOSAKI e LECHTER, 2000, p. 69-70).

Importância da educação financeira para os adultos

Não se trata apenas de conhecimento técnico sobre o mercado financeiro, taxas e riscos. Trata-se de estar em constante aprendizagem, ir se atualizando de acordo com o guiar do mundo. (ANDRES, 2010)

Com a educação financeira, não importa o quão ganha, mas como gasta. Com isso, uma pessoa que ganha pouco pode realizar mais do que uma pessoa que ganha bastante. Para bom planejamento do uso do dinheiro no futuro, é necessário o consentimento de unidade, isso é aprender que tudo se inicia na unidade. Quem quiser administrar uma grande quantia de dinheiro, deve antes saber gerir uma quantidade baixa. Não fazer bom uso da unidade, é que traz a falência muitas pessoas que ganham dinheiro com loterias e heranças. (ANDRES, 2010)

De modo geral, nós, brasileiros, não damos a menor importância a quantias pequenas, não somos educados para obter grandes resultados partindo da unidade. Esse é um dos motivos – não o único – por que muitas pessoas vivem insatisfeitas, não realizam o que querem na vida e simplesmente culpam a falta de dinheiro. Entre os empresários não é diferente. Vários atribuem a falta de sucesso à falta de dinheiro. (PEREIRA, 2001, p. 60).

> Na Era Industrial, tudo de que precisávamos era um bom emprego ou uma boa profissão. Na Era da Informação, necessitamos de duas habilidades fundamentais: uma para ganhar dinheiro e outra para investir dinheiro, de modo a garantir o futuro.

> Para desenvolver a segunda habilidade, a alfabetização financeira é fundamental. (KIYOSAKI e LECHTER, 2004, p. 249).

O resultado do processo educacional do dinheiro, é a liberdade e tranquilidade para se viver bem o agora. A educação financeira não termina enquanto a pessoa estiver viva. A boa gestão financeira é tão importante quanto a competência profissional. Não basta um trabalho com boa remuneração se fizer mal-uso do dinheiro. (ANDRES, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode se concluir que a Gestão é entendida como um cenário de compreender como administrar as finanças pessoais e familiar. É um elemento muito importante para as ações que envolve gastos, renda e investimentos. A gestão financeira tem seu objetivo na vida das pessoas de gerenciar, desenvolver e elaborar opções de planejamento financeiro, fazendo com que o indivíduo venha apresentar novos comportamentos para poder administrar de forma evolutiva, mantendo em seus pensamentos o propósito de alcançar suas metas planejadas.

Com um bom gestor e organizador na família, atingirá um resultado de uma vida estável e sem dívidas e ainda conseguirá poupar e investir para realizar seus sonhos. Portanto é necessário obter um orçamento para saber aonde vai o seu dinheiro e alcançar uma segurança financeira. Mediante ao exposto observa-se o quão é primordial o controle dos gastos e quando é importante aplicarmos a gestão financeira em nossas vidas, o quanto antes. Tudo ao nosso redor é baseado em gastos, os indispensáveis que se distinguem entre fixos e variáveis, e os arbitrários que apesar de não serem tão relevantes, fazem parte do nosso dia a dia. Através desta divisão de gastos é possível obter-se um planejamento estratégico financeiro mais eficaz, destinando as tais com base em suas respectivas rendas. Essa boa gestão se torna muito mais fácil de aprender quando ensinado desde pequeno, no cotidiano dos lares.

Os maiores exemplos para os filhos são os pais, visto que o que se aprende quando novo, edifica a personalidade e constrói a dignidade, que é passado de geração em geração. Por isso é necessário ensinar qual o real valor do dinheiro, que com ele podemos atingir os objetivos e ensinar também que o grande erro não está em quanto ganha, mas em quanto gasta. Esse ensinamento garantirá a formação de uma pessoa prospera financeiramente,

garantindo um futuro melhor para si e retransmitindo esse ensinamento para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ANDRES, Inês A. **Procedimentos para elaboração do planejamento orçamentário doméstico e do controle de gastos e receitas para uma eficiente gestão financeira familiar**. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: Procedimentos para elaboração do planejamento orçamentário doméstico e do controle de gastos e receitas para uma eficiente gestão financeira familiar (ucs.br). Acesso em: 12 out. 2022.

FINOCCHIARO, Heloisa Ferraz. **Professor alerta: é preciso planejamento e conhecimento para investir**. São Paulo. 11 out. 2010.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável**. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GODFREY, N. S.; EDWARDS, C**. Dinheiro não dá em árvore: como introduzir seus filhos no mundo das finanças**. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

HENRIQUE, E.M. S.; LILIANE, M. G. C. **Gestão financeira familiar.** São Paulo, 2020. Disponível em: Repositório Institucional do Conhecimento do Centro Paula Souza: Gestão financeira familiar (cps.sp.gov.br). Acesso em: 12 out. 2022.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. 63. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MAIA, M. Gestão Financeira Familiar: **Uma pesquisa aplicada**. Curitiba, 2010. Disponível em: Gestão financeira familiar : uma pesquisa aplicada (ufpr.br). Acesso em: 12 out. 2022.

PEREIRA, Glória Maria Garcia. **A energia do dinheiro: estratégias para reestruturar sua vida financeira**. 5. ed. São Paulo: Gente, 2001.

TOLEDO, Elaine. **Seu dinheiro vale muito: os segredos para equilibrar as contas da casa**. São Paulo: Alaúde, 2010.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

LEI SARBANES-OXLEY

FREESE, Guilherme Gilberto - Autor 1
BERNO, Kétlin Thaís - Autor 2
COSER, Thais Gabriela - Autor 3
ktberno@minha.fag.edu.br
Orientador: KINZLER, Edina Carine de Souza
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A lei Sarbanes-Oxley (SOX) é considerada uma das mais rigorosas regulamentações a tratar de controles internos, elaboração de relatórios financeiros e divulgações já impostas às companhias norte americanas, aplicável ainda a todas as empresas estrangeiras com certificados de depósitos admitidos à negociação nas bolsas de valores dos Estados Unidos. Diante deste contexto, este trabalho teve como objetivo contextualizar sobre a lei, desde a sua criação até a sua implementação no Brasil. Metodologicamente, de acordo com os objetivos propostos, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e explicativa.

Palavras-chave: Sarbanes-Oxley, Mercado de Capitais, Credibilidade.

INTRODUÇÃO

Em julho de 2002 foi promulgada a lei de Sarbanes-Oxley nos Estados Unidos, estabelecendo uma das maiores reformas já ocorrida na regulamentação do mercado de capitais norte-americano. A lei foi uma resposta aos escândalos contábeis que envolveram grandes companhias consideradas umas das melhores para se trabalhar, do qual estabeleceu regras para a padronização e aperfeiçoamento dos controles financeiros das empresas que possuem capital negociado na Bolsa de Nova Iorque (NYSE). (Dattos) Com isso, seria necessário recuperar a confiança dos investidores ao mercado financeiro, e precaver os danos que ocorreram na decorrência das fraudes cometidas pelos executivos dessas empresas, como por exemplo, a Enron e WorldCom.

Autor 1 - Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo
Autor 2 - Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo
Autor 3 - Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo
Orientador - Docente Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo



Também conhecida como Lei Sarbanes-Oxley, a SOx foi sancionada em 2002 pelo Congresso dos Estados Unidos para proteger investidores e demais stakeholders dos erros das escriturações contábeis e práticas fraudulentas. A SOx aperfeiçoou governança corporativa e as prestações de contas destas corporações — como, por exemplo, a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, despesas e receitas. A lei SOX controla, além das finanças, os departamentos de tecnologia da informação — sendo que estes serões os responsáveis pelos registros das finanças eletronicamente. A utilização de sofisticadas técnicas e transações para a manipulação de dados dos relatórios financeiros por parte dos executivos chefes das empresas fraudadoras expôs de forma muito clara a fragilidade dos sistemas financeiros e contábeis corporativos. Estes fatos levaram a uma urgente reavaliação dos padrões de governança corporativa, com repercussões que se estendem às regulamentações financeiras, e dos principais padrões para os sistemas financeiros corporativos. Em poucas palavras, o SOX é uma lei que criou um organismo regulador das empresas de auditoria, determinou pena e responsabilidades dos executivos, na ênfase de tentar recuperar o equilíbrio no mercado de capitais. (Crepaldi, 2009)

Aqueles que forem condenados pela SOX estão previstas multas que variam de 1 (um) milhão a 5 (cinco) milhões de dólares e penas de reclusão entre 10 e 20 anos, pois as regras exigidas pela SOX são direcionadas às empresas com capital aberto na NYSE e também em suas filiais, como a economia brasileira que também deverá ter o controle da implantação da legislação Antigamente, a prestação de contas das empresas que participam do mercado americano poderiam ser facilmente maquiadas pelas cooperações, pois eram os executivos eram quem definam as demonstrações financeiras. (Borgerth, 2007)

Conforme Borgerth (2007), o objetivo principal da Lei é incrementar a confiança dos investidores e recuperar o equilíbrio do mercado financeiro, além disso, propõe rígidos padrões, estabelecendo para as corporações mais responsabilidade com relação às informações de confiabilidade.

Levando em consideração as informações citadas, esse artigo tem por objetivo trazer informações sobre a Lei Sarbanes-Oxley como origem, objetivo e sua atuação no Brasil, para aqueles que buscam conhecer mais sobre.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Em meados de 2001, a revelação de manipulações contábeis em uma das empresas mais consagradas dos EUA, a Enron, bombardeou o mercado norte americano, sendo surpreendido por eventos de dimensões globais em virtude de falta de transparência organizacional e fraude corporativa artifícios similares foram expostos como Xerox, Parmalat, Pan-americano, resultando em uma crise de confiança em níveis inéditos, desde a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929. O mercado financeiro reagiu de imediato, as bolsas caíram instantaneamente no mundo inteiro, as técnicas utilizadas para transações e manipulações de dados nos relatórios evidenciaram nitidamente a fragilidade dos sistemas financeiros e contábeis corporativos, fatos estes que levaram a reavaliação dos padrões de governança corporativa devido o desconforto gerado aos investidores do mercado de ações, a intervenção das autoridades para um resposta imediata e apresentação de uma série de ações regulatórias foram introduzidas ao longo de 2002, tanto nos EUA quanto no mundo, inclusive no Brasil, dentre estas determinações destaca-se a Lei Sarbanes-Oxley. (Borgerth, 2007)

Assinada por George Arbusto, presidente do Congresso dos EUA, originado do projeto de lei elaborado pelo deputado Michael Oxley republicano e senador Paul Sarbanes democrata, foi promulgada em 30 de julho de 2002 a lei Sarbanes-Oxley mais conhecida como Sarbox ou SOx, considerada alei que retrata a maior reforma no mercado de capitais americano ela contempla diretrizes e norma rígidas que visam criar um novo ambiente de governança corporativa nas instituições, esta lei é uma reação da legislação americana aos escândalos corporativos financeiros e contábeis e consequentemente a insegurança dos investidores que custaram bilhões

de dólares quando os preços das ações entraram em colapso, impactando a confiança do público nos mercado de valores imobiliários do país, uma lei de governança corporativa que estabelece normas e diretrizes para garantir transparência na gestão empresarial abrangência que envolve colaboradores, firmas de auditorias, comitês, diretoria e presidente, atribuindo severas exigências quanto analise e divulgação das informações financeiras da companhia de capital aberto, visando converter princípios de governança corporativa em lei, a SOX estabelece regras para criação de comitês encarregados de supervisionar suas atividades e operações de modo mitigar riscos ao negócio, evitar a ocorrência de fraudes e assegurar que haja meios de identifica-los quando ocorrerem, garantir a transparência nos relatórios e a qualidade da informação transmitida aos investidores foi cuidado crucial das autoridades norte-americanas diante de tal importância por intermédio de 11 capítulos e 66 seções.

Borgeth (2007, p.19) relata que o objetivo final da lei é “restabelecer o nível de confiança nas informações geradas pelas empresas e, assim, consolidar a teoria dos mercados eficientes, que norteia o funcionamento do mercado de títulos e valores mobiliários”.

A lei Sabanes-Oxley normatizou a governança corporativa de maneira que transpareça a eficácia dos seus controles gerando um conjunto de novas responsabilidades e sanções aos administradores com o objetivo em frustrar praticas exigida expondo as sociedades anônimas em elevados níveis de riscos. A mesma foi normatizada por 11 capítulos e 66 seções como segue a apresentação de forma resumida.

Na apresentação do Capitulo 1 - Public Company Accouting Oversight Boart, trata-se da criação do órgão de supervisão do trabalho dos auditores independentes distribuído em 9 seções a lei determina que seja constituído um comitê de auditoria para inspecionar ou fiscalizar a auditoria das companhias abertas o PCAOB é designado a formação de deveres do comitê de auditoria incumbido de registrar os auditores definido procedimentos e processos específicos de conformidade inspeção

e padrões de preparação de relatórios de auditoria policiamento de conduta controle de qualidade e ele que estabelece investigações ou procedimentos disciplinares sobre as firmas de auditoria independente.

Dessa maneira, no Capitulo 2 - Independência do Auditor, está composto em 9 seções estabelecendo preceitos para a independência dos auditor externo afim de que os conflitos de interesses sejam eliminados postura essa que permite expressar opinião sem influencias que comprometam julgamento profissional permitindo uma ação com objetividade e integridade, este capitulo cita também, o revezamento periódico dos sócios da empresa de auditoria e estabelece que haja uma comunicação continua entre a auditores e comitês, coíbe também que os sócios da empresa de auditoria sejam recompensados por venda de serviços que não estejam dentro do seu âmbito de atuação e dispõem que os comitês aprovem previamente todos os serviços prestados pela firma de auditoria.

No Capitulo 3 - Responsabilidade corporativa, composta por 8 seções, determina que a criação do comitê de auditoria seja constituída por integrantes independentes que deveram supervisionar os processos de elaboração, divulgação e auditoria das demonstrações contábeis, estabelece também que os oficiais principais, diretores executivos e diretores financeiros assumam pessoalmente a responsabilidade pela autenticidade das demonstrações contábeis e ordenam o arquivamento junto à SEC de todas as alterações relevantes efetuadas em seus controles.

Na sequencia, o Capitulo 4 - Aprimoradas divulgações financeiras, está composto por 9 seções, determinado que os relatórios contábeis sejam mundialmente entendidos e bem fundamentados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e que sejam revisados de acordo com as normas da SEC, estabelece que SEC avalie cada relatório afim de identificar transações fraudulentas determina também que o auditor independente deve emitir o relatório distinto que ateste a eficácia e a atuação da administração do estabelecimento e manutenções de controles internos, além da participação dos procedimentos

executados para emissão desses relatórios financeiros, requer a alteração e a adaptações nos externos e internos das organizações evidenciando uma ação de mapeamento de controles internos com o objetivo em identificar falhas e realizar as alterações necessárias em atendimento a lei, este capitulo determina que o comitê de auditoria seja composto por um especialista financeiro e também coíbe empréstimos pessoais para os executivos, presidentes e diretores, além de estabelecer um código de ética para administradores e encarregados das áreas financeiras, trata-se das validações dos controles internos pela administração exige que o presidente e o diretor financeiro da companhia divulguem juntamente com as suas publicações contábeis anuais o relatório sobre a efetividade dos controles internos e suas elaboração.

No Capitulo 5 - Conflitos de interesses de analistas, composto por uma única seção, tratando-se especificamente da independência que se espera dos analistas em relação as suas opiniões quanto a situação atual e as perspectivas futuras da empresa, define-se o código de conduta para analistas de valores mobiliários exigindo a divulgação de conflitos de interesses, este capitulo também determina a SEC o prazo de um ano para regulamentar a profissão de analistas.

De maneira que no Capitulo 6 – Comissão de recursos e autoridade, está composto por 4 seções, definindo praticas para restaurar a confiança dos investidores, estabelecendo poderes e deveres a SEC para impedir ou suspender profissionais do mercado de capitais, pessoas estas consideradas culpadas de uma conduta, em atendimento a lei, a SEC estabelece normas e procedimentos a serem seguidos para adequações de controles internos e admissão de respectivos relatórios. Assegura também a autoridade e o poder punitivo da SEC conferindo-lhe poderes para suspender ou aplicar multas em diretores, auditores e consultores de empresas de capital aberto por tempo indeterminado ou de forma definitiva, define também um orçamento que visa cobrir o aumento das despesas da comissão.

Na apresentação do Capitulo 7 – Estudos e relatórios, composto por 5 seções, trata-se sobre promover poderes a controladoria geral norte-americana e a SEC,

para realizar estudos e investigações sobre órgãos e pessoas envolvidas com mercado de ações, determina a SEC que efetue estudos sobre a conduta de agencias de análise de riscos e de seu papel no mercado de capitais, determina que efetue levantamentos sobre pessoas que se envolvam em má conduta evitando tipos de violações no mercado de capitais.

Dessa forma no Capitulo 8 – Responsabilidade e fraude corporativa e criminal, discorre sobre a responsabilidade e fraude corporativa e criminal composto por 7 seções, determina que todo auditor ao realizar o seu trabalho preserve os documentos utilizados por um período de 5 anos após o período fiscal em que a auditoria foi concluída, descreve também sanções penais especificas para quem conscientemente alterara registros, destruir, esconder, falsificar documentos, que são objetos de investigação ou de alguma forma interferir nas investigações, este terá penalidades que vão de cassação de registro profissional, a multa e prisão até 20 anos.

Reforçando o Capitulo 9 – Aperfeiçoamento da pena do crime de Colarinho Branco, composto por 6 seções, intensifica a responsabilidade da diretoria sobre as demonstrações financeiras, estabelece prazos de prescrição ao direito de ação pertinentes a fraudes e manipulação de informações que abrangem valores mobiliários, também denominada responsabilidade corporativa pelos relatórios financeiros, dispõe que diretores executivos e diretores financeiros assinem e certifique o relatório financeiro, no qual são apresentadas as demonstrações contábeis, considerando desta forma, a falta de certificação dos relatórios financeiros uma ofensa criminal.

No Capitulo 10 – Restituição de impostos corporativos, composto por uma única seção, trata-se das declarações de imposto de renda, determinado que o chefe executivo assine a declaração fiscal da empresa, objetivando a confirmação dos dados apresentados na declaração referente.

E para finalizar o Capitulo 11 – Fraude corporativa e responsabilização, está composto por 7 seções, faz referência a normas e condenação, que fortalece suas

penalidades determinando o aumento das punições, a crimes de alteração, destruição ou omissão de qualquer documento sobre investigação com multa e pena de até 20 anos de prisão. Para executivos envolvidos em fraudes, esta seção da plena autonomia a SEC para vetar a sua presença em conselhos e diretorias de companhias abertas, proíbe também a retaliação de informantes que denunciam fraudes e crimes corporativos, sujeita a multa e pena de até 10 anos de prisão.

Com base nas informações, a implantação da Lei SOX, busca a apresentação e maior transparência dos relatórios, buscando a fundamental importância para os investidores, garantindo qualidade e segurança em suas decisões sobre qual empresa investir, pois as empresas que forem obrigadas tendem-se a proporcionar transparência e segurança aos investidores através de melhorias nas demonstrações dos relatórios financeiros, pois conforme Martins, (2004 p.1) relata que:

> Dentre esses princípios, destaca-se o conceito de “disclosure”, cuja melhor tradução seria “transparência”. Ou seja, a preocupação fundamental das autoridades norte-americanas é garantir a qualidade da informação disponível ao investidor. Assim, para a autoridade reguladora não importa qual a decisão do investidor e, sim, que ele tenha acesso a informações suficientes a respeito da empresa em que pretende investir. (MARTINS, 2004 p.1)

É importante deixar claro que a Lei SOX não afeta somente empresas atuantes no território americano, mas sim empresas do mundo todo, incluindo o Brasil. Qualquer organização que participe do mercado de ações dos Estados Unidos ou queira efetivar registro no SEC (Securities and Exchange Comission), precisa adequar seus processos a Lei Sarbanes-Oxley, estando sujeita às mesmas punições e rigor aplicado às companhias norte-americanas. Atualmente, grandes companhias como a Petrobras, Grupo Pão de Açúcar, Ambev, companhias de aviação como GOL e TAM, de telefonia (TIM, Vivo e Claro), e grandes bancos como Itaú e Bradesco, são alguns dos exemplos de grandes organizações adaptadas às exigências da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). Outro ponto que precisa ficar claro é que o Brasil também caminha no sentido de ampliar o rigor e aumentar a transparência dos controles internos e demonstrativos financeiros de corporações, visando assim, aumentar a segurança de investidores. (Dattos, 2018)



A metodologia utilizada na preparação do presente trabalho é a pesquisa bibliográfica e explicativa, uma vez que já que foi feita com base em materiais já elaborados, constituindo basicamente em livros, artigos acadêmicos, reportagens e outros trabalhos.

Segundo Martins (2009) uma pesquisa bibliográfica procura elucidar e debater um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, enciclopédias, dicionários, jornais, sites CDs, etc...

De acordo com Gil (2002) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que se poderia pesquisar diretamente.

Segundo Gil (1999), a pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Lei Sarbanes-Oxley, ou simplesmente SOx, todas as empresas aplicáveis devem estabelecer uma estrutura contábil que possa gerar relatórios financeiros facilmente verificáveis com dados de origem rastreáveis. Esses dados devem permanecer intactos e não podem ser revisados sem documentação. Todas as empresas listadas na SEC, americanas ou não, devem atender às definições SOx.

Entre as muitas características proeminentes da Lei Sarbanes-Oxley está o papel da alta administração. Além disso, com o SOx, as empresas devem ser capazes de monitorar suas comunicações para encontrar fraudes ou abusos. Isso significa que, com maior controle, as organizações podem identificar melhor os riscos que podem afetar sua reputação ou caixa.

Se não é possível falar de SOx sem falar de Gestão de Riscos, é igualmente impossível não falar de Governança Corporativa, que também defende a bandeira da transparência das informações nas demonstrações financeiras.

Com base no estudo, podemos analisar e concluir que a Lei SOX, veio para ajudar muitas empresas, na organização interna, como a responsabilidade de passar informações concretas e de fácil clareza no que diz ao entendimento e assim evitar outros escândalos envolvendo fraudes, como ocorreram anteriormente. Porém é preciso estabelecer um paralelo entre as imposições da Lei Sarbanes-Oxley e o que a CVM e as normas contábeis brasileiras determinam para as empresas nacionais.

REFERÊNCIAS

A LEI Sarbanes-Oxley (SOX) Em Um Panorama Geral. **Dattos**, 22 de mai. de 2018. Disponível em: https://dattos.com.br/um-panorama-geral-sobre-a-lei-sarbanes-oxley-sox / . Acesso em: 08 de ago. de 2022.

BORGERTH, Vânia Maria da Costa. **SOX Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley**. 1ª ed. Editora Thomson, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática.** 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5° ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIA para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos. **Deloitte Touche Tohmatsu**, mai. de 2003. Disponível em: https://www.legiscompliance.com.br/images/pdf/sarbanes_oxley_portugues_delloite.pdf . Acesso em: 08 de ago. de 2022.

INTRODUÇÃO à Lei Sarbanes Oxley (SOX). **Portal de Auditoria**, ago. de 2016. Disponível em: https://portaldeauditoria.com.br/introducao-lei-sarbanes-oxley-sox/ . Acesso em: 08 de ago. de 2022.

MARTINS, Gilberto de Andrade e THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2009



MARTINS, José Ricardo de Bastos – Advogado da Área Internacional do Escritório Peixoto e Cury Advogados. **A Lei Sarbanes Oxley e os Reflexos no Brasil**. Revista Gazeta Mercantil/Legal & Jurisprudência. 2004



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ANÁLISE COMPARATIVA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO SIMPLES NACIONAL E LUCRO PRESUMIDO DE UMA EMPRESA DO RAMO VAREJISTA DE CALÇADOS

CAROLINO, Leonardo Vinicius - Autor 1
KLEIN, André Felipe - Autor 2
9afklein@minha.fag.edu.br
Orientador: CAMARGO, Gilmar José
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A análise em questão abordará uma comparação do sistema tributário Simples Nacional e Lucro Presumido usando como estudo de caso uma empresa do ramo varejista de calçados da cidade de Cascavel - PR. A comparação dos tributos levará ao resultado de mais vantagem para o comércio apresentado, por meio de planejamento correto será possível direcionar a empresa para a opção vantajosa por meio de um estudo bibliográfico referente ao sistema tributário brasileiro. O percurso para os resultados que serão obtidos pode ser realizado por outras empresas, a avaliação permite que o comerciante perceba por meio contábil se os tributos estão de acordo com a lei, e se estes são pagos corretamente, sem prejuízo.

Palavras-chave: Análise comparativa. Sistema tributário. Empresa.

INTRODUÇÃO

Este estudo teve o objetivo realizar a análise de aplicação dos regimes tributários Simples Nacional e Lucro Presumido utilizando os dados dos exercícios2020/2021.

O planejamento tributário é uma importante ferramenta que os gestores podem utilizar para maximizar os resultados das atividades da empresa. A adoção de uma política tributária poderá dar à empresa uma vantagem competitiva, em uma economia de mercado livre. A globalização da economia fez com que a administração do ônus tributário se tornasse uma questão de sobrevivência empresarial (ZANLUCA, 2006).

A justificativa deste trabalho consistiu em uma análise tributária que pode auxiliar na tomada de decisões das empresas, sendo por meio deste, possível realizar uma análise mais aprofundada, podendo concluir o meio mais correto. Em resumo, toda e qualquer empresa necessita de comparativo tributário, pois diante desta análise é possível selecionar um regime tributário mais coerente e vantajoso, visando diminuir tributos desnecessários o que gera menos desembolso empresarial. “Geralmente empresas com uma gestão tributária eficiente conseguem reduzir sua carga de impostos de 5% até 35% dependendo do segmento, faturamento e outras variáveis”, (KOBIELSKI, p.1 2017).

Como forma de reduzir débitos fiscais utiliza-se a elisão fiscal, sendo está um método legal de planejamento tributário, auxiliando na organização financeira e minimização de arrecadação dos tributos, assim além do cuidado em relação a pagamentos tributários, o gestor pode administrar a empresa com economia e planejamento legal.

Devido à grande concorrência, é de suma importância que haja o conhecimento das ferramentas da contabilidade e do planejamento tributário, para que, no momento da tomada de decisão a empresa consiga se sobressair em relação ao desenvolvimento de outras do mesmo segmento.

A empresa objeto de estudo possui vários clientes e negocia com vários fornecedores sendo fundamental que a empresa tenha uma boa administração de seus recursos. O enquadramento tributário que a empresa se encontra, foi comparado com o regime de tributação Lucro Presumido.

A introdução de cálculos tributários tende a trazer inúmeros benefícios para a empresa, pois com eles é possível reunir e estabelecer o planejamento tributário condizente com a realidade que determinada empresa possui.

A tributação existe para que as leis que regem as demandas empresariais sejam adequadas com os tributos debitados, a não cotação das despesas pode gerar prejuízos para a empresa. Também, desta forma, se faz possível ter uma organização financeira futura.

A pesquisa teve como objetivos: analisar o enquadramento tributário que a empresa se encontra, comparando com o regime tributação Lucro Presumido; conceituar e descrever noções sobre o planejamento tributário; direcionar junto a gerência da empresa possíveis melhorias no seu planejamento tributário, de forma que auxilie na tomada de decisões; analisar as formas de tributação, Simples Nacional e Lucro Presumido, constatando qual das duas análises têm mais vantagem para a empresa.

Nesse sentido, o planejamento tributário busca analisar e proporcionar aos gestores informações relevantes para o enquadramento tributário, e para elisão fiscal, são eles: Sistema Tributário Nacional; Análise Tributária; Regime Simples Nacional; Regime Lucro Presumido e Lucro Real.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

1.1 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Sistema tributário nacional é um conjunto de normas e princípios atualmente regidos pelos artigos 145 a 162 da CF/88. No Artigo 145 determina quais os tributos que poderão ser criados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Nos Artigos 153 e 154 dispõe sobre a competência tributária da União, no Artigo 155 a competência dos Estados e do Distrito Federal, e no artigo 156, a dos Municípios (BRASIL, 1988). Conforme art.3° do CTN, tributo é toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (BRASIL, 1966).

A definição de tributo pode ser demonstrada em seu Art. 3º como:

> Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (BRASIL, 1966)

Nos termos do Artigo 145 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e do Artigo 5º do CTN (BRASIL, 1966) e (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2014) tributos são:

> a) Impostos: é uma espécie de tributo que não enseja uma contraprestação individualizada para aqueles que o recolhem. Ex.: IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados, ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica etc.
> b) Taxas: são cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Ex.: Taxa rodoviária única (O Estado controla o uso de veículos automotores).
> c) Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Juridicamente, no Brasil, hoje, entende-se que as contribuições parafiscais ou especiais integram o sistema tributário nacional, já que a nossa Constituição Federal ressalva quanto à exigibilidade da contribuição sindical (art. 80, inciso IV, CF); das contribuições previdenciárias (artigo 201 CF), sociais (artigo 149 CF); para a seguridade social (artigo 195 CF) e para o PIS - Programa de Integração Social e PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (artigo 239 CF) (BRASIL, 1988) e (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2014).

Como contribuições especiais têm-se ainda as exigidas a favor de entidades, tais como: OAB, CREA, CRC, CRM e outros órgãos reguladores do exercício de atividades profissionais (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2014).

Os empréstimos compulsórios são regulados como tributos, conforme artigo 148 da CF (BRASIL, 1988) e (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2014).

Os tributos devem ser cobrados como atividade vinculada, a cobrança decorre de entidade pública, por meio da União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios. Pela União se obtém sete impostos previstos no Art.153 da Constituição Federal de 1988:

> Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:
>
> I - Importação de produtos estrangeiros;
>
> II - Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
>
> III - Renda e proventos de qualquer natureza;
>
> IV- Produtos industrializados;
>
> V - Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - Propriedade territorial rural;

VII - Grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Além da listagem acima relacionada, a União está habilitada a criar novos impostos, contanto que estes não demonstram a mesma base de cálculo e que sejam impostas limitações ao poder de tributar, tendo como exemplo, a publicação de lei e o não confisco.

Sendo assim o Sistema Tributário deve ser um fator importante devido a sua complexidade, algo que desagrada o empregador de forma geral. Sua aplicação envolve questionamentos além da obrigação de uso, atende as necessidades básicas da sociedade.

O planejamento fiscal contribui para que a população não sofra com estes custos tributários, uma reforma neste sistema possibilitaria diminuir os impactos, enquanto isso aplica-se mecanismos que auxiliam no planejamento fiscal, o que contém o custo tributário.

A diferença de um sistema histórico é que ele não traça um plano prévio de sistematização de cunho econômico, entretanto, não são formas típicas, o sistema histórico também passou pela fase racional. O sistema racional oriundo de contribuições também do tipo histórico, sendo assim não há prática efetiva se definir o sistema adotado neste país.

Dentro de uma análise de que o sistema tributário encontra limites na constituição e a competência impositiva está expressamente prevista na constituição

Federal, o sistema tributário Brasileiro pode ser considerado um sistema rígido. Isto não poderia ser diferente, pois a CF não cria tributos, ele dá poderes ao Estado, porém, não de forma absoluta e cria mecanismos para que não seja criada de forma arbitrária.

1.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

“Planejamento tributário, nada mais é do que o conjunto de práticas adotadas pelo contribuinte, com o objetivo de redução do impacto dos tributos, visando a auferir ganho econômico e/ou financeiro” (CAMPOS, 2007. p 6). Deste modo, acontece uma organização empresarial que pode diminuir ou postergar o pagamento dos tributos, mediante a lei.

Contudo o planejamento tributário é a expressão que se utiliza para retratar os procedimentos que o empresário adota com a finalidade de eliminar ou diminuir a incidência dos tributos (SILLOS, et.al 2005, p. 10).

> A Análise Tributária é fundamental para a boa administração de uma empresa. Ela engloba um trabalho detalhado com levantamento de dados financeiros, contábeis e fiscais para a escolha do melhor regime tributário. Desse modo, é aconselhável que esta análise seja realizada de forma regular. (IBGEM, p.1, 2020).

A relação tributária demanda uma obrigação do contribuinte, sendo responsabilidade do mesmo devolver aos cofres públicos a quantia determinada.

De maneira geral o planejamento tributário é importante para melhoraria das finanças da empresa, sendo assim é “a base de um adequado planejamento fiscal é a existência de dados regulares e confiáveis” (CREPALDI, 2012, p. 78). Isso deve ser feito de maneira minuciosa para encontrar os tributos adequados.

1.3 REGIMES TRIBUTÁRIOS

No Brasil os regimes tributários mais utilizados, onde os administradores podem optar são: Simples Nacional, Lucro Presumido e o Lucro Real, neste presente trabalho será apresentado o comparativo do Simples Nacional e o Lucro Presumido. “O Brasil tem como principais regimes de tributação Lucro Real, Presumido e Simples Nacional e a escolha por um desses regimes é essencial para o planejamento tributário, pois este que definirá a base de cálculo dos tributos” segundo (ALMEIDA, et. al, 2018).

No começo de cada exercício social deverá ser escolhido o regime de tributação que mais se enquadra para a empresa, após optado deverá ser mantido até o final de todo o ano calendário, com o objetivo de computar os tributos devidos, sendo assim, conforme o autor.

> A escolha do regime tributário é um aspecto importante para o resultado da empresa, e a legislação tributária brasileira disponibiliza algumas opções que poderão influenciá-la. As pessoas jurídicas são tributadas por uma das formas de apuração do IRPJ e da CSLL, por opção do contribuinte ou por determinação legal, nas seguintes modalidades: Simples Nacional, lucro presumido, lucro arbitrado ou lucro real. Importante decisão tributária quanto às opções deve ser efetivada anualmente pelos administradores. (CREPALDI, 2019. p.168).

O autor acima relata a importância da escolha do regime tributário para o empregador obter um bom resultado positivo, sendo que estas impactam no

recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

1.4 SIMPLES NACIONAL

De acordo com a Lei Complementar nº123/2006 que instituiu o Simples Nacional que é um regime de tributação voltado para as Microempresa e Empresas de Pequeno Porte (EPP), com faturamento máximo de R$ 4.800.000,00.

> O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. p. 1)

Ainda de acordo com a lei com lei 123/2006, Ele abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). É aplicável apenas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, definidas pela lei geral, com base no seu faturamento anual. Para ser optante, a empresa não pode exercer nenhuma atividade impeditiva.

A regulamentação do Simples Nacional deve conter as seguintes características de acordo com o Ministério da Fazenda (LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. p. 1).

> I) ser facultativo;
> II) ser irretratável para todo o ano-calendário;
> III) abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP);
> IV) recolhimento dos tributos abrangidos mediante documento único de arrecadação - DAS;
> V) disponibilização às ME/EPP de sistema eletrônico para a realização do cálculo do valor mensal devido, geração do DAS e, a partir de janeiro de 2012, para constituição do crédito tributário;
> VI) apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais;
> VII) prazo para recolhimento do DAS até o dia 20 do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;
> VIII) possibilidade de os Estados adotarem sublimites para EPP em função da respectiva participação no PIB. Os estabelecimentos localizados nesses Estados cuja receita bruta total extrapolar o respectivo sublimite deverão recolher o ICMS e o ISS diretamente ao Estado ou ao Município.

Conforme previsto na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido as ME e as EPP, não só na esfera tributária, como também em relação às

obrigações trabalhistas, contudo, só começou a ser aplicado a partir de 1 de julho de 2007.

As empresas devem levar em consideração, caso venham exceder o limite da receita bruta anual:

> • A ME, que exceder a receita bruta no ano em exercício, será enquadrada como EPP no ano seguinte.
> • A EPP, que exceder a receita bruta em 20% no ano em exercício, será desenquadrada no mês seguinte.
> • A EPP, que exceder a receita bruta em menos de 20% no ano em exercício, será desenquadrada a partir do ano seguinte.
> • A EPP, que exceder a receita bruta em 20% no ano de início das atividades, será desenquadrada retroativamente ao início das atividades. ZIESE, 2015. p. 118

Ainda conforme o (ZIESE, 2015) os pontos acima apresentados são levados em conta para as empresas se enquadrar novamente neste regime apresentado. A carga tributária como regra geral é elevada, por isso, foi criado o regime do Simples Nacional, sendo ele um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições.

O Simples Nacional possui as suas vantagens, por ser uma escolha menos burocrática, tendo vantagens em alguns casos, como o recolhimento dos tributos de forma unificada, visto que os valores são coletados por meio de uma única guia, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), diferentemente do Lucro Presumido. (GULARTE, 2022. p. 2022).

No regime Simples Nacional, as alíquotas para as atividades são:

FIGURA 1 - Empresas participantes: de comércio.

Receita Bruta Total em 12 meses	Alíquota	Quanto descontar do valor recolhido
Até R$ 180.000,00	4%	0
De R$ 180.000,01 a R$ 360.000,00	7,3%	R$ 5.940,00
De R$ 360.000,01 a R$ 720.000,00	9,5%	R$ 13.860,00
De R$ 720.000,01 a R$ 1.800.000,00	10,7%	R$ 22.500,00
De R$ 1.800.000,01 a R$ 3.600.000,00	14,3%	R$ 87.300,00
De R$ 3.600.000,01 a R$ 4.800.000,00	19%	R$ 378.000,00

FONTE: Brasil, Lei Complementar nº 155/2016, 2017.

As atividades de comercio a alíquota varia de 4% até 19% chegando a um faturamento de até R$ 4.800.000,00.

1.5 LUCRO PRESUMIDO

O Lucro Presumido é uma forma de tributação, que tem como base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a presunção do lucro, para que assim as empresas recolhem seus tributos por meio de um percentual pré-estabelecido, formando sua base de cálculo é definida pelo ramo da atividade. (FEITOSA, p. 1. 2021).

No Lucro Presumido, as alíquotas de presunção para as atividades são de acordo com a LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996.

- 1,6% do faturamento para revenda de combustíveis e gás natural;
- 8% do faturamento para vendas em geral, transporte de cargas, atividades de imobiliárias, serviços hospitalares; industrialização para terceiros com recebimento do material e demais atividades não especificadas que não sejam prestação de serviços;
- 16% do faturamento para transporte que não seja de cargas e serviços em geral;
- 32% do faturamento para serviços profissionais que exijam formação técnica ou acadêmica — como advocacia, engenharia —, intermediação de negócios, consultoria, administração de bens móveis ou imóveis, locação ou cessão desses mesmos bens, construção civil e serviços em geral.

No regime do Lucro Presumido, a apuração do IRPJ e da CSLL ocorre no encerramento de cada trimestre do ano-calendário e o recolhimento dos valores devidos é efetuado no trimestre seguinte, em quota única ou em até três quotas mensais e sucessivas. (RODRIGUES, et al 2009, p.327).

Conforme o art. 13 da Lei nº 9.718/98 Brasil (1998) neste regime tributário, o montante a ser tributado é determinado com base na receita bruta, através da aplicação de alíquotas variáveis em função da atividade geradora da receita. Podem optar pelo lucro presumido as pessoas jurídicas, cuja receita bruta total no ano calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000.000,00 ou ao limite proporcional de R$ 6.500.000,00 multiplicados pelo número de meses de atividade no ano, se esse for inferior a 12 meses.

O Lucro Presumido apresenta quatro tipos de impostos federais incidentes sobre o faturamento: dentre eles o PIS e a COFINS, que devem ser apurados mensalmente, e o IRPJ e a CSLL cuja apuração deverá ser feita trimestralmente.

Pode-se dizer que o lucro presumido é uma presunção por parte do fisco, do que seria o lucro de uma empresa caso não existisse a contabilidade, segundo MONTEIRO, et al. (2019, p.6).

1.6 LUCRO REAL

O lucro real é o regime de apuração baseado no lucro tributável da empresa, que é o lucro contábil, segundo o Portal Tributário (2017):

> Neste regime, o imposto de renda é determinado a partir do lucro contábil, apurado pela pessoa jurídica, acrescido de ajustes (positivos e negativos) requeridos pela legislação fiscal, conforme esquema a seguir: Lucro (Prejuízo) Contábil (+) Ajustes fiscais positivos (adições) (-) Ajustes fiscais negativos (exclusões) (=) Lucro Real ou Prejuízo Fiscal do período Quando se trata do regime de Lucro Real pode haver, inclusive, situações de Prejuízo Fiscal, hipótese em que não haverá imposto de imposto de renda a pagar.

Ainda segundo o Portal Tributário (2017) a apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica tem como regra geral o Lucro Real. Sendo assim, torna-se mais complexo, pois vai além de um regime geral. Este regime, apresenta o imposto de renda determinado a partir do lucro contábil, apurado pela pessoa jurídica, acrescido de ajustes (positivos e negativos) solicitado pela legislação fiscal.

O art. 14 da Lei n° 9.718/98 Brasil (1998) apresenta as possibilidades da obrigação à escrituração pelo lucro real. No Brasil (2013) o art. 7 da Lei n° 12.814/13 elevou o limite da receita bruta de R$48.000.000,00 para R$78.000.000,00, com nova redação para o inciso I do referido artigo.

> Art. 14. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:
> I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013).
> II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
> III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
> IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

> V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2° da Lei n° 9.430, de 1996;
> VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).
> VII - que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010).

A companhia fará apuração trimestral ou anual, na apuração trimestral realizar-se-á em períodos encerrados no dia 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada exercício. Já na apuração anual os impostos recolheram-se mensalmente por estimativa. (SEBRAE, 2016)

Grande parte dos proprietários buscam um regime de tributação que não seja o lucro real, já que o mesmo apresenta cumplicidade em suas exigências fiscais que depende também do período de escolha do recolhimento de impostos dependendo da empresa, peculiaridades comentas pelo autor (SILVA, 2016).

METODOLOGIA

Os regimes tributários Simples Nacional e Lucro Presumido serão aplicados dentro da utilização dos dados de uma empresa a mesma se encontra localizada na cidade de Cascavel-Pr que trabalha com revenda de marcas de calçados masculinos e feminino sendo está a delimitação da pesquisa, que busca responder qual dos regimes por ela apresentados é o mais adequado para utilização na empresa citada.

O procedimento técnico da pesquisa é o levantamento, ele tem como objetivo primordial investigar determinadas situações. É um tipo de delineamento mais adequado para pesquisa descritiva e/ou exploratória já que neste tipo de estudo o pesquisador estuda os fenômenos, mas não os manipula, pode apenas tentar estabelecer relações entre variáveis. Em alguns casos os levantamentos podem ir mais além da identificação de relação entre variáveis, pretendendo identificar também a natureza dessa relação, (LEÃO, 2017)

Ao analisar as economias da empresa os cálculos deverão responder as indagações sobre qual dos regimes devem ser o melhor para o fim desejado, que consiste num sistema econômico e legal de pagamento tributário sem prejudicar a empresa.

Para o desenvolvimento do estudo de caso, será conceituado as ferramentas utilizadas na contabilidade tributária por meio das literaturas existentes e comparadas as utilizados em uma empresa no setor de comércio de calçados, utilizando os dados da empresa como por exemplo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, o Balancete, o Registro de Entradas e o Registro das Saídas e o Resumo das Folhas de Pagamentos para o atual enquadramento tributário, porte e estrutura da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso está em processo de finalização. Estamos realizando as análises entre o Lucro Presumido e o Simples Nacional, para que, após a apresentação de resultados conseguirmos declarar qual será o melhor regime para a empresa seguir após a apresentação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1999.

ANDRADE, Maria Margarida de. I**ntrodução à Metodologia do Trabalho Científico. 9ª edição**, São Paulo, Atlas, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republicafederativa-do-brasil-1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm.

BRASIL. **LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9430compilada.htm

BRASIL, **Lei Complementar n° 155, de 27 de outubro de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm.

BRASIL, **Lei n° 9.718, de 27 de novembro de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718compilada.htm.

BRASIL, **Lei n° 12.814, de 16 de maio de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12814.htm#art7.

CAMPOS, Cândido H. **Prática de planejamento tributário – como fazer planejamento tributário**. São Paulo: Quartier Latin, 2007

CREPALDI, S. A. **Planejamento Tributário: Teoria e Prática**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento Tributário, Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2019.

FEITOSA, Anderson. **O que é Lucro Presumido: características, prós e contras!** Disponível em: https://conube.com.br/blog/o-que-e-lucro-presumido/

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GULARTE, CHARLES. **SIMPLES NACIONAL: O QUE É? GUIA COMPLETO, FATURAMENTO, DAS E TABELA 2022.** Disponível em: https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/simples-nacional/
ISHIDA, et.al **O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.** Disponível em: file:///C:/Users/andre/Downloads/5085-13489-1-PB.pdf. ETIC. 2015

KOBIELSKI, **SAIBA COMO O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PODE AJUDAR SUA EMPRESA.** Disponível em: https://affectum.com.br/blog-affectum-consultoria/saiba-como-o-planejamento-tributario-pode-ajudar-sua-empresa/#:~:text=Redu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Custos&text=Geralmente%20empresas%20com%20uma%20gest%C3%A3o,segmento%2C%20faturamento%20e%20outras%20vari%C3%A1veis. 2017

LEÃO, Lourdes Meireles. **Metodologia do Estudo e Pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores**. Petrópolis. RJ: Vozes. 2017

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
SEBRAE, Planejamento Estratégico, Micro e Pequenas empresas, 15 de Agosto de 2016.Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/planejamento-estrategicoaplicadoaospequenosnegocios,d2cb26ad18353410VgnVCM1000003b74010aRCR

SILLOS, Lívio Augusto de. **Planejamento tributário: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: LEUD, 2005. Disponível em: https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/1286/1/artigo%2035.pdf

SILVA, da Pereira Aparecida Franciele et al. **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO APLICADO EM UMA EMPRESA DO RAMO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS NO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE**

– PR (2016). Disponível em: https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/encitec/20171025-201702_arquivo.pdf

TORRES, Vitor. **Tabela dos anexos do Simples Nacional**. Disponível em: https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/tabela-simples-nacional-completa/

TRIVIÑOS, Antonio Nibaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987.

ZANLUCA, **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.** Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm. 2022

ZIESE, Ilário. **Contabilidade e Planejamento Tributário**. Disponível em: https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=21034



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

PIX: A SEGURANÇA DA TRANSAÇÃO DEMONSTRADA ATRAVÉS DOS REGISTROS CONTÁBEIS

MURARO, Ricardo Henrique Dias De Souza[1]
rhdsmuraro@minha.fag.edu.br
Orientador: CÁCERES, José Joaquin Aparício[2]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A crescente utilização do PIX a partir da sua implementação trouxe à tona os impactos que podem ser causados pela adesão a este meio de pagamento. Através dele, os usuários conseguem transferir valores de suas contas bancárias em menos de um minuto, de maneira totalmente eletrônica e com toda a segurança criada pelo Banco Central do Brasil. Este órgão é o responsável pela manutenção e regulamentação do PIX, assim como, do levantamento de dados que o arranjo movimenta. Portanto, o presente artigo aborda a importância do arranjo PIX e demonstra a segurança agregada à estrutura da movimentação de um valor na transação. O objetivo geral é demonstrar o processo contábil do PIX englobando os lançamentos realizados nas instituições financeiras e, também, no BACEN, para configurar a segurança por trás de uma transação. Tal feita se dá pelo fato do PIX ser, atualmente, o meio de pagamento mais expansivo no cenário nacional e, em meio à fraudes e golpes, torna-se necessária a demonstração de como ocorrem os lançamentos contábeis dentro do sistema financeiro, passando das instituições financeiras ao Sistema de Pagamentos Instantâneos, que está integrado o Banco Central do Brasil para realizar as transferências de fundos nas contas PI.

Palavras-chave: PIX. Conta PI. Contabilidade.

---

[1]Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz - Toledo
[2] Docente do Faculdade Assis Gurgacz - Toledo



INTRODUÇÃO

O PIX revolucionou o sistema de pagamentos brasileiro, com a iniciativa de uma experiência rápida e segura ao usuário de serviços bancários. As transferências até então por estes realizadas eram o Documento de Ordem de Crédito (DOC) e a Transferência Eletrônica Disponível (TED), ambos sendo remunerados às instituições financeiras através de tarifas.

A tarifação, assim como os dias disponíveis para a realização das modalidades de transferências então vigentes, que se dão em apenas dias úteis e com prazos limitados durante o dia, fez com que a ascensão do PIX o tornasse ainda mais forte, com os usuários migrando para este arranjo assim que perceberam a rapidez no tempo de liquidação da operação e a agilidade no preenchimento das informações, onde, no DOC ou TED faz-se necessária a apresentação de várias informações como: código da instituição financeira; código da agência bancária; e número de conta, enquanto o PIX requisita apenas a chave que o usuário cadastrou na instituição para que a validação seja realizada.

Diante desses fatos, a constituição de uma grande massa de pessoas utilizando o arranjo se tornou real com o passar do tempo, pois, com a facilitação na cobrança, através do código QR gerado pela chave PIX e o barateamento das transações para as empresas, os comerciantes passaram a utilizar cada vez mais essa ferramenta, desacelerando o uso do DOC e TED, consequentemente, desencadeando o cadastramento de diversas pessoas físicas.

Segundo dados extraídos do Banco Central do Brasil (2022), o PIX contou, em setembro de 2022, com mais de 511 milhões de chaves cadastradas, atribuindo, em agosto deste ano, mais de 2 bilhões de transações.

Assim como as demais transações, é necessária a boa gestão de fundos para que elas ocorram de maneira harmônica, com as contas de reservas bancárias tendo liquidez no Banco Central, doravante chamado de BACEN. Para isso, acautela-se a contabilização das transações, tanto na gestão da instituição financeira, quanto no próprio BACEN, mantenedor das contas de reserva.

Apesar da baixa disponibilidade de material bibliográfico sobre a contabilidade das instituições financeiras abordando o PIX, há, no meio eletrônico, uma vasta apresentação de legislações, regulamentos e resoluções, com as entidades públicas disponibilizando, de forma detalhada, como ocorrem todos os processos desse arranjo dentro do novo Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI). Porém, devido aos termos altamente técnicos e direcionados às áreas relacionadas, o entendimento da contabilidade torna-se de difícil acesso conforme os processos da transação acontecem.

Para tanto, é de suma importância ao setor contábil, compreender de maneira integral o processo de lançamentos e registros contábeis que adentram ao âmbito do PIX. Por isso, destinou-se solucionar o seguinte problema: mesmo diante de todas as soluções tecnológicas apresentadas, diversos usuários apresentam insegurança ao serem apresentados ao PIX. Portanto, como interpretar a sua contabilização a fim de demonstrar a segurança do processo?

Em matéria publicada pela Folha de S. Paulo, Bethônico (2022) apresenta que, segundo pesquisa realizada pelo DataFolha, apenas 21% dos participantes disseram estarem seguros ao utilizarem o PIX. Ainda, é citado que entre abril e maio de 2022, foi registrado um aumento de 350% nas tentativas de golpes relacionados ao arranjo, frente à fevereiro e março.

Dispondo das Especificações técnicas e de negócio do ecossistema de pagamentos instantâneos brasileiro, em documento publicado pelo BACEN em seu portal eletrônico, o processo se dá por duas vias de validação, ocorridas entre a solicitação de pagamento por parte da instituição financeira pagadora e a validação dos dados pela instituição financeira

recebedora, onde, quando a transação for entre instituições diferentes, há a intermediação do SPI, fazendo a movimentação de valores em contas de reservas das próprias instituições alocadas no BACEN.

Por isso, a hipótese é de que as fraudes não ocorrem durante o processo de transação de valores do PIX, mas sim, a partir da própria solicitação do usuário pagador que, ao ser coagido a transferir determinada quantia, realiza-a com a sua chave. Por isso, comprovar-se-á que o processo é seguro através de sua contabilização.

O trabalho objetivou-se, de maneira geral, demonstrar o processo contábil do PIX englobando os lançamentos realizados nas instituições financeiras e, também, no BACEN, para configurar a segurança por trás de uma transação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para entender o processo contábil das instituições financeiras e retirar delas as análises desejadas, antes, necessita-se entender o emaranhado de conceitos e características que cercam este ambiente.

A Lei nº 4.595 de 1964 constituiu o Sistema Financeiro Nacional, ramificando-o hierarquicamente em mais três estâncias: Conselho Monetário Nacional (CMN); Banco Central do Brasil (BC); Banco do Brasil S. A.; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES); e as demais instituições financeiras públicas e privadas (BRASIL, 1964).

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A partir de 1808, quando o então príncipe regente de Portugal D. João VI desembarcou no Brasil Colônia, já existiam planos para se criar o Banco do Brasil (BB), aquele que daria início às funções de banco central e comercial da organização financeira do país (BRASIL, 2021).

Foi então, em 12 de outubro daquele ano, instituído, através de Ato Real, o Banco do Brasil, sendo a primeira instituição bancária do país. A ele, foi concedida “a exclusividade pela emissão de notas bancárias que constituem o meio circulante do país, a isenção de quaisquer tributos e o monopólio sobre a comercialização de produtos, tais quais diamantes e pau-brasil. (COSTA NETO, 2004, p. 13) ”.

Esse Banco do Brasil, conforme cita ainda Costa Neto (2004), tinha como subscritores de suas ações os principais comerciantes da Corte, porém, era controlado administrativamente por pessoas escolhidas pelo rei. Sua continuidade perdurou por 21 anos, sendo liquidado no ano de 1829.

Em 1853 instituiu-se o novo Banco do Brasil, dessa vez da fusão do Banco do Brasil extinto com o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Desse período até o ano de 1893, o Império e, doravante, a República viram os ativos do BB crescerem exponencialmente, principalmente pela crescente regionalização das agências que anteriormente centralizava-se no Rio de Janeiro, então capital econômica e política do país (BRASIL, 2021).

A partir de 1893, o Banco do Brasil, nesse momento denominado de Banco da República do Brasil, se viu diante de uma de suas maiores crises, literalmente queimando papel-moeda e executando diversas políticas de salvaguarda para retificar a economia do país (BRASIL, 2021).

Em 1905, passada toda a euforia causada pela Política do Encilhamento e com o governo federal possuindo 50% do capital social da instituição, o Banco da República do Brasil volta a se chamar Banco do Brasil e assume a postura de regulador do câmbio, fomentador do desenvolvimento creditício e emissor de papel-moeda.

Durante 40 anos, a centralização de funções pairava sob a tutela do referido banco, até que, em 2 de fevereiro de 1945, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, decretou (BRASIL, 1945) a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que ficou responsável por controlar o mercado financeiro com ênfase na crescente inflação que assolava o país, assim como, "preparar o cenário para a criação de um banco central" (BRASIL, 2021).

No sistema financeiro da época, as funções eram exercidas pelo Tesouro Nacional, responsável pela emissão do papel-moeda; o Banco do Brasil desempenhava funções de banco do governo, recebimento de depósitos compulsórios e operações de câmbio de empresas públicas do Tesouro; e a Sumoc possuía a responsabilidade de fixar percentuais de reservas obrigatórias de banco comerciais, taxas de redesconto e assistência financeira de liquidez, além de supervisionar a atuação de bancos comerciais e orientar a política cambial (BRASIL, 2021).

Diante desse cenário, o ano de 1964 foi o divisor de águas para o sistema financeiro nacional. Com a ascensão da Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de deste ano, o governo estruturou o atual Sistema Financeiro Nacional da seguinte forma, já em seu Art. 1º:

> Art. 1º O sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:
> I - do Conselho Monetário Nacional;
> II - do Banco Central do Brasil;
> III - do Banco do Brasil S. A.;
> IV - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
> V - das demais instituições financeiras públicas e privadas.

Essa estruturação se deu, conforme expõe Fortuna (2002), para sanar os crescentes encargos e responsabilidades na condução da política econômica que, anteriormente, eram atribuídas à Sumoc e ao Ministério da Fazenda (FORTUNA, 2002, p. 13).

Destarte, o Sistema Financeiro Nacional ganhou a forma de conjunto de entidades que visam propiciar o encontro satisfatório entre agentes poupadores e agentes investidores do mercado financeiro (FORTUNA, 2002, p. 15).

Berchielli (2000) agrega que o Sistema Financeiro Nacional é a operação de instituições monetárias e não-monetárias e está subdividido em dois subsistemas: normativo e operativo (BERCHIELLI, 2000, p. 45).

O portal do Banco Central do Brasil, em consonância com Fortuna (2002), explana que o SFN é "formado por um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira, isto é, o encontro entre credores e tomadores de recursos (BACEN) " e acrescenta o subsistema supervisor, dentre aqueles apresentados por Berchielli (2000).

A segregação e composição destes subsistemas se dará através das funções pelos órgãos e instituições neles contidas, que serão explicadas abaixo através de tópicos.

Subsistema Normativo

Este subsistema abarca consigo os órgãos deliberativos, ou seja, aqueles que estabelecem as diretrizes para regulamentar o mercado financeiro. Dentro dele estão o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o

Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). Com a finalidade de considerar a relevância dos assuntos no trabalho tratados, esmiuçou-se apenas as informações de órgãos e instituições que estão diretamente ligados ao tema, desconsiderando as demais, para o melhor entendimento do leitor.

O Conselho Monetário Nacional é um órgão deliberativo, cujas funções estão relacionadas às normas das políticas monetárias, cambiais e creditícias (BERCHELLI, 2000, p. 47) e a "formulação da política da moeda e do crédito, ou seja, é a instância de coordenação da política macroeconômica do governo federal" (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Subsistema Supervisor

Entidades supervisoras são aquelas que assumem funções executivas, ou seja, executam as normas que são estipuladas pelos órgãos do subsistema normativo. Nesse subsistema estão o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) (CVM, 2021).

Dentre essas, aquela que se destaca em âmbito monetário é o BCB, autarquia federal responsável por "assegurar o poder de compra da moeda nacional e um sistema financeiro sólido e eficiente (CVM, 2021) ".

Conforme demonstrado, além do papel executivo, o BCB atribui funções supervisoras, desempenhando funções estratégicas.

Subsistema Operativo

Carneiro *et. al.* (2016) destacam que o subsistema operativo é composto por instituições financeiras bancárias, instituições não bancárias, instituições auxiliares e instituições não financeiras. Assim, congregam-se todas as instituições que disponibilizam ao usuário, a possibilidade do encontro entre o agente superavitário e o deficitário, fluindo na intermediação financeira.

As instituições financeiras estão obrigadas a desenvolver seus registros contábeis em consonância com o COSIF (Plano Contábil das Instituições Financeiras) (BAHIA, 2022), plano este, desenvolvido e fiscalizado pelo BCB.

A interpretação do que é o plano de contas das instituições financeiras é ressaltado no Art. 3º da Resolução CMN nº 4.858, de 23 de outubro de 2020:

> O COSIF é uma consolidação das normas de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis estabelecidas na regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e do elenco de contas a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração contábil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

Assim como qualquer outro ramo, a contabilidade de instituições financeiras destina um elenco de contas necessárias para que sejam realizados os lançamentos dentro das conformidades das normas internacionais de contabilidade, por isso, o COSIF evidencia os 13 pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram atribuídos (BRASIL, 2020):

Tabela 1 – CPCs de base do COSIF.

Pronunciamento Técnico	**Conteúdo**
CPC 00 (R2)	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 24	Evento Subsequente
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 28	Propriedade para Investimento
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados
CPC 41	Resultado por Ação
CPC 46	Mensuração do Valor Justo
CPC 47	Receita de Contrato com Cliente

Fonte: COSIF, 2020.

Em sua subseção 2.9, o COSIF explana que o conceito de depósito à vista é todo recurso de livre movimentação mantido por pessoas físicas e jurídicas livre movimentação os depósitos à vista mantidos por pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado (BRASIL, 2020).

Abrão (2018) salienta que um "contrato de depósito bancário é a operação por intermédio da qual o banco recebe uma quantia em dinheiro e se obriga a restituir ao depositante o valor correspondente na mesma espécie".

Salomão Neto (2007, p. 228) aborda que o depósito "é a mais comum das operações bancárias", deliberando sobre a utilização dos valores nestas contas alocados e o que a instituição financeira pode fazer com eles, como efetuar empréstimos.

Os depósitos podem ser classificados em quatro modalidades, quais sejam: a vista; a prazo; interfinanceiros; e poupança (Id., p. 233).Os depósitos à vista são aqueles que ficam à disposição do depositante para saque a qualquer momento (ABRÃO, 2010). Salomão Neto (2007) complementa que não são remunerados e só podem ser abertos junto a bancos comerciais, múltiplos com carteira comercial, caixas econômicas ou cooperativas de crédito.

Os depósitos a prazo são, como o próprio nome diz, realizados com prazos pré-estipulados, com o depositante tendo direito ao recebimento de rendimentos sobre o recurso depositado. Essa modalidade poderá disponibilizar ao depositante certificados ou recibos, para comprovar o montante aportado (SALOMÃO NETO, 2007, p. 235) (ABRÃO, 2010, p. 152).

Os depósitos interfinanceiros são "aqueles efetuados por uma instituição financeira ou assemelhada a outra de mesma natureza (COSTA NETO, 2010, p. 235)".

Por fim, os depósitos em poupança são aqueles que se vinculam à captação de poupança popular com a finalidade de financiar bens móveis de uso duráveis e imóveis (ABRÃO, 2007, p. 152).

Assim como considerado acima, o depósito à vista de um usuário, é um recurso de livre movimentação, pois possui liquidez imediata. Dentre as possibilidades de movimentação financeira, há o PIX, o arranjo de pagamentos instantâneos desenvolvido pelo BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

O conceito do PIX é dado pela Resolução BCB Nº 1, de 12 de agosto de 2020: "arranjo de pagamentos instituído pelo Banco Central do Brasil que disciplina a prestação de

serviços de pagamento relacionados a transações de pagamentos instantâneos e a própria transação de pagamento instantâneo no âmbito do arranjo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020) ".

O PIX, diferente das demais modalidades de transferências financeiras, como a Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou o Documento de Crédito (DOC), não possui um longo período de tempo para ser efetivado nem horários limitados para realizar as transações, atribuindo vantagens a todos os usuários de serviços financeiros (CÁRNIO, 2020).

No item 7.2 do Relatório de Economia Bancária de 2020 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021), disponibilizado pelo BCB, é citada a dimensão Competitividade, onde o PIX está enquadrado no tema Inovação, sendo considerada a principal medida de tal dimensão, já que propicia ao usuário um meio de pagamento "seguro, prático, inclusivo e inovador a cidadãos e empresas". Além disso, discorre-se sobre a usabilidade da ferramenta, onde o usuário poderá, não só transferir valores entre eles, como também, realizar pagamentos à União.

O PIX é gerenciado pelo Sistema de Pagamentos Instantâneos, conceituado pela Resolução BCB Nº 195, de 3 de março de 2022 como "a infraestrutura centralizada de liquidação bruta em tempo real de pagamentos instantâneos que resultam em transferências de fundos entre seus participantes titulares de Conta PI no Banco Central do Brasil".

Conforme supracitado, o SPI faz a gestão das contas PI no Banco Central. Essas contas, por sua vez, são chamadas naquela mesma Resolução de Contas Pagamentos Instantâneos e são contas reservas que ficam alocadas no passivo do Banco Central do Brasil, pois tratam-se de valores que as próprias instituições devem depositar para que as transações eletrônicas sejam efetivadas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Dentro do SPI, as instituições possuem a classificação de instituição direta e indireta ao sistema. As primeiras são aquelas que podem possuir conta PI no Banco Central do Brasil, ou seja, são:

> instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação, autorizados a participar do SPI, titulares de Conta PI e com conexão direta ao sistema (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022)

Já as instituições indiretas são aquelas que, conforme descreve a Resolução BCB nº 195, promovem o pagamento instantâneo, porém, não possuem conexão direta com o SPI, tendo como intermediário nesse campo, uma instituição direta. Neste caso, seus recursos e registros são geridos pela instituição direta em sua conta PI.

Dentro do SPI, as instituições são denominadas de PSP, sigla designada para Prestador de Serviços de Pagamentos e, estes, podem ser classificados em PSP do recebedor e PSP do pagador, sendo o primeiro aquele que recebe os valores destinados pelo pagador e, consequentemente, o segundo é aquele que envia o valor (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

Entendendo a posição de cada instituição dentro do processo de transações do PIX, é possível combinar os processos para entender como funciona a contabilidade deste arranjo.

METODOLOGIA

A pesquisa, de forma sucinta, é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico que objetivam propor soluções para problemas propostos, utilizando-se de métodos científicos (ANDRADE, 2001).

Gil (2010) complementa que "a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica" e, por isso, "se desenvolve ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados".

Em consonância com a pesquisa, a metodologia consiste na utilização do conjunto de métodos, procedimentos e técnicas sistemáticas e racionais de cada ciência em particular, a fim de alcançar seus objetivos, com segurança e economia (MATIAS-PEREIRA, 2012) (LAKATOS; MARCONI, 2011).

Para tanto, Matias-Pereira resume de maneira notável que

> o método de pesquisa, num sentido amplo, pode ser entendido como a forma escolhida pelo pesquisador para verificar a veracidade dos fatos e explicar de maneira consistente os fenômenos examinados. Do ponto de vista macro, existem dois grandes métodos: quantitativo e qualitativo (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Frente ao explanado, a pesquisa do presente trabalho pautou-se na análise qualitativa de legislações relacionadas ao processo de gerenciamento e sistemas do PIX com a finalidade de elencar as contas contábeis atreladas a este processo, visando disponibilizar em forma de fluxogramas como ocorrem tais ações em uma transação, assim como, identificar a contabilização do PIX nas demonstrações contábeis das instituições financeiras. Utilizando-se do conceito de Lakatos e Marconi (2001):

> A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 271, apud MINAYO, 2002)

Em relação à tipologia de pesquisa, o trabalho se estruturou com base descritiva, fomentando a abertura de novos conhecimentos em relação ao PIX e na descrição de um fenômeno relacionado a esse arranjo e à contabilidade das instituições financeiras.

A pesquisa descritiva pode ser elaborada com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2010). Neste tipo de pesquisa, orienta Andrade (2001), que "os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador".

Para tanto, buscou-se evidenciar a segurança imbuída entre o pagamento e o recebimento de um PIX, descrevendo o processo conforme destina a legislação e considerando o que está elencado nas demonstrações contábeis das instituições financeiras e do BACEN.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise realizada nas Especificações técnicas e de negócio do ecossistema de pagamentos instantâneos brasileiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020), os lançamentos ocorrem em três formatos: fluxo de transações entre participantes diretos; fluxo de transações entre participantes indiretos; e fluxo de transações nos livros do PSP.

Antes de apresentar a contabilização, vale salientar quais contas das instituições financeiras estão ligadas ao PIX. Foram analisadas as demonstrações contábeis de oito grandes bancos atuantes no sistema financeiro brasileiro, que são: Itaú Unibanco; Bradesco; Banco do Brasil; Santander; BTG Pactual; Banrisul; Banco Pan; e Banco ABC.

Nenhum demonstrou, explicitamente, seus saldos em conta PI no BACEN, porém, as contas vinculadas à esta instituição foram consideradas para demonstrar a contabilização do processo.

Dentre todos, o Itaú Unibanco apresenta, em seu Ativo, as contas de Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil e Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil, que são contas vinculadas ao BACEN. Os bancos Bradesco, Banco do Brasil, Banrisul e Banco Pan dispõem em seu Ativo as contas de Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil. Já os bancos Santander, BTG Pactual e Banco ABC não possuem nomenclaturas que remetem qualquer vínculo ao BACEN.

No BACEN, as contas PI dos participantes diretos são apresentadas no Passivo em Moeda Local, na conta sintética Depósitos de Instituições Financeiras, não discriminando o valor dessas contas em suas demonstrações contábeis.

O fluxo de transações entre participantes diretos ocorre entre aquelas instituições que possuem contas PI no BACEN e que são intermediadas pelo SPI. As transações são de cunho prioritário e não-prioritário, ou seja, podem ser imediatas ou agendadas, respectivamente. Essa diferenciação ocorre para armazenar as transações não-prioritárias, buscando enfatizar àquelas prioritárias e disponibilizar a RSFN para que a transação se efetive o mais rápido possível.

O processo de envio de valores entre os participantes se dá integralmente de forma eletrônica e por mensagens. O único movimento mecânico é aquele realizado pelo usuário que envia o PIX, onde preenche a chave do recebedor.

As mensagens são todas enviadas pelo RSFN, quando realizadas com a intermediação do SPI, ou seja, transação entre participantes diretos. Quando o PIX é realizado entre contas correntes de um mesmo PSP, o SPI não será acionado para movimentar as contas PI, mas as mensagens precisam ser enviadas para a efetivação do processo.

Para o melhor entendimento do processo, adotou-se as seguintes denominações:

Tabela 2 – Nomenclaturas sistêmicas

Descrição	Denominação adotada
Pessoa física ou jurídica que envia o PIX	Usuário pagador
Pessoa física ou jurídica que recebe o PIX	Usuário recebedor
Instituição financeira do usuário pagador	PSP do pagador
Instituição financeira do usuário recebedor	PSP do recebedor
Sistemas de Pagamentos Instantâneos	SPI

Fonte: Autor, 2022.

Para iniciar o envio de um PIX, o usuário pagador preenche as informações do usuário recebedor e o valor da transação. Essas informações, assim que o usuário confirmar a transação, serão enviadas ao PSP do pagador em forma de mensagem, constando que há uma solicitação de pagamento a ser enviada.

Posteriormente, o PSP do pagador reconhece as informações e bloqueia o valor do PIX na conta corrente do usuário pagador, para se resguardar da liquidez da transação no momento da efetivação. Mesmo que abarque valores, este momento não possui contabilização. Feito isso, ele envia uma mensagem ao SPI com as mesmas informações da mensagem de seu usuário.

Por sua vez, o SPI, recebendo a mensagem do PSP do pagador, bloqueia o valor do PIX na conta PI do PSP do pagador alocada no Passivo do Banco Central também para resguardar a liquidez da operação. Assim, o PSP do recebedor receberá a mensagem do SPI informando que há uma ordem de liquidação, informando os dados do usuário recebedor para que estes sejam validados.

Validados os dados do usuário recebedor, o PSP do recebedor faz uma anotação de crédito na conta do usuário recebedor e envia uma mensagem de confirmação para prosseguir com a operação.

Neste momento, ocorrem as contabilizações nas contas de reserva, onde o SPI desbloqueia o saldo de conta PI do PSP do pagador e realiza a transferência entre as contas PI das duas instituições na conta Depósitos de Instituições Financeiras do BACEN, debitando da conta do PSP do pagador e creditando na conta do PSP do recebedor. Neste momento, a transação torna-se irrevogável, ou seja, não há como devolver os valores.

Em conjunto, o SPI dispara uma mensagem de conclusão da transação para os PSPs do pagador e recebedor. O primeiro realizará um crédito em sua conta de Depósitos compulsórios e um débito em seu Depósito à Vista. O segundo realizará um débito em sua conta de Depósitos Compulsórios e um crédito em seu Depósito à Vista. Ambas as transações caracterizam os créditos e débitos das contas dos usuários. Após isso, os usuários receberão mensagens constando a conclusão da operação.

CONCLUSÃO

Através do processo sistêmico e contábil do PIX, é visível que há um grande sistema de segurança para entregar ao usuário, não só a boa experiência pela rapidez e praticidade, mas pela forma como é realizada a operação.

É importante verificar que a contabilização só ocorrerá após ambas os PSPs, em conjunto com o SPI, validarem os dados da ordem de pagamento. Cabe também citar que os valores ficam bloqueados antes das transações serem efetivadas nas contas PI, resguardando os usuários e os PSPs de qualquer interferência externa ao processo.

Portanto, o processo de contabilização do PIX demonstrou, de maneira sistêmica, que a segurança é primordial durante as transações, com o SPI fazendo a intermediação de todas as movimentações de uma transação, incluindo a própria transferência de fundos entre contas PI das instituições financeiras no Banco Central, constituindo assim, uma espécie de júri no momento da conclusão.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, N. **Direito bancário.** 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. ISBN: 9788547231668.

ANDRADE, M. M. D. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 176 p. ISBN: 85-224-2965-0.

BAHIA, Conselho Regional de Contabilidade da. Guia Prático para Contadores de Cooperativas. *In:* Sistema OCEB. **OCEB.** Bahia, 1 jan. 2022. Disponível em: https://www.crcba.org.br/wp-content/uploads/2021/05/guia-contabilidade_web.pdf. Acesso em: 8 set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Conselho Monetário Nacional. Resolução nº 4.858, 23 de outubro de 2020. Dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, ano 205, n. 1, p. 45, 26 out. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cmn-n-4.858-de-23-de-outubro-de-2020-284733457. Acesso em: 8 set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. Resolução nº 195, 3 de março de 2022. Aprova o Regulamento do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e da Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI). **Diário Oficial da União**, Brasília, ano 2022, n. 005, 4 mar. 2022. Disponível em: https://in.gov.br/web/dou/-/resolucao-bcb-n-195-de-3-de-marco-de-2022-383908815. Acesso em: 17 out. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. Demonstrações Financeiras 2021 **Banco Central do Brasil.** Brasília, ano 2021, 31 dez. 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/balanceteslai/Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%20BCB%202021.pdf. Acesso em: 8 set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Especificações técnicas e de negócio do ecossistema de pagamentos instantâneos brasileiro. **Pagamentos instantâneos,** 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **GOV.BR.** Estatísticas do PIX. Brasília: GOV.BR, 2022. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/estatisticasPIX?hidemenu=true. Acesso em: 16 out. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **PIX**. 2022. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/PIX. Acesso em: 8 set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. Brasilia, 31 ago. 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria. Acesso em: 08 set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 1, DE 12 DE AGOSTO DE 2020. Institui o arranjo de pagamentos PIX e aprova o seu Regulamento. **Diário Oficial da União**. Seção 1, Brasília, p. 44, 13 ago. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-bcb-n-1-de-12-de-agosto-de-2020-271965371. Acesso em: 31 ago. 2022.

BERCHIELLI, F. O. **Economia monetária.** 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BETHÔNICO, Thiago. Datafolha: 30% em SP não acham o PIX seguro. *In:* UOL. **Folha de S. Paulo.** *[S.l.]*. 10 jul. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/datafolha-30-em-sp-nao-acham-o-PIX-seguro.shtml. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL, Banco Central do. História do BC. *In:* Banco Central do Brasil. **Banco Central do Brasil.** Brasília, 1 jan. 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/historia/historiabc/historia_bc.asp?frame=1. Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **PADRÃO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES REGULADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL – COSIF**. 2020. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif/completo. Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1945. Cria a Superintendência da Moeda e do Crédito, e dá outras providências. **Planalto.** Brasília, 2 fev. 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/19 37-1946/del7293.htm. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. **Planalto.** Brasília, 31 dez. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

CARNEIRO, M.; SALGADO JUNIOR, A. P.; MACORIS, L. S. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA BANCÁRIA POR MEIO DA ABORDAGEM DE INTERMEDIAÇÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre: Aurora Zen, ed. 85, ano 3, p. 336-359, 31 jan. 2017. Semestral. Disponível em: https://www.scielo.br/j/read/a/fDVKjqJyjMCSsDyGrXKjpVk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 8 set. 2022.

CÁRNIO, Thaís Cíntia. Sistema PIX de pagamentos traz novidades ao mercado financeiro. *In:* Legislação & Mercados. **Legislação & Mercados.** *[S.l.]*. 24 abr. 2020. Disponível em: https://legislacaoemercados.capitalaberto.com.br/sistema-PIX-de-pagamentos-traz-novidades-ao-mercado-financeiro/. Acesso em: 8 set. 2022.

COSTA NETO, Y. C. D. **Bancos oficiais no Brasil:** origem e aspectos de seu desenvolvimento. 1 ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. 156 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros_bancos_oficiais.pdf. Acesso em: 8 set. 2022.

CVM. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional - SFN. *In:* Comissão de Valores Mobiliários. **Portal do Investidor.** *[S.l.]*. 1 jan. 2021. Disponível em: https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Academico/O_Mercado_de_valores_mobiliarios_brasileiro/Estrutura_Funcionamento.html. Acesso em: 8 set. 2022.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro:** Produtos e Serviços. 15. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. ISBN: 85-7303-349-5.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. ISBN: 978-85-224-5823-3.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p. ISBN: 978-85-224-6625-2.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 196 p. ISBN: 978-85-224-6975-8.

SALOMÃO NETO, E. **Direito bancário.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

REGIME TRIBUTÁRIO: UMA PROJEÇÃO COMPARATIVA ENTRE O SIMPLES NACIONAL E O LUCRO PRESUMIDO EM UMA EMPRESA DE COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA

KRAMPE, Ana Julia[1]
SIQUEIRA, Ruben Gomes de[2]
ajkrampe@minha.fag.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa dispõe de um estudo de caso sobre elaboração de uma projeção de crescimento do faturamento para o comparativo entre os regimes tributários do Simples Nacional e do Lucro Presumido, em vista de apresentar o impacto que este causa na carga tributária e na decisão do enquadramento da empresa. Para tanto, faz-se necessário a fundamentação sobre a legislação vigente, os métodos de análise e os cálculos realizados para alcançar os devidos resultados. Assim, o estudo se finda ao desenvolver, esclarecer e modificar ideias para atingir o objetivo proposto.

Palavras-chave: Regime tributário. Simples Nacional. Lucro Presumido.

INTRODUÇÃO

A carga tributária do Brasil é considerada uma das maiores em proporção mundial, elevando o custo dos produtos e serviços oferecidos no país (POLITIZE, 2017). Como consequência dessa situação, temos a evasão fiscal praticada por pessoas físicas e, principalmente, pelas jurídicas. Portanto, a necessidade de uma análise para o planejamento tributário se torna crescente para evitar a inadimplência, gerar uma otimização financeira e melhorar os resultados de uma empresa (LANA; LIZOTE, 2012).

A realização desta análise tributária contínua em entidades promove estabilidade nas decisões, amplia possibilidades e concede a projeção de cenários futuros. Para o ramo da empresa, que atua com segurança pessoal e doméstica, esta ferramenta

---

[1] Acadêmica Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

[2] Docente Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

estratégica irá auxiliar na expectativa de crescimento e na desenvoltura da mesma (ÁBACO, 2020). Pois, acompanhando as tendências, há dois anos e meio a empresa integrou-se também no mercado de energia solar fotovoltaica para residências, comércios e agronegócio, mantendo parcerias firmadas com empresas referências em produtos para o segmento. Portanto, obteve um aumento no seu faturamento e, assim, tem a necessidade do planejamento para assegurar o seu progresso.

Outrossim, segundo dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR, 2022), dentro desse cenário, destaca-se que 2021 foi um ano de recordes para o setor solar fotovoltaico no Brasil e as perspectivas para o ano de 2022 são de imensas potencialidades. Assim, tem-se que o uso desta ferramenta irá refletir positivamente nos resultados.

Logo, conforme as demonstrações contábeis e os estudos realizados neste ramo empresarial, sua tendência futura é o contínuo crescimento. Sendo assim, o elevado faturamento irá interferir na carga tributária e no enquadramento de regime que ela se encontra. Portanto, a análise e um planejamento estruturado irão auxiliar os administradores na tomada de decisões, ampliar as possibilidades na gestão e reduzir o recolhimento dos tributos, evitando-se arcar com valores indevidos. Além disso, a falta desta análise reflete de forma direta, acarretando um possível erro na decisão do regime tributário, maximizando a carga tributária e repercutindo nos resultados previstos (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2021).

Com isso, o presente estudo de caso tem como objetivo projetar o crescimento do faturamento com base nas demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais; para verificar, através das bases de cálculos dos tributos, o impacto deste na carga tributária e realizar um comparativo entre os possíveis regimes de enquadramento. Por conseguinte, pode-se delimitar a progressão futura, causando uma precaução com base no histórico financeiro da mesma. Isso irá assegurar aos gestores a tomada de decisões quanto a expectativa de crescimento e a saúde financeira da empresa.Contudo, em conformidade com os pontos citados, a presente pesquisa será discutida com base na legislação brasileira e nos principais teóricos, que serão apresentados a seguir, para a qual servirão de fundamento da teoria descrita e como evidência dos resultados obtidos neste estudo.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

1.1 Contabilidade Tributária

A contabilidade tributária é uma especialização das ciências contábeis que aplica o conhecimento do direito tributário para a regularização e administração das atividades e operações da empresa. É responsável por controlar e gerenciar os procedimentos fiscais, as obrigações tributárias e a carga de tributos recolhidos pela empresa, deste modo, intermediando a relação do contribuinte com o fisco (CRC, 2018). Assim Pohlmann descreve que a contabilidade tributária:

> se dedica ao estudo dos princípios, conceitos, técnicas, métodos e procedimentos aplicáveis à apuração dos tributos devidos pelas empresas e entidades em geral, à busca e análise de alternativas para a redução da carga tributária e ao cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas pelo fisco (POHLMANN, 2010, p. 140).

A análise tributária é um processo baseado nos dados e demonstrativos contábeis da empresa para a escolha do melhor regime tributário, com o principal objetivo de reduzir os tributos. Entretanto, a falta desta análise impacta na escolha inadequada do regime tributário, na maximização da carga tributária sobre suas atividades e, por conseguinte, influencia o resultado previsto da empresa (CONTABILIZEI, 2022).

Com isso, a análise tributária é fundamental para o planejamento da empresa, gerando um resultado fidedigno para a mesma. Portanto, é aconselhável que esta análise seja realizada periodicamente, devido às alterações do cenário empresarial, além das constantes mudanças e possibilidades interpretativas da legislação (SSRADV, 2022).

1.2 Análise Tributária

A análise tributária é elaborada conforme as demonstrações contábeis da entidade como previsão de faturamento e de despesas operacionais, margem de lucro e despesas com empregados, a fim de estabelecer o limite do custo tributário (ÁBACO, 2020). Segundo o Instituto Brasileiro de Gestão Empresarial (IBGEM), esta análise:

> é fundamental para a boa administração de uma empresa. Ela engloba um trabalho detalhado com levantamento de dados financeiros, contábeis e fiscais para a escolha do melhor regime tributário. Desse modo, é aconselhável que esta análise seja realizada de forma regular (IBGEM, 2020).

Em vista da redução da carga tributária, o contribuinte possui o meio legal denominada elisão fiscal, que compreende a análise e, sucessivamente, o planejamento tributário. De acordo com Crepaldi, a elisão fiscal é:

> um conjunto de atos adotados por um contribuinte, autorizados ou não proibidos pela lei, visando a uma carga fiscal menor, mesmo quando esse comportamento prejudica o Tesouro. Consiste na economia lícita de tributos, deixando-se de fazer determinadas operações ou realizando-as da forma menos onerosa possível para o contribuinte. Trata-se de ação perfeitamente lícita, de planejamento tributário ou economia fiscal. Configura-se em um planejamento que utiliza métodos legais para diminuir o peso da carga tributária em um determinado orçamento (CREPALDI, 2019, p. 178).

Portanto, difere da evasão fiscal, dispondo de métodos legais para um planejamento estratégico.

A evasão fiscal, ou também denominada sonegação fiscal, compreende na utilização de meios ilícitos para o contribuinte evitar de pagar taxas, impostos e demais tributos, ou alcançar o propósito da análise tributária, porém através de procedimentos que descumprem diretamente a lei fiscal (CONTABILIZEI, 2021). Esta conduta considera-se crime e é passível de punição conforme a Lei nº 4.729/65 e a Lei nº 8.137/90. Conseguinte, o Art. 1º da Lei nº 4.729/65 aborda o crime de sonegação fiscal, descrevendo os meios ilícitos:

> Art. 1º. Constitui crime de sonegação fiscal:- prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;
> I - inserir elementos inexatos ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;
> II - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;
> III - fornecer ou emitir documentos graciosos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
> IV - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal.

Contudo, a análise tributária dispõe de fornecer ao contribuinte métodos

protegidos pela legalidade, desconsiderando a possibilidade da utilização de meios ilícitos para evitar ou reduzir a arrecadação de impostos. Logo, a análise é executada com base nas informações de tributos, e em dados e demonstrações contábeis do contribuinte para averiguar e projetar meios lícitos para a redução fiscal de acordo com o regime tributário enquadrado (JUS, 2015).

1.3 Regime Tributário

O regime tributário, ou regime de tributação, constitui-se em um conjunto de normas e leis que estabelece a regulamentação da apuração e arrecadação dos tributos pela empresa. A determinação do regime tributário envolve diversos fatores, como o porte, o faturamento, a atividade exercida, entre outros. Com isso, a análise tributária estuda esses aspectos com base nos dados da empresa, a fim de projetar e comparar as formas de apuração, e indicar o regime tributário mais adequado para desenvolver as atividades da empresa (CONTABILIZEI, 2022).

Logo, a escolha do regime tributário é um estudo essencial para o resultado da empresa, e conforme relata Crepaldi:

> a legislação tributária brasileira disponibiliza algumas opções que poderão influenciá-la. As pessoas jurídicas são tributadas por uma das formas de apuração do IRPJ e da CSLL, por opção do contribuinte ou por determinação legal, nas seguintes modalidades: Simples Nacional, lucro presumido, lucro arbitrado ou lucro real. Importante decisão tributária quanto às opções deve ser efetivada anualmente pelos administradores (CREPALDI, 2019, p. 168).

Conseguinte, a opção de tributação definida terá efeito por todo o exercício social, portanto, um equívoco na decisão da opção irá impactar os resultados previstos para a empresa (CREPALDI, 2019).

1.3.1 Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime tributário simplificado e favorecido que era conhecido por Simples Federal, conforme a Lei nº 9.317/96, que foi revogada pela Lei nº 123/06, sendo substituído pelo Simples Nacional.

Esse regime tributário é exclusivo para contribuintes enquadrados como Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Logo, para ser uma ME ou uma

EPP, o contribuinte deve cumprir dois requisitos: quanto à natureza jurídica, precisa ser uma sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada ou empresário individual; e, quanto à receita bruta, precisa observar o limite máximo anual estabelecido em Lei. Ao que se refere ao limite, a ME deve possuir receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e, a EPP ter a receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), segmentado em cinco anexos e em seis faixas de faturamento, de forma gradativa. Além desses critérios, há atividades impedidas de optar pelo Simples Nacional, como bancos, cooperativas, cartórios, entre outros (ART. 3º, I e II, LEI 123, 2006).

A empresa que aderir ao Simples Nacional, possui a unificação dos tributos em um documento, calculado sobre a alíquota definida a sua receita bruta mensal. Assim como está disposto no Art. 13 da Lei nº 123/06:

> Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:
> I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;
> II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1o deste artigo;
> III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
> IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1o deste artigo;
> V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1o deste artigo;
> VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;
> VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
> VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Com isso, o Simples Nacional tem o objetivo de simplificar e favorecer os contribuintes optantes ao cumprimento das obrigações tributárias com normas e leis exclusivas (RECEITA FEDERAL, SECRETARIA ESPECIAL DA FAZENDA).

1.3.2 Lucro Presumido

O Lucro Presumido é uma forma de tributação simplificada que determina a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre

o Lucro Líquido (CSLL) (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2022).

Neste regime tributário, a Receita Federal presume que um percentual do faturamento seja lucro, portanto, os tributos não são calculados sobre o lucro efetivo, mas por uma base presumida (CONTABILIZEI, 2022).

Conforme relata Crepaldi:

> o lucro presumido, em cada trimestre, corresponde ao resultado da aplicação dos percentuais fixados em lei de acordo com a atividade-fim da pessoa jurídica, sobre a receita bruta auferida no período, adicionado integralmente dos resultados das demais receitas, rendimentos e ganhos de capital, que corresponderá à base de cálculo do imposto do IRPJ e da CSLL (CREPALDI, 2019, p. 311).

Assim sendo, os demais tributos incidem mensalmente, como o PIS e o COFINS, cujo cálculo aplica-se à alíquota sobre a receita bruta. Além disso, ao aderir ao Lucro Presumido, a empresa possui o limite de faturamento igual ou inferior a R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) e não pode exercer atividades específicas, como bancos e entidades públicas (ART. 2º e 13º, LEI 9.718, 1998).

Portanto, nem todas as empresas podem aderir a este regime tributário e não é indicado para as quais detém prejuízo, pois como a base de cálculo incide sobre a receita bruta, o valor arrecadado será maior quando ocorrer prejuízo. Contudo, o Lucro Presumido é um regime simplificado que demanda menos obrigações acessórias e documentações pelo fisco, além de ser indicada para empresas que retém poucos créditos a serem abatidos, tornando uma opção vantajosa (CREPALDI, 2019).

1.3.3 Impostos que impactam no Simples Nacional com o Lucro Presumido

A arrecadação no Simples Nacional implica o recolhimento mensal mediante a apuração pela base de cálculo da receita bruta auferida no mês pela empresa, que será unificado no Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). Sobre esta receita bruta incidirá a alíquota nominal constantes nas tabelas dos Anexos I à V da Lei Complementar nº 123/06. Para determinação da alíquota considera-se o faturamento total da empresa nos 12 meses anteriores ao período de apuração, segundo as faixas limites do Anexo da atividade de atuação da empresa (CREPALDI, 2019).

Logo, a alíquota efetiva para a apuração dos valores devidos, disposto no 1º parágrafo do Art. 18 da Lei citada,

é o resultado de:
RBT12xAliq-PD, em que:
RBT12
RBT12: receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração;
Alíq: alíquota nominal constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar;
PD: parcela a deduzir constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar.

À vista disso, são definidos os percentuais específicos de cada tributo, calculados de acordo com a alíquota efetiva e multiplicados conforme disposto nas faixas do Anexo em que se enquadra a atividade; além, da redução da parcela dedutível (CREPALDI, 2019).

O Lucro Presumido provém do recolhimento dos percentuais da presunção do IRPJ e da CSLL sobre a receita bruta mensal, deduzida as devoluções, as notas fiscais canceladas e os descontos concedidos (ART. 2, LEI Nº 9.430/96).

A alíquota presumida do IRPJ é de 15% e, ao exceder o valor de R$ 60.000,00 sobre o a receita bruta auferida, deverá ser aplicada alíquota de 10% a título adicional do IRPJ. E, a CSLL, determinará a base de cálculo de 12%, em regra geral, sobre a receita bruta com adições devidas. Posteriormente, a alíquota da CSLL é de 9%, como regra geral (CREPALDI, 2019). Além, as alíquotas conforme as atividades exercidas pela empresa, dispostos pela Lei nº 9.249/95.

Para a forma de cálculo do PIS e o COFINS pelo regime de incidência cumulativa para a maioria das atividades, incide diretamente a alíquota de 0,65% sobre o faturamento para o PIS e de 3% sobre o faturamento para a COFINS (MACROCONT, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao ingressar no mercado de energia solar fotovoltaica no ano de 2020, a empresa obteve um crescimento de demanda e, por consequência, do faturamento auferido perante a atividade. Logo, evidencia-se a elevação da carga tributária, visto que esse aumento interfere na alíquota nominal, na parcela dedutível e nos percentuais de repartição dos tributos, que situam-se nas faixas de receita bruta dos anexos do regime do Simples Nacional. A partir disso, pressupõe o comparativo com o regime do Lucro Presumido, para averiguar qual regime tributário finda a minimização dos tributos na arrecadação mensal.

Tabela 1 – Demonstrativo de Faturamento 2020

Competência	Saídas	Serviços	Total
01/2020	R$ 24.785,61	R$ 3.383,50	R$ 28.169,11
02/2020	R$ 13.821,87	R$ 4.931,00	R$ 18.752,87
03/2020	R$ 9.019,91	R$ 2.699,00	R$ 11.718,91
04/2020	R$ 8.133,20	R$ 58.482,31	R$ 66.615,51
05/2020	R$ 17.093,12	R$ 77.442,95	R$ 94.536,07
06/2020	R$ 26.386,51	R$ 89.428,13	R$ 115.814,64
07/2020	R$ 29.276,47	R$ 90.705,82	R$ 119.982,29
08/2020	R$ 21.408,72	R$ 61.913,63	R$ 83.322,35
09/2020	R$ 16.707,56	R$ 77.378,33	R$ 94.085,89
10/2020	R$ 27.524,54	R$ 122.612,68	R$ 150.137,22
11/2020	R$ 14.335,42	R$ 54.064,24	R$ 68.399,66
12/2020	R$ 20.115,07	R$ 152.342,87	R$ 172.457,94

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 2 – Demonstrativo de Faturamento 2021

Competência	Saídas	Serviços	Total
01/2021	R$ 26.886,66	R$ 53.782,99	R$ 80.669,65
02/2021	R$ 18.987,96	R$ 35.483,32	R$ 54.471,28
03/2021	R$ 23.227,42	R$ 53.431,38	R$ 76.658,80
04/2021	R$ 30.459,62	R$ 57.377,57	R$ 87.837,19
05/2021	R$ 39.998,59	R$ 66.204,47	R$ 106.203,06
06/2021	R$ 29.913,93	R$ 73.918,61	R$ 103.832,54
07/2021	R$ 42.152,02	R$ 111.344,08	R$ 153.496,10
08/2021	R$ 38.191,67	R$ 87.331,53	R$ 125.523,20
09/2021	R$ 24.765,52	R$ 136.433,04	R$ 161.198,56
10/2021	R$ 10.448,44	R$ 206.597,01	R$ 217.045,45
11/2021	R$ 24.583,06	R$ 146.975,94	R$ 171.559,00
12/2021	R$ 21.874,69	R$ 328.769,03	R$ 350.643,72

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Assim exposto nas tabelas 1 e 2, o progresso do faturamento varia de acordo aos meses do ano, bem como pelas alterações da tributação na legislação vigente e pela tendência de mercado. Posto isso, é realizado a análise horizontal, que avalia a evolução

das demonstrações financeiras, afim de comparar os resultados mais recentes com os do exercício social anterior; sendo o cálculo, portanto, efetuado com base nas receitas brutas mensais sobre a fórmula apresentada na figura 1.

Figura 1 – Fórmula da Análise Horizontal

$$AH = \left[\left(\frac{\text{Valor atual do item}}{\text{Valor do item no período base}} \right) -1 \right] \times 100$$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Disposto os devidos resultados, como evidencia a tabela 3, aponta-se a evolução crescente do faturamento, logo, sendo indispensável a comparação entre os regimes tributários para o próximo exercício social.

Tabela 3 – Análise Horizontal das Receitas Brutas 2020/2021

Mês	Alíquota
Janeiro	186%
Fevereiro	190%
Março	554%
Abril	32%
Maio	12%
Junho	-10%
Julho	28%
Agosto	51%
Setembro	71%
Outubro	45%
Novembro	151%
Dezembro	103%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultados em processo de finalização do desenvolvimento e da análise, para indicar o regime tributário que irá minimizar os tributos mensais; e, portanto, para a obtenção das considerações finais, que visa o propósito de atingir o objetivo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABACO. **Análise Tributária: por que realizar na sua empresa**. Disponível em: <https://www.abacoconsultoria.com.br/post/an%C3%A1lise-tribut%C3%A1ria-por- que-realizar-na-sua-empresa>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ABSOLAR. **Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica**. Disponível em: <https://www.absolar.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte. Brasília: Planalto, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 11 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965**. Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4729.htm>. Acesso em: 05 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998**. Altera a legislação tributária federal. Brasília: Planalto, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9718.htm#art13..>. Acesso em: 18 mai. 2022.

BRASIL. Perguntas e Respostas Simples Nacional. Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional, 2021. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>. Acesso em: 11 mai. 2022.

CONTABILIZEI. **Elisão Fiscal**. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/elisao-fiscal-pagar-menos-sonegar-impostos/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CONTABILIZEI. **O que é Lucro Presumido**. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/lucro-presumido/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CONTABILIZEI. **O que é Preciso Saber sobre Regime de Tributação**. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-preciso-saber- sobre-regime-de-tributacao/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CRC. **Você sabe o que é Contabilidade Tributária**. Jornal Contábil, 2018. Disponível

em: <https://www.crc.org.br/noticias/NoticiaIndividual/71f9cc32-85b4- 4d73-bcd7-76feb181ef99>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento Tributário: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGEM. **A Importância da Análise recorrente do Regime Tributário**. Disponível em: <https://ibgem.com.br/2020/06/05/analise-tributaria/#:~:text=A%20An%C3%A1lise%20Tribut%C3%A1ria%20%C3%A9%20fundamental,seja%20realizada%20de%20forma%20regular.>. Acessos em: 31 ago. 2022.

JUS. **Planejamento Tributário**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44062/planejamento-tributario>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LANA, Jeferson; LIZOTE, Suzete Antonieta. **A Importância do Planejamento Tributário para a Lícita Redução dos Tributos e Otimização dos Lucros**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. UNIVALI. Santa Catarina, 2012.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Contabilidade Tributária**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

POLITIZE. **Carga Tributária Brasileira**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/carga-tributaria-brasileira-e-alta/>. Acesso em: 11 mai. 2022.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **O que é Lucro Presumido**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/artigos/oquee_lucropresumido.htm>. Acesso em: 15 mai. 2022.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Planejamento Tributário**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SSRADV. **A Importância do Planejamento Tributário para Empresas**. Disponível em:<https://www.ssradv.com.br/informativos/a-importancia-do-planejamento- tributario-para-empresas/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SUNO. **Análise Horizontal**. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/analise-horizontal/>. Acesso em: 16 out. 2022.

TORO BLOG. **Média Móvel**. Disponível em; <https://blog.toroinvestimentos.com.br/trading/media-movel>. Acesso em: 16 out. 2022.



YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

UMA ANALISE SOBRE AS GARANTIAS DE CRÉDITO

LAWICH, Sara Carolina – Autora 1
OLIVEIRA, Evellyn Cristine – Autora 2
DA SILVA, Wendel Alves – Autor 3
sclawich@minha.fag.edu.br
Orientadora: KINZLER, Edina Carine de Souza
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade, através de pesquisas, falar sobre as garantias de crédito existentes e as suas importâncias, uma vez que são utilizadas em relações financeiras entre indivíduos. Essas garantias de crédito tem o propósito de diminuir riscos, fornecendo segurança ao credor no ato do empréstimo. O objetivo do trabalho é explicar de forma sucinta quais são as garantias de crédito, sendo elas as garantias reais e fidejussórias e, seus subtipos. Ao decorrer do artigo, abordaremos como esses métodos de garantias são aplicados e as suas finalidades. A metodologia utilizada para o presente artigo foi a pesquisa bibliográfica, feita em livros, sites e artigos presentes na internet. Com base nesse estudo, concluímos que é necessário o aprendizado sobre as garantias de crédito, de modo que a mesma se encontra presente no cotidiano, nas relações entre indivíduos. Portanto, é preciso ter conhecimento prévio afim de evitar erros prejudiciais.

Palavras-chave: Garantias; Credor; Crédito.

INTRODUÇÃO

As garantias de crédito surgiram como a finalidade de diminuir os riscos de inadimplência por parte dos devedores, quando se é feito um empréstimo. Essas garantias se dividem em dois tipos, sendo eles, garantias reais e as garantias fidejussória.

As garantias reais se constituem sobre a vinculação de bens tangíveis do cliente. Dentro das garantias reais, possuímos três subtipos: O penhor, a anticrese e, a hipoteca. As garantias fidejussórias são aquelas que são fornecidas por alguém que se compromete a cumprir as obrigações obtidas pelo devedor. Dentro desse tipo de garantia, possuímos dois subtipos: O aval e, a fiança. Todas elas, iremos abordar a seguir. Para que servem e como são. Essas informações são pautadas em pesquisas bibliográficas.

O objetivo desse trabalho é fazer uma analise sobre as garantias de credito, e também, entender como elas funcionam e se aplicam dentro de cada tipo de garantia.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

1.1. Garantias de crédito.

Segundo o núcleo de acesso ao crédito (2019), as garantias de crédito surgiram para diminuir os riscos de inadimplência. Elas dão mais segurança para os credores quando se é disponibilizado títulos para empréstimos ou financiamento, e que se caso houver a inadimplência, será possível recuperar o valor disponibilizado.

“As garantias de crédito servem para diminuir o risco no momento de captação de recursos. Elas conferem mais segurança para os credores, quando eles disponibilizam dinheiro a título de empréstimo ou financiamento, além de darem mais certeza de que, em caso de inadimplência, será possível recuperar o valor investido.” Diz Núcleo de acesso ao credito (2019).

Existem dois tipos de garantias, as reais e fidejussórias. As garantias pessoas são divididas em: aval e fiança. E as garantias reais são divididas em: penhor, anticrese e hipoteca. Existem outros tipos, porém vamos dar maior enfoque nas três garantias principais.

1.1.1 Garantias fidejussórias

Segundo DOGNONI, OLIVEIRA E OLIVEIRA (2016), as garantias de crédito pessoais são chamadas também de fidejussórias, que são fornecidas por alguém que se compromete a cumprir as obrigações contraídas pelo devedor. Nessa garantia, os bens pessoais do garantidor são tomados para o cumprimento da dívida do devedor.

"A garantia fidejussória é uma garantia prestada de forma pessoal por uma pessoa em um contrato ou negociação, sendo que se trata de uma garantia personalíssima. Isto é, apenas a pessoa que prestou a garantia poderá ser responsabilizada em conjunto com o devedor. Nesse caso, o terceiro que presta a garantia com seu patrimônio, exatamente por isso é que se trata de uma garantia pessoal. Assim, caso o devedor não pague o valor acordado, o credor pode acionar o terceiro que prestou a garantia e comprometeu-se com o negócio firmado." Diz DELGADO (2022).

Dentro das garantias pessoais temos o aval e a fiança, que vao ser especificadas a seguir.

1.1.1.1 Aval

É geralmente usado para pagamento de notas promissórias e cheque

Segundo EFIC (2022), é caracterizada pela assinatura do avalista ou do procurador com poderes para tal, na frente ou verso do título. Esta assinatura informa o comprometimento em garantir que as obrigações sejam cumpridas. O avalista, por sua vez, é responsável pela amortização do crédito, da mesma forma que o devedor principal, não havendo benefícios de ordem. O avalista muitas das vezes é chamado de devedor solidário.

De acordo com SANTOS (2000), o aval é normalmente atrelado a todas as operações de crédito, por ser a forma de garantia mais comum. Nesta garantia, não se destaca nenhum bem específico de garantidor, e sim com a totalidade dos bens. É bem importante que o avalista tenha o patrimônio livre de ônus suficiente para cobrir o débito com os respectivos encargos. Este tipo de garantia de crédito não possui um contrato específico, sendo um negócio informal e simples de se realizar.

1.1.1.2 Fiança

Este tipo de garantia de crédito pode ser chamado de fiança ou caução fidejussória.

Segundo Santos (2000), é a garantia na qual o fiador garante, no todo ou em parte, o

cumprimento de obrigação do devedor, que assumiu com um concessor de financiamento. Para que que essa garantia seja válida, ela deve conter com a anuência escrita de outro conjugue, de caráter acessório. Sem a concordância de outro conjugue, a fiança será nula. Como não é uma operação de crédito em si, não há incidência de IOF.

Além do principal e dos juros, a fiança compreende todas as despesas acessórias, como jutos de mora, comissão de permanência, multa, etc. (SANTOS, 2000). A sua execução é mais lenta que o aval. O fiador é demandado para o pagamento da dívida em caso de inadimplência. É muito comum este tipo de garantia em contratos de locação. Há também um seguro, o seguro-fiança, em que empresas são pagas para realizarem o papel de fiadoras quando preciso.

1.1.2.2 Anticrese

Segundo GONÇALVES (2007), "a anticrese é direito rela sobre coisa alheia, em que o credor recebe a posse de coisa frutífera, ficando autorizado a apercebe-lhe os frutos e imputá-los no pagamento da dívida"

"É um direito real de garantia estabelecido em favor do credor e com a finalidade de compensar a dívida do devedor, por meio do qual este entrega os frutos e rendimentos provenientes do imóvel." Diz GONÇALVES (2016).

Para uma maior compreensão, este tipo de garantia ocorre da seguinte forma. Digamos que o devedor precise um empréstimo, e nesse caso da anticrese, ele utiliza o imóvel como garantia, porém essa garantia irá ser o direito de posse sob esse imóvel, em que o credor ao possuir irá usar os rendimentos do mesmo para abater a dívida até extingui-la. E por sua vez, o imóvel será devolvido.

1.1.2.3 Hipoteca

A hipoteca é a vinculação de bens, considerados imóveis para a garantia de uma dívida. Os tipos de imóveis podem ser: prédios, terras, apartamentos, casa, sítios, lotes, navios e aviões. (SANTOS,2010). Não há a transmissão de posse para o credor, como ocorre na anticrese; porém caso o devedor não quite a dívida, o credor pode pedir a posse do bem.

"Consiste em colocar um imóvel como garantia para conseguir um **empréstimo com juros baixos** e prazos longos. Esse modelo envolve muitas barreiras legais que tornam a operação ineficiente e pouco rentável." Dito pelo Portal exponencial (2022).

Segundo COURA (2015), o devedor hipotecário, deve cuidar para que o bem constituído como garantia não perca seu valor patrimonial, sendo assim, deve cuidar de seu bem, mantendo as manutenções em dia para que não aconteça a desvalorização desse bem.

1.1.3 Efeitos dos direitos reais das garantias

Segundo PINTO (2016), existem cinco efeitos dos direitos reais de garantias: o privilégio, sequela, excussão, indivisibilidade e o vencimento antecipado da obrigação garantida. Iremos abordar sobre cada uma delas abaixo;

1. O privilégio é quando os credores com garantias reais têm o direito de receber em certa ordem quando concorrem com credores que não tem garantia. GONÇALVES (2007), afirma que o privilégio é quando o credor com garantia real tem preferência de recebimento pelo dinheiro devido, quando houver diversos credores por uma única dívida e ocorrer a arrematação do bem, a quitação será feita para os credores que possuírem garantias reais.
2. A sequela é quando o bem que é um objeto de garantia real, é passado para terceiros. Mas, esse bem continua sendo usado para o cumprimento da obrigação garantida (PINTO, 2016)
3. A excussão é quando os credores podem recorrer judicialmente os bens do devedor para o pagamento da dívida, desde que a obrigação esteja vencida. (Gonçalves, 2007)
4. O vencimento antecipado da obrigação garantida é quando a falência ou insolvência por parte do devedor. Ou quando há perecimento do objeto. (PINTO, 2016)
5. A indivisibilidade é quando o pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens, salvo disposição expressa no título ou na quitação. (GONÇALVEZS, 2007)

2. METODOLOGIA

Este artigo teve como metodologia o uso da pesquisa bibliográfica. Logo foi realizada pesquisas em livros, artigos e sites presentes no meio digital. Possuindo como finalidade trazer à tona informações sobre o assunto estipulado, sendo ele, as garantias de crédito.

Esta metodologia foi escolhida com a finalidade de um artigo explicativo e sucinto, de modo a promover ao leitor uma facilidade de compreensão. Como TRAINA E TRAINA

(2009) afirma “a pesquisa bibliográfica pode ser feita em abrangência ou em profundidade. Mas o mais importante é que se defina desde o início, o que se pretende com ela”. Pretendemos falar sobre as garantias de crédito e seus objetivos, e alcançamos tal objetivo.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, concluímos que as garantias de crédito surgem como ferramenta para diminuir o risco de inadimplência, não prejudicando os credores que realizaram tal empréstimo. Pois uma vez em que os devedores não quitavam a dívida, os credores perdiam seu investimento, havendo quebra de capital.

Uma vez com o surgimento dessas garantias, mesmo com o não pagamento, o credor não sairá prejudicado. Há vários tipos de garantia que podem ser utilizados, logo abre-se um leque de possibilidades, podendo escolher o que será mais benéfico para a situação.

Com isso, percebemos a importância que as garantias de crédito possuem, de modo que beneficiam determinadas partes, desde que sejam cumpridos os contratos.

REFERÊNCIAS

Quais são os tipos de garantias de crédito. Disponível em: <https://www.melhortaxa.com.br/entenda-o-credito/quais-sao-os-tipos-de-garantias-de-credito>. Acesso em: setembro 2022.

Direitos reais de garantia. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/resumos/exibir/334/Direitos-reais-de-garantia>. Acesso em: setembro 2022.

Garantias de crédito: um assunto importante. Disponível em: <https://nac.eni.com.br/blog/garantias-de-credito-um-assunto-importante> Acesso em: setembro 2022.

Quais os tipos de garantias em operações de crédito? Disponível em: <https://efic.com.br/tipos-de-garantias-em-operacoes-de-credito/> Acesso em: setembro 2022.

Anticrese - Novo CPC (Lei nº 13.105/15). Disponivel em: https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1612/Anticrese-Novo-CPC-Lei-no-13105-

15#:~:text=Anticrese%20%2D%20Novo%20CPC%20(Lei%20n%C2%BA%2013.105%2F15),-Processo%20Civil%20%7C%2003&text=%C3%89%20um%20direito%20real%20de,e%20rendimentos%20provenientes%20do%20im%C3%B3vel. Acesso em setembro 2022.

O que é hipoteca: entenda como funciona a hipoteca de imóvel no Brasil. Disponível em: **https://www.creditas.com/exponencial/o-que-e-hipoteca/, acesso em setembro 2022.**

Garantias de crédito: um assunto importante. Disponível em: https://nac.cni.com.br/blog/garantias-de-credito-um-assunto-importante/ Acesso em outubro 2022.

Entenda o que é a garantia fidejussória, seus tipos e hipóteses. Disponivel em: https://www.aurum.com.br/blog/garantia-fidejussoria/ Acesso em outubro de 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

DIAGNÓSTICO DE PROPRIEDADE RURAL GRANJA BICKEL

BOIÇON, Beatriz - Autor 1
BENDER, Carlos - Autor 2
JUNIOR, Edivaldo - Autor 3
BICKEL, Milena - Autor 4
bcboicon@minha.fag.edu.br
Orientadora: BELMONTE, Cristiani
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O diagnóstico de uma propriedade rural tem como objetivo analisar seus potenciais e suas fraquezas, assim segmentando estratégias para aumentar sua produção e lucratividade. Na propriedade escolhida, a metodologia da pesquisa foi realizada em base de tópicos, nos quais proporciona a melhor visão para que chegue na análise final da propriedade.

Palavras-chave: Diagnóstico. Análise. Propriedade.



INTRODUÇÃO

Um diagnóstico de propriedade é desenvolvido em etapas, nas quais precisa ser analisado todos os fatores potenciais e prejudiciais da propriedade para assim conseguirmos ter uma visão de como está a atual situação da propriedade, o que facilita a identificação de problemas, oportunidades e a tomada de ação.

O diagnóstico foi realizado na Granja Bickel, localizada em Marechal Cândido Rondon, a propriedade consiste em uma Gestão Familiar e conta com o auxílio de 08 colaboradores que atuam nela, o objetivo da análise na mesma é de detalhar todos os desafios e oportunidades da propriedade para assim resolvê-los e melhorá-los.

Os tópicos analisados foram os seguintes: Levantamento, Propriedade e suas Características, Topografia, Infraestrutura, Abastecimento Elétrico e Hídrico, Itinerário e Rotas de Acesso, Benfeitorias e Depreciação, Máquinas e Implementos, Classificação Climática, Recursos Humanos e Naturais, Capacidade de Uso das Terras, EPI´s, e Custos de Produção.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Para a coleta dos dados, foram utilizadas diferentes métodos e ferramentas. A imagens e dados usados na topografia e itinerário foram tirados do Google Earth, Google Maps e do aplicativo Fields Area usando as ferramentas disponibilizadas pelas plataformas, já os dados usados no tópico Clima e Precipitação foram retirados do site do Simepar/PR e do site da prefeitura de Marechal Cândido Rondon.

A depreciação de cada implemento foi calculada com base no ano de compra e uso de cada maquinário e implemento e seu estado de conservação.

Usamos como referência o artigo dos autores Ari Délcio Cavedon e Edgar Shinzato sobre a capacidade de uso das terras e junto dos dados coletados conseguimos classificar a propriedade. As fotos dos maquinários e implementos, estrada de acesso, estruturas e infraestruturas foram realizadas pelos autores do

artigo, já as tabelas de análise de solo foram retiradas de análises feitas pela Cooperativa Copagril, os custos de produção da atividade principal que é a Avicultura de Corte foram verificados com os proprietários da propriedade rural.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com os resultados obtidos, conclui-se que o principal problema que afeta a propriedade é a ausência de mão de obra qualificada e treinada, o que afeta gravemente a produtividade e resultados das granjas e assim consequentemente que o retorno financeiro não seja satisfatório.

Há várias potencialidades na propriedade, como: capacidade de expansão, diversidade de atividades, sustentabilidade, investimento, experiência do ramo e infraestrutura. A propriedade tem seu planejamento estratégico para que possa potencializar suas atividades e renda. Dessa forma, verificar os riscos e se manter prevenido de fatores que possam impactar diretamente ou indiretamente sua empresa rural.

As áreas cultiváveis foram classificadas como Grupo A - Classe II: terras cultiváveis com problemas simples de conservação, junto de um bom fator climático e uma boa média de precipitação anual, o que favorece muito o cultivo de culturas como soja, milho, trigo e a produção de feno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos, a propriedade Bickel consta com uma ampla infraestrutura, totalmente mecanizada, com recursos naturais vastos, e gestão devidamente implantada na propriedade. Sendo estes, resultados que agregam positivamente na empresa rural.

A propriedade utiliza a implementação de tecnologias buscando a sustentabilidade e produtividade. Podendo-se destacar o uso de energias renováveis, uso de dejetos orgânicos das criações na fertilização de plantações.

É observado que o mercado está cada vez mais exigente, e a demanda por alimento está cada vez maior, seguindo pela qualidade dos produtos além da

sanidade ambiental, o que é um dos pontos positivos desta propriedade pela sua sustentabilidade em produção de energia e em produção de alimento conforme os requisitos da empresa integradora.

Esta análise, pôde nos mostrar a importância da diversificação, estruturação e planejamento nas atividades em pequenas propriedades rurais.

REFERÊNCIAS

https://www.myfarm.com.br/planejamento-rural/ - Acesso em 17/09/2022.

https://www.car.gov.br - Acesso em 14/09/2022

http://www.simepar.br/prognozweb/simepar/timeline/boletim_climatologico - Acesso em 14/09/2022



O IMPACTO DOS CONTROLES GERENCIAIS NA TOMADA DE DECISÕES DO PRODUTOR RURAL DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

RIBEIRO, Anderson[1]
HINTZ, Guilherme[2]
apribeiro4@minha.fag.edu.br
Orientador: KINZLER, Edina Carine de Souza[3]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A contabilidade rural faz-se de uma necessidade urgente em nosso país, já que é aplicada diretamente à realidade dos negócios agropecuários. Ressalta-se que a maioria dos produtores priorizam a produção em vez da rentabilidade, não utilizando um sistema para controlar as despesas da propriedade. Portanto, ao aplicar a contabilidade nas atividades rurais da propriedade, pode-se observar progresso e evolução nos lucros e sucesso nos negócios.
Já se tratando do agronegócio, é notável o constante crescimento ao longo dos anos, ao ser também, responsável por transformar a economia do país.
O estudo do referido trabalho condiz ao impacto dos controles gerenciais na tomada de decisões do produtor rural de pequeno e médio porte.

Palavras-chave: Contabilidade rural. Contabilidade gerencial na contabilidade rural.Tomada de decisões.

---

[1] Acadêmico Faculdade Assis Gurgacz – FAG Toledo

[2] Acadêmico Faculdade Assis Gurgacz – FAG Toledo

[3] Docente Faculdade Assis Gurgacz – FAG Toledo

INTRODUÇÃO

A Contabilidade Rural é aplicada diretamente à realidade dos negócios agropecuários. Segundo Crepaldi (2004, p.62), Contabilidade Rural é uma necessidade urgente no Brasil, sendo ainda pouco utilizada, tanto pelos empresários quanto pelos contadores. Em geral, considera-se que a função contábil deve ser controlada pelo empresário rural.

Como o agronegócio brasileiro vem apresentando constante crescimento no passar dos anos. Também é responsável por muitas transformações na esfera econômica do país e modificação de algumas regiões brasileiras, devido à oportunidade de trabalho aos desempregados e à movimentação dos recursos econômicos, entretanto, este novo cenário desenvolveu desafios antes não imagináveis aos agricultores.

No que se trata de problema, a pesquisa realizada, chega ao seguinte questionamento: De que forma os controles gerenciais impactam no momento da tomada de decisões do produtor rural de pequeno e médio porte?

Quanto à hipótese parte-se de que a melhor forma para se obter uma maior lucratividade no negócio é a utilização de um conjunto de ações relacionadas ao planejamento, controle e gerenciamento que serão implementados pelo produtor com auxílio do contador especializado na área.

No tratamento de objetivo principal, é identificar de que forma os controles gerenciais impactam na tomada de decisões.

No que se trata de objetivos específicos: (1) constatar se os processos já utilizados pelos produtores rurais para a tomada de decisões; (2) verificar se os métodos utilizados atualmente pelos produtores são eficazes para o gerenciamento e tomada de decisão; (3) propor processos para auxiliar os produtores em suas tomadas de decisões.

Para este trabalho, será elaborado um estudo com produtores de pequeno e médio porte, tendo como intuito pesquisar de que forma os controles gerenciais impactam nas tomadas de decisões do produtor rural.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Contabilidade de maneira geral pode ser determinada como uma ciência que possui como propósito estudar e administrar o patrimônio. Desta forma, ela é responsável pelas conclusões de resultados, e por meio da aplicação da mesma, pode-se ter as condições necessárias para apurar os prejuízos ou lucros ocorridos em um período específico.

Sá (199, p.42) diz que: “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais. ”

Pelo fato de a contabilidade possuir uma importância não sendo considerada tão importante para a maioria dos produtores, levando-os a achar que a mesma exista somente como uma exigência. Esse pensamento leva um desafio ao contador, eliminar essa visão que alguns produtores possuem sobre a ela, queacaba sendo algo com preço elevado e, ao mesmo tempo, complicada. Por esta razão, é necessário expor a eles, que quando a contabilidade é executada damaneira correta, pode gerar muitos benefícios, complementando valor em suastarefas desenvolvidas, não se limitando somente a aquele período específico, massе estendendo por longos períodos (CREPALDI,2012).

Com o vasto crescimento na esfera agrícola, tornou-se indispensável controlar as tarefas desenvolvidas dentro das propriedades rurais, porém, gerar informações gerenciais que venham a permitir a tomada de decisões levando como base dados consistentes e precisos, acaba sendo uma dificuldade para diversos produtores rurais (CREPALDI, 2016).

Segundo Crepaldi (2012), geralmente os produtores rurais acabam não registrando ocorrências que acontecem na sua propriedade, somente marcam na memória. Com base nisso, muitos dados e acontecimentos acabam sendo esquecidos. Salienta também que, a maioria dos produtores não tem a possibilidade e conhecimento de realizar a identificação se a propriedade está ou não produzindo lucro a ele, quais são os gastos concedidos a propriedade e quais atividades que possuem maior rentabilidade considerando custo x benefício.

Uma das ferramentas gerenciais é o fluxo de caixa, que visa projetar todas as saídas e as entradas de dinheiro ou outros recursos de períododos porvir,mostrando assim, como estará o caixa no período futuro.

Para as propriedades que tenham sua parte financeira bem ordenada, ele será utilizado para controlar, e especialmente para auxiliar no momento das tomadas de decisões. Para esse processo ser executado da maneira correta, toda e qualquer movimentação deve ser registrada, assim como a razão pela qual foram ocorridas. Desde pagamentos, despesas ou compras que a propriedade tenha adquirido, recebimentos ocorridos, juros de investimentos aplicados, ou outras entradas de capitais no período processado. (ACLARA DOLABELA, 1999).

Tendo conhecimento a respeito da ferramenta, o produtor pode vir a calcular a rentabilidade e lucratividade da propriedade, qual o prazo em que irá retornar o seu investimento. Assim, o objetivo principal do fluxo de caixa parte-se do propósito de apurar como vai a parte financeira de seu negócio e a partir dessa apuração, alcançar um resultado claro sobre a probabilidade de êxito do seu investimento. (OLIVEIRA,2007).

Outra forma de gerenciamento utilizado, é a contabilidade de custos, Leone (2000, p.20), define “a contabilidade de custos como um ramo da contabilidade, que se destina a produzir informações para auxiliar as funções de planejamento, desempenho e controle das operações, bem como as tomadas de decisões”.

Na contabilidade, os custos são as despesas que estão de alguma maneira ligadas à tarefa de uma empresa. Sendo assim, são aqueles que têm ligação diretamente com a fabricação ou a compra de estoques. Se enquadram nessa categoria as mercadorias compradas para serem repassadas, o pagamento dos funcionários da produção e as matérias-primas. (LEONE, 2010).

Pode-se considerar a contabilidade rural como um dos principais instrumentos para ajudar os produtores no momento de suas tomadas de decisões, resultando em vantagens no que se trata da parte financeira e econômica, também contribuindo na decisão de realizar novos investimentos, o auxiliando também na redução de custos e despesas em sua propriedade.

Segundo Calderelli (2003, p. 180), a Contabilidade Rural é “aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e

praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária".

Marion (2014, p.3), possui como definição a Contabilidade Rural "a Contabilidade Geral aplicada às empresas rurais". O mesmo considera as empresas do ramo rural como aquelas que usam da exploração da capacidade produtiva do solo, através da execução do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de alguns produtos agrícolas.

Crepaldi (2016) diz que, a atividade rural apresenta características que a diferencia dos demais campos da economia. Tais diferenças como os fatores climáticos, que estabelecem as épocas de plantio e de colheita, refletindo no tratamento contábil.

Conforme Marion (2014, p. 17) "Culturas temporárias são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. Normalmente, o tempo de existência é reduzido. Após a colheita, são arrancadas do solo para que seja realizado novo plantio".

Rodrigues et al. (2012) destaca que no decorrer da formação das culturas temporárias, os custos acontecidos devem ser registrados em uma conta específica, chamada de "Cultura temporária em formação", dentro do Ativo Circulante, no grupo Estoques. Após realizada a colheita, esta conta deve ser realizada a baixa pelo seu valor de custo, transferindo o saldo para uma nova conta dentro do Ativo Circulante, grupo Estoques, chamada de "Produtos Agrícolas", permanecendo classificada como produto agrícola até que ocorra a venda.

O Ativo Circulante é parte da composição do Balanço Patrimonial e contém em si os principais elementos patrimoniais do capital de giro necessários às operações da empresa: contas a receber, estoques e caixa (PADOVEZE, 2017).

Marion (2014, p. 18) determina as culturas permanentes como "aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção". Ele também ressalta que normalmente o período mínimo para que a cultura seja considerada permanente é de quatro anos.

Durante o período em que há a formação de uma cultura permanente, os gastos são registrados em uma conta do grupo imobilizado, o ativo não circulante denominada "Cultura permanente em formação", onde ficará até que adquirir as condições necessárias para produzir, após atingida essa condição, haverá a

transferência do saldo para a conta de mesmo grupo patrimonial, denominada “Cultura permanente formada” (MARION, 2014).

Conforme Padoveze (2017), “Os estoques referem-se aos bens destinados à produção (matéria-prima, materiais secundários, etc.), prestação de serviços (materiais diversos), venda (mercadorias ou produtos) ou ao consumo (material de expediente, material de limpeza e etc.) “.

O imobilizado se refere ao conjunto de ativos de longa durabilidade necessários à realização das operações da empresa. Os ativos biológicos, que compreendem as culturas agrícolas permanentes, compõem o imobilizado (PADOVEZE, 2017).

Os ativos não circulantes são os bens e direitos que se realizarão em períodos superiores a um ano da data em que ocorre o encerramento do balanço patrimonial (PADOVEZE, 2017).

Crepaldi (2016, p. 137) define depreciação como “a diminuição do valor de bens corpóreos em decorrência do desgaste ou perda de utilidade pelo uso, ação da natureza ou obsolescência”

Se tratando da cultura permanente, pode-se falar em depreciação no caso de empreendimento próprio no qual serão extraídos os frutos. Evidenciando que é aplicada sobre a cultura já formada, jamais na cultura em formação, a contar da primeira colheita (MARION, 2014).

Marion (2004, p.3) considera a pecuária como a “arte de criar e tratar gado” e o gado como “animais geralmente criados no campo, para serviços de lavoura, consumo doméstico ou para fins industriais e comerciais”.

A pecuária do gado de corte é dividida em três estágios diferentes:

- Cria: Realizar a venda do bezerro logo após o desmame.
- Recria: Realizar a venda do novilho magro para engorda logo após a reprodução.
- Engorda: Após adquirir o novilho magro, realizar a engorda e após a venda do novilho gordo.

Após as fases citadas acima, o gado de corte é direcionado ao abate, para ser realizada a produção da carne ou de outros produtos relacionados a mesma. Desse modo, os sistemas de produção utilizados pelos pecuaristas são divididos em

três modos, sendo eles: o sistema extensivo, o sistema semi-intensivo e o sistema intensivo.

O sistema extensivo consiste no uso de grandes propriedades, isto é, o gado fica livre em uma área maior, sem a utilização de recursos tecnológicos, com uma produtividade um pouco menor.

Santos (2008, p.19) define o sistema extensivo como “os animais são geralmente mantidos em pastos nativos (campos, cerrados, capins naturais), sem alimentação suplementar (ração, silagem etc.). Esses animais ocupam áreas de terra, cujo rendimento por cabeça, é normalmente baixo”.

Já o sistema intensivo, é um sistema bem mais atualizado, diferentemente do sistema extensivo, utiliza-se de recursos tecnológicos atuais para ser realizada a produção a curto prazo durante todo o ano, onde se utiliza de áreas com dimensões menores, com capins com tecnologias que variam de acordo com a estação do ano, tendo como objetivo o ganho de peso mais rapidamente.

O confinamento de bovinos com destinação a produção de carne ocorrequando os gados são colocados em piquetes de engorda, com uma área menor, onde a locomoção dos mesmos são restringidas, sendo alimentados de forma controlada em cochos. Essa fase do confinamento, é mais utilizada no período de terminação (PEIXOTO *et al.,* 1989).

Para Cardoso (2000) o confinamento é definido como:

> Sistema de criação de bovinos em que lotes de animais são encerrados em piquetes ou currais com área restrita, e onde os alimentos e água necessários são fornecidos em cochos. Assim sendo, o sistema de confinamento pode ser aplicado a todas as categorias do rebanho.

Na maioria das vezes, o confinamento é utilizado nas épocas mais secas do ano, por ser um período com carência de pasto, porém, não deve ser utilizado somente nesses períodos mais secos. Visto que, cada pecuarista tem seu ciclo de criação especifico (CARDOSO, 2000).

2. METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado procedimentos metodológicos utilizados no trabalho, e também quais foram os métodos utilizados para definir a pesquisa, a

coleta das informações, o elemento a ser estudado, e a forma que será obtido os dados.

O estudo tem por finalidade desenvolver uma pesquisa exploratória-descritiva, caracterizada por Andrade (1999, p.17), como:

> Configura–se como a fase preliminar, antes do planejamento formal do trabalho. São finalidades da pesquisa exploratória proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Através da pesquisa exploratória, avalia-se a possibilidade de desenvolver um bom trabalho, estabelecendo-se os critérios a serem adotados, os métodos e as técnicas adequados.

A pesquisa exploratória descritiva, possui como objetivo principal examinar e descrever acontecimentos e também, saber com quem, do quê, e qual a força do objeto que está sendo estudado.

Quanto a natureza, o estudo é desenvolvido em forma de teórico-prático tendo por seu objeto, finalidades, meios e resultados.

Ao se tratar de dados, a pesquisa tem a definição qualitativa, tendo em mente que a extração dos dados esclarecedores sobre o impacto das ferramentas gerenciais para os produtores de pequeno e médio porte.

Por meio da análise qualitativa será possível apresentar quadros esclarecedores, sendo que, será necessário realizar uma análise sobre os dados adquiridos, desta forma, transformando os mesmos em informações importantes, para que ajudem no aumento de informações e no desenvolvimento da pesquisa.

Este estudo será realizado através de entrevista, de forma organizada, participará desta entrevista, principalmente, o dono da propriedade e juntamente, se houver mais participantes da família no dia da entrevista. Portanto, este estudo é caracterizado de forma qualitativa.

Essa pesquisa é caracterizada como uma pesquisa de campo que será realizada através de entrevistas, com o propósito de observar e verificar os dados sem alterá-los e gerar novas percepções dos dados, tornando assim, o tema estudado mais fácil de se entender no que se refere a fundamentação teórica com o propósito de compreender e esclarecer o problema que está sendo pesquisado.

Este trabalho será elaborado através de uma coleta de informações que serão dispostas por cada um dos produtores rurais, sejam essas informações primárias ou secundárias, restritas ou não.

Os dados coletados através do fornecimento de informações concedidas pelo produtor rural serão analisados. Após essa análise, será possível obter uma resposta de qual é a percepção do produtor se tratando dos métodos de controle para as tomadas de decisões.

3. ESTUDO DE CASO

- – Caracterização das propriedades.

Situada no município de Ouro Verde do Oeste, estado do Paraná, essa propriedade conta com um total de 16,94 hectares total, ou então 7 alqueires paulista, residindo na propriedade, o proprietário, a esposa e o filho. A propriedade conta com o cultivo de soja e milho safrinha, e também com a criação do gado de leite. O faturamento médio mensal repassado pelo proprietário gira em torno de R$30.000,00 de reais. Já o valor de sua propriedade é de aproximadamente R$2.590.000,00 de reais.

Situada no município de Toledo/PR, na comunidade de Vila Nova, a propriedade conta com área total de 48,40 hectares, ou então 20 alqueires paulista, residem na propriedade o proprietário, sua esposa e mais 1 filho caçula, sendo que o mais velho já se casou e foi morar na cidade. A propriedade atualmente possui a divisão pela criação de suínos, plantio de soja e milho safrinha e também a criação do gado de leite. A renda mensal da família gira em média de R$8.000,00 reais, sendo que a cada 110 dias há o fechamento do lote dos suínos, entra uma renda de R$30.000,00. O valor atual da propriedade fica em torno de R$7.200.000,00 de reais.

Quadro 1 – Caracterização do produtor rural

Produtor de pequeno porte	Produto de médio porte
O produtor de pequeno porte possui o ensino fundamental completo, tem sua propriedade há 30 anos, todos os trabalhos são executados por ele, e por sua esposa, pois o filho do casal trabalha e estuda na cidade. Sendo assim, o proprietário é responsável pela por plantar, cultivar e colher o milho e soja, e sua esposa pelo gado de leite.	O produtor de médio porte possui o ensino médio completo, já faz parte do meio rural há 40 anos, os trabalhos executados dentro da propriedade são pelo casal e pelo filho caçula, sendo que o mais novo foi para cidade trabalhar e estudar. Além da agricultura, também realizam trabalho com suinocultura e gado de leite.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Diante dos dados expostos acima, pode-se observar que os produtores não prosseguiram com os estudos, devido à falta de chances fornecidas na época, porém, ambos trabalham há um bom tempo meio rural, tendo as habilidades necessárias para conduzir suas atividades da melhor forma, e com grandes conhecimentos na área. Nota-se também que os filhos dos casais optam por irem para a cidade buscar oportunidade no mercado de trabalho, e também para estudar, posteriormente, com os conhecimentos adquiridos podendo vir a auxiliar seus pais a realizar o controle da propriedade de uma forma mais completa.

De outro lado, será apresentado como é realizada a administração da propriedade, percebendo-se que nem todos os produtores utilizam dos controles gerenciais adequados, assim, não identificando suas reais necessidades.

QUADRO 2 – Como é realizada a administração da propriedade

Produtor de pequeno porte	Produto de médio porte
Atribui a responsabilidade da parte de controle da agricultura ao seu filho, e a parte do gado de leite, quem realiza a administração é a sua esposa. Assim como, projetam com antecedência contas a pagar, e realizam as anotações de produtos comprados para realizar as atividades, para assim, sempre trabalhar de acordo com a renda.	Não tem uma pessoa específica pela administração da propriedade. Assim, não realizam nenhum tipo de controle, nem mesmo anotações, conforme repassado pelo proprietário, o dinheiro que vai sobrando, o mesmo realiza o reinvestimento em maquinários ou equipamentos para dentro da propriedade

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O produtor de pequeno porte possui o auxílio do seu filho e de sua esposa para realizar a administração de propriedade, conforme entrevista com o mesmo,seu filho está se formando na área financeira, tendo um pouco de conhecimento na área, e sua esposa que o auxilia na parte do gado de leite, possui cursos

especializados no mesmo campo, o que a auxilia no tratamento dos dados, mesmo os dados sendo anotados de forma manual, o mesmo relata que até o momento está ajudando o bastante. Porém, não possui o auxílio de uma pessoa especializada, que poderia vir a dar uma opinião sobre como está indo o seu controle e o seu financeiro da propriedade.

Já o de médio porte, não possui nenhum tipo de controle ou administração na propriedade. Em entrevista com o mesmo, diz que sempre faz o que está ao seu alcance, e ao final de cada ano, junta o que a propriedade deu de lucro, e troca os maquinários e implementos.

Além do que foi demonstrado acima, será realizado adiante se osproprietários realizam o controle de perdas, e se utilizam da ferramenta seguro agrícola.

Quadro 3 – Realização do controle de perdas, e seguro agrícola e pesquisa de preço.

Produtor de pequeno porte	Produto de médio porte
Em entrevista com o proprietário, o mesmo informou que realiza o controle de perdas em todas suas atividades executadas, dando ênfase maior a lavoura do que ao gado de leite, também nos informou que para se prevenir de possíveis perdas por fatores climáticos ou pragas, ele realiza a contratação de seguro agrícola total da área de planta. No que se trata de pesquisa de preço, ele informa que relaciona o custo-benefício, pois além do menor preço, busca também qualidade, como sementes de alta produtividade, adubos com qualidade e preço bom, dentre outros produtos.	O produtor de médio porte, também realiza o controle de perdas da parte da lavoura, sempre comparando um ano ao outro em questão de produtividade, para se prevenir de possíveis perdas, também tem o seguro total da área plantada, já para os suínos, o mesmo deve ter um controle maior em relação a perdas por enfermidades, pois os suínos são em parceria com uma empresa da região. Já relacionado aos custos, também faz uma busca por preços menores e produtos com alta qualidade para no fim de cada safra se obter um lucro bom.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observados dados acima, é possível concluir que ambos os produtores se preocupam os controles de perdas que há na propriedade, e também se preocupam com o fato de obter um seguro agrícola de qualidade, seguro esse que na ocasião de ser utilizado, salva os produtores de ter que tirar dinheiro do bolso para pagar as contas da própria falta de produção, sendo por condições climáticas, por infestação de pragas, dentre outras, já se tratando de outras atividades desenvolvidas, os mesmos não deixam de preocupar com a questão de perca, sempre controlando-as.

Também observamos que, tanto o produtor de pequeno porte, quanto o de médio, se preocupa em buscar o menor preço, mas sempre mantendo a qualidade do produto comprado.

Por último, e não menos importante, se busca analisar se os produtores realizam a separação de bens da pessoa física para a propriedade, se realizam a apuração de lucro ou prejuízo das safras, e o que consideram mais importante no momento de tomar suas decisões.

Quadro 4 – Separação de bens pessoa física, apuração de lucro ou prejuízo das safras e aspectos importantes para a tomada de decisão.

Produtor de pequeno porte	Produto de médio porte
O produtor não realiza a separação de bens pessoa física da propriedade, em entrevista, o mesmo nos passa que o valor de suas máquinas e implementos está em torno de R$650.000,00, sendo dois tratores, uma plantadeira, e uma bomba de passar veneno. O proprietário afirma realizar o controle de apuração de lucro ou prejuízo de cada safra através de comparações de um ano com outro ao juntar os papéis de venda, e as notas e anotações de gastos com a produção. Ele diz considerar aspectos climáticos, cotações agrícolas, política e cotações de mercado no momento da tomada de decisões.	O produtor de médio porte também não realiza a distinção de bens entre pessoa física e a propriedade, diz o mesmo que paga as contas, e o que sobra em determinado período, ele reinveste com compra de novos equipamentos. O valor atual de máquinas e implementos da propriedade está em torno de R$3.000.000,00 de reais. O proprietário não realiza um controle profundo no que se trata de lucro ou prejuízo da propriedade, apenas junta os papéis de venda no final do ano e soma por cima quanto gastou, e quanto deu o valor bruto das vendas. Ao se tratar de tomada de decisões, o mesmo considera importante analisar quanto sobrou ao final do período, e analisar os preços de mercado.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como podemos analisar as informações obtidas acima, conclui-se que cada produtor tem sua maneira especifica de apurar se obteve lucro ou prejuízo ao final de cada safra, ou então sua maneira de realizar novos investimentos em máquinas e implementos.

Um realiza anotações em papéis, outro não realiza nenhuma forma de controle, apenas guarda os dados na cabeça, os dois tem maneiras um pouco diferente ao se considerar dados para a tomada de decisões, mas no fim os dois conduzem as atividades da melhor forma e condição atual. Seria interessante ambosobter uma assistência financeira um pouco mais completa, obter conhecimentomaior sobre as ferramentas gerenciais como fluxo de caixa, controlar melhor os custos, depreciações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ainda está em fase de construção e coleta de dados, onde ao final do estudo será demonstrado de que forma os controles gerenciais impactam no momento da tomada de decisões do produtor rural de pequeno e médio porte, onde será recomendado processos para a melhoria de gestão dos produtores rurais.

REFERÊNCIAS

CALLADO, A. A. C; CALLADO, A. L. C. **Custos na tomada de decisões em empresas rurais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS. 5., 1998, Fortaleza. Artigo. Fortaleza, 1998.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisorial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DOS SANTOS BRAUM, Loreni Maria; MARTINI, Odair Jose; BRAUN, Ruan Santos. **Gerenciamento de custos nas propriedades rurais: uma pesquisa sobre o uso dos conceitos da contabilidade de custos pelos produtores**. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2013. Disponível em: https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/35. Acesso em: 25 abr. 2022.

EV AMBIENTAL. **O que é plantio**. Disponível em: https://evambiental.com.br/reflorestamento-plantio/o-que-e-plantio. Acesso em: 27 abr. 2022

FONSECA, Reinaldo Aparecida et al. **Contabilidade rural no agronegócio brasileiro**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 12, p. 1-12, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. 2001.

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. **A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. 16., 2009, Fortaleza. Artigo. Fortaleza, 2009.

LEONE, G. S G; LEONE, R. J. G. **Curso de Contabilidade de Custo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Cientifico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOTICIAS INTERATIVA FM. AGRONEGÓCIO. **Diferença entre grande, médio, pequeno agricultor familiar**. 2021-2022. Disponível em: https://noticiasinterativa.com.br/agronegocio/19355-diferença-entre-grande-medio-pequeno-e-agricultor-familiar. Acesso em: 20 abr. 2022.

RIBEIRO, Elisa Antônia et al. **A perspectiva da entrevista a investigação qualitativa**. 2008.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro; TODA, William Haruo. **Contabilidade Rural**. 2. ed. São Paulo: Iob, 2012.

SILVA, Maurício Corrêa da et al. **Procedimentos metodológicos para a elaboração de projetos de pesquisa relacionados a dissertações de mestrado em Ciências Contábeis**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 15, p. 97-104, 2004.

SO CONTABILIDADE. **Conceito de Contabilidade**. Disponível em http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/conceito.php. Acesso em: 25 abr. 2022.

STROEHER, Angela Maria; FREITAS, Henrique. **O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas**. Revista de Administração Eletrônica. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2008.

TERRES, José Carlos et al. **Exame de Suficiência da Profissão Contábil: Um estudo envolvendo o posicionamento de Contabilistas e Estudantes do curso de Ciências Contábeis a respeito de sua aplicabilidade**. 2011.

ULRICH, Elisane Roseli. **Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio**. RACI-Revista de Administração e Ciências Contábeis do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai, IDEAU, Bagé-RS, v. 4, n. 9, 2009.



A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

ALMEIDA, Alexsandra Nunes - Autor 1
SILVA, Bruna Luisa - Autor 2
CASTRO, Tania Maria - Autor 3
andalmeida@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro de Araújo
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O ato de avaliar implica na coleta, na análise e na síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação diagnóstica, de detectar ou descobrir algo, ou seja, mantê-lo como está ou atuar sobre ele, a avaliação da aprendizagem não se constitui em matéria pronta e acabada, nem muito menos em um objeto qualificativo e de quantificação de resultados do produto final que o educando entrega, pelo contrário, ela existe para que o docente busque novos caminhos desenvolvidos durante o processo de avaliação permanente e continua, utilizando diversas técnicas e variados instrumentos que possam diagnosticar o começo, o meio e o final de todo processo e se necessário retornar os conteúdos, a avaliação diagnóstica é constituída por sondagem buscando o melhoramento do desempenho do educando, pois a tomada de decisão errada do professor poderá favorecer ou prejudicar as trajetórias subsequentes do mesmo, resultando em problemas futuros de ensino- aprendizagem, ela representa um dos pontos vitais para o alcance de uma prática pedagógica competente, a qual deve estar sempre presente em uma sala de aula da rotina escolar, com diversificação de instrumentos avaliativos, além do mais um dos propósitos defendidos nela é a verificação do quanto o aluno progrediu a cada bimestre, ou durante outra nomenclatura determinada de tempo com questionamentos que podem ser exemplificados com o que exige mudanças.

Palavras-chave: Avaliação- Diagnóstica- Aprendizagem- Professor- Educando.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

INTRODUÇÃO

Este resumo tem o intuito de tornar público concepções de avaliação de aprendizagem, de modo a compará-la nos autos deste resumo expandido. Considerado como requisito parcial da nota, na disciplina de Avaliação da Aprendizagem, ministrada e orientada pelo professor: Leandro de Araújo Crestani, no curso de Licenciatura em Pedagogia.

Os objetivos com a escrita, levam a apresentação no décimo oitavo encontro científico e tecnológico da Fag Toledo, ao qual temos o anseio de apresentá-lo, além disso, pretendemos defender e consolidar os ideias propostos para a disseminação e aquisição da metodologia defendida, para que não retrocedemos ao passado.

Que por meio de metodologias, como é o caso da avaliação diagnóstica, possamos superar as barreiras que nos cercam na meio educacional, ao qual nos referimos, e que possamos levar ao leitor ou ao ouvinte a reflexão de suas práticas docentes, bem como ás ações ás quais foram praticadas com eles.

Também, faz se necessário salientar que não se trata somente de uma questão ideológica sem relevância no cotidiano, é uma mazela que perpassa os milênios, perdurando ainda nos dias atuais e ronda a autoridade docente como uma “estratégia de controle”, que demostra a falta de domínio de sala do professor (a).

Para que situações como a que fora retratada no parágrafo acima diminuam gradativamente, ao ponto de que não ocorram mais, pautamos a explicita necessidade de expor e defender a avaliação diagnóstica em especial, assim, como outras questões de cunho pedagógico didático.

Diante dos argumentos apresentados, mostra-se a importância social, histórico e cultural, deste resumo expandido para a construção, reflexão e ação



em torno do que concebemos sobre o que é, e do como deveria ser as avaliações nas escolas.

1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA

A avaliação do conhecimento é um mecanismo dinâmico, pelo qual a avaliação torna-se uma ação necessária, mesmo expondo a sua suma importância, devemos constantemente repensar o tipo e o modo de avaliação, não podemos utilizá-la sem o foco de aprendizagem, e nem querer que o conhecimento seja somente dado em forma da avaliação.

Os docentes deveriam repensar, refletir e agir mediante a coleta e análise de dados em uma maneira de expandir o seus saberes com ajuda dos pais dos alunos, para que ela não fique contida na mesmice da escola tradicional segregadora e excludente, a fim de resolver essa problemática é preciso ser diferente avaliar, não acontece somente no papel e com uma caneta. Mesmo com esse tipo de avaliação, de acordo com Luckesi, o professor deveria ter em mente e ideia de que:

> - medir uma amostra adequada dos resultados de aprendizagem e o conteúdo da matéria incluída na instrução; - conter os tipos de itens que são mais adequados para medir os resultados de aprendizagem desejados; - ser planejados para se ajustar aos usos particulares a serem feitos dos resultados; - ser construídos tão fidedignos quanto possível e, em consequência, ser interpretados com cautela; - ser utilizados para melhorar a aprendizagem do estudante e do sistema de ensino. (LUCKESI, 2009, p. 83).

Mais, sim de diferentes atividades distintas no cotidiano do chão de sala de aula, assim com ajuda dos diretores/coordenadores pedagógicos e professores, os alunos podem ter atividades que os ajudassem a ver o mundo com os olhos e a perspectiva do conhecimento. Partindo da expansão de seus horizontes e de seu próprio contexto social, ao qual encontram-se inseridos, no âmbito de que eles percebam, respeitem, valorizem a diversidade, fazendo com que as metas de alunos críticos, criativos e atuantes saiam do anonimato no papel e se consolidem na realidade.

O corpo pedagógico da instituição escolar deveria saber os atos da avaliação, como que ela é feita, se é apenas em papel, se leva a pensar, ou induzir as respostas mecanicamente decoradas sobre o conteúdo trabalhado, entre outras questões que podem ser abordadas, não se trata de avaliar o aluno em si, mais sim ajudá-lo a construir o conhecimento. No caso a avaliação, não é um julgamento do aprendizado do aluno, mas de toda ás questões que o levaram a reter ou não determinados saberes, quebrando o paradigma dessa função, tão enraizada na sociedade, escola e toda comunidade escolar, com sombras do ensino tradicional velado.

A ação do verbo avaliar por si só pressupõe o diagnosticar a metodologia do professor e o rendimento do aluno durante todo o processo, por meio da observação na verificação de suas habilidades bem como suas dificuldades para tomada/retomada de conteúdo, para que o aluno saia aprendendo de forma significativa.

Segundo as informações retiradas do livro “Avaliação da Aprendizagem” do autor, Cipriano Carlos Luckesi:

> Reconhece possibilidades na avaliação diagnóstica como “um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem”. Nessa linha de pensamento, a função de “diagnosticar” viria a ser uma ferramenta dialética, ou seja, um

> processo sucessivo que provoca ação, reflexão e interpretação dos acontecimentos ocorridos ao longo do processo da aprendizagem, sendo, portanto, para o docente uma oportunidade de (re) definição de sua postura à frente do processo de aprendizagem, validando e/ou revendo o seu fazer pedagógico (Luckesi, 2009, p.81).

Os quais culminariam na retenção de saberes ou não, partindo dessa análise o professor consegue reestruturar o planejamento, o qual necessita ser flexível atestando o sucesso e também seus erros, os quais impossibilitaram que o indivíduo aprendesse considerando todos os elementos que o englobam, o social, emocional, financeiro, cultural e a atuação docente para viabilizar o ensino de qualidade e a aquisição de saberes.

O professor por sua vez tem que ter certeza do que em si ele vai passar na prova e o que ele quer avaliar o aluno, segundo os estudos de Bloom, e Raphael a avaliação de aprendizagem como “testes de diagnósticos”, significa avaliar o aluno, para saber se ele já domina o conteúdo ou não, enquanto na avaliação formativa eles verificam o processo do aluno em questão coletiva. Para fazer valer a avaliação diagnóstica, segundo Rabello, os três pilares de avaliação, seriam o ver e ser feito sempre no começo do ano, assim para que os professores em questão saibam o que os alunos consolidaram de conhecimento no ano anterior, para ajudar/orientar/nortear o planejamento do conteúdo para passar para os alunos.

Esse tipo de avaliação para o teórico citado é essencial, pois além de ajudar o professor na questão anteriormente referida, possibilita a revisão dos conteúdos principais e complementares, os quais viabilizam a prática docente do ano escolar dos educandos, os alunos em questão chega na próxima averiguação de conhecimento sabendo o conteúdo do ano em que se passou, essa avaliação seria o ponto de partida inicial para o ano letivo, e ele perpassa todo o ano letivo, como salienta Haydt:



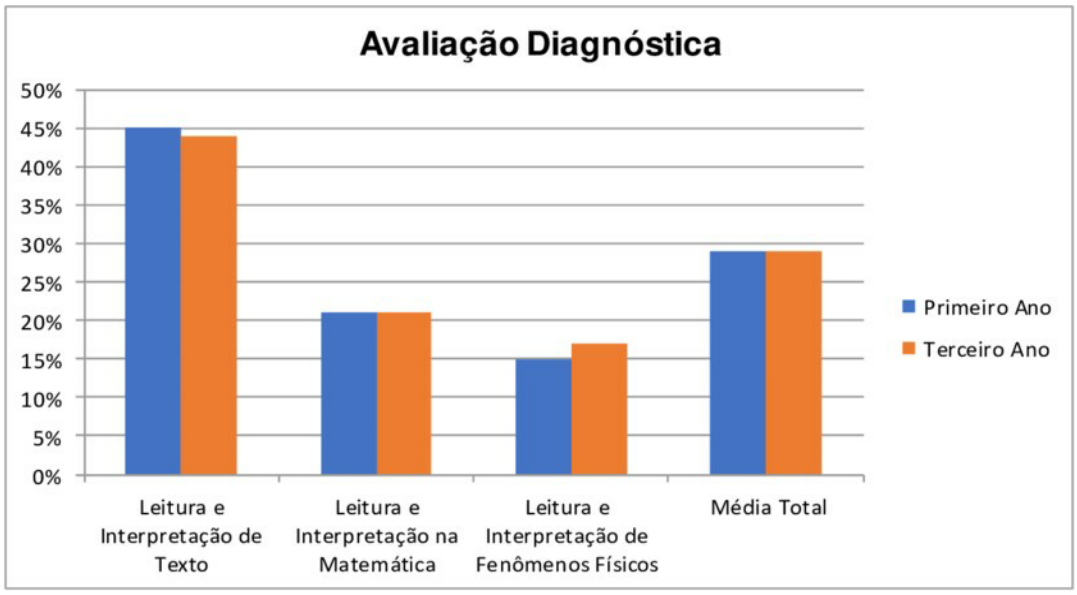
> Não é apenas no início do período letivo que se realiza a avaliação diagnóstica. No início de cada unidade de ensino, é recomendável que o professor verifique quais as informações que seus alunos já têm sobre o assunto, e que habilidades apresentam para dominar o conteúdo. Isso facilita o desenvolvimento da unidade e ajuda a garantir a eficácia do processo ensino – aprendizagem (HAYDT, 2000, p. 20).

Para que avaliação descrita acima seja realizada, o professor deve conhecer o seu aluno, em todos os ambitos possíveis, para poder planejar a aula, com a disponibilidade de um tempo maior de hora-atividade do que o que configura o cenário de hoje.

Tratamos nesse ponto, em trabalhar a avaliação, sem a punição, como um auxílio da interação de ensino aprendizagem entre docente e aluno, numa constante fazer e refazer, ensinar e aprender, mais do que cliques essas frases mostram a realidade desejada e proposta pelo eixo da avaliação diagnóstica, pautada nos estudos acadêmicos e nos autores, os quais foram respectivamente citados.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse tópico podemos destacar a eficiência da avaliação diagnóstica, como mostra a tabela:





Após a análise dessas informações, pelo qual o docente reflete e intervém de forma pedagógica para que os resultados sejam positivos, ajudá-los para que ambos melhorem e aprendam realmente, é preciso deixar claro que esta função é de responsabilidade de toda comunidade escolar e não apenas da escola, ou dos professores.

Luckesi, é um dos teóricos que defendem a importância da avaliação diagnóstica, dedicou uma vida, juntando argumentos e fatos que comprovam diferenciando-a das outras formas avaliativas:

> O ato de examinar é caracterizado pela classificação e seletividade do educando, enquanto o ato de avaliar se caracteriza pelo diagnóstico e pela inclusão. O educando não ingressa em uma escola para ser medido, mas sim para aprender (Luckesi, 2005).

Esse é um dos resultados extracurriculares, ao qual demostra a relevante importância da avaliação diagnóstica para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa, demostrou constatações sobre o ensino e aprendizagem, em relação á avaliação diagnóstica, o que é, como deveria ser feita, e sua importância para a melhoria da qualidade da educação em nosso país. Contudo, o intuito deste resumo expandido fora á defesa e a breve amostra dos resultados que podem ser obtidos, com a empregabilidade da avaliação citada e exposta nos autos do documento transcrito.

REFERÊNCIAS:

LUCKESI. Carlos Cipriano. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLA.

Disponível em: COFFEE PDF.https://pdfcoffee.com/avaliacao-da- aprendizagem- escol-cipriano-carlos-luckesipdf-pdf-free.html. Editora:Cortez,2015.
Acessado: 26/09/2022.

RIGON. Monalize dos Santos e VARELA.Simone. A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DIAGNÓSTICO DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO



NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Disponível em: Unifil Revista Eletrônica Educação Artigo 04. RIGON. https://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao/Artigo_04.pdf
Acessado: 26/09/2022.

SILVA. Jeane Maria Maia Ferreira Lima. A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO ALIADA NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.
Disponível em:Avaliação diagnóstica:contribuição para o rendimento escolar. Iniciação Científica Anais Trabalho.https://www.uni7.edu.br/iniciacao_cientifica/anais/trabalho/587.
Acessado: 26/09/2022.

MOURA. Fábio Andrade e VIANNA.Pedro Oliveira. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.
Disponível em:https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net diagnostica_fig1_330921856&psig=AOvVaw1H4rgGOnmCVJyrpmCoV0Dg&ust=16643 84870438000&source=images&cd=vfe&ved=2ahUKEwiS64X5urX6AhXMuJUCHefKD QIQr4kDegUIARDCAQ
Acessado:26/09/2022.



PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AUDITORIA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO (2011 – 2021)

MEINERZ, Aline Fernanda Dezordi[1]
RIBEIRO, Vitor Gustavo[2]
vgribeiro@minha.fag.edu.br
Orientadora: KINZLER, Edina Carine[3]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A presente pesquisa de produção científica sobre auditoria, analisa qual o retrato das produções acadêmicas sobre o tema auditoria contábil divulgados na base CAPES no período de 2011 a 2021. A temática foi desenvolvida através do estudo bibliométrico, que se caracteriza pelo estudo de um determinado assunto, acompanhando a sua evolução. Para a coleta de periódicos, foi utilizado a plataforma Capes. O objetivo geral da pesquisa é verificar o retrato das produções acadêmicas sobre o tema auditoria divulgados na base CAPES no período de 2011 a 2021. Já os objetivos específicos são descrever a evolução sobre a temática, autorias e periódicos destaques relacionadas ao tema de auditoria. O estudo tem abordagem quantitativa que considera que tudo pode ser quantificável, transformando em números as opiniões e informações para poder analisá-las.

Palavras-chave: Auditoria contábil, bibliometria, evolução temática.

[1] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz – FAG/Toledo-PR

[2] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz – FAG/Toledo-PR

[3] Docente Orientadora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz – FAG/Toledo-PR

INTRODUÇÃO

A auditoria surgiu primeiramente na Inglaterra, que era a dominadora dos mares e controladora do comércio mundial, e em decorrência disso, foi a primeira a possuir grandes empresas e a primeira a instituir a taxação do imposto de renda. (CREPALDI & CREPALDI, 2017).

Define-se auditoria como o levantamento, estudo e avaliação das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade. A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem como objetivo emitir um parecer sob sua adequação de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e pertinente a legislação específica (CREPALDI, 2009).

O parecer é emitido pelo auditor, que vem com uma compreensão mais extensa através da verificação de documentos, como livros e contas, ou seja, a partir dos registros contábeis o auditor apresenta sua opinião, crítica, e orientação para melhoria da empresa. A auditoria interna surge para ter um controle mais amplo da organização e auxiliando para tomadas de decisões, já a auditoria externa tem o propósito de fiscalizar e preencher ausência de informações (SAMMOUR; CINTRA, 2019).

A pesquisa foi desenvolvida através do estudo bibliométrico, que se caracteriza pelo estudo de um determinado assunto, acompanhando a sua evolução. Para a coleta de periódicos, foi utilizado a plataforma Capes, na qual foi filtrada pela palavra-chave: Auditoria. O período escolhido para coleta de estudos foi de 2011 a 2021.

Neste contexto, foi elaborada a questão de pesquisa que norteará este estudo: **Qual o retrato das produções acadêmicas sobre o tema auditoria contábil divulgados na base CAPES no período de 2011 a 2021**?

O objetivo geral da pesquisa é verificar o retrato das produções acadêmicas sobre o tema auditoria divulgados na base CAPES no período de 2011 a 2021. Já os objetivos específicos são descrever a evolução sobre a temática, autorias e periódicos destaques relacionadas ao tema de auditoria.

Essa forma de pesquisa ajuda a identificar informações sobre o tema escolhido, demonstrando um cenário mais recente sobre o assunto, contribuindo para o desenvolvimento, e maior propagação do assunto auditoria na literatura acadêmica.

O seguinte estudo justifica-se por sua grande relevância para as empresas e os profissionais da área que a utilizam, proporcionando uma visão mais ampla e profunda sobre a auditoria, contribuindo para seu conhecimento e para futuras produções acadêmicas. Vale ressaltar que a função de auditor é de extrema responsabilidade, e o mesmo deve estar atualizado sobre o tema de auditoria, e a presente pesquisa pode contribuir para isso.

O estudo está estruturado da seguinte maneira: primeiro a (1) introdução, onde realizamos uma breve apresentação do tema, problemática, objetivo, e justificativa que iremos apresentar no decorrer do estudo, em seguida trazemos a (2) fundamentação teórica da pesquisa onde apresentamos o conhecimento do tema, logo após iremos apresentar (3) metodologia utilizada na pesquisa e faremos a apresentação dos estudos e o que eles trazem, e por fim podemos apresentar a (4) análise e conclusão do objetivo final da pesquisa.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

1.1 SURGIMENTO DA AUDITORIA

A auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, isto pelo fato do surgimento de grandes empresas e da taxação do imposto de renda, baseado nos resultados apurados no balanço. Sua evolução decorreu lado a lado ao desenvolvimento econômico, que gerou as grandes empresas constituídas por capitais de muitas pessoas (FRANCO & MARRA, 2009).

Segundo Franco e Marra (2009):

> A auditoria surgiu primeiramente na Inglaterra, que, como dominadora dos mares e controladora do comércio mundial, foi a primeira a possuir grandes companhias de comércio e a primeira também instituir a taxação do imposto de renda baseado nos lucros das empresas.

Segundo CRCCE (Conselho Regional de Contabilidade do Ceará), a auditoria tem como finalidade analisar a veracidade dos registros contábeis e das

demonstrações contábeis no geral que alteram o patrimônio e a representação desse patrimônio.

1.2 AUDITORIA INTERNA

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2017), a auditoria interna é constituída pelo conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar integridade, adequação, e eficácia dos controles internos e das informações físicas, financeiras, operacionais e contábil da entidade.

A auditoria interna surgiu através da necessidade em dar maior ênfase às normas ou aos procedimentos internos, sendo que o administrador ou proprietário não poderia supervisionar pessoalmente todas as atividades da empresa. Com isso, de nada vale a implantação de procedimentos internos sem que haja um acompanhamento para verificar se estão sendo seguidos pelos empregados da empresa (ALMEIDA, 2017).

Para atender a administração da empresa, seria necessária uma auditoria mais periódica, que acompanhasse também outras áreas não relacionadas com a contabilidade (administração de pessoal, controle de qualidade etc.). Com isso, surgiu a auditor interno, que é um empregado da empresa, e não deve estar subordinado àqueles cujo trabalho examina. Ele também não pode desenvolver atividades que possa um dia examinar, para que não interfira em sua independência (ALMEIDA, 2017).

1.3 AUDITORIA EXTERNA

É constituída por um conjunto de procedimentos técnicos, que tem como objetivo a emissão de um parecer sobre as demonstrações contábeis de uma entidade, quanto a sua conformidade conforme normas brasileiras de contabilidade e princípios contábeis (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

A auditoria externa é realizada por um profissional independente, sem ligação com o quadro de funcionários da empresa. Sua mediação ocorre em contrato de serviços. Os testes e exames se estendem conforme necessidade de levantar

questões esclarecedoras para a conclusão do trabalho (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

O auditor externo possui relevância em seu trabalho perante o público, dada a credibilidade que oferece ao mercado, e se constitui em uma figura incomparável que presta inestimáveis serviços aos banqueiros, órgãos do governo, acionistas e ao público em geral. Sua função tem como objetivo examinar as demonstrações contábeis conforme as normas de auditoria e princípios contábeis proporcionando credibilidade a ela (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

O auditor independente mantém uma atitude mental independente, exercendo seu trabalho com competência profissional e mantendo seu grau de independência com a organização e objeto do exame sem qualquer interesse ou vantagem, ou seja, ao emitir seu parecer sobre as demonstrações, não deve ser subordinado a interesses da empresa (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

1.4 CONTROLE INTERNO

Em uma organização, o controle interno representa o conjunto de procedimentos, métodos e rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução dos negócios da empresa (ALMEIDA, 2017).

Segundo Almeida (2017), os controles internos são divididos em controles contábeis e controles administrativos:

Exemplos de controles contábeis:

- Sistema de conferência, aprovação e autorização;
- Segregação de funções; · Controle físicos sobre ativos;
- Auditoria interna.

Exemplos de controles administrativos:

- Análises estatísticas de lucratividade por linha de produto;
- Controle de qualidade;
- Treinamento de pessoal;
- Análises das variações entre valores orçados e incorridos;
- Controle dos compromissos assumidos, mas ainda não realizados economicamente.

Para Crepaldi e Crepaldi (2017), o controle interno é classificado nas seguintes categorias:

I. Operacional: relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade;
II. Contábil: relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis;
III. Normativo: relacionado à observância da regulamentação pertinente.

É possível visualizar que o controle interno possui um importante papel para as organizações, pois através dele é realizado sistemas de conferências, controles de ativos, controle de orçamento, e demais tipos de controle. De forma geral, ele ajuda a administração da empresa na conduta dos negócios.

1.5 BIBLIOMETRIA

A bibliometria surgiu no início do século devido à necessidade de estudar e avaliar as atividades de produção e comunicação científica. Entende-se bibliometria como a técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico (ARAÚJO, 2006).

A bibliometria é definida pelo estudo dos aspectos da produção, divulgação e uso da informação registrada. Ela desenvolve padrões e modelos matemáticos para avaliar esses processos, utilizando seus resultados para criar previsões e apoiar a tomada de decisão (VANTI, 2002).

Segundo Guedes e Borschiver (2005), a bibliometria é um conjunto de leis e princípios empíricos que cooperam para o estabelecimento dos fundamentos teóricos da ciência da informação.

Em resumo, os trabalhos bibliométricos visam mapear a literatura científica vivente com um conjunto de objetivos possíveis, como por exemplo, identificar a estrutura intelectual de um campo conhecimento (RAMOS-RODRÍGUES; RUÍZ NAVARRO, 2004).

A bibliometria possui três leis básicas, sendo a Lei de Bradford (produtividade de periódicos), Lei de Lotka (produtividade de autores) e Lei de Zipf (frequência de ocorrência de palavras) (VANTI, 2002).

A Lei de Bradford é conhecida como lei da dispersão, que permite mediante a medição da produtividade das revistas, estabelecer o núcleo e as áreas de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas (VANTI, 2002).

A Lei de Lotka é conhecida também como Lei do Quadrado Inverso, podendo ser vista com a função de probabilidade da produtividade, ou seja, quanto mais se publica, mas parece que facilita publicar um novo trabalho e os pesquisadores que publicam mais resultados interessantes ganham mais um reconhecimento e acesso a recursos para aprimorar e melhorar sua pesquisa (MALTRÁS BARBA, 2003).

A Lei de Zipf é conhecida como Lei do Menor Esforço e incide na medição de frequência da presença das palavras em vários textos. Desta forma, sendo gerado tabelas ordenadas de termos de um determinado assunto ou disciplina (VANTI, 2002).

2 METODOLOGIA

O estudo tem como objetivo investigar a produção acadêmica do tema auditoria divulgada na plataforma CAPES no período de 2011 a 2021. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se a técnica de análise bibliométrica (RamosRodríguez, Ruíz-Navarro, 2004).

A análise bibliométrica neste estudo verifica a evolução do tema auditoria contábil, autores e os temas abordados.

O termo utilizado para a pesquisa foi “auditoria contábil” e foi encontrado 314 resultados/estudos e em seguida buscou-se pelos artigos que tenham acesso aberto, diminuindo para 222 resultados.

Também delimitamos o período que vamos analisar na pesquisa que é do ano de 2011 ao ano de 2021, chegando a um resultado de 181 arquivos encontrados. Em seguida foi filtrado para estudos que sejam no idioma português e chegando a 141 resultados.

Destes 141 artigos, foi realizado a leitura de todos os resumos e descartado os que não atendiam o objetivo da pesquisa, chegando a um total de 24 artigos.

A pesquisa se caracteriza como descritiva, que é quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Envolve o uso de

técnicas padronizadas de coleta de dados (questionário e observação sistemática), assumindo em geral, a forma de levantamento (PRODANOV & FREITAS, 2013).

A pesquisa desenvolvida é uma abordagem quantitativa. A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa transformar em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas, tais como porcentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, análise de regressão, coeficiente de correlação etc. (PRODANOV & FREITAS, 2013).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa realizada apresenta estudos que demonstram a importância e a evolução da auditoria contábil em várias áreas entre o período de 2011 a 2021.

3.1 PERFIL DOS AUTORES

Os 24 artigos abordados na pesquisa de auditoria contábil de 2011 á 2021 foram produzidos por 76 autores no total, sendo que a autoria masculina se destaca um pouco mais que a feminina. A seguir, segue comparativo de autoria masculina com a feminina na Tabela 1.

Tabela 1- Comparativo de gêneros por autor.

Autores	Quantidade	Porcentagem (%)
Masculinos	40	52,63
Femininas	36	47,37
Total de autores	**76**	**100,00**

Fonte: Dados coletados da pesquisa, (2022).

Dentre esses artigos, a maioria dos artigos foram produzidos por 3 autores, sendo divididos da seguinte maneira: (4) artigos escritos por 2 autores, (13) escritos por 3 autores, (6) artigos escritos por 4 autores e (1) artigo escrito por 5 autores, completando assim os 24 artigos analisados, conforme apresentado na Tabela 2 de forma detalhada.

Tabela 2 – Representação de Autores por artigo

Autores	Total de Artigos	Total de Autores	%
1 autor	0	0	0,00
2 autores	4	8	16,67
3 autores	13	39	54,17
4 autores	6	24	25,00
5 autores	1	5	4,17
Total	**24**	**76**	**100,00**

Fonte: Dados coletados da pesquisa, (2022).

Outra relação levantada, é a quantidade de artigos publicados para cada revista, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Relação de artigos por revista

Revista	Quantidade de artigos retirados da revista	ISSN	Qualis	Porcentagem (%)
Revista Controle Doutrina e Artigos	1		B4	4,17
Revista Catarinense da Ciência Contábil - CRCSC	8	2237-7662	B2	33,33
Enfoque Reflexão Contábil	5	1517-9087	B1	20,83
Revista ambiente contábil	6	2176-9036	B3	25,00
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1	1806-4892	A2	4,17
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	1	2238-5320	B2	4,17
Revista Contemporânea de Contabilidade	1	2175-8069	A2	4,17
Perspectivas em Ciência da Informação	1	1413-9936	B1	4,17
TOTAL	**24**			**100,00**

Fonte: Dados coletados da pesquisa, (2022).

Com base nos estudos analisados a Figura 1 mostra as palavras de maior incidência nos 24 artigos, buscando identificar os principais termos abordados por esses estudos.

Figura 1: Nuvem de palavras



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A nuvem de palavras indica que as palavras auditoria, auditores, independente, percepção, relatório, rodízio, resultados, auditor, mercado, empresas são as mais mencionadas nos artigos e analisados. Dessa forma se observa que as palavras destacadas são consideradas relevantes no contexto dos estudos analisados, a Figura 1 confirma com o descrito nas análises realizadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por propósito identificar qual o retrato das produções acadêmicas sobre o tema de auditoria contábil divulgados na base CAPES no período de 2011 a 2021. Para isso, foi analisado diversos artigos, selecionando ao final um total de 24 artigos que foram a base para desenvolvimento do estudo.

Os resultados contidos neste artigo ajudam a perceber que a auditoria é essencial dentro da contabilidade, visto que é um meio de verificação de fatos ocorridos. O estudo está em processo de finalização, por este motivo não tem uma conclusão concreta.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução história e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **AUDITORIA**: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 497 p.

CRCCE. **Auditoria Contábil.** Disponível em: <https://www.crc-ce.org.br/fiscalizacao/informacoes-importantes/auditoria-contabil/>. Acesso em 24. abr. de 2022.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **AUDITORIA CONTÁBIL**: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 936 p.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **AUDITORIA CONTÁBIL**: normas de auditoria; procedimentos e papéis de trabalho; programas de auditoria; relatórios de auditoria. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009. 607 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002. 176 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

GUEDES, Vânia; BORSCHIVER, Suzana. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica.** In: CINFORM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. Anais... Salvador: ICI/UFBA, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 01 jun.
2022.

SAMMOUR, Julia Rumão; CINTRA, Denise Gomes Barros. **AUDITORIA EXTERNA X INTERNA**: funções e diferenças. 2019. 14 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Jussara, Jussara, 2019. Disponível em: http://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/85/67. Acesso em: 29 ago. 2022.

RAMOS-RODRÍGUEZ, A. R., RUÍZ-NAVARRO, J. (2004). Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the strategic management journal, 1980-2000. **Strategic Management Journa**l, 25, pp. 981-1004.

Vanti, N. A. P. (2002). Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, 31 (2), pp. 152-162.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A AMIZADE COMO FIO CONDUTOR DA JORNADA DO HEROI: UM ESTUDO DA ÉTICA A NICÔMACO APLICADA AO UNIVERSO DE TOLKIEN

DOMINGOS, Juliano
jndomingos@minha.fag.edu.br
Orientador: ARBOLEYA, Valdinei José
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O amor, em todas as suas dimensões, é um tema abordado tanto pela filosofia quanto pela literatura. O presente artigo pretende mostrar como o amor de amizade (philia), desenvolvido filosoficamente nas obras de Aristóteles, é traduzido para a ficção na obra de J. R. R. Tolkien. Deste modo este trabalho pretende mostrar a importância da amizade como meio para o fim eucatrastrófico da Eudaimonia. Para atingir tal fim, o corpo deste artigo principiará com exposição de uma breve biografia de Tolkien, com destaque para as influências que ele recebeu – como sua mãe e o padre Francis Morgan. Far-se-á, em seguida, a partir da filosofia aristotélica, a definição de amizade, da felicidade e da virtude e sua relação com a vida eudaimônica, vida perfeita baseada na atividade racional da alma. Ao cabo destas exposições prosseguir-se-á com exemplos retirados da obra magna de Tolkien, *O Senhor dos anéis*: por exemplo, a amizade entre os hobbits, entre os homens, entre Legolas e Gimli. A metodologia usada é a pesquisa bibliográfica a partir dos escritos de Aristóteles, Tolkien e de seus comentadores.

Palavras-chave: *amizade, eucatástrofe, eudaimonia, O senhor dos Anéis*

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a, conhecer um pouco a linha de pensamento ético, estético e religioso de Tolkien; estudar os conceitos de amizade postulados por Aristóteles; e apontar a linha de análise sobre as representações de amizade na obra e como contribuem para o fim proposto na história criada por Tolkien, a saber: a destruição do Anel.

"Certamente eu não esperava uma amizade como a demonstrada aqui. Tê-la encontrado transforma o mal num grande bem" (TOLKIEN, 2009, p. 311-312). Essas são palavras de Frodo Bolseiro, dirigidas a Faramir, Capitão de Gondor , em meio à sua importante missão de salvar seu povo e o de seus amigos do poderio do Inimigo . A importância de se estudar a amizade em uma obra como essa ganha uma ampla dimensão, visto que a amizade "é extremamente necessária à vida" e "não é apenas necessária mas também nobre" (ARISTÓTELES, 2004, p.172).

A amizade não é tema raro nas narrativas de John Ronald Reuel Tolkien (1892-1973). Em sua obra mais importante publicada em vida, O Senhor dos Anéis (1954-1955), fica evidente a temática da amizade. O sacrifício de um mago pelos seus ou a companhia de um amigo ao longo da jornada parecem, à primeira vista, não ser foco de atenção, todavia favorecem para que a diegese avance. Cite-se exemplos ainda mais claros que justificam a escolha da temática: para vencer o poder do Um Anel, criaturas da Terra-média se unem em uma sociedade para combater o Inimigo, marcando a força da amizade não só pela sua presença, mas também pela sua ausência – quando o personagem se volta para o mal, como por exemplo, Saruman, o branco.

Gandalf, o mago, é chamado de "melhor amigo" por Frodo, e por causa dessa amizade, é estabelecida uma relação de confiança entre ambos, o que leva Frodo a aceitar sua missão de portador e destruidor do Anel. Os povos dos reinos de Rohan e Gondor se uniram em sinal de amizade para combater o inimigo. O anão Gimli e o elfo Legolas venceram as divergências passadas entre seus povos em prol de um bem maior e comum e foram além: tornaram-se grandes amigos. Frodo e seu jardineiro Sam cresceram em amizade, anulando as distâncias hierárquicas, por meio do caráter virtuoso de cada um e, juntos, conseguiram chegar ao fogo de Mordor, onde o Anel seria destruído. Os exemplos são muitos e trataremos

de alguns para reconhecer em que pontos a amizade ou a ausência dela é colocada nas atitudes de grandes personagens da belíssima saga de O Senhor dos Anéis.

Destarte, para compreender o motivo de a amizade auxiliar no avanço da diegese é preciso estudar o que seja amizade. Tendo em vista que, ela possui muitas definições escolhemos usar como fundamentação teórica para este trabalho, as definições clássicas de amizade.

O pensamento clássico é a base para a formação do pensamento ocidental e é de muita influência na nossa compreensão de mundo. Portanto, tomarei para esse estudo sobre a obra Ética a Nicômaco, de Aristóteles, especificamente os livros VIII e IX, pois enxergo no texto clássico um estudo refletido e aprofundado sobre o tema que constitui meu ponto de interesse.

Ética a Nicômaco traz um estudo sobre a conduta humana, com base na razão prática, visando à busca do bem último do ser humano, aquele que não exige mais nenhum bem além dele mesmo, porque ele basta. Tal bem último seria a *eudaimonía*, termo grego que comumente traduzimos e entendemos por felicidade. E o homem feliz, para O Filósofo, é aquele que leva uma vida virtuosa, a amizade seria uma virtude e uma condição para atingir esse estado de vida, a saber, *eudaimonia.*

Seguindo a leitura de Ética a Nicômaco, buscar-se-á uma adequação dos conceitos aristotélicos presentes nos livros VIII e IX ao universo tolkieniano.

O presente trabalho organizar-se-á através de pesquisas bibliográficas,isto é, leitura de livros, artigos científicos, teses e dissertações sobre o tema proposto. A começar pela vida de Tolkien, que muito tem a dizer sobre o seu estilo de escrita.

O PROFESSOR

John Ronald Reuel Tolkien (1892-1973) levava uma vida tranquila para a sua época: atuava como professor na universidade de Oxford, permaneceu casado por mais de 50 anos e era pai de quatro filhos. Ao estudarmos sua biografia, veremos que, além de ser um homem dedicado à sua família, o Professor– como é referido pelos seus leitores e admiradores até hoje – revela-se como alguém de extraordinária inventividade, inteligência e acuidade. Um pensador que soube aliar a ficção à sabedoria da tradição filosófica.

O Professor nasceu no final do século XIX, em 1892. De 1916 a 1917, serviu o Exército Britânico na Primeira Guerra Mundial, durante a Batalha do Somme, mas, devido a

uma pirexia adquirida por contato com piolhos (conhecida como “febre das trincheiras”), voltou para casa mais cedo do que o previsto. O tempo em que Tolkien viveu na guerra o inspirou a escrever o início de uma série de histórias que foram reescritas diversas vezes até chegar ao que hoje se conhece por O Silmarillion uma coletânea de histórias mitológicas criada por Tolkien, que deram de pano de fundo às suas duas principais obras publicadas em vida: O Hobbit e O Senhor dos Anéis. O horror da guerra permaneceria em sua mente e ajudaria a descrever cenas de batalhas, morte, dor e angústia.

Tolkien perdeu o pai, Arthur, quando tinha apenas 4 anos, e a mãe mais tarde, aos 12. Ele e o irmão Hilary passaram, então, a serem criados pelo padre Francis Morgan, amigo da mãe dos garotos, Mabel Tolkien.

Após enviuvar, Mabel converteu-se ao catolicismo em 1900, junto com sua irmã May, e, com isso, sofreu forte rejeição de sua família, que era metodista. O cunhado dava ajuda financeira à Mabel desde a morte de seu marido, porém, com a conversão da viúva à Igreja Católica, ela e os filhos ficaram desprovidos desse apoio. As dificuldades financeiras somadas às fortes rejeições de sua família e dos Tolkiens – em grande parte batistas – acarretaram uma saúde debilitada para Mabel, que acabou morrendo de diabetes quatro anos após a sua conversão.

Dois anos após sua conversão à Igreja Católica, Mabel conheceu o padre Francis Xavier Morgan, que além de seu confessor, tornou-se grande amigo da família e assumiu a tutela de Ronald e Hilary, logo que ficaram totalmente órfãos. O padre Morgan seria para os meninos um segundo pai, e isso propiciou ao futuro professor maior integração à fé cristã e por consequência à doutrina filosófica clássica. Ronald, que se tornou escritor de fantasia, teve, portanto, fortes razões que o ligavam ao catolicismo e o levaram a um profundo conhecimento da fé e da filosofia que aplicou em seus contos.

Tolkien era filólogo e também professor de anglo-saxão na Universidade de Oxford (Inglaterra) e encontrava grande prazer no que fazia. Era apaixonado pelas palavras e pelos mais diversos idiomas, em especial o finlandês e o galês, que o inspiraram na criação de línguas fictícias, faladas por elfos: o sindarin e o quenya. Em uma carta direcionada à Houghton Mifflin Co., sua editora norte-americana, Tolkien (2006, p. 211) teria escrito:“Para mim, um nome vem primeiro e a história depois”.

A base filosófica tolkieniana estava fincada nos pensamentos clássicos e medievalistas, sobretudo na apologética cristã. Tais linhas de pensamento além de ser a base

do pensamento cristão ainda vinham ao encontro do gosto pessoal de Tolkien e eram fonte de suas pesquisas e trabalho.

Verificar-se-á, a seguir, como Tolkien concebe o imaginário pautado no mito e nas histórias de fada, a importância do final feliz para seus escritos e sua relação com a felicidade segundo a ética de Aristóteles e segundo a Ética Cristã. Tais conceitos deverão se articular com as relações de amizade representadas em suas histórias, que contribuirão para a constituição de seu mundo ficcional, visando o bem último de seus personagens em sua missão recebida na história.

Desse modo, estudar a amizade em O Senhor dos Anéis, a maior obra ficcional publicada pelo autor, implica que conheçamos um pouco de sua vida bem como nos aproximemos de seu modo de pensar, especialmente, da forma como ele concebia o imaginário – traços importantes que reverberam em sua obra literária.

Sob esse viés, estudaremos autores que contribuíram para a construção do entendimento do mundo de Tolkien, sua relação com a religião e suas concepções éticas e estéticas acerca da literatura, da mitologia e dos contos de fada.

A AMIZADE, A *EUDAIMONIA* E A *EUCATÁSTROFE*

O texto base para nossa análise, Ética a Nicômaco, busca depreender que a amizade perfeita necessita de intimidade e por meio dela se chega à configuração mútua, visto que a felicidade e a boa disposição seriam as suas causas. Para o filósofo, a amizade perfeita depende da integridade de caráter e do querer bem do outro reciprocamente, o amor de amizade (philia), assim, estaria baseada na igualdade:

> As relações amigáveis com seu semelhante e as características pelas quais se definem as amizades parecem derivar das relações de um homem para consigo mesmo. Com efeito, as opiniões de um homem bom são harmônicas e ele deseja com toda a sua alma as mesmas coisas (...); e a si mesmo deseja a vida e a preservação, e sobretudo preservar o elemento em virtude do qual ele pensa. (...) Assim, como cada uma destas características pertencem ao homem bom em relação a si mesmo, e ele se relaciona com o seu amigo de modo idêntico como se relaciona consigo mesmo (pois o amigo é um outro "eu") (ARISTÓTELES, 2004, p. 200-201).

A definição da amizade, sob esse viés, iniciar-se-ia na relação do homem consigo mesmo, que se relacionaria com o outro e, por fim, geraria uma relação amigável em toda a

pólis , com o intuito de chegar, por meio da virtude, à *eudaimonia*. Para tal, faz-se necessário definir o ponto de interseção entre virtude e felicidade.

A priori, o Estagirita desconstrói as teorias que baseiam a felicidade na fama, no poder, na riqueza ou no prazer. Ele define que a felicidade é "uma atividade da alma conforme a virtude perfeita" (Ibidem, p. 36), porque apenas essa atividade conforme a virtude, confere a estabilidade e durabilidade da alma tão necessários para o sumo bem (eudaimonía), aquele que não visa outros bens.

No que tange à virtude, Aristóteles caracteriza-a como um bem baseado no meio-termo incorporado como hábito no indivíduo. A virtude estaria baseada no racional da alma humana. Na letra do filósofo: "a virtude é um meio-termo entre dois vícios, um dos quais envolve excesso e falta, e por isso que a natureza da virtude é visar à mediania nas paixões e nos atos" (Ibidem, p. 54).

Esse meio-termo requer também bom senso: "fica claro que (...) em todas as coisas, o meio-termo é digno de ser louvado, mas que às vezes devemos inclinar-nos no sentido do excesso e outras vezes no sentido da falta, pois assim chegaremos mais facilmente ao meio-termo e ao que é certo" (Ibidem, p. 56). Além disso, a virtude está atrelada ao hábito, o que leva à postura de uma vida inteira "pois uma andorinha não faz verão, nem um dia tampouco; e da mesma forma um só dia, ou um curto espaço de tempo, não faz um homem feliz e venturoso" (Ibidem, p. 27).

"Uma andorinha não faz verão" não só no sentido de tempo, de constância, mas também que não se conquista nada sozinho. Isso significaria que a amizade não se limitaria apenas ao individual tampouco ao coletivo, mas esse movimento de dentro para fora: o eu, o outro, o nós.

Em Aristóteles, a amizade dependeria antes de amar que ser amado, visto que "amar parece ser a virtude característica dos amigos, de tal forma que só aqueles que amam na medida justa são amigos constantes, e só a amizade desses é duradoura" (2004, p. 183-184). Pela virtude, a amizade entre desiguais poderia ser possível, tornando-os assim iguais:

> Com efeito, a igualdade e semelhança são amizade, e especialmente a semelhança dos que são semelhantes pela virtude. Sendo constantes por natureza, eles mantêm-se fiéis um ao outro e não solicitam nem prestam serviços degradantes, mas, ao contrário, pode-se dizer que um afasta o outro do mal, pois é uma característica dos homens bons não fazer o mal eles próprios, nem permitir que seus amigos o façam (Ibidem).

Veja-se o exemplo que ocorre na Sociedade do Anel: os seus membros encontraram na união a força de que precisam para combater Sauron. Em prol de um ideal comum, mesmo com diferenças e até mesmo desavenças passadas entre seus povos, como é o caso, especialmente, do anão Gimli e do elfo Legolas, os combatentes do Anel se unem e se tornam mais resistentes e, portanto, vitoriosos.

Ao ler este estudo já se conhece o final da história: o Anel de Sauron finalmente é destruído, e a paz reina na Terra-média, pois para Tolkien, os contos de fada (gênero que deu origem à fantasia moderna na qual a obra de Tolkien se insere) têm como uma das suas características um final feliz, o que Tolkien cunhou de *eucatástrofe*, uma espécie de catástrofe positiva.

O fim *eucatastrófico* conta com a união dos heróis da saga, baseada no amor do tipo amizade. A conduta virtuosa (ou viciosa) de cada personagem interfere no objetivo final da história, resultando no bem(ou mal) pessoal, interpessoal e comunitário. Ainda em relação à amizade, Aristóteles pontua que o pior dos homens é aquele que faz não apenas mal a si mesmo, mas também a seus amigos, enquanto o melhor dos homens, mais do que fazer bem a si mesmo, exerce a virtude em relação aos demais. Nesse sentido, vimos que apesar das falhas dos heróis de nossa história, o final eucatastrófico deu certo, sobretudo, porque cada um esqueceu de si mesmo e aceitou o desafio de abraçar o bem comum. Todos eles poderiam fugir da dor e do perigo, mas cada um, à sua maneira, demonstrou coragem e generosidade em nome da justiça e da paz na Terra-média.

A amizade, baseada na igualdade pela virtude, requer, como vimos, a reciprocidade. Poderíamos ousar dizer que a amizade é a justiça do amor, que, de certo modo, exige do outro uma contrapartida – ainda que seja de um bem não material, a benevolência –, a reciprocidade no bem querer para que ela aconteça.

APLICAÇÃO DOS CONCEITOS À OBRA

Trataremos a seguir de alguns exemplos pontuais da obra de Tolkien onde a amizade foi elemento essencial para o avançar da diegese. A explicação será exposta em três partes, a saber, a amizade entre os hobbits, a amizade entre os homens e a improvável amizade entre um anão e um elfo.

4.1. A amizade entre hobbits

Quando Gandalf contou a Frodo a procedência e o poder do Anel, o hobbit logo se prontificou a sair do Condado, ele teria ido sozinho se não fosse pelo fato de seu jardineiro Samwise Gamgi ter ouvido a conversa do lado de fora. Como consequência de sua curiosidade, Gamgi foi convidado a partir do Condado com seu mestre, o que, para ele, era uma grande alegria, afinal, as histórias sobre o mundo além-Condado o cativaram, além disso, Sam queria ter a companhia de Frodo.

O Bolseiro tentou partir do Condado de forma discreta, simulando uma mudança. A conselho de Gandalf, decidiu ir ao reino élfico Valfenda, onde Bilbo se encontrava. Seu plano era se separar, junto com Sam, de seus melhores amigos Meriadoc Brandebuque (Merry) e Peregrin Tûk (Pippin), durante a simulada mudança e depois seguir para Valfenda, onde desejava encontrar Gandalf, que não tinha dado notícias ainda. No entanto, seus amigos já haviam descoberto os planos de Frodo, pois observavam ele e Bilbo há muito tempo. Na ocasião em que Merry e Pippin revelam ter descoberto os planos de Frodo, eles nos dão uma bela lição de amizade, nas palavras de Merry:

> Pode confiar em nós para ficarmos juntos com você nos bons e maus momentos, até o mais amargo fim. E pode confiar também que guardaremos qualquer um de seus segredos, melhor ainda do que você os guarda para si. Mas não pode confiar que deixaremos que enfrente problemas sozinho, e que vá embora sem dizer uma palavra. Somos seus amigos, Frodo. De qualquer modo, é isto: sabemos a maior parte do que Gandalf lhe disse. Sabemos muito sobre o Anel. Estamos com um medo terrível, mas iremos ao seu lado, seguiremos você como cães (TOLKIEN,2009, p. 64-65).

Merry e Pippin demonstram a seu amigo, Frodo Bolseiro, três elementos essenciais para uma boa amizade: o interesse, a confiança e a fidelidade. Podemos dizer que esses elementos estão contidos no que Aristóteles chamaria de benevolência, isto é, querer o bem do próximo. Aquele que deseja o bem de seu amigo tem interesse por aquilo que é importante para ele, tem atenção nos detalhes com o outro, porque o que interessa ao amigo lhe interessa também. O que, *a priori*, poderia parecer mera curiosidade de dois hobbits peraltas é, na realidade, uma expressão de amor. Apesar de Frodo ter algumas atitudes estranhas na avaliação de seus amigos, eles não o interpretam mal: “Pode confiar em nós para ficarmos juntos com você nos bons e maus momentos, até o mais amargo fim”. Por fim, há o exemplo da fidelidade, “seguiremos você como cães”, eles dizem ao amigo, não importa o que aconteça.

Essas atitudes de amizade exigem reciprocidade: são amigos porque sabem que Frodo faria o mesmo por eles, e, assim, o heroi da história, aceita seguir em frente na companhia Merry e Pippin, além de Sam. Dirigem-se à Valfenda, para saber qual será a procedência do Anel, mas não sem passarem juntos por algumas aventuras e desventuras. A verdade é que sem a presença dos três hobbits e de outros amigos que fizeram pelo caminho, Frodo não teria chegado até lá.

4.2 A amizade entre os homens

Os dois homens presentes na sociedade do Anel são Aragorn, herdeiro da coroa de Gondor, e Boromir, filho do regente deste mesmo reino. Aragorn não se apresenta como futuro rei: a primeira vez que ele aparece em O Senhor dos Anéis é em uma hospedaria em Bri, sob o codinome de Passolargo. Inicialmente, se aproxima de Frodo e dos demais hobbits no Pônei Saltitante, de uma forma enigmática.

Aragorn esconde sua verdadeira identidade para proteger-se contra a vingança de Sauron, visto que seu antepassado, Isildur, era filho de Elendil, fundador do reino de Gondor, e o responsável por arrancar o Anel da mão de Sauron e levá-lo consigo no final da Guerra da Última Aliança. Na infância, após a morte de seu pai Anathor, Aragorn fora criado em Valfenda pelos elfos, que o protegeram e o educaram como um filho. Quando adulto, soube da verdade de suas origens e se tornou um errante e, a pedido de Gandalf, passou a vigiar os hobbits, por isso, os abordou na hospedaria.

Depois de Aragorn tentar convencer Frodo a aceitar a sua companhia para seguirem juntos para Valfenda – onde seria feito o Conselho –, Carrapicho lembrou que Gandalf tinha uma carta endereçada a Frodo, a qual deveria ter sido enviada ao Condado, antes de o hobbit deixá-lo, explicando que, se ele encontrasse Passolargo, poderia confiar nele, pois era seu amigo e o ajudaria.Assim, Frodo e os demais hobbits aceitam a companhia de Passolargo até Valfenda, onde se decidirá quem será o portador do Anel.

Nessa altura, Gondor, era governada por regentes, desde a morte de Eärnur, o último rei até então. O regente na época era Denethor II, pai de Boromir e Faramir. O primogênito era o predileto do pai e, como ele, parecia ter um apego maior pelo governo do reino. Já Faramir, o irmão mais novo, tinha o coração mais reto e menos ganancioso, sendo amigo de Gandalf, apesar de se preocupar em agradar ao pai. Quando Denethor descobre a morte de Boromir, começa a perder a sanidade mental, culminando na decisão de incinerar a si mesmo e ao próprio caçula, quando vê Faramir voltar ferido por ataques de inimigos. O cavaleiro de Rohan fica gravemente ferido – até se recuperar nas Casas de Cura – e Denethor acaba tirando a própria vida ao lançar-se em uma pira. Assim, Gondor fica sem regente e sem rei.

Aragorn não estava seguro se deveria tomar a coroa de Gondor para si, visto que se envergonhava dos erros de seus antepassados. O guardião do Norte, sem dúvida, era um homem bom e virtuoso e mantinha um relacionamento de amizade com os elfos, hobbits,

anões e, especialmente, com Gandalf. Sem eles, não conseguiria vencer a perseguição de Sauron, assim como os demais amigos precisaram da coragem e perspicácia de Aragorn para vencerem os poderes do Mal. No final eucatastrófico da saga, o Anel é destruído, Aragorn é coroado Elessar, o rei de Gondor, e se casa com Arwen, conforme o desejo dos dois, apesar das consequências.

4.3 A improvável amizade entre um anão e um elfo

A amizade mais inesperada na sociedade do Anel é a que ocorre entre o elfo Legolas e o anão Gimli. Esses dois povos tiveram desavenças que remontam à Primeira Era da história da Terra-média, envolvendo disputa por uma das silmarils– joias que continham o brilho da luz das Terras Imortais dos Valar – resultando em combates entre ambos os povos.

Mas a origem dessas desavenças vem de antes da Primeira Era, quando os elfos e os homens ainda não haviam despertado no mundo. Conta a mitologia tolkieniana que os elfos são chamados os filhos Primogênitos de Eru Ilúvatar, sendo os homens os outros filhos de Eru, chamados Sucessores. Os anões, por sua vez, foram criados originalmente pelo vala Aulë, que em soberba criou seus próprios rebentos.

Magnus Orn Thordarson, em seu artigo *The Theme of Friendship in J. R. R. Tolkien's The Lord of the Rings*, recorda que, no próprio Conselho de Elrond, essas diferenças entre os dois povos são destacadas, quando o anão Glóin recorda que foi preso pelos elfos da Floresta

das Trevas, de onde Legolas é natural. Mas Gandalf o exorta: "Peço que não interrompa, meu bom Glóin. Aquilo foi um engano lamentável, há muito desfeito. Se todas as mágoas que separam os anões dos elfos forem trazidas à tona aqui, é melhor abandonarmos este Conselho"(TOLKIEN, 2009, p. 39-41)

Thordarson atenta para o fato de Gimli, o filho de Glóin, começar a mudar a sua postura de desavença para com os elfos quando vai a Lothlórien. O anão fica encantado com a elfa Galadriel, a Senhora de Lórien, e, de presente de despedida, lhe pede um fio de cabelo dourado dela. Galadriel lhe dá então não apenas um, mas três – que Gimli guarda como relíquia – e lhe promete as mãos cheias de ouro e a garantia de não ser dominado pela fortuna, se a esperança não falhar. A partir disso, Legolas e Gimli partem do reino élfico amigos.

A amizade dos dois evolui a ponto que no fim da Guerra do Anel, eles viajam juntos à Floresta de Fangorn, um sonho de Legolas, e as Cavernas Brilhantes do Abismo de Helm, um desejo de Gimli. Essa viagem dos dois revela o quanto a amizade passou a ser estreita entre

eles, a ponto de cada um querer conhecer o mundo do outro e se interessar por aquilo que rejeitavam. Por conta de uma causa comum, a destruição do anel, um elfo e um anão vencem as desavenças dos antepassados, simbolizando o perdão e a aliança entre esses dois povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lendo o embasamento teórico sobre a amizade na obra literária O Senhor dos Anéis, percebe-se que Aristóteles é o que mais se aproxima do imaginário e da produção ficcional de Tolkien, do ponto de vista filosófico. A amizade classificada como perfeita pelo estagirita parte de indivíduos bons em si mesmos, que consideram o amigo um outro eu. Assim, o bem querer ao outro, que configura a benevolência, só vai se realizar como amizade se ocorrer de forma recíproca.

Faz-se perceber que a amizade é virtude necessária para o bem último dos personagens de O Senhor dos Anéis: a destruição do Anel e o final feliz (eucatástrofe). Bem como, a presença de amigos é substancial para o desenvolvimento do trajeto percorrido por cada um deles. Além disso,propõe a ética de Aristóteles que esse tipo de amor é característica das pessoas mais próximas da felicidade, pois estas trazem bondade em si e estão mais próximas da eudaimonía.

Notou-se, com exemplos da obra, como as amizades entre os personagens poderiam auxiliar no avanço da diegese. Visto que, a maioria dos membros da Sociedade do Anel se aproximaram da virtude ao longo da jornada. Dessa forma, os heróis da saga eram mais felizes, alcançando pela amizade sua felicidade e o final eucatastrófico da história. Sem os relacionamentos de amizade nenhum deles teria chegado longe.

Esse estudo não se encerra neste artigo, visto que é de profunda importância e de demasiada pesquisa. Todo o dito aqui pode e deve ser aprofundado alhures.

Encerro o presente trabalho com a cena de quando Merry, Pippin e Sam voltam para o Condado, após despedirem-se de Gandalf, Bilbo, Frodo e os elfos nos Portos Cinzentos, onde não trocaram nem sequer uma palavra, “mas cada um sentia um grande consolo na companhia dos amigos” (TOLKIEN, 2009, p. 315).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES**. Ética a Nicômaco.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

GARTH, J. **A Fantasia de Tolkien Nasceu nas Trincheiras**. Disponível em: <http://tolkienbrasil.com/artigos/colunas/garth/fantasia-tolkien-nasceu-trincheiras/>Acesso em: 06 out. 2022.

Tolkien and the Great War – The Threshold of Middle-earth. United Kindom: Happer Collins Publishers, 2003.

THORDARSON, M. O. The Theme of Friendship in J.R.R. Tolkien's The Lord of the Rings. **University of Iceland**, Reykjavík. Open Access. Disponível em: http://skemman.is/stream/get/1946/11540/28696/1/Thordarson_BAEssayFinalVersion.pdf. Acesso em: 06. out. 2022.

TOLKIEN, J. R. R. **O Hobbit.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TOLKIEN, J. R. R. **O Senhor dos Anéis** – A Sociedade do Anel. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TOLKIEN, J. R. R. **O Senhor dos Anéis** – As Duas Torres. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TOLKIEN, J. R. R. **O Senhor dos Anéis** – O Retorno do Rei. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 247

TOLKIEN, J. R. R. **O Silmarillion**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.



INTERTEXTUALIDADE: EFEITOS DE SENTIDO NO GÊNERO TEXTUAL PROPAGANDA

MAROLDI, Patrícia
PALUDO- Isadora
SOUSA, Ricardo
pfmaroldi@minha.fag.edu.br
Orientador: COTTICA, Ângela
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Este trabalho apresenta os efeitos de sentido em textos midiáticos difundidos na internet e na televisão. Apresentou-se a importância da intertextualidade nesses gêneros, sabendo-se que a influência de um texto sobre o outro estabelece relações dialógicas, interferindo diretamente na compreensão do conteúdo. Em consonância com o tema, analisou-se uma propaganda, estabelecendo uma relação entre o conteúdo, as cores, as imagens e a linguagem e como a intertextualidade exerce poder sobre ela. O objetivo desta pesquisa foi esmiuçar os gêneros textuais, salientando a importância da intertextualidade e expor como isso funciona na prática, através de uma propaganda. Esta pesquisa configurou-se e ancorou em uma abordagem qualitativa e tomou o caminho da investigação exploratório-descritiva desses gêneros presentes na mídia, sendo fundamentada por renomados autores como Bakhtin, Fiorin, Koch, Marcuschi, entre outros. Os resultados encontrados demonstraram que é preciso conhecer e familiarizar-se com os diversos gêneros textuais que circulam em nossa sociedade, levando em conta que a interpretação é interferida pela função da situação, pela posição social e pelas relações pessoais entre os participantes da comunicação.

Palavras-chave: Gênero textual. Intertextualidade. Textos midiáticos.



INTRODUÇÃO

Os textos midiáticos possuem veículos de mensagens diversas pela mídia, canais de comunicação com gêneros textuais diversos. Neste trabalho apresentar-se-á uma análise de propaganda marcada pela intertextualidade, fazendo referência as mensagens de textos midiáticos. Fundamentou-se, pois, gênero textual, tipologia e intertextualidade para desenvolver uma análise minuciosa de uma manifestação neste ato pela imagem, no gênero propaganda, ou seja, ousando de textos verbais, operadores e espaciais.

A importância deste estudo refere-se à oportunidade em adicionar a intertextualidade como mensagem que engloba outros em sua aquisição, ou seja, gera a necessidade de conhecimentos diversos de mundo, atualidades, envolvendo a relação com inovações tecnológicas, para a compreensão do texto.

O tratamento do gênero textual é visto como uma estrutura, na qual ao ser explorado este trabalho, observa-se os sentidos provocados através das diversas possibilidades que o leitor possa direcionar suas características e produção, cada qual com sua estrutura de textos, tratando-se de textos dissertativos, injuntivos e descritivos.

Apresentar-se-ão ainda, detalhes e explicações sobre a intertextualidade, na qual introduz um diálogo com outros textos e aplicado elementos fundamentais para a construção da coesão textual, proporcionando sentido ao texto, sendo os responsáveis usuários do texto. Inclusive aplicado ao uso de propagandas confiáveis, de humor e com figuras de linguagem, dependendo do público que deseja atrair.

Portanto, isso demonstra que devemos pregar uma melhor atuação social, procurar conhecer e perceber os gêneros que circulam em nossa sociedade entre diversas características, podendo manipulá-los conforme propósitos variados.

O GÊNERO TEXTUAL

Os gêneros textuais têm sido foco de muita atenção por parte de pesquisadores e professores, normalmente são bem delimitados, com características claras e pouco variáveis. Cada gênero textual possui um formato a ser seguido. O estudo dos gêneros textuais não é novo e tem pelo menos 25 séculos, considerando que sua observação sistemática se iniciou em Platão. A expressão gênero esteve ligada aos gêneros literários. Hoje é facilmente utilizado para referir a uma categoria distinta de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias.

Os gêneros textuais são as classificações usadas para determinar os textos de acordo com suas características em relação a um contexto. O gênero textual é identificado com base no objetivo, na função e no contexto do texto. Os gêneros textuais representam um conjunto de textos orais ou escritos que possuem características próprias, tais como estrutura, linguagem e temática.

> Segundo gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Frutos de trabalho coletivo contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas no dia a dia. São entidades sócias discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. Logo os gêneros são uma forma de comunicação entre locutor e receptor. Marcuschi (2002)

Cumpre reforçar que para Bakhtin (2003) “é preciso dominar bem os gêneros para emprega-los livremente”.

> “Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso”. Bakhtin (2003)

Isso significa que precisamos conhecer e nos familiarizar com os diversos gêneros textuais que circulam em nossa sociedade. Eles se caracterizam como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidade e atividades sócias culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar à quantidade de

gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

Após observar o gênero textual, partimos para uma nova perspectiva que é o tipo textual que segundo Marcuschi, se refere às estruturas linguísticas dos textos**,** ou seja, define a predominância de expressões e estruturas sintáticas presentes. Em face da sua complexidade, prevê-se que o gênero textual nem "é um tipo de texto nem um tipo de situação. Antes, constitui-se numa relação funcional entre texto e contexto, ou seja, entre um tipo de texto e uma situação retórica" (COE, 2002, p. 197). Por ser multidimensional, o gênero inclui o textual, o social e o político, devendo ser analisado a partir de diferentes aspectos: formal, retórico, processual e temático.

Essas dimensões interagem e se sobrepõem fornecendo ao usuário da língua experiente um conhecimento sofisticado que lhe permite manipulá-los conforme propósitos variados. Numa análise multidimensional de um gênero, cumpre destacar vários elementos: conteúdo (tema), linguagem, estilo, formato, organização retórica (esquemática ou cognitiva), tom, aspectos visuais (cores, imagens) etc.

Todos nós sabemos que texto é o único material linguístico observável como lembram alguns autores. Em cada texto a um caráter enunciativo e não meramente formal, vai além da frase e constitui uma unidade de sentido que de alguma maneira pode ser trabalhos e transmitir uma mensagem ao interlocutor. Mas para isso precisamos identificar os tipos de gênero textual, estuda-los de forma aprofundada para conseguir cria-los.

Koch e Travaglia (2011, p. 70-98) nos apresentam diversos fatores responsáveis pelo estabelecimento da coerência. Estes fatores são: os elementos linguísticos, o conhecimento de mundo, o conhecimento partilhado, as inferências, os fatores de contextualização, a situacionalidade, a informatividade, a focalização, a intertextualidade, a intencionalidade e aceitabilidade, e, por fim, a consistência e a relevância.

Os gêneros textuais concretizam esses aspectos gerais em situações cotidianas de comunicação. São textos flexíveis e adaptáveis que apresentam uma intenção comunicativa bem definida e uma função social específica, adequando-se ao uso que se faz deles. Os tipos textuais podem ser textos narrativos apresentam

ações de personagens no tempo e no espaço. A estrutura da narração é dividida em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho, Alguns exemplos de gêneros textuais narrativos, Romance; Novela; Crônica; Contos de Fada; Fábula; Lendas.

Os aspectos mais enfatizados nessa época, como também na segunda metade da década de 80, foram: os critérios ou padrões de textualidade propostos por Beaugrande & Dressler (1981), especialmente a coesão textual, está enfocada em geral sob a perspectiva de Halliday & Hasan (1976), mas inspirando-se, também, nos estudos da escola funcionalista de Praga (particularmente, Dane) quanto às questões de progressão temática; a coerência textual; a intertextualidade; a tipologia de textos; a produção/compreensão/ sumarização de textos; os mecanismos de conexão (conectores semânticos e pragmático/discursivos); outros processos linguísticos vistos sob a ótica textual (topicalização, referenciação, nominalização, tempos verbais; emprego do artigo, etc.).

Em 1985, publica-se Coesão e Coerência em Narrativas Escolares Escritas (Lúcia M. K. Bastos, Campinas: Editora da Unicamp). É também a partir de então que revistas especializadas e anais de congressos passam a trazer artigos e comunicações sobre os vários critérios ou fatores de textualidade, com destaque para a coesão, a coerência, a intertextualidade, a informatividade, a situacionalidade, a argumentatividade, bem como sobre o emprego dos tempos verbais e as tipologias textuais.

Já os textos descritivos se ocupam de relatar e expor determinada pessoa, objeto, lugar, acontecimento. Dessa forma, são textos repletos de adjetivos, os quais descrevem ou apresentam imagens a partir das percepções sensoriais do locutor (emissor). São exemplos de gêneros textuais descritivos: Diário; Relatos (viagens, históricos, etc.); Biografia e autobiografia; Notícia; Currículo; Lista de compras; Cardápio; Anúncios de classificados.

Os textos dissertativos são aqueles encarregados de expor um tema ou assunto por meio de argumentações. São marcados pela defesa de um ponto de vista, ao mesmo tempo em que tentam persuadir o leitor. Sua estrutura textual é dividida em três partes: tese (apresentação), antítese (desenvolvimento), nova tese (conclusão). Os textos expositivos possuem a função de expor determinada ideia, por meio de recursos como: definição, conceituação, informação, descrição e

comparação. Alguns exemplos de gêneros textuais expositivos seminários; Palestras; Conferências; Entrevistas; Trabalhos acadêmicos; Enciclopédia; Verbetes de dicionários.

O texto injuntivo, também chamado de texto instrucional, é aquele que indica uma ordem, de modo que o locutor (emissor) objetiva orientar e persuadir o interlocutor (receptor). Por isso, apresentam, na maioria dos casos, verbos no imperativo, alguns exemplos de gêneros textuais injuntivos: Propaganda; Receita culinária; Bula de remédio; Manual de instruções e Regulamento.

Os textos descritivos se ocupam de relatar e expor determinada pessoa, objeto, lugar, acontecimento. Dessa forma, são textos repletos de adjetivos, os quais descrevem ou apresentam imagens a partir das percepções sensoriais do locutor (emissor). No início de seu surgimento, essa linha de estudos não se preocupava com o texto em si, pois de acordo com a LT.

> “Teve incialmente por preocupação descrever os fenômenos sintático-semânticos ocorrentes entre enunciados ou sequências de enunciados, alguns deles inclusive, semelhantes aos que já haviam sido estudados no nível da frase”. Koch (2004, p.7).

Diante do exposto, apenas as frases eram tidas como elementos de análise, porém com a expansão a partir da década de 1970, começa-se a ter interesse pela unidade básica de sentido, o texto. Nas palavras de Fávero e Koch (2000, p.11), “sua hipótese de trabalho consiste em tomar como unidade básica, ou seja, como objeto particular de investigação, não mais a palavra ou a frase, mas sim com o texto, por serem os textos a forma de manifestação da linguagem”.

A INTERTEXTUALIDADE

Em todo o texto a palavra introduz um diálogo com outros textos, em que encontramos o entrecruzamento e a transposição com outros enunciados, sendo constantemente preenchido por elementos exteriores que se mostram fundamentais para a construção da coesão textual, proporcionando sentido ao texto. A influência

de um texto sobre o outro estabelece relações dialógicas, interferindo diretamente na compreensão do conteúdo.

A intertextualidade é um recurso que possibilita uma melhor atuação social, em que os intertextos constroem um mundo de significados intencionais. O diálogo se estabelece na construção da interação pela presença sempre do outro no próprio discurso: “Se toda palavra se dirige a alguém e tem seu tema construído na interação, temos sempre o mínimo de dois interlocutores. No entanto, devemos também considerar que todos os enunciados de que participamos vêm de outros enunciados e provocam respostas” (SILVA, 2013, p. 53).

Os enunciados concretos constituem-se enquanto interação, com relação ao outro, nem sempre demarcado. E nesse jogo interativo, a constituição do eu é formada pela presença do outro, tu, que perpassa o discurso, podemos dizer a realidade, do discurso configurador do eu. Esse processo é chamado pelo círculo de Bakhtin de Dialogismo.

Kristeva (*apud* ALLEN, 2000, p.36) afirma que os autores não criam os textos do nada, eles são expressos a partir de outros textos pré-existentes, “uma permutação de textos, uma intertextualidade no espado de um determinado texto”. Os textos são produzidos de um “texto cultural (social)”, em que todos os discursos são veiculados, estruturados e sancionados, o que chamamos de cultura.

Na concepção de Koch (2003a, p. 59):

> Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior, e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe.

O estudo da intertextualidade “não é apenas uma questão ligada a que outros textos você refere, e sim como você os usa, para que você os usa e, por fim, como você se posiciona enquanto escritor diante deles para elaborar seus próprios argumentos” (BAZERMAN, 2006, p. 103). A intertextualidade surge como elemento constitutivo do texto, uma vez que os textos não surgem isoladamente, mas em relação com outros textos.

De acordo com Koch e Travaglia, os responsáveis pela coerência são os usuários do texto, e, justamente por isto, diz-se que a coerência é um princípio de

interpretabilidade. Desta forma, é tarefa de cada leitor recuperar o sentido do texto. Assim, algo pode ser coerente para um leitor e para outro não, isto vai depender muito do conhecimento de mundo de cada leitor, e também do conhecimento compartilhado que este possui com o autor do texto.

Koch e Travaglia (2011, p. 70-98) nos apresentam diversos fatores responsáveis pelo estabelecimento da coerência. Estes fatores são: os elementos linguísticos, o conhecimento de mundo, o conhecimento partilhado, as inferências, os fatores de contextualização, a situacionalidade, a informatividade, a focalização, a intertextualidade, a intencionalidade e aceitabilidade, e, por fim, a consistência e a relevância.

Para Kleimam e Moraes:

> Para todo leitor um texto funciona como um mosaico de outros textos [...] a intertextualidade é um fenômeno cumulativo: quanto mais se lê, mais se detectam vestígios de outros textos naquele que se está lendo e mais fácil se torna perceber as suas relações com outros objetos culturais e, portanto, mais fácil é sua compreensão. (KLEIMAM e MORAES, 1999, p. 62).

Sobre as relações existentes entre os enunciados, Bakthin afirma que “nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem obras literárias), estão repletos de palavras dos outros [...]” (BAKHTIN, 2000 apud PACHECO, 2006, p. 52). Podemos afirmar, por meio desta ideia, que é a partir das concepções alheias que construímos as nossas próprias concepções, muito do que falamos ou acreditamos é construído por meio do discurso do outro, estamos diariamente nos apoiando nos dizeres dos outros e construindo nossos próprios dizeres.

Geralmente, no interior de paródias, letras de músicas, citações, resenhas, resumos, é que construímos o sentido dos textos e encontramos referências a outros textos. Existe sempre, uma anterioridade discursiva presente a partir dos e nos textos que lemos. Essa anterioridade é sempre uma pré-construção de discursos; trata-se de conhecimentos prévios advindos de leituras de outros textos que carregam marcas explícitas ou implícitas. (KOCH; ELIAS, 2008)

Com base nos estudos de Koch e Elias (2008), podemos obter dois tipos de intertextualidade na leitura de textos: explícita e implícita. Na intertextualidade explícita há citação da fonte do intertexto. Já a intertextualidade implícita ocorre sem citação da fonte, pois o locutor pressupõe que o intertexto já faça parte dos

conhecimentos textuais do leitor. Sendo assim, tanto a intertextualidade explícita quanto a implícita podem ser prejudicadas caso o leitor não leve em consideração seus conhecimentos prévios construídos a partir de textos precedentes.

Note-se, com base nesses pressupostos teóricos, que o leitor, para compreender um texto e construir relação entre textos, recorre necessariamente a uma série de estratégias de leitura, que se dividem em três grupos: cognitivas, sócio interacionais e textuais (KOCH, 2011). Sem essas estratégias, não há como o leitor mobilizar o contexto e os conhecimentos que possui. As estratégias cognitivas são as que funcionam como uma instrução geral para cada escolha que será feita no processamento textual.

A INTERTEXTUALIDADE COMO ELEMENTO PROPAGANDAS

A propaganda possui o propósito de influenciar e persuadir opiniões ou de obter adesão para uma ideia, por este motivo as cores são vibrantes e terminam um potencial de linguagem, dependendo do público que pretende atrair. O texto é, então, como um intertexto que se relaciona dialogicamente com textos anteriores e posteriores.

Em consonância com Bakhtin (1997), a cada contexto de uso da língua surgem novos enunciados. Pois, a intertextualidade gera expectativa de convencimento do público-alvo, tornando-o consumidor ou experimentador, gerado pelo diálogo de convencimento do anunciado.

Pode ser relacionado ao humano de figuras artísticas ou ainda um texto ao outro, chamado de intertextualidade, demonstra a confiabilidade e com humores diversos dependendo da figura de linguagem utilizada com o objetivo da propaganda. A utilização do verbo no imperativo 1ª pessoa do singular (eu), também sugere influência, como cópia de atitudes e comportamentos estruturais de ideia, causando importância e persuasão do contexto, tais como o gênero semiótico (ato gerador de significado) de caráter argumentativo com objetivo de conhecer os indivíduos.

Quando tratamos de intertextualidade na propaganda relaciona-se um texto com o outro, sendo uma espécie de diálogo entre eles, seja de forma visual, auditiva ou descritiva. Mas para que isso aconteça o cliente/ leitor deve entender e conhecer sobre o mundo atual e antigo para que faça sentido para ele essa relação de textos, caso contrário não cumprirá com o objetivo de sentido. Essa definição é equivalente à adotada por Fiorin (2006, p.178), que, fundamentando-se em Bakhtin, afirma que o texto é a unidade da manifestação: “manifesta o pensamento, a emoção, o sentido, o significado”, é categoria existente em todas as semióticas, não só na linguística.

Os textos multimodais são compostos pela linguagem verbal (escrita ou oral) e não verbal (gestos, expressões ou visuais) tais como: infográficos, anúncios, cartuns, memes, propagandas, tirinhas, charges entre outras, com objetivo de se relacionar e persuadir, fomentando o leitor a mensagem, “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (Bakhtin, 1997, p. 290).

Tais como a paráfrase (explica ou esclarece o texto em outras palavras, podendo até se tratar do regionalismo) ou paródia (recriação de um texto conservando a ideia central, buscando efeitos humorísticos), mantendo o essencial da ideia original, pois, a intertextualidade faz parte da estrutura textual do gênero e ela também age discursivamente a favor das propagandas.

A ANÁLISE DA PROPAGANDA: A BRANCA DE NEVE- O BOTICÁRIO





A imagem apresenta o gênero publicitário entre a marca de perfumes O-Boticário e o conto de fadas a branca de neve, semelhantes do aspecto estrutural e de conteúdo. O conto a branca de neve e os sete anões, ao comer a maça entra em um sono profundo, até que o príncipe permite que os 7 anões a leve até o seu pai que a procura dia e noite.

Na propaganda O-Boticário, possui o objetivo de convencer as mulheres a comprarem os produtos de perfumaria e cosméticos dessa marca. Com relação aos seus aspectos estruturais, o anúncio utiliza um texto (Era uma vez uma garota branca como a neve. Que causava muita inveja não por ter conhecido sete anões. Mas vários morenos de 1,80m), uma logomarca (o nome O Boticário em tom verde no canto superior direito), um slogan (Você pode ser o que quiser) e uma informação adicional em letras pequenas, com site e telefone de contato (Mais de 2.300 lojas esperando por você. www.boticario.com 0800 41 3011).

Conforme mencionado sobre a utilização das core vibrantes, nesta propaganda confirma sobre chamar a atenção aos olhos da modelo e o céu azul, na qual impacta pela harmonia da tonalidade de pele branca da modelo.

A relação entre ambos destaca a função da linguagem conativa ou apelativa (atender a um objetivo específico na comunicação de convencimento). Pois, ao analisar os aspectos de conteúdo, observamos que é oferecido uma maçã para a moça, no conto de fadas, está maçã está envenenada. A intertextualidade da propaganda está aqui, ao oferecer a maçã, com o objetivo de causar inveja nas outras mulheres, pelo fato de que a mulher que usa os produtos de O Boticário possui maiores oportunidades em conquistar vários homens, o que é citado no corpo do texto ([...] “Que causava muita inveja não por ter conhecido sete anões. Mas vários morenos de 1,80m”).

Podemos concluir que o público alvo da propaganda são as mulheres. O objetivo da marca será em induzir maiores consumidoras, que ficarão tão belas quanto a branca de neve. Relaciona que esta marca é melhor que as outras. As cores vibrantes e combinações radiantes, que além de chamar a atenção também persuade a beleza. Inversão de valores entre trocar o quantitativo pelo qualitativo, causando inveja ao conquistar vários homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar que gênero textual tem sido tratado de forma simples, uma vez que os textos são vistos como reproduções de uma estrutura prefixada para o gênero a que pertence. É de suma importância que conheça e reconheça as diversas estruturas dos gêneros textuais, mas que estejam conscientes das suas flexibilidades. Estes devem explorar os trabalhos linguísticos produzidos nos textos e os efeitos de sentidos que são provocados, as escolhas que o autor utiliza para marcar a forma de comunicação, as inúmeras possibilidades que a língua portuguesa oferece para se trabalhar e as consequências dessas escolhas na forma dos sentidos que permite o leitor construir, as diferentes direções apresentadas que são mais produtivas com as características dos gêneros textuais.

Dentre os gêneros textuais, devemos lembrar-nos das marcas de intertextualidade que são encontradas em cada tipo de gênero. A intertextualidade deve estar relacionada muito mais à natureza do objeto escrito e à leitura que o leitor realiza, incluindo seu estilo pessoal de fazer contexto sócio histórico da publicação.

Observando o número de marcas de intertextualidade explícita ou implícita encontrada, aos outros gêneros textuais, somos levados a crer que a intertextualidade de tipo explícito se configura como uma característica de excelência, o que vem a confirmar quando imaginamos o senso comum a respeito do gênero. Conforme Knoll & Pires (2010), “como o texto é uma manifestação não só de ordem verbal, mas de outras naturezas semióticas, considera-se que a intertextualidade está presente também nas imagens”.

Esse exemplo multimodal da intertextualidade é um elemento essencial para o entendimento do gênero propaganda, que não só elementos tipicamente verbais, mas também as competências que formam os componentes imaginéticos e espaciais, com os operadores intertextuais. Contudo propagandas são gêneros textuais que são propensos a enriquecer o campo de estudo das linguagens, levando em consideração suas características multimodais. Logo principalmente a intertextualidade das propagandas podem formar explicitamente as redes de textos que construirão um grau de coerência entre si.



REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (1997). **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes.

BAKHTIN, M. (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, Tipificação e Interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

KLEIMAM, A. B; MORAES, S. E. **Leitura e interdisciplinaridade: tecendo teias nos projetos da escola.** Campinas: Mercado de Letras, 1999.

FÁVERO, L.L. **Critérios de textualidade**. Veredas, 104: 17-34. (1985)

FÁVERO, L L. **Intencionalidade e aceitabilidade como critérios de textualidade**. Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br/file.php/752/bibliografia/marcuschi_2003.pdf > Acesso em 20 SET 2022.

FIORIN, J. L. (2006). **Interdiscursividade e intertextualidade**. In B. Brait (Org.). Bakhtin: outros conceitos chaves. São Paulo: Editora Contexto, 161-194.

FIORIN, J.L. **Polifonia textual e discursiva**. In: BARROS, D.L.P. de; FIORIN, J.L. (Org.). Dialogismo, polifonia, intertextualidade: Em torno de Bakhtin. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GERALDI, João Wanderlei. **Da redação à produção de textos**. In: CHIAPPINI, Lígia (coord. Geral). Aprender e ensinar com textos – 5 ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

João Victor P.R., 2 Daiane B.S.A. **Intertextualidade como elemento persuasivo em propagandas**. Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem ® 3(1), 2021. Disponível em <https://doi.org/10.29327/224874.3.1-1> Acesso em 03 SET 2022.

KNOLL, Graziela Frainer; PIRES, Vera Lúcia**. Intertextualidade e propaganda: Análise de processos intertextuais em anúncios impressos**. Anais do SITED Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso Porto Alegre, RS, setembro de 2010. Núcleo de Estudos do Discurso Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

KOCH, ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
KOCH, I. V; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros Textuais**: definição e funcionalidade. In: Dionísio, Ângela Paiva.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PACHECO, M. C. **Identidade e intertextualidade em narrativas de docentes e em textos de leis federais brasileiras, de 1960 a 2000**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – UNB, Brasília, 2006.

SILVA, A. P. P. de F. e. Bakhtin. In: OLIVEIRA, L. A.(org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas.** São Paulo: Parábola, 2013. p. 45-69.

SOUZA, C. C. **Disciplinas escolares**: um olhar sobre os discursos das pesquisas históricas em educação. In: Vania Maria Lescano Guerra; Marlene Durigan; Edgar Cézar Nolasco. (Org.). Identidade e discurso: história, instituições e práticas. 1ed.Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A FRAGILIDADE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A TENDÊNCIA À CRIMINALIDADE

ZALTRON, Luiz Felipe - Autor 1
FRANCO, Letícia - Autor 2
GARCIA, Luiza - Autor 3
lfzaltron@minha.fag.edu.br
lgfranco@minha.fag.edu.br
lgbarbosa1@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente trabalho aborda como um habitat social (ou seja, o espaço físico e as relações sociais) em escassez determina ou influência o modo e o estilo de vida dos indivíduos. A Escola de Chicago produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas sociais, direcionado à investigação dos fenômenos sociais que ocorriam especificamente no meio urbano. Foi analisando documentos, registros policiais da época e fazendo experimentos que os professores da Universidade de Chicago contribuíram com o estudo sobre a criminalidade. A partir disso, surgem diversas teorias que tentam explicar o crime, o criminoso e as formas de prevenção.

Palavras-chave: Escola de Chicago, Ecologia Humana, Criminologia.

INTRODUÇÃO

A Escola de Chicago foi um movimento de estudiosos que se preocupou em destacar e aprofundar temas como simbologia, comunicação e, como foco deste texto, a criminalidade.

Durante o século XX, ocorreu o começo do crescimento demográfico e desenvolvimento urbano nas principais cidades do mundo, o surgimento das metrópoles e, consequentemente, o convívio social entre os indivíduos. Dessa forma, observa-se como a relação entre eles cria uma organização social que se transforma em grupos, conjuntos e comunidades dentro das cidades.

Vinda desse contexto, a criminalidade vai ser estudada como provinda da tendência dos indivíduos que vivem incluídos nos grupos mais marginalizados a ter um esforço particular de mudança social, pendendo para a transgressão das leis e das normas preestabelecidas na sociedade.

1 A ESCOLA DE CHICAGO

A Escola Sociológica de Chicago, ou Escola de Chicago, surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundado pelo historiador e sociólogo Albion W. Small.

Entre 1915 e 1940, a Escola de Chicago produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas sociais, direcionado à investigação dos fenômenos sociais que ocorriam especificamente no meio urbano da grande metrópole norte-americana. Com a formação da Escola de Chicago inaugura-se um novo campo de pesquisa sociológica, centrado exclusivamente nos fenômenos urbanos, que levará à constituição da chamada Sociologia Urbana como ramo de estudos especializado.

A primeira geração de sociólogos da Escola de Chicago foi composta por Albion W. Small; Robert Ezra Park (1864-1944); Ernest Watson Burgess (1886-1966); Roderick Duncan McKenzie (1885-1940) e William Thomas (1863-1947). Foram eles que elaboraram o primeiro programa de estudos de sociologia urbana. Nas décadas seguintes, outros colaboradores se destacaram: Frederic Thrasher (1892-1970), Louis Wirth (1897-1952) e Everett Hughes (1897-1983). O surgimento da Escola de Chicago está diretamente ligado ao processo de expansão urbana e crescimento demográfico da cidade de Chicago no início do século 20, resultado do acelerado desenvolvimento industrial das metrópoles

O conceito de ecologia humana serviu de base para o estudo do comportamento humano, tendo como referência a posição dos indivíduos no meio

social urbano. A abordagem ecológica questiona se o habitat social (ou seja, o espaço físico e as relações sociais) determina ou influencia o modo e o estilo de vida dos indivíduos. Em outras palavras, a questão central é saber até que ponto os comportamentos desviantes.

Considerando, então, a cidade como um amplo e complexo "laboratório social", as pesquisas sociológicas foram marcadas pelo uso sistemático dos métodos empíricos (para coleta de dados e informações sobre as condições e os modos de vida urbanos).

A atenção da Escola não é com o criminoso em si, nem com a sua motivação para o crime; também não há preocupação com estudos anatômicos (Lombroso), sob o argumento de que existem aspectos mais relevantes a serem estudados, como, por exemplo, o crescimento urbano das grandes cidades, na qual a vida das pessoas é diferente, e precisam de um conjunto de valores e práticas distintas das zonas rurais, pois os delitos são diferentes, motivo pelo qual a forma de prevenção dos mesmos também deve ser diferente.

2 A CRIMINOLOGIA NA ESCOLA DE CHICAGO

A Teoria da Ecologia Humana, passando a ser compreendida como uma alternativa às teorias que explicavam o comportamento humano como decorrente de uma esfera meramente psicogenética, surge na defesa da ideia de que o ambiente desempenha influência no comportamento humano, levando-se em consideração fatores sociais, econômicos, políticos, culturais etc. De maneira que, diferentes áreas da cidade, por encontrarem-se em situações desiguais, não só geograficamente, muitas vezes acabam se transformando, ainda que transitoriamente, em ambientes degradados, esquecidos e marginalizados, constituindo-se verdadeiros locus do não exercício de direito à cidade, no sentido defendido por David Harvey (2008: 74), para além do acesso aos recursos urbanos, também implica falar da liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos – o que o autor enxerga como um dos direitos humanos mais negligenciados.

A Escola de Chicago é a força da comunidade de se auto-organizar e prevenir seus problemas sociais de modo endógeno. Deste modo, um ambiente escasso de recursos que amparem uma vida minimamente digna, agravado pela grande

mobilidade de pessoas, ocasiona o enfraquecimento das instituições básicas da sociedade – como a família, a escola, dentre outras. Assim, uma vez fragilizados, esses indivíduos tornam-se potencialmente aptos à perda de objetivação social; saliente-se, que o grande anseio dos que habitam essas áreas degradadas, nada mais é do que deixar tal situação, canalizando todos os seus esforços para uma modificação de tal realidade.

Na Teoria das Zonas Concêntricas, de Burgess, é traçada a Zona II - justamente o espaço mais degradado da cidade de Chicago, como a área mais potencialmente criminogênico. Sobre essa zona, enfatiza Freitas (2002, p. 75):

> A Zona II, normalmente, é marcada por casas em péssimo estado de manutenção, infraestrutura deficiente, pobreza, doenças, alcoolismo, restaurantes baratos, pessoas ociosas, novos imigrantes e baixo controle social. É a "área natural" a ser ocupada pelo recém-chegado à cidade, por ser a mais barata para se viver e se localizar próxima das fábricas, que absorvem essa mão-de-obra. Ali residem pessoas de classes desfavorecidas e minorias, sendo local propício ao desenvolvimento de cortiços e formação de guetos. Por estas razões, é considerada a área mais indesejada para se morar, o que explica a alta mobilidade residencial que a caracteriza.

Para a Ecologia Humana, o fator pobreza é um elemento considerável, uma vez que os integrantes desta classe são levados a habitar as regiões mais degradadas, onde, na maioria dos casos, moram também os autores de infrações criminais, como ressalta Tangerino (2002). Dessa maneira, observa-se que os novos moradores nem sempre seguirão o caminho dos que ali já estavam; no entanto, a experiência nos mostra que a parcela jovem, especialmente os filhos de pessoas pobres, influenciados por esses ambientes, estarão sujeitos à interação com uma gama de condutas, abrangendo, infelizmente, a criminal.

Perante essas considerações, abrangemos que uma constatação feita pela Escola de Chicago reside no fator do fortalecimento do controle social informal, por meio dos grupos sociais e da comunidade, restaurando a perspectiva dos laços comunitários. Com efeito, essa alternativa encontra justificativa na relação mútua existente entre um controle social frágil (em virtude da perda da coesão moral) e o crescimento da desorganização social, haja vista que essa interação, segundo os ecologistas sociais, é capaz de promover e agravar os níveis de grupos desviantes, de criminalidade, sobretudo a juvenil, nas áreas deterioradas.

3 O DESVIO MOTIVADO PELA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

A partir do século XX, época em que a Escola de Chicago iniciou seus estudos sobre a parte criminológica da sociedade, foi quando começou-se a entender as questões sobre o desvio social que, por sua vez, está diretamente relacionado com o crescimento metropolitano das vidas em sociedade. Nesse contexto, entrou em foco, também, a teoria da Ecologia Humana, que foi fundamentada na perspectiva de analisar como a cidade – ou o habitat social – pode influenciar no comportamento dos indivíduos nela inseridos. Esses anteriormente citados estudos foram voltados, ademais, para entender o crescimento demográfico e o alargamento da extensão urbana que se processavam nas cidades daquele tempo.

Simultaneamente com o desenvolvimento e ascensão do âmbito urbano, também ocorreram as divisões das cidades em áreas; acreditava-se que as comunidades retinham forças representadas por esses tais agrupamentos, já que os indivíduos se identificavam com suas tipicidades dentro dos conjuntos e, assim, construíam operações juntamente. Além disso, todas essas áreas da sociedade propunham uma relação de simbiose, ou seja, necessitavam uma da outra para existir, como também participavam conjuntamente de um panorama de dominação e invasão.

Portanto, observa-se que, de acordo com os estudos da Escola de Chicago, a sociedade é um superorganismo, com organizações que dependem uma das outras no sentido social, populacional e biológico; então, as mazelas presentes na sociedade advém da desorganização social — é entendida como um dos fatores oriundos da rápida urbanização e do aumento da visibilidade das desigualdades sociais, ocasionando o enfraquecimento dos valores coletivos — provocadas entre as comunidades, mesmo que alguns grupos percebem esse impacto de forma mais evidente, em virtude de serem potencialmente mais marginalizados e excluídos. Nessa construção teórica, surge o entendimento de que as áreas degradadas são os espaços habitacionais deteriorados, sujeitos à violência e criminalidade, desprovidos, muitas vezes, de saneamento e de outros serviços básicos indispensáveis a um padrão de vida digna.

Com base nessa noção de desorganização social, que, supracitada, foi advinda do atrito entre os grupos sociais em sua relação de simbiose, nota-se que o ambiente

degradado interfere nas intencionalidades dos indivíduos, sujeitando-os a uma realidade que ocasiona no enfraquecimento de sua noção de convivência com outrem, uma vez que consequentemente as instituições sociais também estão prejudicadas, como a família, a escola, dentre outras. Assim, uma vez fragilizados, esses indivíduos tornam-se potencialmente suscetíveis à perda de objetivação social, tendendo a um pensamento que se canaliza em um esforço para a mudança de tal realidade. Dessa forma, com o agravamento dessa tensão, observa-se o crescimento da violência urbana e das novas representações sociais sobre os pobres, onde, muitas vezes, é por meio da violação da transgressão da lei que se irá buscar resolver tais embates.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de crescimento acelerado da demografia populacional e da ascensão estrutural e habitacional de uma cidade, observam-se inevitáveis eventos acontecendo juntamente com esse panorama.

Sendo a organização da sociedade — e principalmente sua desorganização — o central motivo para a inclinação de um indivíduo à transgressão, pode-se dizer que o peso de suportar a tensão causada pelo atrito e a relação árdua de coexistência entre os grupos sociais é responsável, apesar do desvio muitas vezes ser de cunho grave, pela disposição do cidadão a tender para o âmbito da criminalidade.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Mariana e CATÃO, Marconi. **JUVENTUDE E CRIMINALIDADE SOB A PERSPECTIVA DA ESCOLA DE CHICAGO**. Rio de Janeiro, 2015.

COULON, Alan. **A ESCOLA DE CHICAGO**. Campinas, São Paulo, 1995.

CIÊNCIAS CRIMINAIS, Canal. **Escola de Chicago: afinal, o ambiente influencia o comportamento criminoso?** Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2016.

CANCIAN, Renato. **Escola de Chicago - contexto histórico - Pesquisas centradas no meio urbano.** [S.l.: s.n.]



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ESTUDO APLICADO EM UMA EMPRESA DE LATICÍNIOS: AÇÕES ESTRATÉGICAS

OSWALD, Tiago José - Autor 1
GORRIS, Maísa Stéfani - Autor 2
tjoswald@minha.fag.edu.br
Orientador: NESKE, Djeimi Angela Leonhardt
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de um estudo aplicado que teve por objetivo identificar adversidades em uma empresa de laticínios, bem como realizar análises sobre a mesma. Tendo em vista problemas que a empresa apresentava, originou-se a ideia do estudo. Acerca da metodologia, foi realizado primeiramente uma pesquisa para compreensão dos conceitos teóricos. Na sequência, houve observação direta na empresa, através de visitas bem como entrevistas com os proprietários. Em relação às considerações finais, a presente obra visa propor soluções para a organização, ficando a seu critério a implementação. Por conter informações e ideias muito úteis à organização, espera-se que a mesma analise as sugestões a fim de verificar as possibilidades de implementação.

Palavras-chave: laticínio; ferramentas de gestão; análise.

INTRODUÇÃO

O setor de laticínios se mostra de grande interesse mundial, tendo em vista o volume que é produzido e também consumido. Sendo uma das commodities agropecuárias mais importantes do mundo, isto fica claro pelo volume produzido, em termos de produção de leite no ano de 2017, todos os países juntos produziram cerca de 812 bilhões de litros segundo dados do Gross Domestic Product (2017). Já no ano de 2018 o mundo produziu aproximadamente 843 bilhões de litros de leite, aumentando cerca de 2,2%, demonstrando assim tendência de crescimento.

Os dados acima foram obtidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), concluindo que cada vez mais o mercado leiteiro vem se mostrando muito relevante devido ao seu crescimento. (SILVA, 2018).

Trazendo ainda mais para perto, o autor Silva menciona:

> O Brasil, em 2017, ocupou a quarta colocação, com uma produção aproximada de 34,3 bilhões de litros anuais, que representou 4,5% da produção total no mundo; em 2018 essa produção foi de mais de 36 bilhões de litros e uma queda na participação mundial, passando para 4,25%. (SILVA, 2018, p.8)

Destarte, fica evidente a importância deste setor. Tendo em perspectiva as informações apresentadas, será analisada uma empresa deste segmento, responsável pelo processamento e industrialização do próprio leite para consumo, bem como seus derivados como queijo, iogurte, nata etc.

Uma vez que o setor de laticínios se mostra de grande relevância mundial, a presente obra tem por objetivo buscar soluções para o problema de gestão em uma empresa da área, por meio de ferramentas específicas de gestão.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

O início deste estudo se deu pelo procedimento bibliográfico, ou seja, para obtenção de conhecimento e informações sobre o tema em questão, bem como citações, usou-se outras obras e artigos. Para dar embasamento teórico ao projeto, apresenta-se referências diversas de obras importantes da área, sendo que cada citação abaixo pertence a um assunto que será tratado na sequência.

Quando se foca na produção de leite, dentro do cenário agropecuário, reflete sua importância tanto econômica quanto social, pois é a única atividade agropecuária presente em

99% dos municípios brasileiros e destes quase 82% são de agricultores familiares, que geraram mais de 17 bilhões de reais no ano de 2017 (SIQUEIRA, 2019).

Segundo Leite (2018), para sobreviver no mercado, as empresas precisam fazer o uso correto de suas decisões estratégicas, ou seja, é necessário utilizar ferramentas que auxiliem na tomada de decisão. Como exemplo de ferramenta, pode-se citar a Matriz SWOT.

> A aplicação da técnica SWOT pode ser uma prática relevante, uma vez que sua finalidade é mapear informações, conhecimentos e situações gerais sobre uma organização, a fim de auxiliar no processo de tomada de decisões e nas articulações estratégicas voltadas às práticas diárias dos funcionários (SANTOS, 2018, p. 7).

Quando se fala sobre certificação de qualidade, o 5W2H é uma das ferramentas mais utilizadas para encontrar e solucionar os problemas existentes, além de implantar melhorias (CASEMIRO, 2021). Na prática, a ferramenta consiste em uma matriz que compila 7 perguntas, descritas a seguir:

- **O quê? (What?)** Ação ou procedimento que tem que ser executado ou o problema a ser resolvido;
- **Por que? (Why?)** Explicação dos motivos e objetivos do que está sendo solucionado;
- **Quem? (Who?)** Definição da pessoa responsável pela execução do que foi planejado;
- **Onde? (Where?)** Informação sobre em qual setor será efetuado cada um dos procedimentos;
- **Quando? (When?)** Cronograma sobre quando será feito o procedimento;
- **Como? (How?)** Explicação de como ocorrerá os procedimentos para atingir os objetivos pré-estabelecidos;
- **Quanto? (How Much?)** Quanto irá custar à empresa cada procedimento e o custo total do que será realizado.

Quanto à Matriz de Priorização GUT, entende-se como:

> Uma das ferramentas da qualidade aliada à resolução de problemas, pois é um método de análise de problemas que permite escolher aqueles que merecem ter seu tratamento priorizado. A sigla “GUT” representa a abreviatura dos fatores avaliativos: Gravidade, Urgência e Tendência. (CARVALHO, 2020, p.2).

Esta seção apresentará a metodologia escolhida bem como as ferramentas utilizadas e como elas foram aplicadas. Acerca da metodologia adotada, realizou-se um estudo de caso, pois este método oferece a possibilidade de aprofundamento, visto que os recursos ficam concentrados em um único caso analisado. “O estudo de caso permite uma investigação para

se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real" (YIN, 2001, p. 21).

Visando a coleta de dados e informações reais, efetivou-se diversas visitas à empresa ao longo dos 6 meses iniciais de 2022 (período em que ocorreu o estudo). Foram realizadas ainda entrevistas semiestruturadas pelos autores com a proprietária do objeto de estudo deste artigo, no período trimestral durante o acompanhamento.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

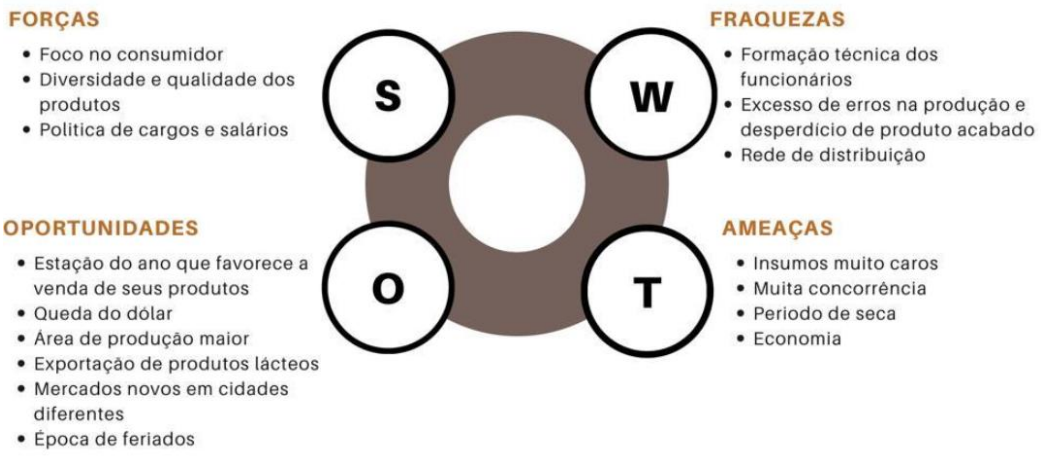
2.1 ANÁLISE DE CENÁRIO: AMBIENTE INTERNO E EXTERNO DA ORGANIZAÇÃO

Das diversas ferramentas administrativas que há para se usar, a Matriz SWOT se mostra muito relevante para entender melhor o contexto interno e externo em que a organização está inserida. Matriz SWOT (ou Matriz FOFA) é uma ferramenta amplamente usada em negócios para ajudar as empresas a analisar seu cenário atual, identificando suas forças para combater as ameaças, lidar com suas fraquezas e aproveitar as oportunidades identificadas.

> A análise SWOT, Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) pretende trabalhar o modelo de negócios a duas dimensões: a componente externa e a componente interna. Desta forma os grupos após um trabalho de pesquisa e utilizando post-it elaboram a matriz SWOT, preenchendo-a com as suas opiniões e convicções. Posteriormente, reanalisam os conteúdos a que chegaram, fazendo uma revisão da análise efetuada (LOPES, 2015, p.10).

Sabendo disso, a Matriz SWOT da empresa se apresenta da seguinte maneira:

Figura 1 – Matriz SWOT



Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Os cenários que são utilizados para a fomentação de toda a análise podem ser entendidos como um estudo do ambiente em que uma empresa está inserida, podendo ser considerados de diversas perspectivas diferentes, sendo a interna e externa as mais comuns.

Quanto ao cenário interno, serão avaliados todos os pontos que podem considerar sob o controle da empresa, constituindo os pontos fortes que a empresa possui e também as fraquezas, pontos em que a organização pode se esforçar para atingir um resultado melhor. Ao analisar o cenário interno do objeto de estudo, por exemplo, é plausível considerar como um ponto forte ser uma empresa que visa a qualidade e diversidade dos produtos e como um ponto a ser melhorado a formação técnica dos profissionais constituintes.

Se tratando do cenário externo, ele visa prever quais as possíveis ameaças que possam interferir no crescimento da empresa e quais as oportunidades que a mesma pode aproveitar. Por exemplo, novas leis, aumento de tributos, desastres naturais, crises econômicas, falta de matéria prima, avanços tecnológicos, mudanças no comportamento do consumidor e novos canais de venda e comunicação.

2.2 RELAÇÕES DE COMPETÊNCIAS INTERNAS DA ORGANIZAÇÃO.

Em relação à parte interna, a empresa necessita avaliar as forças e fraquezas para obter autoconhecimento e também mudar o que for preciso, além de mostrar ao público o que ela tem de melhor. “Deficiências ou fraquezas da empresa e de seus produtos que podem afetar a satisfação do consumidor devem ser consideradas desvantagens competitivas” (ABELL, 1979, p. 448).

Aplicando o conceito apresentado anteriormente na organização escolhida, é próprio observar que as forças são:

- Foco no consumidor: por se tratar de um setor essencial, a empresa mantém uma atenção especial aos seus clientes, bem como nos seus hábitos de consumo, por exemplo, expandindo a gama de produtos se os clientes demonstrarem interesse.
- Diversidade e qualidade dos produtos: a empresa dedica uma atenção especial ao nível de seus produtos, dentre ouras formas, focando na melhor qualidade possível da sua matéria prima.
- Política de cargos e salários: constatou-se que a organização dispõe de muitas oportunidades para seus colaboradores, sendo possível alcançar uma posição melhor com diversas promoções.

Tratando das fraquezas, pode-se observar alguns pontos a serem melhorados:

- Formação técnica dos funcionários: apesar de dispor de oportunidades para os colaboradores, muitas vezes falta conhecimento e formação técnica para obter uma promoção.
- Excesso de erros na produção e desperdício de produto acabado: algumas vezes ocorrem erros que poderiam ser evitados, acarretando no desperdício de produtos acabados.
- Rede de distribuição: outro ponto a ser observado com mais atenção é na questão da distribuição dos produtos, pois acaba ocorrendo desperdício de tempo fazendo viagens desnecessárias.

2.3 SITUAÇÕES DE MERCADO QUE ENVOLVEM A ORGANIZAÇÃO NO AMBIENTE EXTERNO

Sobre a parte externa, Kotler (2005) diz que o objetivo mais importante da avaliação do ambiente externo é reconhecer novas oportunidades. Com isso, consegue-se expandir e atender mais consumidores, obtendo mais lucros para a empresa. Outro ponto que necessita de atenção são as ameaças, pois, apesar de ser um fator que não se pode controlar, ainda assim é prejudicial para a empresa; dessa forma, deve-se encontrar uma maneira para contornar essa situação.

Aplicando o conceito apresentado anteriormente na empresa escolhida, é correto observar que as oportunidades são:

- Estação do ano que favorece a venda de certos produtos que a empresa produz: fica evidente que em certos períodos com o clima mais frio o consumo de leite aumenta, caracterizando assim uma oportunidade para a empresa. Já nos períodos mais quentes, fica mais propenso o aumento do consumo de outros produtos lácteos como o iogurte, achocolatado e bebidas lácteas.
- Queda do dólar: com um preço mais atrativo, é possível adquirir insumos do exterior por preços mais favoráveis.

- Área de produção maior: atualmente, a empresa não está presente em todos os ramos de produção do setor lácteo, como por exemplo, o leite em pó ou sorvetes, caracterizando assim uma possibilidade de expansão para a organização.
- Exportação de produtos lácteos: no momento a companhia está presente apenas no mercado nacional, mais especificamente o mercado regional no Paraná. Desta forma, poderia ser considerada a hipótese de expandir seu alcance para outros países também, através da exportação.
- Mercados novos em cidades diferentes: a empresa atualmente conta com uma ampla rede de clientes que compram por atacado (como mercados, mercearias, sorveterias, etc.), mas isso não inclui todos os mercados presentes nas cidades vizinhas de onde se tem a fábrica, portanto outra oportunidade para a empresa seria contatar novos comércios com o potencial de se tornarem novos clientes para a empresa.
- Época de feriados: em certos feriados como Páscoa e Natal comumente se dá a produção de doces típicos da época, como ovo de páscoa, chocolates e sobremesas em geral, produtos que utilizam leite em sua composição, logo, a empresa registra um número maior de vendas.

Acerca das ameaças, pode-se observar os seguintes pontos:

- Insumos muito caros: muitas vezes os insumos que a empresa necessita para a produção de seu catálogo sofrem alterações de preço, tornando-os mais caros e prejudicando assim o rendimento.
- Muita concorrência: atualmente existem diversas empresas disputando o mercado de produtos lácteos e também a matéria prima (leite), dificultando a venda de seus produtos e a aquisição do insumo principal.
- Período de seca: essa ameaça atrapalha toda a cadeia de produção, pois faz com que o preço dos insumos que o produtor utiliza aumente (milho, soja, feno, etc.), fazendo com que ele gaste mais e acarretando num aumento do preço do leite pago ao mesmo.
- Economia: outra ameaça que é importante ser tratada é a economia em geral, pois a alta da inflação fará com que todos os preços envolvidos na cadeia produtiva aumentem, causando um acréscimo no preço final dos produtos. Nestes períodos, geralmente há uma certa falta de poder aquisitivo por parte da população que acaba

comprando apenas os itens mais essenciais, diminuindo assim o consumo e afetando o lucro da organização.

Para elaboração de uma Matriz e Análise SWOT é preciso contar com a colaboração da empresa. Sabendo disso, o conteúdo acima foi produzido através de uma entrevista realizada pelos autores com a diretora e proprietária da organização, onde a mesma respondeu prontamente os questionamentos levantados pelos acadêmicos. Porém, a pesquisa ficou restrita apenas à proprietária, sem a colaboração dos demais funcionários para sua elaboração, por opção da mesma.

2.4 ANÁLISE SITUACIONAL DA ORGANIZAÇÃO:

Neste momento, será apresentada uma proposta do que a empresa pode adotar para aproveitar suas oportunidades e contornar suas ameaças, utilizando como ferramenta a Matriz 5W2H com Priorização GUT, que pode ser utilizada para identificar os problemas mais relevantes e os que geram maior impacto, para que sejam tratados de forma prioritária.

> Após o levantamento das falhas e problemas, é utilizada a ferramenta de gestão Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), na qual foi avaliado cada item identificado como falha ou problema, em uma escala de zero a cinco, que considera o mais grave, o mais urgente e com a maior tendência a piorar (MESQUITA, 2021, p. 3).

Referente ao plano de ação a ser executado, será realizado um estudo acerca de suas potencialidades e fragilidades, a fim de identificar possíveis ações que a organização pode tomar. Após a conclusão deste estudo, a empresa irá analisar e decidir qual a melhor escolha dentro de sua realidade. A seguir, segue o plano de ação propriamente dito:

2.4.1 Potencialidades (Pontos Fortes)

Saber identificar as forças e oportunidades para criar potencialidades faz toda a diferença para a empresa crescer no mercado. Pode-se encarar “potencialidade” como aquilo de bom que a organização tem a oferecer para seu público.

Quadro 1- 5W2H e GUT/Potencialidades

5W					2H		Priorização			
O que?	Por que?	Onde?	Quem	Quando?	Como?	Quanto?	G	U	T	GUT
Discutir promoções com seus clientes (revendedores) para definir promoções mais assertivas	Para aumentar as vendas	Administrativo	João	10/01/2023	Através de parcerias com os varejistas concedendo descontos e realizando sorteios para os consumidores em datas de feriados	R$ 10.000,00	4	5	3	60
Melhorar condição comercial dos produtos mais consumidos em cada período	Para aumentar as vendas	Administrativo	Maria	Em cada estação do ano	Disponibizando uma maior quantidade de produtos com um menor preço	R$ 15.000,00	3	4	2	24
Aumentar a diversidade de produtos	Para obter mais lucro	Produção	Fábio	10/01/2023	Adquirindo equipamentos, insumos e mão de obra	R$ 30.000,00	4	3	2	24

Fonte: elaborado pelos autores. (2022

Associando época de feriados com o foco que a empresa possui em seus consumidores, se mostra interessante discutir parcerias com os locais que de fato vendem seus produtos aos mesmos, como mercados, panificadoras, mercearias e afins. Assim sendo, a empresa poderia organizar reuniões com estes estabelecimentos para acertarem a questão de conceder desconto nas vendas e realizar sorteios de uma cesta de produtos em épocas de feriados. Referente ao desconto, a empresa deve pensar ainda qual seria a melhor forma de fazê-lo. Uma hipótese pensada pelos autores do estudo consiste na mesma pagar a diferença aos estabelecimentos (que seria compensada com mais vendas, na teoria).

Realizando uma análise mais profunda acerca das forças e oportunidades elencadas anteriormente, constatou-se que há uma relação direta entre “Foco no consumidor” (força) e “Estação do ano que favorece a venda de seus produtos” (oportunidade), gerando assim uma grande potencialidade. Visando aproveitá-la, a empresa pode reduzir uma pequena quantidade no preço dos produtos mais consumidos em cada estação

do ano (por exemplo: iogurtes e bebidas lácteas no verão e leite, queijo e requeijão no inverno) e disponibilizar uma maior quantidade destes mesmos produtos. Quanto a quais produtos e qual preço se faz necessário uma análise mais atenciosa da própria companhia.

Prosseguindo com o estudo, verificou-se ainda a relação entre “Diversidade e qualidade dos produtos” (força) com “Área de produção maior” (oportunidade). Por já possuir uma grande diversidade de produtos com alta qualidade, a empresa pode se atentar a novas possibilidades e opções de produção, citando algumas delas: leite em pó, leite longa vida, leite condensado, etc. Todavia, se faz necessário uma análise mais minuciosa com participação da empresa para verificar a viabilidade desta potencialidade.

2.4.2 Fragilidades (Pontos Fracos)

Fragilidades do ponto de vista empresarial podem ser consideradas como vulnerabilidades que a empresa possui; são como brechas que a estrutura da empresa esconde. Tendo isso em vista, as fragilidades compõem os pontos que a organização pode melhorar, devendo avaliar que tipo de informação e ação pode ser aperfeiçoado.

Quadro 2: 5W2H e GUT/Fragilidades

5W					2H		Priorização			
O que?	Por que?	Onde?	Quem?	Quando?	Como?	Quanto?	G	U	T	GUT
Diminuir os erros na produção	Para evitar prejuízos desnecessários	Produção	Daniel	10/01/2023	Realizando treinamentos para os funcionários e aumentando a supervisão dos processos	R$ 20.000,00	5	5	5	125
Melhorar as competências técnicas dos colaboradores	Para otimizar as tarefas	Todos os setores	Roberto	10/01/2023	Através de cursos para melhorar as habilidades técnicas e concedendo benefícios para quem se interessar em realizá-los	R$ 5.000,00	4	4	3	48

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Pensando agora nas fragilidades que há na organização e como contorná-las, constatou-se que se relacionam aqui “Insumos muito caros” (ameaça) com “Excesso de erros na produção e desperdício de produto acabado” (fraqueza) acarretando em uma fragilidade que precisa ser sanada o quanto antes. Refletindo em como resolver este problema, uma opção muito interessante é desenvolver treinamentos para os funcionários (a ser pensado e decidido como proceder pela própria organização), dentre as opções disponíveis para realizar esta ideia, há a possibilidade de contratar-se uma empresa especializada em treinamento de pessoal, sendo preferível realizar o treinamento em turmas de funcionários para que não saiam todos ao mesmo tempo, impactando o mínimo na produção e gestão, visando assim uma melhora na qualidade do emprego realizado para que não ocorram tantos erros e consequentemente desperdício de produto, uma vez que os insumos para a produção são muito caros

Outro ponto que necessita de maior atenção se refere às competências técnicas dos funcionários, relacionando “Formação técnica dos funcionários” (fraqueza) e “Muita concorrência” (ameaça). A falta de formação técnica dos colaboradores dentro da empresa acaba diminuindo seu potencial e sua eficiência frente aos concorrentes, que conseguem se sobressair nesse aspecto. Para solucionar este problema, propõe-se que a empresa realize cursos para seus funcionários (que será decidido como será procedido, realizado e em que áreas pela própria empresa), além disso, uma opção para tentar motivar os mesmos a participarem é conceder benefícios aos participantes, como por exemplo um bônus salarial.

2.5 DESENVOLVIMENTO DE METAS E OBJETIVOS

2.5.1 Objetivos:

Objetivos claros e compreendidos por todos os integrantes tendem a gerar inúmeros benefícios, como: orientar o processo de decisão e o plano de investimentos, desestimular possíveis acomodações, orientar a formulação das estratégias, entre outros.

Levando em conta as ações que foram nesta obra propostas, observa-se que um dos objetivos se caracteriza por um aumento nas suas vendas, através de possíveis promoções com seus revendedores ou melhorando a condição comercial de seus produtos mais consumidos em cada período. Considerando agora a visão da empresa de alcançar excelência na qualidade de seus produtos gerando empregos, pode-se observar que há uma relação direta entre o objetivo e sua visão. Assim sendo, supondo que seja adotada a proposta, espera-se

que as vendas aumentem em cerca de 10% de forma geral e em 12% ou mais nas épocas específicas de feriados. Referente ainda ao objetivo de obter mais lucros aumentando a diversidade de seus produtos, o mesmo relaciona-se diretamente com a missão da empresa de produzir alimentos com excelência que assegurem uma vida mais saudável. Desta forma, espera-se um aumento percentual de 2% nos lucros.

Acerca dos objetivos para sanar fragilidades, os dois fins que se espera alcançar consistem em diminuir os erros na produção e melhorar as competências técnicas dos colaboradores, visando também evitar prejuízos desnecessários e otimizar as tarefas na organização. Dito isso, se objetiva atingir a visão da empresa, que é alcançar excelência na qualidade de seus produtos gerando empregos. Em pontos percentuais, estima-se uma redução de 80% nos erros ocorridos na produção (que acabam por condenar os produtos acabados).

2.5.2 Metas:

Sabendo dos objetivos que se visa alcançar na organização, propõe-se que seja atingido um aumento nas vendas de cerca de 10% de forma geral e em 12% ou mais nas épocas específicas de feriados. O prazo para se chegar neste resultado foi estipulado em 1 ano após seu início (10/01/2024). Porém, foram estabelecidas metas para serem atingidas ao longo do tempo até se alcançar o objetivo propriamente dito. As metas foram definidas para serem alcançadas quadrimestralmente, portanto, espera-se que a cada quadrimestre a empresa obtenha 2,5% de aumentos nas vendas de forma geral e em 3% ou mais nas épocas específicas de feriados.

Quanto às ações que a empresa deve tomar para atingir as metas, inicialmente (na data marcada 10/01/2023) ela deve organizar reuniões com os estabelecimentos que comercializam seus produtos para que discutam a questão dos descontos nos mesmos. Ao passar a vender mais, estima-se que ela alcance o percentual definido, passando assim a partir do segundo quadrimestre a pagar a diferença aos estabelecimentos (conforme planejado no plano de ação). Em relação ao sorteio proposto, este pode ser realizado em feriados como Páscoa, Natal, Ano Novo, etc., estimulando o consumo de produtos da marca.

O segundo objetivo proposto pela presente obra refere-se a um aumento de 2% nos lucros da empresa (devido em partes pelo aumento das vendas e em parte pelos “novos produtos” que passará a vender). Assim sendo, espera-se alcançar tais aumentos em 1 ano

após o início da implantação (10/01/2024). As metas para este objetivo consistem em analisar semestralmente a evolução dos lucros na companhia, esperando que se obtenha cerca de 1% de aumento a cada semestre até o final do período analisado. Como a organização vai passar a atuar em uma gama maior de produtos, espera-se também que a mesma analise os lucros advindos destes novos produtos somados com o aumento das vendas, atingindo assim o objetivo eleito. Contudo, os números e estimativas foram realizadas pelos autores sem quaisquer participações dos gestores, tratando-se de simulações que os mesmos consideram atingível.

Por fim, referente ao objetivo de reduzir 80% dos erros de produção, se espera alcançá-lo já no início do segundo semestre de 2023. As atitudes a serem tomadas se compreendem em realizar cursos e treinamentos para seus funcionários, podendo contactar empresas que são especializadas neste nicho. Além disso, uma opção para motivar a participação é conceder benefícios aos colaboradores, como por exemplo um bônus salarial.

As metas foram pensadas da seguinte maneira: até o final do prazo os erros na produção devem diminuir 10% a cada mês, cumprindo assim com a data limite firmada. Para controlar os erros e mensurar a diminuição, fica a tarefa de fiscalizar aos supervisores de cada setor.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o presente documento reúne informações diversas acerca da empresa escolhida, bem como sugestões dos autores sobre quais pontos a mesma poderia explorar. Assim sendo, espera-se que a partir do momento em que a organização receba esta obra ela possa analisar quais atitudes propostas foram assertivas e como realmente implantar na prática as ideias apresentadas.

Após o término do estudo, estima-se que a organização trace seu próprio plano de ação tendo como base este documento, realizando alterações no que for necessário para atingir todos os objetivos e metas aqui propostas. Todavia, como a análise contou em grande parte com ideias elaboradas pelos autores, pode haver pontos que não se encaixem na realidade da empresa, ficando sob responsabilidade da mesma verificar então quais pontos fazem sentido e quais necessitam de alterações, comunicando aos acadêmicos.



REFERÊNCIAS

CONGRESSO INTERNACIONAL NA RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE EDIFÍCIOS. 2020. Juiz de Fora. **O emprego do método GUT na priorização da solução de manifestações patológicas.** Juiz de Fora. Estudo de caso: Instituto Maria, 2020.

LISBÔA, Maria da Graça Portela; GODOY, Leoni Pentiado. Aplicação do método 5W2H no processo produtivo do produto: a joia. **Iberoamerican Journal of Industrial Engineering**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 32-47, ago. 2012.

LOPES, Eurico. Empreendedorismo: Utilização dos Conceitos de Gestão Estratégica na criação duma Visão, Missão e Objetivos. **Atas I Jornadas Empreendedorismo em Portugal**, Coimbra, p. 181-197, abr. 2015.

RODRIGUES, Ana Tercia Lopes; DE LEMOS, Ilsa Solka. **Ferramentas de gestão para organizações contábeis**. Porto Alegre: ConTexto, v. 9, ed. 16, dez. 2009.

SILVA, Emanuel Isaque Cordeiro. **A Nova Pecuária Leiteira** - Produção Mundial de Leite em 2018: Análises e Comparações. Recife: Embrapa, out. 2018.

SIQUEIRA, Kennya B. **O mercado consumidor de leite e derivados**. Circular Técnica Embrapa**,** Juiz de Fora, v. 120, p. 1-17, jul. 2019.

LEITE, Maykon Stanley Ribeiro. Análise SWOT e suas funcionalidades: o autoconhecimento da empresa e sua importância. **Revista interface tecnológica**, São Paulo, 2018, v. 15, n. 2, p. 184-195, 2018.

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos. O mapeamento do conhecimento por meio da análise SWOT: estudo em uma organização pública de saúde. **Em Questão**, 2018, v. 24, n. 3, p. 253-274, 2018.

CASEMIRO, Camila Delfim França. **Material de apoio para a implantação de uma engenharia clínica baseada na ferramenta de gestão de qualidade 5W2H.** São Paulo, Repositório Institucional, 2021.

MESQUITA, Alan Andrade. **5W2H na extensão rural:** Estudo de multicaso na região amazônica em propriedades leiteiras de economia familiar. PUBVET, 2021, v. 16, p. 170, 2021.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

MAXIMIZAÇÃO DE VALOR MONETÁRIO POR UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE NATUREZA COOPERATIVA

SELL, Uelinton - Autor 1
uelintonsell@outlook.com
Orientador: KINZLER, Édina Carine de Souza
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Atualmente o Brasil possui um sistema financeiro nacional que proporciona o desenvolvimento de diferentes modelos de instituições financeiras. As instituições financeiras de natureza cooperativas, onde os usuários dos serviços é o possuinte do seu capital social, estão entre as instituições que se diferenciam das demais. O presente estudo tem o objetivo de identificar como ocorre a maximização de valor monetário por uma instituição financeira cooperativa diante das movimentações de seus associados, constatando os procedimentos e práticas de gestão, definindo os fatores que influenciam e o retorno dos resultados obtidos aos seus associados. Estudo desenvolvido através da forma de pesquisa exploratória e descritiva, com uma análise qualitativa dos dados, utilizando os dois últimos exercícios de uma cooperativa paranaense.

Palavras-chave: Maximização de Valor. Cooperativismo. Instituição Financeira.



INTRODUÇÃO

A maximização de valor monetário pelas instituições financeiras de natureza cooperativas pode ser um fato relevante neste processo. Esse processo ocorre devido a criação de riqueza monetária, ou seja, riqueza em forma de dinheiro ou benefícios aos possuintes do capital social do negócio. A aplicação do valor em ativos ou processos dentro do próprio sistema operacional, possibilita que ocorra uma alta extração do resultado esperado do negócio (NIYAMA; GOMES, 2012).

No campo de estudo incluído na ciência aplicada à contabilidade, existem consideráveis modelos de negócios diversificados. A contabilidade da IFC é uma junção do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) com as práticas e fundamentos aplicados às sociedades de natureza cooperativas (NIYAMA; GOMES, 2012). Com pouca adesão por seus usuários, sua utilização como ferramenta de validação será útil e comprovada no final do processo.

Nesse sentido, mostra-se uma oportunidade de investigar a metodologia utilizada para o alcance do processo previamente apresentado. O foco do estudo terá como base os processos de gestão que demonstram a capacidade de potencialização de resultados, sustentabilidade financeira e a geração de valor monetário agregado pelas Instituições Financeiras de Natureza Cooperativa (IFCs). A dificuldade de encontrar profissionais especialistas e a divulgação de conhecimento da área é apenas um dos desafios enfrentados. Com escassez de autores teóricos do assunto, seu aprendizado se torna complexo para seus usuários não só do meio acadêmico, mas também, do mercado de atuação.

Nesse sentido, o indivíduo que está incluído dentro de uma sociedade no qual deve tomar as decisões, deve ter minimamente um nível básico de informações técnicas do negócio. Nesse sentido, surge a oportunidade de demonstrar de forma mensurada como o modelo de negócio da IFC se desenvolve para seus cooperados. Desta maneira, podemos perguntar: **Como ocorre a maximização de valor monetário por uma instituição financeira cooperativa diante das atividades de seus associados?**

Deste modo, o objetivo é identificar como ocorre a maximização de valor monetário por uma instituição financeira cooperativa diante das movimentações de seus associados. Para atingir o objetivo seguiram-se algumas etapas, em que se procurou: (a) constatar os

procedimentos e práticas de gestão utilizadas para maximização de valor monetário diante atividade comerciais de seus associados; (b) definir quais são os fatores que influenciam no desenvolvimento do processo para atingimento do resultado; e (c) representar como que o rendimento financeiro retorna para os seus cooperados em forma de proveitos monetários.

Considerando todos os aspectos já apresentados, a IFC pode oferecer aos seus cooperados um diferencial mediante outras instituições financeiras presentes no mercado. Nesse sentido, podemos cogitar que o modelo de negócio da cooperativa, possibilita a geração de resultados mediante praticas das operações de seus cooperados, podendo promover a maximização de valor monetário como forma de proveito lucrativo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

2.1 Instituições Financeiras Cooperativas – IFCs

A Lei n° 4.595, de 31 de Dezembro de 1964, determina como instituição financeira "pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros."

Nesse sentido, dentre todas instituições presentes no mercado, as instituições financeiras são de extrema importância para o desenvolvimento econômico do SFN. Segundo Pagnussatt (2004, p. 13) as cooperativas de crédito são "sociedades de pessoas, constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada em valores como desigualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social". Pode-se perceber que as IFCs têm grande influência na sociedade a qual está estabelecida, deste modo, entender o seu funcionamento é extremamente

Conforme Schardong (2002, p. 84) a "cooperativa de crédito, enquanto espécie do gênero "cooperativa", objetiva promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração das suas poupanças e a prestação de serviços de natureza bancária." Nesse sentido, as IFCs além de promover o desenvolvimento econômico de seus cooperados (sócios), asseguram a eles o acesso a produtos e serviços financeiros geralmente de alto custo no mercado.

Segundo Fortuna (2004, p. 126) "entende-se por produtos de serviços relacionados à prestação de serviços aos clientes, cuja remuneração ao banco é obtida do *Float* (permanência

de recursos transitórios dos clientes no banco) ou pelas taxas de tarifas.” O mesmo adiante ainda complementa que “a receita dos bancos sobre estes serviços, varia de acordo com as regras do compulsório e, principalmente, com as taxas de inflação.”

Na Cooperativa de Crédito com Interação Solidária – Cresol (2022), os principais produtos e serviços listados são: conta corrente, cheque especial, poupança, antecipação de recebíveis, conta capital, cartões de afinidade e crédito/débito, investimentos, seguros, consórcios, operações de repasse, empréstimos pessoais e para empresas, *open banking* e pix.

A Resolução nº 4.284, de 5 de Novembro de 2013 determina em seu Art. 1 que “o fundo garantidor de crédito (FGCoop) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional.” Deste modo, a resolução nos possibilita e entender, que o FGCoop é desenvolvido para a proteção do mercado nacional.

Segundo Meinen e Port (2014, p. 504) o fundo garantidor de crédito é “um dos mecanismos da rede de proteção do sistema financeiro, cujos instrumentos são utilizados preventivamente para evitar o risco sistêmico a partir da mitigação do risco de crises localizadas.” A Resolução nº 4.150 de 30 de Outubro de 2012, Art. 1 estabelece que “as cooperativas singulares de crédito deverão associar-se ao fundo garantidor de crédito, o qual deverá possuir determinados requisitos pela lei.”

2.2 Organização Sistêmicas das IFCs

Com uma grande estrutura entre níveis hierárquicos, as IFCs possuem uma organização sistêmica diferente relacionados as demais instituições financeiras do mercado. De acordo com Pagnussatt (2004, p. 53) as IFCs são divididas em três níveis, sendo elas as “cooperativas singulares que compõem o primeiro grau do sistema, as centrais fazem parte do segundo e a confederação do terceiro grau.” Deste modo, pode-se perceber que há uma estrutura de acordo com os níveis organizacionais dentro de um sistema.

Segundo Niyama e Gomes (2012, p. 10) as IFCs são instituições financeiras, com personalidades jurídicas próprias e especializadas em propiciar o crédito e a prestação de serviços a seus cooperados, sob forma de sociedade que são classificadas conforme o quadro 1:

Quadro 1 – Organização Sistêmica das IFCs

Organização Sistêmica das IFCs	
Cooperativas Singulares	Mínimo de 20 (vinte) cooperados
Cooperativas centrais ou federações de cooperativas	Mínimo 3 (três) cooperativas singulares
Confederações de cooperativas	Mínimo 3 (três) cooperativas centrais

Fonte: Niyama e Gomes (2012)

Segundo a Lei n° 5.764, de 16 de Dezembro de 1971, que determina em seu Art. 3° que "as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades".

Já para o pesquisador do campo da ciência, Crúzio (2005, p. 13) conceitua cooperativa como "a união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde que os interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar um serviço não sejam conflitantes com o objetivo da cooperativa."

A Lei n° 5.746/71, cujo em seu Art. 79 determina que "atos cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando estão associadas para a consecução dos objetivos sociais". Deste modo, a lei impõe o pensamento que os atos cooperativos, são aqueles serviços prestados diretamente para seus cooperados, que fazem parte do sistema cooperativo.

Abrangendo o campo de atuação, podemos definir o conselho de administração e a diretoria executiva como a alta gestão estratégica da cooperativa. Segundo Meinem e Port (2014, p. 319) o "conselho de administração deve ser conferido a direção estratégica, e à diretoria executiva a gestão executiva ou operacional." Dentro das competências previamente definidas, cabe a cada sistema desenvolver atribuições legais e fiscais aos níveis de gestão.

Além do sistema estratégico e executivo, as assembleias são onde se decidem as principais mudanças dentro da cooperativa. Segundo a Lei n° 5.746/71, em seu Art. 38 fica definido as assembleias gerais, sendo compostas pelos associados, como o "órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao seu desenvolvimento."

Segundo Wisnievsi (2004, p.100) "o "lucro" da operação é repassado ao executor do serviço, através das sobras, e não ao dono do capital que explora a atividade." Ainda a seguir complementa que "a cooperativa devolve ao associado todo o valor excedente aos custos dos serviços prestados."

3. METODOLOGIA

O estudo terá como objetivo a investigação através da forma de pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Ruiz (1996, p. 48), "a pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa".

Como mencionado anteriormente, é necessário utilizar uma forma de se chegar ao resultado desejado com a pesquisa, denominada como método científico. "O método científico é o conjunto de procedimentos e técnicas utilizados de forma regular, passível de ser repetido, para alcançar um objetivo material ou conceitual e compreender o processo de investigação". (PEREIRA, 2012, p. 34).

Já apresentado o entendimento da metodologia científica e como chegar a um resultado considerável, aprofundaremos nos métodos utilizados dentro da área de abrangência da pesquisa científica do estudo. As pesquisas exploratória e descritiva utilizadas no desenvolvimento. Segundo Cervo e Bervian (2004) as pesquisas exploratórias são desenvolvidas a fim de definir objetivos e buscar mais informações sobre determinados assuntos, realizando descrições precisas de variáveis e aventurando-se em descobrir as relações existentes entre elementos componentes do estudo.

Com uma base de informações fidedignas, pode-se desenvolver a análise utilizando a metodologia qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2003, p. 70) "a pesquisa tem o ambiente como fonte direta de dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudos em questão, necessitando de um trabalho extensivo de campo". Deste modo, tem-se como base a metodologia necessária para a realização dos procedimentos técnicos necessários.

De forma breve, o estudo possibilita a exploração e o conhecimento na IFC estudada e analisada. Serão utilizados demonstrativos financeiros disponíveis nos canais de comunicação

da cooperativa nos 2 últimos exercícios. A coleta de dados terá como base a fundamentação apresentada no desenvolvimento do estudo, levando em consideração todos os métodos e fundamentos contábeis. Através do balanço patrimonial, fluxo de caixa e a demonstração de valor adicionado será possível realizar as análises e os levantamentos das informações para aplicação dos métodos.

A IFC foi escolhida levando em consideração a atuação no mercado, seu alto grau de desenvolvimento econômico e a confiança transmitida para seus cooperados. Entre os níveis de organização, faz-se necessário a utilização dos dados em nível de singular com o intuito de potencializar os processos aplicados e extrair um resultado mais confiável e relevante. Com o intuito de transmitir dados aos seus sócios, o estudo desenvolve um resultado confiável com a proposta inicialmente estabelecida e desenvolvida até sua conclusão final.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo teve como base uma instituição financeira de natureza cooperativa, localizada no oeste do paraná. Com sede na cidade de Toledo – Pr, faz parte de um sistema nacional, presente em 17 estados brasileiros, com mais de 680 mil cooperados, um ativo total de R$ 16,8 bilhões, com R$ 7,2 bilhões de depósitos, R$ 6,52 bilhões de crédito comercial, R$ 6,5 bilhões de crédito rural – empresarial tendo um resultado financeiro de R$ 299,4 milhões no exercício de 2021.

Entre os níveis de organização, faz-se necessário a utilização dos dados em nível de singular com o intuito de potencializar os processos aplicados e extrair um resultado mais confiável e relevante. Com o intuito de transmitir dados aos seus usuários, o estudo desenvolve um resultado confiável com a proposta inicialmente estabelecida e desenvolvida até sua conclusão final.

Deste modo, iniciaremos as análises sobres os objetivos inicialmente estabelecido, com o intuito de identificar como ocorre a maximização de valor monetário por uma instituição financeira cooperativa, diante das movimentações de seus associados. Primeiramente será apresentado quais são as fontes de captação para operações relacionada ao crédito da cooperativa, sendo os depósitos à vista, prazo e poupança. Na cooperativa analisada, colheu os dados dos exercícios denominado X1 e X2 para fins de análise, conforme segue no quadro 2:

Quadro 2 – Depósitos

Depósitos	**X2**	**X1**
Depósitos à Vista	39.476	44.823
Depósitos à Prazo	151.739	128.295
Depósitos em Poupança	335	0
Total	**191.550**	**173.118**

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Os depósitos constituídos com saldos mantidos por cooperados em conta corrente (depósito à vista) e em aplicações financeiras (depósitos à prazo) resultaram no montante em X2 de 191.550 milhões, alta de 9,62% relacionado a X1. Segundo informações contidas nas demonstrações financeiras, no período de X2 a despesa com a captação de capital foi de R$ 5.406 representado 3.56% do total. Já no período de X1 foi de R$ 2.135 que representa 1,66% do valor total. Essa despesa apresentada, impacta no resultado financeiro do exercício além de reduzir a principal fonte de recursos para operações de crédito com recursos próprios, que representa a maior fonte de receita.

Direcionando a análise para as operações de crédito com recursos próprios, pode-se perceber que houve uma alta de X1 para X2, conforme apresentado o quadro 3:

Quadro 3 – Operações de Crédito – Recursos Próprios

Operações de Crédito - Recursos Próprios	**X2**	**X1**
Empréstimos e títulos descontados	142.138	112.060
Financiamentos Rurais e agroindustriais	3.215	1.655
Financiamentos	57.363	44.639
Total	**202.716**	**158.354**

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

De acordo com os dados apresentados, a principal fonte de financiamento das operações com recursos próprios, são as aplicações em depósitos à vista e a prazo. No exercício de X1 as operação de crédito com recursos próprios representaram 91,47% dos depósitos, já em X2 houve uma necessidade de recursos. O aumento na concessão de crédito com recursos próprios determina uma necessidade de capital disponível, deste modo, justificando a alta de 9,62% de depósitos no passivo da cooperativa. Como uma prática de gestão da administração, houve uma maior concentração em captar dinheiro, antecipando uma

maior necessidade de destinar crédito ao mercado. Esse processo pode ser comprovado na alta de 60% das despesas de intermediação financeira com operações de captação de mercado, registrados entre X1 e X2.

Segundo as demonstrações financeiras do período, a remuneração média no exercício de X2 das operações de recursos próprios foi de 16,93%, proporcionando uma receita de R$ 34.315, que representa 70,84% da receita total. Já em X1 houve uma receita de R$ 20.726 que representa uma remuneração média de 13,09% das operações de crédito. Com os dados apresentados, podemos detectar uma modesta alta no *spread* das operações. Entre X1 e X2 houve uma alta de 21,89% na concessão de crédito, entretendo, as receitas advinda das operações de credito com recursos próprios aumentaram 22,69%. Deste modo, mesmo com uma demanda maior no mercado, a gestão da cooperativa elevou insignificativamente o custo para seus cooperados obterem crédito.

Além dos créditos advindo dos recursos próprios, as operações com recursos de repasse também tem uma participação no resultado financeiro do exercício. Entre os anos de X1 e X2 a carteira de credito com recursos de repasse foi composta conforme demonstra o quadro 4:

Quadro 4 – Operações de Crédito – Recursos de Repasse

Operações de Crédito - Recursos de Repasse	**X2**	**X1**
Financiamentos Rurais e agroindustriais	287.759	268.864

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

As operações com recursos de repasse são modalidades de empréstimos bancários, sendo os principais o PRONAF e PRONAMP. Segundo as demonstrações financeiras do exercício, as operações de repasse em X1 teve uma remuneração média de 4,47% que proporciona R$ 12.034 de receita, já em X2 o percentual foi de 4,91% proporcionando uma receita de R$ 14.120. A fonte de recursos é advindo de obrigações junto a Central da cooperativa, conforme mostra o quadro 5:

Quadro 5 – Obrigações por Empréstimos e Repasse

Obrigações por Empréstimos e Repasse	**X2**	**X1**
Fonte de Recursos Repasse	321.647	295.417

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Com prazo de vencimentos geralmente longos, as obrigações para destinação de recursos possui um custo financeiro para a cooperativa. Segundo informações das demonstrações financeiras da cooperativa, a taxa média de empréstimos tomados com a central foi de 5%, representando uma despesa de R$ 13.459 em X1 e R$ 16.992 em X2. Deste modo, pode-se perceber que as operações de crédito com recursos de repasse não são viáveis financeiramente para a cooperativa, entretanto, são modalidades essenciais para oferecer aos seus cooperados.

Para cada operação de credito realizada, é necessário que se destine um valor, chamado de provisão, para cobrir eventuais riscos com perdas. Essa provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD está de acordo com o Resolução n° 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN, sendo determinada em montante julgado suficiente pela administração da cooperativa. Classificado o percentual por níveis de risco, que vai de AA (operações vencidas com até 14 dias) e H (operações vencidas superiores a 180 dias), conforme apresentado no quadro 6:

Quadro 6 – Composição da Carteira de Crédito por Níveis de Riscos

Composição da Carteira de Crédito por Níveis de Riscos				
Níveis de Risco	**Carteira**		**PCLD**	
	X2	**X1**	**X2**	**X1**
Nível AA	0	0	0	0
Nível A	269.080	237.521	- 1.354	- 1.188
Nível B	200.483	171.521	- 2.005	- 1.714
Nível C	7.748	8.480	- 232	- 254
Nível D	6.328	2.292	- 633	- 229
Nível E	1.260	1.041	- 378	- 312
Nível F	799	2.038	- 399	- 1.019
Nível G	624	390	- 437	- 273
Nível H	4.153	4.028	- 4.153	- 4.028
Total	**490.475**	**427.218**	**- 9.582**	**- 9.017**

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Podemos perceber que a maior concentração de títulos das carteiras de crédito estão entre os níveis A e B que representa 95,73% do total. Ao olhar para a provisão, percebemos a grande importância em manter as operações classificadas com menores riscos. Para aquelas operações que estão classificadas como A, é provisionado apenas um percentual de 0,5% já

para quem está no nível B, é provisionado um percentual de 1%. Como consequência do planejamento estratégico da gestão, manter operações mais saudáveis, além de diminuir o risco de inadimplência, reduz a provisão de PCLD que afeta diretamente o resultado financeiro da cooperativa. Ao olhar com uma visão mais ampla, entre os períodos de X1 e X2 houve apenas uma variação de 5,89% positiva, entretanto, ao olhar para a das operações de créditos, entre X1 e X2 houve uma variação de 12,89% positiva. Alta registrada devido os fatores apresentados anteriormente, pode-se comprovar que durante X1 e X2 a cooperativa realizou operações de crédito mais assertivas, conseguindo diminuir a provisão no exercício que representa 8,2% da receita total.

Após apresentação dos principais fatores impactantes no resultado, podemos iniciar a análise as remunerações pagas aos associados que possuem integralização de cotas-partes na cooperativa. Entre X1 e X2 houve uma alta de 18% no capital social da cooperativa, conforme o quadro 7:

Quadro 07 – Capital Social e Números de Associados

Capital Social e Números de Associados	**X2**	**X1**
Número de Associados	12.089	11.094
Capital Social - Milhares de Reais	49.887	40.712

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

O capital social ocorre por forma de integralização de capital pelos novos cooperados ou cooperados que movimentam na cooperativa. Com o aumento de 8,23% no número de associados, pode-se perceber que em X2 está sendo integralizado valores maiores por operações. Esse capital social é remunerado pela cooperativa de acordo com a Lei Complementar n° 130/2009, tendo como taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Em X2 a cooperativa remunerou aos seus associados R$ 1.608, valor 36,63% maior que X1, que foi de R$ 1.019. Esse pagamento de juros é incorporado às cotas de capital, fortalecendo o capital social da cooperativa.

Além do juros sobre o capital próprio, a destinação do resultado acumulado no período também é uma forma de retorno financeiro aos cooperados. Conforme apresentado no quadro 08, o resultado do período em X2 foi de R$ 13.188, alta de 53,48% em relação a X1, que foi de R$ 6.136.

Quadro 08 – Demonstração de Sobras ou Perdas

Demonstração de Sobras ou Perdas	**X2**	**X1**
Receitas da Intermediação Financeira	**52.089**	**34.437**
Sobras (perdas) do Exercício	**13.188**	**6.136**

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

O resultado financeiro do período X2 que representa 25,32% da receita, alta de 13% em relação a X1. Uma parte deste resultado é destinado ao fundo de reserva, cerca de 10% conforme estabelecido do estatuto social da cooperativa, outros 5% é destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) e o restante é destinado ao resultado acumulado que é distribuído aos associados através de integralização de capital. Esse processo ocorre proporcionalmente às operações realizadas pelos cooperados durante o exercício.

5. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

As IFCs possuem uma estrutura robusta que possibilita diferentes viés de análises sobre seus processos de gestão, administrativo e de resultado. O estudo possibilitou verificar quais são os principais processos que possibilitam que a cooperativa obtenha o resultado estipulado e quais as principais práticas de gestão utilizadas pela administração para atingimento do objetivos. Todas ações desenvolvidas impactam nitidamente no resultado financeiro da cooperativa, sendo possível através das análises dos demonstrativos, desenvolver suposições ações que possivelmente foram desenvolvidas.

Portanto, a principal fonte de receita na cooperativa analisada foram referente as operações de recursos próprios. Cooperados que optam por operações classificadas com recursos próprios atribuem uma participação maior no resultado da cooperativa. Além de ter sua participação no resultado, o cooperado pode beneficiar-se com outras operações. Aqueles cooperados que possuem um risco menor, impactam menos nos resultados, devido ao baixo percentual de PCDL no exercício. Ações desenvolvidas pela alta gestão da cooperativa, é essencial para direcionar a maximização dos resultados.

Outras operações muito utilizadas pelos cooperados, como cartões, serviços de terceiros (seguros, consórcios...), operações de repasses, não são viáveis financeiramente para a cooperativa. Entretanto, essas operações são essenciais para as cooperativas oferecerem

outros produtos que tenha uma participação maior no resultado financeiro. Não foi possível chegar a um resultado exato referente determinada operação realizada pelo cooperado, entretanto, pode-se perceber sobre segmentos que possibilitam melhores os resultados.

6. REFERÊNCIAS

BACEN. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso dia 10 de Agosto de 2022.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Metodologia Científica.** 2. ed., São Paulo: Pearson 2004.

BERCHIELLI, Francisco. **Economia Monetária**. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução nº 4.284**, de 5 de Novembro de 2013. Aprova o estatuto e o regimento do fundo garantidor do cooperativismo de crédito (FGCoop) e estabelece a forma de contribuição. Disponível em: < https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4284_v1_O.pdf >. Acesso dia 09 de junho de 2022.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução nº 4.150**, de 30 de Outubro de 2012. Estabelece os requisitos e as características mínimas do fundo garantidor de créditos das cooperativas singulares de crédito e dos bancos cooperativos integrantes do sistema financeiro nacional de crédito cooperativo (SNCC). < Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4150_v1_O.pdf >. Acesso dia 09 de Junho de 2022.

BRASIL. **Decreto – Lei n° 278**, de 28 de Fevereiro de 1967. Altera a denominação do Banco Central da República do Brasil, dispõe sobre suas contas, orçamentos, balanços, atos e contratos, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1967. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0278.htm#art1 >. Acesso dia 06 de Junho de 2022.

BRASIL. **Lei Complementar n° 130,** de 17 de Abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional de Crédito e Revoga a dispositivos das Leis n 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp130.htm >. Acesso dia 06 de Junho de 2022.

BRASIL. **Lei n° 4.595,** de 31 de Dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm >. Acesso dia 06 de Junho de 2022.

BRASIL. **Lei n° 5.764**, de 16 de Dezembro de 1971. Define a política nacional do cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras

providências. Planalto, 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm >. Acesso dia 06 de junho de 2022.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed., São Paulo: Person 2004.

CRESOL. **Cooperativa de Crédito com Interação Solidária.** Disponível em: < https://cresol.com.br/ >. Acesso dia 09 de junho de 2022.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa.** 4 ed., Rio de Janeiro: FGV, 2004.
FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**. 15 ed., São Paulo: Qualitymark, 2004.

MARTINS, Jaqueline Pinto; SANTOS, Gilberto Pinheiro. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Palestra 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed., São Paulo: Atlas 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 6. ed., São Paulo: Atlas 2011.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo Financeiro**. Brasília: Confebras, 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras.** 4 Ed., São Paulo: Atlas, 2012.

PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Crédito.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** 3. ed., São Paulo: Atlas, 2012.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1996.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativismo de Crédito**. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed., São Paulo: Cortez 2007.

WISNIEVSI, Gilmar. **Manual de Contabilidade das Sociedades Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. 4 Ed., São Paulo: Atlas, 2012.

PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Crédito**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

DJANIRA DA MOTTA E SILVA

E AS CARACTERÍSTICAS DA CULTURA BRASILEIRA EM SUAS OBRAS

BOURSCHIET, Rafaelle - Autor 1
OLIVEIRA, Igor - Autor 2
rsbourschiet@minha.fag.edu.br
ioliveira@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Este artigo traz a bibliografia e as inspirações brasileiras de Djanira da Motta e Silva. Uma importante artista, pintora modernista de cenas e costumes brasileiros do século XX, nessa pesquisa será apresentando as principais característica das suas obras realizadas durante sua vida.

Palavras-chave: Djanira, cultura brasileira, modernismo.

INTRODUÇÃO

Djanira foi uma pintora desenhista, ilustradora e cenógrafa brasileira. Durante sua trajetória criou várias obras incríveis como o mural "Candomblé" que foi encomendado por Jorge Amado, para sua casa em Salvador e o painel Santa Bárbara que está no Museu Nacional de Belas Artes. Djanira veio de uma infância muito pobre, mas com o passar do tempo se tornou uma artista muito bem reconhecida, e ganhou vários títulos.

1 COMEÇO DIFÍCIL

Djanira da Motta e Silva nasceu em Avaré, São Paulo, no dia 20 de junho de 1914 dois anos depois seguiu para Porto União com os pais, em Santa Catarina na divisa com o Paraná, filha de uma família muito humilde, seus pais eram descendentes de austríacos e indígenas brasileiros.

A pintora viveu dez anos longe de casa até que avó materna foi busca-la, levando-a de volta para Avaré, onde a menina trabalhou em lavouras de café, em propriedades administradas pelo tio. De origem humilde, foi criada sem os pais, buscou, desde muito nova, sua emancipação e autonomia, desenvolvendo um contato com a arte tardiamente.

Tentando mudar a própria sorte Djanira foi para a capital paulista, em 1932, ano da Revolução Constitucionalista. Neste período que viveu em São Paulo, foi vendedora ambulante, ganhava mal e adoeceu, precisando de tratamento para a tuberculose e foi internada no sanatório de São José dos Campos. Nessa época, fez seu primeiro desenho o resultado foi um Cristo no Calvário.

Em uma viagem a Santos, conheceu Bartolomeu Gomes Pereira, maquinista da Marinha Mercante, com quem se casou, Bartolomeu morreu quando o navio em que estava foi torpedeado por um navio alemão durante a Segunda Guerra Mundial.

2 PRIMEIRO CONTATO COM A ARTE

Por recomendações médicas Djanira muda-se para o Rio de Janeiro em Santa Teresa no final da década de 1930, onde adquiriu a Pensão Mauá, por coincidência, o local era frequentado por artistas e intelectuais nacionais e estrangeiros refugiados da guerra.

A partir daí ela passou a conviver com artistas modernos como a portuguesa Maria Helena Vieira da Silva (1908-1992), Milton Dacosta (1915-1988), o húngaro Arpad Szènes (1897-1985), o romeno Emeric Marcier (1916-1990), o Carlos Scliar (1920-2001) .

Logo no início, a artista estava mais preocupada com a frágil saúde e em se manter financeiramente. Dividia-se entre cuidar da pensão que mantinha, costurar para as senhoras cariocas, confeccionar fantasias para as dançarinas do teatro de revista e dos blocos de carnaval e cozinhas para os hóspedes, e então a noite pintava por distração.

O pintor e muralista romeno Emeric Marcier, hóspede da pensão tomou conhecimento dos desenhos de Djanira e viu seu potencial artístico, então fizeram um acordo, em troca das refeições passaria a ensiná-la técnicas de manuseio das tintas, telas e têmperas ou como ela própria dizia: “durante cinco ou seis meses aprendi com ele a cozinha da pintura, aquela que não se aprende na escola”. Djanira também teve aulas com Milton Dacosta tendo com ele um breve relacionamento afetivo. A pintora chegou a frequentar por pouco tempo o curso noturno do Liceu de Artes e Ofícios, uma instituição muito respeitada.

Em 1942 Djanira expôs pela primeira vez, no Salão Nacional de Belas Artes, na capital fluminesse. Em 1943, realizou sua primeira exposição individual, no edifício da Associação Brasileira de Imprensa. Nesse mesmo ano, recebeu “Menção Honrosa” na segunda exposição do Salão Nacional de Belas Artes. No ano seguinte, em 1944, a artista conquistou medalha de bronze no mesmo salão.

3 DIVISOR DE ÁGUAS

Em 1945 realiza uma viagem a Nova Iorque que foi decisiva em sua formação, um divisor de águas entre a artista amadora e a profissional, Djanira vive nos Estado Unidos até 1947. Inicialmente a artista não falava inglês, tinha poucos contatos e estava sozinha, em sua estadia nos EUA fez retratos para vender, após entrar em contato com o diretor da New School For Social Researchconseguiu autorização para expor no salão da escola durante uma semana. Essaexposição recebeu crítica favorável da ex-primeira dama norte-americana Eleonor Roosevelt, responsável por uma coluna no jornal Washington Post.

Em sua viagem conhece pessoalmente Marc Chagall, Joan Miró e Fernand Léger e é acolhida pela embaixatriz brasileira, a escultora Maria Martins. Djanira fazia visitas frequentes aos museus, onde se interessou especialmente pela obra do pintor flamengo Pieter Bruegel, para Djanira, Brueghel “foi alguém que mergulhou fundo na raça flamenga. Extraiu os jogos de crianças, os trabalhos dos campos e as danças dos camponeses. E eu quero fazer o mesmo no Brasil”

Ela volta ao país em 1947 e foi consagrada internacionalmente graças ao sucesso da exposição em Washington. De volta ao país sua produção volta-se para temas populares, como em Parque de Diversões, ou para a representação de trabalhadores como os colhedores de café nas fazendas paulistas, batedores de arroz, vaqueiros, pescadores, tecelões, oleiros e operários.

No início dos anos 1950, Djanira se mudou para Bahia onde fixou sua nova residência, lá ela conheceu o segundo marido, o historiador José Shaw da Motta e Silva. Nesta época, ela executou o mural Candomblé (1950) uma obra muito famosa e conhecida da artista, na residência do amigo Jorge Amado. Na opinião do escritor baiano:

> Djanira traz o Brasil em suas mãos, sua ciência é a do povo, seu saber é esse do coração aberto à paisagem, à cor, ao perfume, as alegrias, dores e esperanças dos brasileiros. Sendo um dos grandes pintores (sic) da nossa terra, ela é mais do que isso, é a própria terá, o chão onde nascem as plantações, o terreiro da macumba, as máquinas de fiação, o homem resistindo à miséria. Cada uma de suas telas é um pouco do Brasil. (FURLANETO, 2014)

4 CARACTERÍSTICAS DA CULTURA BRASILEIRA EM SUAS OBRAS

A infância e a adolescência de Djanira se caracterizaram pela vida simples e pelo trabalho no campo, esses temas reaparecem em sua pintura. A sua pintura dos anos 1940 era geralmente sombria, ela utiliza tons rebaixados, como cinza, marrom e negro, mas já apresentava o gosto pela disciplina geométrica das formas.

A partir dos anos de 1950 sua pintura ficou mais dinâmica, a palheta diversificou com o uso de cores vibrantes, se antes as cenas representadas pela pintora eram seu ambiente natural de vida, agora a artista viajava em busca de novos materiais para sua produção. Em diversos estados brasileiros, realiza pinturas de colhedores de café, índios, mulheres no campo e na praia, vaqueiros, tecelões, oleiros e trabalhadores de usinas de cana-de-açúcar.

Em sua obra coexistem uma diversidade de cenas, como as festas folclóricas, cenas do cotidiano, a artista pinta também, a óleo ou têmpera, retratos, auto retratos, obras de temática religiosa e paisagens.

Também é comum encontrar, formas humanas sem expressões faciais, sem uma identidade específica. Isso é mostrar apenas que são humanos, mas são estranhos para nós. Nós os vemos apenas como pescadores, jogadores de futebol, trabalhadores de fábricas. Não sabemos o que eles pensam, sentem ou percebem, apenas o que fazem. Ao remover isso, Djanira cria imagens perturbadoras de seres modernos entrelaçados em interações sociais e repetitivas. Eles estão distantes, afastados, colocados por ela para fazer uma cena e não são protagonistas, a mesma enfatiza a forte presença de sujeitos negros.

Ao aspecto religiosos dos trabalhos de Djanira sempre estiveram presentes desde seu primeiro desenho – um Cristo (1939) feito no sanatório de São José dos Campos, a pluralidade religiosa brasileira, foi outro tema muito presente nas obras da artista, mostra a miscigenação religiosa com elementos da cultura africana e europeia. Essa compreensão de um Brasil miscigenado é representada nos festivais de danças e ritmos, mostrando um pais traçado pela diversidade através de seu olhar poético.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Djanira da Motta e Silva faleceu no Rio de Janeiro, no dia 31 de maio de 1979, a artista foi uma pintora muito importante para o Brasil, sempre trouxe em suas obras a paixão pelo seu país e pela sua cultura, a menina de Avaré teve umcomeço muito difícil, mas no decorrer de sua vida conseguiu se destacar, mostrando seu dom herdado, possivelmente, da avó materna Maria Elisabeth Pliger formada em Línguas e Artes pelo Instituto Feminino de Trento, na Itália, com especialização em Desenho.

Em termos gerais, Djanira foi capaz de captar os aspectos sociais, as tradições e a história, mostrando a força do povo e da cultura brasileira, cristalizando, portanto, uma imagem do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Melo. Djanira da Motta e Silva. Escritório de Arte.com. 2022. Disponível em: https://www.escritoriodearte.com/artista/djanira-da-motta-e-silva

FRAZÃO, Dilva. Djanira da Motta e Silva. **ebiografia**, 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/djanira/

ENCICLOPÉDIA ITAU CULTURAL. Djanira. **Enciclopédia Itau Cultural**. 2022. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9397/djanira



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ESTUDOS DAS ÁREAS DE RECURSOS HUMANOS E PRODUÇÃO NA EMPRESA RAWI CONSTRUTORA

HARTMANN, Keila
LACERDA, Tainara
OLIVEIRA, Stefany
kehpereira@minha.fag.edu.br
Orientador: CHIDICHIMA, Antonio
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A gestão dos recursos humanos através das suas atividades desempenha um papel fundamental em toda a organização. Mediante isto, este estudo busca identificar quais as estratégias usadas pela empresa RAWI Construtora para organização dos setores. A metodologia empregada foi a pesquisa qualitativa, através do estudo de caso, usando como ferramenta a ida até a empresa e análise da forma como são realizadas as rotinas administrativas. O período de estudo foi de fevereiro de 2022 e foi concluído em maio do mesmo ano.

Palavras-chave: recursos humanos, gestão, administrativo, metodologia, organização, empresa.



INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico e implantação da globalização, as empresas começaram a buscar inovações que trouxessem qualidade nas tarefas executadas pelos colaboradores durante o dia a dia. Os recursos humanos dentro de uma empresa são “um conjunto de princípios, estratégias e técnicas que visa contribuir para a atração, manutenção, motivação, treinamento e desenvolvimento do patrimônio humano de qualquer grupo organizado” (TOLEDO 1986, p. 8). Gerenciar adequadamente os integrantes dos quadros técnicos e operacionais de uma organização resulta em um melhor rendimento e uma melhor convivência e realização das atividades rotineiras. Os colaboradores gostam de se sentir valorizados, não apenas tratados como números ali dentro, visto que hoje em dia passamos mais tempo no local de trabalho do que com a nossa própria família. A empresa estudada, RAWI Construtora, é especializada em obras industriais, comerciais e residenciais. Podemos citar como seus principais clientes: Cargill Nutron, Coamo, Cvale, Copacol, DuPont Pioneer, PUC PR, Grupo Marista, Cipauto Veículos, Hotel Caiuá, Safeeds, entre outras.

Os principais problemas de pesquisa encontrados durante a visita foram que não existe um processo definido para as contratações. Hoje, as empresas possuem uma equipe de recrutamento e seleção que entram em contato com os candidatos, realizam testes, marcam entrevistas apenas com os mais compatíveis com a vaga e seguem com o processo. Na empresa, os colaboradores do setor administrativo trabalham ali a muito tempo, e com isso, a rotatividade é baixa, exceto no setor da construção civil, em que é completamente ao contrário. Porém, a contratação consiste em entregar um currículo e preencher uma ficha da empresa com a função e com o que sabe fazer para a assistente de RH, que analisa se possui ou não experiência, quanto tempo costuma ficar nas empresas e assim, liga para o candidato. Este trabalho consiste então, em realizar a análise dos setores da empresa verificando onde e como poderíamos aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, caso tivéssemos a oportunidade de sermos consultores ou proprietários da empresa. Assim, analisando com proximidade as atitudes realizadas

pelos colaboradores e levando experiências como administradoras para nossa carreira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, pois foi analisada a maneira como são realizadas as atividades administrativas na empresa e detalhado em nosso trabalho. A natureza da pesquisa é básica, pois estamos buscando a atualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Triviños (1987) define estudo de caso como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Ou seja, neste trabalho buscamos aprofundar nosso conhecimento em todos os setores da empresa, detalhando todos os processos de modo a colocar em prática nosso aprendizado durante os anos de faculdade. A pesquisa descritiva, conforme Gil (2007) é uma análise em profundidade que visa descrever, classificar e interpretar o objeto estudado. O objetivo da pesquisa é trazer a descrição de como são realizadas as atividades de todos os setores da empresa, juntamente com a análise realizada por três futuras administradoras e os resultados foram encontrados com base em levantamento de dados e informações captadas com colaboradores da empresa.

Realizou-se a entrevista com uma colaboradora que trabalha na empresa a mais de um ano e meio com perguntas abertas, assim, conseguindo captar dela as maiores informações possíveis, e tratando de perguntas que o orientador já havia nos avisado serem necessárias. Segundo YIN, (2005, p. 19). “(...) os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

As perguntas feitas durante a entrevista foram elaboradas de acordo com dúvidas especificas da área e setor. Foi levantado os principais pontos dos segmentos trabalhados no RH e assim, conseguiu-se abordar temas relevantes para realização de nossa pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO

Setor de Recursos Humanos - Em relação aos processos de gestão de pessoas, pode-se considerar que este é uma área importante para todas as organizações, de acordo com Chiavenato (1999), a gestão de pessoas é uma área muito sensível à mentalidade que predomina nas organizações. Ela é contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos como a cultura que existe em cada organização, a estrutura organizacional adotada, as características, a tecnologia utilizada, os processos internos e uma infinidade de outras variáveis importantes.

No entanto, considerando que uma equipe de trabalho pode trazer um bom clima organizacional, Sirota, Mischkind e Meltzeri (2005), dizem que:

> "(...) há três fatores que as pessoas desejam na organização e que entendemos contribuir para um clima altamente positivo, são eles: equidade: no sentido de perceber que os superiores de qualquer nível são justos na sua relação com a estrutura social. Realização: que colocam a realização como sendo fator altamente relevante para as pessoas que ocupam posições superiores e não para as pessoas que tem atribuições de pequeno, quando tem algum, poder decisório: Companheirismo: "Uma mão lava a outra", é um ditado conhecido e uma realidade nas organizações".

Essa realidade pode ou não afetar o clima organizacional como um todo, mas, certamente, terá reflexo pontual, aqui e ali.". (LUIS CESAR, 2006). Por isso, para que as pessoas se sintam notadas no ambiente de trabalho, é importante que não sejam tratadas apenas como números.

Chiavenato, (2002), diz que "Não existem organizações sem pessoas. Toda organização é basicamente constituída de pessoas. Para estudar as pessoas em uma organização, o especialista em recursos humanos tem duas alternativas: considerar as pessoas como pessoas: personalidade, valores, atitudes; ou como recursos: habilidades, capacidades". Portanto, a comunicação é imprescindível dentro do ambiente de trabalho, pois facilita o entendimento de todas as partes envolvidas no assunto.

Já segundo o Argenti, 2006, os gerentes precisam reconhecer que, se fornecerem as informações aos funcionários e se souberem ouvi-los, eles se envolverão com o trabalho, estarão conectados com a visão da empresa e serão

capazes de levar adiante as metas da organização. Na empresa, os treinamentos não são muito adotados pelos gestores, mas, é algo de muita importância para todos os setores. Como dito por S. Hoyler (1970), à medida que trata o treinamento como um processo voltado para a equipe, ou seja, não somente visa os resultados individuais, mas nos mostra a importância de termos uma visão que integra as pessoas da organização. Sendo assim, considera o treinamento "investimento empresarial destinado a capacitar uma equipe." (LIMA, 2004).

Setor de produção - Em relação a construção civil, trata-se do principal setor da empresa RAWI Construtora, pois é de suas atividades que obtém seus lucros. A Fundação João Pinheiro apud Dacol (1996, p.48), conclui que este setor tem um papel importante no desenvolvimento do Brasil, pois a atividade construtora é uma das responsáveis pela criação das próprias bases da moderna sociedade industrial, assumindo a função de montagem da infraestrutura econômica e social indispensável ao prosseguimento do processo de industrialização. Afinal, para todas as construções já realizadas e as que ainda serão, é necessário a mão de obra da construção civil.

Segundo Agopyan, (1999 p.44) a construção no Brasil não é pior que a desenvolvida em outros países, " (...), porém, para a industrialização do setor, é necessário que se invista na qualificação da sua mão-de-obra, incluindo-se os engenheiros", portanto, treinamentos em determinados períodos são essenciais.

A construção civil é responsável pela maior parte do emprego das camadas menos favorecidas da população masculina, e também considerada uma das mais perigosas, pois lidera as taxas de acidentes de trabalho fatais, não fatais e anos de vida perdidos, devido a fatores climáticos e exposição a atividades perigosas. Segundo Martins e Laugeni (2000), todas as atividades desenvolvidas por uma empresa que visa atender objetivos de curto, médio e longo prazo se relacionam na maioria das vezes, de forma complexa.

A indústria da construção civil também é reconhecida como uma das mais importantes atividades para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, é um ramo onde os trabalhadores como pedreiros e serventes são submetidos a uma alta carga de trabalho, além de estarem sujeitos a pressão para entregar em menores prazos as obras (VALINOTE, 2011; PEREIRA, 2014), além disso a construção é

marcada por um processo de trabalho muito desgastante, em geral formado por mão de obra mal paga e com baixo grau de instrução. Para Toledo (1997), o processo de fabricação pode ser visto de várias formas, dependendo do tipo de produto e processo. Considera que “fabricar um produto significa manipular, combinar, transformar, agregar e acondicionar matérias-primas, até chegar a produtos que obedeçam a determinadas especificações”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Setor de Recursos Humanos - De acordo com o estudo do setor de RH, realizado durante os últimos meses, observou-se que se preocupam muito com a saúde dos funcionários, tanto física como mental, incentivando sempre a procura pela satisfação e bem-estar. Também prezam muito pela segurança no trabalho, tanto para os trabalhadores da obra quanto para os administrativos. A empresa conta com um técnico de segurança do trabalho para sempre estar nas obras fiscalizadas e orientando os trabalhadores de como usar os EPI os riscos que tem na obra. Para diminuir a rotatividade de funcionários seria bom ter uma bonificação por tempo de trabalho e por desempenho. Em conversa com uma colaboradora do RH, nossas principais sugestões seriam uma equipe para recrutamento e seleção e criar uma bonificação para incentivar a diminuição de faltas e atestadas dos colaboradores da construção civil.

Diante das observações feitas com relação à empresa em estudo, observa-se que a RAWI possui um alto índice de rotatividade de funcionários no setor da construção, o que pode ocasionar em demora na finalização das obras em andamento. A empresa possui um padrão para aceitar novos projetos, por não ter muita mão de obra para realização de vários no mesmo período. Para Dalcul et al (2002), na construção, o domínio do “saber” por parte dos trabalhadores mais experientes, e que são responsáveis por passar estes ensinamentos a seus aprendizes, faz com que a empresa, por precisar de retorno rápido referente a investimentos, tenha que oferecer prêmios, normalmente em dinheiro, como forma de interferir no ritmo de trabalho e, consequentemente, na produtividade nos canteiros de obras. A RAWI poderia oferecer para os colaboradores outras formas

de bonificação, assim, o engajamento para realização das atividades seria maior, motivando os colaboradores e diminuindo a rotatividade da empresa, seria interessante também oferecer plano de saúde, periculosidade para motivar financeiramente os colaboradores, pois é um dos maiores motivos dos desligamentos.

Setor de produção - A empresa RAWI Construtora trabalha de duas maneiras. Constroem edifícios residenciais e comerciais, porém o foco maior está na construção de obras industriais e agroindustriais. A RAWI, não elabora projetos, por isso, para fechar o negócio o projeto de construção precisa estar pronto para análise dos engenheiros e proprietário para posteriormente, iniciar as negociações.

Para elaboração de orçamento a empresa possui um engenheiro especifico, porém ainda precisam passar pelo sócio proprietário. Então, as negociações são feitas a partir da análise dele, que repassa o valor do metro quadrado e também inclui no valor caso a pessoa queira com os materiais da RAWI ou ela mesmo compraria. Após a aprovação do orçamento pelo engenheiro e pelo proprietário, caso o cliente opte por comprar os materiais, eles precisam estar na obra o quanto antes. Caso opte para que a RAWI compre os materiais, a empresa começa a construção em 15 dias no máximo. O engenheiro realiza as tratativas com o setor de compras.

O setor de compras da empresa não deve se preocupar apenas com o controle e abastecimento dos estoques, mas, buscar sempre melhoras para a empresa, enfatizando o resultado final. Devido ao bom tempo de mercado que a RAWI possui, suas compras são frequentes, seja de materiais ou fornecedores, mas, é responsabilidade do setor de compras buscar pelo menor custo, maior qualidade e menor tempo para entrega.

Diante disso, essas atividades que transformam insumos e matérias-primas em produtos acabados, demandam recursos que devem agregar valor ao produto final. No caso da RAWI, por exemplo, o valor dos tijolos e outros materiais utilizados para as construções são inclusos no valor total cobrado do cliente.

A empresa só trabalha com obras de médio e alto porte por possuir um valor alto do metro quadrado. A forma de pagamento geralmente é definida pelo cliente, que determina a melhor maneira para ele, podendo ser a cada 60 dias ou dependendo do valor, a RAWI aceita transferência. Os clientes que fecham negócio de valores consideravelmente milionários, solicitam um acompanhamento mensal para que saibam como está o andamento da obra e que consigam realizar o pagamento conforme as expectativas que foram alinhadas no início da obra. No momento em que o cliente solicita o orçamento, é feita uma análise técnica do perfil dele, para verificar se são confiáveis. Os principais clientes da empresa são pessoas jurídicas, mas isso não significa que pessoas físicas não sejam, porém, o valor torna-se inviável para as mesmas.

A empresa RAWI Construtora, não atende mais de quatro obras no mesmo período, pois precisam fazer a mobilização dos funcionários conforme conclusão de uma obra e início de outra. Na RAWI, conforme o projeto estabelecido desde o princípio pelo cliente. Antes do início de cada obra é feita uma reunião com o engenheiro e mestre de obra responsáveis e com o diretor técnico, onde realizam um levantamento de quantos funcionários serão necessários, então, na decisão de quais profissionais vão para cada obra, não existe um padrão, a escolha é feita conforme necessidade das obras em andamento. No caso dos engenheiros, cada obra possui no máximo um, porém o cliente pode solicitar para que ele seja fixo até que esta obra seja finalizada, no entanto, durante a negociação isto deve ser tratado com relevância pois o valor altera.

Quando o cliente opta para que a RAWI compre os materiais, o engenheiro responsável pela obra, lança o pedido de compra no sistema e assim, o setor de compras realiza as outras tratativas. A entrega desses materiais ocorre diretamente na obra, e é recebida pelo contramestre ou mestre de obras, que recebe e organiza todos esses materiais da melhor maneira possível para realização das atividades. No momento do recebimento, a nota fiscal deve ser assinada pelo recebedor e passada para o engenheiro, que entrega no escritório, juntamente com uma solicitação de pagamento para aquele fornecedor. Os principais fornecedores da RAWI são Votorantim, Orion, Coresul, Bortolotto, entre outros...

A empresa possui parceiros de prestação de serviço em Toledo. Sendo assim, de acordo com a necessidade das obras em andamento, é realizada cotação com os prestadores, visando a escolha do menor valor e maior qualidade. Estes prestadores geralmente são pintores, hidráulicas, eletricistas, armadores e técnicos em refrigeração e já são parceiros da RAWI a um tempo considerável, ou seja, possuem credibilidade com a empresa.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observações feitas com relação à empresa em estudo, observa-se que a RAWI possui um alto índice de rotatividade de funcionários no setor da construção, o que pode ocasionar em demora na finalização das obras em andamento. A empresa possui um padrão para aceitar novos projetos, por não ter muita mão de obra para realização de vários no mesmo período. Para Dalcul et al (2002), na construção, o domínio do “saber” por parte dos trabalhadores mais experientes, e que são responsáveis por passar estes ensinamentos a seus aprendizes, faz com que a empresa, por precisar de retorno rápido referente a investimentos, tenha que oferecer prêmios, normalmente em dinheiro, como forma de interferir no ritmo de trabalho e, consequentemente, na produtividade nos canteiros de obras.

Diante das observações feitas com relação à empresa em estudo, observa-se que a RAWI possui um alto índice de rotatividade de funcionários no setor da construção, o que pode ocasionar em demora na finalização das obras em andamento. A empresa possui um padrão para aceitar novos projetos, por não ter muita mão de obra para realização de vários no mesmo período.

Para Dalcul et al (2002), na construção, o domínio do “saber” por parte dos trabalhadores mais experientes, e que são responsáveis por passar estes ensinamentos a seus aprendizes, faz com que a empresa, por precisar de retorno rápido referente a investimentos, tenha que oferecer prêmios, normalmente em dinheiro, como forma de interferir no ritmo de trabalho e, consequentemente, na produtividade nos canteiros de obras.

Sobre o estudo do setor de RH, realizado durante os últimos meses, observou-se que se preocupam muito com a saúde dos funcionários, tanto física como mental, incentivando sempre a procura pela satisfação e bem-estar. Também prezam muito pela segurança no trabalho, tanto para os trabalhadores da obra quanto para os administrativos.

A empresa conta com um técnico de segurança do trabalho para sempre estar nas obras fiscalizados e orientando os trabalhadores de como usar os EPI os riscos que tem na obra. Para diminuir a rotatividade de funcionários seria bom ter uma bonificação por tempo de trabalho e por desempenho. Em conversa com uma colaboradora do RH, nossas principais sugestões seriam uma equipe para recrutamento e seleção e criar uma bonificação para incentivar a diminuição de faltas e atestados dos colaboradores da construção civil.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, IDALBERTO, **Gestão de Pessoas**, terceira edição, Editora Elsevier, 2010.

ARAUJO, Luis Cesar Gonçalves de; GARCIA, Adriana Amadeu. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional.** 2. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2009.

Triviños, A. N. S. (1987). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, SP: Atlas.

CHIAVENATO, IDALBERTO. **Desempenho Humano nas Empresas: Como** desenhar cargos e avaliar o desempenho para alcançar resultados. 6ª ed. – São Paulo: editora Manole, Triviños, A. N. S. (1987). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação,** São Paulo: Atlas.

ARAUJO, Luís César G. de.;GARCIA, Adriana Amadeu. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. Adriana Amadeu Garcia. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C**. Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A.C. Gestão de pessoas. **Enfoque nos papéis profissionais.** São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TOLEDO, F. de. **O que são recursos humanos.** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOLEDO, FLAVIO. **O que são recursos humanos.** São Paulo: ed. Brasiliense, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**.3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOYLER, S.Auditoria de pessoal. **Revista de Administração de Empresas,** v. 5, n. 17, p. 149-168, 1965.

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Gestão de pessoas.** São Paulo: Saraiva 2006.

AGOPYAN, V.; JOHN, V. M. **O desafio da sustentabilidade na construção civil.** Vol. 5. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

MARTINS, P. G; LOUGENI, F. P. **Administração de produção**. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

VALINOTE, Hernani Camilo. **Ambiente de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores da construção civil de uma construtora de Goiânia.** [Dissertação de Mestrado]. Goiânia (GO), 2011.

DALCUL, A. L. P. da C. et.al. **Organização do Trabalho: Estudo de Caso com Empresas da Construção Civil de Santa Maria/RS,** 2002.



ANÁLISE DE CUSTOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA EMPRESA DO RAMO DE AUTOPEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS

POLETTO, Ana[1]
CORREIA, Suellen[2]
Orientador: SIQUEIRA, Rubens
skcorreia@minha.fag.edu.br

RESUMO
A empresa deste estudo está localizada em Toledo – PR, no Bairro Centro, em um dos principais pontos da cidade, e atua no setor automotivo, no ramo de manutenções mecânicas sendo elas referência no ramo automotivo na cidade. Os principais produtos e serviços ofertados são Prestação de serviço de manutenção e reparos mecânicos de veículos automotores como: Motor; Câmbio; Diferencial; Suspensão; Sistemas de ar; Alinhamento e balanceamento; Escapamentos; Cabos; entre outros. Através desse estudo podemos verificar o quão importante é o registro de custos para uma boa análise. O trabalho também explica detalhadamente, quais as formas de custos, que deverá ser analisado para desenvolver um estudo específico para a empresa. Demonstra tambem como podemos chegar ao custo correto e a fixação do preço da prestação de serviço. O estudo está diretamente ligado à situação financeira da empresa, mas o objetivo é levantar indicadores referentes ao custo de mão-de-obra e desperdícios.

Palavras-chave: Custos; Despesas; Prestação de serviço; Mecânica e Fixação do preço.

INTRODUÇÃO

A análise de custos tem como objetivo apresentar todos os gastos e investimentos indispensáveis para a realização da prestação de serviços. No estudo de caso foi analisado os custos para a composição do preço de venda na prestação de serviços automotivos.

Através das informações coletadas buscamos compreender como funciona uma empresa do ramo de auto peças e serviços mecânicos, com base na pesquisa do BNDES; 2018, esse setor é um dos principais pilares da economia brasileira, respondendo em média 20% do PIB Brasileiro da indústria de transformação. Os serviços automotivos e reparos tem uma enorme demanda a ser suprida no mercado e esse é um negócio

bastante rentável se bem gerenciado.

Esse estudo foi de suma importância para a empresa, pois irá auxiliar na maximização de lucros, e também de alta relevância para os clientes, visto que poderá apresentar as melhores condições no preço de venda, ou seja, impactando no valor do mercado da empresa.

Tendo em vista que a alta concorrência de mercado na região de Toledo, com mais ou menos uma quantia de 70 empresas do ramo de automecanica se faz necessário um estudo do processo de análise de custo, para melhor acompanhar a evolução tecnológica no mercado, assim, é necessário acompanhar de forma apropriada os seus gastos, custos e despesas.

O trabalho teve como objetivo principal, demonstrar a formação do preço de venda e os custos na prestação de serviço dentro da oficina mecânica.

Identificando e apresentando os custos e investimentos realizados na empresa, segmentando desde os valores por área, serviços, funcionários, até peças e ferramentas utilizadas na prestação de serviço. Podendo dessa forma realizar tomada de decisões baseado nos conceitos de Custos, segundo Rodney Werney (2004), que contempla a necessidade de compreensão de conceitos básicos como gastos, investimentos, despesas, perdas, custos e desperdícios para se ter uma eficiente gestão.

Com isso, identificamos que para a empresa ter um maior lucro é necessário uma boa gestão de custos e a correta formação de preço de serviços. Abaixo podemos elencar qual a melhor forma para conduzir este estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CONCEITO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é o estudo lógico para controle de gastos feitos, boas vendas e consumo consciente. Tendo duas funções principais: o auxílio ao controle e a ajuda na tomada de decisões. Conforme Berbel (2017, p. 49).”A Contabilidade de custos é uma técnica utilizada para mensurar, registrar e informar os custos dos produtos fabricados pelas empresas industriais.”

O objetivo da contabilidade de custos é analisar os custos, investimentos e despesas da operação da empresa, desta forma possibilitando a maximização dos resultados obtidos na prestação de serviços e vendas de seus produtos. De acordo com o Boletim contábil, que recebeu as informações da empresa suporte Balaminut-Consultores empresariais.

> "A contabilidade de custo como parte do sistema de informação contábil, tem como propósito determinar o custo do estoque e dos bens produzidos, assim como o controle financeiro dos ativos relacionados com a produção e o estoque, representados pela aquisição, fabricação e manutenção desses estoques. **(**BALAMINUT – CONSULTORES EMPRESARIAIS LTDA, 2022)."

Sendo assim a melhor técnica utilizada para analisar e ajudar nas decisões empresariais, mensurando o melhor custo e benefício para atingir o lucro desejado.

TERMINOLOGIA DE CUSTOS APLICADAS NA ANÁLISE

Custos diretos são gastos de fácil identificação nas unidades de produção, que podem ser identificados como relativos a este ou aquele produto. São lançados por medições objetivas ou por controles individuais como a ficha técnica do produto, sem exigência de rateios. Podemos utilizar como exemplo os materiais diretos explicados por Ribeiro que cita M. Sens;

> Define que são considerados materiais diretos todos os materiais aplicados no processo de fabricação e que integram os produtos fabricados, como ocorre com a matéria-prima e com os materiais secundários. Devem ser classificados também como diretos os materiais de embalagem, quando aplicados nos produtos dentro da área de produção. Os materiais diretos são assim denominados porque, além de integrarem os produtos, suas quantidades e seus valores podem ser facilmente identificados em relação aos produtos fabricados. Assim, a atribuição dos custos desses materiais aos produtos é feita sem embaraços. (RIBEIRO, 2009, p. 103 *apud* SENS, 2011, p.16).

Conforme Ribeiro (2011), anteriormente citado, podemos verificar como serão tratados os custos diretos dentro da empresa durante a prestação de serviço.

Junto na concepção de Ribeiro (2011), os custos indiretos são os gastos que não podem ser designados de forma direta objetiva aos produtos ou a outro departamento, ou atividade operacional, e caso sejam cedidos, será critério de rateio. São os gastos que a

empresa tem para executar suas atividades, porém não tem relação direta com o produto ou serviço, pois é atrelado com vários produtos ao mesmo tempo. Conseguimos exemplificar essa definição através da linguagem do autor Ribeiro que cita M. Sens;

> Define que os custos indiretos são considerados os materiais que, embora aplicados no processo de fabricação, não integram os produtos. Como exemplo destes materiais o autor cita os combustíveis e os lubrificantes utilizados na manutenção de máquinas e equipamentos industriais; as lixas e as estopas, na indústria de móveis de madeira; as facas utilizadas nas máquinas de corte de tecidos nas indústrias de confecções; o material de limpeza; o material de escritório e outros materiais consumidos na área de produção. (RIBEIRO, 2009, p. 103 *apud* SENS, 2011, p.16).

Através da referência acima verifica-se como serão tratados os custos indiretos durante a prestação de serviço.

Custos relevantes são aqueles que se modificam dependendo da decisão tomada. Já os custos irrelevantes são os que independem da decisão tomada. Conforme especificado na pesquisa de Moisés citando o Livro de Antonio C. Bornia.

> Os custos relevantes e irrelevantes são assim nomeados porque alteram dependendo da tomada de decisão. Ou seja, os custos irrelevantes independem da tomada de decisão, já os custos relevantes alteram dependendo da decisão. Estes custos podem mudar de acordo com a tomada de decisão, ou seja, um custo relevante para determinada ação pode ser irrelevante para outra ação. (BORNIA, 2010 *apud* M. DARABAS, 2016, p.24).

Segundo Sens, os custos variáveis são os que estão diretamente vinculados com o volume de produção ou venda. Quanto maior for o volume de produção maior serão os custos variáveis totais. São os valores utilizados que têm seu crescimento relacionado à quantidade produzida pela empresa.

> Custos variáveis são os custos que variam em função do volume da atividade. Conhecer os custos variáveis auxilia em muitas decisões de curto prazo, como, por exemplo, o ajuste do mix de produtos em face dos fatores limitantes de condições operacionais e de mercado existentes. O mesmo exemplo apresentado nos Custos Diretos pode ser tratado como Custo Variável, pois o frete varia em função do volume a ser entregue a determinado cliente, se for contratado com base nas unidades físicas a serem transportadas(SENS, 2011, p. 83).

Custos fixos são aqueles gastos que estão em constantes alterações de atividades operacionais, indiferente do volume de produção. São os custos que têm seu montante

fixo não em função de oscilações na atividade, sem relação com o aumento ou diminuição na produção.“São aqueles cujos valores não se alteram em razão da quantidade produzida (exemplos: aluguel da fábrica, depreciação dos equipamentos). (BERBEL, 2017, p. 29).”

Para Berbel (2017), os custos semivariáveis são aqueles que variam em função do volume de venda ou produção, mas não nas mesmas proporções. Tais custos têm uma parcela fixa a partir da qual passam a ser variadas.“São os elementos de custos que possuem em seu valor uma parte fixa e outra variável. Exemplos: energia elétrica, água, gás etc., a empresa fornecedora cobra um valor fixo, mesmo que não tenhamos produção, e, a partir do aumento da produção, fato que demanda maior consumo, o valor da conta tende a aumentar. (BERBEL, 2017, p.30).”

Segundo o autor acima, os semifixos são aqueles que ficam em constante dentro de certos intervalos, modificando-se em degraus até atingir um novo patamar de atividade.

> “São os custos que se alteram em decorrência de uma mudança na capacidade de produção instalada. Permanecem fixos até uma determinada quantidade produzida e, nessa ocasião, sofre uma alteração. Exemplos: necessidade de aquisição de novos maquinários, alugar novas instalações etc. O inverso também é verdadeiro, ou seja, reduzindo-se a capacidade de produção tais custos também tendem à redução. (BERBEL, 2017, p.30)”

Despesas bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas. Segundo o autor Marcos Antonio Sens, podem ser consideradas como:

> “As despesas de uma organização são os gastos que foram gerados ou consumidos fora do ambiente de fabricação de um produto ou serviço. Os departamentos de contabilidade, financeiro e vendas efetuam gastos para o desenvolvimento da sua atividade no dia a dia, não participando da fabricação do produto e ou serviço. Como exemplos de despesas, temos os salários, materiais de escritório, consumo de energia, consumo de água, depreciação dos computadores utilizados no ambiente da administração, impostos prediais, treinamento dos funcionários, férias, INSS, FGTS, alimentação, transporte e diversos outros. (SENS, 2011, p.6)”

Investimento gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos. Segundo o autor Marcos Antonio Sens, os investimentos podem ser considerados como:

> ”Investimentos representam gastos que são ativados, constam no balanço patrimonial da empresa e ficam ali até o momento em que são utilizados ou consumidos, recebendo uma classificação como custos ou despesas. Um exemplo disso seria a aquisição de matéria-prima: no momento de sua aquisição

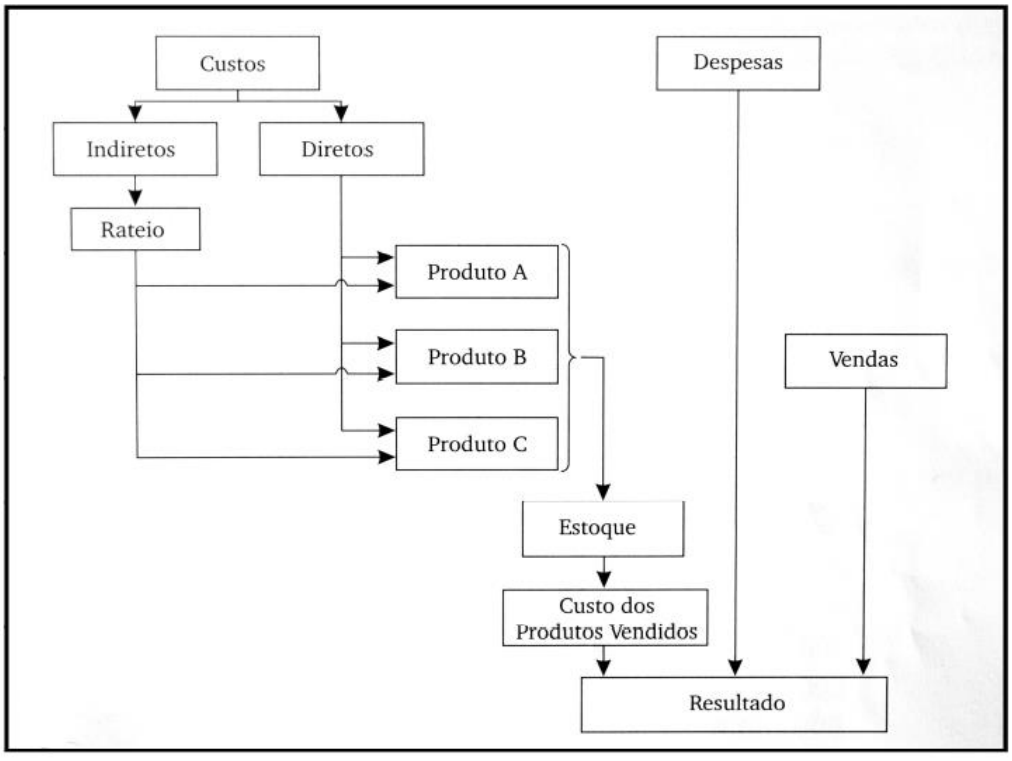
> por um determinado valor, estará contabilizada no estoque de mercadoria, sendo um ativo para a empresa que irá gerar um benefício futuro. Outro exemplo a ser citado são as máquinas e equipamentos adquiridos para a empresa produzir seus produtos. Como você já sabe, todo ativo é sinônimo de coisa boa para a empresa, sendo os bens e direitos de cada empresa.” (SENS, 2011, p.15) “

Será basicamente esses os meios que poderão ser usados para alcançar o lucro, verificando qual a terminologia de custo correta para determinada empresa, quais despesas terão que ser reduzidas e os melhores investimentos.

ESQUEMA BÁSICO DE CUSTO

Consiste basicamente na apuração de custos, auxiliando o administrador de como poderá ser realizado o passo a passo no processo de formação de custo, segundo Martins (2003, p.57), segue abaixo o esquema;

Figura 1 - FLUXO DE CUSTOS E DESPESAS NO CUSTEIO POR ABSORÇÃO



Fonte: OSMAR, 2018, p.57.

Na imagem acima podemos observar exatamente como vai ocorrer a separação, durante o processo de formação do preço de custo, resumido em palavras o esquema acima, podemos verificar as seguintes etapas;

1º Passo, devemos separar os custos e despesas durante a prestação de serviço;

2º Passo apropriar os custos diretos, ou seja, apresentar quais os principais custos que a empresa tem durante qualquer prestação de serviço;

3º Passo apresentar quais os custos indiretos de determinada prestação de serviço

MÃO DE OBRA DIRETA E INDIRETA

A mão de obra pode ser considerada como um custo variável já que é utilizada na prestação de serviço. Podendo ser divida como direta e indireta.

Mão de obra direta é o trabalho que o prestador fez durante a realização do serviço. No caso da prestadora de serviço podemos considerar como mão de obra direta a hora trabalhada, de cada funcionário durante a prestação de serviço para determinado cliente, as ferramentas que eles iram utilizar, as peças que vão precisar, assim como os encargos sociais, férias, 13º salário, descanso remunerado, feriado, etc. “Compreende os gastos com pessoal que trabalha diretamente na fabricação dos produtos. A mão-de-obra direta é aquela que pode ser facilmente identificada com os produtos fabricados. Exemplos: carpinteiro que trabalha em uma fábrica de móveis, químico que trabalha em um laboratório farmacêutico etc. (BERBEL, 2017,p.89)“.

Já a mão de obra indireta podemos considerar os gastos não programados, como a quebra de ferramentas e peças utilizadas durante a prestação de serviços, assim como os encargos de horas extras, adicionais, entre outros itens.

> “Compreende os gastos com pessoal que trabalha na produção sem interferir diretamente na fabricação dos produtos. Sempre que não for possível identificar o gasto com pessoal em relação às unidades produzidas, esse gasto será considerado Mão-de-obra Indireta. Exemplo: salário da supervisão da fábrica, pessoal da manutenção, controle de qualidade etc. (BERBEL, 2017, p.89)”.

FIXAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DO SERVIÇO

A fixação do preço de venda do serviço é feita através da base nos custos, no mercado e uma combinação de ambos.

> "Para administrar preços de venda, sem dúvida é necessário conhecer o custo do produto; porém essa informação, por si só, embora seja necessária, não é suficiente. Além do custo, é preciso saber o grau de elasticidade da demanda, os preços de produtos dos concorrentes, os preços de produtos substitutos , a estratégia de marketing da empresa etc.; e tudo isso depende também do tipo de mercado em que a empresa atua, que vai desde o monopólio ou do monopsônio até a concorrência perfeita, mercado de commodities etc. (MARTINS, 2010, p. 218)".

Ou seja, para definição do preço de venda adequado de um serviço ou produto é preciso analisar o equilíbrio entre o preço de mercado e o valor dos seus custos e despesas totais. O valor do seu produto deve ser igual ao custo das matérias primas ou hora de serviço, somado às despesas variáveis e fixas para realizar uma venda.

Para a determinação desse valor de venda podemos usar a fórmula de Markup divisor (MD), que é um índice aplicado sobre o custo dos produtos a fim de obter o preço de venda do bem ou serviço.

Para aplicação do Markup divisor, é necessário observar todas as despesas variáveis da prestação do serviço, os impostos sobre essa atividade e o lucro desejado.

A fórmula é simples: o markup divisor é equivalente ao preço de venda (PV: que, na fórmula, sempre será 100%), menos o custo total de aquisição (CTV) e dividido por 100. Assim, será possível chegar ao índice desejado:

- MD= (PV-CTV) / 100

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é um documento que mostra resumidamente a situação da empresa, conforme seu patrimônio. Mostra resumidamente o que a empresa tem financeiramente e suas obrigações contra terceiros.

A Lei 6.404/76 orienta que ao final de cada exercício social, as empresas apresentem seus demonstrativos financeiros para elaborar a escrituração contábil do negócio. Por isso, o documento deve ser desenvolvido todos os anos obrigatoriamente.

Outra lei, a Lei nº 8.666/93, determina que a administração pública pode exigir "balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta".

O Balanço Patrimonial é composto por três principais informações de uma empresa: os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Do lado esquerdo temos os ativos, que são todos os bens e direitos e do direito os passivos, que são as obrigações, e também o patrimônio líquido. É muito importante que os dois lados batem com o mesmo valor.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício é um documento realizado anualmente pela empresa, de forma detalhada como foram os resultados do ponto de vista contábil e patrimonial.

Ele é sempre elaborado após o fim do exercício financeiro que começa em 1 de janeiro e vai até 31 de dezembro e deve discriminar o resultado deste período, o resultado líquido do ano (receitas subtraídas das despesas).

Podemos dizer que a DRE nada mais é do que um relatório que visa trazer, da maneira mais simples possível, informações referentes à receita, despesas, investimentos, custos e provisões da empresa.

Não existe um modelo oficial de Declaração do Resultado do Exercício que as empresas devem usar. Mas há diretrizes na legislação que determinam o que deve obrigatoriamente estar em toda DRE. Segundo o artigo 187 da Lei nº 6.404/1976 (e sua modificação pela Lei 11.638/2007), devem constar na DRE as seguintes informações:

I – A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II – A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III – As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV – O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;

V – O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI – As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

VII – O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

METODOLOGIA

Através da pesquisa iremos de encontro com objetivo geral do trabalho que será encontrar o melhor caminho para chegarmos ao custo ideal de cada serviço prestado.

Pesquisa é o conjunto de procedimentos que tem como objetivo encontrar soluções para os problemas, utilizando métodos científicos (ANDRADE, 2010).

Conforme citado, a pesquisa irá auxiliar na busca de soluções de problemas, através de métodos específicos.

O método é a maneira que deve ser utilizada para alcançar um objetivo desejado, é um conjunto de etapas que auxilia a investigação e a demonstração da verdade. Considerado um instrumento de trabalho que se mostra eficiente ao longo da história, o método não pode ser inventado, mas deve ir ao encontro do objetivo da pesquisa (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

O método refere-se ao meio utilizado para alcançar um determinado objetivo, como serão coletados os dados para determinada pesquisa ser desenvolvida.

Para desenvolvimento com o propósito de alcançar a finalidade da pesquisa será utilizado o estudo descritivo, documental e bibliográfico.

A pesquisa descritiva, irá detalhar os informativos da empresa durante a execução do serviço, auxiliando na resolução dos problemas de forma assertiva.

a)Pesquisa descritiva, porque descreve a ocorrência de indicadores, identificando

suas relações e conexões com o desempenho operacional, relacionado os fatos com variáveis já determinadas. Este tipo de pesquisa favorece o estudo, pois evidencia o problema de forma clara e permite fazer hipóteses para tentar a solução do problema, resume-se como o estudo e a descrição do objeto de pesquisa (GIL, 1996; CERVO; BERVIAN. SILVA, 2007).

Já os documentos e informações coletadas na empresa, poderá ser considerado a base da nossa pesquisa documental.

b)Quanto aos meios de investigação, foi utilizada a pesquisa documental para identificar os dados na empresa, pois foram coletados dados oriundos de relatórios do faturamento de serviços, do faturamento de revenda de peças, registros contábeis e financeiros e tempos de execução de serviços mecânicos (VERGARA, 2009).

Ressaltando ainda que o estudo utiliza como meio de apuração a pesquisa documental como fonte de coleta de dados para o melhor planejamento dos custos e indicadores financeiros.

No estudo foi utilizado dados primários e secundários para elaboração do trabalho. Os dados primários, são aqueles desenvolvidos para compreender os problemas da empresa que serão explorados, conhecer a realidade da mesma, através das pesquisas descritivas, que serão utilizadas para coleta de dados.

Roesch (2005), diz que dados secundários é toda informação coletada a partir de documentos já existentes, a empresa fornece as informações necessárias através de relatórios internos, documentos que foram utilizados para outros fins.

Para o estudo foi utilizado a abordagem qualitativa, pois buscou observar e descrever os acontecimentos dentro da empresa e abordagem quantitativa, pois usou de análise dos dados para compreender os acontecimentos observados e descritos.

CONCLUSÃO

Nesse estudo serão analisados e interpretados os dados coletados no estudo, para melhor conhecimento e visão, serão utilizados tabelas, quadros e gráficos que auxiliam a compreensão. Serão apresentadas as despesas da empresa, desde os custos operacionais aos custos administrativos, a seguir apresentaremos os custos fixos e

variáveis e a relação entre eles, logo após a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio, as horas trabalhadas relacionado com a capacidade da empresa, e por fim, uma proposta de formação do preço de venda para a venda de mercadorias e uma proposta de formação de preço de venda para os serviços de manutenção.

REFERÊNCIAS

BELENZIER. 2022. Disponível em: <http://belenzier.com.br/>. Acesso em 09 março 2022.

BERBEL, José Divanil Spósito. **Introdução à Contabilidade e Análise de Custos:** (simples e prático). Editora STS, 2017. 184 p.

BOLETIM CONTÁBIL. 2022. Disponível em: <http://www.boletimcontabil.com.br/gestao/contabil/contabil.php>. Acesso em 29 março 2022

BALAMINUT – CONSULTORES EMPRESARIAIS LTDA. **Objetivos básicos da contabilidade de custos**. 2022. Disponível em: <http://www.boletimcontabil.com.br/gestao/contabil/objetivos.php#:~:text=A%20contabilidade%20de%20custo%20como,fabrica%C3%A7%C3%A3o%20e%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20desses%20estoques>. Acessado em: 27 mai. 2022.

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos**: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 214 p.

CONTABILIZEI. 2022. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/balancopatrimonial>. Acesso em 05 abril 2022.

DARABAS, Moisés Milack. **Método de definição do preço de venda de uma oficina mecânica automotiva localizada em Criciúma – SC.** 2016. 52 f. Monografia (trabalho conclusão de curso Bacharel em Administração). Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

DAUDT, Gabriel; WILLCOX, Luiz Daniel – INDUSTRIA AUTOMOTIVA. **Visão 2035 Brasil, país em desenvolvimento**. 2018. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16241/1/PRCapLiv214167_industria_automotiva_compl_P.pdf>. Acesso em 29 agosto 2022.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**: O uso da contabilidade de Custos como Instrumento Gerencial de Planejamento e Controle. 10. Ed. São Paulo: Atlas,2010. 370 p.

OSMAR – **CUSTEIO POR ABSORÇÃO**, 2018. Disponível em: <http://www.ais.inf.br:8000/wiki/doku.php?id=publico:custo_absorcao>. Acesso em 18 julho 2022.

REMESSA ONLINE. 2022. Disponível em: <https://www.remessaonline.com.br/blog/tudo-sobre-dre-demonstracao-do-resultado-do-exercicio/>. Acesso em 16 março 2022.

ROCKCONTENT.2013-2021. Disponível em: <Thttps://rockcontent.com/br/blog/markup/#:~:text=A%20f%C3%B3rmula%20%C3%A9%20muito%20simples,(PV%20%E2%80%93%20CTV)%20%2F100>. Acesso 22 setembro 2022.

SENS, Marcos Antonio. **Gestão de Custos**. Indaial: UNIASSELVI, 2011. Pag. 291.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ESTUDO DA CONTABILIDADE GERENCIAL UTILIZANDO O *BALANCED SCORECARD* COMO FERRAMENTA DE APOIO

ALMEIDA, Douglas Alexandre - Autor 1
GATO, Isadora Martins dos Santos - Autor 2
daalmeida@minha.fag.edu.br
imsgato@minha.fag.edu.br
Orientador: CHIDICHIMA, Antônio Carlos
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O principal objetivo do estudo é apresentar as perspectivas do Balanced Scorecard e como podem auxiliar na avaliação da Contabilidade Gerencial. O BSC pode ser definido como uma ferramenta de apoio, capaz de atender exigências que os métodos de gestão apresentam dentro do cenário econômico, que sofrem constantes mudanças. As medidas que essa ferramenta apresenta, com suas perspectivas estabelecidas, podem ser avaliadas dentro de diversos ramos da contabilidade, incluindo a gerencial, que por sua vez é o ramo que seu principal objetivo é o estudo do patrimônio e de suas variações, assim fornecendo informações para tomada de decisão. A partir disso, o BSC pode contribuir para o suporte em estratégias de negócios, sistemas operacionais e na compreensão de informações gerenciais de uma entidade, sendo capaz de identificar e interpretar exigências relacionadas à gestão das organizações. Desta forma, o BSC proporciona um desenvolvimento e percepção dos pensamentos estratégicos, facilitando as decisões gerenciais, ao utilizar sua metodologia e suas quatro perspectivas. A pesquisa está sendo desenvolvida e aplicado o BSC na contabilidade gerencial da empresa, obtendo informações sobre as quatro perspectivas abordadas, são nomeadas de financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento. Após a obtenção dos dados vamos inseri-los na planilha, assim trazendo informações e apresentar a empresa para que a mesma tome providências.

Palavras-chave: Balanced Scorecard (BSC), contabilidade gerencial e ferramenta.

---

[1] Acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz:
[2] Douglas Alexandre de Almeida
[3] Isadora Martins dos Santos Gato
[4] Docente da Faculdade Assis Gurgacz: Antônio Carlos Chidichima

INTRODUÇÃO

O conceito da contabilidade gerencial está direcionado à criação de valor, através da mudança de hábitos dentro da organização, criando rotinas e verificando quais processos estão errados, para modificar e melhorar a forma de gestão da empresa, estruturando um processo de evolução que gera valor e aumenta seu lucro (PADOVEZE, 2012).

Definido por Crepaldi (2006) a contabilidade gerencial voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuados por um sistema de informações gerencial". Ou seja, ela possui propósitos internos e externos, os quais devem ser utilizados para a análise econômica e de gestão de uma empresa.

Já a implementação do Balanced Scorecard (BSC) em empresas, iniciou-se a partir de seu sistema de gestão, criado por Robert Samuel Kaplan e David Norton, nos anos de 1990. Destarte, pode ser considerado um modelo de gestão estratégica e com objetivo de classificar, auxiliar e direcionar as organizações a transparecer a visão operacional, resultando em ações, conforme definido por Gil (2002, p.45 apud GISELE e FERNANDO, 2009, p.7), esse sistema "têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses".

Dessa forma, o estudo irá abordar o BSC como uma ferramenta de apoio para a contabilidade gerencial. Focando em sua teoria, apresentando estatísticas e probabilidades dentro de organizações, buscando resultados a partir de análises, visando trazer demonstrativos que auxiliem na aplicação e, propondo mostrar onde as suas quatro perspectivas se encaixam no gerenciamento contábil.

O presente projeto se justifica com base no cenário econômico das empresas, necessitando assim, de meios que facilitem seus métodos de gestão e análise. Todas as empresas precisam de uma gestão, para saber a direção em que devem reconhecer sua missão, visão e valor, para que haja adaptações dentro do mercado financeiro, podendo utilizar da ferramenta para tal. Nesse sentido, a ideia é trazer à parte teórica o conteúdo e implementá-lo na prática, mostrando os mecanismos em que essa ferramenta seja útil.

O BSC tem sua importância devido a tudo que ele pode proporcionar, com seu conjunto de 4 perspectivas - pontos a serem considerados para a sua execução -, os quais são: 1) Financeira – traz o aspecto da geração de valor da empresa; 2) Cliente – busca o ponto de vista de negócio e de mercado; 3) Processos Internos – Contribuem para o alcance de seus objetivos (perspectivas 1 e 2); 4) Aprendizado e Crescimento – capacidade de alcançar e manter o capital intelectual.

Para o BSC, a contabilidade fornece informações as quais são necessárias para um adequado controle financeiro e econômico de uma empresa. Um sistema de informação estruturado da forma correta permitirá uma gestão eficaz dessas informações, e apresentará um grau máximo de garantia sobre a relação de custos e benefícios para a geração da tomada de decisão.

Através do BSC são realizados levantamentos sobre a estrutura organizacional. Dentro da contabilidade gerencial ele pode contribuir para apuração de custos, relatórios gerenciais, análises de mercado e dos processos internos, planejamento financeiro e o desenvolvimento e implementação de sistemas integrados. Ou seja, as decisões tomadas provocaram ações que, por sua vez, gerarão mais informações, seguindo um sequencial de: decisão, ação, informação e controle.

Com isso, a abordagem será apresentar a importância de se utilizar a ferramenta, já que toda organização necessita de um método de gestão, para buscarem e focarem em sua competitividade, agilidade, atendimento aos clientes e lucros. Vale ressaltar que existem outros meios de apoio à disposição como: Análise SWOT, Plano de Negócios, 5W2H, Project Model Canvas, entre outros, que estão disponíveis para utilização de uma boa gestão nas empresas, mas o principal estudo se utiliza da ferramenta BSC como o principal foco da pesquisa.

O uso desse do método BSC aplicada a uma organização como forma de estudo pode subsidiar informações contribuintes para uma gestão qualificada da empresa, pode contribuir também com a pesquisas, e com uma abordagem direcionada ao tema. Portanto, através das perspectivas da ferramenta, as quais promovem a obtenção de dados em termos operacionais, auxiliando à contabilidade gerencial das empresas, melhorando a visão sistêmica dos processos.

Considerando este cenário em que as empresas necessitam de gerenciamento dos seus processos e consideram que a contabilidade gerencial é de suma importância para uma gestão qualificada, a dúvida ou problema que recai é saber se a implementação, o BSC como ferramenta de auxílio gerencial, trará os resultados esperados, para a gestão da organização.

A hipótese que se estabelece neste estudo, direciona para que a aplicação do BSC em uma organização, facilite a identificação do ou dos problemas na contabilidade gerencial, visto que a ferramenta tem como base quatro perspectivas que podem ser traduzidas como setores, o que facilita identificar a origem dos problemas. Será elaborada uma metodologia de consultoria, para que ocorra uma avaliação das perspectivas da ferramenta, trazendo dados e gerando informações financeiras e operacionais, as quais a contabilidade gerencial necessita para tomada de decisão.

> O *Balanced Scorecard* oferece a esses executivos os instrumentos de que necessitam para alcançar sucesso no futuro. Hoje, as empresas competem em ambientes complexos; é fundamental que exista uma perfeita compreensão de suas metas e dos métodos para alcançá-las''. (KAPLAN E NORTON, 1992).

As medidas as quais serão apresentadas ao longo do estudo, serão vistas como chave principal da contribuição que a ferramenta de apoio pode proporcionar. Poderá ser visualizado, de forma clara e prática, que o BSC, assim como as demais ferramentas, são fundamentais para auxiliar em um planejamento contábil.

A temática será apresentada a partir da contabilidade gerencial, verificando o processo do BSC e como esta ferramenta pode auxiliar em análises operacionais, incluindo suas quatro perspectivas e executando-as na prática, como método de apoio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

O surgimento da contabilidade está ligado às primeiras manifestações humanas sociais (comércio). À medida em que o homem começava a obter maiores expansões de negócios e quantidades de valores, causava uma grande preocupação em saber quanto poderia lhe render suas vendas e, qual a forma mais

simples de aumentá-las. Com isso, um pensamento futuro foi o que levou o homem a começar a registrar seus bens, a fim que pudesse conhecer e reconhecer as possibilidades de uso, consumo, produção e etc. (CREPALDI, 2004).

À medida que as operações econômicas se tornam complexas, há necessidade de se ter controles bem definidos. Dentro das escritas governamentais da República Romana (200 a.C.) já se traziam receitas de caixas, as quais eram classificadas em rendas de lucros e, as despesas, compreendidas em itens como perdas. (RICARDO JUNIOR, 2017).

No período medieval (1202-1494) já existiam o que hoje conhecemos como contabilidade, introduzidas por governos locais e até mesmo pela igreja. Porém, foi na Itália, que a partir de 1494, surgiu o ‘’Tratactus de Computis et Scripturis’’, traduzido por Contabilidade por Partidas Dobradas, de Frei Luca Paciolo. Esse surgimento enfatizou que a teoria contábil dos números positivos e negativos eram chamados de débito e crédito (a qual contribuiu para ramos de conhecimento na contabilidade). (RICARDO JUNIOR, 2017).

Após esse período, criou-se a contabilidade do mundo moderno (1494-1840). A partir desse período que surgiu a Obra ‘’La Contabilità Applicatta alle Amministrazoni Private e Pubbliche’’, do autor Francesco Villa, a qual marcou a história da contabilidade. Após isso, no ano de 1840, surgiu a contabilidade, a qual segue até os dias atuais, a contabilidade do mundo científico. (RICARDO JUNIOR, 2017).

Cabe ressaltar, que a contabilidade, sendo uma ciência social, pode ser definida como um conjunto coerente de princípios conceituais e pragmáticos que formam base de referência para investigar a natureza patrimonial. Segundo o 1° Congresso Brasileiro de Contabilidade, a define como ‘’ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativo aos atos e fatos da administração econômica’’. (CREPALDI, 2004).

Diante de tudo que envolve a contabilidade, seu principal objetivo é o estudo do patrimônio e de suas variações, visando fornecer informações que sejam úteis para tomadas de decisões. Essas são alcançadas através de registros, classificações, demonstrações, auditorias, análises e interpretações de todos os

fatos relacionados com suas movimentações, oferecendo resultados sólidos e confiáveis, garantindo um controle da empresa. (CREPALDI, 2004).

Ao se tratar de contabilidade, existem diversos caminhos a serem abordados. Um desses caminhos é a contabilidade gerencial, que por sua vez, tem como um dos seus objetivos, gerar subsídio para que os gestores possam tomar decisões mais assertivas.

Segundo Crepaldi, (2004). a Contabilidade Gerencial é ‘’uma atividade fundamental na vida econômica” ela pode ser definida como o processo que elabora e desenvolve os demonstrativos financeiros, para seus determinados propósitos, os quais servem como instrumentos aos administradores de empresas, para que os auxiliem em funções gerenciais. Ou seja, ela é voltada para uma melhor utilização de recursos econômicos das organizações.

Outro objetivo da contabilidade gerencial é realizar o planejamento e colocá-lo em prática. Em um sentido mais amplo, esse ramo da contabilidade trata-se de realizar coleta, apresentação e interpretação de fatos econômicos, os quais as demonstrações forneceram ao contador responsável. Com isso, usa-se os termos da contabilidade gerencial para descrever atividades dentro das organizações e prestar as informações de forma clara e coerente. (CREPALDI, 2004).

A contabilidade gerencial deve ser segura e objetiva, para que as empresas utilizem suas informações fornecidas, na prática. É nesse aspecto em que ela necessita de vasto conhecimento de finanças, com uma análise voltada em custos. Ou seja, a contabilidade de custos possui como finalidade fornecer informações, orçamentos ou previsões para serem acompanhadas efetivamente dentro da contabilidade gerencial, a qual é fundamental para uma gestão financeira e tomada de decisões. (CREPALDI, 2004).

No entanto, vale ressaltar que a contabilidade gerencial pode ser apoiada por metodologias ou ferramentas gerenciais, que dêem suporte para as tomadas de decisões. Entre as várias ferramentas de gestão, o BSC pode ser uma das mais adequadas para este suporte às decisões empresariais, visto que esta ferramenta dará subsídio em quatro perspectivas diferentes dentro da organização.

O BSC é considerado um indicador como síntese final no desempenho gerencial e organizacional, que engloba medidas mais genéricas, as quais se

relacionam com o desempenho sob a perspectiva lucrativa e de retorno, ambos a longo prazo. De acordo com os autores Norton e Kaplan ‘’medir é importante: ‘o que é medido não é gerenciado’ [...]’’. As empresas necessitam utilizar os sistemas de gestão e medir seus desempenhos decorrentes de estratégias e capacidades, caso queiram sobreviver e prosperar na era atual (KAPLAN; NORTON, 1997).

Em um cenário prático, o BSC pode ser utilizado, principalmente, como um sistema de informação e aprendizagem. Dentro de suas quatro perspectivas, observa-se o equilíbrio do *scorecard* em cumprir seus objetivos planejados, sendo eles a curto ou longo prazo. Embora pareçam complexas, por serem detalhadas, apresentam seus propósitos de forma elaborada e resultam em execuções estratégicas integradas. (KAPLAN; NORTON, 1997).

A primeira das quatro perspectivas do BSC é a financeira. Segundo Kaplan e Norton, (1997) esta perspectiva tem grande valor quando há necessidade de avaliar as consequências econômicas. Sua principal função é analisar o desempenho de lucratividade de uma entidade. Vale ressaltar, que os objetivos financeiros, normalmente estão relacionados ao lucro, como por exemplo, a receita operacional e o retorno sobre o capital.

A segunda perspectiva é a do cliente. Nesta perspectiva se interliga, de certa forma, com a financeira. Através dela é permitido com que os negócios se adaptem às estratégias de clientes e mercados, os quais proporcionarão retorno lucrativo futuro. Ou seja, nessa perspectiva incluem medidas básicas implementadas com o pensamento voltado ao cliente, bem formulada e genérica. (KAPLAN; NORTON, 1997).

Ao analisar a terceira perspectiva é nomeada por Kaplan e Norton (1997) como processos internos. A partir dela chega-se à conclusão de que é feita a partir das duas primeiras perspectivas. Isso ocorre, pois, ao identificar críticas construtivas sobre a empresa, apresenta o impacto na satisfação dos clientes e a consecução dos objetivos financeiros. Contudo, pode-se dizer que nela se destacam os processos que talvez não estejam sendo executados no momento atuante, mas apresenta informações.

A última perspectiva é a de aprendizado e crescimento. O processo organizacional provém de três tópicos principais: pessoas, sistemas e

procedimentos. Sveiby (1998, p. 78) é necessário saber como recrutar funcionários e os desenvolver assim sabendo como motivar e recompensar os mesmos. Se incluem medidas genéricas de resultados, envolvendo a satisfação, retenção, treinamentos e habilidades. Portanto, se identifica como infraestrutura à qual a empresa deve construir para o sucesso a longo prazo, ou seja, presente e futuro.

A perspectiva de aprendizado e crescimento é a principal base para a perspectiva de clientes e processos internos funcionarem, ou seja, sendo a infraestrutura que as outras perspectivas precisam, mostrando a importância do crescimento organizacional dentro de uma empresa e que a empresa não é somente feita por produtos e serviços.

Um dos maiores impactos na gerência da empresa é o recrutamento de seus funcionários, pois com as mudanças as funções que os funcionários tinham se alteraram, precisando que eles sejam analíticos e que entendam o ambiente a qual estão para adquirir informações cruciais no desenvolvimento de novos produtos, processos, entre outros.

A ideia é que a empresa não fique dependente de funcionários chamados por Sveiby (1997, p. 78) de especialistas, são pessoas qualificadas e experientes que solucionam os problemas mais complicados, geram as maiores receitas para a empresa e possuem a mais ampla rede de contato fora da organização, para isso é necessário que a empresa desenvolva estratégias em meio aos recrutamentos, gerenciamento e desenvolvimento voltada ao funcionário.

A visão de suficiência das quatro perspectivas inclusas no BSC, de acordo com Norton e Kaplan (1997, p. 35) se descreve ‘’as quatro perspectivas do *Balanced Scorecard* têm-se revelado adequadas em diversas empresas e setores de mercado, mas elas devem ser consideradas um modelo, não uma camisa de força’’. Portanto, pode-se dizer que o BSC é uma ferramenta, a qual ajuda a esclarecer e obter um consenso em relação à estratégia organizacional e operacional, sempre obtendo um *feedback* para se aprofundar cada vez mais.

Pode-se dizer que a ferramenta já passou por muitos estudos e análises, porém o intuito desse estudo é verificar como funcionaria sua utilização dentro do período em que a sociedade está vivendo atualmente, principalmente no Brasil. Isto

é, envolvendo mudanças tecnológicas, culturais, crises econômicas e, até mesmo, uma pandemia mundial, decorrente do Coronavírus. (NORTON E KAPLAN, 1997).

Esta ferramenta denominada Balanced Scorecard (BSC) surgiu através de um estudo, no ano de 1990, quando o Instituto Norton (de Norlan Norton), patrocinou a pesquisa com diversas pessoas. Esse estudo, nomeado como ‘’*Measuring Performance in the Organization of the Future*’’, foi movido pela principal crença de seus participantes a qual acreditava que ‘’depender de medidas de desempenho consolidadas, baseadas em dados financeiros, estava prejudicando a capacidade das empresas de criar valor econômico para o futuro’’. A partir disso, o estudo teve como líder David Norton, principal executivo de Norlan Norton, e Robert Kaplan, como seu consultor acadêmico (KAPLAN; NORTON, 1997).

Os sistemas de gestão, até então, eram utilizados baseados na era da Revolução Industrial (1760 a 1840). Ou seja, as empresas tinham como intuito facilitar e monitorar a alocação eficiente do capital financeiro e físico, para ter o retorno sobre ele, de forma aplicada. Dessa forma, para ter esse retorno, era necessário criar valor para acionistas, mas também utilizar de recursos internos, tornando tudo mais produtivo e monitorando sua alocação de recursos (KAPLAN; NORTON, 1997).

Várias empresas na época não visavam o externo, ou seja, não existia competitividade nas regiões, trazendo uma certa comodidade ao mercado inserido. Foram atingidos pela lei da oferta e demanda, controlavam o mercado fixando preços calculados sobre investimentos realizados e a base de custo, oferecendo produtos e serviços padronizados (KAPLAN; NORTON, 1997).

Segundo Henry Ford, em uma entrevista da época, utilizou-se da frase “O cliente pode ter o carro da cor que quiser, contanto que seja preto’’, mostrando o quão era controlado o mercado por empresas. Assim como essa transformação, foi preciso oferecer produtos e serviços customizados, trazendo a inovação com custos sem alta variedade e baixo volume de vendas (KAPLAN; NORTON, 1997).

Retornando à pesquisa, em seu decorrer, foram obtidos dados relevantes para modificar a estrutura do modelo que os pesquisadores buscavam. Em sua primeira fase apresentaram ideias como o valor para acionistas, medidas de produtividade e qualidades, entre outros relacionados às empresas. Por

consequência disso, discussões e conclusões em que o grupo obteve como resultados, se transformaram em uma ampliação do *Scorecard*, se transformando no BSC. (KAPLAN; NORTON, 1997).

A nominação surgiu através de seu método, com equilíbrio entre objetivos de curto a longo prazo, medidas financeiras - e não financeiras -, indicadores e, também, a questão interna e externa. O estudo, concluído em meados dos anos 90, trouxe quatro perspectivas a serem analisadas, que são: financeira, do cliente, interna e aprendizado e conhecimento. Pode-se dizer que essas perspectivas, ao se interligarem, obtêm uma série de relações, com causa e efeito, tornando a metodologia como sistema gerencial (KAPLAN; NORTON, 1997).

Em 1993 tornou-se definitiva as estratégias para a elaboração do BSC. As estratégias em si são consideradas consistentes, estabelecendo metas individuais e de equipes, remuneração, alocação de recursos, planejamento orçamentário e um *feedback* de aprendizados estratégicos. Essa evolução repentina transparece aos estudiosos um sistema de gestão completo e inovador, após concluir informações sobre como se construir e implementar ferramentas nas entidades diversas (KAPLAN; NORTON, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se refere ao tema deste artigo é a forma que a ferramenta BSC pode contribuir na contabilidade gerencial. A apresentação dos resultados, ainda em andamento, diante de sua metodologia, aproxima-se em busca de esclarecer afirmativas sobre como ela é capaz de oferecer um suporte necessário para as estratégias de negócios e suas informações gerenciais.



REFERÊNCIAS

BACHTOLD, Ciro. **Contabilidade Básica**.1°ed., Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial – Teoria e Prática**. 3ª ed., Editora Atlas. São Paulo, 2004.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A Estratégia em Ação:** Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SAMPIERI R.H; COLLADO C. F; LUCIO M. P. B, **Metodologia de Pesquisa.** São Paulo: Copyright, 2013.

DESLAURIES, Jean-Pierre. **A pesquisa qualitativa: Enfoque epistemológico e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO PARA ESTUDANTES SURDOS DO ENSINO REGULAR

SOUZA, Ana de Freitas[1]
afsouza1@fag.edu.br
Orientador: MOURA, Maria Lourdes de
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A proposta de letramento para o ensino da Língua Portuguesa como L2 aos estudantes surdos está ganhando campo pelos pesquisadores da educação dos surdos no Brasil. Esta proposição vem ao encontro da proposta de educação bilíngue, que visa ensinar a Língua Portuguesa como L2, modalidade escrita. O letramento, de acordo com Soares (1998) é uma metodologia que ultrapassa as habilidades de codificação e decodificação de signos e pressupõe usos de leitura e escrita, práticas estas urgentes no momento atual. Para o estudante surdo, o contato com o letramento, portanto, abre um caminho que facilitará o aprendizado do português escrito, bem como de novos sinais, pois através do conhecimento dos textos sociais que circulam no seu cotidiano o aluno terá a possibilidade de sanar dúvidas e questionamentos acerca de palavras ou frases desconhecidas por ele, levando-o a interpretação e compreensão do texto. Este estudo, portanto, será elaborado a partir da modalidade de pesquisa bibliográfica que constitui os procedimentos básicos para os estudos através de acessos a materiais publicados em livros, artigos, dissertações, e outros, que abordam o contexto do ensino da língua portuguesa a partir das práticas de letramento. Assim sendo, estima-se que esse trabalho auxilie nas sugestões das práticas de ensino da Língua Portuguesa para estudantes surdos, por parte dos professores e profissionais dessa área.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Práticas de Letramento; Ensino da Língua Portuguesa

[1] Acadêmica do curso de Letras – Língua Portuguesa e Libras Faculdade Assis Gurgacz.



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa intitulada “O ensino da Língua Portuguesa a partir das práticas de letramento para estudantes surdos do ensino regular” procura analisar a aprendizagem da Língua Portuguesa por parte de alunos surdos, no contexto das escolas inclusivas do Ensino Fundamental e Médio. A análise tem como ponto de reflexão a forma de aprendizagem da Língua Portuguesa pelo estudante surdo, como sendo sua segunda língua. Quais as dificuldades que ele encontra nesse processo, haja vista, a metodologia e a concepção de linguagem a seguir de certa maneira, o proposto para estudantes ouvintes. Nessa direção, a discussão objetivou refletir sobre como a proposta do letramento direcionada para surdos, proporciona um aprendizado da Língua Portuguesa com mais significado e de forma mais prazerosa.

Nesse sentido, é importante destacar que as pessoas surdas são usuárias de um código linguístico diferente dos ouvintes, pois têm como primeira língua oficial a Língua Brasileira de Sinais - Libras, reconhecida e oficializada no território brasileiro desde 2002, e como segunda língua, a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita e leitura.

O processo de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, para os surdos, acontece de forma natural, no entanto, o aprendizado da segunda língua – Língua Portuguesa, ler e escrever não ocorre naturalmente. Por isso, é importante para o desenvolvimento e conhecimento de mundo desse estudante, que ele tenha domínio da Língua de Sinais, pois ao desenvolver com propriedade a primeira língua, consegue se comunicar e assim questionar, participar e interagir com as pessoas que integram o seu meio social, como o professor, pais e outros Surdos, o que consequentemente terá subsídio de sua língua natural para o aprendizado da segunda língua.

Assim sendo, este estudo se justifica pela necessidade que ainda se faz presente, em os sistemas educacionais dispor de estratégias para um ensino de Língua Portuguesa que realmente faça a diferença no entendimento dessa segunda língua para o estudante surdo.

Dessa forma, a elaboração da presente pesquisa tem por método a modalidade de pesquisa bibliográfica em que constitui os procedimentos básicos para os estudos através de acessos a materiais publicados em livros, artigos, dissertações, teses e outros que discutem esse tema.

A indagação principal deste trabalho é: Como o processo de letramento pode contribuir no aprendizado da língua portuguesa por parte do estudante surdo do ensino regular? visto que ler e escrever são processos de aprendizagem importantes para a inserção da criança ou adolescente na sociedade atual, e ao iniciar os estudos nas salas de aula do ensino regular, o aluno traz consigo uma bagagem de experiências adquiridas em seu meio social de convívio, que, na escola, são aperfeiçoadas e complementadas com o aprendizado sistematizado dos saberes.

Esse estudo tem por objetivo, portanto, refletir sobre o ensino da Língua Portuguesa a partir das práticas de letramento para estudantes surdos, observando quais práticas pedagógicas são adotadas para o ensino dessa língua, no cotidiano das escolas inclusivas, e apresentando possíveis caminhos para práticas de ensino da L2, a partir de recortes das comunicações mais significativas do dia a dia dos estudantes surdos que poderão ser trabalhadas em salas de aula.

1 Breve histórico da implementação das instituições que contribuíram para a educação dos Surdos

A história da educação dos surdos está em constante evolução. Foi marcada por várias mudanças, por momentos turbulentos, como também por realizações e conquistas. Nos anos de 1500 a Europa começa a dar seus primeiros passos na educação de surdos, que influenciaram nas práticas educacionais de outros países. Segundo Goldfeld (1997, p.25), “[...] o monge beneditino espanhol, Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584), ensinou quatro surdos, filhos de nobres, a falar grego, latim e italiano, além de ensinar-lhes conceitos de física e astronomia”. Posteriormente, Pedro De Leon criou um método de educação de surdos que utilizava o alfabeto manual a escrita e a oralização, e além disso, criou uma escola de professores para surdos.

Segundo Alberto López (EL PAÍS, 2018), o pedagogo francês, Charles Michel de l'Epée é considerado o pai da educação pública para surdos. De l'Epée criou um método sistemático e um alfabeto manual para ensinar os surdos, que décadas depois de sua morte foi adaptado para a Língua de Sinais Americana. O professor francês começou a ensinar duas irmãs surdas em Paris, utilizando sinais manuais que substituíram os sons do alfabeto, e os resultados foram muito bons, com isso, comprovou que era possível ensinar os surdos com uma linguagem gestual. Em 1755, de l'Epée fundou o "Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris", e instrui inúmeros professores para ensinar os surdos, através do ensino religioso. Antes de sua morte em 1789, l'Epée já tinha fundado 21 escolas para surdos na França e na Europa.

No Brasil, a educação de surdos inicia-se em 1857, ocasião em que Dom Pedro II convidou Ernest Huet, professor surdo francês que veio ao país com o objetivo de educar estudantes surdos que aqui se encontravam e na sequência de suas atividades, funda, em 26 de setembro de 1857, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, na cidade do Rio de Janeiro, conhecido atualmente por Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Inicialmente, o instituto também era um asilo voltado para meninos, porém, com o passar dos anos, as meninas também puderam frequentar. Strobel (2009) relata que o professor Ernest Huet teve grandes dificuldades para lecionar no instituto, pelo fato de que as famílias brasileiras não reconheciam o professor como cidadão e não confiavam em seu trabalho pedagógico, devido a isso, ele atendeu inicialmente poucos alunos. O Instituto Nacional de Surdos-Mudos foi a única escola em nível federal existente no Brasil, por conseguinte, durante muito tempo o Instituto era o único local que os médicos e outros profissionais encaminhavam os surdos diagnosticados.

Em 1880, ocorreu o fato que selaria por quase cem anos um triste destino para os surdos da Europa e de outras partes do mundo, o Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão, na Itália. Através de votação, o método oral foi considerado o mais adequado a ser adotado pelas escolas surdas, proibindo o uso da língua de sinais, inicialmente com a justificação de que a língua de sinais destruía

a capacidade oral dos surdos, alegando que os surdos eram “preguiçosos” para falar, preferindo usar a língua de sinais.

O congresso de Milão foi organizado e conduzido por vários especialistas ouvintes na área da surdez. Dos 164 representantes, somente cinco votaram contra o oralismo puro, pois todos os demais eram defensores da prática, negando a participação e votação de todos os professores surdos.

No Brasil, em 1977, foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos - Feneida, com o objetivo de representar todos os interesses das pessoas surdas do país. Mas a organização da Feneida era composta somente por ouvintes, que julgavam os surdos de serem incapazes de coordenar a organização responsável pela luta de seus direitos, porém essa comissão, composta apenas por ouvintes não era capaz de identificar e atender as necessidades do povo surdo.

No ano de 1983, foi criada uma Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, os quais lutavam para poderem participar das decisões da Feneida e, após muita luta e insistência, a Comissão conquistou a presidência da Feneida. Em 16 de maio de 1987 foi realizada uma Assembleia Geral que reestruturou o estatuto da instituição, surgindo a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis, que tem por objetivo defender os direitos e garantir maior inclusão dos surdos na sociedade.

Em 24 de abril de 2002, o Congresso brasileiro sancionou a Lei da Libras, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais legalmente como meio oficial de comunicação. O presidente da república, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, DECRETA:

> Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p. 1)

Atualmente o atendimento aos surdos, na maior parte do Brasil, se encontra em uma condição que reconhece o sujeito surdo, sua língua e sua cultura. A partir da proposta de Educação Bilíngue, garantindo a atuação de profissionais intérpretes de Libras em todas as escolas públicas e privadas, fazendo a interpretação da língua de sinais para o português e desta para a língua de sinais. Esses e outros direitos ganharam mais legibilidade a partir do Decreto nº 5.626, assinado em 22 de dezembro de 2005, o qual determina a inserção da Libras – Língua Brasileira de Sinais - como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores na rede pública e privada do Brasil, a fim de obter uma melhor qualificação para o ensino dos surdos, os quais por muitas vezes foram prejudicados na progressão de ensino pela ausência de um processo escolar de acordo com suas necessidades linguísticas.

2. A Língua Brasileira de Sinais e seus aspectos linguísticos

Segundo Saussure (1916), a linguagem é uma faculdade humana, uma capacidade que os homens têm para produzir, desenvolver e compreender a língua e outras expressões simbólicas. A língua de sinais abrange diferentes aspectos, pois, ao mesmo tempo, ela é física, fisiológica e psíquica. Já a língua é uma parte definida e essencial da faculdade da linguagem. De acordo com Saussure, a língua é um produto social da faculdade de linguagem, um conjunto de convenções necessárias, estabelecidas e adotadas por um grupo social.

Por muito tempo, a língua de sinais era designada por linguagem de sinais, mas a partir de estudos, com base nos conceitos de língua e linguagem definidos por Saussure, no ano de 1960 o linguista William Stokoe sistematizou a Língua de Sinais, comprovando que há a presença de todos os critérios linguísticos, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar infinitas sentenças, passando-se a considerar a língua de sinais, uma língua natural.

De acordo com (QUADROS, 2004), Stokoe utiliza o termo “quirema” às unidades que formam os sinais, e “quirologia” para definir as combinações dessas unidades. Ao comprovar que a língua de sinais é uma língua natural, William Stokoe e outros pesquisadores começaram a usar os termos fonema e fonologia nos

estudos linguísticos da língua de sinais. Para Quadros (2004, p.47), a fonologia é o ramo da linguística que tem por objetivo identificar e organizar a estrutura dos constituintes fonológicos, primeiramente definindo as unidades mínimas que formam os sinais e em seguida estabelecendo os possíveis padrões de combinação entre essas unidades e as possíveis variações no aspecto fonológico.

Primeiramente, Stokoe sistematizou em sua pesquisa a decomposição dos sinais em três parâmetros: a Configuração de Mão, Movimento e Locação. A Configuração é a forma que a mão assume durante a realização do sinal. A Língua Brasileira de Sinais é composta por 46 configurações de mão diferentes, conforme Ferreira-Brito, descritas a partir de dados reunidos nas principais capitais brasileiras. O Movimento recebe este nome, pois se refere à forma que as mãos se movimentam durante a execução dos sinais, e é classificado em diferentes tipos de direcionalidade, maneiras e frequência do movimento. Por final, a Locação (ou ponto de articulação) que é o espaço do corpo onde o sinal é realizado.

Após Stokoe ter iniciado os estudos, outros pesquisadores também iniciaram a pesquisa sobre os aspectos linguísticos da Língua de Sinais e posteriormente foram constituídos outros dois parâmetros, a Orientação da Mão e as Expressões facial e corporal ou sinais não manuais.

Portanto, a Língua Brasileira de Sinais, apresenta uma estrutura linguística como qualquer outra língua, e, por este motivo foi legitimada pela Lei Federal nº 10.436, de 2002, como forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Desta forma, a Língua Brasileira de Sinais possui uma estrutura linguística, que é utilizada no espaço-visual e é composta por percepção visual e gestual; expressão corporal e facial, classificadores que podem ser de tamanho, forma, semântico, instrumental, plural, entre outros, além de alterações de dialeto de acordo com as regiões do país, resultando em variações linguísticas, tanto lexicais como regionais, no uso dos sinais.

3 A inclusão dos estudantes surdos e a legislação que ampara esse processo na educação brasileira

Após anos de luta, a comunidade surda conseguiu o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação dos surdos, a Lei nº 10.436 que reconhece a Libras como língua oficial dos surdos pela primeira vez. Tal feito foi um marco importante na educação dos surdos. No ano de 2005, quando a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626, se estabeleceram inúmeras orientações sobre os direitos dos surdos terem acesso à educação bilíngue de qualidade.

A inserção dos alunos com necessidades especiais no ensino regular acontece há algumas décadas no Brasil, e todos os surdos têm o direito de serem acompanhados por um profissional Intérprete da Língua Brasileira de Sinais na sala de aula. Há também a proposta do acompanhamento por professores especializados para ajudá-los a tirar suas dúvidas ou dificuldades de aprendizado na sala de recursos, em horários de contraturno do ensino regular, na escola em que frequentam. O princípio fundamental da escola inclusiva é que todos os alunos aprendam juntos, independente das necessidades, dificuldades e diferenças.

Entretanto, apesar das Leis que vigoram no ensino inclusivo dos alunos surdos, há muitas dificuldades em relação a ambas as línguas, por parte do professor ouvinte, que na maioria, desconhece a língua de sinais, e por parte do surdo que apresenta muita dificuldade no aprendizado da Língua Portuguesa, na modalidade escrita. Infelizmente, ainda na atualidade, muitos professores não estão preparados para o atendimento do estudante surdo nas salas de aulas de escolas inclusivas.

O estudante surdo necessita de uma metodologia visual para o aprendizado dos conteúdos e o que ocorre na maioria das vezes são aulas apresentadas com metodologias direcionadas para estudantes ouvintes e essa prática dificulta muito o aprendizado do mesmo.

Nesse sentido, observam-se muitos aspectos no ensino aprendizagem que diferem dos ouvintes para os surdos, desde a metodologia, o tempo para a realização das atividades propostas e as adaptações dos conteúdos. Estas e outras

questões precisam ser consideradas para se desenvolver um ensino de qualidade para os surdos nas escolas inclusivas.

De acordo com Fernandes (2012), a “inclusão é um processo mediante o qual uma escola se propõe a acolher todos os alunos levando em consideração sua organização e proposta curricular”. O papel da inclusão é incluir o sujeito de maneira que haja respeito à língua, a cultura e diferentes identidades que compõem uma sala de aula, buscando o melhor para os alunos, produzindo um ensino de qualidade para todos.

Para que haja resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem, é necessário explorar talentos e qualidades, atualizar possibilidades, impulsionar e desenvolver predisposições naturais de cada aluno. E, para que isso aconteça, a escola deve realizar uma análise enquanto instituição social, quanto aos seus objetivos, metodologias e estratégias pedagógicas que são utilizadas para promover a aprendizagem dos estudantes surdos. Primeiramente, reconhecendo e adquirindo o uso da Língua Brasileira de Sinais para a comunicação, visto que os educadores reconhecem a importância da Libras para o desenvolvimento linguístico do aluno surdo.

3.1 A Educação Bilíngue no Ensino Regular

A proposta educacional através do ensino bilíngue visa capacitar o aluno surdo para o uso das duas línguas: Língua Brasileira de Sinais na modalidade visuogestual e Língua Portuguesa na modalidade escrita. Essa proposta educacional começou a se estruturar a partir do Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº10.436/2002, capítulo VI, artigo 22, que determina para a organização da inclusão escolar de alunos surdos:

> I – escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
> II – escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos,

bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.

O Decreto determina que toda criança surda possua o direito de crescer bilíngue, fazendo o uso da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa de maneira escrita, atingindo suas capacidades cognitivas, linguísticas e sociais. Segundo (GROSJEAN, 1982, p.23), a criança surda deve iniciar o aprendizado da sua língua natural o mais cedo possível, desenvolvendo habilidades e adquirindo ao máximo de conhecimento sobre sua língua e sua participação social no meio de convívio. Porém, não é isso que acontece com a maioria das crianças surdas filhas de pais ouvintes, pois pelo motivo dos pais não terem o contato com a língua de sinais, acabam utilizando gestos naturais e caseiros para se comunicar com a criança, dificultando o aprendizado da língua natural do surdo.

Segundo Sánchez (2002), o bilinguismo para os surdos, deve admitir a introdução plena à Língua Brasileira de Sinais como primeira língua, desempenhando o papel de elemento fundador ao acesso de conhecimento e construção de sentidos. Nesse sentido, deve haver a reestruturação da educação bilíngue de maneira que possa garantir ao aluno surdo o acesso a todos os conteúdos escolares em sua própria língua, utilizando-a como instrumento de todas as relações sociais no processo de ensino-aprendizagem, como primeira língua e Língua Portuguesa como L2, na modalidade escrita.

Dessa forma, o bilinguismo para os surdos não deve ser denominado apenas pelo reconhecimento e aceitação da língua de sinais, mas também deve ser reconhecido e aprofundado no processo de aprendizagem do aluno surdo. Uma das metodologias que tem se mostrado bastante adequada às necessidades dos surdos, no aprendizado da Língua Portuguesa, é o letramento, o qual possibilita o ensino da L2 de maneira que faça mais sentido ao estudante, com recortes de suas práticas diárias, no uso da língua alvo. Nessa direção, o aprendizado do português, por parte do estudante surdo, passa a ter mais sentido.

3.2 Ensino da Língua Portuguesa como L2 a partir das Práticas de Letramento

A proposta de letramento para o ensino da Língua Portuguesa como L2 aos estudantes surdos está dentre as mais utilizadas e aprofundadas pelos pesquisadores da educação dos surdos no Brasil e vem ao encontro da proposição de educação bilíngue, que visa ensinar a Língua Portuguesa como L2, modalidade escrita.

Ao iniciar o contato com a Língua Portuguesa, os surdos necessitam do uso de uma linguagem visual para que possam interagir e construir significados, e neste processo, é crucial o ato de registros de pensamentos por escrito em materiais como cadernos, apostilas e quadros, praticando o ato de utilizar a segunda língua na modalidade escrita. É importante considerar a presença de materiais variados e principalmente visuais em uma sala de aula que é composta por alunos surdos e ouvintes, no contexto de inclusão.

Nesse sentido, o papel do professor e a forma de mediação de conhecimento são aspectos fundamentais para o processo de letramento, pois o educador realizará a mediação no processo de leitura de textos realizados pelos alunos.

Nas práticas do letramento, o professor irá construir pontes de significados entre o conhecimento prévio do aluno e o intertextual presente no texto, realizando a exploração visual do mesmo, a contextualização e produção de sentidos, os qualificando em diferentes gêneros discursivos situados em diferentes contextos sociais. De acordo com Lodi, a importância da compreensão, no ato de ler, por parte do estudante surdo, é fundamental para entender a L2.

> Reconhece-se ainda que a leitura da linguagem escrita da língua portuguesa antecedendo práticas de produção escrita nesta língua determinou que as crianças se apropriassem das formas da segunda língua e dos processos discursivos que a constitui em sua dinâmica viva, fato que, espera-se, venha a possibilitar o estabelecimento de uma relação com o português que os permita refletir sobre outras leituras, que lhes dê novas possibilidades de dizer nesta outra língua, não como algo pronto e fechado, mas como um processo que envolve a construção de sentidos em uma língua que não é a constitutiva das crianças (LODI, 2004, p. 14).

O objetivo das práticas de letramento, portanto, é utilizar os diferentes tipos de linguagem verbal e visual para a construção efetiva do conhecimento da Língua Portuguesa. As múltiplas formas de linguagens e gêneros discursivos existentes em diferentes veículos de comunicação propiciam a interação e exploração visual e para

que haja a possibilidade de construção de ideias, é importante que esses textos tenham uma clareza conceitual, de modo que conduza ao letramento visual.

Segundo Soares (1998), o letramento precisa ser usado de maneira eficiente na educação dos surdos, pois dá prioridade à língua de sinais em todas as situações, sendo a Língua Portuguesa escrita ensinada como segunda língua. A prática do letramento faz uso de (imagens, gravuras) nos textos fazendo com que a leitura torne-se interessante e de fácil compreensão, pois dessa maneira, o aluno não-ouvinte poderá visualizar não só o texto, mas o que as imagens representam e quais os significados das palavras em diferentes contextos, e a partir disso surgirão várias interpretações.

A partir do letramento, o surdo passará a compreender a L2 na modalidade escrita, uma vez que, a sua produção textual será diferente dos ouvintes, haja vista, a gramática da Libras não seguir as mesmas regras do português. A este respeito Quadros afirma que:

> Atualmente a aquisição do português escrito por crianças surdas ainda é baseada no ensino do português para crianças ouvintes que adquirem o português falado. A criança surda é colocada em contato com a escrita do português para ser alfabetizada em português seguindo os mesmos passos e materiais utilizados nas escolas com as crianças falantes de português. Várias tentativas de alfabetizar a criança surda por meio do português já foram realizadas, desde a utilização de métodos artificiais de estruturação de linguagem até o uso do português sinalizado (QUADROS, 2006, p.23).

Nessa direção, Quadros (2006), sugere que as instituições de ensino valorizem a libras em seus currículos, dando oportunidade de ensino diferenciado (bilíngue) para os surdos, a fim de que eles possam assumir suas identidades. Propõe-se que seja substituído o método do oralismo, voltado exclusivamente à educação de estudantes ouvintes, pelo letramento bilíngue, desta maneira, o estudante surdo aprenderá melhor por meio do visual.

Conforme Botelho (2002), o letramento bilíngue para alunos surdos baseia-se no uso constante de imagens, visto que o surdo é um sujeito visual, assim, a compreensão do português escrito parte do aspecto visual da escrita, ou seja, a imagem acompanhada da palavra. A partir deste momento, ocorre a necessidade da utilização de práticas discursivas, para que o surdo obtenha suas próprias práticas e que gerem significado através da linguagem que este sujeito exerce.

Para que haja êxito no aprendizado do aluno surdo, o professor que trabalha com as práticas de letramento, poderá utilizar diversos recursos e materiais escritos a fim de que esse aluno seja incentivado na leitura e na escrita, ou seja, dentro da prática do letramento o docente poderá fazer uso de livros ilustrados, DVDs, materiais concretos, dicionários entre outros. Botelho (2002) afirma que:

> Muitos surdos desenvolvem práticas de leitura e de escrita, e seus resultados constituem indicativos de letramento escolar, com maiores competências para ler e escrever em diferentes graus, permitindo-lhes usar socialmente a leitura e a escrita e servir-se delas para finalidades individuais e sociais. Os surdos que não estão imersos em tais práticas pouco usam socialmente a leitura e a escrita, apresentando outros resultados (BOTELHO, 2002, p. 66).

Conforme a autora, a prática do letramento dentro da sala de aula, a leitura e a escrita se tornarão mais prazerosas, pois a comunicação é feita em língua de sinais deixando o aprendiz mais seguro. Outra razão é que o aluno poderá fazer correlações com o que foi aprendido dentro da sala de aula e com o próprio meio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo demonstrar o quanto a pessoa surda pode se desenvolver quando o ensino da Língua Portuguesa se faz a partir de metodologias visuais. Além do mais, o ensino feito através da Libras, possibilita aos estudantes surdos um aprendizado mais claro da Língua Portuguesa – modalidade escrita, principalmente se esta for trabalhada a partir das práticas de letramento, com intuito do ensino em um contexto bilíngue, em que poderá interagir através de sua língua natural, possibilitando-lhe mais segurança e autonomia na interação social com os demais.

Há necessidade de os educadores ouvintes perceberem que a língua de sinais adquire a mesma eficácia para o surdo quanto a língua oral para o ouvinte. O sujeito surdo desenvolve a língua de sinais como a língua natural e primeira, e a partir desta o desenvolvimento no ensino aprendizagem a Língua Portuguesa na modalidade escrita, que pode ser entendida como a segunda língua para os surdos.



No ambiente bilíngue os profissionais não se limitam apenas em uma cultura ou uma identidade, mas em ambas as línguas. O profissional, no ambiente bilíngue de Língua de Sinais e Língua Portuguesa tem preferencialmente a graduação em Letras/Libras, tendo fluência em Libras.

Além dos professores também outros profissionais devem obter conhecimento da língua de sinais, para que consigam uma comunicação com os alunos e professores surdos, obtendo uma boa comunicação entre as duas culturas.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos.** Ideologias e práticas pedagógicas. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

BRASIL. **Congresso nacional**. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 12 abr.

BRASIL. **Congresso Nacional**. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002 Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 18 abr. 2021

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos** [livro eletrônico] - Curitiba: InterSaberes, 2012.

GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Socio-interativa.** São Paulo: Plexus, 1997.

GROSJEAN, F. **Life with two languages: an introdution to bilingualism**. Harvard University Press, 1982.

LÓPEZ, Alberto. **Charles Michel de l'Epée, o pai da educação pública para surdos.** Editora El País, **2018** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279_562860.html. Acesso: 21 mar. 2021.

QUADROS, Ronice Muller de. **Estudos surdos I. Petrópolis -** RJ: Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de**. O tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SÁNCHEZ, C. **Os surdos, a alfabetização e a leitura: sugestões para a desmistificação do tema**. Mimeo, 2002.

SAUSSURE, F. de (1916). **Curso de lingüística geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.

SOARES, Magda. **Letramento. Um olhar em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.


SOFT
SKILLS



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A INCOERÊNCIA EM REDAÇÕES DO ENEM DECORRENTES DO MAU USO DE OPERADORES ARGUMENTATIVOS

FRONER, Liara Maria - Autor 1
MEIER, Lucas Muriel - Autor 2
CHERON, Michele Ferroldi - Autor 3
MARTINS, Vanessa P. Camargo - Autor 4
masfrpner@minha.fag.edu.br
mfcheron@minha.fag.edu.br
lmmeier@minha.fag.edu.br
vpcmartins@minha.fag.edu.br
Orientador: COTTICA, Angela Maria
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O artigo traz como tema principal, a falta de coerência nas redações realizadas no enem, a partir do mau uso dos operadores argumentativos. A dificuldade em manter a lógica ou uma sequência de ideias em um texto, ocorre em grande parte pelo uso inadequado dos conectivos, resultando na falta de coesão e podendo mudar a ideia pretendente a ser mostrada. Com o intuito de elencar os erros de coerência causados pela má utilização dos operadores argumentativos cometidos nas redações do Enem, será listado os tipos de operadores e alguns exemplos, juntamente com trechos de redações mostrando equívocos cometidos durante a produção. Emergência de um olhar complexo que surge principalmente no contexto em que a educação peca ao passar a importância dos critérios avaliativos do Enem.

Palavras-chave: Operadores argumentativos. Redações do Enem. Utilização adequada.



INTRODUÇÃO

O trabalho proposto refere-se a uma discussão teórica a respeito do uso equivocado e errôneo dos operadores argumentativos. Trata-se de uma exposição e análise de uma redação apontando quais os erros e o porquê são considerados e classificados como errados. A importância de que os elementos estejam corretos, se dá através da proposta do Enem que possui uma estrutura clara e objetiva.

As enunciações e contribuições utilizadas são de Bakhtin, sendo possível compreender a relação complexa entre texto e educação, com destaque para um olhar complexo sobre o enunciado.

Logo, este artigo é um convite para um olhar teórico a partir das contribuições da complexidade referente aos operadores argumentativos. Visto que, os alunos possuem muitas dúvidas e dificuldades acerca do assunto.

A pesquisa que serve como base para este trabalho possibilita uma articulação entre as concepções sobre a utilização dos operadores argumentativos em análises particulares nas redações do Enem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A princípio, as redações do Enem apresentam uma estrutura objetiva, sendo reconhecida e validada pelo MEC (Ministério da Educação). Desse modo, a problematização se dá em sua estrutura incoerente em relação aos textos elaborados pelos alunos e a proposta solicitada.

Segundo Bakhtin (p. 92 TEXTO COMO ENUNCIAÇÃO):

> “texto é todo sistema de signos cuja coerência e unidade se deve à capacidade de compreensão do homem na sua vida comunicativa e expressiva. O texto não é uma coisa sem voz; é, sobretudo, ato humano, “diz respeito a toda produção cultural fundada na linguagem (e para Bakhtin não há produção cultural fora da linguagem)”.



Conforme exposto, o texto em si enuncia que a linguagem e a língua fazem parte do processo cultural dos seres humanos. Sendo assim, ao realizar uma produção textual argumentativa ou dissertativa, é importante considerar os operadores argumentativos como elementos fundamentais.

Tal como, conjunções subordinativas e coordenativas utilizados erroneamente e equivocadamente. As principais funções dos operadores argumentativos são: reforçar argumento para uma mesma conclusão, somar argumentos para uma mesma conclusão, introduzir conclusão relacionada ao argumento anterior, introduzir argumentos alternativos que levam a conclusões opostas ou alternativas, estabelecer relação de comparação para determinada conclusão, introduzir uma explicação, contrapor argumentos de conclusão contrária, introduzir conteúdos pressupostos, entre outros.

Assim como as funções possuídas pelos operadores, também podem ser divididos em alguns grupos, sendo eles:

- Reforço argumentativo: “até”, “mesmo”, “até mesmo”, “inclusive”.
- Soma de argumentos: “e”, “também”, “ainda”, “não só”, “mas também”, “acrescenta-se”, “adicionalmente”, “ademais”, “além disso”, “a mesma maneira”.
- Introdução de conclusão: “portanto”, “logo”, “pois”, “diante do exposto”, “desta forma”, “em resumo”, “por conseguinte”, “a seguir”.
- Introdução de conclusões opostas: “ou”, “ou então”, “quer isso… quer aquilo”.
- Comparação entre argumentos: “mais que”, “tão… como”.
- Introdução de explicação: “porque”, “já que”, “pois”, “isto é”, “assim como”, “no caso”, “prova disso”, “para isso”, “em consequência”, “isto acarreta”.
- Contrapor conclusão contrária: “mas”, “porém”, “contudo”, “todavia”, “embora”, “ainda que”, “posto que”.
- Introdução de pressupostos: “já”, “ainda”, “agora”.
- Indicativo de finalidade: “a fim de que”, “visando”.
- Indicação de conformidade ou voz de autoridade: “segundo”, “conforme”, “de acordo com”, “como salienta”, “como considera”.

- Marcação temporal: “à medida que”, “a princípio”, “na mesma época”, “à época”, “anteriormente”, “posteriormente”.

Além disso, ao ocupar diferentes espaços no texto, seu sentido completo se dará ao decorrer da explicação da frase e seu contexto. Desse modo, a argumentação desenvolve-se completamente com o uso correto dos operadores argumentativos.

O mau uso dos operadores argumentativos, resulta na falta de coesão, possibilitando um desentendimento entre frases ou deixando-as soltas no meio de um texto como um todo. A coerência é outro item de total importância para um texto, pois ser ou não coerente, é o que define se a mensagem apresentada foi entendida pelo leitor da forma que deveria. A falta dos operadores argumentativos, ou se usados de forma errada, podem diminuir a capacidade de compreensão da mensagem ou distorcê-la, comprometendo o sentido do texto, apesar de não necessariamente perder a coerência, pois ele ainda pode continuar inteligível mesmo sem ser coeso ou repleto de conectivos.

> Se é verdade que a coesão não constitui condição necessária nem suficiente para que um texto seja um texto, não é menos verdade, também, que o uso de elementos coesivos dá ao texto maior legibilidade, explicitando os tipos de relação estabelecidas entre os elementos linguísticos que compõem.Assim, em muitos tipos de textos- científicos, didáticos, expositivos, opinativos, por exemplo- a coesão é altamente desejável, como mecanismos de manifestação superficial da coerência (KOCH,2009, p. 18).

Neste trecho percebe-se que em muitos tipos de textos a coesão é importante, pois ela tem a ver com a continuidade e a ligação linguística entre os elementos do texto para que exista coerência. Já em outros, os elementos coesivos não estão explícitos, mas ainda assim podem ser considerados um texto.

Existem diversos tipos de coerência, porém a que está diretamente ligada aos operadores argumentativos, é a coerência sintática. Ela se relaciona diretamente com o conhecimento linguístico dos usuários, com o uso adequado das estruturas linguísticas, por exemplo, o emprego dos conectores. Destaca-se também os recursos coesivos (pronomes, sintagmas nominais referenciais definidos e



indefinidos, conectores) que contribuem para a coerência sintática (e também semântica) do texto.

A incoerência sintática procede, entre outras causas, de estruturas sintaticamente ambíguas, uso inadequado de conectores e repetições desnecessárias. Alguns exemplos são: o uso do “e” em frases cujo significado era para ser de oposição, o “mas” utilizado como adição e não como contradição, entre outros erros.

Esses e outros tipos de erros sintáticos são bastante frequentes no dia a dia das pessoas, e caso não corrigidos ou policiados, acabam por se repetirem na escrita. Esse é o problema de muitos estudantes, que ao escreverem suas redações do ENEM, esquecem-se ou erram ao utilizarem os operadores argumentativos. Não apenas são penalizados pelos erros de coesão, mas correm o risco de deixarem o texto, ou parte dele ilógico. Esse problema abrange vários sentidos, desde deixar frases soltas sem sentido algum ao texto por não terem seus conectivos corretos, ou por usarem um que indica a uma direção oposta à qual se almejava, podendo mudar o rumo de mais de uma única oração.

A maioria desses erros não tiram a capacidade de compreensão da redação, apenas são palavras em lugares das quais não condizem com seu significado. Contudo, somente com a repetição constante dessas discordâncias, o aluno acumula diversos descontos em sua pontuação final.

Exemplo de Redação Nota Baixa:

O futuro repetindo o passado

Já não existe adolescente como (havia) meio século atrás, **donde** (*quando)* **a lei** (qual?) era mais rigorosa, (e havia?) pais possessivos, com (o) dom de atribuir regras a serem cumpridas. A lei (A lei, por exemplo,) que tinha como, castigo a não liberdade de diversão.

Ao decorrer (*Entretanto ao decorrer dos anos)*, os jovens foram se entregando inteiramente ao mundo, *(recorrendo)* **recolhendo** não só a parte suja que ele oferece.



(Mas também a beleza que ele oferece) **Mundo também é vida**, ensina um jovem **a lhe dar** (lidar?), nos momentos de franqueza e de tristeza, oferece uma grande liberdade de expressão e alegria. *(Pois)* Ninguém se conhece quando não conhece o mundo.

O futuro repete o passado, recordações que muitas vezes trazem leis que lembram os tempos em que pouco se tinha liberdade e expressão. Um jovem não só precisa do mundo como também necessita de seus conhecimentos.

(Portanto) A falta de liberdade fere toda uma geração, que não saberá como lhe dar (lidar) nos momentos de sufoco e tristeza.

Na redação acima, as palavras em negrito destacam alguns erros gramaticais, principalmente aos operadores argumentativos, na qual o uso incorreto ocasiona falta de coerência no texto. Já as palavras em itálico expõem alguns desses operadores que poderiam ter sido usados nessa redação, para que a utilização se encontre corretamente.

Exemplo de Redação nota mil:

O conceito “cidadania multiladas”, do geógrafo brasileiro Milton Santos, explicita que a democracia só é efetiva quando atinge a totalidade do corpo social. A partir dessa perspectiva, é possível observar que a realidade contemporânea brasileira se distancia desse ideal democrático, **uma vez que** inúmeros indivíduos ainda permanecem em uma situação de invisibilidade acarretada pela ausência do registro civil - **o qual** atua como uma ferramenta de garantia de acesso à cidadania no país. Desse modo, é essencial analisar os principais propulsores desse contexto hostil: o descaso governamental e a falta educacional.

Sob esse viés analítico, é importante destacar, a princípio, que a inoperância estatal é um fato preponderante para a ocorrência dessa problemática. Esse cenário decorre do fato **de que**, assim como pontuou o economista-americano Murray Rothbard, uma parcela dos representantes governamentais, ao se orientar por um viés individualista e visar um retorno imediato de capital político, negligencia a



conservação de direitos sociais indispensáveis, como a garantia de registro civil. Em decorrência dessa indiligência do poder público, cria-se um ambiente propício para a precarização infraestrutural de locais especializados no aporte de documentação pessoal - materializada na carência de cartórios, sobretudo, em regiões mais afastadas dos centros urbanos. Logo, é notório que a omissão do Estado perpetua o deficitário acesso à cidadania.

Além disso, é válido ressaltar que a lacuna no sistema de educação potencializa essa conjuntura. Isso acontece porque, desde o século XX, com a implementação de um formato tradicionalista de ensino pelo ex-presidente Vargas, cristalizou-se um modelo educacional que negligencia o aprendizado de temas transversais, a exemplo de concepções básicas acerca da cidadania. Nessa perspectiva, com o desconhecimento por parte da população - oriundo da escassez instrutiva - sobre a relevância da garantia de direitos, há uma invisibilização da situação sofrida pelas pessoas que não possuem documentos basilares, com o a certidão de nascimento. **Como** consequência disso, mantém-se o quadro de ausência de ações sociais efetivas no que tange à reversão desse contexto, fragilizando, **com isso**, a isonomia presente nas relações democráticas. **Dessa forma**, é imprescindível combater a falha do processo educacional, visto que marginaliza uma classe da sociedade.

É evidente, **portanto**, a necessidade de medidas que solucionem os desafios impostos à garantia de acesso à cidadania no Brasil. Por isso, o Ministério Público - órgão responsável pela defesa dos interesses sociais - deve, **por meio de** fiscalização da aplicação dos poderes estatais, pressionar o Estado no que se refere ao aporte de infraestrutura ao setor que oferta o registro civil, **a fim de que** a retirada desse documento seja ampliada para as diversas regiões do país. **Ademais**, as instituições escolares públicas e privadas devem, por intermédio de palestras, instruir os alunos acerca da importância da documentação pessoal, com o objetivo de minimizar a invisibilização desse tema, e com isso, estimular atitudes combativas à conjuntura de indivíduos sem registro. Assim, o ideal do geógrafo Milton Santos será, de fato, uma realidade no país.



Na redação acima, se vê o uso correto dos operadores argumentativos e como contribuem para que o sentido do texto aconteça de maneira coerente com aquilo que se quer dizer.

CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, ao pensar em realizar uma redação é necessário incluir os operadores argumentativos, pois eles são a essência de uma estrutura e caso não utilizá-los, o texto fica incoerente.



Como exposto, esses operadores são divididos em grupos e cada um tem uma função distinta da outra. Consequentemente, tendo em mente que não podemos usar esses operadores em qualquer lugar, isso nos leva a estudá-los para saber inseri-los corretamente em um texto, assim dando um sentido completo e correto ao decorrer da frase.

Logo, ao analisar uma redação com nota baixa, podemos perceber geralmente que sempre vai ter um ou dois erros relacionados aos operadores, isso é um dos motivos que levam muitos alunos a irem com nota baixa, ou seja, os estudantes precisam se orientar sobre esse ponto para que esses erros venham a ser corrigidos.

Já em uma redação com nota 1000 podemos perceber que esses erros geralmente não são cometidos, mas temos que sempre estar atentos a essa questão. Porque eles fazem parte da produção cultural de uma linguagem, ou seja, é importante considerar os operadores argumentativos como elementos cruciais.

Portanto, esses operadores argumentativos devem sempre ser aplicados de forma correta, evitando assim a incoesão e a incoerência na formação de uma produção textual. Ou seja, o estudo desse conteúdo é fundamental, pois eles são a base de uma boa redação.



REFERÊNCIAS

EXEMPLO para vestibular e Enem. Uol Educação, 2009. Disponível em: educacao.uol.com.br. Acesso em 28 de Setembro.

GIORDAN, Isabela. Redação nota 1000: leia 10 redações da última edição do Enem. Redação, 2022. Acesso em: 28 de Setembro.

KOCH. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, Irene A.. Texto como enunciação. A abordagem de Mikhail Bakhtin. Língua e Literatura, n. 22, p. 89-105, 1996.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ANÁLISE DE CRÉDITO PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

ROSSI, Amanda Michele.[1]
ANDRIGHETTO, Bruna Luisa Pizzeta.[2]
GARCIA, Deyse Victória.[3]
OLIVEIRA, Luana Novais, [4]
Orientadora: KINZLER, Édina Carine de Souza.
Faculdade Assis Gurgacz – Toledo

RESUMO

O presente artigo relata a análise de crédito para pessoas físicas e jurídicas, em ambos os casos é uma maneira de formalizar a negociação e assegurar um bom relacionamento entre as partes, o objetivo é eleger ao consumidor o crédito que lhe forneça a maior segurança no cumprimento de suas obrigações, sem que esta conduta configure a violação do Código de Defesa do Consumidor. As instituições financeiras realizam a análise para garantir que haja realmente condições de pagar o crédito pedido. O que depende muito da sua renda e relacionamento com o mercado, a partir da avaliação, poderão variar: O valor liberado, a taxa de juros e a quantidade de parcelas. O primeiro objetivo da avaliação é garantir que o banco vai receber o dinheiro liberado. Outro ponto é saber o número de dívidas que você tem com ele, dessa forma, não ocorrerá o risco de comprometer sua renda. Toda empresa depende da análise de crédito para fazer negociações precisas e bem direcionadas, tenha em mente que ter o nome limpo ou uma renda determinada nem sempre indica que ele arcará com o pagamento das parcelas, por isso, estabeleça uma avaliação mais ampla. Quando esta etapa é ignorada, o risco de inadimplência é alto e isso afeta tanto o fluxo de caixa organizacional quanto o relacionamento com o cliente.

[1]Acadêmica do 3º período de Gestão Financeira do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: amandaarossi17@gmail.com
[2]Acadêmica do 3º período de Gestão Financeira do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: brunalpandrighetto@gmail.com
[3]Acadêmica do 3º período de Gestão Financeira do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: victoria_deyse@hotmail.com
[4]Acadêmica do 3º período de Gestão Financeira do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: luana.oliveiraaaa01@gmail.com

Apresentaremos suas características, quais as finalidades a que se destina, além do eficaz método dos 5C´s.

PALAVRAS-CHAVES: Análise de crédito; 5C'S; Instituições financeiras.

INTRODUÇÃO

A análise de crédito para uma instituição financeira representa a própria sobrevivência do negócio. Uma análise de crédito fraca, inconsistente e suscetível a erros graves pode comprometer grande parte do ativo da instituição. (WEBER, 1993, p. 2)

Diante das diversidades que circulam em vários segmentos da economia no mercado de crédito hoje, é fundamental analisar os aspectos, como a metodologia usada para a concessão de financiamento e empréstimos e seus riscos e particularidades. (OLIVEIRA, 2010, p. 14)

Justifica-se a relevância do presente estudo sobre as experiências em análises de credito pessoa física e se vê que ela é importante para a liberação de uma compra, onde tem que ser cauteloso a investigação sobre o devedor, buscando informações suficientes, e um cadastro adequado, ou seja, auxiliando na concessão do crédito se sim ou não, podendo por em risco as empresas na tomada de decisões. (CREPALDI; MATA; CHAGAS; CHAGAS, 2010, p. 2)

A finalidade dessa pesquisa de análise de crédito está ligada com as tomadas de decisões a conceder crédito às pessoas físicas e jurídicas, que é de grande importância, para o comércio, que essas análises sejam feitas com muita cautela baseada em confiança representando uma ferramenta essencial para efetuar as vendas. (CREPALDI; MATA; CHAGAS; CHAGAS, 2010, p. 2)

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 CONFIANÇA TEMPO E RISCO

A decisão de emprestar ou financiar ou não um investimento, deve ser embasada em muito mais do que em números, por isso, utiliza-se quatro elementos essenciais ao entendimento do crédito: a confiança, o tempo, o risco e os juros. (OLIVEIRA, 2010, p. 16)

A confiança, é uma mistura de reciprocidade e fé, porque tem a ver com a segurança com que se procede, significa dispor a um tomador os recursos financeiros para financiar despesas ou investimentos. (OLIVEIRA, 2010, p. 16)

Tempo é o prazo que o devedor tem disponível para desenvolver capital e liquidar suas obrigações adquiridas. (OLIVEIRA, 2010, p. 16)

Risco é a possibilidade de o tomador não honrar com suas obrigações, é como a possibilidade de perda e se divide em risco interno e externo. O interno é responsável pela perda financeira e tem relação com naturezas administrativas, como profissionais desqualificados, controles de riscos inadequados, concentração de crédito com clientes de alto risco. Enquanto fatores externos, podem ser relacionados de acordo com a liquidez de pessoas físicas ou jurídicas, de natureza macroeconômica, estão além do que o tomador pode prever, como por exemplo uma crise mundial, uma guerra ou uma pandemia. (OLIVEIRA, 2010, p. 14)

Quando combinados os riscos internos e externos, temos ainda outra divisão em risco sistêmico e não sistêmico. O primeiro, conhecido também como risco sistemático diz respeito a fatores externos.

De acordo com SANTOS, 2010, p.4 “Risco sistêmico compreende a parte relevante do risco de um investimento, principalmente relacionada à situação econômica concorrencial, as quais determinam o nível de atividade econômica e de taxa de juros. Baseado no modelo de Sinkey, o risco sistêmico está relacionado com os fatores externos.

Risco não sistêmico é a parte do risco que independe da economia e que está relacionada com as características de uma empresa ou de um segmento da

atividade econômica. Consiste no risco intrínseco e controlável do investimento. Baseado no modelo de Sinkey, o risco não sistêmico está relacionado com os fatores internos. (SANTOS, 2010, p. 4)

Por fim, juros, vem a ser o preço do dinheiro alheio. É a compensação que um demandante de fundos deve pagar a seu fornecedor. Se o balanço da economia é feito, por agentes superavitários emprestando aos deficitários, estes pagam um valor sobre o que precisam logo o sentido de um banco se empenhar em financiar pessoas e empresas. É dessa diferença, ou seja, entre a captação e o repasse entre os extremos é que bancos e governos ganham. Por isso é que, não são comuns aplicações que apresentem rendimento superior ao de um empréstimo e financiamento, excetuando-se aqui os financiamentos e empréstimos oriundos de programas de fomento do governo. (OLIVEIRA, 2010, p. 15)

1.2 ANÁLISE CADASTRAL

O levantamento e a análise das informações básicas de crédito são requisitos fundamentais para a determinação do valor de crédito, prazo para amortização, taxa de juros e, se necessário, reforço ou vinculação de novas garantias. No processo de análise de crédito, a determinação do risco total deve considerar todas as informações relacionadas com a situação financeira do cliente, uma vez que a análise conjunta de dados possibilitará a realização de tomadas de decisões precisas. (SANTOS, 2010, p. 33)

Na análise cadastral de empresas, de acordo com SANTOS, 2010, p. 55 a determinação do risco total deve considerar todas as informações relacionadas com a situação financeira da empresa, e a de seus administradores, uma vez que a análise conjunta dos dados possibilitará a tomada de decisões precisas.

Quadro 1 – Dados para Análise Cadastral

DADOS PARA ANÁLISE CADASTRAL	
PESSOA FÍSICA	**PESSOA JURÍDICA**
Escolaridade;	Situação legal (se os documentos se encontram regularizados, CPF e RG dos sócios, Contrato Social e Estatuto da Empresa;
Estado civil;	Localização das instalações;
Idade;	Idoneidade no mercado de crédito;
Idoneidade;	Situação dos documentos de identificação da empresa (ex.: situação do CNPJ no site da Receita Federal);
Moradia (se própria ou alugada e tempo de residência);	Situação dos documentos de identificação dos sócios (ex.: situação do CPF no site da Receita Federal);
Número de dependentes;	Situação tributária nas esferas municipal, estadual e federal;
Renda (principal e complementar);	Quadro administrativo com a identificação dos proprietários, tempo de atuação no negócio e suas respectivas quotas de participação no capital social da empresa;
Situação legal dos documentos de identificação (ex.: situação do CPF no site da Receita Federal);	Descrição da atividade operacional destacando os principais produtos e serviços;
Situação Tributária junto à Receita Federal;	Natureza dos imóveis (se próprios ou alugados);
Tempo no atual emprego ou atividade exercida.	Carteira de clientes;
	Participação no mercado;
	Relacionamento bancário;
	Telefones e endereços para contato.

Fonte: (SANTOS, 2010, p. 33 e 55)

1.3 ANÁLISE DE IDONEIDADE

A idoneidade é a primeira busca realizada pelas instituições e todo o histórico do cliente será coletado para a análise do risco de conceder o crédito.

De modo mais detalhado, são as a informações do cliente com o credor e o mercado de crédito, baseadas em informações retiradas de relatórios gerenciais e arquivos de dados de empresas especialistas em gestão de risco de crédito. No Brasil as pesquisas são realizadas através do Serasa, onde são fornecidos relatórios específicos. (SEBBEN, 2020, p. 13)

Segundo Renivaldo José Sebben, 2020, p.13, deve ser verificado se cliente tem sido bem-sucedido profissionalmente, não tem causado prejuízos a terceiros, demonstra compromisso e responsabilidade na tramitação da solicitação de crédito, informou os dados com transparência e aparenta estabilidade emocional.

1.4 ANÁLISE FINANCEIRA

A análise financeira refere-se à avaliação ou estudo da viabilidade, estabilidade e capacidade de lucro de um negócio ou projeto. Engloba um conjunto de instrumentos e métodos que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira de uma empresa. (Neves, João Carvalho Das, 2002).

Através dos demonstrativos de pagamento e a declaração do imposto de renda os rendimentos são analisados, gerando um valor médio de renda mensal. (Neves, João Carvalho Das, 2002)

Os fatores externos como desemprego, doenças, crise, pode prejudicar o pagamento do crédito emprestado. (Neves, João Carvalho Das, 2002)

Santos (2010) comenta que os segundo Strischek (1991), Griffith e McKeighan (1990), quando os clientes fornecem espontaneamente a Declaração de Movimentação Financeira, deve-se analisa-la cuidadosamente, uma vez que pode estar “maquiada”, apresentando receitas maiores do que as despesas. Tal prática

pode levar os credores ao problema da seleção adversa, quer seja, o da concessão de financiamento para clientes de alto risco.

Santos (2010) também cita os autores Black e Morgan (1998) onde eles argumentam que deve ser dada uma atenção especial a análise de renda, uma vez que consideram existir relação direta entre a renda e a taxa de inadimplência.

1.5 ANÁLISE DE RELACIONAMENTO

Em sua essência a análise de relacionamento é um termo para sistemas que ajudam a analisar dados sobre clientes para que as empresas possam planejar melhor ou tomar melhores decisões.

Os dados são retirados dos históricos de informações ligadas a financiamentos, limites de crédito, garantias fornecidas e pontualidade nos pagamentos. Os valores das compras realizadas recentemente, são confrontadas com a renda comprovada pelo cliente e verifica-se a capacidade e a pontualidade do pagamento das prestações. (SANTOS, 2010, p. 39)

O benefício da implementação de escalas de classificação de risco é que possibilita aos credores adotar preços e cobrar juros compatíveis com o risco de cada cliente. (SANTOS, 2010, p. 39)

1.6 ANÁLISE PATRIMONIAL

Em síntese, a análise patrimonial tem como objetivo estabelecer os valores atuais dos bens, o que permite determinar qual o valor total do patrimônio.

É importante que os credores obtenham informações sobre o patrimônio dos clientes, para que possam vinculá-los em contratos de crédito, sempre que constatarem aumento de risco e/ou julgarem necessário. Dentre as informações sobre o patrimônio dos clientes, destacam-se as relacionadas a composição, valor de mercado, liquidez, existência de ônus e vinculação em contratos de crédito. (SANTOS, 2010, p. 39-40)

Para SANTOS, 2010, p. 60, a análise do aumento ou da deterioração da riqueza patrimonial de empresas fornece informações importantes que podem possibilitar melhor determinação do risco de credito. Por exemplo, reduções significativas de riqueza patrimonial dos clientes podem estar associadas a perda de receita (parcial ou total). Assim, para honrar despesas e não comprometer a idoneidade, os clientes são forçados ao desinvestimento.

Para clientes que apresentam pioras consecutivas, a vinculação de bens patrimoniais pode ser uma boa alternativa para reduzir os riscos de crédito. Os principais bens para garantias, são alienação fiduciária de veículos e a hipoteca de imóveis (exceto residencial). (SANTOS, 2010, p. 42)

1.7 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade consiste em estudar o efeito que a variação de um dado de entrada pode ocasionar nos resultados. É preciso compreender a situação econômica do país ou região aonde a empresa está instalada para verificar se a economia local é favorável ou não com a empresa solicitante do crédito. Basicamente, a análise pode ser feita sob duas perspectivas: Ceteris Paribus: considera-se que somente uma variável será alterada, e assim, todas as demais se mantêm; Mudanças de mais de uma variável: em uma avalição mais complexa, analisam-se diferenças mudanças ao mesmo tempo. Esta análise procura estimar o resultado gerado por mudanças nos parâmetros ou nas atividades de um procedimento, desse modo, medindo o grau da sensibilidade do processo perante uma alteração, ou seja, são testadas diversas variáveis diferentes para se entender o efeito que cada uma produz no final do processo, sendo assim determinar quanto que o lucro irá se alterar conforme cada variável.

Trata-se de uma ação preventiva que muito contribui para a adequada gestão de risco de crédito, um exemplo que pode ser destacado são as oscilações da taxa de câmbio, uma vez que a maior parte da exportação brasileira está ligada ao setor da agropecuária, venha a reduzir, logo, os riscos aumentam para as operações de

crédito para este setor da atividade econômica. (Análise de Sensibilidade: o que é e como é feita. 12 de dez. de 2019)

1.8 ANÁLISE DE NEGÓCIO

A análise do negócio possibilita entender a estrutura, as políticas e operações de uma organização e recomendar soluções para que uma organização atinja seus objetivos.

Os analistas devem coletar informações do negócio e dos gestores e analisar o risco quanto a idade, tempo de administração, concorrência, riscos externos, carteira de clientes e fornecedores. É imprescindível conhecer a quem pertence a organização e a análise do negócio está ligada com a capacidade da empresa em cumprir com seus compromissos e saldar seus gastos (SANTOS, 2000, p.65).

A análise do negócio constitui-se na análise da atividade operacional da empresa, considerando-se todos os fatores internos e externos de risco que podem afetar a geração de caixa (SANTOS, 2000, p.65).

1.9 PARÂMETROS PARA ESTABELECER O LIMITE DE CRÉDITO E O VALOR DE COMPRAS

É preciso enxergar além da renda, para isso é necessária uma análise financeira profunda para conceder um limite de crédito, solicite a documentação mínima, comprovante de renda, cheque os dados creditícios, por fim é interessante realizar uma análise de tendências pois ajuda a projetar condições futuras, relacionando o potencial cliente a cenários que podem vir a se consolida. Na maioria das lojas com crediário próprio, a referência mais utilizada para estabelecer o limite de uma compra é a renda mensal do consumidor. Desta forma cada cliente pode comprar no crediário um valor que varia entre 30% a 40% da sua renda comprovada. (Simone Silvano, 2017, p. 24)

Para as pessoas jurídicas, é necessário fazer uma análise de um conjunto de informações, constando o tamanho da sua empresa, tempo que a empresa está

atuando no mercado, capital social, balanço patrimonial, DRE, referências no mercado, fontes de financiamento, preço dos produtos/serviços ofertados, prazos de pagamento, classificação de risco. Um fator importante é que, quanto menores forem os prazos de pagamento, maior será a rotatividade de crédito dentro da empresa.

A partir desses critérios, e de outras que forem consideradas convenientes, o analista define um teto máximo de concessão de crédito. (Simone Silvano, 2017, p. 24)

1.10 OS 5C´S DO CRÉDITO

O 5 C's do crédito é um conjunto de aspectos que analisa o perfil do cliente quando o mesmo faz uma solicitação, essas informações ajudam na definição do deferimento ou indeferimento do crédito solicitado. (Sebben, 2010, p.9)

FIGURA 2 - OS 5C'S DO CRÉDITO



Fonte: (SANTOS, 2010)

Segundo Renivaldo José Sebben, quando se trata de concessão de crédito para uma empresa, cujos valores serão destinados para investimento nela, deverá ser avaliado tanto a pessoa como o negócio, pois é dele que virão os recursos para honrar o compromisso com o credor, sem esquecer que é o capital humano que vai gerir o capital financeiro da empresa.

Em relação ao caráter é feito o levantamento do histórico do cliente referente a créditos, empréstimos ou outras solicitações. Serve para analisar se os prazos foram cumpridos e quitados no tempo estipulado. (Sebben, 2010, p.9)

Sobre a capacidade, é analisar se o cliente tem a capacidade de pagar o crédito no prazo imposto, é analisado seus bens e ativos, o tempo de atuação no mercado, comprovantes de pagamento, declaração de imposto de renda, ou seja, tudo que vá demonstrar a capacidade de honrar suas dívidas. (Sebben, 2010, p.10)

O capital é medido pela situação financeira do cliente e se refere ao patrimônio líquido do solicitante, o objetivo é assegurar que existe condições de investir e a habilidade no gerenciamento e conversão dos negócios em receita. (Sebben, 2010, p.10)

Colateral refere-se as garantias oferecidas caso o cliente não consiga honrar seu compromisso, garantia secundária vinculada ao contrato para proteger os credores em caso de inadimplência. (Sebben, 2010, p.10)

As condições estão relacionadas ao ramo em que o cliente atua e como está em relação ao mercado, concorrência e a ocorrência de fatores externos como aumento na inflação, caso houver redução na atividade econômica, o credor pode sofrer dificuldades em receber o crédito. (Sebben, 2010, p.11)

2 METODOLOGIA

Segundo Piovesan e Temporini (1995) define-se pesquisa exploratória, na qualidade de parte integrante da pesquisa principal, como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer. Ainda segundo Gil (2002), as pesquisas exploratórias têm como objetivo fornecer maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito.

O cenário atual da economia brasileira e, baseando-se nos princípios utilizados por profissionais da área, propõe um modelo de método de análise de crédito eficiente, sustenta-se em dados que as empresas reúnem sobre o histórico financeiro das pessoas, e evidenciando as informações que podem tanto impedir a concessão de crédito, quanto determinar o limite que pode ser confiado ao cliente. (Marini, 2020).

Portanto, a importância para a instituição bancária em se antecipar quanto à possibilidade de insolvência da empresa, pode ajudar o cliente a reverter a situação ou tomar as providências necessárias que permita receber os créditos antes dos demais credores. (Chevalier, 2004).

Segundo Cervo e Bervian (1983, apud RAUPP e BEUREN, 2003, p. 86), a pesquisa bibliográfica: (...) explica um problema partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritivo ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análise de crédito em uma instituição financeira é tarefa complexa e envolve habilidades de fazer uma decisão de crédito, raciocínio humano que trabalha com constantes informações imprecisas e incompletas, sendo assim necessário agregar junto a esses momentos o conhecimento e experiências de profissionais competentes e capacitados, ter ferramentas de sistema especializado em racionalização operacional, para diminuir o nível de desperdícios de tempo através da eficiência que consiste em verificar se realmente o cliente tem condições de honrar o compromisso assumido.

Levando-se em consideração a necessidade de controle e gerenciamento eficaz do risco como desregulamentação das taxas de juros e câmbio, aumento de liquidez e aumento da competição bancária, fez com que as instituições financeiras

se preocupassem cada vez mais com o risco de crédito. Os critérios para a análise de crédito podem ser diferentes de entidade para entidade, variando em função da política adotada e do perfil afilhado pelos administradores.

Em decorrer da situação uma análise bem-estruturada depende da ajuda da tecnologia. É necessário adotar métodos inovadores que subsidiem uma tomada de decisão acertada para negócios de todos os portes e segmentos da atuação, tendo mais agilidade no processo de análise e maior potencial de fidelização dos clientes. Da mesma forma, a avaliação do crédito se torna mais precisa e você protege sua empresa contra desequilíbrios financeiros.

REFERÊNCIAS

Análise de Sensibilidade: o que é e como é feita. Disponível em: https://capitalresearch.com.br/blog/analise-de-sensibilidade/ > acesso 08/06/2022

Análise de Sensibilidade: Entenda como funciona esse método de avaliação. Disponível em: https://www.suno.com.br/artigos/analise-de-sensibilidade/#:~:text=Uma%20an%C3%A1lise%20de%20sensibilidade%20%C3%A9,do%20processo%20perante%20uma%20altera%C3%A7%C3%A3o > acesso 10/06/2022

Como Calcular o Limite de Crédito da minha empresa? Disponível em: https://deps.com.br/como-calcular-o-limite-de-credito-da-minha-empresa/ > acesso 10/06/2022

CREPALDI, Paola Guariso; MATA, Altair Roberto; CHAGAS, Karoline Ribeiro; CHAGAS, Monique Ribeiro. **Análise de Crédito: A Importância da Análise de Crédito em Pessoa Física**. Londrina, 2017.

JR,Flávio Alfonso. **Conheça os 5 Cs do crédito e entenda a importância deles**. ASSERTIVA SOLUÇÕES. Disponível em: <https://blog.assertivasolucoes.com.br/o-

que-e-5-csdocredito/#:~:text=S%C3%A3o%20eles%3A%20Car%C3%A1ter%2C%20Capacidade%2C,%C3%A9%20um%20%E2%80%9Cbom%20pagador%E2%80%9D>. Acesso em: 11 jun. 2022.

OLIVEIRA, Natlália Cristina de. **Métodos Utilizados Para Análise De Crédito De Pessoa Física nas Instituições Financeiras E Sua Relação com o Índice De Inadimplência. Belo Horizonte**, 2010.

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de Crédito: Empresas, Pessoas Físicas, Agronegócio e Pecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WEBER, Rosina de Oliveira. **Sistema Especialista Difuso para Análise de Crédito. Florianópolis**, 1993.

SEBBEN, Renivaldo José. **Análise de crédito e cobrança**. Ed. Novatec, 2020 < https://www.google.com.br/books/edition/An%C3%A1lise_de_Cr%C3%A9dito_e_Cobran%C3%A7a/XyXNDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1 > acesso em 14 jun. 2022.

CHEVALIER, R. J. L. **Metodologia De Avaliação Do Risco De Crédito Em Instituições Financeiras**. Curtiba, 2004.

MARINI, Juliane Monteiro. **Metodologia De Análise De Crédito Aplicada Na Redução De Risco De Inadimplência**. Marília – SP, agosto/2020.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

PERITO CONTÁBIL: O PERFIL PROFISSIONAL EXIGIDO

MACHADO, João[1]
MARQUES, Mateus
OLIVEIRA, Matheus
mvmarques1@minha.fag.edu.br
ORIENTADORA: KINZLER, Édina[2]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade trazer algumas informações relevantes sobre Perícia Contábil e tipos de Perícias que são utilizados nas áreas de atuações, juntamente ao perfil exigido para um perito exercer o cargo. O Perito Contábil é um profissional dependente de muito esforço e competência em sua parte, a qual exige uma boa qualificação para se adentrar no mercado de trabalho. É aquele que busca todas as informações que se encontram divergentes, as quais precisam ser provadas, buscando informações através de seus conhecimentos para se gerar o laudo do processo Não basta apenas ser graduado no curso de Ciências Contábeis mas, também, qualificações externas que trazem cada vez mais o conhecimento da área de atuação. A Perícia vem setornando uma área cada vez mais importante na atuação das atividades contábeis. A metodologia utilizada no estudo foi através de pesquisas bibliográficas e explicativa.

Palavras-chave: Pericia, Perícia Contábil e Processos.

[1] Acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz
[2] Docente da Faculdade Assis Gurgacz

INTRODUÇÃO

A Perícia Contábil tem abrangido várias maneiras de se tornar muito importante à Contabilidade e no mercado de trabalho com o passar do tempo. O Juiz sentindo a necessidade de se ter um perito para avaliar e analisar um fato ocorrido, o mesmo será convocado para auxiliar em todo o processo judicial. Seu serviço possui um prazo pré-estabelecido para a entrega do laudo Judicial, onde consta todo o processo e dará a sentença final. (D'auria, 1962).

Segundo Alberto (2012), a Perícia Contábil tem por finalidade ''apresentar um determinado objeto avaliado trazendo o laudo, que demonstre contabilmente a prova verídica sobre o ocorrido, através de materiais que impõem resultados decisórios, Judiciais ou Extrajudiciais''.

Sendo assim, o Perito possui a necessidade de estar preparado para atuar de forma correta quando for solicitado o serviço. O mesmo precisa estar em concordância com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), onde deve ser totalmente atualizado nas normas e regras listadas na NBC.

O presente trabalho tem por objetivo trazer todo o conceito sobre Perícia Contábil, os tipos de perícia e o que o profissional precisa para atuação na área.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

1.1 ORIGEM E ASPECTOS HISTÓRICOS DA PERÍCIA

Segundo Figueiredo, a palavra perícia vem do Latim PERÍTIA, tendo o significado de ''adquirir conhecimento através da experiência''. (Figueiredo, 1999).

Alberto (2000), afirma que a Perícia Contábil veio com a companhia da civilização, tendo em vista que a Contabilidade é suspeita em ter ocorrido o mesmo. Alberto também traz que ''vamos encontrar vestígios de perícia registrados e documentados na civilização do Egito antigo, com o início da sistematização dos conhecimentos jurídicos. O autor também descreve ''conforme o tempo, os especialistas fazem a utilização de determinados campos que vão verificar e provas que determinem matérias''.

Portanto, Alberto descreve que é no primitivo direito romano que vamos encontrar maior esclarecimento da situação, com definições mais claras e objetivas, pois ali já se estabelece a figura do perito, embora não dissociada da do árbitro. Quando a decisão de uma questão dependia da apreciação técnica de um fato, tinha o magistrado à faculdade de deferir o juízo da causa a homens que, segundo circunstâncias, melhor pudessem, por seus conhecimentos técnicos, pronunciar-se sobre os fatos, e essa pessoa se constituía em verdadeiro juiz, de modo que era juiz e perito ao mesmo tempo.

Dessa forma, constata-se que a necessidade da verificação dos fatos basicamente foi o que conduziu a perícia à condição de instrumento auxiliar da instância decisória, pessoal ou coletiva, judicial ou extrajudicial, mesmo nos mais remotos tempos.

1.2 PERÍCIA CONTÁBIL

Segundo Alberto a perícia contábil tem por finalidade desempenha com as normas contábeis os procedimentos de análise e conferência de provações, constando se aconteceu alguma interrupção na parte fiscal do processo, tendo todo o conhecimento contábil.

D’auria demonstra que a Perícia é o conhecimento e experiências dos processos. A função do perito é analisar todos os processos e fatos em que aborda seu conhecimento, para tirar decisões que comprovem o que aconteceu nos processos contábeis.

Comenta (Alberto, 2000) que a perícia possui vários tipos de perícias que diferenciam de acordo os ambientes em que vão atuar. Dividindo em Perícia Judicial, Perícia Extrajudicial e Perícia Arbitral.

1.3 TIPOS DE PERÍCIA CONTÁBIL

A Perícia tem espécies distintas, identificáveis e definíveis segundo os ambientes em que é instada a atuar. Os ambientes de atuação que lhe definirão as

características, podem ser, do ponto de vista mais geral, o ambiente judicial, o ambiente extrajudicial e ambiente arbitral. Decorre então, serem quatro as espécies de perícias detectáveis: Perícia Judicial, Extrajudicial e Arbitral.

- **Judicial:** é quando será requisitada pelo Juiz através de Litígio. O perito irá realizar todo o processo de análise e verificação de informações que chegará a conclusão final do ocorrido da acusação ou defesa.

Neves (2004) argumenta que a perícia Judicial, tem como objetivo mostrar fatos ocorridos com certeza do Juiz. A perícia é divida em fase de execução e de instrução. Magalhães (1995) afirma que, a primeira coisa a ser feita para o julgamento, é levantamento e apuração de fatos que se tem por litígio. Tendo em vista em que os peritos contábeis judiciais, precisam ter todo o conhecimento exigido para exercer a mesma e seguindo as Normas Brasileiras da Contabilidade (NBC).

- **Extrajudicial:** A perícia extrajudicial é aquela utilizada fora dos meios judiciais, por isso, não serão utilizadas as orientações que são baseadas pelo CPC. Neve relata, que qualquer organização ou pessoa Física em que vê a necessidade de uma análise de um estipulado relato, no qual entenda o necessário para fazer a emissão do laudo, poderá assim solicitar um laudo pericial, também realizado igual à perícia Judicial. (NEVES,2004).

Então o principal objetivo da perícia extrajudicial estabelece um intuito de chegar à veracidade de um fato ocorrido ou uma interrogação analisada, tornando mais seguro na tomada de decisão das partes empenhadas. Mesmo ocorrendo fora do processo judicial, a extrajudicial auxilia no esclarecimento dos processos decisórios administrativos (D’auria, 1962).

- **Arbitral:** Na perícia Arbitral, é definido por meio da legislação da arbitragem o instrumento de análise. Podendo definir, uma interrogação que seja arbitrada e cabendo ao árbitro de impor a necessidade de um perito para atuação.

Alberto (2000) relata esta espécie de perícia como sendo aquela realizada no juízo arbitral - instância decisória criada pela vontade das partes, não se enquadrando em nenhuma das anteriores - face as suas características de atuação, que agem, como se judicial e extrajudicial fosse. Esta espécie de perícia subdivide-se em probante e decisória, em conformidade com o funcionamento do meio de prova do juízo arbitral, sendo balizadora da convicção do árbitro ou, ela mesma, a própria arbitragem.

1.4 EXIGÊNCIAS DO PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO

A perícia em geral, tratando-se em todos os meios de atuação, há algumas exigências para ser um perito contábil. Tendo duas formas de excelência que são essenciais para atuar na área, é a excelência moral (honestidade, moderação, equidade) e a excelência intelectual (Inteligência, conhecimento, discernimento). Estas virtudes propiciarão para que o perito produza com perfeição a sua própria finalidade sobre o fato, podendo argumentar com excelência.

O perito vai depender muita da sua personalidade, que será uma condição essencial que só dependerá dele. Exemplo: uma agregação mínima, no qual traz ele se sentir mais preparado para atuar na área.

O perito possui alguns indicativos em questão ao seu trabalho. (a) o perito não deve estudar para apenas ter o histórico escolar, mas sim aprender servindo; (b) o perito não deve instruir para transformar os aprendizes em carneiros destinados à tosquia constante, mas sim ensinar exemplificando; (c) o perito não deve trabalhar ao jeito de pião consciente enrolado ao cordel da ambição desregrada, aniquilando-se sem qualquer proveito, mas sim agir construindo. E entre outros indicativos que o perito possui. Por isso, podemos dizer que o perito não é permitido agir sem eficácia, devendo atuar com a eficiência agregada a equidistância dos seus saberes e sobre o fato, que determina de atingirde forma a finalidade objetiva para a qual a perícia foi determinada (Alberto,2010)

1.5 REQUISITOS JURÍDICO-FORMAIS

A característica essencial da perícia é o conhecimento técnico ou científico especiais, sendo assim, o requisito genérico é de que o perito detenha esses conhecimentos especiais que se quer utilizar no caso concreto. Em sentindo que o Código de Processo Civil, determina a comprovação formal do perito detém os seguintes conhecimentos:

- Art. 145. Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo disposto no art. 421:

§ 1º Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, seção VII, deste código.

§ 2º Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverãoopinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos.

§ 3º Nas localidades onde não houver profissionais qualificados que preencham os requisitos dos parágrafos anteriores, a indicação dos peritos será de livre escolha do juiz.

Está bem contextualizado, que o primeiro requisito legal e exigível é o nível universitário, no qual o profissional de nível universitário recaíra a perícia. Porque não adiantaria nada se o profissional for de nível universitário e concluir sobre outra coisa. O segundo requisito é estar cadastrado nos Órgãos competentes. Com exceção do 3º§ em que o juiz pode escolher entre outras pessoas que não aquelas que sejam profissionais universitários inscritos no órgão competente se na localidadenão existir profissionais (Alberto, 2010)

De forma geral os requisitos gerais exigíveis daqueles que exercem a função de perito:

- Que tenha grau de nível universitário;
- Que estejam registrados nos Órgãos Competentes da classe reguladora da profissão.

Sendo as regras gerais, aplicáveis diretamente ao processo civil, subsidiariamente ao processo de trabalho e analogamente aos demais

ordenamentos processuais, sejam judiciais, extrajudiciais ou arbitrais.

Quadro 1 – Classificações de Exigências para exercer a função de Perícia Contábil.

PESSOALIDADE DA FUNÇÃO	Tratando-se de perícia judicial, extrajudicial ou arbitral, cujo objeto caracterize sua natureza contábil, conforme estabelecido na legislação profissional, o Bacharel em Ciências Contábeis, devidamente registrado no CRC. O Código de Processo Civil estabelece que os peritos seriam escolhidos dentre profissionais de nível universitário, a legislação que regula a profissão contábil já estabelecia que, para o exercício da perícia judicial ou extrajudicial haveria o profissional de estar inscrito no CRC.
CONHECIMENTOS CONTÁBEIS ESSENCIAIS	Inicialmente o perito Contábil deve aproveitar muito bem o período de graduação. O currículo mínimo exigido, podemos destacar, algumas disciplinas cuja retenção de nível de conhecimento deve ser alta, como tais disciplinas devemos destacar: análise das demonstrações contábeis, contabilidade e analise de custos, sistemas contábeis, direito aplicado, matemática e economia. Além do conhecimento contábil, o conhecimento na área de direito e lógica é essencial para formação.
CONHECIMENTOS JURÍDICOS	No âmbito jurídico, o perito contábil é exigido três conhecimentos: (a) quanto as regras interpretativas do direito, para que possa discernir com propriedade e precisão até onde pode opinar tecnicamente ou até onde não deve opinar sobre determinada matéria. (b) quanto ao conhecimento profundo do roteiro legal, processual do seu trabalho. (c) quanto à necessidade de conhecer toda as legislações sobre o fato acontecido, sendo técnica ou cientifica.
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	Dentre as exigências educacionais, deve o profissional preocupar-se em dominar com segurança o instrumento básico de transmissão e percepção de ideias: a língua portuguesa, sendo a norma culta. Primeiro, porque a lei exige que se use o vernáculo em todos os atos e termos de processo.

Fonte: Adaptado de Alberto,2010.

2 METODOLOGIA

A metodologia cientifíca é definida como conjunto de várias eapas que são pesquisadas cientificamente, direcionando o projeto de trabalho de caratér cientifíco para que alcancem os dados para a pesquisa (CIRIBELLI,2003).

Para desenvolvimento desse estudo foi utilizado a Pesquisa bibliográfica, que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico (MARCONI E LAKATOS,2002)

De acordo com Rodrigues 2007, os métodos de pesquisa usualmente adotados para coleta de dados incluem técnica de elaboração e avaliação de entrevistas, observação, questionário contendo perguntas abertas, perguntas fechadas e de múltiplas escolhas e formulários, e estes são adotados pelo pesquisador baseado no tipo de pesquisa a ser realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento do artigo apresentado, apontamos o perfil do Perito e quais são os requisitos que o profissional deve ter para atuar na área. A profissão traz um bom retorno financeiro junto disso também vêm várias exigências, além dos conhecimentos técnicos deve manter uma postura ética, agir com moralidade, ser confiável.

No Brasil temos um conselho conhecido como (CRC) - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE que regulamenta a atuação do perito e estabelece os requisitos para obter a habilitação profissional de perito contábil, esse conselho também é responsável por emitir as Normas Brasileiras de Contabilidade, que estabelecem um conjunto de regras e procedimentos da conduta profissional que devem ser atendidas pelos profissionais da área, além de programas de educação profissional continuada para o perito contábil.

Portanto os requisitos gerais para atuar como contador no Brasil é necessário possuir bacharelado em ciências contábeis, ser aprovado no Exame de Suficiência Contábil.

Além disso, existem as várias certificações que são atribuídas ao perito contábil, porém existem programas obrigatórios de educação continuada após a obtenção do registro no CNPC.

Para a realização do trabalho pericial contábil é necessário que o perito contábil possua uma série de atributos e requisitos para poder desempenhar a sua função, formando assim o seu perfil profissional. Desta forma, o que se espera deste profissional é o conhecimento em contabilidade e atender as disposições contidas no código de ética da sua profissão.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 5°. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALBERTO, Valder Luiz Palombo Alberto, **Perícia Contábil**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ALBERTO, Valder Luiz palombo et al. **II Encontro Nacional de Peritos Contábeis**,Porto Alegre, 1990.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica.** Marilda Ciribelli Corrêa, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

D'Auria, Francisco. **Revisão e Perícia contábil – Parte Teórica**. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1962.

FIGUEIREDO, Álvaro Nelson Menezes. **Roteiro das Perícias Judiciais**, Rio de Janeiro¨Forense,1999.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias et. Tal. **Perícia Contábil: Uma abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas,1955.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 5° Edição. São Paulo . Editora Atlas, 2002.

NEVES, Antônio Gomes. **Curso básico de Perícia Contábil**, 2 ed. São Paulo: LTR, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra**. São Paulo: Abril,1974.(Os Pensadores).

ORNELAS, Martinho Mauricio Gomes. **Desenvolvimento da Perícia Contábil**. I Encontro dos Peritos Judiciais e Extrajudiciais do Distrito Federal, agosto 1993.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia Científica, 2007. Disponível em: . Acesso em: 18/08/2015.

Vide ALBERTO, Valder Luiz Palombo *et.al*. **A Convergência psíquica, ética e técnica do perito contábil para arbitragem**. XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade. São Paulo: HVV Perícias, 1992.



O IMPACTO FINANCEIRO NA CONTABILIDADE RURAL: ESTUDO DE CASO DA COLHEITA DA SOJA (2020 a 2022)

LORENZONI, Bruna Larissa[1]
PASSAROTI, Milena Eloisa[2]
mepassaroti@minha.fag.edu.br
Orientador: KINZLER, Edina Carine de Souza[3]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO: O estudo de caso trouxe o impacto financeiro na contabilidade rural de um produtor em uma propriedade localizada no distrito de São Sebastião, na cidade de Ouro Verde do Oeste, onde foi analisado a sua produção de 03 safras da soja, dos anos de 2020 a 2022. A contabilidade rural está cada dia mais presente e necessária para os produtores e empresários rurais, pois é onde analisa seu patrimônio, seu lucro e despesa do ano safra. a soja é uma das culturas mais importantes para o Brasil, onde destacamos neste trabalho que ela é totalmente dependente do clima para o sucesso do seu resultado.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Rural, cultura da soja, safra, produção.

INTRODUÇÃO

Segundo a CNA Brasil (2021), o agronegócio vem sendo reconhecido como importante setor no crescimento econômico brasileiro. No ano de 2020, a soma de bens e serviços resultados do agronegócio chegou a 27% (1,98 trilhão) do PIB brasileiro, sendo sua maior parcela do ramo agrícola correspondente a 70% desse valor (R$ 1,38 trilhão), a pecuária 30% (R$ 602,3 bilhões).

O agronegócio é, seguramente, um dos principais motores da economia do Paraná. A agricultura é marcante no Estado, com predomínio de culturas temporárias, como soja, milho e feijão, que o colocam como segundo maior produtor de grãos do País (36,5 milhões de toneladas em 2018), concentrando 85% da produção em pequenas propriedades, fortalecendo a agricultura familiar. A pecuária paranaense possui o maior rebanho avícola (384 milhões de cabeças em 2018) e segundo maior rebanho suíno do Brasil (6,8 milhões de cabeças em 2018), sendo relevante na

[1] Acadêmica Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo
[2] Acadêmica Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo
[3] Docente Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

economia estadual e nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2018).

No agronegócio a contabilidade é uma ferramenta importante para gerir negócios, no campo a contabilidade rural vem despertando interesse dos produtores para que seja implantado nas propriedades rurais. A contabilidade rural tem um papel importante, ela traz informações mostrando resultados para que auxilie o produtor no planejamento dos processos na propriedade (KRUGER; MAZZIONI; BOETTCHER, 2009).

O planejamento do produtor para a safra começa na compra de insumos necessários para o plantio, desde sementes, adubos e produtos para tratamento de sementes. Após o plantio inicia-se às aplicações de defensivos agrícolas os quais conforme necessidade avaliada pelo Engenheiro Agrônomo, finalizando seu ciclo é realizada a aplicação de secante e após inicia-se a colheita (CONAB, 2010).

O produtor obtém seu resultado após a colheita para calcular sua renda total pela área colhida, deve calcular seus custos e despesas e após isso poderá saber o seu lucro. O bom manejo e cultivo da cultura realizado pelo produtor, além de esperar boas previsões climáticas para que o resultado seja como esperado. Por isso a importância de calcular o impacto que cada safra sofreu, para analisar o resultado financeiro para o produtor (CONAB, 2010).

O gerenciamento da propriedade pode conduzir o produtor a ter uma visão empresarial, adotando tecnologias e investimentos, para potencializar sua produção e trazendo mais benefícios e resultados. Dessa forma, o produtor que administra sua propriedade deve ter o controle e informações necessárias para que possa aplicar, da mesma forma que também deve ter o seu retorno financeiro (JOSÉ JUNIOR, 2000).

Para chegar no resultado final da rentabilidade na cultura da soja dependem de diversos fatores que irão influenciar positivamente ou negativamente, em decorrência disso, o problema da pesquisa é: Como os custos/despesas impactaram na lucratividade das safras de 2020 a 2022?

De acordo com o problema do estudo, o objetivo geral da pesquisa é de analisar como os custos/despesas impactaram a lucratividade das safras de 2020 a 2022 em uma propriedade rural na cidade de Ouro Verde do Oeste – PR. E como

objetivos específicos temos: definir como o custeio impacta na rentabilidade da produção da safra colhida; identificar quais são os elementos que influenciam no resultado da cultura no final da safra; e analisar como os custos e despesas da cultivar impactam no resultado final.

O tema proposto tem como relevância para o produtor rural o seu resultado das safras da soja entre os anos de 2020 a 2022, para serem analisados fatores que interferem, mesmo que sendo tomada a melhor decisão, é importante implementar essa comparação realizada através das ferramentas disponíveis, para observar quais foram os melhores resultados e quais causas interferiram para isso.

Diante disso, a seguir serão apresentados os teóricos que fundamentam o estudo de caso em relação a contabilidade rural.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme diz Padoveze (2012), "o objetivo da contabilidade gerencial é atender a todos os aspectos da gestão das entidades onde se torna necessária a informação contábil. Portanto, sua abrangência é a empresa como um todo, desde as suas necessidades estratégicas e de planejamento até as suas necessidades de execução e controle".

Segundo Eldenburg e Wolcott (2007), a contabilidade gerencial "é o processo de coletar, resumir e fornecer as informações financeiras e não financeiras que serão utilizadas internamente pelos gerentes nas tomadas de decisões".

A contabilidade gerencial é voltada para a administração da empresa, suprindo informações que se ajustam de maneira válida e efetiva na decisão do administrador. Pode ser caracterizada como um enfoque especial verificado em técnicas e procedimentos contábeis.

Seguindo o contexto da contabilidade gerencial, as receitas e despesas segundo Franco (1996, p. 77), “A receita dá-se, portanto, quando da recuperação do custo (venda dos produtos, no caso das indústrias), independentemente do recebimento antecipado ou futuro do dinheiro”.

As receitas são advindas das vendas de bens, serviços ou de mercadorias, provenientes da atividade principal da empresa. Porém, pode-se obter receitas de

atividades acessórias, como venda de algum imobilizado, sendo classificada como outras receitas operacionais.

As despesas da entidade correspondem aos gastos de bens ou serviços consumidos de maneira direta ou indireta para administrar a empresa e realizar as vendas, ou seja, são sacrifícios necessários para obtenção da receita, (MARTINS, 2010).

São gastos não associados na produção de bens ou de serviços, porque se referem a um certo período de tempo, e não há um determinado produto.

As despesas são Contas de Resultado, são correspondentes aos gastos administrativos, financeiros, comerciais, de natureza não fabril e indispensáveis para a colocação dos produtos ou serviços no mercado.

Dentre as despesas a depreciação é uma delas, de acordo com o artigo 6º da Medida Provisória 2.159-70/2001 os bens do Ativo Permanente Imobilizado, exceto a terra nua, adquiridos por pessoa jurídica que explore atividade rural, para uso nessa atividade, poderão ser depreciados integralmente no próprio ano da aquisição.

A depreciação é resultado do desgaste do bem através do uso, por isso a diminuição do valor do bem, os bens que sofrem depreciação podem ser bens móveis ou imóveis que estão relacionados a produção da empresa (Oliveira Neto, Jacobina e Falcão, 2008).

Segundo Crepaldi (2016), é um dos encargos que compõem o custo fixo, estes custos são relacionados ao volume de produção, ela inicia o cálculo e a contabilização a partir de quando o bem estiver em funcionamento, a taxa usada para cálculo dela pode ser fixada por conta da vida útil prevista, pelo tipo de solo, clima ou pela produção estimada. Ela deve ser contabilizada para relacionar com o desgaste efetivo que se dá pelo uso ou perda útil do bem.

A depreciação é um encargo que necessita de tratamento fiscal, contábil e econômico, os órgãos tributários normatizam as regras para que serão utilizados esses encargos para ser realizado o processo de tributação e contabilidade nas empresas rurais (CREPALDI, 2016).

Conforme Portal Tributário (2022) são cabíveis de exaustão os gastos com a formação de lavoura, pois tratam de vegetação própria, sendo objeto de quotas de

exaustão à medida que seus recursos forem esgotados. O custo de formação das plantações de espécies vegetais que não se extinguem com o primeiro corte, mas que permitem cortes adicionais, deve ser realizado as quotas de exaustão.

Para Horngren, Foster e Datar (2000), a contabilidade de custo mensura e demonstra informações financeiras e não financeiras relacionadas à aquisição e ao consumo de recursos pela organização.

Para Leone (2000), a Contabilidade de Custos refere-se, às atividades de coleta e fornecimento de informações com vistas à tomada de decisão de todos os tipos, envolvendo tanto as relacionadas com operações repetitivas quanto as de natureza estratégica, e, ainda, ajuda na formulação das principais políticas das organizações.

Os custos correspondem aos bens e serviços consumidos no processo produtivo de outros bens e serviços (MARTINS, 2010). Os custos são associados com a produção de produtos ou serviços.

A contabilidade de custos auxilia na tomada de decisão, fornecendo o conhecimento para gerar custos mais baixos e de como gerenciar a sua propriedade rural.

Quadro 1 – Tipos e classificações dos custos.

Classificações dos Custos	
Tipo de custo	**O que é?**
Diretos	São objetivos, estão diretamente apropriados aos produtos, podem ser identificados como pertencentes a cada unidade produzida, (MARTINS, 2010).
Indiretos	São os custos que não estão ligados diretamente à produção, pois são dificilmente notáveis e atribuíveis. “A apropriação dos custos indiretos deve ocorrer por meio de critérios de rateio, onde se adota um índice que direciona a distribuição do custo indireto total aos produtos. Esses custos podem ser identificados como o objeto de custeio” (LEONE, 2000, p.49).
Fixos	Definem custos fixos como aqueles que, em determinado período de tempo e em certa capacidade instalada, não variam, ainda que o volume de atividade da empresa se modifique, ou, até mesmo, não haja produção (BRUNI e FAMÁ, 2002).
Variáveis	São os gastos que oscilam em relação a proporção da quantidade de unidades produzidas na empresa (MARTINS, 2010).

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2022.

Os custos devem ser bem detalhados para que o resultado seja preciso.



A contabilidade rural é o ramo da contabilidade que atua em empresas rurais e tem seu foco no patrimônio da propriedade, com objetivo de melhorar os controles e trazer informações relevantes. Segundo Crepaldi (2016), a contabilidade rural surgiu para controlar o patrimônio através da necessidade encontrada, é de suma importância gerar informações para a tomada de decisões, e é necessário para que tenha sucesso, apresentar conhecimento no negócio em que será aplicada.

Sendo uma ferramenta da função administrativa, Crepaldi (2016, p. 88) cita como finalidade da contabilidade rural:

> - Controlar o patrimônio das entidades rurais;
> - Apurar o resultado das entidades rurais;
> - Prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais aos diversos usuários das informações contábeis.

A contabilidade rural é o registro de acontecimentos da atividade rural em certo período determinado, devem ser contabilizadas mensalmente todas as receitas, custos e despesas, esta informação contábil pode ser usada no controle e planejamento para análise da necessidade de redução de custos e despesas (CREPALDI, 2016).

Na contabilidade rural a empresa rural é o empreendimento que explora economicamente o imóvel rural, onde são exercidas atividades ligadas a cultura agrícola, culturas florestais ou criação de gado com o interesse em obtenção de renda (CREPALDI, 2016).

Segundo Crepaldi (2016), a empresa rural é integrada por um conjunto de fatores de produção que são a terra, o capital e o trabalho, dentre os três o fator de maior importância para a agropecuária é a terra nela será explorada e aplicada os demais fatores que é o capital que representa os bens utilizados sobre a terra para que aumente a produtividade e então será realizado o trabalho que são as atividades desempenhadas para ter a obtenção da produção e rentabilidade.

Na empresa rural o início e fim do ano não é determinado conforme o ano fiscal, o ano agrícola é determinado através do início do cultivo e o fim se dá quando realizado a colheita e a comercialização da atividade de renda bruta. O empresário



rural é o que exerce a atividade profissional e tem a finalidade de gerar riqueza e reconhecer o trabalho do produtor rural (CREPALDI, 2016).

A cultura da soja é um dos empreendimentos realizados dentro da empresa rural, sendo ela uma das mais importantes culturas na economia, os grãos são utilizados pela agroindústria, indústria química e de alimentos. Conforme relatos o surgimento da soja no Brasil pelo seu cultivo foi registrado em 1882, o melhoramento e a implantação de programas sobre a soja no Brasil permitiram o avanço da cultura. O sucesso no aumento da produção da cultura no Brasil ocorre também pelas variedades resistentes desenvolvidas para ser possível realizar a produção desta cultura (FREITAS, 2011).

Segundo CRUZ (2016), poder alcançar a máxima produtividade nas lavouras, é um dos grandes objetivos dos produtores para que assim também se possa alcançar o auge da sua produtividade. Para isso, é necessário que sejam feitas técnicas de manejo juntamente com um clima favorável ao cultivo. Tais técnicas que podem ser citadas desde o manejo do solo, plantas invasoras, pragas, doenças, sementes de qualidade como também a escolha de cultivares que se desenvolvam melhor de acordo com a região.

Conforme Guedes et al. (2018), os contratos agrários de arrendamento de terras é uma prática muito antiga e comum no setor agrícola do Brasil. Uma parte da agricultura familiar passou a recorrer ao arrendamento para ampliar e viabilizar a agropecuária e a agricultura.

Segundo o Estatuto da Terra de 1964 (BRASIL, 1985), o arrendatário consiste na pessoa ou conjunto familiar, representado pelo seu chefe, que recebe ou toma por aluguel os bens de terceiros. O arrendador de terras, por sua vez, é aquele que disponibiliza os seus bens para o arrendamento de terceiros.

METODOLOGIA

O objetivo geral da pesquisa é de analisar como os custos/despesas impactaram a lucratividade das safras de 2020 a 2022 em uma propriedade rural na cidade de Ouro Verde do Oeste – PR. No trabalho descrevemos a cultura da soja,



sendo ela a principal cultivar agrícola brasileira, onde é o principal produto exportado (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, 2021).

O estudo será desenvolvido de forma descritiva, que segundo Trivinõs (1987), exigem inúmeras informações sobre o assunto. Os estudos descritivos podem ser criticados porque pode ter uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos, fugindo da possibilidade de verificação através da observação. Para o autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser incorretos; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser pertinentes, apenas quantificáveis, gerando imprecisão.

Terá como forma qualitativa, Creswell (2010, p. 43) define a abordagem qualitativa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Diz também que os principais procedimentos qualitativos focam em amostragem intencional, coleta de dados abertos, análise de textos ou de imagens e interpretação pessoal dos achados.

Marconi e Lakatos (2010) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos (GOLDENBERG, 2011, p. 33).

O estudo de caso teve como objetivo analisar o impacto financeiro na colheita da soja (2020/2021/2022), analisando as receitas, despesas e seus custos durante esses 03 anos de safra. O estudo de caso será focado na análise de uma propriedade rural no distrito de São Sebastião no interior de Ouro Verde do Oeste, onde conta com aproximadamente 10 alqueires agricultáveis, onde é cultivado as culturas de soja e milho.

Nesse tipo de pesquisa, não há a interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenômeno



ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos (BARROS; LEHFELD, 2007).

Nesse estudo de caso realizamos uma pesquisa literária e documental, trazendo informações para análise do movimento de notas fiscais e das receitas do produto agrícola. Utilizaremos os documentos que foram fornecidos pelo proprietário da lavoura, analisando e utilizando os seus dados.

Para o estudo de caso presente, foi considerada a safra da cultura da soja dos anos de 2020, 2021 e 2022, onde analisamos o impacto financeiro da propriedade de aproximadamente 10 alqueires. A compra e a comercialização dos produtos são realizadas em cooperativas da região.

O trabalho tem como intuito auxiliar o produtor rural a sanar as dúvidas sobre a contabilização de seus gastos, pois além dos impactos que ocorrem durante a safra, a propriedade do estudo de caso é arrendada pelo produtor.

Portanto, iremos analisar e interpretar de forma qualitativa as informações que obtemos no decorrer do trabalho, trazendo suas despesas/custos e receitas de 2020 a 2022.

ESTUDO DE CASO

O estudo foi realizado com base nas informações coletadas em uma propriedade localizada no distrito de São Sebastião na cidade de Ouro Verde do Oeste - PR. Trata-se de uma propriedade familiar, onde o produtor mantém essa terra arrendada sobre contrato e pagamento ao proprietário de renda fixa anual na colheita da soja de 630 sacas ao ano, a propriedade está arrendada pelo produtor desde 2018 ela tem 10 alqueires agricultáveis e não tem benfeitorias.

Abaixo apresentamos a propriedade objeto deste estudo de caso.

Figura 1 – Propriedade de estudo de caso utilizada para plantio.



Fonte: Google Maps, 2022.

O produtor possui outras lavouras além desta do estudo de caso, mantém sua sede em Vila Ipiranga na cidade de Toledo – PR onde consta com aproximadamente mais 90 alqueires, o produtor possui seus maquinários agrícolas próprio e tem um empregado para o trabalho nas terras agricultáveis.

No quadro 2, serão representados as máquinas e equipamentos utilizados pelo produtor para a produção da cultura da soja e seus respectivos anos de aquisição e os valores pelo qual foram adquiridos.

Quadro 2 - Máquinas e Equipamentos

Descrição	**Ano de Aquisição**	**Valor Adquirido**
Caminhão Volvo VM 330	2017	R$ 100.000,00
Colheitadeira Case Axial-Flow 5150	2019	R$ 780.000,00
Plantadeira John Deere 1113, 13 linhas	2019	R$ 250.000,00
Pulverizador Autopropelido Uniport 3030 - Jacto, 3.000 litros e 32 mts de barra	2013	R$ 460.000,00
Trator Case Puma 225	2015	R$ 300.000,00
Total		**R$ 1.890.000,00**

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A propriedade objeto desse estudo possui como maquinários utilizados na safra da cultura da soja: (1) caminhão, (1) colheitadeira, plantadeira, pulverizador e trator, totalizando um valor total de investimento em R$ 1.890.000,00.

Em relação à depreciação destes maquinários utilizados, apresenta no quadro 3, os cálculos da depreciação levando em consideração o tempo de vida útil de cada máquina.

Quadro 3 – Depreciação dos Maquinários.

Descrição	Ano de Aquisição	Valor Adquirido	Vida Útil	Taxa de Depreciação	Dep Total - Ano R$	Dep Total - Safra Soja R$
Caminhão Volvo VM 330	2017	R$ 100.000,00	10	10%	R$ 1.000,00	R$ 416,67
Colheitadeira Case Axial-Flow 5150	2019	R$ 780.000,00	10	10%	R$ 7.800,00	R$ 3.250,00
Plantadeira John Deere 1113, 13 linhas	2019	R$ 250.000,00	10	10%	R$ 2.500,00	R$ 1.041,67
Pulverizador Autopropelido Uniport 3030 - Jacto, 3.000 litros e 32 mts de barra	2013	R$ 460.000,00	10	10%	R$ 4.600,00	R$ 1.916,67
Trator Case Puma 225	2015	R$ 300.000,00	25	4%	R$ 480,00	R$ 200,00
Total		**R$ 1.890.000,00**			**R$ 16.380,00**	**R$ 6.825,00**

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Conforme o Art. 6º do MP 2.159-70/2001, os bens do ativo permanente imobilizado, exceto a terra nua, adquiridos por pessoa jurídica que explore a atividade rural, para uso nessa atividade, poderão ser depreciados integralmente no próprio ano da aquisição. Na propriedade de pesquisa, identificamos a depreciação total de R$ 16.380,00, e na cultura da soja de R$ 6.825,00.

Conforme os custos com depreciação que estão no quadro 3, foi levado em consideração os custos sobre a cultura, como adubos, agrotóxicos, despesa com pessoal e sementes.



Quadro 4 - Custos Variáveis na Produção da Soja.

Descrição	2020 (01/08/2019 á 10/02/2020)	2021 (01/08/2020 á 10/02/2021)	2022 (01/08/2021 á 20/01/2022
Adubo	R$ 10.275,00	R$ 11.055,96	R$ 11.760,00
Agrotóxicos	R$ 14.312,65	R$ 63.019,35	R$ 48.238,15
Despesa com Pessoal	R$ 10.864,48	R$ 13.388,10	R$ 16.395,35
Sementes	R$ 9.350,00	R$ 10.127,33	R$ 10.819,20
TOTAL	**R$ 44.802,13**	**R$ 97.590,74**	**R$ 87.212,70**

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

No ano de 2020, os custos variáveis foram de R$ 44.802,13. No ano de 2021, foi de R$ 97.590,74 e no ano de 2022 os custos variáveis foram de R$ 87.212,70.

A grande diferença de valor de compra de agrotóxicos foi por conta do dólar elevado em 2020, chegando no valor de R$ 5,59 na compra.

Em relação ao comparativo de gastos com agrotóxicos, apresentou-se diferença a menor de 2021 para 2022 pois, devido a falta de chuva durante a safra para diminuir custos já que a produção já não seria como o esperado, o produtor decidiu deixar as aplicações de fungicidas e inseticidas para conter o ataque de percevejos, que em uma safra são necessárias de 3 a 4 aplicações. O produtor diminuiu as aplicações e fez apenas 2 aplicações de herbicidas e 2 de inseticidas e não comprou mais produtos para as próximas aplicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de caso buscou disponibilizar ao produtor rural o maior conhecimento sobre o impacto financeiro na contabilidade rural, para que o produtor possa tomar as decisões corretas para o andamento de sua propriedade.

O estudo de caso não apresenta o resultado final, pois ainda está em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil J. da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de souza. **Fundamentos de Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007



BRASIL. **Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário**. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília: MIRAD, 1985.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12 C e excel.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Companhia Nacional de Abastecimento. **Custos de produção agrícola: a metodologia da Conab**. Brasília: Conab, 2010. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/informacoes_agricolas/metodologia_custo_producao.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2022.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA BRASIL. **Panorama do Agro**. 2021. Disponível em:<https://cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial** / Silvio Aparecido Crepaldi. - 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2016.

CRESWELL, J. W. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CRUZ, S. C. S., JUNIOR, D. G. S., DOS SANTOS, D. M. A., LUNEZZO, L. O., & MACHADO, C. G. (2016). Cultivo de soja sob diferentes densidades de semeadura e arranjos espaciais. Revista de Agricultura Neotropical, V.3, n. 1, P. 1-6, 2016. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

ELDENBURG, Leslie G.; WOLCOTT, Susan K. **Gestão de custos: como medir, monitorar e motivar o desempenho.** Tradução: Luís Antônio Fajardo Pontes. Rio de Janeiro: LTC, 2007. Acesso em 14 de abril de 2022.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade industrial.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

(FPA), Frente Parlamentar da Agropecuária. **Importância da Soja para o Brasil**. Brasília, p. 1-6, nov. 2021. Disponível em: https://fpagropecuaria.org.br/2021/10/18/importancia-da-soja-para-o-brasil/. Acesso em: 15 set. 2022.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GUEDES, Ana Cecília *et al*. O arrendamento de terras no Brasil: subsídios para políticas públicas. In: GUEDES, Ana Cecília; CAZELLA, Ademir Antonio; CAPELLESSO, Adinor José. **O arrendamento de terras no Brasil: subsídios para políticas públicas**. 44. ed. -: Revista Grifos, 2018. p. 105-125. Disponível em https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2018/09/Artigo_Ana_Grifos.pdf.



HORNGREN, Charles T., FOSTER, George, DATAR, Srikant M. **Contabilidade de Custos.** Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos. Editora S. A., 2000.

Introdução à contabilidade e análise de custos: (simples & prático)/José Divanil Spósito Berbel. São Paulo: Editora STS, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM**, 2018. Disponível em:<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

JOSÉ JÚNIOR, Ribas Antonio José. **Gerenciamento da propriedade agrícola**. 2000. Disponível em: http://www.cnpsa.embrapa.br/abravessc/pdf/Memorias2000/3_Ribas.pdf.> Acesso em: 30 de agosto de 2022.

KRUGER, Silvana Dalmutt; MAZZIONI, Sady; BOETTCHER, Simoni Francieli. **A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais**. 2009. Disponível em: https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/944/944. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle.** São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA NETO, Aroldo Antonio de; JACOBINA, Asdrúbal de Carvalho; FALCÃO, Jales Viana. **A depreciação, a amortização e a exaustão no custo de produção agrícola. Revista de Política Agrícola**, v. 17, n. 1, p. 5-13, mar. 2008. Trimestral. Disponível em:<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/402/353>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade Gerencial.** Curitiba: IESDE, 2012.

Portal Tributário, 2022. Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/artigos/atividade-rural-imobilizado.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

GESTÃO EMPRESARIAL NO SETOR ALIMENTÍCIO: UMA ANÁLISE DAS ÁREAS DE RECURSOS HUMANOS, COMPRAS E VENDAS EM UM MINIMERCADO DE CASCAVEL - PR

BENDER, Lucas Henrique 1
ZORZI, Gabriel Dhiovane 2
SOUZA, Wellington Adriano De Paula 3
gdzorzi@minha.fag.edu.br
Orientador: CHIDICHIMA, Antônio Carlos
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O segmento alimentício é um dos ramos com maior tendência de expansão no Brasil, e consequentemente contribui consideravelmente para a geração de empregos e renda no país. Mediante a este cenário do mercado, este estudo tem como principal objetivo analisar o minimercado Angra através das variáveis internas e externas e identificar os fatores que influenciam e impactam diretamente, positivo ou negativamente nas operações administrativas da empresa, a fim de encontrar estratégias de melhorias para que a mesma tenha maior êxito em suas operações. A metodologia empregada foi à pesquisa qualitativa, com a realização de perguntas abertas, utilizando como ferramenta norteadora a entrevista semiestruturada que permitiu maior aprofundamento nas questões propostas, bem como na analise dos resultados obtidos. A fim de corroborar com o estudo apresentado, foram empregados fundamentos bibliográficos de autores da administração. O período de estudo foi de março de 2022 a setembro de 2022, junto aos sócios administradores do minimercado. Conclui-se que é imprescindível que os gestores de minimercados continuem em constante aperfeiçoamento a fim de satisfazer as necessidades de seu público-alvo e alcançar a excelência administrativa.

Palavras-chave: Minimercados. Expansão. Pesquisa.

INTRODUÇÃO

O setor de minimercados é um dos segmentos em maior expansão no país. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Sebrae a abertura de minimercados, mercearias e armazéns cresceu 13,6% entre 2020 e 2021 e atualmente, o Brasil tem mais de 400 mil mercadinhos registrados, sendo que os microempreendedores individuais (MEIs) são a maioria. Em vista disso, o crescimento deste segmento é extremamente importante para o aumento significativo da geração de empregos e renda no país.

As restrições impostas pela pandemia, principalmente durante o lockdown, tornaram-se um empurrão para acelerar as mudanças do setor. O isolamento somado à alta nos preços dos alimentos e dos combustíveis contribuiu efetivamente para que os consumidores

diminuíssem o número de grandes compras durante o mês em supermercados, e substituíram por compras menores em mercados de bairro.

Diante do mercado em expansão, é essencial que o minimercado se mantenha minimante competitivo, e para isso, além de dispor de produtos certos e um bom atendimento é excepcionalmente indispensável uma gestão eficiente. De acordo com o professor do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da UFRJ, Leonardo Marques (2019) "É preciso elevar o nível de serviço e investir em uma diferenciação, sem ter de apostar em um amplo mix. O mais importante é encontrar os itens que realmente atendam à necessidade do perfil de consumidor que frequenta o local".

O Mercado Angra está situado na cidade de Cascavel, Paraná desde 2009 e atualmente conta com um quadro de trinta e um funcionários. O minimercado dispõe de uma variedade de produtos alimentícios e utilidades domésticas. A empresa atua em um cenário com vários concorrentes diretos e indiretos localizados na mesma região e cidade. De acordo com o exposto, durante os estudos, que foram voltados aos setores de recursos humanos, compras e vendas.

O presente trabalho reuniu as informações das atividades operacionais e administrativas desenvolvidas dentro dos principais setores da empresa, com o objetivo de encontrar e analisar os aspectos negativos e positivos, além de propor possíveis soluções para os problemas identificados, com o desígnio de desenvolver e melhorar os processos internos da organização concedente de estágio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A metodologia é parte primordial desse estudo acadêmico, visto que contribui efetivamente para a investigação e análise de conceitos científicos, que possibilitam correlacionar o uso dessas ferramentas teóricas na prática para uma melhor eficiência na resolução dos problemas encontrados na gestão da organização.

Durante as visitas realizadas na empresa em estudo, foi utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa, com a realização de perguntas abertas, que permitem maior aprofundamento nas questões propostas, a fim de conseguir maior número de dados subjetivos e compreender as atitudes e ideias e motivações do individuo entrevistado. Para Minayo:

> "A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis." (MINAYO, 2000, p. 21-22)

É importante salientar que a finalidade deste estudo nos conduz a uma pesquisa exploratória, e para a realização da mesma foi elaborado um questionário semiestruturado, com a realização de perguntas abertas relacionadas aos setores da organização. Para coletar as informações foi utilizado um celular como meio de gravação. Gil (1999, p. 120) explica que na entrevista semiestruturada "o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada".

A fim de corroborar com o estudo apresentado, foram empregados fundamentos bibliográficos dos mais diversos autores da administração que contribuíram para embasamento teórico, bem como para a análise dos setores de Recursos Humanos, Compras e Vendas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO

Em relação ao Setor de Recursos Humanos, o propósito fundamental da gestão de pessoas é conceder meios que proporcionem as organizações atingir os resultados esperados, a partir da eficiência das pessoas que nela atuam. Ainda de acordo com Chiavinato (1999, p. 12) "os seis processos básicos da gestão de pessoas são os seguintes: agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas".

A escassez de capital humano durante muitos anos foi um empecilho para o desenvolvimento das empresas. Atualmente, acredita-se que as pessoas são os principais ativos das organizações, uma vez que só é possível alcançar os objetivos e metas organizacionais com profissionais engajados e dispostos a entregar bons resultados. Segundo Chiavenato (1999 p. 07) "A gestão de pessoas se baseia em três aspectos fundamentais, a saber: as pessoas como seres humanos, as pessoas como ativadores inteligentes de recursos organizacionais e ainda, como parceiros da organização".

A gestão de pessoas tem papel fundamental na manutenção da relação empresa e pessoas, afinal, além de desenvolver o processo de recrutamento e seleção é preciso manter esses colaboradores nas organizações conscientes e engajados a cerca dos objetivos e metas

estabelecidos. Para Chiavinato (1999, p. 09) “A Gestão de Pessoas nas organizações é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas – empregado, funcionários, recursos humanos ou qualquer denominação utilizada – para alcançar os objetivos organizacionais e individuais”.

Em relação ao Recrutamento à Capacitação dos Colaboradores, inúmeros fatores levam as organizações a realizar processos, seja pela necessidade de mão de obra ou pela rotatividade de funcionários. De acordo com Chiavenato (1999, p. 91) afirma que o recrutamento “é um processo de duas mãos: ele comunica e divulga oportunidades de emprego, ao mesmo tempo em que atrai os candidatos para o processo seletivo”.

Sendo assim quando se diz respeito ao processo de seleção, encontrar candidatos qualificados e que atendam os demais requisitos necessários para assumir a vaga é o principal desafio de quem está à frente de um processo seletivo. A maioria das organizações já utilizou diversos meios para tentar atrair os candidatos ideais, mas em vários casos sem obter o resultado esperado. Segundo Chiavenatto (1999, p.107) “Seleção é o processo pelo qual uma organização escolhe, de uma lista de candidatos, a pessoa que melhor alcança os critérios de seleção para a posição disponível, considerando as atuais condições de mercado”.

A remuneração representa a maior forma de compensação pelos serviços prestados pelo trabalhador, uma vez que o mesmo só continuará fornecendo sua mão de obra caso seu pagamento seja feito conforme as leis e também conforme o combinado com a empresa. Segundo Chiavenato (2010, p.279) “remuneração é uma retribuição e recompensa dada ao colaborador conforme os serviços, resultados e desempenhos prestados para uma organização ou empresa”. Ainda, de acordo com Reis Neto e Marques (2004, p. 5), “quando os sistemas de remuneração são implementados de forma integrada à estratégia da organização, à sua estrutura, a seus processos e às pessoas, são criadas as condições para construção de uma organização eficaz”.

O perfeito cumprimento dos aspectos relacionados à remuneração dos funcionários resulta em um estímulo na participação dos colaboradores na organização. De mesmo modo, os benefícios referentes aos empregados devem ser concedidos de acordo com a lei e ao combinado com a empresa. Para Chiavenato (2004, p. 314) “benefícios constituem pagamentos financeiros indiretos oferecidos aos funcionários. Incluem saúde e segurança, férias, pensões, planos de educação, descontos em produtos da companhia, etc”.

De acordo com outros autores, estes não são os únicos efeitos do alto índice de rotatividade. Lamcombe (2005, p. 259) “A saída de pessoas implica a perda de conhecimento e, às vezes, atraso na produção e perda de qualidade. Se o demitido ou demissionário for trabalhar para um competidor, a perda é ainda maior, por meio da transferência de conhecimento e por poupar ao concorrente o custo da formação de um profissional”.

O feedback quando bem aplicado, pode se tornar um instrumento fundamental para aumentar o engajamento dos colaboradores. Pita (2014, p. 7) conclui: “Após uma sessão de feedback bem conduzida, é interessante notar como o nível de confiança, comprometimento e cumplicidade das pessoas aumenta, e isso só é possível porque houve entendimento, o que não havia antes”.

Já sobre o Setor de Compras e Vendas, o mesmo é primordial para a manutenção e crescimento das organizações em geral, visto que através do mesmo é possível adquirir mercadorias de melhor qualidade, em um tempo favorável, na quantidade certa, do melhor fornecedor, a um preço adequado, com o propósito irrefutável de atender a necessidade do mercado. Segundo Miranda (1994, p.5) as organizações precisam gerar produtos e serviços em condições de satisfazer as demandas dos usuários finais – consumidores sob todos os aspectos.

Do ponto de vista estratégico, é indispensável que a organização invista em planejamento no setor de compras e vendas, sendo este fator essencial para a redução de custos, excesso de estoque e gastos com desperdício. Segundo Pozo (2007, p. 170): A função compras é vital para o processo de redução de custos da organização, com negociações adequadas e inteligentes, o administrador de compras poderá reduzir os gastos na aquisição de materiais e produtos desnecessários ao dia-a-dia da empresa.

É valido destacar que na atualidade as organizações são impulsionadas a encontrarem alternativas eficazes para aperfeiçoar o gerenciamento do setor de compras visando maior eficiência de escolhas para o processo como um todo. De acordo com Bertaglia (2003, p.109-110), A evolução dos processos empresariais tem afetado a forma de realizar compras nos dias de hoje, pois comprar serviços ou materiais pelo menor preço é uma preocupação constante, entretanto, a busca de um balanceamento entre o preço, qualidade, serviço, relacionamento e capacidade de entrega, ainda tem sido uma discussão importante.

O conceito de estoque está relacionado com o acúmulo de produtos em uma organização com a incumbência de atender uma demanda futura. Segundo Martins e Alt.

(2000, p.133) “Hoje todas as empresas procuram de uma forma ou de outra, a obtenção de uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes, a oportunidade de atendê-los prontamente, no momento e quantidade desejada, é grandemente facilitada com a administração eficaz dos estoques".

A fim de que o estoque seja um elemento agregador de valor e uma inerente vantagem competitiva, é essencial implantar uma gestão de excelência, eficaz e eficiente para a conquista das metas estabelecidas. Para Carretoni (2000, p. 83) gestão de estoques "significa gerir, administrar e racionalizar com economia os diferentes tipos de estoques mantidos pela organização".

Criar padrões de qualidade está inegavelmente correlacionado com a necessidade de inspecionar os produtos e processos realizados por uma organização, com o intuito de garantir maior confiabilidade dos produtos, definir os processos internos, aumentar os lucros e consequentemente melhorar a competitividade de mercado. Para Garvin (2002, p. 49) na visão transcendente, qualidade é o sinônimo de “excelência inata”. É não só absoluta, como também universalmente reconhecível, uma marca de padrões irretorquíveis e alto nível de realização. Correlacionando com o mesmo, Maximiano (1995, p. 160) afirma que “A Qualidade é um problema de todos e abrange todos os aspectos da operação da empresa, ou seja, a qualidade é uma questão sistêmica. Garantindo-se a qualidade do sistema, garante-se a qualidade dos produtos e serviços. Esta mudança de filosofia significa a evolução para a era da qualidade total”.

O processo de seleção de fornecedores é parte primordial da estratégia de compras e consequentemente da cadeia de suprimentos. Segundo Arnold (1999, p 218), uma vez tomada à decisão sobre o que comprar, a segunda decisão mais importante refere-se ao fornecedor certo. Um bom fornecedor é aquele que tem a tecnologia para fabricar o produto na qualidade exigida, tem a capacidade de produzir as quantidades necessárias e pode administrar seu negócio com eficiência suficiente para ter lucros e ainda assim vender um produto a preços competitivos.

RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

O Setor de Recursos Humano é imprescindível para todas as organizações, pois tem como principal objetivo selecionar, gerir e nortear os colaboradores, a fim de direcioná-los de

acordo as diretrizes da organização, para que a mesma atinja suas metas e objetivos.

A empresa em estudo não dispõe um setor de Recursos Humanos. No processo de recrutamento e seleção de novos colaboradores os candidatos são previamente selecionados para participarem de uma entrevista realizada pelos sócios-proprietários da empresa com a participação e auxilio do funcionário responsável pelo setor.

Em virtude dos vários cargos disponíveis dentro do minimercado, os requisitos de contratação variam de acordo com a vaga oferecida. Na grande maioria das funções não é exigido um alto grau de escolaridade, mas quesitos como boa aparência, comunicação, habilidades necessárias e disposição para assumir a vaga são essenciais para a contratação ser efetivada.

Em relação ao treinamento oferecido, o mesmo ocorre na prática, por um período de experiência de três meses na qual são treinados e amparados na função que irão realizar pelos sócios ou lideres de setor.

Os exames admissionais e periódicos são realizados por uma empresa terceirizada, na qual é avaliada a saúde física e psicológica do indivíduo colaborador conforme a função que o mesmo irá desempenhar, levando em consideração que em âmbito nacional, a Portaria SVS/MS nº 326 de 1997, em seu item 7.2 exige aos profissionais que trabalham com manipulação de alimentos, realizem exames que descartem a existência de microrganismos patógenos que prejudiquem a sanidade dos alimentos manuseados.

O registro do diário da jornada de trabalho é feito mediante ponto eletrônico, e o banco de horas é remunerativo, ou seja, horas extras. Os salários variam de acordo com a atividade realizada, e a empresa não tem quinzena, mas fornece até quarenta por cento de adiantamento para compras realizadas no minimercado, além de dez por cento de desconto e vale transporte quando solicitado. Ainda assim, para os funcionários do caixa é concedido um bônus de cem reais caso o furo não ultrapasse cinco reais.

O feedback é realizado pontualmente com cada funcionário, na qual o administrador no momento que presencia uma postura correta ou incorreta por parte do funcionário, se dirigi ao mesmo pontuando sobre a atitude. A empresa realizava antes da pandemia uma reunião a cada três meses para divulgar os resultados obtidos pelo minimercado, mas de acordo com o administrador, tornava-se muito maçante e abria espaço para questões impertinentes a empresa, por isso, destitui-o essa prática.

O minimercado possui uma rotatividade de aproximadamente vinte e cinco por cento ao ano, de trinta funcionários oito são desligados da empresa, tendo esta como maior incidência principalmente no setor de caixas, na qual a maioria dos colaboradores não permanece mais que seis meses. Apesar disso, o administrador enfatiza que o minimercado paga mais que média geral de salário dos concorrentes, para os operadores de caixa, além disso, já testou contratar mulheres mais jovens que por motivos diversos não perduraram nas vagas, mas recentemente ao efetivar mulheres mais velhas obteve melhores resultados, já que as mesmas não possuem mais responsabilidades alheias. Mesmo assim, o administrador busca compreender qual motivo leva a essa alta rotatividade, e analisando a possibilidade de buscar novos meios de remuneração, a fim de reter esses colaboradores.

Diante de todas as informações coletadas acerca do Setor de Recursos Humanos, alguns apontamentos foram realizados: Observou-se que o minimercado possui um alto índice de rotatividade de funcionários no setor de caixas, o que pode acarretar no aumento de custos com recrutamento, seleção e treinamento, bem como em gastos com admissões e demissões. Para tanto é imprescindível, adotar medidas como o aprimoramento do processo seletivo, através da realização de contratações estratégicas, e para isso é necessário fazer um mapeamento das funções, a fim de definir o perfil exato do candidato para ocupar o cargo, e se a vaga realmente atenderá as necessidades atuais e futuras do entrevistado. Em vista dos pontos apresentados, entendesse Bulgacov (2006) onde afirma que o gestor de pessoas precisa ter um nível elevado de informações acerca dos profissionais que já atuam na organização, a fim de poder tomar a melhor decisão para a escolha do futuro ocupante do cargo.

Além disso, a empresa em questão não possui plano de carreira, porém, os colaboradores que se destacam e apresentam melhores desempenhos são sucedidos a cargos superiores. O desenvolvimento de um plano de carreira com o intuito de incentivar, motivar e reter os funcionários uma vez que se realizado bons serviços sua hierarquia dentro da instituição se elevaria. De acordo com o fato apresentado, compreende-se Dutra (1996) que afirma que os funcionários com maior potencial permaneçam na empresa ao sentirem-se atraídos por uma possibilidade de crescimento profissional. E por isso, o nível de motivacional cresce devido à perspectiva dentro da organização.

Ainda sim, a realização de uma divisão de lucros entre os funcionários, através de um sistema de cálculo de divisão que leva em consideração o comportamento do colaborador. Sendo assim, o número de faltas, advertências, horas extras, cumprimento da carga horária,

por exemplo, deverão ser levadas em consideração para realizar a divisão de maneira mais justa e igualitária. Em relação às observações feitas, interpretasse Chiavenato (2007) na qual afirma que o sucesso de uma organização não é apenas fruto exclusivo da sorte, mas de uma série infindável e articulada de decisões, aglutinação de recursos, competências, estratégias em uma busca permanente de objetivos a fim de alcançar resultados cada vez melhores.

O Setor de Compras e Vendas é uma parte essencial do processo logístico de uma empresa, afinal através do mesmo é possível suprir a necessidade de mercadoria, além de avaliar e selecionar os produtos e fornecedores, a fim de encontrar os melhores preços, condições de pagamento e prazos de entrega.

Cerca de 60% dos alimentos vendidos na panificadora são de fabricação própria do minimercado e os outros quarenta por cento é adquirido de fornecedores locais. Em relação ao açougue, a empresa dispunha de um rebanho de gado de corte para abate que posteriormente era comercializado no minimercado, mas de acordo com o entrevistado não supria a necessidade de demanda, e manter a equivalência de preços era um desafio, visto que, o fato de ser produção própria não anulava os custos com insumos, transporte, tempo e mão de obra, portanto, ao vender para o próprio empreendimento o preço deveria ser equiparado com o do frigorifico. Consequente o gestor optou por vender a fazenda, diminuir o tempo de trabalho e comprar diretamente do frigorifico.

No setor de compras e vendas em geral, para o gestor existem produtos considerados indeclináveis, ou seja, é preciso adquirir e estar disponível aos clientes do minimercado. São estes os produtos de marcas conhecidas e de uso diário do consumidor e que consequentemente, são de grande procura por parte dos mesmos, mas da mesma forma, também é essencial fornecer opções, essa análise é feita pelo entrevistado através de uma analogia, como por exemplo, o sabão em pó OMO detém atualmente maior parte do mercado, mas além de comercializar o mesmo, é preciso ter outras marcas como YPÊ, COMFORT, SURF, e entre outros, que possuem menor preço ou que portam a “fama do momento” ao lançarem um compre mais e pague menos, ou uma nova flagrância.

Ainda em relação ao controle de estoque, o gestor salienta que apesar de possuir um sistema de controle em operação, a contagem manual e visual é essencial, eficiente e indispensável para quantificação dos produtos armazenados. E que só obteve esta contestação após o uso do sistema por um ano, e uma contagem manual realizada no início do ano, na qual obteve furo de estoque, considerando ainda assim, a margem de cinco e seis por cento de

furtos ocorridos. O sistema de controle de estoque utilizado está passando por um aprimoramento, mas já permite que ao fabricar um alimento na confeitaria, os insumos utilizados sejam baixados do estoque, ou seja, a empresa já possui algumas receitas cadastradas no sistema e pretende atualizar o mesmo durante este e o próximo ano.

As formas de pagamento, portanto, são determinadas pelos fornecedores, em alguns casos é oferecido um desconto ou determinado um prazo para pagamento que varia geralmente entre sete, quatorze ou vinte e um dias.

Em relação à taxa de perca dos produtos, as mesmas variam entre os setores de três a vinte por cento, após a estipulação dessa taxa, foi possível embutir no valor de venda final dos produtos, no açougue, por exemplo, em geral uma peça de carne possui uma quebra estipulada de até vinte por vento, sendo está a maior taxa entre os produtos do minimercado, tendo o valor de perca embutido diretamente no preço de venda do produto.

Diante das informações coletados em relação ao Setor de Compras e Vendas, alguns apontamentos foram realizados: Foi possível verificar que o sistema de controle de estoque em operação possui dados incompletos, o que não permite uma verificação conclusa sobre o giro de mercadorias. De acordo com o fato apresentado, analisa-se Arnold (1999) onde afirma que os registros de estoques imprecisos ocorrem por diversos fatores, porém todos são frutos de um sistema ruim de manutenção de registros.

Ainda assim, compreende-se que o administrador tem consciência com relação às limitações de espaço físico para armazenagem de estoque e, portanto, realiza compras baseadas no giro mínimo de estoque, o que beneficia diretamente para evitar desfalque de produtos ou baixa qualidade de armazenamento. Diante do fato analisado, entendesse Martins e Alt (2006), onde defende que a gestão de estoques como uma série de ações que permitem ao gestor analisar se os estoques estão sendo corretamente utilizados e bem localizados em relação aos setores que deles utilizam, manuseados de forma adequada e controlados de maneira eficaz.

Destaca-se também que contratar a nutricionista será extremamente benéfico para criação de novos padrões de qualidade para a organização, o que poderá elevar a atratividade dos consumidores que frequentam o minimercado. Em relação ao fato analisado, compreende-se Chen (1997) na qual afirma que a gestão da qualidade está definida em pilares que tem como foco principal o cliente, ou seja, s os produtos e serviços devem atender e satisfazer as necessidades do consumidor, além de cumprir os parâmetros gerais da organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por intuito analisar os processos operacionais e administrativos de um minimercado, a fim de oportunizar a correlação entre o teórico e o prático, essencial para a aprendizagem acadêmica, além de propor melhorias do ponto de vista acadêmico aos administradores da organização, dentro dos recursos financeiros limitados de uma empresa de pequeno porte.

Portanto, como sugestões de melhoria alguns apontamentos foram realizados sobre os dois setores abordados neste estudo, com o intuito auxiliar e proporcionar maior efetividade nos processos realizados pela organização até o final deste estágio, e alcançar assim, a excelência administrativa e consequentemente operacional da empresa.

REFERÊNCIAS

Agência Sebrae de Notícias (ASN). **Segmento de mercadinhos de bairro cresce durante a pandemia**. Disponível em: https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/segmento-de-mercadinhos-de-bairro-cresce-durante pandemia,58df30d4baf10810VgnVCM100000d701210aRCRD

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de Materiais:** uma introdução. São Paulo: Atlas,1999.

BERTAGLIA, P. R. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. São Paulo: Saraiva, 2003.

CARRETONI, Enio. **Administração de Materiais:** uma abordagem estrutural. Campinas: Alínea, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999

_____. **Gestão de Pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

GARVIN, David A., **Gerenciando a qualidade:** a visão estratégica e competitiva, Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002;

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Governo Federal. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:** Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997.pdf**.** Disponível em:

https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/portaria-no-326-de-30-de-julho-de-1997.pdf/view

_____. **Portal da legislação:** Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

LACOMBE, Francisco. **Recursos humanos:** princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C**. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 2 ed. Saraiva, 2006.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, **Introdução à administração**, 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995;

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

MIRANDA, Roberto Lira. **Qualidade total:** rompendo as barreiras entre a teoria e a prática. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1994

PITA, Eliana. **Como Dizer?** A Arte de Dar e Receber Feedback. 1ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2014. ROBBINS et al. A Nova Administração. São Paulo: Saraiva, 2013.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais:** Uma Abordagem Logística, 4.ed. São Paulo:Atlas,2007.

Revista Super Varejo. **Minimercados crescem 62% em apenas 4 anos**. Disponível em: https://supervarejo.com.br/materias/ta-na-mao-minimercados-crescem-62-em-apenas-quatro-anos



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO DO PIS E COFINS MONOFÁSICO

Rasche, Jussara[1]
Muller, Maira[2]
jcrasche2@minha.fag.edu.br
Orientador: Siqueira, Ruben[3]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente artigo será apresentado sobre a recuperação de crédito tributário de uma empresa revendedora de bebidas do Lucro Presumido sobre os impostos de PIS e COFINS monofásico, verificando-se se houve alguma recuperação a ser realizada e se ocorrem de forma correta e eficiente, sem haver sonegação e evasão dos impostos. Teve como objetivo geral a recuperação de crédito tributário no ramo de empresas de revenda de bebidas do Lucro Presumido, sendo que para a realização do artigo realizou-se um estudo com desenvolvimento de uma pesquisa exploratória, coletando dados dos Speed da Empresa sobre os meses de Abril, Maio e Junho, verificando quais produtos são monofásicos e logo após certificando-se se a empresa realizou o pagamento adequado dos impostos PIS e COFINS. Após a realização do estudo de caso haverá a verificação se a empresa realizou adequadamente o pagamento dos impostos, sem que ocorra o pagamento em duplicidade, sem evasão, elisão e sonegação dos impostos, ocorrendo de forma correta os lançamentos dos dados e valores das mercadorias no sistema, realizando o pagamento do valor adequado dos impostos. Portanto e de suma importância que uma empresa possa ter sempre um planejamento tributário de qualidade para que realize o pagamento correto dos impostos, e se ocorrer o pagamento indevido possam realizar o pedido de restituição sobre o valor devido, enaltecendo o sistema financeiro para que se possa investir em estrutura e mercadoria da empresa ou podendo investir em algo planejado, aumentando seu desempenho e sua revenda.

Palavras-chave: Tributos. Monofásico. Recuperação.

---

[1] Acadêmico(a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo
[2] Acadêmico(a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo
[3] Professor(a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo - ORIENTADOR

INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência necessária para a manutenção dos negócios, segundo Oliveira (2003 p. 2), “sua contribuição é de tal relevância que provavelmente a economia moderna não existiria”. Sendo uma ciência, a contabilidade é dinâmica, evoluindo e se adaptando às necessidades do mercado, nunca estando completa, sempre que um estudo se mostra concluído, um novo horizonte se mostra aos pesquisadores.

As empresas podem optar por regimes de tributações, real ou presumido, neste trabalho, teremos um enfoque no regime presumido, que está definido na Lei nº 9.249/95, Art. 15, e Lei nº 9.430/96, Art. 1º e 25, inciso I, onde ficam estabelecidas condições para a empresa poder optar por este regime, onde o lucro será presumido, aplicando-se um percentual definido em lei sobre o valor das receitas brutas auferidas (BASSANI, 2001).

O PIS teve sua criação através da Lei Complementar nº 7 de 07 de setembro de 1970, com a finalidade de promover a integração do empresário na vida e no desenvolvimento das empresas. Mais tarde, houve a criação do COFINS através da Lei Complementar nº 70 de 31 de dezembro de 1991, com a finalidade do custeio das despesas com atividades afins das áreas de saúde, previdência e assistência social (OLIVEIRA, 2003).

O regime monofásico, inicialmente é semelhante à substituição tributária, uma vez que ambas se verificam no início do processo produtivo, na fabricação ou importação, sendo neste momento realizado o recolhimento do tributo, que é devido por toda a cadeia produtiva. Porém a incidência monofásica não se confunde com a substituição tributária, em virtude da ausência de presunção quanto à ocorrência do fato jurídico tributário (FALCÃO, GUERRA e ALMEIDA, 2016).

Para os legisladores, na incidência monofásica, não importa a circulação do produto ao longo da cadeia. Somente, para se evitar a sonegação fiscal e facilitar a fiscalização tributária, o legislador onera a cadeia inicial, desobrigando as fases posteriores com a alíquota zerada (FALCÃO, GUERRA e ALMEIDA, 2016).

O presente tema é sobre a contabilidade tributária, mais especificamente sobre o processo de recuperação de créditos tributários, englobando as empresas do Lucro Presumido (CREPALDI, 2021).

No presente trabalho foi realizado um estudo de caso em uma empresa revendedora de bebidas, localizado no município de Toledo, analisando seus dados tributários coletados, verificando quais os possíveis ajustes a serem realizados e quais pontos positivos a serem reforçados.

Envolve um estudo em que as contribuições do PIS e da COFINS devem ser recolhidas apenas por fabricantes ou importadores. Esse processo consiste na atribuição e responsabilidade tributária ao fabricante ou importador de alguns produtos de recolher o PIS e a COFINS a uma alíquota diferenciada, de modo a contemplar a carga tributária de toda a cadeia produtiva. Por outro lado, a alíquota das operações seguintes é reduzida a zero na tributação do PIS e da COFINS sobre as receitas como a venda dos mesmos produtos.

Para isso, tem como questão de estudo de campo os seguintes questionamentos: Como a cobrança monofásica do PIS e da COFINS pode impactar na redução da carga tributária de uma empresa comercial?

Tendo como objetivo verificar a importância de um planejamento tributário de PIS/COFINS adequado sobre as empresas do Lucro Presumido, a não realizar pagamentos de impostos maior que o necessário, conseguindo realizar a recuperação de crédito tributário devido e justo as empresas. Tendo em base para a elaboração do estudo os artigos, livros científicos e a legislação.

Foi realizada uma análise, quando os impostos do PIS COFINS podem ser restituídos, bem como suas porcentagens, e o seu impacto orçamentário dentro de cada instituição (CREPALDI, 2021).

A recuperação de crédito tributário é um direito de toda instituição, garantido por lei. Se tornou uma forma de ser praticada a chamada Elisão Fiscal, que é uma estratégia para redução de carga tributária das empresas, através de uma omissão do fato gerador do produto, ou seja, com um planejamento, é possível encontrar formas legais, de se fazer certas manobras para que haja um recolhimento reduzido sem burlar o sistema.

A recuperação se iniciou com o levantamento dos tributos recolhidos nos últimos meses entre Abril, Maio e Junho, com uma minuciosa análise de todos os valores pagos e possibilidades de recuperação.

O desenvolvimento adequado depende de princípios éticos contábil tendo foco em análises tributárias, desenvolvimento empresarial, contendo certificados frequentes com contadores capacitados e habilitados para realização da aderência.

O objetivo geral deste trabalho é propor um estudo sobre a recuperação de créditos tributários de empresas do Lucro Presumido, especificamente sobre PIS e COFINS, sendo baseado em literaturas e análises para se verificar como ocorre o controle do recolhimento no ramo empresarial.

Tendo ainda como objetivos específicos, os seguintes pontos: analisar de que forma se deu o cálculo do imposto do último mês, desenvolver análise de recuperação de crédito dos produtos de PIS e COFINS monofásico, e compreender o conhecimento do empresário sobre a tributação de PIS e COFINS monofásica sobre os produtos comercializados.

Diante de todos os argumentos apresentados, verifica-se a importância de um planejamento adequado com um controle eficiente para que sejam minimizados ao máximo os erros ou incongruências na administração das empresas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

1. TRIBUTOS

De acordo com o CTN, Art. 3º, entende-se que tributo é toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Oliveira (2010, p. 59) disse que:

> Para melhor compreensão, cada um dos seguintes elementos que compõem a sua definição deve ser analisado:
> -Tributo é a prestação pecuniária, pois o conceito legal exclui qualquer prestação que não seja representada por dinheiro. [...];
> - o Tributo é compulsório, pois a obrigação faz parte de sua essência.[...];
> - A criação ou instituição de um tributo depende exclusivamente da lei, não sendo admitidas outras maneiras de criá-lo.[...];
> - O art.3º do CTN afirma que o tributo não constitui sanção ao ato ilícito, significa que a hipótese de incidência depende da prática de atos lícitos.[...];

> - Finalmente, a cobrança de tributo é uma atividade privada da administração pública que não pode ser exercida por nenhuma outra pessoa[...];

Além de ser uma prestação compulsória, ou seja, que independe da vontade particular, basta que o indivíduo pratique algum ato ou esteja prescrita a exigência de um tributo que o mesmo será devido. Ele é instituído por lei, e só depois de aprovada pelo Poder Legislativo é que passa a ser aplicado um tributo. Observamos ainda que toda obrigação instituída pelo Estado observará os elementos acima descritos, para serem considerados tributos. Todavia, se uma obrigação for titulada como tributo, mas não observar estes elementos, não terá tal natureza (BRASIL,1966).

Analisaremos os tributos classificados como incidentes sobre o faturamento, são assim definidos pois tributam as receitas no momento da entrega de bens ou serviços, simultâneos à emissão das notas fiscais (BRASIL,1966).

São eles denominados PIS/PASEP e COFINS. As Contribuições ao Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de competência da União, com fundamentação legal na Constituição Federal (1988), em seu Art. 195:

> Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
> I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:
> a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
> b) a receita ou o faturamento;
> c) o lucro; [...].

Sobre esses impostos que gera rotatividade para o Estado conseguir se manter na administração das empresas, sendo algo obrigatório para que se obtenha um CNPJ ativo e consiga ter todos os benefícios relativos que uma empresa possa usufruir futuramente, sendo a principal a recuperação de crédito tributário se ocorrido de forma evasiva (JUSBRASIL, 2022).

2. ELISÃO FISCAL

A Elisão Fiscal de fato acontece quando o contribuinte antes de realizar o fato gerador da obrigação tributária, faz com que para resultar menor a onerosidade fiscal, com que não ocorra o nascimento da obrigação tributária afastando a ocorrência do fato gerador, sendo considerada uma conduta lícita (OLIVEIRA, 2022).

> "Evasão lícita ou legítima, se define como todo ato ou omissão que tenda a evitar, reduzir ou retardar o pagamento de um tributo, observando que sua principal causa resultaria do conflito entre o interesse individual de preservar o patrimônio e o interesse público de absorver uma parcela desse patrimônio para suportar uma parte dos gastos públicos." Sampaio Dória apud Oliveira (2022).

Sendo qualquer ato ou emissão que tende evitar, reduzir o pagamento de um tributo legalmente, de alguma forma que a empresa pague menor os seus impostos para que possa melhorar sua qualidade da saúde financeira, realizando investimentos com esses valores que seriam direcionados para impostos para algo que seja essencial dentro da empresa desde pagamento de dívidas, compra de matéria prima entre outros (OLIVEIRA, 2022).

Existem duas formas de se poder praticar a elisão sendo a induzida por lei onde o legislador por algum motivo de extras ficas realizam algum tipo de negociação que benevolamente são tributados ou quando ocorre a não incidência de tributos. e a resultante das lacunas de lei. Esse tipo de tributação é denominada impropria pela necessidade de não precisar alterar a tributação do mesmo pois acabam alterando a estrutura econômica (ROCHA, et al 2022).

A outra modalidade e a elisão resultante das Lacunas da Lei, onde que por mais rígido seja o legislador sempre haverá algum lacuna no sistema tributário, onde o contribuintes aproveitam a oportunidade para que consiga de algum forma realizar o pagamento do tributo em menor valor (ROCHA, et al 2022).

3. EVASÃO FISCAL

A evasão fiscal pode ser conhecida como fraude, simulação ou sonegação de impostos, sendo particularmente para que seja de alguma forma sonegado impostos.

O autor Sílvio Venosa apud Oliveira (2022) conceitua simulação como:

> “Simular é fingir, mascarar, camuflar, esconder a realidade. Juridicamente, é a prática de ato ou negócio que esconde a real intenção. A intenção dos simuladores é encoberta mediante disfarce, parecendo externamente negócio que não é espelhado pela vontade dos contraentes. As partes não pretendem originalmente o negócio que se mostra à vista de todos; objetivam tão-só produzir aparência. Trata-se de declaração enganosa de vontade”

Conceituando fraude como:

> “A fraude é vício de muitas faces. Está presente em sem-número de situações na vida social e no Direito. Sua compreensão mais acessível é a de todo artifício malicioso que uma pessoa emprega com intenção de transgredir o Direito ou prejudicar interesses de terceiros. [...] Na fraude, o negócio jurídico é real, verdadeiro, mas feito com o intuito de prejudicar terceiros ou burlar a lei”.

Ambos os atos podem estar prejudicando empresas ou terceiros por estar realizando algo que sonega impostos podendo no final do ciclo jurídico não bater com resultados esperados (OLIVEIRA, 2022).

Na evasão fiscal o ato é ilícito podendo ser através de ação e omissão, sendo um crime tributária quando ocorre o suprimento e redução dos tributos, obtendo-se informações falsas em depoimentos, documentos e livros, ou alterações e falsificações de notas fiscais ou não emiti-las (OLIVEIRA, 2022).

Tratando de distorções da economia podendo ser no momento onde ocorra no instante ou após, sendo tratado em lei o pressuposto de incidência da realização da evasão fiscal, sendo um dos principais partes para diferenciar sobre a elisão fiscal pois ela ocorre antes que o ato se exteriorize (OLIVEIRA, 2022).

4. CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Um mesmo fenômeno pode ser investigado sob enfoques diferentes, portanto deve-se indicar a literatura de base e os pressupostos que fundamentam a investigação. Por exemplo, um aspecto do controle gerencial pode ser investigado a partir da teoria institucional ou contingencial. A revisão da literatura envolve a análise dos trabalhos precedentes que trataram o tema proposto, delineando o arcabouço conceitual dos aspectos a serem investigados pela pesquisa. Deve mostrar que o autor conhece parte da bibliografia (do assunto que será analisado) que determinou a seleção e a viabilidade do tema. A revisão da

literatura apresenta citações diretas e indiretas dos autores consultados (ANDRADE FILHO, 2016).

O objetivo do crédito tributário corresponde ao direito do estado de exigir um tributo, ou seja, podendo exigir o objeto da obrigação tributária principal do sujeito, sendo o fato gerador para a recuperação de crédito é baseado naquilo que contém crédito é determinada a partir de sua data o fato gerador ou se ocorrer uma sentença será no seu trânsito que será reconhecido (SILVA, 2019).

De acordo com FABRETTI (2009) "O fato gerador é o faturamento mensal, assim entendido o total de receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil." Cabe ao estado definir o tributo diante ao fato gerador de acordo com seu limite sem prejudicar o estado próximo (BATINGA, 2015).

5. REGIME LUCRO PRESUMIDO

A tributação do Lucro Presumido é uma base de cálculo do IRPJ e CSLL, onde é calculado no encerramento de cada trimestre, efetivando o pagamento do mesmo no trimestres subsequentes, podendo ser a vista ou parcelado (LOPES, 2016).

A empresa que possui esse regimes e tenha uma atividade diversificada deve apresentar as receitas oriundas de cada atividade e aplicando a porcentagem adequada para a realização dos cálculos trimestrais. Sendo elas de acordo com Lopes (2016).

> "1,6% na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural; 8% para as atividades comerciais e industriais, de 32% ou, excepcionalmente, de 16% para as atividades de serviços".

Sendo realizado essa porcentagem para que cada derivativo tenha seu percentual adequado conforme a sua origem. Um dos principais pontos e perfis que as empresas escolhem para o regime do lucro presumido são as empresas que possuem folha salarial baixa, custos operacionais altos, margens de lucro altas, possuindo seu próprio local e pagando pouco frete (LOPES, 2016).

De acordo com o art. 13 Lei n° 9.718/98 são condições para ser lucro presumido empresas que:

> ‘Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013). § 1º A opção pela tributação com base no lucro presumido será definitiva em relação ao todo o ano-calendário. § 2º Relativamente aos limites estabelecidos neste artigo, a receita bruta auferida no ano anterior será considerada segundo o regime de competência ou caixa, observado o critério adotado pela pessoa jurídica, caso tenha, naquele ano, optado pela tributação com base no lucro presumido.”

Empresas que possuem uma maior lucratividade e que queiram ter um planejamento tributário adequado, que possam estar investindo em valores futuros, esses tipos de empresas buscam o regime de lucro presumido por ser esse perfil de empresa que se encaixa (LOPES, 2016).

6. TRIBUTOS MONOFÁSICOS

A tributação do consumo feita de forma monofásica, se dá em uma única oportunidade, levando em conta a capacidade contributiva e, de outro lado, o interesse de fiscalização por parte do governo, aumentando gradativamente suas eficiências econômica de uma empresa. Com a concentração do recolhimento dos impostos na fase de produção, tem-se uma antecipação do tributo a ser repassado ao consumidor, ocorrendo em uma única fase sendo no início da cadeia produtiva. Isso facilita a fiscalização, uma vez que existem muito menos produtores que consumidores (EDUARDO, 2009).

Os tributos monofásicos quando são recolhidos no início da produção ou na importação não consta nas próximas notas fiscais onde futuramente será produzida, diferentemente da substituição tributária que além de se basear sobre o valor agregado da próxima venda sendo lançados nas notas fiscais futuras, sendo pago pelo próximo adquirente, até a venda do consumidor final que realizará o pagamento final do tributo apurado de acordo com seus lançamentos fiscais (ALANO et al, 2017).

7. PIS/PASEP E COFINS

O PIS e o COFINS são impostos Federais sendo pagos por empresas privadas, podendo ser utilizadas na modalidade monofásica (única etapa). O imposto

do PIS é destinado ao seguro-desemprego, abono e participação da receita dos órgão da entidade, e o COFINS é para o financiamento da seguridade social – Previdência Social, saúde e assistência social (IBGEM, 2020).

O monofásico é uma cadeia relativa sobre o PIS/COFINS onde tributam-no no início da cadeia produtiva, em seguidas as empresas distribuidoras, atacadista e varejistas podem ter suas alíquotas zero pela questão do pagamento dessas alíquotas forem pagas no início da atividade na industrialização, com o objetivo de garantir que o produto faça suas tributações de acordo com o governo, tendo como seus maiores objetivos a evitarem a sonegação de impostos, pois assim realizam o pagamento no início do sistema do comércio onde os outras entidades não precisem realizar o pagamento ao governo, trataremos a forma de que isso ocorra dentro da empresa do Lucro Presumido no ramo de revenda de bebidas (IBGEM, 2020).

Os itens que podem fazer parte do grupo monofásicos são:

Bebidas frias – água mineral, refrigerantes, isotônicos/energéticos, cervejas;
Produtos de higiene pessoal, farmacêuticos e de perfumaria ;
Combustíveis;
Gás de cozinha;
Autopeças.

Sendo que cada tipo de empresa tem suas alíquotas, podendo interferir em cada produto produzido ou vendido, podendo ser verificado suas alíquotas junto à Receita Federal para que se possa realizar a recuperação de crédito tributário de forma adequada (IBGEM, 2020).

8. RESTITUIÇÃO

A restituição no regime do Lucro Presumido ocorre quando uma empresa realiza pagamento erroneamente de seus tributos, solicitando assim a Receita Federal para que reembolsem esses valores. Podendo ocorrer por diversos fatores, uma delas seria o pagamento em 2 vezes de uma guia mensal gerando um pagamento duplicado, valores calculados acima do correto entre outras situações (ZEBER,2021).

Desde 2017 o pedido de restituição tornou-se por meio eletrônico, podendo realizar a solicitação remota sem a necessidade de comparecer a algum órgão público. Essa recuperação ocorre quando é realizado o pagamento indevido, solicitando em cima de análises do planejamento tributário a restituição necessária de acordo com o perfil da recuperação de créditos, podendo ser judicialmente ou administrativo (ZEBER, 2021).

As principais vantagens de se realizar este ato jurídico é que ocorrem possibilidades de equilibrar a sua empresa com o valor restituído, melhorando o planejamento orçamentário. No caso de optar pela compensação pode ser utilizado para abater valores de créditos tributários devido sobre o patrimônio que se acumulam, com os benefícios de regularizar a sua situação fiscal e tributária do contribuinte (ZEBER, 2021).

CONCLUSÃO

No presente estudo de caso, até o momento podemos auferir que o sistema da empresa analisada está perfeitamente parametrizado em relação aos produtos com incidência de PIS e COFINS no seu regime monofásico.

Foram analisados os meses de Abril, Maio e Junho do corrente ano de 2022, em relação as notas de entrada e saída de todos os produtos que s encaixam no regime monofásico, não sendo encontrados qualquer irregularidade quanto a possíveis recolhimentos indevidos ou errôneos.

REFERÊNCIAS

ALANO, Rodrigo Schnorr. MORAES, Margareth Aparecida. MOMO Fernanda da Silva. **REGIME MONOFÁSICO DE PIS E COFINS: RELEVÂNCIA NA ESCOLHA DO REGIME TRIBUTÁRIO DA EMPRESA XYZ**. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/23-59-1-SP%20(1).pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

BATINGA, Tibério Romulo Medeiros. **A RECUPERAÇÃO DE CREDITO TRIBUTARIO NO AMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA DA PARAÍBA**. 2015. Disponível em:

http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/13047/3/PDF%20-%20Tib%C3%A9rio%20R%C3%B4mulo%20Medeiros%20Batinga.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

CREPALDI, Silvio. **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO TEORIA E PRÁTICA.** 4 Ed. São Paulo, 2021.

FABRETTI, Laudio Camargo. **CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 356 p.

FALCÃO, Joaquim; GUERRA, Sérgio; ALMEIDA, Rafael. **CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

FILHO, Edmar Oliveira Andrade. **Planejamento Tributário**. 2016. Disponível em: https://books.google.com.br/books. Acesso em: 05 jun. 2022.HOJI, Mazakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. 2 ed. São Pulo: Atlas, 2014.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A.B.(Org). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** São Paulo: Saraiva, 2006.

HAIR JUNIOR, F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM. R.L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados.** Porto Alegre: Bookmn, 2005.

JUSBRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 2022. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/654265/artigo-195-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso em: 14 jun. 2022.

LABOV, W.; WALETZKY, T. **Narrative Analysis. Oral Versions of personal experiences.** In Paulston, C. B., Tucker, G. R. Sociolinguistics. The essential readings. London: Blackwell. 2003.

LEI Nº 5172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em:14 jun.2022.

LOPES, Caroline. **Planejamento tributário: estudo de caso sobre lucro presumido e lucro real**. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/1757-13275-1-PB.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

IBGEM. **Produtos Monofásicos: O Que São?** 2020. Disponível em: https://ibgem.com.br/2020/08/12/produtos-monofasicos/. Acesso em: 14 jun. 2022.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de, **Contabiidade Tributária**, 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Nilo Junior de. **Elisão, Evasão e Planejamento Tributário**. 2022. Disponível em: https://www.unaerp.br/documentos/1499-433-1508-1-sm/file. Acesso em: 07 ago. 2022.

PEREIRA, José Matias. **Manual De Metodologia Da Pesquisa Cientifica**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012. 225 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social Métodos E Técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas S.A. 1999.

ROCHA, José Ernane Alves. BARCELOS, Leila Rufino. ROCHA, Patrica Alves. **O Planejamento Tributário e a Elisão Fiscal**. 2022. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/Dialnet-OPlanejamentoTributarioEAElisaoFiscal-6167846.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

SILVA, Laisla Thaís da. **Planejamento Tributário: Aplicabilidade Como Instrumento Financeiro De Redução Dos Custos Organizacionais**. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/2843-85-6338-1-10-20191122.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

STAKE, R. E. **The Art Of Case Study Research.** Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

ZEBER, Daniel Aroni. **Cuidados a serem tomados na Recuperação de Crédito Tributário**. 2021. Disponível em: https://zeberadvogados.com.br/recuperacao-de-credito/cuidados-a-serem-tomados-na-recuperacao-de-credito-tributario/. Acesso em: 05 jun. 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ANÁLISE SOCIAL SOBRE COMO A IMPRENSA REPRODUZIU RACISMO NAS MANCHETES DOS JORNAIS

GOMES, Larissa Vitória Gabriel
larissa.gomes6@unioeste.br
Orientador: MORAES, Denise
UNIOESTE – campus Foz do Iguaçu

RESUMO

Este trabalho analisa as manchetes das matérias que reproduziram racismo ou imagem estereotipada em torno da questão de raça quando abordam o mesmo assunto entre uma pessoa negra e uma branca. É importante combater e reconhecer os meios de opressão e humilhação na sociedade já que somos todos iguais perante a lei. Nesse sentido, a imprensa tem um papel fundamental em levantar esse debate e combater o racismo. Por fim, investiga-se manchetes de três principais veículos de comunicação do país, Veja, UOL e G1, entre os anos de 2011 e 2020, a fim de analisar os efeitos de sentidos pelas manchetes. Conclui-se que todos os veículos analisados possuem, cada qual, uma construção para narrar um fato, mas que contém, de forma implícita, uma posição.

Palavras-chave: racismo; imprensa; manchetes; meios de opressão; veículos de comunicação.

INTRODUÇÃO

A imprensa, assim como outras instituições, pode funcionar como um lugar de reprodução das condições de produção. Se pensarmos nas condições históricas da constituição brasileira, rapidamente nos deparamos – nas materialidades jornalísticas com a forma como a narrativa racionalizada é construída em torno de questões policiais, tornando a questão da raça uma questão central, se observarmos a forma como são construídas as designações em torno de tais narrativas.

Considerando a amplitude do problema, nosso foco é estudar estes discursos sob à ótica dos direitos humanos e da análise social. Ou seja, consideramos como premissa básica que é preciso garantir a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja cumprida, sem distinção e igual proteção de lei.

Os meios de comunicação contribuem com informação para o cidadão e, consequentemente, para o processo democrático, difundindo opiniões, construindo e desconstruindo imagens segundo interesses primários não jornalísticos, deixando esse aspecto em segundo plano. Nesse sentido, é importante compreender como a comunicação pode ter um viés racionalizado, mesmo que implicitamente e não posto de forma direta. O interesse não jornalístico, ou seja, o interesse político é um terreno fértil para que se prolifere notícias tendenciosas, jornalistas populistas, todos noticiando em direção contrária aos direitos humanos que é retratado caricaturalmente e abertamente desprezado.

É cada vez mais comum o uso de informações distorcidas e mal-intencionadas para desinformar, e construir um discurso voltado para o ódio contra defensores dos direitos humanos.

Considerando essa problemática, a nossa hipótese de trabalho é possível afirmar que as manchetes dos jornais produzem ou reproduzem racismo. Ou seja, utilizaremos a análise social e o gênero jornalístico, observaremos o funcionamento dos sentidos em torno de algumas notícias das principais mídias, tentando observar como são construídos os lugares de violações de direitos humanos por meio da estrutura social e como ela é afetada pelas questões ideológicas ou preconceituosas.

De maneira geral, podemos observar como uma simples notícia diária do cotidiano pode virar violações humanitárias, abrigada pela falsa existência (que beira, inclusive ao inconstitucional) de um exercício de “liberdade de expressão”. Ao colocarmos entre aspas, pontuamos que somente por meio do funcionamento ideológico é que se pode atribuir ao discurso de ódio a designação “liberdade de expressão”. Nesse sentido, discursos e publicações do jornalismo “marrom” [1] por buscas de leitores e manchetes “clickbait” - termo em inglês que significa “iscas de cliques” ou caça-cliques que tem como objetivo gerar cliques e alavancar a receita de divulgação online. O artigo 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que:

> 1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
> 2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática era aplicável ao ato delituoso.

É evidente, portanto, a importância da análise social narrada pela mídia e no jornalismo em geral, como a compreensão de como são formados os sentidos, os estilos, as coerências e coesões. Todos os elementos da análise sociais podem ser utilizados no texto jornalístico, com a finalidade de estudar e compreender qual a narrativa por detrás de uma manchete; para entender como a construção social o influiu, e de como uma posição ideológica pode ser sintaticamente construída e embutida nos textos. Dentre as formas possíveis de análise social, Souza (2021), define dois eixos centrais: espaço social e racismo multidimensional.

Essas duas correntes podem ser estudadas em complemento ou distintamente, porém, o autor propõe um desmembramento em cincos eixos centrais:

> Ser a classe social tão importante e daí toda ênfase das ciências da ordem e da imprensa venal em negar a construção diferencial de indivíduos pelo pertencimento de classe (...) desse modo, se torna invisível todo tipo de injustiça social. (Souza, 2021, p. 204)

Seja na perspectiva do espaço social ou na perspectiva do racismo multidimensional é importante perceber que a análise é que subjaz a ambas as perspectivas.

> A mídia absorve, reelabora e transmite o imaginário coletivo nas representações sociais. Como fica o negro na mídia? Não muito diferente da sua realidade social. É verdade que a realidade está se modificando, o problema que essa mudança é muito lenta. Enquanto isso os afro-brasileiros que estão à margem da sociedade desde a abolição da escravatura, agora continuam marginalizados nas favelas, com acesso precário ao estudo e emprego e sem ser representados na sociedade e na mídia. (LAHNI, 2007 p.83)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Para cada situação comunicacional, seja ela oral ou escrita, existe um gênero e um discurso construído de uma visão social ou cultural. Como estão a serviço do jornalismo, isso quer dizer que existem características estilísticas e temáticas que permitem a sistematização da produção jornalística.

Para o professor e jornalista José Marques de Melo (MARQUES MELO, 2009), pioneiro na investigação da temática no Brasil, “classificar gênero é o maior desafio”. Ele escreve que a configuração de identidade no jornalismo enquanto objeto científico e o alcance de sua autonomia passam pela sistematização de processos sociais entre a difusão da informação da atualidade, ou seja, do seu discurso manifesto, tornam as classificações indiretamente perceptíveis. O autor destaca duas categorias de jornalismo o opinativo e o informativo.

O campo da comunicação é constituído por conjunto processuais, entre eles a comunicação massiva, organizada em modalidades significativas, inclusiva a comunicação periodística (jornal/ revista). Está estruturada, por sua vez, em categorias funcionais, como é o caso do jornalismo, cujas unidade de mensagem se agrupam em classes, mais conhecida como gêneros, extensão que se divide em outras, denominadas formatos, os quais, em relação à primeira, são desdobrados em espécies, chamados tipos (MELO,2009, p.35).

Marques de Melo propõe o gênero informativo como reprodução do real, por meio do qual os jornalistas comunicam os fatos noticiosos e a leitura do real, jornalismo opinativo no qual existe uma análise da realidade dentro de uma

conjuntura temporal (MARQUES DE MELO, 2009, P.35). Considerando os objetivos da análise de pesquisa sobre análise do discurso em suas variantes, a perspectiva do sentido do discurso jornalístico compreendendo a estrutura do gênero que compõe uma ideologia ou até mesmo uma editoria, do que realmente seria desejável para os leitores.

A análise do discurso, ao ser utilizada no jornalismo, necessita expandir seus horizontes para compreender e ser capaz de analisar outras formas de produção textual, produção esta que está intimamente ligada a ideologias, a opiniões anteriores aos fatos e a construção de narrativas predeterminadas. É nesse sentido que a análise do discurso se torna um instrumento valioso para o estudo de mídias e de representações políticas. É importante notar que jornalista, o autor do texto, sempre irá construir seu discurso segundo alguma perspectiva:

> É comum que o jornalista se utilize não só da visão sobre a realidade fornecida pelas fontes, mas também de suas expressões. Em muitos momentos, assume as perspectivas de enunciação de outros pensando serem as suas. No momento em que produz o texto, considera-se o dono deste discurso, seu autor. (MACHADO e JACKS, 2001)

É notório que o jornalista toma posse dos discursos existentes, para escrever seu próprio discurso. Levar as últimas consequências esse argumento torna impossível justificar a realidade dos fatos por trás do discurso do autor. Obviamente isso não é o caso, portanto, é preciso atenção, principalmente do leitor, para perceber as nuances dos textos e o discurso ali produzido. Nesse sentido, o leitor é fator fundamental do discurso do jornalista, pois é com ele que se relaciona o autor, ele é seu público-alvo. O que escreve nunca pode esquecer o que lê, e, portanto, um discurso jornalístico nunca é, por fim, um monólogo, mas sempre uma espécie de diálogo.

> O leitor estabelece com os jornalistas uma relação de confiança ou desconfiança, admiração ou desprezo. Além disso, estabelece com aquele leitor imaginado, residente no texto, uma relação de identificação ou não. Se o texto é muito hermético ou excessivamente especializado, o leitor pode desistir dele por não se identificar com “aquele leitor para quem aquele texto foi produzido”. (MACHADO e JACKS, 2001)

A necessidade do jornalista de se relacionar com o leitor obriga o escritor a se

ater aos fatos e, de fato, esforçar-se para reproduzir a realidade. O âmbito da criação do discurso, portanto, é na esfera da composição gramatical, selecionando o que dizer e o que não dizer, como dizer, quais conectivos e quais preposições utilizar. Qual a personagem que irá utilizar, e como representá-la. O jornalista, nesse caso, não está criando fatos ou destorcendo a realidade, apenas está selecionando o que dizer e como dizer.

O discurso, portanto, sempre está em relação como o contexto social e a sua realidade e, consequentemente, com uma ideologia que é subjacente ao discurso. Um Jornalista americano da década de trinta constrói um discurso distinto de um jornalista francês contemporâneo, e isto porque eles são de culturas e realidades distintas, que implicam numa criação discursiva distinta. O sujeito que quer expressar uma realidade sempre o faz segundo suas perspectivas.

O campo teórico utilizado para fundamentar a metodologia é o método comparativo e, consequentemente, a metodologia utilizada será o levantamento de manchetes que reproduziram racismo com o objetivo de estudar e analisar a construção das frases a fim de detectar a influência social existente nessas manchetes.

Por meio da análise, é desconstruído o discurso criado no jornal e analisado o “dito” e o “não dito”, as expressões, os advérbios e todos os elementos capazes de indicar um viés discursivo contido na manchete do jornal. No levantamento realizado três veículos de informação foram selecionados para serem analisados, Veja, UOL e G1.

Desta forma, divide-se a análise segundo os veículos e, posteriormente, compara-se a abordagem de cada uma delas. Como a mídia escolhida foi apenas uma, a online, todo o debate acerca das mídias realizado até aqui será atribuído aos três veículos, da mesma mídia.

A preferência pela mídia on-line é pelo fato de sua maior propagação pela internet e pela divulgação no Facebook, Twitter, Instagram, blogs e canais de Youtube. Isto é, a preferência pelo meio online é pela sua maior divulgação e acesso geral. Outro elemento metodológico é que priorizamos apenas as manchetes e os subtítulos das manchetes para análise.

Nesse sentido, o foco é apreciar o impacto inicial que cada reportagem cria e a mensagem que cada jornal pretende passar. Isto é, qual é o discurso construído para narrar o fato e qual a manchete escrita para tentar criar impacto com esse discurso. Desta forma, pretende-se compreender qual o discurso formado para o fato e se existe uma predominância de alguma leitura em detrimento de outra.

É importante perceber que discurso é fundamental para a definição do estilo, que é próprio e individual. Outro elemento importante é que um falante pode ter discursos diversos, isto é, Jorge Amado, por exemplo, pode ter um estilo no início da carreira e outro distinto no final dela. Também é possível que um emissor emule ou crie diversos estilos. Isso é notável, por exemplo, ao analisar a obra de Fernando Pessoa e seus diversos heterônimos, cada qual construído segundo um estilo distinto, seja pelo estilo simples e sensorial de Alberto Caeiro, seja pelo pessimismo e valorização da modernidade de Álvaro de Campos. Outro elemento do estilo individual que pode ser percebido na fala cotidiana é a utilização de conectivos usados no início de sentenças.

Se o estilo é uma marca própria e individual de modo de produção do discurso, o registro pode ser compreendido com o contexto social e cultural na qual o discurso se produz. No registro, é necessária uma adequação ao meio, é preciso uma relação entre emissor e receptor do discurso, adequação essa que funciona como acordo implícito. Nesse caso, o estilo pessoal é anulado, dando lugar a um discurso rígido e pré-definido.

Por fim, Dooley e Levinsohn (2014), definem os canais de produção do discurso, que pode ser falado ou escrito. Ambos podem ser distintos e definidos segundo sete elementos: repetição, marcadores evidenciais, variações na ordem padrão, organização, precisão, sinais para linguísticos e aplicações práticas. As repetições são marcas características do texto falado, visto que diversas explicações rotineiramente se repetem, assim como expressões e vícios linguísticos (LEVINSOHN e DOOLEY, 2014). Nos textos escritos as repetições são mais econômicas, para não “cansar o leitor”.

A organização e a precisão são características do texto escrito, uma vez que ele é mais bem organizado, mais conciso, tem um ritmo melhor, o autor teve mais

tempo para encontrar as palavras corretas. O texto escrito é mais “livre” e uma tendência pragmática, pois pretende, em primeiro lugar, a compreensão do receptor.

Estas diversas formas de texto demonstram que são muitos elementos que se articulam para construir um discurso coeso e coerente, e que o emissor pode servir-se de diversos instrumentos para modificar ou construir um discurso pretendido. A análise do discurso, quando se volta para o jornalismo, ainda mais para o jornalismo político, abre diversas possibilidades de análise da interpretação de manchetes, matérias ou editoriais. Isso porque a voz utilizada, os sentidos produzidos, entre outras ferramentas, são capazes de criar um discurso narrativo pretendido pelo jornalista. Um exemplo que ilustra tal afirmação é a forma de utilização do referencial:

> Consideremos os seguintes exemplos:
> A. José foi acusado do crime.
> B. Jose foi acusado de um crime.
> Jose foi acusado de crime. (LEVINSOHN e DOOLEY, 2014, pg. 90)

É perceptível como a simples mudança de uma preposição pode modificar o que a frase pretende expressar. Se na citação A tem-se uma referência definida, isto é, se sabe qual o crime que José realizou, em B sabe-se apenas que ele foi acusado de um crime, sem se saber ao certo qual é esse crime. Na citação C não é apresentado nenhuma referência. Essa mudança de tom pode servir para diversas finalidades, desde amenizar uma culpa (a de José, que pode ter cometido crimes bárbaros e omitidos pela redação) ou até imputar um peso maior ao crime cometido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiro foi analisada a Veja. Ela utilizou a palavra denegrir (fazer ficar mais negro ou tornar escuro) em fevereiro de 2020 e em dezembro do mesmo ano atualizou a palavra colocando-a em parênteses. A segunda reportagem, publicada, publicada no blog 6 minutos do UOL, onde é abordado que empresas chinesas estariam em listas negras (expressão utilizada de forma negativa), e por fim, comparamos duas reportagens do G1 noticiando a prisão de dois jovens de classes sociais e raças diferentes.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos recursos teóricos que nos possibilitam identificar por meio do método comparativo de Durkheim é a associação do tráfico a pessoas negras, enquanto pessoas de classe média ainda são tidas como jovens e não traficantes. Por meio da desconstrução de frases, sentenças e outras construções gramaticais, detecta-se elementos aparentemente neutros. É o caso da palavra “lista negra” na manchete do UOL.

> As representações estereotipadas de afrodescendentes na mídia brasileira poderiam ser divididas em três esferas. A primeira privilegiando a imagem do negro passivo, centrada na sexualidade e alegria. A segunda relacionada à violência, criminalidade revolta e marginalidade. A terceira e mais atual, é a que descreve a imagem do sujeito solitário perdidamente “encaixado” num ideário embranquecido. (FREITAS, 2003).

É com base nesses três referenciais, da influência do mau uso da linguagem e da imprensa, que foi feito o levantamento e o estudo da manchete desses três veículos de grande circulação na imprensa online, para compreender o discurso implícito neles. Os três veículos analisados apresentam, cada qual, uma abordagem e palavra diferente.

Em todos os casos, é perceptível uma orientação que cada veículo possui, obviamente que nenhum desses grandes veículos de comunicação demonstram suas orientações políticas declaradamente, de modo objetivo e claro. Muito antes, é preciso ver as entrelinhas, no não dito, na construção das frases, naquilo que se tende a passar de forma sutil. É por essas razões que a análise do discurso é fundamental no estudo do enunciado, e para identificar quais linhas dos editoriais em questão.

REFERÊNCIAS

DOOLEY, Robert; LEVINSOHN, Stephen. **Análise do Discurso:** conceitos básicos em linguística. Petrópolis: Vozes. 2014.

FREITAS, Ricardo Oliveira de. Revista espaço acadêmico – n.31, Dezembro de 2003 – Mensal – ISSN 1519.6186.

LAHNI, Cláudia Regina. Cient. Cent. Univ. Barra Mansa – UBM, Barra Mansa, v. 9, n. 17, Julho, 2007.

MACHADO Marcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **InTexto**, nº 14, p. 68-79, 2008.

MACHADO Marcia Benetti; JACKS, Nilda. A. O discurso jornalístico. In: **X Compós** - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília. v. 1, p. 280-290, 2001. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1217.pdf.> Consultado em 10 de fevereiro de 2021.

MARQUES DE MELO, José. Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2010.

SOUZA, Jesse. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

ANEXO

Tabela 1 – Manchetes analisadas

Veículo	Título da reportagem	Data da publicação
Veja	Postagem da Secom critica Petra Costa por 'denegrir' o Brasil	3 de fevereiro de 2020 Atualizado em 22 de dezembro de 2020.
UOL	EUA incluem dezenas de empresas chinesas em lista negra, incluindo SMIC e DJI	18 de dezembro de 2020
G1	Estudante de Direito é preso no interior do Rio suspeito de tráfico de drogas Preso traficante que vendia ecstasy em redes sociais	19 de junho de 2020 29/07/2011
G1	Polícia prende jovens de classe média com 300kg de maconha no Rio	27/03/2015
	Polícia prende traficante com 10 quilos de maconha em Fortaleza	

Fonte: a autora



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A DUALIDADE DA EJA: DA COMPENSAÇÃO À MODALIDADE DE ENSINO

GENOVAI, Leticia[1]
lgenovai@minha.fag.edu.br
CRESTANI, Leandro de Araújo[2]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A educação de jovens e adultos (EJA) foi legalmente instituída como modalidade de ensino no Brasil a partir da promulgação da LDB n° 9394/96. A legalidade do ensino da EJA ocorreu após anos de políticas públicas que compreendem questões além do âmbito educacional desde o Brasil Colônia até a atualidade. Entende-se ainda, que a modalidade (EJA) já apresenta em suas raízes um contexto diferenciado dado a especificidade do público que a integra, não somente adultos, mas jovens e idosos. Ainda nesse sentido, compreende-se que a EJA existe para corrigir defasagens históricas que marginalizavam as camadas inferiores da sociedade em sua maioria. Pode-se inferir, portanto, que a reflexão em prol do ensino de jovens e adultos exige maturidade psicológica, social e pedagógica, dado a necessidade da oferta de educação para todos legalmente atribuída e socialmente necessária.

Palavras-chave: Legalidade. Modalidade. Reflexão.

[1] Acadêmica da Faculdade Assis Gurgacz, FAG -Toledo.
[2] Docente da Faculdade Assis Gurgacz, FAG - Toledo – ORIENTADOR.



INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, estimou-se que a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais foi de 6,6% (aproximadamente 11 milhões de Brasileiros). Ainda nesse sentido, a problemática em questão não é impasse apenas da atualidade, contendo suas raízes no Brasil colônia, que já dava sinais de que a dominação do sujeito seria leito para as gerações futuras.

Por conseguinte, é imprescindível que haja a reflexão dos fatores intrínsecos e fundamentais à EJA: função reparadora, equalizadora e qualificadora[3], visto que, a educação de jovens e adultos é formalizada através de um contexto histórico extenso e de árduo trabalho social. Nessa perspectiva, levantam-se questões pautadas na ideia do analfabeto como sujeito dependente e incompetente, culpado do subdesenvolvimento do país e por essa razão, desenvolvem-se planos de alfabetização que objetivam a reprodução, distanciando-se, portanto, do ideal pedagógico de formação de um sujeito crítico e independente.

Ainda nesse sentido, é importante considerar que o sujeito participante da Educação de Jovens e Adultos, integra uma gama de fatores relacionados à aquisição de ideias fora do ambiente escolar, ou seja, no ambiente de trabalho, instituições religiosas, bem como seu local de habitação (HADDAD, 2000). Dessa forma, não há como dissociar a prática educacional na EJA da realidade vivenciada pelo sujeito, pois ele carrega familiaridade com situações reais de ensino, sendo assim, a compensação de sua dificuldade alfabética por outra, é ineficaz e incongruente ao real significado do uso da palavra.

Diante das necessidades educacionais implícitas a educação como um todo, se faz necessário o entendimento das singularidades inerentes à prática da EJA, o presente exposto, objetiva clarificar pontos históricos da Educação de Jovens e Adultos e ainda aborda-lá como fator de inclusão social.

[3] Em 2000, é homologado o Parecer CNE/CEB 11/2000 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, incluindo as funções da EJA.



1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos não é desconhecida ao Brasil, visto que, já no Brasil Colônia, os Jesuítas, tendo em vista suas responsabilidades culturais e educacionais, utilizavam da catequização como método de controle e disseminação de ideais a comunidade canarinha.

Já em 1759 com a saída dos Jesuítas do Brasil, a educação torna-se responsabilidade do Império, que passa a disseminar ideais elitistas e de monopolização do conhecimento pelas classes dominantes. Por conseguinte, cria-se a Constituição de 1824 (imperial) que prevê a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos e a criação de colégios e universidades, mas, não passou de intenção legal. Já, a partir do Brasil República, o sujeito analfabeto é visto publicamente como incompetente, passando inclusive a observar da proibição ao voto.

É possível compreender, que até então nada de fato acontecia na prática, eram discursos e legalidades sem conexões reais, visto que: “O censo de 1920, realizado 30 anos após o estabelecimento da República no país, indicou que 72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta”. (HADDAD, 2000, p. 109).

Já em 1934, cria-se uma nova constituição e o Plano Nacional de Educação (PNE), também em 1938 funda-se o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Já no ano de 1947 cria-se o Serviço de Educação para Adultos (SEA) com objetivo de reorientar o ensino supletivo, perdurando até a década de 50, sendo então denominado: Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos em que uma grande quantidade de sujeitos eram reunidos e se aplicava o ensino moral e de normas técnicas, visto que havia a necessidade de poderio sobre as camadas marginalizadas da sociedade.

De fato, houve queda nos índices de analfabetismo, mas deve-se haver o questionamento da qualidade de ensino aplicado e quais as condições em que ele

ocorria, e nesse sentido, nota-se que tais esforços foram eficazes apenas para porcentagens e valores.

> Os esforços empreendidos durante as décadas de 1940 e 1950 fizeram cair os índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos de idade para 46,7% no ano de 1960 (HADDAD, 2000, p. 111).

Até o momento, o adulto era visto com as mesmas necessidades educacionais de uma criança e por isso o atendimento pedagógico ofertado não condizia com sua realidade, ou seja, ainda "aplicavam-se aspectos da pedagogia, sem considerar a andragogia[4] necessária como parte do fazer pedagógico" (MARTINS, 2013, p. 159).

Já em 1958, no Congresso Nacional de Adultos começa-se a pensar nas ideias que Paulo freire disseminava, na qual o desenvolvimento educacional do adulto deveria ocorrer mediante sua necessidade e realidade, Freire ainda coloca em pauta as condições de miséria que eram mascaradas pela falsa ideia de que os analfabetos eram culpados pelo subdesenvolvimento do país. Já no inicio da década de 60, Freire é indicado para participar da elaboração do PNE e a partir de então passam a ocorrer diversos movimentos sociais em prol da EJA.

A partir do golpe militar de 1964 os movimentos sociais foram interrompidos e cria-se em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com o objetivo de erradicar o analfabetismo em um curto espaço de tempo, ainda que o objetivo principal estivesse pautado em ideais de controle, pois ainda que analfabetos, os sujeitos possuíam grande bagagem cultural. Já em 1990 o movimento é extinto com a chegada da Nova República e desenvolve-se a Carta Magna, que visava à entrada gratuita a educação para quem não a teve na idade adequada, e ainda, os municípios ficam responsáveis pela Educação de Jovens e Adultos.

[4] A andragogia trata do ensino para adultos, buscando a aplicação dos métodos mais adequados para os seus aprendizados.



2. EJA COMO FATOR DE INCLUSÃO

Considerando os aspectos inerentes aos movimentos sociais em prol da EJA, com o objetivo de debater e avaliar políticas públicas implementares para a educação de adultos, passam a acontecer as CONFINTEA's[5], a cada 12 anos desde 1949. A partir das pautas estabelecidas na V CONFINTEA em 1997 na Alemanha, estabelece-se a educação como direito de todos, e posteriormente, tais discussões culminaram na promulgação da LDB 9394/96 que estabelece os direitos do estado para com a educação nacional.

> A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
> § 1°: Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
> § 2º O Poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola. (BRASIL, 1996).

Ainda nesse sentido, não é difícil associar a palavra inclusão a pessoas com necessidades especiais, deficientes auditivos, entre outros. Porém, segundo Sanches e Teodoro (2006, p. 69), a inclusão escolar "deve contemplar todas as crianças e jovens com necessidades educativas".

Sendo assim, é preciso garantir que haja compreensão às diversidades inerentes ao público da EJA, sua multiplicidade e construção histórico-cultural. Nesse sentido, o docente assume papel de evidenciar o acolhimento das diferenças a fim de se garantir as três principais funções da EJA:

1. **Função reparadora**: refere-se o reconhecimento da igualdade ontológica de todo ser humano ter acesso a um bem real importante;

[5]Conferência Internacional de educação de Adultos - CONFINTEA é realizada a cada 12 anos, desde 1949, com o objetivo de debater e avaliar as políticas implementadas para a modalidade de educação de adultos.

2. **Função equalizadora**: refere-se à igualdade de oportunidades;
3. **Função qualificadora**: refere-se à educação permanente;

Dessa forma, efetivar tais funções é em suma, garantir o processo inclusivo do sujeito, homogeneizando as diferenças ao invés de apagá-las, pois, o sentido da Educação de Jovens e Adultos dar-se-á no momento em que o direito subjetivo a igualdade for reconhecido para todos os seres humanos.

É preciso considerar que o sujeito participante da modalidade EJA já possui uma bagagem de vida, e dessa forma, é detentor de saberes práticos reais e tangíveis a sua realidade, e dentro dessa proposta, o professor atua como intermediador e facilitador, na solução das problemáticas que ele encontra na sociedade. Sendo assim, a EJA deve ser considerada uma modalidade inclusiva, pois os adultos possuem mais experiências que adolescentes e dessa forma outorgam uma visão mais ampla de mundo que poderá ser aperfeiçoada junto ao trabalho pedagógico. Por fim, o autor Luis Fernando Veríssimo pontua que:

> E na velhice, com a sabedoria acumulada numa vida de leituras, com as letras ficando progressivamente maiores à medida que nossos olhos se cansavam, estaríamos então prontos para enfrentar o conceito básico de que vovô vê a uva, e viva o vovô. (VERISSIMO, 2001, p. 115.).

Ainda nesse sentido, Paulo Freire, define que a Educação de Jovens e Adultos, deve ser uma prática para liberdade e dessa forma, o trabalho na EJA deve ir além da codificação e decodificação. Além disso, Freire destaca que o trabalho na EJA não deve ser voltado para a educação “bancária”, ou seja, o aluno não deve ser visto como depósito de conteúdo, o trabalho pedagógico deverá permear a criticidade, capacidade de reflexão e formulação de novas ideias a partir daquilo que o sujeito já conhece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível considerar que hoje o movimento de alfabetização de adultos no Brasil permeia a reprodução histórico-cultural de movimentos sociais importantes e é imprescíndivel considerar que a vivência na EJA possui grande aporte filosófico, político e social.

Para tanto, se faz necessário compreender o passado, para que o presente seja entendido e o futuro alterado. Em suma, diante dos fatores histórico-culturais mencionados, entende-se que para a viabilização das funções inerentes a EJA é preciso que a sociedade reconheça o papel fundamental da escola para com o multiculturalismo e para tanto, a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade inclusiva.

Nesse sentido, o docente assume o papel de evidenciar o acolhimento das diferenças presentes em sala de aula e para isso, padrões estabelecidos na década de 50 não comportariam a realidade, pois é preciso que haja profissionais capacitados, e tomada de atitude real frente à necessidade do aluno, pois é a partir do seu reconhecimento como parte integrante do meio em que vive que o sujeito concretizará sua criticidade, autonomia e independência social.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marlene. **Primeiras letras: alfabetização de jovens e adultos em espaços populares.** 1. Ed. São Paulo: Ática, 2010.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14, p. 108 – 128.

MARTINS, Rose Mary Kern. **Pedagogia e andragogia na educação de jovens e adultos.** Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 143-153, jan./jun. 2013.



SANCHES, I., & Teodoro, A. (2006). **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.** Revista Lusófona de Educação, 8(8), 63-83.

STRELHOW, Tyeles. **Breve história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010.

VERISSIMO, Luis Fernando. **Comédias para se ler na escola**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 113 – 115;



ESTUDO DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NA INADIMPLÊNCIA DE UMA EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

MEURER, Renan Soni - Autor 1[1]
RICHARTZ, Vinicius Eduardo - Autor 2[2]
verichartz@minha.fag.edu.br
Orientadora: KINZLER, Edina Carine de Souza[3]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Devido a pandemia do vírus COVID – 19 enfrentada pelo mundo durante os anos de 2020 e 2021, uma das medidas de proteção adotadas para controle do vírus foi o isolamento social, onde várias empresas e indústrias fecharam as portas por um tempo indeterminado e diversas pessoas perderam seus empregos, gerando assim uma grande crise econômica. Assim, inúmeras famílias passaram por problemas financeiros, não conseguindo realizar o pagamento de suas dívidas, se tornando inadimplentes. O principal objetivo desse estudo é analisar como a pandemia do COVID-19 afetou a inadimplência de uma empresa de materiais de construção, realizando um estudo de caso em uma empresa do ramo. No fim encontram se algumas sugestões de melhorias para que a empresa consiga amenizar o problema.

Palavras-chave: pandemia – contabilidade - inadimplência – crédito.

---

[1] Acadêmico Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo
[2] Acadêmico Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo
[3] Docente Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo



INTRODUÇÃO

O Brasil fechou o ano de 2021 com o maior índice de inadimplência já visto nos últimos anos. São vários fatores que levaram a população brasileira a ficarem endividadas, sendo um dos principais motivos a pandemia do COVID-19. No ano de 2021 a inadimplência foi a maior registrada dentro dos 11 anos últimos anos com média de 70,9% de endividamento, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). No fechamento do ano de 2021 no mês de dezembro foi o patamar histórico para os meses consecutivos, registrando 76,3% de famílias inadimplentes no país, de acordo com a Peic.

No estado do Paraná a inadimplência não foi diferente do restante do país, fechando o ano de 2021 com 90,4% de endividamento conforme dados da Peic, superando o ano de 2020 que foi de 89,6%, segundo a mesma pesquisa. Os paranaenses também encerram 2021 como maior dificuldade para pagar suas dívidas. Em dezembro do mesmo ano, 19,3% das pessoas endividadas relataram que estavam com as contas atrasadas e 6,3% relataram que não teriam como pagar essa dívida, de acordo com a Peic.

Conforme Silva (1998) as razões que levam os clientes à inadimplência podem estar relacionadas a múltiplos fatores ou até mesmo sua incapacidade de gerar caixa para cumprir com os pagamentos, mesmo não devendo ser o fator de decisão em alguns casos é preciso que haja garantias para concessão do empréstimo.

Desta forma é de extrema importância a empresa realizar a análise de crédito para evitar o não recebimento de suas duplicatas. Santos (2001) define a cobrança como sendo a última etapa do trabalho do administrador na atividade de contas a receber, mesmo que seja uma atividade operacional, a cobrança requer planejamento e controle para torná-la eficaz. Entretanto, para evitar ou diminuir a inadimplência e ter controle das contas a receber, se faz necessário a implantação de uma política de concessão de crédito e cobrança muito eficiente.

Assim, o trabalho apresenta como problema de pesquisa: Como a pandemia do COVID-19 afetou a inadimplência de uma empresa do ramo de materiais de construção?

O objetivo geral do estudo consiste em analisar como a pandemia do COVID-19 afetou a inadimplência de uma empresa do ramo de materiais de construção. Os objetivos específicos do estudo correspondem a: (1) descrever o processo de gestão de contas a receber; (2) descrever o processo de análise de crédito; (3) recomendar melhorias no processo para redução de inadimplência da empresa.

Conforme estudos realizados por Longenecker, Moore e Petty (1997), a venda a crédito é caracterizada pela troca de bens e serviços por uma promessa de pagamento. O principal objetivo desse tipo de venda é justamente estimular o crescimento das vendas mesmo correndo o risco de não receber o pagamento na data acordada.

Consultar e analisar o histórico anterior do cliente para aprovação do crédito, pode ser considerada uma garantia de reduzir a inadimplência, o que permite ao empreendedor conhecer a pessoa física ou jurídica, a qual irá negociar reduzindo o risco para o seu negócio. Segundo Santos (2001), política de crédito é o conjunto de condições que a organização determina para realizar suas vendas a prazo.

De acordo com Hoji (2000), a análise de crédito não deve se limitar a consultas iniciais. Os cadastros dos clientes devem ser constantemente atualizados, inclusive com dados pertinentes à pontualidade dos pagamentos, capacidade de pagamento e situação financeira. As informações podem ser obtidas em entidades como o SPC e a SERASA.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO

2.1 CONCEITO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

Contabilidade é a ferramenta para uma tomada de decisão, onde todas as informações são registradas na contabilidade, conhecendo então, a real situação da empresa perante seu patrimônio, o qual tem por objetivo o retorno de seu capital investido.

A empresa do ramo de materiais de construção deste estudo é de propriedade de dois sócios, sendo administrada e gerenciada por esses sócios. Eles possuem conhecimento em todas as áreas da empresa, bem como informações

variadas e úteis, as quais auxiliarão no seu processo decisório e tomada de decisão final.

Com base nas informações recebidas a interpretação destes grandes gestores, será definido o rumo da empresa.

Segundo Coutinho; Mattos; Fonseca e Braga (2008, p. 21), a definição de contabilidade é manifestamente vasto, mas pode ser entendido desta forma:

> A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração de todos os níveis a tomar as decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Assim, para esta decisão utilizaremos o processo da contabilidade financeira para assim seguir com a melhor decisão a ser tomada. Oferecer ou não crédito, tomar recursos ou aplicá-los são decisões constantes a que estão sujeitos executivos financeiros, qualquer que seja o negócio da empresa. (Securato, 1996).

Ao tomar uma decisão os executivos, gerentes, supervisores e os proprietários da empresa, devem fazer uma análise minuciosa do seu quadro econômico, para assim tomarem a melhor decisão no seu ramo de atuação.

2.2 CONTABILIDADE FINANCEIRA

Para a presente pesquisa foi escolhida a contabilidade financeira como enfoque, pois será uma empresa do ramo de materiais de construção o objeto do estudo mais específico que será realizado. Este tipo de estabelecimento comercial possui um constante fluxo financeiro, podendo muitas vezes não receber suas duplicatas em dia.

Segundo Salotti *et. al.* (2019, p. 36). ”O objetivo da Contabilidade Financeira é prover informações para os usuários externos de maneira geral, ou seja, não busca atender o usuário em específico, mas a maior gama possível de usuários”.

Argumentam Coutinho, *et. al.*, (2008, p. 20), que:

> Contabilidade financeira é a contabilidade geral, necessária a todas as empresas. Fornece informações básicas aos seus usuários e é obrigatória para fins fiscais. De acordo com a área ou atividade em que é aplicada, recebe várias denominações: contabilidade agrícola (aplicada às empresas agrícolas); contabilidade bancária (aplicada aos bancos); contabilidade comercial (aplicada às empresas comerciais); contabilidade hospitalar (aplicada aos hospitais); contabilidade industrial (aplicada às indústrias); e,

ainda, contabilidade imobiliárias, contabilidade pastoril, contabilidade pública, contabilidade de seguros etc.

A contabilidade financeira é observada nas demonstrações contábeis e financeiras, para que ocorram as publicações. A contabilidade financeira favorece aos que fornecem capital à empresa, ou seja, mais específico os investidores e credores.

2.3 ANÁLISE E CONCESSÃO DE CRÉDITO

A análise crédito serve para avaliação e averiguação se o cliente possui idoneidade e capacidade financeira para quitação e amortização de sua dívida. (Santos, 2010).

Para uma concessão de crédito as empresas podem se basear na Cs do crédito, em que obterão informações necessárias para análise subjetiva da capacidade financeira do cliente.

Os 5 (cinco) C 's de crédito são classificados em Caráter, Capacidade, Capital, Condições e Colateral. As definições segundo Gitman (1997) são:

Quadro 1 -

Caráter	É o histórico de pagamento do cliente. Investiga-se se ele costuma cumprir com seus compromissos financeiros, se respeita todos as suas obrigações financeiras e prazos;
Capacidade	É a capacidade de pagamento do cliente. Verifica-se o poder de compra através de declarações financeiras do indivíduo;
Capital	Diz respeito ao quão sólido financeiramente o cliente é. Compreende se o indivíduo tem potencial para honrar com suas dívidas ou se pode oferecer risco a empresa;
Condições	Contexto econômico em que o cliente se encontra. Entende a situação que o indivíduo se encontra, analisando o contexto econômico em que o cliente está inserido, junto com suas condições de pagamento e as perspectivas de mercado;
Colateral	O que o cliente deixa como garantia para que não haverá inadimplência.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A análise de crédito é extremamente importante e essencial na empresa, permitindo analisar a concessão ou recusa de crédito, diminuindo o risco no negócio.

2.4 PROCESSO DE COBRANÇA

Na concessão de crédito, as empresas sempre estarão expostas a riscos de inadimplências, os quais decorrem do não pagamento de dívidas por parte de seus clientes.

Para amenizar essa exposição de risco, é fundamental que os crediaristas somente liberem os recursos após uma análise minuciosa da situação financeira do cliente, baseadas em suas informações cadastrais (Santos, 2010).

A função de cobrança é a de recuperar créditos atrasados de forma que não prejudiquem o financeiro do credor e nem comprometam a idoneidade do cliente no mercado de crédito. Deve ter um suporte de cobrança que incorpore os procedimentos para a recuperação do crédito, como: contato telefônico, envio de cartas, visitas presenciais, agências de cobranças e protesto.

2.5 INADIMPLÊNCIA

Inadimplência é o termo utilizado quando o consumidor não realiza o pagamento da dívida, ou seja, não cumprimento do acordo entre devedor e credor.

No Brasil, há vários brasileiros que estão inadimplentes. Assim, ficar nesta situação e com o nome no Serasa prejudica o indivíduo financeiramente, assim como para a obtenção futura de crédito.

Segundo Rondon (2022, p. 52), diz:

> Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Ressalta-se a necessidade de ter cautela ao realizar as cobranças dos clientes inadimplentes, não cobrar em frente de outras pessoas, saber usar as palavras certas, para o devedor não se sentir ofendido ou ameaçado.

2.6 COVID-19

No dia 31 de dezembro de 2019, foi alertado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o vírus do coronavírus na província de Hubei, na República

Popular da China, uma semana após o vírus ter se espalhado por toda parte, conforme citado no artigo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS):

> Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos.
> Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Os coronavírus estão por toda parte. Eles são a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum.

No Brasil a primeira pessoa infectada pelo COVID-19 foi no dia 26 de fevereiro de 2020, desde então o número de infectados disparou, chegando a bater no ano de 2022 387.149 novos casos de COVID-19, segundo a JHU CSSE COVID-19 Data. Com a vacinação esses casos vêm diminuindo constantemente, no primeiro semestre de 2022 86,9% da população brasileira já foi vacinada com pelo menos uma dose da vacina, segundo a Our World In Data.

Com o crescimento de casos de infectados pelo vírus, foi necessário fazer o isolamento social, com isso várias empresas e indústrias tiveram que fechar por um tempo indeterminado, e assim a economia do país entrou em queda livre, conforme dito no artigo da OPAS:

> A necessidade de isolamento social para conter o avanço da Covid-19 fez os principais setores da economia entrarem em queda livre. A princípio, a indústria foi mais prejudicada, pois houve uma redução brusca de demanda com a paralisação da produção.

O Brasil enfrentou inicialmente uma crise de oferta, seguida por uma de demanda. As empresas tiveram de paralisar parte ou toda a produção, e a renda de boa parte da população foi interrompida.

Com o auxílio emergencial, a população começou a retomar as compras, mas houve uma desvalorização do real e um aumento no preço das matérias primas, fazendo assim uma queda nas compras, com isso muitas empresas tiveram que fechar suas portas, de acordo com o artigo do site Globo.com (2020):

> Com o Auxílio Emergencial, o país conseguiu retomar a demanda, mas sem que a produção das empresas acompanhasse o mesmo ritmo — resultando em alta dos preços em vários grupos da economia, sobretudo em alimentos e bens industriais.

3 METODOLOGIA

A metodologia é um processo de técnicas utilizado para formular e resolver problemas, investigação das consequências para obtenção de uma solução, e se necessária correção dos processos utilizados.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.65) define método científico como:

> Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Ao elaborar esta pesquisa foram utilizados livros, artigos e revistas, foi elaborado um estudo de caso na loja de materiais de construção, para identificar o nível de inadimplência.

Neste estudo foram utilizadas as pesquisas exploratórias, em que tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-los mais explícitas ou a construir hipóteses (Gil, 2010).

Segundo Gil (2002, p.41) define esta pesquisa como: “Estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seuplanejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”.

Segundo Samara e Barros:

> Os estudos exploratórios são realizados a partir de dados secundários, conversas informais com pessoas especializadas no assunto de interesse e estudos de casos selecionados, em que se incluem também pesquisas já realizadas.

Foi coletado dados, feito uma pesquisa com pessoas que tiveram experiências com a inadimplência e entrevistas com os sócios proprietários.

Os procedimentos utilizados neste caso foram pesquisa bibliográfica e estudo de caso, analisando o nível de inadimplência da loja de materiais de construção.

Pesquisa bibliográfica segundo Gil (2010, p.29) é:

> Elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

Foi estudado os conceitos que abrange toda a bibliografia da pesquisa, analisando os conceitos essenciais para uma proposta assertiva ao tema.

Os propósitos de estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim de proporcionar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por eles influenciados (Gil, 2010).

Identificar quais são os fatores e as variáveis que estão aumentando a inadimplência, adotando métodos para a diminuir o percentual de indivíduos com o nome comprometido.

O objetivo da pesquisa tem por finalidade entender como funciona o financeiro da empresa para realização de seus objetivos, trata-se de um método de investigação. Estudar o caso com profundidade, procurar compreender o problema, explorar e descrever os acontecimentos.

Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (Gil 2002).

Os dados serão coletados em uma loja de materiais de construção na região Oeste do Paraná, que abrange a cidade local e região, através de relatórios anuais e mensais cedidos pela organização. A metodologia utilizada será a qualitativa.

Segundo Samara e Barros (2002, p.31) define qualitativo como:

> As pesquisas qualitativas são realizadas a partir de entrevistas individuais ou discussões em grupo, e sua análise verticalizada em relação ao objeto em estudo permite identificar pontos comuns e distintivos presentes na amostra escolhida.

Analisando o nível de inadimplência e quais medidas e ações devem ser tomadas para reduzir o nível de indivíduos inadimplentes. Esta pesquisa poderá ser aplicada em outras empresas caso fiquem interessadas.

4 ESTUDO DE CASO

O estudo será realizado em uma loja de materiais de construção especificamente no departamento financeiro, com objetivo de conhecer e analisar os métodos utilizados para a análise e concessão de crédito. Através dos resultados

obtidos irão proporcionar conhecimentos para melhoria na análise e concessão de crédito aos clientes.

Os dados desta pesquisa foram coletados em uma loja de materiais de construção na região oeste do Paraná, onde atende a cidade local e região. Uma empresa que começou com 4 colaboradores e hoje possui um quadro de 16 funcionários e está há 22 anos no mercado.

No ano de 2017 pensando em seus clientes a empresa passou a fazer parte de uma das maiores redes de varejo de materiais de construção, ao ingressar junto a rede a empresa teve um grande desenvolvimento e crescimento, tanto na parte financeira quanto em suas vendas. A rede sempre oferece treinamentos, workshop, seminários, palestras, negociação com fornecedores e trocas de experiências entre os lojistas para o fortalecimento das lojas.

Foi escolhida esta loja por ser uma empresa familiar, ter pessoas conhecidas que trabalham nela e por ser a maior loja de materiais de construção na cidade onde é situada, a mesma abrange também as regiões à sua volta. Com o seu crescimento a loja terá um novo espaço, podendo atender seus clientes com mais conforto e credibilidade.

É uma organização bem estruturada e com faturamentos altos em relação a empresas menores ao seu segmento. Tem bom relacionamento com seus clientes e sempre procura atender aos pedidos solicitados de maneira ética, cumprindo sempre o que foi acordado.

A coleta de dados foi realizada através de observações e acompanhamento dos processos e documentos da empresa, como relatórios financeiros utilizados no dia a dia. O setor de crédito e cobrança da empresa é composto por dois funcionários que são responsáveis pelo cadastro, análise e concessão de crédito para clientes novos; controle de recebimentos, assim como as cobranças e negociações com clientes devedores. Ao efetuar a cobrança é definido um prazo para o devedor estar quitando sua dívida, não cumprimento do prazo estipulado é incluso no SPC, se mesmo assim não efetuar o pagamento é encaminhado para o jurídico.

Durante o processo de cadastro de um cliente novo, os documentos solicitados pela empresa para pessoa física são: CPF, RG, comprovante de

residência, holerite, telefone, e-mail, e para pessoa jurídica solicitamos CNPJ razão social, endereço completo, telefone, e-mail e inscrição estadual. Com todos esses documentos em mãos realizamos uma consulta no SPC, verificando o score e percentual de recebimento.

Com a realização da pesquisa foi identificado que a empresa não tem um padrão para análise e concessão de crédito, é feito apenas uma consulta junto ao SPC para verificar se o cliente já está na condição de inadimplente.

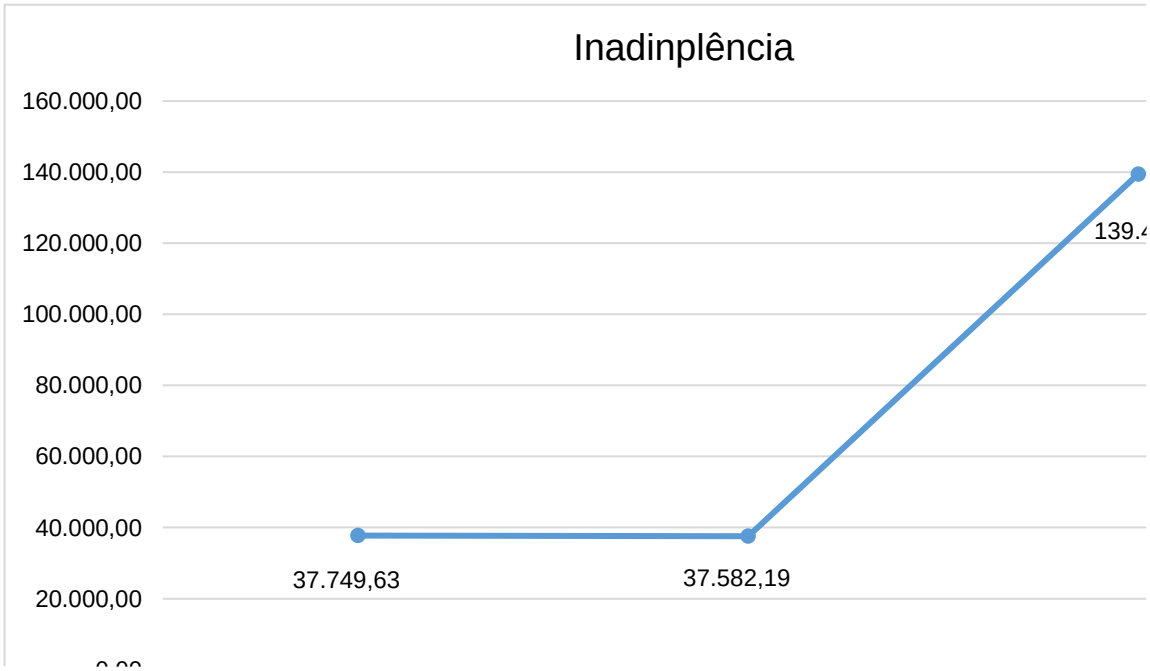
Com os dados coletados inicialmente tem se a análise e a evolução do Faturamento e da Inadimplência dos anos de 2019 (ano anterior a pandemia) e 2020, 2021 (anos durante a pandemia), conforme apresentados nos gráficos 01 e 02.

Gráfico 1 - Faturamento



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

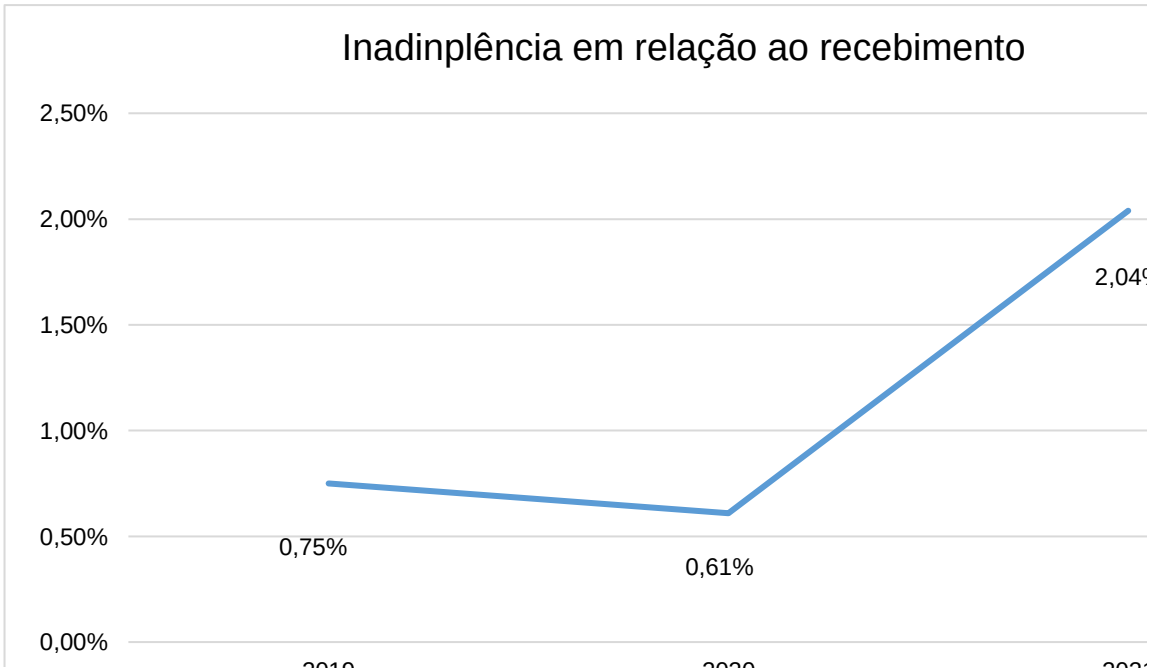
Gráfico 2 - Inadimplência



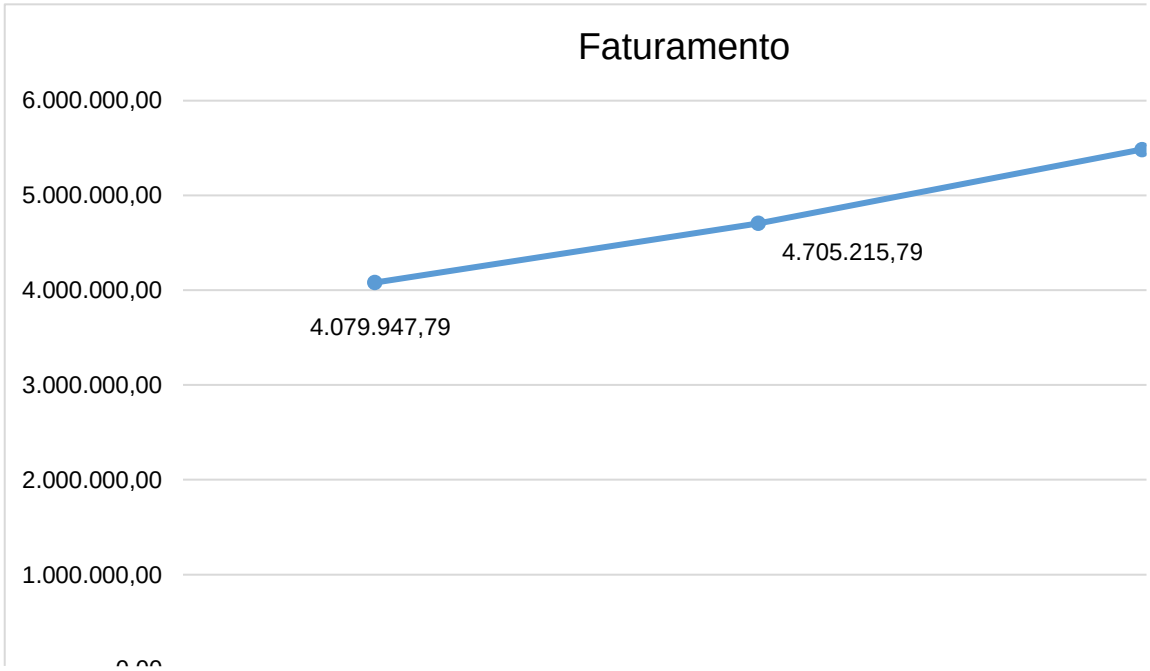
Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

O gráfico 03 na sequência, mostra o percentual de aumento da inadimplência em relação ao faturamento no período analisado.

Grafico 3 - Percentual de Inadinplencia em relação ao faturamento



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

CONCLUSÃO

O estudo de caso ainda está em fase de desenvolvimento e coleta de informações onde ao final do estudo será descrito o processo de gestão de contas a receber e do processo de análise de crédito e serão recomendadas melhorias no processo para redução de inadimplência da empresa.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Atimo de Souza; MATTOS, Claudio de Carvalho; FONSECA, Paulo Henrique Lopes da; BRAGA, Zuinglio José Barroso. **Contabilidade Financeira**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

G1, 12/12/2020, disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/12/como-a-pandemia-baguncou-a-economia-brasileira-em-2020.html

JOVEN PAN, 21/04/2021, disponível em: https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/pesquisa-aponta-que-63-dos-brasileiros-relatam-aumento-dos-gastos-na-pandemia.html.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OPAS, disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19.



RONDON, Rodrigo. **Eu Devo, Tu Deve, Nós Devemos – guia básico do consumidor inadimplente**. 2022, disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=Bc9kEAAAQBAJ&pg=GBS.PA54&hl=pt_BR.

SALOTTI, Bruno Meirelles; LIMA, Geraldo A. S. F. de; MURCIA, Fernando Dal-Re; MALACRIDA, Mara Jane C.; PIMENTEL, Renê Coppe. **Contabilidade Financeira**. São Paulo, 2019, disponível em: https://livrogratuitosja.com/wp-content/uploads/2021/03/Contabilidade-Financeira-by-Bruno-Salotti-E-Equipe-Equipe-Salotti-E-z-lib.org_.epub_.pdf.

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de Crédito: empresas, pessoas físicas, agronegócio e pecuária**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SECURATO, José Roberto. **Decisões Financeiras em Condições de Risco**. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2004.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A FRAGILIDADE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A TENDÊNCIA À CRIMINALIDADE

ZALTRON, Luiz Felipe - Autor 1
FRANCO, Letícia - Autor 2
GARCIA, Luiza - Autor 3
lfzaltron@minha.fag.edu.br
lgfranco@minha.fag.edu.br
lgbarbosa1@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente trabalho aborda como um habitat social (ou seja, o espaço físico e as relações sociais) em escassez determina ou influência o modo e o estilo de vida dos indivíduos. A Escola de Chicago produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas sociais, direcionado à investigação dos fenômenos sociais que ocorriam especificamente no meio urbano. Foi analisando documentos, registros policiais da época e fazendo experimentos que os professores da Universidade de Chicago contribuíram com o estudo sobre a criminalidade. A partir disso, surgem diversas teorias que tentam explicar o crime, o criminoso e as formas de prevenção.

Palavras-chave: Escola de Chicago, Ecologia Humana, Criminologia.

INTRODUÇÃO

A Escola de Chicago foi um movimento de estudiosos que se preocupou em destacar e aprofundar temas como simbologia, comunicação e, como foco deste texto, a criminalidade.

Durante o século XX, ocorreu o começo do crescimento demográfico e desenvolvimento urbano nas principais cidades do mundo, o surgimento das metrópoles e, consequentemente, o convívio social entre os indivíduos. Dessa forma, observa-se como a relação entre eles cria uma organização social que se transforma em grupos, conjuntos e comunidades dentro das cidades.

Vinda desse contexto, a criminalidade vai ser estudada como provinda da tendência dos indivíduos que vivem incluídos nos grupos mais marginalizados a ter um esforço particular de mudança social, pendendo para a transgressão das leis e das normas preestabelecidas na sociedade.

1 A ESCOLA DE CHICAGO

A Escola Sociológica de Chicago, ou Escola de Chicago, surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundado pelo historiador e sociólogo Albion W. Small.

Entre 1915 e 1940, a Escola de Chicago produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas sociais, direcionado à investigação dos fenômenos sociais que ocorriam especificamente no meio urbano da grande metrópole norte-americana. Com a formação da Escola de Chicago inaugura-se um novo campo de pesquisa sociológica, centrado exclusivamente nos fenômenos urbanos, que levará à constituição da chamada Sociologia Urbana como ramo de estudos especializado.

A primeira geração de sociólogos da Escola de Chicago foi composta por Albion W. Small; Robert Ezra Park (1864-1944); Ernest Watson Burgess (1886-1966); Roderick Duncan McKenzie (1885-1940) e William Thomas (1863-1947). Foram eles que elaboraram o primeiro programa de estudos de sociologia urbana. Nas décadas seguintes, outros colaboradores se destacaram: Frederic Thrasher (1892-1970), Louis Wirth (1897-1952) e Everett Hughes (1897-1983). O surgimento da Escola de Chicago está diretamente ligado ao processo de expansão urbana e crescimento demográfico da cidade de Chicago no início do século 20, resultado do acelerado desenvolvimento industrial das metrópoles

O conceito de ecologia humana serviu de base para o estudo do comportamento humano, tendo como referência a posição dos indivíduos no meio

social urbano. A abordagem ecológica questiona se o habitat social (ou seja, o espaço físico e as relações sociais) determina ou influencia o modo e o estilo de vida dos indivíduos. Em outras palavras, a questão central é saber até que ponto os comportamentos desviantes.

Considerando, então, a cidade como um amplo e complexo "laboratório social", as pesquisas sociológicas foram marcadas pelo uso sistemático dos métodos empíricos (para coleta de dados e informações sobre as condições e os modos de vida urbanos).

A atenção da Escola não é com o criminoso em si, nem com a sua motivação para o crime; também não há preocupação com estudos anatômicos (Lombroso), sob o argumento de que existem aspectos mais relevantes a serem estudados, como, por exemplo, o crescimento urbano das grandes cidades, na qual a vida das pessoas é diferente, e precisam de um conjunto de valores e práticas distintas das zonas rurais, pois os delitos são diferentes, motivo pelo qual a forma de prevenção dos mesmos também deve ser diferente.

2 A CRIMINOLOGIA NA ESCOLA DE CHICAGO

A Teoria da Ecologia Humana, passando a ser compreendida como uma alternativa às teorias que explicavam o comportamento humano como decorrente de uma esfera meramente psicogenética, surge na defesa da ideia de que o ambiente desempenha influência no comportamento humano, levando-se em consideração fatores sociais, econômicos, políticos, culturais etc. De maneira que, diferentes áreas da cidade, por encontrarem-se em situações desiguais, não só geograficamente, muitas vezes acabam se transformando, ainda que transitoriamente, em ambientes degradados, esquecidos e marginalizados, constituindo-se verdadeiros locus do não exercício de direito à cidade, no sentido defendido por David Harvey (2008: 74), para além do acesso aos recursos urbanos, também implica falar da liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos – o que o autor enxerga como um dos direitos humanos mais negligenciados.

A Escola de Chicago é a força da comunidade de se auto-organizar e prevenir seus problemas sociais de modo endógeno. Deste modo, um ambiente escasso de recursos que amparem uma vida minimamente digna, agravado pela grande

mobilidade de pessoas, ocasiona o enfraquecimento das instituições básicas da sociedade – como a família, a escola, dentre outras. Assim, uma vez fragilizados, esses indivíduos tornam-se potencialmente aptos à perda de objetivação social; saliente-se, que o grande anseio dos que habitam essas áreas degradadas, nada mais é do que deixar tal situação, canalizando todos os seus esforços para uma modificação de tal realidade.

Na Teoria das Zonas Concêntricas, de Burgess, é traçada a Zona II - justamente o espaço mais degradado da cidade de Chicago, como a área mais potencialmente criminogênico. Sobre essa zona, enfatiza Freitas (2002, p. 75):

> A Zona II, normalmente, é marcada por casas em péssimo estado de manutenção, infraestrutura deficiente, pobreza, doenças, alcoolismo, restaurantes baratos, pessoas ociosas, novos imigrantes e baixo controle social. É a "área natural" a ser ocupada pelo recém-chegado à cidade, por ser a mais barata para se viver e se localizar próxima das fábricas, que absorvem essa mão-de-obra. Ali residem pessoas de classes desfavorecidas e minorias, sendo local propício ao desenvolvimento de cortiços e formação de guetos. Por estas razões, é considerada a área mais indesejada para se morar, o que explica a alta mobilidade residencial que a caracteriza.

Para a Ecologia Humana, o fator pobreza é um elemento considerável, uma vez que os integrantes desta classe são levados a habitar as regiões mais degradadas, onde, na maioria dos casos, moram também os autores de infrações criminais, como ressalta Tangerino (2002). Dessa maneira, observa-se que os novos moradores nem sempre seguirão o caminho dos que ali já estavam; no entanto, a experiência nos mostra que a parcela jovem, especialmente os filhos de pessoas pobres, influenciados por esses ambientes, estarão sujeitos à interação com uma gama de condutas, abrangendo, infelizmente, a criminal.

Perante essas considerações, abrangemos que uma constatação feita pela Escola de Chicago reside no fator do fortalecimento do controle social informal, por meio dos grupos sociais e da comunidade, restaurando a perspectiva dos laços comunitários. Com efeito, essa alternativa encontra justificativa na relação mútua existente entre um controle social frágil (em virtude da perda da coesão moral) e o crescimento da desorganização social, haja vista que essa interação, segundo os ecologistas sociais, é capaz de promover e agravar os níveis de grupos desviantes, de criminalidade, sobretudo a juvenil, nas áreas deterioradas.

3 O DESVIO MOTIVADO PELA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

A partir do século XX, época em que a Escola de Chicago iniciou seus estudos sobre a parte criminológica da sociedade, foi quando começou-se a entender as questões sobre o desvio social que, por sua vez, está diretamente relacionado com o crescimento metropolitano das vidas em sociedade. Nesse contexto, entrou em foco, também, a teoria da Ecologia Humana, que foi fundamentada na perspectiva de analisar como a cidade – ou o habitat social – pode influenciar no comportamento dos indivíduos nela inseridos. Esses anteriormente citados estudos foram voltados, ademais, para entender o crescimento demográfico e o alargamento da extensão urbana que se processavam nas cidades daquele tempo.

Simultaneamente com o desenvolvimento e ascensão do âmbito urbano, também ocorreram as divisões das cidades em áreas; acreditava-se que as comunidades retinham forças representadas por esses tais agrupamentos, já que os indivíduos se identificavam com suas tipicidades dentro dos conjuntos e, assim, construíam operações juntamente. Além disso, todas essas áreas da sociedade propunham uma relação de simbiose, ou seja, necessitavam uma da outra para existir, como também participavam conjuntamente de um panorama de dominação e invasão.

Portanto, observa-se que, de acordo com os estudos da Escola de Chicago, a sociedade é um superorganismo, com organizações que dependem uma das outras no sentido social, populacional e biológico; então, as mazelas presentes na sociedade advém da desorganização social — é entendida como um dos fatores oriundos da rápida urbanização e do aumento da visibilidade das desigualdades sociais, ocasionando o enfraquecimento dos valores coletivos — provocadas entre as comunidades, mesmo que alguns grupos percebem esse impacto de forma mais evidente, em virtude de serem potencialmente mais marginalizados e excluídos. Nessa construção teórica, surge o entendimento de que as áreas degradadas são os espaços habitacionais deteriorados, sujeitos à violência e criminalidade, desprovidos, muitas vezes, de saneamento e de outros serviços básicos indispensáveis a um padrão de vida digna.

Com base nessa noção de desorganização social, que, supracitada, foi advinda do atrito entre os grupos sociais em sua relação de simbiose, nota-se que o ambiente

degradado interfere nas intencionalidades dos indivíduos, sujeitando-os a uma realidade que ocasiona no enfraquecimento de sua noção de convivência com outrem, uma vez que consequentemente as instituições sociais também estão prejudicadas, como a família, a escola, dentre outras. Assim, uma vez fragilizados, esses indivíduos tornam-se potencialmente suscetíveis à perda de objetivação social, tendendo a um pensamento que se canaliza em um esforço para a mudança de tal realidade. Dessa forma, com o agravamento dessa tensão, observa-se o crescimento da violência urbana e das novas representações sociais sobre os pobres, onde, muitas vezes, é por meio da violação da transgressão da lei que se irá buscar resolver tais embates.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de crescimento acelerado da demografia populacional e da ascensão estrutural e habitacional de uma cidade, observam-se inevitáveis eventos acontecendo juntamente com esse panorama.

Sendo a organização da sociedade — e principalmente sua desorganização — o central motivo para a inclinação de um indivíduo à transgressão, pode-se dizer que o peso de suportar a tensão causada pelo atrito e a relação árdua de coexistência entre os grupos sociais é responsável, apesar do desvio muitas vezes ser de cunho grave, pela disposição do cidadão a tender para o âmbito da criminalidade.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Mariana e CATÃO, Marconi. **JUVENTUDE E CRIMINALIDADE SOB A PERSPECTIVA DA ESCOLA DE CHICAGO**. Rio de Janeiro, 2015.

COULON, Alan. **A ESCOLA DE CHICAGO**. Campinas, São Paulo, 1995.

CIÊNCIAS CRIMINAIS, Canal. **Escola de Chicago: afinal, o ambiente influencia o comportamento criminoso?** Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2016.

CANCIAN, Renato. **Escola de Chicago - contexto histórico - Pesquisas centradas no meio urbano.** [S.l.: s.n.]



IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DOS SETORES DE RECURSOS HUMANOS E PRODUÇÃO DA EMPRESA PRODUTORA DE FIOS E BARBANTES NO OESTE PARANAENSE.

VASQUES, Daniele de Oliveira[1]

FAEDO, Tayla Poliana Duarte

faedotayla9@gmail.com

Orientador: CHIDICHIMA, Antonio Carlos [2]

Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO: O presente trabalho tem como perspectiva analisar as diferentes formas que a empresa utiliza para executar as atividades do setor de produção e de recursos humanos. Mediante a isto, este estudo busca identificar quais são as estratégias utilizadas no desenvolvimento das tarefas, e como são administrados esses setores. As metodologias empregadas foram realizadas através de pesquisa bibliográfica, pesquisa qualitativa e quantitativa, pesquisa aplicada e questionário estruturado. A análise teórica baseou-se nos conceitos de produção, estoque, recrutamento e departamento pessoal. O período do estudo foi de fevereiro de 2022 a agosto de 2022. Conclui-se que a empresa tem seus pontos positivos dentre os setores, pois atua com uma excelente organização da administração do pessoal, estoque e produção dos itens comercializados. Além de tratar com compromisso e respeito suas atividades, que é a chave do sucesso, e seus funcionários são engajados com a empresa.

Palavras-chave: E.S.A., Análise administrativa, Administração de empresas, Recursos humanos, R.H., Produção.



INTRODUÇÃO

A administração de empresas é um estudo de constante evolução, está nos proporcionou e proporcionam melhores e promissores desenvolvimentos, trazendo-nos conhecimentos para execuções qualificadas nos seguimentos das organizações, porém como é um processo constante, tem de ser um trabalho contínuo e os setores tem que correlacionar. O sucesso ou o fracasso de uma organização estão relacionados à interação, organização, planejamento e direção dos setores que compõem uma empresa.

O setor de RH é por muitas vezes negligenciado, ou é visto somente como uma área que seleciona, contrata e demite pessoas, porém como será obtido o sucesso se não através de pessoas, e para isso é preciso competência, muito treinamento e desenvolvimento, para transformar o ambiente de trabalho, gerando resultados e atingindo a satisfação através de estratégias, sendo o ponto de partida para alcançar com eficácia as demandas da empresa. Com as constantes inovações as empresas tiveram de enxergar a importância dos Recursos Humanos, o quanto ela impacta e diferencia, se bem executada, perante aos concorrentes no mundo dos negócios. É nesta área que, define-se o apreço pelo profissional, entusiasmado e promissor para o futuro da organização, porém tem que fluir no todo ou grande parte nos setores da empresa.

O clima organizacional da empresa influencia na produção, e é comprovado por experimentos, um bom lugar e funcionários satisfeitos resultam em metas melhores, com grandes qualidades e eficácia.

O setor de produção consiste no processamento dos fatores adquiridos pela empresa (matéria-prima), em produtos para a venda no mercado, sendo responsável pelo desenvolvimento dos produtos e serviços. É o setor que integra a área de gestão de estoques, essa área surgiu para suprir á necessidade das empresas de controlar tudo que se passava com os materiais, o período de cada um dentro dos armazéns, a quantidade mantida em cada compartimento, quando pedir novamente aquele produto. Se a utilização for muito remota no tempo, seu armazenamento irá se tornar prolongado: ocupa espaço alugado ou

comprado, requer pessoal para guardar, significa capital empatado, precisa ser guardado contra incêndio ou roubo, etc. O setor de produção sofreu e continua sofrendo grandes mudanças, mas duas dessas grandes mudanças estão relacionadas ao avanço tecnológico e a gestão de R.H., surgindo necessidade de especializar do chão de fábrica nas empresas, melhorias das operações, trazendo o máximo possível de verticalização para dentro das organizações. Contudo temos que os setores se interligam, e eles precisam estar organizados entre si.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA

Este artigo foi inicialmente desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de reunir e analisar textos publicados, para dar suporte ao trabalho. Com o amadurecimento de ideias, sentiu-se a necessidade da realização de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que de acordo com Minayo (2008), os métodos quantitativos têm o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática, o autor destaca também que na pesquisa qualitativa, o importante é a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada. A pesquisa qualitativa foi utilizada para que fosse possível a obtenção de resultados analíticos e quantificados, com o intuito de um melhor desenvolvimento do trabalho.

Através da realização de uma pesquisa aplicada, que segundo Thiollent (2009), é um meio de pesquisa que está desempenhado na elaboração de diagnósticos, indefinição de problemas e busca de soluções. O autor diz ainda, que esse modelo responde a uma demanda formulada por “clientes, autores sociais ou instituições”. Com a realização da pesquisa aplicada foi concentrado maior foco em torno de problemas presentes nas atividades da instituição e grupos. A presente pesquisa tem como objetivo visualizar e

entender o funcionamento do RH (recursos humanos), e demais setores responsáveis pelo funcionamento da empresa, para que possa ser feito uma análise de identificação de pontos positivos e fraquezas dos setores.

Os procedimentos utilizados para se chegar aos resultados da pesquisa foram obtidos através de um levantamento de dados e informações. A pesquisa de levantamento está inserida no grupo de pesquisa de campo, que Segundo Ludwig (2015), esta modalidade diz respeito à solicitação de informações a um grupo de pessoas antecipadamente selecionadas, acerca de um problema de estudo. Foi utilizado como ferramenta de coleta de dados para a pesquisa um questionário estruturado, que segundo Gil (2009), é uma técnica de investigação com questões que possuem o propósito de obter informações. O questionário estruturado acontece quando as respostas são alternativas já especificadas pelo escopo da questão, juntamente a uma observação estruturada, com o objetivo de coletar dados através da observação dos setores da empresa em questão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO

Setor de Recursos Humanos - A gestão de pessoas está ligada a práticas aplicadas em uma organização através de um gestor, que tem por objetivos garantir o desenvolvimento profissional e também pessoal de cada indivíduo. Definido como "conjunto de esforços que tem por objetivo: planejar, organizar, dirigir ou liderar, coordenar e controlar as atividades de um grupo de indivíduos que se associam para atingir um resultado comum" (LACOMBE, 2004). Logo, entende-se, que, o direcionamento dos esforços é voltado as pessoas, por isto é importante gerenciar pessoas de forma organizada, capacitando-as e incentivando-as, para obter um melhor desempenho da empresa.

Já sobre clima organizacional, Sirota, Mischkind e Meltzeri (2005), ressaltam que existem três fatores fundamentais e desejáveis pelas pessoas nas organizações, desenvolvidos para contribuir em um clima organizacional positivo. São eles: Equidade; realização; e companheirismo.

O Pensamento de Sirota traz que na Equidade as pessoas tendem a querer ser tratadas de forma justa, na realização desejam ser úteis e reconhecidos por tais desempenhos, já no companheirismo a uma necessidade de bons relacionamentos com seus demais colegas.

No entanto, estes estão atribuídos às atividades mais técnicas, envolvidas por cálculos e análises, são estes; contratos de trabalhos, salários e benefícios, controle de férias e afastamentos. Isto vai ao encontro do que diz Marras (2016, p. 183) ao mencionar que:

[...] o Departamento de Pessoal (DP) é um dos subsistemas da administração de RH. Tem por objetivo efetivar todos os registros legais e necessários para a administração burocrática exigida pelas práticas administrativas e pelas legislações que regem a relação capital e trabalho. Partindo do que Marras diz e o que as empresas querem, o dever do DP é estar em conformidade com as leis trabalhistas, para que os processos burocráticos garantam que a organização não tenha nenhum problema com a justiça.

Ao ser tratado sobre departamentos Pessoal nas organizações, a atuação deste setor é tão importante quanto as demais funções desempenhadas em função do sistema de organização das empresas.

Diante da necessidade de inserir novos funcionários e ou pela rotatividade no quadro de funcionários, o recrutamento torna-se um processo importante. De acordo com Chiavenato (1999, p. 92) afirma que "... é um conjunto de atividades desenhadas para atrair um conjunto de candidatos qualificados para uma organização." Entende-se que recrutar é um processo de diagnostico e analise, para suprir, com mais exatidão, a necessidade de pessoas qualificadas na contração assertiva da organização.

Tendo o recrutamento como ponto inicial, o próximo passo é a seleção, que segundo Chiavenato (1999 p. 91) é um passo muito importante "Se o recrutamento apenas comunica e divulga, ele não atinge seus objetivos básicos. O fundamental é que atraia e traga os candidatos para serem selecionados." Sendo com um processo de escolha do candidato que mais se encaixa nos requisitos exigidos, Chiavenato traz que (1999, p. 107) ("A seleção de pessoas funciona como uma espécie de filtro que permite que apenas algumas pessoas possam ingressar na organização."…). Logo Chiavenato traz que, o recrutamento tem de ir além da comunicação e divulgação, este tem de influenciar, através de múltiplas técnicas, visando atrair perfis que atendam às necessidades.

A remuneração se dá pelo investimento aplicado à mão de obra, segundo Chiavenato (1999, p 223) temos que "… é o processo que envolve todas as formas de pagamento ou de recompensas dadas aos funcionários e decorrentes do seu emprego." Temos então, que o conceito de remuneração está atrelado ao processo de bonificação, salário, todos os valores investidos e destinados aos funcionários.

Setor de produção - Sabe-se que o produto é o primeiro contanto do cliente e empresa, é o instrumento que motiva a busca, e o objetivo segundo Martins e Laugeni (2003, p. 13) é "Seu sucesso estará diretamente relacionado a sua capacidade de satisfazer e até mesmo suplantar as expectativas de seus clientes." Com isso, temos, que, o sucesso da organização, se dará, ao quanto ela estiver disposta a satisfazer e surpreender a necessidade do cliente. Os autores também comentam a importância de projetar o produto (2003, p.13) "O projeto do produto passa a ser um elemento básico de vantagem competitiva, podendo ser diferenciado quanto a seu custo, com menor número de peças, mais padronização, modularização etc." Logo, planejar o produto é de extrema importância, para que a empresa obtenha lucros e resultados esperados, podendo competir no mercado, em questão de preço e qualidade.

Um conjunto de operações e etapas define um processo, que traz do planejamento do produto ao produto pronto, de acordo com Martins e Laugeni (2003 p. 5) "Podemos

afirmar que todas as atividades desenvolvidas por uma empresa visando atender seus objetivos de curto, médio e longos prazos, ser inter-relacionam, muitas vezes de forma extremamente complexa.” isto com o intuito de transformar suas matérias-primas em produtos acabados. Com isso podemos dizer que o avanço tecnológico é um dos principais fatores para o grande desenvolvimento da resposta demanda e oferta, pois segundo Slack, Chambers, Harland, Harrison e Johnston (1999, p. 179) “As tecnologias de processos são maquinas, equipamentos e dispositivos que ajudam a produção a transformar materiais e informações e consumidores de forma a agregar valor e atingir objetivos estratégicos da produção”. Então, para obter crescimento na organização é necessário investir em tecnologia, pois, é partindo disso, que terá a melhoria constante no processo produtivo.

O controle na produção é de extrema importância, pois é ele que compreende todas as atividades dentro da empresa, Tubino traz que (2009, p. 163) “... controle da produção é fornecer uma ligação entre planejamento e execução das atividades operacionais, identificando desvios, sua magnitude e fornecendo subsídios para que os responsáveis pelas ações corretivas possam agir.”. Tubino traz que controlar é importante para ter o mínimo de falhas possíveis, ele também relaciona ao planejar, trazendo que o controle é um processo de cuidados na pratica da produção, alinhado ao que já foi previsto no planejamento.

A empresa utiliza o modelo de estoque de segurança, e isso os traz maior agilidade e proteção em relação à demanda, de acordo com Ballou (2006), esse modelo de estoque trata de certa quantidade de estoque necessária para suprir a demanda, dada a incerteza na própria demanda e no lead time (tempo de espera). O estoque de segurança tem como função proteger o sistema quando a demanda e o tempo de reposição variam ao longo do tempo.

Em relação ao Setor de Produção, Chiavenato (2006), explica que a produção significa transformação de insumos em produtos e serviços, necessitando de recursos e competências para que os resultados gerados sejam plausíveis. Segundo Erdmann (1998), a palavra produção implica transformar uma coisa em outra. O setor de produção integra a área de

gestão de estoques, essa área surgiu para suprir à necessidade das empresas de controlar tudo que se passava com os materiais, o período de cada um dentro dos armazéns, a quantidade mantida em cada compartimento, quando pedir novamente aquele produto.

Desta forma, segundo Chiavenato (2008), estoque significa guardar algo para utilização futura. Se a utilização for muito remota no tempo, seu armazenamento irá se tornar prolongado: ocupa espaço alugado ou comprado, requer pessoal para guardar, significa capital empatado, precisa ser guardado contra incêndio ou roubo, etc. Rodrigues e Oliveira (2008), complementam dizendo que a atividade de gestão de estoques é realizada devido à necessidade de controlar os produtos e seus desperdícios, ou seja, a empresa deve decidir quais os níveis de estoques que são economicamente viáveis manterem.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre o Setor de Recursos Humanos - Diante da pesquisa realizada sobre a gestão organizacional dentro da empresa, conseguimos identificar a quantidade de funcionários, cargo e remuneração dos mesmos, foi possível também conseguir entender a forma que os funcionários estão divididos dentro dos setores. Segundo o autor e ambientalista Paul Hawken “Boa gestão é a arte de tornar os problemas tão interessantes e suas soluções tão construtivas, que todos irão querer trabalhar e lidar com eles.”. Atualmente a empresa conta com 81 funcionários, 78 estão ativos atualmente, e 3 afastados por invalidez, estes estão distribuídos nos setores conforme apresentado no quadro abaixo.

Recrutamento e seleção. O processo de recrutamento e seleção da empresa, em estudo, é mais fechado, mas quando necessário à empresa busca aos currículos já entregues na organização, caso não encontrem o perfil desejado recorrem à associação comercial e empresarial de Toledo (ACIT), tendo como última opção divulgar a vaga na agência dos trabalhadores. Essa forma de gestão se dá pela baixa rotatividade da empresa, e por ser uma corporação com perfil familiar.

O setor de recursos humanos tem importantes responsabilidades em relação a empresa. Uma dessas responsabilidades é o processo de recrutamento e seleção, que é muito importante, pois com ele a empresa tem maior probabilidade de encontrar os profissionais adequados para cada área e função.

Exames Admissionais. Os exames exigidos para admissão estão em conformidade com o tipo de funções desempenhadas e o risco que estas apresentam. Quem define o procedimento de análise é a Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (UNIMED), que são eles: Audiometria; espirometria; raio x do tórax e avaliação clínica, estes são designados ao setor de produção, no setor de Manutenção são exigidos hemograma completo; audiometria; eletrocardiograma; espirometria; raio x do tórax e avaliação clínica, já nos setores administrativo, almoxarifado e zeladoras são feitos somente as avaliações clínicas.

Gestão de ponto, folha de pagamento, Horas extras e Benefícios. Através de um aparelho os funcionários registram seus pontos diariamente, conforme suas jornadas de trabalho, entrada, pausas para almoço, retorno do mesmo, e saída, raras as vezes que são permitidas as horas extras, gestão de controle exigida pelo dono da organização, a pontualidade. Assim que são gerados os dados para o setor de recursos humanos, são feitas avaliações e correções, se conter possíveis erros de marcação, logo, não tendo inconsistências a gestora de RH cria um arquivo e encaminha para um escritório terceirizado, responsável por fazer os cálculos das folhas de pagamentos, que quando concluídos dentro do prazo estipulado, são devolvidos a gestora, para assim, serem feitos os pagamentos de cada mês, juntamente do vale alimentação, um benefício disponibilizado pela empresa, outro benefício que alguns colaboradores também fazem, sendo opcional, é o contrato de uso do plano da UNIMED, onde a empresa paga uma porcentagem referente a mensalidade do convênio e o restante é descontado na folha de pagamento de cada requerente.

Através do relatório da gestão de ponto do funcionário que são retirados os dados das horas trabalhadas e extras que constam na folha de pagamento. É por meio do controle do ponto que fica estabelecido a transparência entre a empresa e funcionário, com isso, é possível acompanhar a jornada de trabalho.

Sobre o Setor de Produção. A produção consiste no processamento dos fatores adquiridos pela empresa (matéria-prima), em produtos para a venda no mercado, sendo responsável pelo desenvolvimento dos produtos e serviços. Nesse setor é muito importante haver planejamento e administração, para alcançar os objetivos da empresa. Segundo Chiavenato (2007 p.3), a administração é o veículo pelo qual as organizações são alinhadas e conduzidas para alcançar excelência em suas ações e operações para chegar ao êxito no alcance de resultados.

Produtos fabricados pela empresa. A empresa é especialista em fabricação de barbantes em cone ou novelo, contendo diversos pesos, espessuras e cores, esses produtos podem ser vendidos com finalidade destinada ao barbante para tricô, crochê, fábrica de velas, frigoríficos e costura de sacarias. É utilizada na fabricação uma variedade de fios, sendo eles nacionais e importados, podendo ser fio virgem e também reciclado, essas matérias primas são de grande maioria nacional, pois a empresa só importa em situações de falta da matéria aqui no brasil. Em relação ao tempo de processamento do produto final, há uma variação de acordo com o produto e peso da embalagem, mas de modo geral, o que define a agilidade na finalização do produto é que, quanto maior a espessura do fio, mais rápido o cone ou novelo é finalizado, logo produtos com espessura fina, são mais demorados. Os produtos fabricados passam por vários processos, e esses devem ser seguidos de acordo com o planejado pela empresa. Para Slack, Chambers e Johnston (2009 p.283), planejamento é a formalização do que se pretende que aconteça em determinado momento no futuro, e controle é o processo de lidar com as variações e retomar o caminho traçado.

É no setor de produção que são realizados os bens e serviços, por isso todos os integrantes do setor de produção devem estar alinhados em relação às atividades que devem ser desempenhadas para realização do produto. Assim o setor alcança o objetivo de entrega do produto final com eficiência.

Processo produtivo, máquinas e manutenção. A empresa utiliza no processo de fabricação máquinas têxteis, e conta com seis processos para produção do produto final, são elas; binagem, retorção, conicaleira, noveleira, embalagem e rotulagem. Binadeira, esse equipamento tem a finalidade de juntar o número necessário de cabo, para produzir o barbante desejado; Retorcedeira, esse equipamento torce os cabos unidos pela Binadeira, resultando no produto desejado; Conicaleira, esse equipamento tem como função transferir o produto acabado da Espula (carretel), para a embalagem de venda (cone); Noveleira, tem como função, transferir o produto acabado da Espula ou cone, para o novelo; Embalagem, os cones e novelos são colocados em uma máquina semiautomática para colocar um papel filme, que envolve forma individual cada produto.

A máquina consiste em uma esteira, onde é colocado o produto pelo operador, na sequência fica tudo automatizado, a máquina envolve e corta o filme, e logo os produtos são transferidos para um túnel de encolhimento, que funciona com temperatura de aproximadamente 120ºC, o produto sai do outro lado finalizado; Rotulagem, os cones passam por uma esteira programada, onde a própria máquina rotula os mesmos. Já os novelos são rotulados manualmente pelos funcionários do setor. A empresa conta com uma equipe de mecânica, esses são responsáveis pela manutenção das máquinas sempre que necessário. É feita manutenção preventiva nos equipamentos e máquinas frequentemente, e manutenção corretiva quando necessário.

Gestão de estoque. Com base no plano de produção e nos registros de controle de estoques, a programação da produção é encarregada de definir quanto e quando comprar, fabricar, ou montar de cada item necessário. A empresa em questão utiliza o modelo de estoque de segurança, para realização de suas atividades. Segundo Guimarães e Ozorio

(2018), o estoque de segurança é uma estratégia de gestão de estoque, que tem por objetivo assegurar o suprimento de seus clientes e nível de serviço de eventuais sazonalidades, levando em consideração duas variáveis: a demanda e o tempo de ressuprimento. Esse modelo é utilizado pela empresa, pois a fabricação de cores e modelos de fios depende de vários fatores, como moda, colheita de algodão, entre outros, logo é mantido um estoque com maior quantidade de produto, é produzido de acordo com a demanda de pedidos. A empresa conta com uma grande área de estoque, divididos em dois pisos, e conta com um elevador industrial para movimentar os produtos entre os pisos, e empilhadeira para movimentar os produtos entre as prateleiras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida para obtenção das informações contidas no artigo foi realizada através de questionários e entrevistas, realizadas presencialmente dentro da empresa, e para complemento, também foram coletados dados no site da organização. Logo, concluímos que, a empresa tem seus pontos positivos ao tratar de compromisso e respeito, que é a chave do sucesso, os funcionários são engajados com a empresa, tem seus objetivos e os cumprem, e isto é perceptível desde os sócios proprietários da organização, que prezam por esta gestão respeitosa e comprometida.

Mas há uma sugestão de melhoria no setor de recursos humanos, em razão da retenção de novos funcionários, expor mais os cargos ajudaria a reter talentos para empresa, trazendo assim uma nova visão de recrutamento e seleção diversificado, obtendo maior sucesso nas escolhas.

Além disso, a empresa tem como ponto positivo no setor de produção, a organização e excelente administração do pessoal, estoque e produção dos itens comercializados, esse ponto contribui com que os resultados obtidos sejam positivos. E também a organização e comprometimento das partes envolvidas do setor produtivo, a empresa conta com uma estrutura de espaço, máquinas e equipamentos, que facilita o desempenho de trabalho de todos.



Entretanto, há sugestões de pontos que podem ser revisados, um deles é a utilização de estoque de segurança, na prática, as empresas tendem a conviver com problemas de estoque, e trabalham com estoque de segurança para amortecer esses problemas. Geralmente, a colocação de estoques de segurança, não precisa ser feita em todos os itens administrados pelo sistema de controle, devendo-se considerar nesse aspecto a dependência entre itens e os gargalos produtivos do sistema. Um segundo ponto que também pode ser revisado pela empresa, é a realização de maior aprofundamento em estudos e pesquisas, para a implementação de um PCP (planejamento de controle de produção).

REFERÊNCIAS

BALLOU, R.H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

CASTRO, L.T.; NEVES, M.F. O Processo de Vendas, in: Administração de vendas:.São Paulo: Atlas, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**; o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**; e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro:2.ed. Campus, 2004 4ª Reimpressão.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração teoria, processo e prática**. 4 ed. São Paulo. Elsevier. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**; e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro 3ºed., 2008.

ERDMANN, Rolf Hermann. **Organização de sistemas de produção**. Florianópolis: Insular, 1998.

FORTE,C.D; RAMIREZ, P. Gestão empresarial.São Paulo: Copidart, 2002. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisas. 3 ed. São Paulo: Atlas,1991

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.

GUIMARÃES, José de Oliveira; OZÓRIO, Diego: **Gestão de Capital de Giro**. Rio de Janeiro,

Editora FGV, 2018.

LACOMBE, Francisco. **Dicionário de administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos: do potencial ao estratégico**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARTINS, P.; LAUGENI, F.; **Administração da produção**. 1.ed. 7.tri. São Paulo: Saraiva, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

REZ, Rafael. Marketing de conteúdo: A moeda do século XXI. São Paulo, 2016.

RODRIGUES C. C. P.; OLIVEIRA J. O. **Um Estudo Sobre a Gestão de Estoques Intermediários em Uma Empresa Brasileira de Manufatura de Produtos a Base de Papel**. IV CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. Niterói, RJ, Brasil, 2008.

SHETH, J. N.; MITTAL, B.; NEWMAN, B. I. Comportamento do cliente. Indo além do comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2001.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; HARLAND, C.; HARRISON, A.; JOHNSTON, R.; **Administração da Produção**. 1.ed. 8.tri. São Paulo: Atlas, 1999.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, E. A. Processo de vendas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TUBINO, Dalvio Ferrari. **Planejamento e Controle da Produção, Teoria e Pratica**, 2.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

ADMINISTRAÇÃO da produção. In: Administradores.com. 2008. Disponível em: https://administradores.com.br/artigos/a-administracao-da-producao. Acesso em: 20 out. 2022.



O IMPACTO DOS CONTROLES GERENCIAIS NA TOMADA DE DECISÕES DO PRODUTOR RURAL DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

RIBEIRO, Anderson[1]
HINTZ, Guilherme[2]
apribeiro4@minha.fag.edu.br
Orientador: KINZLER, Edina Carine de Souza[3]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A contabilidade rural faz-se de uma necessidade urgente em nosso país, já que é aplicada diretamente à realidade dos negócios agropecuários. Ressalta-se que a maioria dos produtores priorizam a produção em vez da rentabilidade, não utilizando um sistema para controlar as despesas da propriedade. Portanto, ao aplicar a contabilidade nas atividades rurais da propriedade, pode-se observar progresso e evolução nos lucros e sucesso nos negócios.
Já se tratando do agronegócio, é notável o constante crescimento ao longo dos anos, ao ser também, responsável por transformar a economia do país.
O estudo do referido trabalho condiz ao impacto dos controles gerenciais na tomada de decisões do produtor rural de pequeno e médio porte.

Palavras-chave: Contabilidade rural. Contabilidade gerencial na contabilidade rural.Tomada de decisões.

---

[1] Acadêmico Faculdade Assis Gurgacz – FAG Toledo

[2] Acadêmico Faculdade Assis Gurgacz – FAG Toledo

[3] Docente Faculdade Assis Gurgacz – FAG Toledo

INTRODUÇÃO

A Contabilidade Rural é aplicada diretamente à realidade dos negócios agropecuários. Segundo Crepaldi (2004, p.62), Contabilidade Rural é uma necessidade urgente no Brasil, sendo ainda pouco utilizada, tanto pelos empresários quanto pelos contadores. Em geral, considera-se que a função contábil deve ser controlada pelo empresário rural.

Como o agronegócio brasileiro vem apresentando constante crescimento no passar dos anos. Também é responsável por muitas transformações na esfera econômica do país e modificação de algumas regiões brasileiras, devido à oportunidade de trabalho aos desempregados e à movimentação dos recursos econômicos, entretanto, este novo cenário desenvolveu desafios antes não imagináveis aos agricultores.

No que se trata de problema, a pesquisa realizada, chega ao seguinte questionamento: De que forma os controles gerenciais impactam no momento da tomada de decisões do produtor rural de pequeno e médio porte?

Quanto à hipótese parte-se de que a melhor forma para se obter uma maior lucratividade no negócio é a utilização de um conjunto de ações relacionadas ao planejamento, controle e gerenciamento que serão implementados pelo produtor com auxílio do contador especializado na área.

No tratamento de objetivo principal, é identificar de que forma os controles gerenciais impactam na tomada de decisões.

No que se trata de objetivos específicos: (1) constatar se os processos já utilizados pelos produtores rurais para a tomada de decisões; (2) verificar se os métodos utilizados atualmente pelos produtores são eficazes para o gerenciamento e tomada de decisão; (3) propor processos para auxiliar os produtores em suas tomadas de decisões.

Para este trabalho, será elaborado um estudo com produtores de pequeno e médio porte, tendo como intuito pesquisar de que forma os controles gerenciais impactam nas tomadas de decisões do produtor rural.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Contabilidade de maneira geral pode ser determinada como uma ciência que possui como propósito estudar e administrar o patrimônio. Desta forma, ela é responsável pelas conclusões de resultados, e por meio da aplicação da mesma, pode-se ter as condições necessárias para apurar os prejuízos ou lucros ocorridos em um período específico.

Sá (199, p.42) diz que: “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais. ”

Pelo fato de a contabilidade possuir uma importância não sendo considerada tão importante para a maioria dos produtores, levando-os a achar que a mesma exista somente como uma exigência. Esse pensamento leva um desafio ao contador, eliminar essa visão que alguns produtores possuem sobre a ela, queacaba sendo algo com preço elevado e, ao mesmo tempo, complicada. Por esta razão, é necessário expor a eles, que quando a contabilidade é executada damaneira correta, pode gerar muitos benefícios, complementando valor em suastarefas desenvolvidas, não se limitando somente a aquele período específico, massе estendendo por longos períodos (CREPALDI,2012).

Com o vasto crescimento na esfera agrícola, tornou-se indispensável controlar as tarefas desenvolvidas dentro das propriedades rurais, porém, gerar informações gerenciais que venham a permitir a tomada de decisões levando como base dados consistentes e precisos, acaba sendo uma dificuldade para diversos produtores rurais (CREPALDI, 2016).

Segundo Crepaldi (2012), geralmente os produtores rurais acabam não registrando ocorrências que acontecem na sua propriedade, somente marcam na memória. Com base nisso, muitos dados e acontecimentos acabam sendo esquecidos. Salienta também que, a maioria dos produtores não tem a possibilidade e conhecimento de realizar a identificação se a propriedade está ou não produzindo lucro a ele, quais são os gastos concedidos a propriedade e quais atividades que possuem maior rentabilidade considerando custo x benefício.

Uma das ferramentas gerenciais é o fluxo de caixa, que visa projetar todas as saídas e as entradas de dinheiro ou outros recursos de períododos porvir,mostrando assim, como estará o caixa no período futuro.

Para as propriedades que tenham sua parte financeira bem ordenada, ele será utilizado para controlar, e especialmente para auxiliar no momento das tomadas de decisões. Para esse processo ser executado da maneira correta, toda e qualquer movimentação deve ser registrada, assim como a razão pela qual foram ocorridas. Desde pagamentos, despesas ou compras que a propriedade tenha adquirido, recebimentos ocorridos, juros de investimentos aplicados, ou outras entradas de capitais no período processado. (ACLARA DOLABELA, 1999).

Tendo conhecimento a respeito da ferramenta, o produtor pode vir a calcular a rentabilidade e lucratividade da propriedade, qual o prazo em que irá retornar o seu investimento. Assim, o objetivo principal do fluxo de caixa parte-se do propósito de apurar como vai a parte financeira de seu negócio e a partir dessa apuração, alcançar um resultado claro sobre a probabilidade de êxito do seu investimento. (OLIVEIRA,2007).

Outra forma de gerenciamento utilizado, é a contabilidade de custos, Leone (2000, p.20), define “a contabilidade de custos como um ramo da contabilidade, que se destina a produzir informações para auxiliar as funções de planejamento, desempenho e controle das operações, bem como as tomadas de decisões”.

Na contabilidade, os custos são as despesas que estão de alguma maneira ligadas à tarefa de uma empresa. Sendo assim, são aqueles que têm ligação diretamente com a fabricação ou a compra de estoques. Se enquadram nessa categoria as mercadorias compradas para serem repassadas, o pagamento dos funcionários da produção e as matérias-primas. (LEONE, 2010).

Pode-se considerar a contabilidade rural como um dos principais instrumentos para ajudar os produtores no momento de suas tomadas de decisões, resultando em vantagens no que se trata da parte financeira e econômica, também contribuindo na decisão de realizar novos investimentos, o auxiliando também na redução de custos e despesas em sua propriedade.

Segundo Calderelli (2003, p. 180), a Contabilidade Rural é “aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e

praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária".

Marion (2014, p.3), possui como definição a Contabilidade Rural "a Contabilidade Geral aplicada às empresas rurais". O mesmo considera as empresas do ramo rural como aquelas que usam da exploração da capacidade produtiva do solo, através da execução do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de alguns produtos agrícolas.

Crepaldi (2016) diz que, a atividade rural apresenta características que a diferencia dos demais campos da economia. Tais diferenças como os fatores climáticos, que estabelecem as épocas de plantio e de colheita, refletindo no tratamento contábil.

Conforme Marion (2014, p. 17) "Culturas temporárias são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. Normalmente, o tempo de existência é reduzido. Após a colheita, são arrancadas do solo para que seja realizado novo plantio".

Rodrigues et al. (2012) destaca que no decorrer da formação das culturas temporárias, os custos acontecidos devem ser registrados em uma conta específica, chamada de "Cultura temporária em formação", dentro do Ativo Circulante, no grupo Estoques. Após realizada a colheita, esta conta deve ser realizada a baixa pelo seu valor de custo, transferindo o saldo para uma nova conta dentro do Ativo Circulante, grupo Estoques, chamada de "Produtos Agrícolas", permanecendo classificada como produto agrícola até que ocorra a venda.

O Ativo Circulante é parte da composição do Balanço Patrimonial e contém em si os principais elementos patrimoniais do capital de giro necessários às operações da empresa: contas a receber, estoques e caixa (PADOVEZE, 2017).

Marion (2014, p. 18) determina as culturas permanentes como "aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção". Ele também ressalta que normalmente o período mínimo para que a cultura seja considerada permanente é de quatro anos.

Durante o período em que há a formação de uma cultura permanente, os gastos são registrados em uma conta do grupo imobilizado, o ativo não circulante denominada "Cultura permanente em formação", onde ficará até que adquirir as condições necessárias para produzir, após atingida essa condição, haverá a

transferência do saldo para a conta de mesmo grupo patrimonial, denominada “Cultura permanente formada” (MARION, 2014).

Conforme Padoveze (2017), “Os estoques referem-se aos bens destinados à produção (matéria-prima, materiais secundários, etc.), prestação de serviços (materiais diversos), venda (mercadorias ou produtos) ou ao consumo (material de expediente, material de limpeza e etc.) “.

O imobilizado se refere ao conjunto de ativos de longa durabilidade necessários à realização das operações da empresa. Os ativos biológicos, que compreendem as culturas agrícolas permanentes, compõem o imobilizado (PADOVEZE, 2017).

Os ativos não circulantes são os bens e direitos que se realizarão em períodos superiores a um ano da data em que ocorre o encerramento do balanço patrimonial (PADOVEZE, 2017).

Crepaldi (2016, p. 137) define depreciação como “a diminuição do valor de bens corpóreos em decorrência do desgaste ou perda de utilidade pelo uso, ação da natureza ou obsolescência”

Se tratando da cultura permanente, pode-se falar em depreciação no caso de empreendimento próprio no qual serão extraídos os frutos. Evidenciando que é aplicada sobre a cultura já formada, jamais na cultura em formação, a contar da primeira colheita (MARION, 2014).

Marion (2004, p.3) considera a pecuária como a “arte de criar e tratar gado” e o gado como “animais geralmente criados no campo, para serviços de lavoura, consumo doméstico ou para fins industriais e comerciais”.

A pecuária do gado de corte é dividida em três estágios diferentes:

- Cria: Realizar a venda do bezerro logo após o desmame.
- Recria: Realizar a venda do novilho magro para engorda logo após a reprodução.
- Engorda: Após adquirir o novilho magro, realizar a engorda e após a venda do novilho gordo.

Após as fases citadas acima, o gado de corte é direcionado ao abate, para ser realizada a produção da carne ou de outros produtos relacionados a mesma. Desse modo, os sistemas de produção utilizados pelos pecuaristas são divididos em

três modos, sendo eles: o sistema extensivo, o sistema semi-intensivo e o sistema intensivo.

O sistema extensivo consiste no uso de grandes propriedades, isto é, o gado fica livre em uma área maior, sem a utilização de recursos tecnológicos, com uma produtividade um pouco menor.

Santos (2008, p.19) define o sistema extensivo como “os animais são geralmente mantidos em pastos nativos (campos, cerrados, capins naturais), sem alimentação suplementar (ração, silagem etc.). Esses animais ocupam áreas de terra, cujo rendimento por cabeça, é normalmente baixo”.

Já o sistema intensivo, é um sistema bem mais atualizado, diferentemente do sistema extensivo, utiliza-se de recursos tecnológicos atuais para ser realizada a produção a curto prazo durante todo o ano, onde se utiliza de áreas com dimensões menores, com capins com tecnologias que variam de acordo com a estação do ano, tendo como objetivo o ganho de peso mais rapidamente.

O confinamento de bovinos com destinação a produção de carne ocorrequando os gados são colocados em piquetes de engorda, com uma área menor, onde a locomoção dos mesmos são restringidas, sendo alimentados de forma controlada em cochos. Essa fase do confinamento, é mais utilizada no período de terminação (PEIXOTO *et al.,* 1989).

Para Cardoso (2000) o confinamento é definido como:

> Sistema de criação de bovinos em que lotes de animais são encerrados em piquetes ou currais com área restrita, e onde os alimentos e água necessários são fornecidos em cochos. Assim sendo, o sistema de confinamento pode ser aplicado a todas as categorias do rebanho.

Na maioria das vezes, o confinamento é utilizado nas épocas mais secas do ano, por ser um período com carência de pasto, porém, não deve ser utilizado somente nesses períodos mais secos. Visto que, cada pecuarista tem seu ciclo de criação especifico (CARDOSO, 2000).

2. METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado procedimentos metodológicos utilizados no trabalho, e também quais foram os métodos utilizados para definir a pesquisa, a

coleta das informações, o elemento a ser estudado, e a forma que será obtido os dados.

O estudo tem por finalidade desenvolver uma pesquisa exploratória-descritiva, caracterizada por Andrade (1999, p.17), como:

> Configura–se como a fase preliminar, antes do planejamento formal do trabalho. São finalidades da pesquisa exploratória proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Através da pesquisa exploratória, avalia-se a possibilidade de desenvolver um bom trabalho, estabelecendo-se os critérios a serem adotados, os métodos e as técnicas adequados.

A pesquisa exploratória descritiva, possui como objetivo principal examinar e descrever acontecimentos e também, saber com quem, do quê, e qual a força do objeto que está sendo estudado.

Quanto a natureza, o estudo é desenvolvido em forma de teórico-prático tendo por seu objeto, finalidades, meios e resultados.

Ao se tratar de dados, a pesquisa tem a definição qualitativa, tendo em mente que a extração dos dados esclarecedores sobre o impacto das ferramentas gerenciais para os produtores de pequeno e médio porte.

Por meio da análise qualitativa será possível apresentar quadros esclarecedores, sendo que, será necessário realizar uma análise sobre os dados adquiridos, desta forma, transformando os mesmos em informações importantes, para que ajudem no aumento de informações e no desenvolvimento da pesquisa.

Este estudo será realizado através de entrevista, de forma organizada, participará desta entrevista, principalmente, o dono da propriedade e juntamente, se houver mais participantes da família no dia da entrevista. Portanto, este estudo é caracterizado de forma qualitativa.

Essa pesquisa é caracterizada como uma pesquisa de campo que será realizada através de entrevistas, com o propósito de observar e verificar os dados sem alterá-los e gerar novas percepções dos dados, tornando assim, o tema estudado mais fácil de se entender no que se refere a fundamentação teórica com o propósito de compreender e esclarecer o problema que está sendo pesquisado.

Este trabalho será elaborado através de uma coleta de informações que serão dispostas por cada um dos produtores rurais, sejam essas informações primárias ou secundárias, restritas ou não.

Os dados coletados através do fornecimento de informações concedidas pelo produtor rural serão analisados. Após essa análise, será possível obter uma resposta de qual é a percepção do produtor se tratando dos métodos de controle para as tomadas de decisões.

3. ESTUDO DE CASO

Situada no município de Ouro Verde do Oeste, estado do Paraná, essa propriedade conta com um total de 16,94 hectares total, ou então 7 alqueires paulista, residindo na propriedade, o proprietário, a esposa e o filho. A propriedade conta com o cultivo de soja e milho safrinha, e também com a criação do gado de leite. O faturamento médio mensal repassado pelo proprietário gira em torno de R$30.000,00 de reais. Já o valor de sua propriedade é de aproximadamente R$2.590.000,00 de reais.

Situada no município de Toledo/PR, na comunidade de Vila Nova, a propriedade conta com área total de 48,40 hectares, ou então 20 alqueires paulista, residem na propriedade o proprietário, sua esposa e mais 1 filho caçula, sendo que o mais velho já se casou e foi morar na cidade. A propriedade atualmente possui a divisão pela criação de suínos, plantio de soja e milho safrinha e também a criação do gado de leite. A renda mensal da família gira em média de R$8.000,00 reais, sendo que a cada 110 dias há o fechamento do lote dos suínos, entra uma renda de R$30.000,00. O valor atual da propriedade fica em torno de R$7.200.000,00 de reais.

Quadro 1 – Caracterização do produtor rural

Produtor de pequeno porte	Produto de médio porte
O produtor de pequeno porte possui o ensino fundamental completo, tem sua propriedade há 30 anos, todos os trabalhos são executados por ele, e por sua esposa, pois o filho do casal trabalha e estuda na cidade. Sendo assim, o proprietário é responsável pela por plantar, cultivar e colher o milho e soja, e sua esposa pelo gado de leite.	O produtor de médio porte possui o ensino médio completo, já faz parte do meio rural há 40 anos, os trabalhos executados dentro da propriedade são pelo casal e pelo filho caçula, sendo que o mais novo foi para cidade trabalhar e estudar. Além da agricultura, também realizam trabalho com suinocultura e gado de leite.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Diante dos dados expostos acima, pode-se observar que os produtores não prosseguiram com os estudos, devido à falta de chances fornecidas na época, porém, ambos trabalham há um bom tempo meio rural, tendo as habilidades necessárias para conduzir suas atividades da melhor forma, e com grandes conhecimentos na área. Nota-se também que os filhos dos casais optam por irem para a cidade buscar oportunidade no mercado de trabalho, e também para estudar, posteriormente, com os conhecimentos adquiridos podendo vir a auxiliar seus pais a realizar o controle da propriedade de uma forma mais completa.

De outro lado, será apresentado como é realizada a administração da propriedade, percebendo-se que nem todos os produtores utilizam dos controles gerenciais adequados, assim, não identificando suas reais necessidades.

QUADRO 2 – Como é realizada a administração da propriedade

Produtor de pequeno porte	Produto de médio porte
Atribui a responsabilidade da parte de controle da agricultura ao seu filho, e a parte do gado de leite, quem realiza a administração é a sua esposa. Assim como, projetam com antecedência contas a pagar, e realizam as anotações de produtos comprados para realizar as atividades, para assim, sempre trabalhar de acordo com a renda.	Não tem uma pessoa específica pela administração da propriedade. Assim, não realizam nenhum tipo de controle, nem mesmo anotações, conforme repassado pelo proprietário, o dinheiro que vai sobrando, o mesmo realiza o reinvestimento em maquinários ou equipamentos para dentro da propriedade

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O produtor de pequeno porte possui o auxílio do seu filho e de sua esposa para realizar a administração de propriedade, conforme entrevista com o mesmo,seu filho está se formando na área financeira, tendo um pouco de conhecimento na área, e sua esposa que o auxilia na parte do gado de leite, possui cursos

especializados no mesmo campo, o que a auxilia no tratamento dos dados, mesmo os dados sendo anotados de forma manual, o mesmo relata que até o momento está ajudando o bastante. Porém, não possui o auxílio de uma pessoa especializada, que poderia vir a dar uma opinião sobre como está indo o seu controle e o seu financeiro da propriedade.

Já o de médio porte, não possui nenhum tipo de controle ou administração na propriedade. Em entrevista com o mesmo, diz que sempre faz o que está ao seu alcance, e ao final de cada ano, junta o que a propriedade deu de lucro, e troca os maquinários e implementos.

Além do que foi demonstrado acima, será realizado adiante se osproprietários realizam o controle de perdas, e se utilizam da ferramenta seguro agrícola.

Quadro 3 – Realização do controle de perdas, e seguro agrícola e pesquisa de preço.

Produtor de pequeno porte	Produto de médio porte
Em entrevista com o proprietário, o mesmo informou que realiza o controle de perdas em todas suas atividades executadas, dando ênfase maior a lavoura do que ao gado de leite, também nos informou que para se prevenir de possíveis perdas por fatores climáticos ou pragas, ele realiza a contratação de seguro agrícola total da área de planta. No que se trata de pesquisa de preço, ele informa que relaciona o custo-benefício, pois além do menor preço, busca também qualidade, como sementes de alta produtividade, adubos com qualidade e preço bom, dentre outros produtos.	O produtor de médio porte, também realiza o controle de perdas da parte da lavoura, sempre comparando um ano ao outro em questão de produtividade, para se prevenir de possíveis perdas, também tem o seguro total da área plantada, já para os suínos, o mesmo deve ter um controle maior em relação a perdas por enfermidades, pois os suínos são em parceria com uma empresa da região. Já relacionado aos custos, também faz uma busca por preços menores e produtos com alta qualidade para no fim de cada safra se obter um lucro bom.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observados dados acima, é possível concluir que ambos os produtores se preocupam os controles de perdas que há na propriedade, e também se preocupam com o fato de obter um seguro agrícola de qualidade, seguro esse que na ocasião de ser utilizado, salva os produtores de ter que tirar dinheiro do bolso para pagar as contas da própria falta de produção, sendo por condições climáticas, por infestação de pragas, dentre outras, já se tratando de outras atividades desenvolvidas, os mesmos não deixam de preocupar com a questão de perca, sempre controlando-as.

Também observamos que, tanto o produtor de pequeno porte, quanto o de médio, se preocupa em buscar o menor preço, mas sempre mantendo a qualidade do produto comprado.

Por último, e não menos importante, se busca analisar se os produtores realizam a separação de bens da pessoa física para a propriedade, se realizam a apuração de lucro ou prejuízo das safras, e o que consideram mais importante no momento de tomar suas decisões.

Quadro 4 – Separação de bens pessoa física, apuração de lucro ou prejuízo das safras e aspectos importantes para a tomada de decisão.

Produtor de pequeno porte	Produto de médio porte
O produtor não realiza a separação de bens pessoa física da propriedade, em entrevista, o mesmo nos passa que o valor de suas máquinas e implementos está em torno de R$650.000,00, sendo dois tratores, uma plantadeira, e uma bomba de passar veneno. O proprietário afirma realizar o controle de apuração de lucro ou prejuízo de cada safra através de comparações de um ano com outro ao juntar os papéis de venda, e as notas e anotações de gastos com a produção. Ele diz considerar aspectos climáticos, cotações agrícolas, política e cotações de mercado no momento da tomada de decisões.	O produtor de médio porte também não realiza a distinção de bens entre pessoa física e a propriedade, diz o mesmo que paga as contas, e o que sobra em determinado período, ele reinveste com compra de novos equipamentos. O valor atual de máquinas e implementos da propriedade está em torno de R$3.000.000,00 de reais. O proprietário não realiza um controle profundo no que se trata de lucro ou prejuízo da propriedade, apenas junta os papéis de venda no final do ano e soma por cima quanto gastou, e quanto deu o valor bruto das vendas. Ao se tratar de tomada de decisões, o mesmo considera importante analisar quanto sobrou ao final do período, e analisar os preços de mercado.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como podemos analisar as informações obtidas acima, conclui-se que cada produtor tem sua maneira especifica de apurar se obteve lucro ou prejuízo ao final de cada safra, ou então sua maneira de realizar novos investimentos em máquinas e implementos.

Um realiza anotações em papéis, outro não realiza nenhuma forma de controle, apenas guarda os dados na cabeça, os dois tem maneiras um pouco diferente ao se considerar dados para a tomada de decisões, mas no fim os dois conduzem as atividades da melhor forma e condição atual. Seria interessante ambosobter uma assistência financeira um pouco mais completa, obter conhecimentomaior sobre as ferramentas gerenciais como fluxo de caixa, controlar melhor os custos, depreciações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ainda está em fase de construção e coleta de dados, onde ao final do estudo será demonstrado de que forma os controles gerenciais impactam no momento da tomada de decisões do produtor rural de pequeno e médio porte, onde será recomendado processos para a melhoria de gestão dos produtores rurais.

REFERÊNCIAS

CALLADO, A. A. C; CALLADO, A. L. C. **Custos na tomada de decisões em empresas rurais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS. 5., 1998, Fortaleza. Artigo. Fortaleza, 1998.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisorial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DOS SANTOS BRAUM, Loreni Maria; MARTINI, Odair Jose; BRAUN, Ruan Santos. **Gerenciamento de custos nas propriedades rurais: uma pesquisa sobre o uso dos conceitos da contabilidade de custos pelos produtores**. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2013. Disponível em: https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/35. Acesso em: 25 abr. 2022.

FONSECA, Reinaldo Aparecida et al. **Contabilidade rural no agronegócio brasileiro**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 12, p. 1-12, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. 2001.

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. **A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. 16., 2009, Fortaleza. Artigo. Fortaleza, 2009.

LEONE, G. S G; LEONE, R. J. G. **Curso de Contabilidade de Custo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Cientifico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOTICIAS INTERATIVA FM. AGRONEGÓCIO. **Diferença entre grande, médio, pequeno agricultor familiar**. 2021-2022. Disponível em: https://noticiasinterativa.com.br/agronegocio/19355-diferença-entre-grande-medio-pequeno-e-agricultor-familiar. Acesso em: 20 abr. 2022.

RIBEIRO, Elisa Antônia et al. **A perspectiva da entrevista a investigação qualitativa**. 2008.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro; TODA, William Haruo. **Contabilidade Rural**. 2. ed. São Paulo: Iob, 2012.

SILVA, Maurício Corrêa da et al. **Procedimentos metodológicos para a elaboração de projetos de pesquisa relacionados a dissertações de mestrado em Ciências Contábeis**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 15, p. 97-104, 2004.

SO CONTABILIDADE. **Conceito de Contabilidade**. Disponível em http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/conceito.php. Acesso em: 25 abr. 2022.

STROEHER, Angela Maria; FREITAS, Henrique. **O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas**. Revista de Administração Eletrônica. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2008.

ULRICH, Elisane Roseli. **Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio**. RACI-Revista de Administração e Ciências Contábeis do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai, IDEAU, Bagé-RS, v. 4, n. 9, 2009.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

"MEIO DIA E MEIA OU MEIO DIA E MEIO" E "DÊ-ME OU ME DÁ": REFLETINDO AS DIFERENÇAS ENTRE A FALA E A ESCRITA

MARTINS, Patricia Joca
RECH, Eduarda Luiza
TRINDADE, Paula Daiana
pdtrindade@minha.fag.edu.br
Orientadora: COTTICA, Angela Maria
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Neste presente trabalho pretende-se esboçar a relação entre a variação linguística presente na norma culta padrão e coloquial, bem como abordar de forma breve a relação que também está presente no modo de falar, diferenciando da forma escrita exemplificando através de diferentes meios de comunicação, como por exemplo a literatura e artigos científicos. O trabalho foi desenvolvido com base em pesquisas bibliográficas através da gramática descritiva e normativa. Ao final deste, artigo através da análise dos textos "Pronominais" de Oswald de Andrade e "Meio-dia e meia" de Rubem Braga, conseguiremos identificar os mais diversos tipos de concordância verbal e nominal e principalmente as suas variações.

Palavras-chave: Concordância verbal; concordância nominal; regência verbal; regência nominal; variação Linguística.

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir destacará em como a comunicação está presente de fato na nossa sociedade e como a fala e a escrita implicam, por mais que andem juntas são completamente diferentes e são impostas na vida das pessoas de diferentes maneiras, já que a fala se aprende em casa desde cedo e a escrita na escola a partir de certa idade. Marcuschi trabalha abordando o tema de maneira com que fique clara tal diferença.

Será também entregue ao leitor a diferença de alfabetização, letramento e escolarização que por mais que trabalhe com objetivos similares são coisas diferentes e é importante que a sociedade saiba diferenciá-las.

Para o propósito, buscou-se nos textos “Pronominais” e “Meio-dia e meia” objetos para análise que comprovassem a tese da variabilidade entre falar e escrever.

DA FALA PARA A ESCRITA: ENTENDENDO AS ESPECIFICIDADES

Em outros tempos, a oralidade e a escrita eram vistas como elementos opostos, sendo até chamadas de “paradigma da autonomia”, ou seja, não eram consideradas duas práticas sociais, diferentemente de hoje em dia. O homem era considerado um ser que fala e não um ser que escreve, porém não se deve considerar a oralidade mais importante que a escrita sendo que uma escrita é a derivação de uma fala. Elas possuem características próprias, mesmo assim não podem ser caracterizadas como sistemas linguísticos. O modo como trabalhado sendo o som e a grafia não se deve ser o parâmetro principal quando analisadas.

É fato que desde os primórdios os povos possuíam uma oralidade, mas poucos o conhecimento da escrita. Quando o conhecimento da escrita foi iniciado era considerado como algo de superioridade na sociedade, visto como algo de alto padrão. A fala, por ser algo natural de modo informal, pode ser aprendida em casa com a família e utilizada desde os primeiros anos de vida; diferente da escrita, que é algo que se é de certa forma considerado formal, pois aprende-se na escola a partir

da alfabetização. É preciso deixar claro que mesmo tendo sido criada pelos homens, o letramento, não é a mesma coisa de quando alguém está no começo da alfabetização, porque acredita-se que a escrita possui a linguagem em modo social e a forma comum, exemplos de formas sociais são: o trabalho, a escola, vida burocrática. Já a comum é tratada no dia a dia, por mensagens, redes sociais entre outros.

A diferença entre letramento, alfabetização e escolarização é que letramento pode ser considerado algo informal. Segundo Street (1995) “distribui-se em graus de domínio que vão de um patamar mínimo a um máximo” (MARCUSCHI, 2010, p. 21). A alfabetização está ligada em um processo conectado a instituição escolar e está sempre em domínio das habilidades de ler e escrever. Por fim, a escolarização é feita em um ambiente formal e entende-se que a alfabetização é apenas uma das atividades/disciplinas trabalhadas nas escolas.

A escrita tem uma posição de supremacia das culturas dentro dos grupos que supostamente possuem dominância sobre esta (ninguém é totalmente letrado, isto é, algo que será estudado por toda uma vida e, mesmo assim, ninguém terá total domínio). Vale ressaltar que existe uma desigualdade no letramento, pois ao analisar a própria sociedade brasileira é nítido que as pessoas da elite têm um maior conhecimento, logo que as pessoas de baixo padrão não possuem a mesma qualidade de vida; muitas vezes não podem e nem tem a oportunidade de terminar a escola.

Existe a perspectiva variacionista que é basicamente o que retrata o papel da escrita e da fala em vista educacional em que é mostrado a língua padrão, língua culta, norma padrão, variedades não padrão, língua coloquial, normas não padrão. É importante destacar e deixar claro aos estudantes as variedades linguísticas e que nunca existiu ou irá existir um padrão sobre essas circunstâncias, mas ao produzir algo na variedade formal devemos nos atentar às regras impostas tanto na escrita quanto na fala. A questão do regionalismo é muito notada, por exemplo, alguém de Santa Catarina não fala e não escreve como alguém de Minas Gerais, mas a ortografia é a mesma. “Minha posição é a de fala e escrita não são propriamente dois dialetos, mas sim duas modalidades de uso da língua, de maneira que o aluno, ao dominar a escrita, se torna bimodal.” (MARCUSCHI, 2010, p. 21).

Se pensarmos em uma fusão entre a visão variacionista a análise da conversação etnográfica aliados a linguística de texto, é considerada uma forma mais segura de se pensar quando unimos a empírica e a teórica, quando se trata de uma correlação entre formas linguísticas, contextualidade, interação e cognição. Por fim, entende-se que a palavra língua não é um sistema de regras que anda em linha reta, esta na realidade possui muitos “membros” e é um conjunto de linhas bagunçadas.

A Língua Portuguesa é muito ampla e ambígua. Tendo em vista que a variedade linguística é nítida, consegue-se ver claramente a diferença na fala e escrita de uma pessoa que resido no Sul do país e de outra que mora no Centro ou Nordeste por exemplo, assim como percebemos a diferença entre uma pessoa criada na cidade com os estudos completos e de outra criada no campo analfabeta.

> Existe uma imensa gama de variedades de língua, que vão desde as mais informais até as mais formais e estereotipadas. Além disso, há, principalmente no que se refere ao coloquial, certo grau de variação regional (a fala espontânea de um gaúcho difere da de um cearense) e social (um operário não fala da mesma maneira que um médico). Essa variação (regional, social e individual) é muito mais marcada no caso do coloquial do que no do padrão (PERINI, 2005, p. 24).

REFLETINDO A NOÇÃO DE “CERTO”

Percebemos que existe uma grande diferença principalmente no falar e escrever na nossa língua. O falar geralmente é voltado ao coloquial, considerando que há um conjunto de variações coloquiais, e as variedades voltadas a forma padrão da língua. Muitos autores recorrem a essa fala coloquial quando estão escrevendo, pois desta forma se consegue chegar próximo da realidade. Do mesmo modo, se falarmos de maneira completamente formal enquanto conversamos com amigos, provavelmente essa pessoa ficaria sem proximidade de pessoas, tendo em vista que a forma padrão e formal da Língua Portuguesa é mais voltado para textos jornalísticos, literários, artigos por exemplo. (PERINI, 2005, p. 24-26).

Em uma frase, oração ou enunciado existe uma relação entre as palavras, desta forma, a relação estabelecida entre elas é interdependente, sendo assim a “regência é o modo pelo qual um termo rege outro que o completa” (CEGALLA, p. 483). Segundo Ferreira (2014), a regência verbal se dá entre o verbo, que é o termo

regente e o termo que serve de complemento para o sentido da frase, que é o termo regido, que são os adjuntos adverbiais, objetos direto e indireto.

A concordância verbal e nominal é responsável concordância harmônica estabelecida entre as palavras em um enunciado ou frase, de acordo com Cegalla:

> A concordância é o princípio sintático segundo o qual as palavras dependentes se harmonizam, nas suas flexões, com as palavras de que dependem. Assim: a) Os adjetivos, pronomes, artigos e numerais concordam em gênero e número com os substantivos a que se referem (concordância nominal); b) O verbo concordará com o sujeito da oração em número e pessoa (concordância verbal). (CEGALLA, 2020, p. 438)

Existem algumas regras para que as palavras fiquem de acordo uma com a outra dentro de uma frase, ou seja, deve haver uma concordância. Por exemplo, se o sujeito estiver no singular, o verbo também deve prosseguir no singular. Já se o sujeito estiver no plural, consequentemente o restante da frase precisa acompanhar essa mudança para que haja sentido.

A concordância refere-se à combinação das palavras em uma frase, a qual existem dois tipos: a concordância verbal e a nominal. A concordância verbal tem a ver com o verbo e o sujeito a quem ele se refere. Já a concordância nominal relaciona-se com o adjetivo, o pronome, o numeral e o artigo de quem se fala. Portanto, para que a frase faça sentido, é preciso que quem a escreve, escreva-a de forma conexa. Não se atentar às regras gramaticais no cotidiano pode causar certa estranheza quando há necessidade de escrever na norma culta. Por exemplo, no texto “Meio-dia e meia” de Rubem Braga:

Meio-dia e meia

Acho muito simpática a maneira de a Rádio Nacional anunciar a hora: “onze e meia” no lugar de “vinte e três e trinta” [...]. Mas confesso minha implicância com aquele “meio-dia e meia”.

Sei que “meio-dia e meio” está errado; “meio” se refere a hora e tem de ficar no feminino. Sim, “meio-dia e meia”. Mas a língua é como a mulher de César: não lhe basta ser honesta, convém que o pareça. Aquele “meia” me dá ideia de teste de colégio para pegar estudante distraído. Para que fazer da nossa língua um alçapão?

Lembrando um conselho que me deu certa vez um amigo boêmio quando lhe perguntei se certa frase estava certa (“Olhe, Rubem, faça como eu, não tope parada com a gramática: dê uma voltinha e diga a mesma coisa de outro jeito”). [...] Aliás a língua da gente não tem apenas regras: tem um espírito, um jeito, uma pequena alma que aquele “meio-dia e meia” faz sofrer. E, ainda que seja errado, gosto da moça que diz: “Estou meia triste...” Aí, sim, pelo gênio da língua, o “meia” está certo.

Rubem Braga. *Recado de primavera*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984. p. 58.

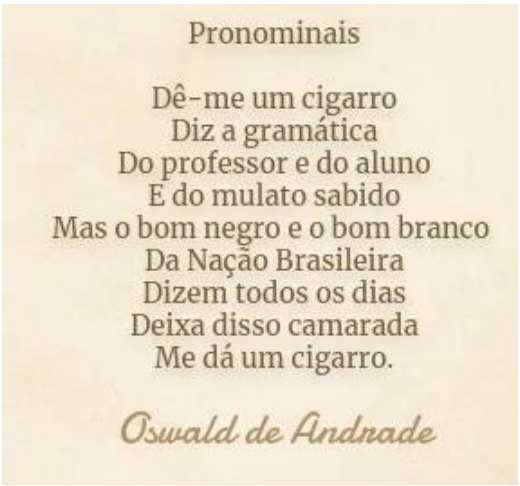
Fonte: FERREIRA, Mauro. **Aprender e Praticar Gramática**. Volume Único: Ensino Médio – 4ª Edição. São Paulo – SP: Editora FTD, 2014.

O autor deixa claro que é sabido por ele que a expressão “meio-dia e meio” está errado. Porém, como o sujeito está acostumado a ouvir sempre dessa maneira, quando ouve alguém dizer ao certo, acaba gerando admiração ou aparenta estar incorreto.

> Lembrando um conselho que me deu certa vez um amigo boêmio quando lhe perguntei se certa frase estava certa (“Olhe, Rubem, faça como eu, não tope parada com a gramática: dê uma voltinha e diga a mesma coisa de outro jeito”). [...] Aliás a língua da gente não tem apenas regras: tem um espírito, um jeito, uma pequena alma que aquele “meio-dia e meia” faz sofrer. E, ainda que seja errado, gosto da moça que diz: “Estou meia triste...” Aí, sim, pelo gênio da língua, o “meia” está certo. (BRAGA, 1984, p. 58)

Apesar de não dizermos sempre corretamente com concordância e obedecendo à norma culta em nossa oralidade, é necessário que na escrita esteja da forma correta.

Outra análise que pode ser feita é em um poema de Oswald de Andrade, “Pronominais”.



Fonte: https://www.pensador.com/frase/NTU4NjA3/

Na primeira linha do poema, o autor afirma que a gramática diria “Dê-me um cigarro”, ou seja, está de acordo com a norma culta. Mais abaixo, este relata que o povo brasileiro não diz dessa forma e, sim, “Me dá um cigarro”. Isto é, há uma variação significativa entre a oralidade e a escrita. Falas que são ditas em nosso cotidiano, não podem ser transcritas para um artigo científico, por exemplo. Cada um deve obedecer ao seu contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, pôde-se perceber que há uma variação linguística significativa em nosso território. Os indivíduos tendem a se comunicar oralmente da maneira que se comportam no dia a dia e isto demonstra o quanto a sociedade utiliza a forma coloquial para se expressar.

Nota-se a importância da utilização da concordância verbal e nominal, principalmente nos artigos científicos, justamente porque estabelece uma relação harmônica entre as palavras e frases de um texto. Vale lembrar que em situações orais do cotidiano não é necessário se adequar às regras gramaticais e à norma padrão. No entanto, na escrita é necessário que esta esteja de acordo com as regras.

REFERÊNCIAS

Concordância Nominal: Conceitos, regras básicas e alguns casos especiais. Rio de Janeiro, 28 set. 2022. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wpcontent/uploads/2020/05/Portugu%C3%AAs_Concord%C3%A2ncia-Nominal.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.** 49ª edição. Companhia Editora Nacional, 2020.

BRAGA, Rubem. Recado de primavera. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

FERREIRA, Mauro. **Aprender e Praticar Gramática**. Volume Único: Ensino Médio – 4ª Edição. São Paulo – SP: Editora FTD, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** 10ª Edição. São Paulo – SP: Editora Cortez, 2010.

PERINI, Mario A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo – SP: Editora Ática, 4ª edição, 2005.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

GUERRA FISCAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS

FONTINHAS VIEIRA, Lucas de Marco
MACHADO DA CRUZ, João Victor
joaovictormachado316@gmail.com
bmfvieira@minha.fag.edu.br
Orientadora: CITTADIN, Carline M.
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A presente pesquisa se propõe em fazer uma análise da guerra fiscal à luz do princípio constitucional da redução das desigualdades sociais e regionais, tomando-se como limitação o âmbito de atuação fiscal dos Estados-Membros. Ocorre que a guerra fiscal é um fenômeno político-jurídico ocasionado pela múltipla concessão unilateral de benefícios fiscais por Estados-Membros, a fim de atrair investimentos privados aos seus territórios, em detrimento de outrem. Assim, para se evitar e combater o fenômeno da guerra fiscal, o constituinte fez constar de forma expressa a vedação da concessão de benefícios fiscais unilaterais por Estado-Membro na Constituição Federal de 1988. Contudo, o que se questiona é se a concessão unilateral de benefícios fiscais por um Estado-Membro pobre teria guarida constitucional ao se considerar o princípio da redução das desigualdades sociais e regionais. A princípio, dos estudos bibliográficos realizados até o presente momento, acredita-se que um Estado-Membro pobre estaria constitucionalmente autorizado a conceder benefícios fiscais para atrair investimento privado ao seu território, com base no princípio da redução das desigualdades sociais e regionais, uma vez que tais investimentos estimulariam a geração de empregos e o comércio regional com um aumento de capital em circulação. Portanto, justifica-se a pertinência temática em razão de se ressaltar a possibilidade de um Estado-Membro pobre gerir a sua fiscalidade visando um bem maior, qual seja, o seu desenvolvimento regional e, como consequência, a diminuição das desigualdades sociais. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, por meio da qual se estudou a teoria geral do direito tributário, contextualizou-se o fenômeno da guerra fiscal entre os Estados-Membros e analisou-se a constitucionalidade da concessão de benefícios fiscais outorgada unilateralmente por Estados-Membros pobres. Concluindo-se, ao final, que há expressa autorização constitucional para que um Estado-Membro pobre decline de sua arrecadação fiscal em prol do desenvolvimento regional e social.

.

Palavras-chave: Direito Tributário. Guerra Fiscal. Desenvolvimento Social e Regional.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar a guerra fiscal no âmbito de atuação fiscal dos Estados-Membros no que diz respeito ao Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

A guerra fiscal é considerada um fenômeno político-jurídico instaurado por meio de uma disputa entre os Estados-Membros que concedem benefícios fiscais de forma unilateral para atrair investimento privado às suas regiões.

Ocorre que, para evitar e combater a guerra fiscal, o constituinte expressamente vedou a possibilidade da concessão de benefício fiscal unilateralmente por Estado-Membro à título de ICMS. Exigindo-se, para tanto, a aprovação unanime de um convênio prévio a ser celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária.

Todavia, o que se questiona é se a concessão unilateral de benefícios fiscais por um Estado-Membro pobre teria guarida constitucional ao se considerar o princípio da redução das desigualdades sociais e regionais, uma vez que o intento de atrais investimentos privados guarda consonância com o objetivo de gerar trabalho e renda, o que movimentaria a economia regional, fomentando o desenvolvimento daquele Estado-Membro e, por consequência, de sua população.

Portanto, acredita-se que o fenômeno da guerra fiscal precisa ser analisado de forma desmistificada, pois ao se comparar Estados-Membros ricos e Estados-Membros pobres, evidencia-se que os primeiros têm uma maior fonte de riqueza atrelada ao desenvolvimento industrial e comercial, por meio do qual se tem a geração de empregos e, por consequência, a circulação de valores no comércio em razão do poder aquisitivo da população empregada.

Assim sendo, a possibilidade de os Estados-Membros pobres utilizarem a concessão de benefícios fiscais para atrair aos seus territórios o investimento da iniciativa privada, se mostra, *a prima facie,* como um instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais, princípio fundamental tão caro ao constituinte.

Dessa forma, justifica-se a pertinência temática em razão de se ressaltar a possibilidade de um Estado-Membro pobre gerir a sua fiscalidade visando um bem

maior, qual seja, o seu desenvolvimento regional e, como consequência, a diminuição das desigualdades sociais, utilizando-se a pesquisa bibliográfica para o estudo da teoria geral do direito tributário, para a contextualização do fenômeno da guerra fiscal entre os Estados-Membros e para a análise da constitucionalidade da concessão de benefícios fiscais outorgada unilateralmente por Estados-Membros pobres..

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Para a formação do modelo societário vigente, houve a necessidade de regular as ações individuais por meio de regras e leis, uma vez que se entendia que o “homem era lobo do homem”, termo difundido por Thomas Hobbes em sua obra “Leviatã”, na qual o homem era compreendido como um animal capaz de atrocidades e condutas bárbaras contra sua espécie.

Sob esse aspecto criou-se o Estado, ente soberano dotado de capacidade para o seu autossustento, o qual poderia se apresentar de duas formas - por meio de um governo centralizado ou em unidades autônomas com governos descentralizados. Todavia, independente da forma de apresentação, é certo que para se manter a máquina pública se faz imprescindível a arrecadação de recursos por meio de uma atividade financeira.

Nesse sentido, vislumbra-se que a atividade financeira é “[...] o conjunto de atos que o Estado pratica na obtenção, na gestão e na aplicação dos meios de pagamento de que necessita para atingir seus fins.” (MACHADO, Hugo de Brito, 2020, p. 24).

Outrossim, tem-se que a obtenção de recursos em razão da atividade financeira é feita, substancialmente, por meio da tributação, de modo que é possível inferir que o pagamento de tributos é o preço da liberdade, haja vista que o Estado realiza a arrecadação das múltiplas expressões de riqueza dos particulares e direciona esses recursos, em tese, para o custeio de suas atividades públicas, a exemplo da segurança, saúde e educação (MACHADO, 2020).

Portanto, verifica-se que o Estado, enquanto ente soberano, detém o exercício do poder de tributar, que é do povo. É de se dizer que o povo, ao se reunir na constituinte, consentiu que houvesse a sua tributação, cedendo o exercício desse

poder ao Estado que, em sua forma federativa, distribuiu as competências tributárias entre os entes políticos.

1.1 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS-MEMBROS E O ICMS

No Brasil vige a forma federativa de Estado, significando que a atividade financeira é realizada de forma descentralizada e autônoma por cada ente político, sendo eles, a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios.

Para tanto, a Constituição Federal de 1988 instrumentalizou a competência dos entes políticos por meio da partilha sobre as espécies tributárias, quais sejam, Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Empréstimos Compulsórios e Contribuições Especiais. No que se refere aos dois últimos, tem-se que a União foi dotada de competência para a sua criação e exação, já atinente aos impostos ordinários, o constituinte tratou de realizar a divisão levando em conta a relação jurídica a ser tributada (PAULSEN, 2021).

Destarte, são os impostos ordinários privativos da União, o Imposto de importação (II), Imposto de exportação (IE), Imposto de renda (IR), Imposto sobre produtos industrializados (IPI), Imposto sobre operações financeiras (IOF), Imposto sobre a propriedade territorial (ITR).

Ao seu turno, são impostos ordinários privativos dos Estados-membros, o Imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD), Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

Por sua vez, são os impostos ordinários privativos dos Municípios, o Imposto sobre a propriedade predial e territorial e urbana (IPTU), Imposto sobre a transmissão de bens móveis (ITBI) e Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS). Por fim, atinente ao Distrito Federal, tem-se que a sua competência é cumulativa com os Estados-membros e Municípios.

Logo, vislumbra-se que a atribuição da competência para o exercício do poder de tributar foi determinada pelo constituinte, de modo que deve ser observada a autonomia de cada ente político na sua respectiva atividade tributária (MACHADO,

2020).

Todavia, no que diz respeito à concessão de benefícios fiscais à título de ICMS, tem-se que houve uma mitigação da autonomia dos Estados-Membros entre eles, tomando-se como base a isonomia e a finalidade precípua de evitar e combater a disputa para atrair investimentos da iniciativa privada aos seus territórios, disputa que deflagrava as chamadas guerras fiscais.

Nesse sentido, a fim de evitar a disputa fiscal entre Estados-Membros, para que haja a concessão de um benefício fiscal em matéria de ICMS, é exigida a prévia deliberação pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, formado pelo Ministério da Fazenda e por representantes de todos os Estados-Membros e do Distrito Federal, conforme previsão expressa do artigo 155, §2º, XII, “g”, da CF/88 (TORRES, 2021).

Ocorre que a aprovação precisa ser unanime para que um determinado Estado-Membro seja autorizado a conceder o benefício fiscal almejado, o que gera um forte poder de veto que pode ser exercido por único Estado-Membro em prejuízo de outro.

1.2 GUERRA FISCAL

A guerra fiscal pode ser definida como um conjunto de medidas utilizadas por um ente federativo para oferecer maiores incentivos fiscais para que empresas ou indústrias sejam atraídas para o seu território, estimulando a economia regional ou local por meio da geração de trabalho e circulação de riquezas.

Portanto, a principal arma da guerra fiscal é a redução da carga tributária e, dentro de um jogo de interesses, os entes federativos acabam disputando entre si renunciando à arrecadação de tributos para atrair investimentos privados, seja por meio da concessão de benefícios ou da redução de alíquotas a serem aplicadas sobre a base de cálculo.

Em relação aos Estados-Membros, no que diz respeito ao ICMS, verifica-se que houve uma preocupação do constituinte em vedar as práticas de concessão unilateral de benefícios fiscais, uma vez que o Estado-Membro que tem a intenção de reduzir ou isentar a carga tributária de determinada atividade “depende sempre

da decisão unanime de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes" (RODRIGUES, 2014, pág.2 e 3).

Com isso, evidencia-se uma enorme dificuldade de os Estados-Membros conseguirem obter a autorização para conceder algum benefício fiscal em matéria de ICMS, haja vista depender da aprovação unanime do CONFAZ, sendo que apenas uma negativa já representa o veto para a atividade proposta.

De um lado, há a justificativa de que a necessidade de convênio previamente aprovado evitaria e combateria a guerra fiscal, gerando um aparente aspecto isonômico entre os Estados-Membros, o que autorizaria a mitigação da autonomia.

Todavia, o que se tem é que essa justificativa perde força quando focado em um Estado-Membro pobre, pois a dificuldade para atrair investimento da iniciativa privada para os seus territórios, sem poder contar com a outorga de benefícios fiscais, acentua a desigualdade social e regional, pois necessitam de um parecer unanime de votação para outorgar o benefício apresentando ao conselho (RODRIGUES, 2014).

1.3 CONSTITUCIONALIDADE DA CONCESSÃO UNILATERAL DE BENEFICIOS FISCAIS À TÍTULO DE ICMS POR ESTADOS-MEMBROS POBRES

A redução das desigualdades sociais e regionais é princípio orientador da Constituição Federal de 1988 e tem correlação com o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo meios ordenatórios para a construção de uma sociedade livre, mais justa e democrática, conforme se verifica no artigo 3º, inciso III e artigo 170, inciso VII da Carta Magna. No primeiro artigo, se refere o que "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;" (BRASIL, 1988, art°3,inc.III).

E menciona, o segundo dispositivo:

> "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social,

> observados os seguintes princípios: redução das desigualdades regionais e sociais;"(BRASIL,1988,Art.170°,inc VII).

Dessa forma, vislumbra-se que não se pode alcançar uma sociedade mais justa e solidária sem a concretização desses direitos basilares, sendo que a ordem econômica se desenvolve por meio da redução das desigualdades sociais e regionais, a saber:

> [...] não é possível compreender o constitucionalismo do Estado social brasileiro contido na Carta de 1988 se fecharmos os olhos à teoria dos direitos sociais fundamentais, ao princípio da igualdade, aos institutos processuais que garantem aqueles direitos e aquela liberdade e ao papel que doravante assume na guarda da Constituição o Supremo Tribunal Federal" (BONAVIDES, 2004, pág.374).

Assim, compreende-se que o princípio do desenvolvimento das desigualdades sociais e regionais, tem importância para a efetivação de outros direitos ligados à dignidade da pessoa humana, possuindo caráter obrigatório de observância e aplicação, conforme descreve Gilberto Bercovici:

> Os princípios constitucionais fundamentais, como os do artigo 3º, possuem caráter obrigatório, com vinculação imperativa para todos os poderes públicos, ou seja, conforma a legislação, a prática judicial e a atuação dos órgãos estatais, que devem agir no sentido de concretizá-los. São marcos do desenvolvimento do ordenamento, funcionando como parâmetro essencial para a interpretação e concretização da constituição. (BERCOVICI, 2005 apud CARVALHO, 2005 p.105).

Nesse sentido, é possível se afirmar que a tributação tem um importante papel para a redução das desigualdades sociais e regionais, pois é por meio dela que o Estado arrecada os meios necessários ao desenvolvimento de suas atividades, dentre elas, as políticas públicas e sociais como educação, saúde e seguridade social, a fim de concretizar os direitos e garantias fundamentais.

É nesse sentir o magistério de Bassani e Buffon, em que a tributação é compreendida como forma de:

> [...] concretizar a dignidade da pessoa humana, e realizar direitos e garantias fundamentais. E a sua realização, desta que é bastante visível a conexão existente como princípio da dignidade da pessoa humana, pois só é possível afirmar que haja uma vida minimamente digna quando restar assegurada plataforma básica de direitos fundamentais (em potencial os sociais). (BUFFON; BASSANI,2013, p.253).

De tudo isso, extrai-se que o argumento isolado quanto à necessidade de convênio para a concessão de benefício fiscal acaba ampliando a desigualdade social e regional, confrontando a Carta Magna que visa justamente combater essas mazelas, como forma, inclusive, de erradicar a pobreza (BASSANI; BUFFON, 2013).

Logo, ressalta-se que "[...] os incentivos fiscais concedidos a Estados Pobres, tendem a reduzir aquelas desigualdades e realizam o princípio constitucional" (MACHADO, 2020, pág.373).

Pelo exposto, infere-se que a concessão de benefícios fiscais unilaterais por Estados-Membros pobres tem amparo constitucional, com base no artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que tem como princípio orientador erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES (se necessário)

Dos estudos realizados até o momento, compreendeu-se a necessidade da tributação para o desenvolvimento das atividades do Estado, bem como a divisão da competência tributária entre os entes federativos para o exercício da tributação de forma autônoma.

Ainda, identificou-se a mitigação da autonomia entre os Estados-Membros, no que diz respeito à concessão de benefício fiscal em matéria de ICMS, em que é necessário submeter a proposta de benesse ao CONFAZ, sendo exigida a unanimidade de votos favoráveis para a outorga da redução da carga tributária.

Entretanto, se arrazoou que a exigência de convênio prévio, por Estado-

Membro pobre, vai de encontro com o princípio constitucional da redução das desigualdades sociais e regionais, uma vez que estaria se entravando a possibilidade de atrair investimento privado e gerar trabalho e renda para a população local e, por consequência, o desenvolvimento regional.

Dessa forma, embora a concessão unilateral de benefícios fiscais possa ensejar, de certa maneira, uma guerra fiscal, tem-se que tolher a possibilidade de um Estado-Membro pobre poder se desenvolver autonomamente agride o texto constitucional, podendo se inferir que a exigência de convênios, nesse espeque, é inconstitucional.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente trabalho se inferiu que a concessão de benefícios fiscais, outorgada unilateralmente por Estado-Membro pobre, tem guarida constitucional, uma vez que é princípio orientador da Constituição Federal de 1988 a redução das desigualdades sociais e regionais.

Assim, quando um Estado-Membro pobre, utiliza a concessão de benefícios fiscais para atrair o investimento privado para o seu território, está levando em consideração o movimento econômico da ação, pois haverá a geração de trabalho e renda e, por consequência, o desenvolvimento daquela região.

Por outro lado, deve se levar em conta que a concessão de benefício fiscal por um Estado-Membro rico de forma unilateral continua sendo vedada pela Constituição Federal de 1988, em razão da necessidade de submissão da proposta ao CONFAZ, sendo exigida a aprovação unanime dos participantes, de modo que continua sendo discutida a mitigação da autonomia para fins de evitar e combater a guerra fiscal.

Todavia, como a presente pesquisa se delimita na análise do princípio constitucional da redução das desigualdades sociais e regionais, onde se chega é que a exigência de convênio para que um Estado-Membro pobre possa conceder benefícios fiscais é inconstitucional, sendo constitucional, portanto, a concessão de benefício unilateralmente por um Estado-Membro pobre.

Por fim, para se afastar possíveis alegações de que haveria uma

desigualdade de tratamento entre Estados-Membros, pode-se afirmar, ainda, que a possibilidade de concessão unilateral de benefício fiscal por Estado-Membro pobre tem caráter isonômico, uma vez que trata os Estados-Membros desiguais de forma desigual na medida de suas desigualdades.

REFERÊNCIAS

BASSANI, Matheus; BUFFON, Marciano. Benefícios fiscais: Uma abordagem à luz da cidadania fiscal e da legitimação Constitucional da extrafiscalidade. **Revista da AJURIS** – V.40 – n.130 – Junho 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1998.** Organização do texto por Juarez de Oliveira.4. ed. São Paulo: Saraiva,1990.

CARVALHO, Lidiane Kely Lidiane. **Desenvolvimento, superação das desigualdades regionais e sociais e redução do imposto sobre produtos industrializados em tempos de crise**. Disponível em: < https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/desenvolvimento-superacao-das-desigualdades-regionais-sociais.htm#indice_15> Acesso em:28 de novembro.2021.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 41.ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário**.12. ed. São Paulo: Saraiva Educação,
2021.

RODRIGUES, Matheus Aragão. **A problemática da guerra fiscal e o ICMS**. 2014. Disponível em: https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8835/A-problematica-da-guerra-fiscal-e-o-ICMS Acesso em: 28 de novembro 2021.

TORRES, Taveira Heleno. **O papel do Senado na regulação de alíquotas de ICMS**. Disponível em:< https://www.conjur.com.br/2013-jun-19/consultor-tributario-historico-senado-regulacao-aliquotas-icms> Acesso em: 13 de outubro.2021.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UM ESTUDO SOBRE REGIME DE TRIBUTAÇÃO EM UMA EMPRESA DE COMÉRCIO VAREJISTA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL DE TOLEDO/PR

SCHLOSSER, Alessandra - Autor 1
MENDONÇA, Ana - Autor 2
aschlosser@minha.fag.edu.br
acmfreitas@ minha.fag.edu.br
Orientador: SIQUEIRA, Ruben
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O intuito deste trabalho é demonstrar qual regime de tributação é o mais adequado para uma empresa que atua no ramo do comércio varejista. O planejamento surge como uma sugestão para que haja uma redução na carga tributária, assim elaboramos um estudo tributário comparativo entre os regimes Lucro Presumido e Simples Nacional**.** Para alcançar o propósito deste trabalho, realizou-se um estudo de caso, levantando-se os dados pertencentes aos relatórios contábeis, bem como os livros de entradas, saídas, apuração de ICMS e serviços, resumo da folha de pagamento, e a demonstração do resultado do exercício referente ao segundo semestre do ano de 2021. Após a preparação do comparativo entre os dois regimes, constatou-se que o Simples Nacional proporciona uma menor carga tributária.

Palavras-chave: Planejamento Tributário; Simples Nacional; Lucro Presumido.

INTRODUÇÃO

O Planejamento Tributário consiste em um conjunto de sistemas que visa à redução dos tributos a serem recolhidos, tendo em vista que diminuindo essa carga tributária, o desempenho e o resultado da empresa melhoram e, consequentemente, tem-se segurança na tomada de decisão, pois, atualmente, muitas empresas fecham suas portas devido a dívidas fiscais adquiridas pela alta tributação: “Diante da alta carga tributária, as empresas vêm acumulando dívidas fiscais e, mesmo encontrando fôlego aderindo a programas fiscais, como o REFIS, logo se tornam inadimplentes por não conseguirem honrar os impostos vincendos [...]” (MOREIRA, s.d.).

Por meio do Planejamento Tributário, é possível visualizar qual regime de tributação é mais adequado para a organização, permitindo, assim, que se encontre maneiras para que haja redução nos pagamentos de impostos, utilizando a legislação em vigor e formas lícitas, aceitáveis pelo Fisco. Para Fabretti (2009, p. 09), “[...] não há mágica em planejamento tributário, apenas alternativas, cujas relações custo/benefício variam muito em função dos valores envolvidos, da época, do local, etc [...]”.

São exemplos de regimes tributários utilizados pelas empresas: Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real e Lucro Arbitrado. É por meio deles que será realizada a apuração e o pagamento de impostos, que podem variar de acordo com a atividade exercida pela empresa e os respectivos faturamentos. Por isso, dentro de uma estratégia de planejamento tributário, é importante considerar a escolha certa do regime.

Diante disso, realizou-se o estudo em uma empresa de comércio varejista, localizada na cidade de Toledo - PR, atualmente optante pelo simples nacional. O estudo proporcionou a compreensão da realidade fiscal e tributária da empresa em questão, por meio do seu faturamento e de suas demonstrações contábeis.

Os objetivos específicos propostos foram: realizar os cálculos tributários, com base nos regimes Lucro Presumido e Simples Nacional; executar uma análise comparativa entre os conceitos apresentados; e apontar qual regime apresentaria melhor opção tributária para a empresa.

Assim, cabe como objetivo geral deste estudo verificar se o regime de tributação Simples Nacional é o mais apropriado e demonstrar os impactos que isso pode causar na empresa cujo ramo de atividade é comércio varejista.

Os objetivos específicos propostos foram: Realizar os cálculos tributários com base nos regimes Lucro Presumido e Simples Nacional; executar análise comparativa entre os conceitos apresentados; apontar qual regime apresentaria melhor opção tributária para a empresa.

Com o propósito de alcançar o objetivo desta pesquisa será apresentado a fundamentação teórica utilizada, a importância do planejamento tributário, seu conceito e definição, os tributos utilizados para a análise, os regimes tributários vigentes no Brasil, também será apresentado à metodologia empregada para a elaboração da pesquisa e por último será exposto os resultados obtidos no regime Simples Nacional e Lucro Presumido e a comparação entre eles.

1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Com o aumento da competitividade no mercado, o planejamento surge como uma sugestão para que haja uma redução fiscal dos tributos, por meio da adoção de um estudo legal, também denominado elisão fiscal, afinal, "[..] A redução dos custos é uma necessidade a todas as empresas brasileiras que estão em condições de alta competitividade; algo que se impõe de forma ainda mais premente no que tange aos custos tributários, dado seu fortíssimo incremento nos últimos anos [..]" (OLIVEIRA, 2009 p. 189).

De acordo com Oliveira (2005 p.38):

> [...] uma forma lícita de reduzir a carga fiscal, o que exige alta dose de conhecimento técnico e bom-senso dos responsáveis pelas decisões estratégicas no ambiente corporativo. Trata-se do estudo prévio à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos, fiscais e econômicos de determinada decisão gerencial, com o objetivo de encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte [...].

Desse modo, o planejamento está vinculado à continuidade da empresa, ou seja, se a entidade estiver recolhendo encargos tributários excessivos, deixará de investir em outras áreas importantes e isso acaba gerando uma grande

desvantagem frente aos concorrentes. Gomes (2001, p. 70 *apud* Oliveira *et al.* 2010, p. 186-187) expõe que “[...] os tributos, sejam quais forem, refletem na vida das empresas como um limitador ao desenvolvimento, um entrave aos novos investimentos, além de baixarem a geração de lucros nas entidades [...]”.

O planejamento tributário, em outras palavras, é uma ferramenta preventiva que dá suporte para a tomada de decisão e exige uma atenção especial, pois a legislação tributária sofre constantes mudanças, havendo a necessidade da revisão da escolha do regime de tributação a cada início de ano, pois nem sempre o regime adotado em um período será o melhor para o exercício seguinte.

2 REGIMES

O denominado "Regime de Tributação" caracteriza-se pela forma com que o contribuinte deve tributar seus resultados, operações, rendimentos ou rendas. No Brasil existem três regimes tributários utilizados nas empresas: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. Convém ressaltar que a análise comparativa foi feita somente entre os regimes Simples Nacional e Lucro Presumido.

A escolha do regime tributário e seu enquadramento é que irão definir quais as bases de cálculo e os tributos que existem em cada um, trazendo as hipóteses de tributação. Portanto, é imprescindível que a empresa analise cada regime detalhadamente e suas particularidades, para que assim não tenha despesas desnecessárias.

2.1 SIMPLES NACIONAL

Simples Nacional ou Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, trata-se de um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto pela Lei Complementar nº 123, de 2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte.

Segundo a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme define o Art. 3º, II. No caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-

calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Criado com o intuito de unificar o recolhimento dos impostos e contribuições no âmbito Federal, Estadual e Municipal, em uma única guia denominada Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). O valor do Simples Nacional devido depende de dois fatores: receita bruta total e alíquota efetiva, que varia conforme o anexo correspondente ao setor, além da faixa de receita em que se encaixa.

2.2 LUCRO PRESUMIDO

O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social, que é calculado sobre o valor da receita bruta de cada trimestre, e as alíquotas serão determinadas conforme a atividade de cada empresa.

Conforme Oliveira (2004, p.178) o lucro presumido:

> O Lucro Presumido difere do conceito de lucro real, visto tratar-se de uma presunção por parte do fisco do que seria o lucro das organizações caso não houvesse a Contabilidade. Em outras palavras, como já comentado, a introdução pelo fisco do conceito de lucro presumido visou facilitar a apuração da base de cálculo, para algumas empresas, para apuração e recolhimento dos tributos de Imposto de Renda e contribuição Social.

De acordo com o SEBRAE (2022) “as empresas que adotam o regime do Lucro Presumido, a apuração do IRPJ e da CSLL tem por base de cálculo uma margem de lucro pré-fixada pela legislação, de acordo com a atividade da empresa”. A apuração tanto do imposto de renda (IRPJ) como o da contribuição social (CSLL) é trimestral, e o recolhimento se dá por meio de uma guia de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), e cada tributo deverá ter seu recolhimento individual, e em cada guia deverá constar um código da receita que corresponde a cada tributo.

3 TRIBUTOS

Tributo é um dever fundamental que respeita o princípio da capacidade contributiva. De acordo com o art. 3 do Código Tributário Nacional (CTN) define tributo como:

> Art. 3. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Os tributos representam a principal fonte de financiamento de que o Estado precisa para atender às necessidades da sociedade e para a manutenção do Estado por meio da instituição, redução ou aumento dos tributos.

3.1 ELEMENTOS DO TRIBUTO

Os elementos do tributo podem ser destacados como: Fato gerador, contribuinte e responsável, base de cálculo e alíquotas. Também existem elementos complementares, que são as alíquotas, adicional e prazo de pagamento.

a) Fato Gerador: De acordo com Fabretti (2009, p. 125), "A concretização do fato gerador pode fazer nascer uma obrigação principal que é sempre de natureza pecuniária, isto é, pagar um tributo, ou uma obrigação acessória, que é um dever administrativo [...]".

De acordo com lei n°5,172, art 114 e 115 da CTN, encontram-se as definições para as duas alternativas:

> Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
>
> Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

b) Contribuinte ou Responsável: Contribuinte é quem faz nascer o fato gerador e disponibiliza o dinheiro necessário ao pagamento dos impostos, que lhe são cobrados ou descontados. O responsável não tem relação pessoal com o fato, mas por imposição legal do fisco atua como agente arrecadador efetuando os recolhimentos necessários com o dinheiro que outrora fora cobrado do contribuinte, assim, tem o dever de cumprir a obrigação tributária principal, sob pena de reclusão (COAD,2022).

A lei n°5,172, art 121 da CNT, define contribuinte ou responsável como:

> Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
> Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
> I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

> II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

c) Base de Cálculo: A base de cálculo é a grandeza econômica sobre a qual se aplica a alíquota para calcular a quantia a pagar (FABRETTI,2009).

> Base de cálculo é o valor sobre o qual se aplica o percentual (ou alíquota) com a finalidade de apurar o montante a ser recolhido. A base de cálculo, conforme a Constituição Federal deve ser definida em lei complementar, estando sua alteração sujeita aos princípios constitucionais da legalidade (mudança somente por outra lei), da anterioridade (a lei deve estar vigente antes de iniciada a ocorrência do fato gerador) e da irretroatividade (a norma não pode atingir fatos passados) (OLIVEIRA, 2006, p. 30).

d) Alíquota: É o percentual definido em lei que, aplicado sobre a base de cálculo, determina o montante do tributo a ser recolhido. A alteração da alíquota está sujeita aos princípios constitucionais da legalidade, da anterioridade e da irretroatividade (OLIVEIRA, *et al*, 2006).

e) Adicional: Fabretti (2009, p. 131) cita que "[..] além do imposto devido, apurado pela aplicação da alíquota sobre a base de cálculo, às vezes a lei determina o pagamento de mais um posto, pelo nome de adicional, que incide sobre determinado valor que ela fixar."

f) Prazo de Pagamento: A Lei Ordinária expedida por órgão competente pode fixar os prazos para pagamento dos tributos, logo, esse procedimento não necessita de lei complementar (FABRETTI,2009).

3.2 TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO

3.2.1 PIS/COFINS – Lucro Presumido

O Programa de Integração Social (PIS), foi instituído pelo Brasil Lei Complementar nº 7, de 07 de Setembro de 1970, que define em seu art. 1º: “É instituído, na forma prevista nesta Lei, o Programa de Integração Social, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.”

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi instituída pelo Brasil Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, que determina em seu artigo 1º:

> Sem prejuízo da cobrança das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor

> Público (Pasep), fica instituída contribuição social para financiamento da Seguridade Social, nos termos do inciso I do art. 195 da Constituição Federal, devida pelas pessoas jurídicas inclusive as a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, destinadas exclusivamente às despesas com atividades-fins das áreas de saúde, previdência e assistência social.

A base de cálculo dessas contribuições é o faturamento mensal, correspondente à receita bruta, esta é a totalidade das vendas de mercadorias e de serviços, sendo irrelevante o tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

3.2.2 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Imposto de competência dos estados e distritos federais devendo ser seguidas as normas previstas em lei e pelos convênios firmados entre os estados. Cada estado brasileiro possui seu próprio regulamento, determinado os prazos de recolhimento e o documento a ser usado para arrecadação (OLIVEIRA, 2009).

No Paraná é regido pelo Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS) que foi aprovado pelo Panará Decreto nº 6080, de 28/09/2012, é um imposto de função extremamente fiscal, o fato gerador conforme Sabbag (2011, p. 1006) é:

> a) Imposto sobre a circulação de mercadorias; b) imposto sobre serviços de transportes interurbanos e interestaduais e de comunicação; c) imposto sobre a produção, importação, circulação, distribuição e consumo de combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica; d) imposto sobre extração, importação, circulação, distribuição e consumo de minerais.

Ressalte-se que optantes pelo Lucro Presumido mesmo sendo de regime não cumulativo, podem compensar créditos de ICMS oriundos das entradas na apuração final do imposto.

3.2.3 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A CSLL incide sobre toda a operação de venda efetuada pela empresa, e suas alíquotas variam de acordo com o regime de tributação. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi instituída pela lei n° 7.689, de 5 de dezembro de 1988; é uma contribuição de competência da União. É uma das fontes de recursos

previstas no art. 195 da Constituição Federal de 1988. São contribuintes as pessoas jurídicas domiciliadas no país e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de renda (OLIVEIRA, 2005, p. 193).

Conforme Oliveira (2005, p. 1093) “o fato gerador é a obtenção do lucro no exercício”. A base de cálculo é determinada através da aplicação da alíquota de 12% sobre a receita bruta nas empresas com atividades comerciais, e só então aplica-se a alíquota de 9% para o resultado do imposto (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2022).

3.2.4 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)

O IRPJ incide sobre toda a operação de venda efetuada pela empresa, e sua incidência varia de acordo com o regime de tributação. "Em relação às pessoas jurídicas, a ocorrência do fato gerador é verificada pela obtenção de resultados positivos em suas operações industriais, mercantis ou de prestação de serviços, além de acréscimos patrimoniais decorrentes de ganhos de capital. O Imposto será devido conforme os rendimentos, ganhos e lucros forem sendo auferidos." (OLIVEIRA, 2005, p. 94).

A base de cálculo é encontrada aplicando-se a alíquota de 8% no caso das empresas comerciais, sobre o montante do faturamento, e após aplica-se 15% para a obtenção do resultado do imposto, nas presumidas.

O adicional, sem nenhuma dedução, será pago juntamente com o imposto normal devido no período, nos mesmos prazos e período de apuração.

3.2.5 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), regulamentado pelo Brasil Lei Complementar n° 116 de 31 de Julho de 2003, compete aos municípios e Distrito Federal, sua função é fiscal. Conforme Alexandre (2010, p. 644) o fato gerador do ISS é:

> Prestação de serviços constantes da lista anexa a Lei Complementar 116/2003, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador; Serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País; Serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados

> economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final.

O contribuinte do ISS é todo prestador de serviços, empresa ou profissional autônomo conforme definido no art. 5° do Brasil Lei Complementar 116/03. A base de cálculo, conforme Sabbag (2016, p. 1159) destaca “é o preço do serviço (o seu valor bruto), [...] Tal valor não incluirá parcelas relativas a juros, seguros, multas ou indenizações, entretanto, a nosso ver os eventuais descontos, pelo fato de influírem decisivamente no preço dos serviços, deverão ser computados”. Sabbag (2011, p. 994) as alíquotas de ISS podem ser fixas ou proporcionais:

> A tributação fixa refere-se a um único valor pago periodicamente pelos profissionais liberais que executam serviços pessoais. A tributação proporcional, por sua vez, está adstrita à aplicação de uma alíquota sobre o movimento econômico das empresas que prestam serviços.

No regime Simples Nacional as empresas seguem os anexos do referido regime para encontrar a alíquota devida, no Lucro Presumido a alíquota é de 3%.

3 TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

3.3.1 Instituto Nacional de Seguro Social – INSS (Parte Patronal)

Segundo Ribeiro (2009, p.85), a contribuição de previdência, parte patronal [...] é devida com base no valor bruto da folha de pagamento. Sendo ela composta de duas partes: uma destinada à própria Previdência Social e a outra para outras entidade. [...]".

É distribuída em 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações no mês; 15% (quinze por cento) sobre o valor bruto da fatura de prestação de serviço; 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o total da receita bruta de venda rural, quando pessoa jurídica que tenha como finalidade atividade rural; 1%, 2% ou 3% do total das remunerações pagas referente a seguro de acidentes de trabalho (SAT), varia conforme grau de risco (RIBEIRO, 2009).

3.3.2 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

A finalidade da instituição do FGTS, segundo Martins (2004, p. 453), “[...] é proporcionar uma reserva de numerário ao empregado para quando fosse dispensado da empresa, podendo sacá-lo [...]". Também a dispensa por parte do empregador, tendo este que pagar uma indenização sobre os depósitos do FGTS, fazendo com que a empresa não tenha mais o problema de ter empregado estável, que, para ser despedido, provoca ônus muito maior, em razão da indenização em dobro (MARTINS, 2004).

> Os empregadores são obrigados a depositar até o dia 7 do mês subsequente, o equivalente a 8% da remuneração paga ou devida no mês anterior a cada empregado.
> Os depósitos deverão ser feitos em conta bancária vinculada; a partir de fevereiro, todas as empresas deverão utilizar a Guia de Recolhimento do Fundo da Garantia do tempo de serviço - GFIP, e para recolhimento de FGTS rescisório a guia GRFP (BULGACOV, 1999, p. 427).

O valor do FGTS fica retido na conta do funcionário até que o mesmo possa sacar o valor disponível, as hipóteses para saque estão definidas no art. 20 do Brasil Lei 8036/90.

4 METODOLOGIA

O desenvolvimento desse estudo será realizado através da pesquisa exploratória-descritiva pois envolve um levantamento bibliográfico, bem como se utilizar de técnicas padronizadas para coleta de dados, através de observação e análises de relatórios da empresa. Também será utilizado como procedimento técnico o estudo de caso e a pesquisa documental que refere-se aos relatórios contábeis que serão disponibilizados pela empresa. Por fim quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de pesquisa qualitativa que nos proporciona a mensuração dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente tópico apresentamos os cálculos mensais do regime Simples Nacional sobre a venda de mercadorias, receita dos serviços prestados e encargos sobre a folha de pagamento, obtido no segundo semestre de 2021, como está demonstrado no Quadro 1.

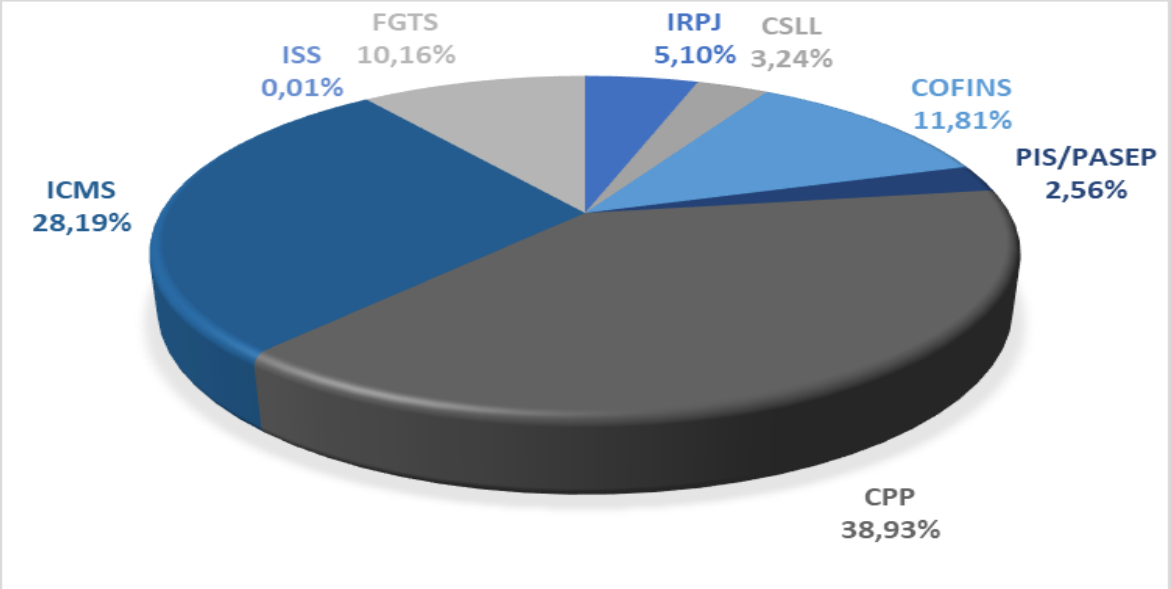
QUADRO 1 – Apresentação dos tributos recolhidos no Simples Nacional

Mês	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ICMS	ISS	FGTS
Julho	R$ 979,69	R$ 623,53	R$ 2.269,66	R$ 491,70	R$ 7.482,51	R$ 5.400,02	R$ 3,15	R$ 2.961,45
Agosto	R$ 1.124,59	R$ 715,69	R$ 2.605,12	R$ 564,37	R$ 8.588,35	R$ 6.200,92	R$ 1,35	R$ 1.904,35
Setembro	R$ 1.195,60	R$ 760,93	R$ 2.769,80	R$ 600,05	R$ 9.131,31	R$ 6.596,41	R$ 3,15	R$ 1.958,28
Outubro	R$ 1.264,39	R$ 804,69	R$ 2.929,09	R$ 634,56	R$ 9.656,42	R$ 6.987,88	R$ 2,70	R$ 2.583,05
Novembro	R$ 1.219,10	R$ 775,81	R$ 2.823,96	R$ 611,78	R$ 9.309,78	R$ 6.750,83	R$ 0,60	R$ 3.338,07
Dezembro	R$ 2.198,90	R$ 1.399,32	R$ 5.093,54	R$ 1.103,46	R$ 16.791,91	R$ 12.208,82	R$ 0,75	R$ 3.161,46
Total	**R$ 7.982,27**	**R$ 5.079,97**	**R$ 18.491,17**	**R$ 4.005,92**	**R$ 60.960,28**	**R$ 44.144,88**	**R$ 11,70**	**R$ 15.906,66**

***Fonte*:** Elaborado pelas autoras do trabalho conforme dados cedidos pela empresa (2022).

Com base nos valores apurados, gerou-se o Gráfico 1 para apresentar em percentual a participação de cada tributo sobre o montante total devido no Simples Nacional.

GRÁFICO 1 – Disposição dos tributos Simples Nacional.



***Fonte*:** Elaborado pelas autoras do trabalho conforme dados cedidos pela empresa (2022).

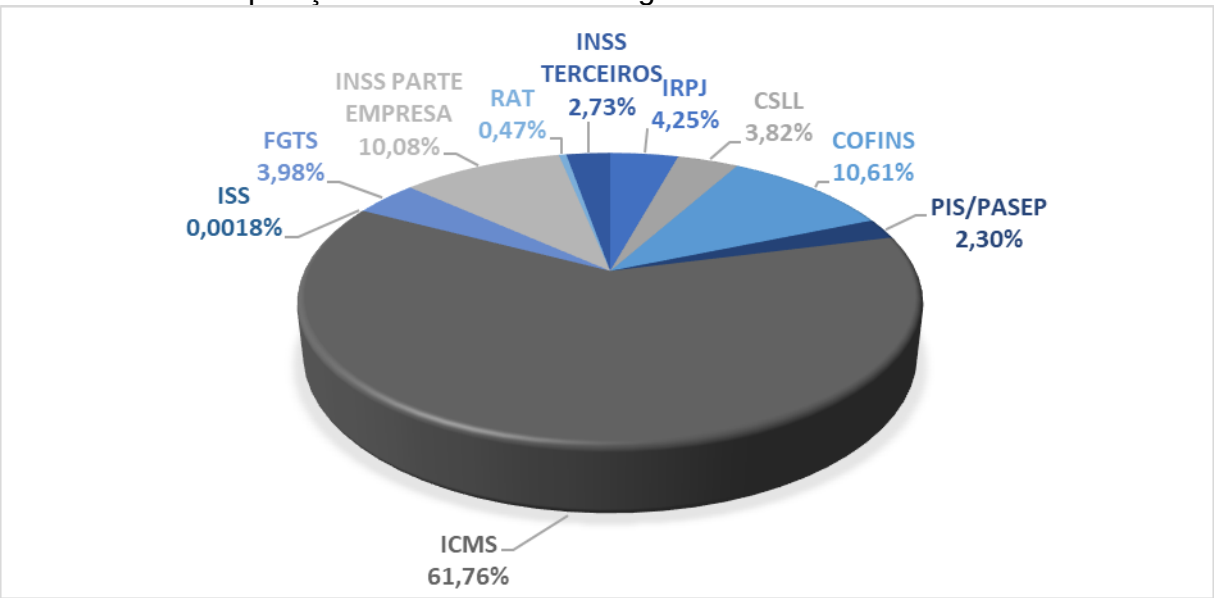
QUADRO 2 – Apresentação dos tributos no Lucro Presumido

Mês	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	ICMS	ISS	FGTS	INSS PARTE EMPRESA	RAT	INSS TERCEIROS
Julho	R$ 2.104,22	R$ 1.892,89	R$ 5.254,88	R$ 1.138,56	R$ 30.413,78	R$ 1,89	R$ 2.961,45	R$ 5.830,44	R$ 269,52	R$ 1.563,23
Agosto	R$ 2.413,51	R$ 2.171,77	R$ 6.031,34	R$ 1.306,79	R$ 35.432,54	R$ 0,81	R$ 1.904,35	R$ 5.963,92	R$ 276,20	R$ 1.601,94
Setembro	R$ 2.561,77	R$ 2.304,69	R$ 6.398,77	R$ 1.386,40	R$ 37.197,87	R$ 1,89	R$ 1.958,28	R$ 4.684,75	R$ 212,24	R$ 1.230,98
Outubro	R$ 2.696,18	R$ 2.425,79	R$ 6.735,60	R$ 1.459,38	R$ 39.784,87	R$ 1,62	R$ 2.583,05	R$ 6.827,88	R$ 319,39	R$ 1.852,49
Novembro	R$ 2.585,62	R$ 2.326,88	R$ 6.462,96	R$ 1.400,31	R$ 35.939,58	R$ 0,36	R$ 3.338,07	R$ 6.697,46	R$ 312,87	R$ 1.814,66
Dezembro	R$ 4.627,79	R$ 4.164,79	R$ 11.568,12	R$ 2.506,43	R$ 68.342,01	R$ 0,45	R$ 3.161,46	R$ 10.319,60	R$ 493,98	R$ 2.865,08
Total	**R$ 16.989,09**	**R$ 15.286,81**	**R$ 42.451,67**	**R$ 9.197,87**	**R$ 247.110,65**	**R$ 7,02**	**R$ 15.906,66**	**R$ 40.324,05**	**R$ 1.884,20**	**R$ 10.928,38**

Fonte: Elaborado pelas autoras do trabalho conforme dados cedidos pela empresa (2022).

O Gráfico 02 apresenta o percentual que cada tributo representa no montante total, pelo Lucro Presumido:

GRÁFICO 1 - Disposição dos Tributos no Regime de Lucro Presumido



Fonte: Elaborado pelas autoras do trabalho conforme dados cedidos pela empresa (2022).

QUADRO 3 - Comparação dos Regimes Tributários

TRIBUTOS	SIMPLES NACIONAL	LUCRO PRESUMIDO
PIS/PASEP	R$ 4.005,92	R$ 9.197,87
COFINS	R$ 18.491,17	R$ 42.451,67
IRPJ	R$ 7.982,27	R$ 16.989,09
CSLL	R$ 5.079,97	R$ 15.286,81
ICMS	R$ 44.144,88	R$ 247.110,65
CPP	R$ 60.960,28	-
ISS	R$ 11,70	R$ 7,02
FGTS	R$ 15.906,66	R$ 15.906,66
RAT	-	R$ 1.884,20
INSS PARTE EMPRESA	-	R$ 40.324,05
TERCEIROS	-	R$ 10.928,38
Total	**R$ 156.582,85**	**R$ 400.086,40**

Fonte: Elaborado pelas autoras do trabalho conforme dados cedidos pela empresa (2022).

Por meio do Quadro 03, pode-se concluir que o Simples Nacional é o que apresenta a menor carga tributária – lembrando que os dados são do segundo semestre de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do estudo de caso, compararam-se os valores obtidos nos dois regimes, comprovando que o regime Simples Nacional apresenta a menor

carga tributária para empresa. Vale salientar, porém, que as contribuições sobre a folha de pagamento foi o que mais influenciou nesse regime. Ainda, observou-se que o regime Simples Nacional é o que acarreta menos carga sobre o faturamento, o que resultará em lucratividade maior para empresa.

Dessa forma, o objetivo proposto foi alcançado, isto é, apresentar um comparativo entre os dois regimes tributários: Simples Nacional e Lucro Presumido, e demonstrar qual deles possibilita uma menor carga tributária dentro das leis vigentes.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que o planejamento tributário deve se tornar uma rotina nas empresas, pois é preciso verificar qual o regime tributário é mais adequado e menos oneroso dentro das leis vigentes, contribuindo também nas tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm Acessado em: 17 de Abril de 2022.

BRASIL.**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em: 17 de Abril de 2022.

FABRETTI, Láudio Camargo; **Contabilidade Tributária**; 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**, 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SABBAG, Eduardo de Moraes; **Manual de Direito Tributário**; 8ª Ed. São Paulo; Editora Saraiva; 2016.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

MOVIMENTO AGROLIGADAS: PESQUISA SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL

SCHAEFER, Vanice Rebéca - Autor 1
ANGST, Lucas Adriano- Autor 2
PIARDI, Lucas Mateus - Autor 3
vrschaefer@minha.fag.edu.br
Orientadora: BELMONTE, Cristiani
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente artigo tem como propósito levantar questões de primordial importância perante o papel da mulher dentro do Agronegócio na atualidade. Apesar das mulheres terem avançado em conhecimento, níveis hierárquicos profissionais, posicionamentos de liderança e muitos outros cargos, antes somente de acesso aos homens, ainda assim, continuam condicionadas a enfrentamentos e níveis salariais inferiores. Quando o assunto é Agronegócio nos deparamos com muito ainda a se estudar, trabalhar e principalmente conquistar. São muitos os espaços nos quais as mulheres ainda sofrem com barreiras, ou com a falta de igualdade e outros, mesmo com significativos avanços. O trabalho apresentado é uma pesquisa do Movimento Agroligadas, entidade que tem como propósito dar visibilidade às mulheres que exercem atividades ligadas á agricultura, pecuária, entre outras, dentro do agronegócio brasileiro. com o patrocínio da Corteva Agrisciense, Abag e Sicredi, denominado “Elas Fazendo História”; Pesquisa sobre a participação feminina no agronegócio brasileiro, realizada no ano de 2021, com objetivo de fazer um parâmetro dos avanços que ocorreram desde o período de 2018 até 2021.

Palavras-chave: Mulheres, Agronegócio, Gênero.



INTRODUÇÃO

Quando falamos do papel das mulheres no cenário brasileiro nos veem a mente muitas questões que aparentemente deveriam estar resolvidas, mas quanto mais nos deparamos com a realidade percebemos que ainda temos muito a conquistar, e imensos campos a desbravar. A maneira de fala aqui colocada pode até parecer um jargão popular feminista, mas está muito longe disso, quando falamos do papel da mulher dentro do agronegócio vemos que existem muitas mulheres desempenhando cargos de alto nível e mesmo assim ainda precisam provar suas capacidades e com provimentos inferiores. O fundamento principal deste artigo é demonstrar através da pesquisa realizada pelo Movimento Agroligadas que apesar de muitos avanços ainda temos um caminho longo a percorrer. A pesquisa foi lançada no mês de outubro propositadamente, pois nesse mês se comemora o “Dia Internacional da Mulher Rural”. Data esta estabelecida pela ONU, para destacar e ressaltar o papel das mulheres na agricultura e identificar seus obstáculos e avanços. Mesmo por muitas vezes inferiorizadas, as mulheres sempre tiveram participação essencial e primordial no avanço do agronegócio brasileiro. Para tanto este artigo fará um comparativo entre duas pesquisas, uma ocorrida no ano de 2018, outra no ano de 2021, as quais usaram as mesmas bases de pesquisa para poder se comparar os avanços ocorridos no período, na sequência traremos alguns depoimentos de mulheres que atuam no agronegócio na atualidade e suas conquistas refletidas no setor. O principal argumento e ponto de defesa a ser destacado aqui não é falar sobre empoderamento feminino, mas sim falar de valores, conquistas, educação e muito esforço e trabalho árduo, ferramentas essenciais para conquista de espaços de destaque e merecimento, fundamentados e adquiridos através de esforços pessoais e coletivos em prol de uma sociedade aonde as diferenças sexuais ou de gênero não sejam barreiras para sucesso profissional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A pesquisa utilizada como parâmetro para esse artigo foi feita no ano de 2021, pelo Movimento Agroligadas e com o Patrocínio da ABAG, Corteva Agrisciense e Sicredi, e conduzida pela Fran6, onde foram ouvidas 408 profissionais do agronegócio, pecuaristas, agricultoras, proprietárias de empreendimentos rurais, empregadas, administradoras, diretoras de fazendas, prestadoras de serviços, veterinárias, agrônomas, zootecnistas, microbiologistas, estagiárias, com média de idade de 40 anos e que vivem nas regiões de norte a sul do país.

Pesquisa essa que deu sequência a outra anterior, feita pela própria Corteva em 2018 com 433 mulheres rurais no Brasil. O objetivo principal é comparar os avanços ocorridos quanto a equidade de gênero e as barreiras que ainda persistem, principalmente no que tange a financiamentos e capacitações das mulheres ligadas ao agro.

> “No Brasil e no mundo, a participação feminina no agronegócio é antiga, mas a desigualdade de gênero ainda persiste no campo. Ao longo dos anos, felizmente o cenário foi evoluindo e, hoje, as mulheres ocupam espaços como protagonistas de suas carreiras e em diversos setores, como empreendedoras, técnicas, especialistas, dentro e fora do campo que buscam cada vez mais conhecimento”. (AGROLIGADAS, 2021, p.8).

A pesquisa entrevistou mulheres na faixa de 40 anos e de vários setores ligados ao agronegócio, onde foram feitas perguntas relativas as suas vidas pessoais e profissionais, mas que possuem reflexo direto dentro do agronegócio, principalmente quando falamos do processo de dentro e fora da porteira.

O período em questão da pesquisa se deparou com uma fase inesperada e difícil que foi a Covid – 19, fazendo com que muitos trabalhos só pudessem ser desenvolvidos de forma remota, o que para algumas se tornou uma dificuldade para outras foi de inovação e abertura para novas tecnologias. Assim como também a abertura de novas fronteiras geográficas, fazendo com que mais mulheres se conhecessem e se conectassem. Independentemente de estarem dentro ou fora das porteiras, as mulheres despontam e atuam em cenários desde agricultura, pecuária, entre outros.

O estudo foi feito com método híbrido, quantitativo e qualitativo, inicialmente através de um convite via link para responderem a um questionário e na sequência

foram feitas entrevistas telefônicas com mulheres de vários Estados da Federação. A pesquisa foi qualitativa; A amostra correspondeu a 95% de coeficiente de segurança com margem de erro de 5% para cada dado, para mais ou para menos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Eliana Massola, escritora, palestrante e ligada ao agronegócio, nos diz que “A esperança por dias melhores não pode morrer dentro de cada um de nós, precisamos emanar essa energia ao universo em um gesto coletivo...” (MULHERES EXTRAORDINÁRIAS, 2021.P.112)

Na pesquisa qualitativa, o estudo levantou a intensa paixão que as mulheres possuem pelo agro, chegando a quase 100% das entrevistadas, 64% das entrevistadas percebem a desigualdade de gênero e veem como um dos desafios a serem enfrentados.

A pesquisa levantou questionamentos de extrema importância para o entendimento do papel das mulheres dentro da visão atual do agronegócio, foram feitas questões relativas a suas moradias, grau de escolaridade, setor no qual estão inseridas, atuações dentro e fora da porteira, diferenças salariais entre homens e mulheres, desafios, expectativas, previsões para futuro e orgulho e empoderamento das mulheres dentro do agronegócio.

> “Falamos muito em alcançar o mundo todo, porque o que mais queremos é levar a informação correta e honesta sobre o agronegócio para o mais longe possível. Queremos acabar com essa separação entre o campo e a cidade, conectar tudo e fazer com que as pessoas entendam que somos interdependentes. Tanto um quanto o outro são importantes. Pensamos em chegar a nível internacional, mas isso não é uma meta direta. Acredito que esse momento chegará com o nosso trabalho. Queremos chegar longe, mas para continuar levando a informação e ensinando às crianças que estão crescendo já com uma boa visão sobre o agro” (Geni). https://agroligadas.com.br/

PÚBLICO ALVO DA PESQUISA 2021: Mulheres ligadas ao agronegócio diretamente ou indiretamente.

QUANTIDADE DE MULHERES ENTREVISTADAS: 408 mulheres, com média de idade de 40 anos.

LOCALIZAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS:

Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, interior de São Paulo e Pará

RESIDÊNCIA:

Zona Urbana: 63%



Zona Rural: 34%

NÍVEL ACADÊMICO:

Ensino Fundamental: 6%

Ensino Médio: 11%

Superior Incompleto: 8%

Superior Completo: 29%

Pós-graduação: 41%

SETORES DO AGRONEGÓCIO:

Pecuaristas, agricultoras, proprietárias de empreendimentos rurais, empregadas, administradoras, diretoras de fazendas, prestadoras de serviços, veterinárias, agrônomas, zootecnistas, microbiologistas, estagiárias.

REALIDADES DISTINTAS:

Proprietárias, arrendatárias, agricultura de subsistência: 69%

Diretoras, gerentes ou administradoras: 17%

Empregadas ou supervisoras: 16%

Veterinárias, agrônomas, zootecnistas: 15%

Estagiárias: 4%

TIPOS DE PRODUÇÃO:

AGRICULTURA: 54%

SUBSISTÊNCIA: 32%

BOVINOCULTURA: 27%

AVICULTURA GALINÁCEOS: 2%

BOVINOCULTURA DE LEITE: 7%

PSICULTURA: 1%

OUTROS ANIMAIS: 5%

COMPARAÇÃO ENTRE A PESQUISA REALIZADA EM 2018 PELA CORTEVA AGRISCIENSE E O ESTUDO FEITO EM 2021

IDADE – TEMPO – TRABALHO - MORADIA



Figura 1-imagem pesquisa agroligadas.2021

EDUCAÇÃO - EMPODERAMENTO

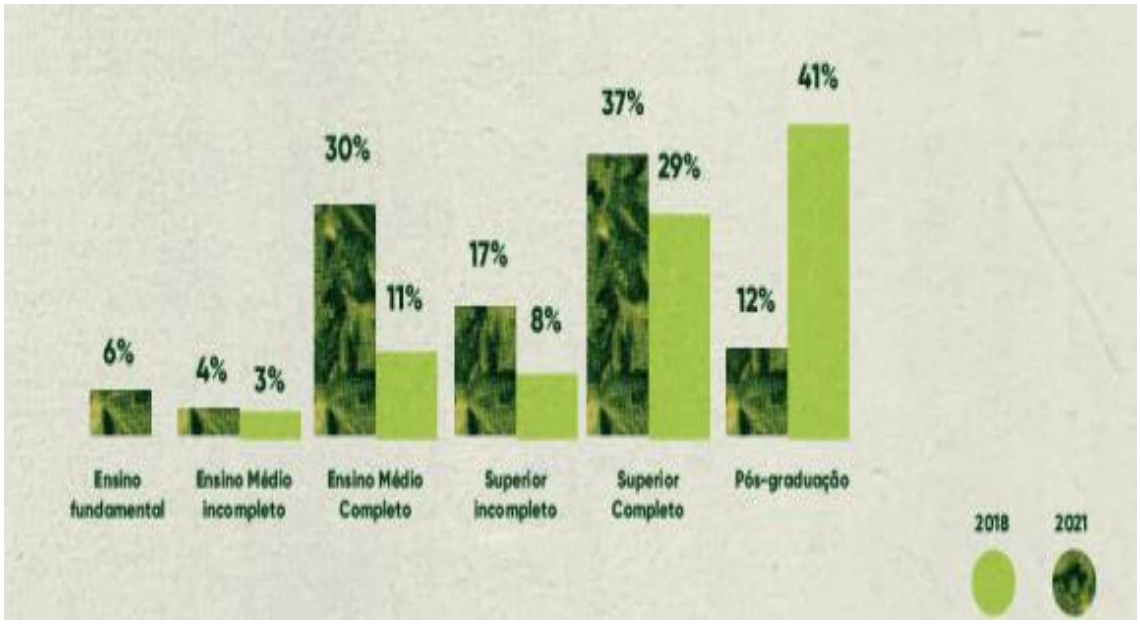


Figura 2-imagem pesquisa agroligadas.2021



Figura 3-imagem pesquisa agroligadas.2021

Percepção da Desigualdade de Gênero

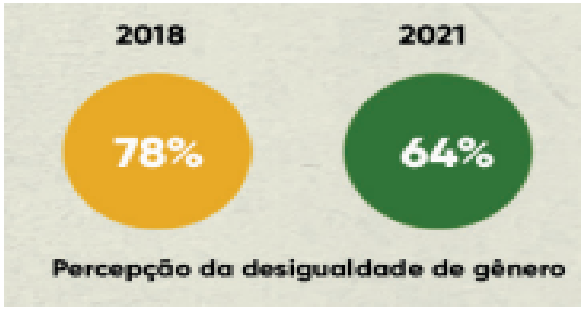


Figura 4-imagem pesquisa agroligadas.2021

Orgulho de Ser Agro



Figura 5-imagem pesquisa agroligadas.2021

PERCEPÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO



Figura 6-imagem pesquisa agroligadas.2021

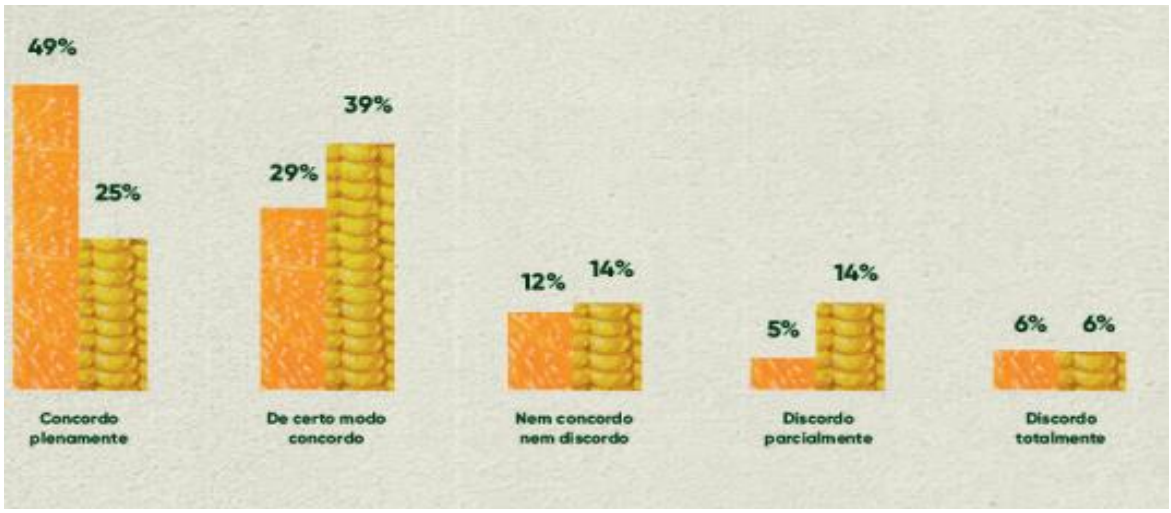


Figura 7-imagem pesquisa agroligadas.2021

PROTAGONISMOS: JÁ AVANÇAMOS, MAS AINDA HÁ DESAFIOS

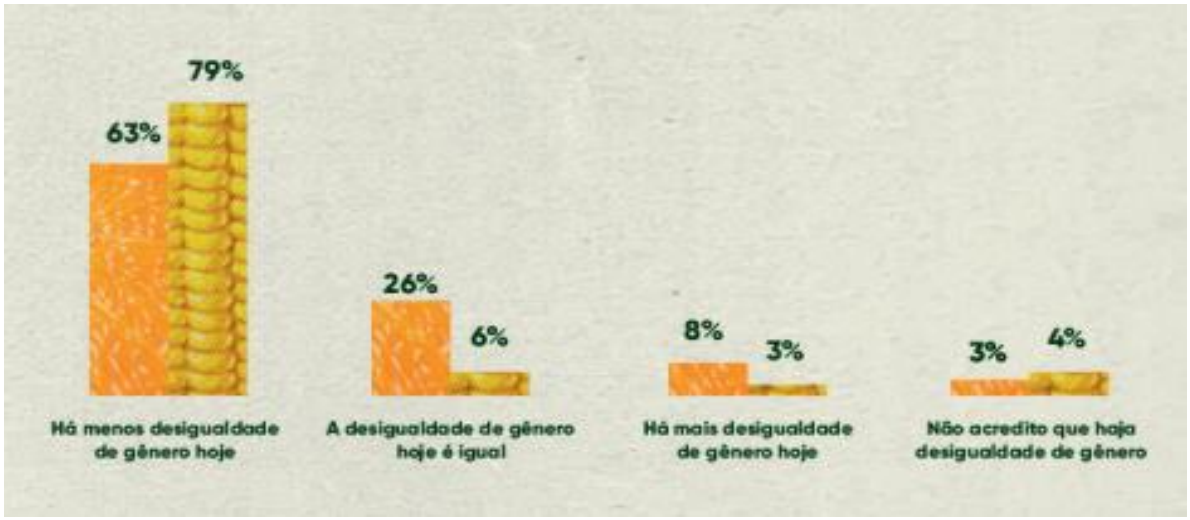


Figura 8-imagem pesquisa agroligadas.2021

DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE 2018 E 2021

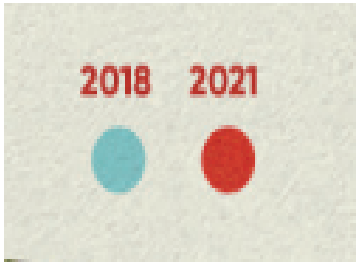


Figura 9-imagem pesquisa agroligadas.2021

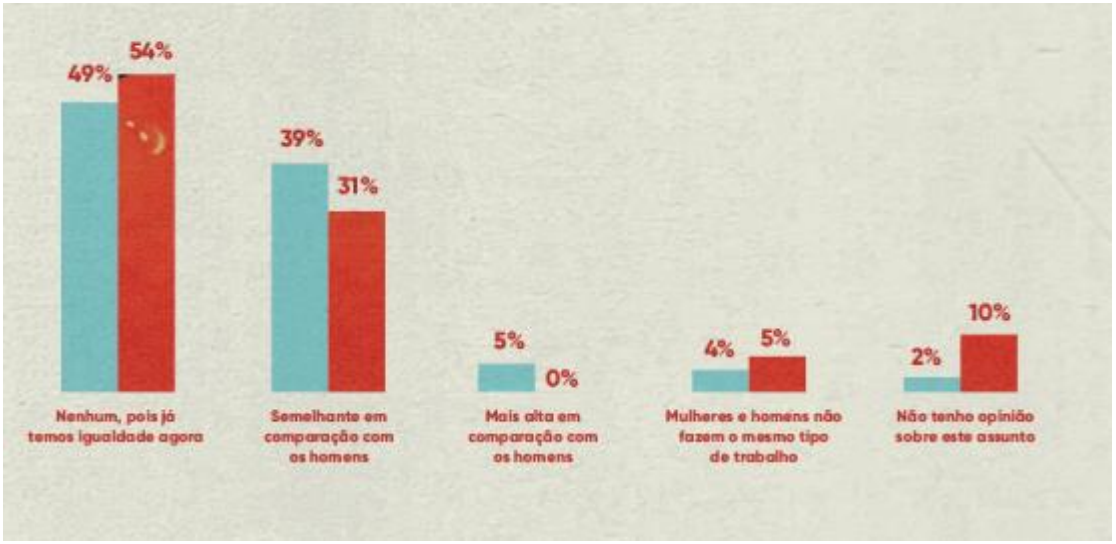


Figura 10-imagem pesquisa agroligadas.2021

EXPECTATIVA PARA O FUTURO QUANTO A DESIGUALDADE DE GÊNERO

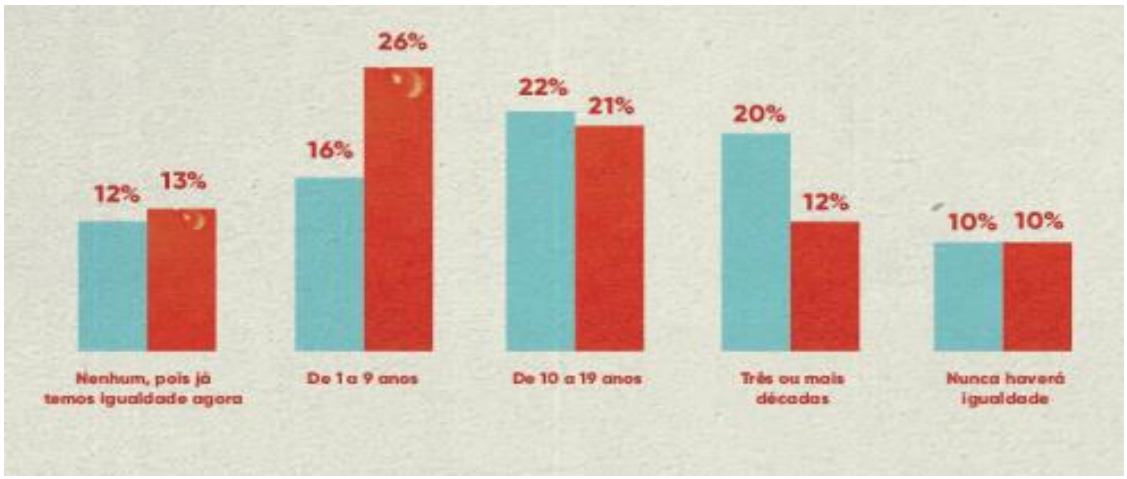


Figura 11-imagem pesquisa agroligadas.2021



Figura 12-imagem pesquisa agroligadas.2021

ACESSO A FINANCIAMENTOS

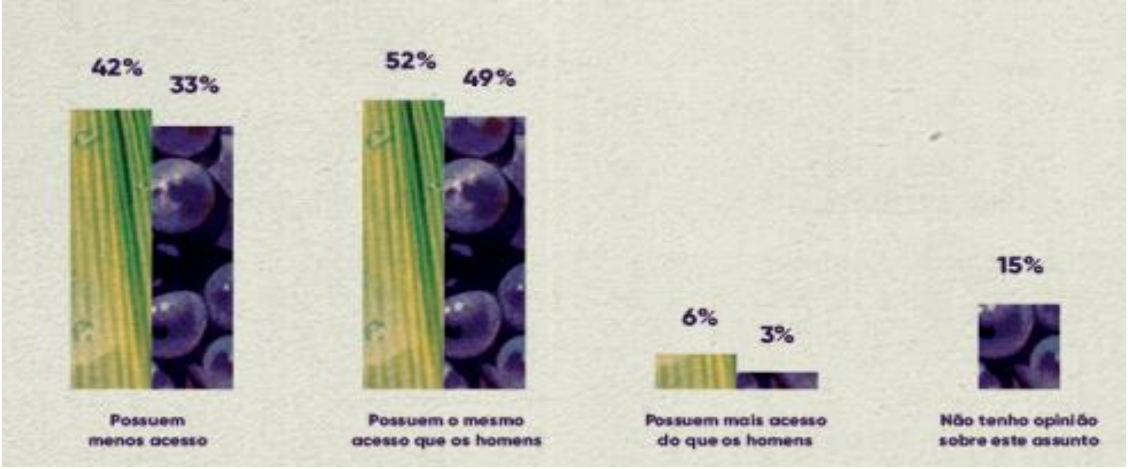


Figura 13-imagem pesquisa agroligadas.2021

ACESSO A TECNOLOGIAS

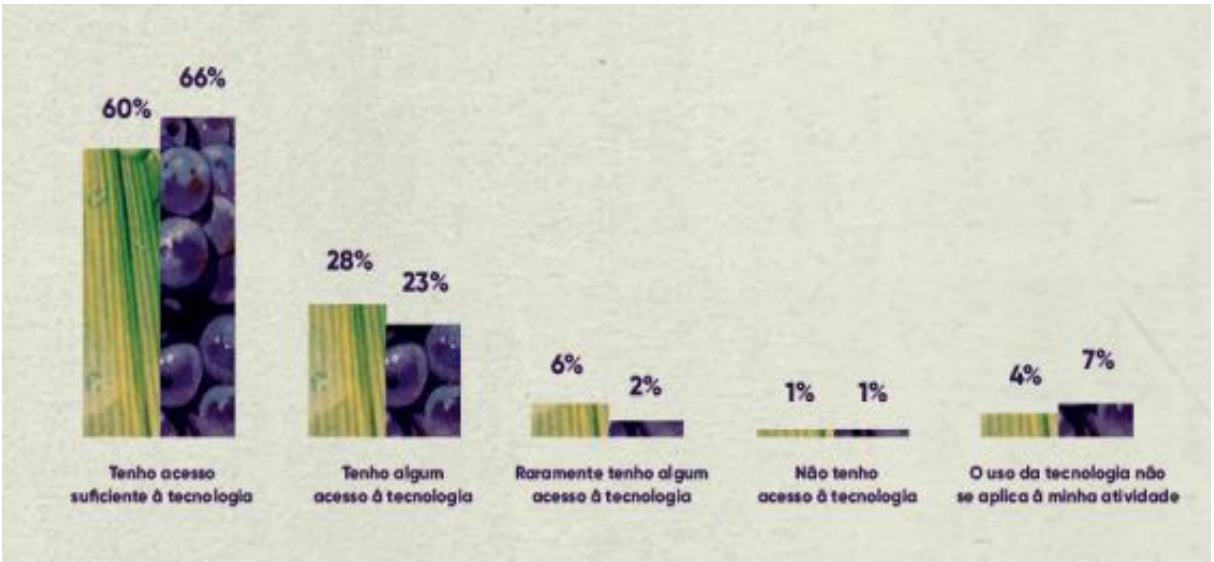


Figura 14-imagem pesquisa agroligadas.2021

PREOCUPAÇÕES ATUAIS DAS MULHERES DO AGRO

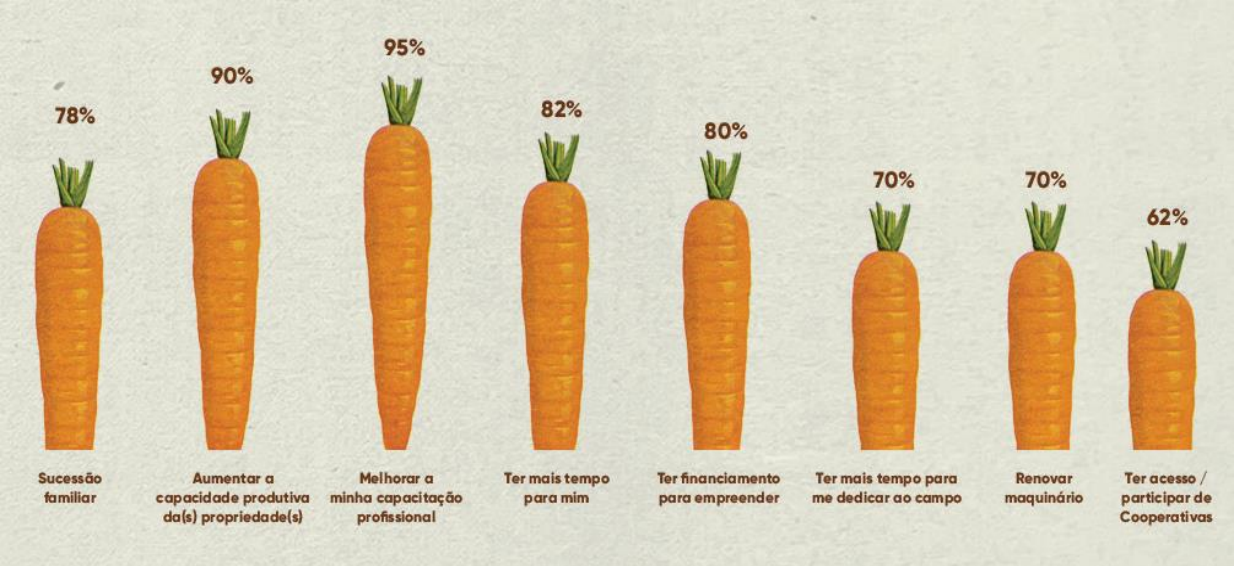


Figura 12-imagem pesquisa agroligadas.2021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas aqui abordadas nesse artigo demonstraram que a participação feminina no agronegócio é antiga, mas a desigualdade de gênero ainda persiste no campo, mas ao longo dos anos está evoluindo, tendo mulheres como protagonistas de suas carreiras em diversos setores, como empreendedoras, técnicas, especialistas, dentro e fora do campo, hoje as mulheres trabalham no agro e já podem completar seus estudos, independentemente da idade. Das mulheres aqui pesquisadas, a maioria são proprietárias, arrendatárias, e, ou agricultura de subsistência, mas também tem advogadas, administradoras, estudantes, entre outras, ou seja, representam as diferentes esferas de trabalho ligadas ao agro.

Um ponto interessante da pesquisa foi que a maioria das mulheres entrevistadas residem na área urbana, mesmo desempenhando trabalhos ligados diretamente ao agro; A média de idade das trabalhadoras hoje no país é de 40 anos, com 15 de profissão, possuem pós-graduação, família, filhos. Em 2021 93% das mulheres se sentem orgulhosas do seu trabalho e de fazerem parte do agro, mesmo esse sendo um universo ainda predominantemente masculino e preconceituoso, seja no campo ou nas empresas.

Quanto a percepção da desigualdade de gênero se percebeu um significativo decréscimo de 78% para 64%, menor até que há 10 anos atrás, fenômeno esse perceptível segundo as mulheres entrevistadas. As barreiras salariais, acesso a financiamentos, ainda são barreiras significativas, pois afetam setores de predominância masculina.

O acesso à tecnologia tem se mostrado mais acessível, principalmente nos pós pandemia, pois muitas mulheres acabaram se aperfeiçoando e tendo mais acesso as tecnologias nesse período contraditório da pandemia, mas, ainda assim há muito que evoluir quando se fala de treinamento tecnológico para as realidades atuais. As respostas deixaram em evidência quais ações são essenciais para promoção da igualdade de gênero e para que suas vozes sejam ouvidas, as mulheres são parte essencial do desenvolvimento e almejam ser incluídas e vistas com profissionalismo e dedicação, independente da área na qual estejam inseridas.

Segundo Kellen Severo, jornalista, especializada em economia e agronegócio e editora chefe do jornalístico Mercado & CIA, no Canal Rural: Em 2017, as mulheres brasileiras ganharam, em média, 76,2% da remuneração paga aos homens segundo dados do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (Pnad). Pesquisa inédita revelou que dentre os segmentos do agronegócio, a diferença é menor na pecuária onde as mulheres, na média, ganham 99% do que é recebido pelos homens em 2017, as mulheres brasileiras ganharam, em média, 76,2% da remuneração paga aos homens segundo dados do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (Pnad). Os indicadores que comprovam a diferença salarial já são nossos antigos conhecidos, mas é preciso que sejamos insistentes ao tratar deles, pelo menos, até que a realidade mude. Nesta semana em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher, uma pesquisa inédita do Centro de Estudos.

O estudo então concluiu, depois das entrevistas com essas mulheres, que é preciso ouvir suas vozes, 79% entendem que as formações acadêmicas devem ser iguais entre os gêneros, 87% acham importante terem o mesmo nível de treinamentos, 80% acreditam ser necessários mais apoio para mulheres que sofrem de desigualdade de gênero, 90% dizem que devem ser divulgados mais os casos de

sucesso, 74% entendem que é importante aumentar a conscientização sobre a desigualdade de gênero.

Quanto as suas experiências no trabalho 97% das entrevistadas se sentem mais felizes, 77% estão vendo suas habilidades serem reconhecidas, 72% se sentem ouvidas e 68% se sentem livres para tomar decisões.

Mas apesar da pesquisa ter sido satisfatória em alguns pontos, temos que levar em consideração que a amostragem foi pequena, se restringiu as mulheres que fazem parte do Movimento das Agroligadas.

E segundo os dados do PNAD de 2019 aponta, as mulheres são 51,8% da população brasileira, com estimados 211 milhões e ainda assim possuímos barreiras e restrições em vários campos de atuação profissional e salarial, mesmo desempenhando os mesmos papéis.

REFERÊNCIAS

AGROLIGADAS. Elas fazendo história. 2021 *E-book.* Disponível em: https://agroligadas.com.br/pesquisa. Acesso em 20.08.2022

SEVERO, Kellen. Exclusivo: mulheres do agro ganham até 99% da remuneração dos homens. 06 de março de 2018 às 14h43. Disponível em: https://blogs.canalrural.com.brexclusivo-mulheres-do-agro-ganham-ate-99-da-remuneracao-dos-homens. Acesso em 08.10.2022



2. MODALIDADE RESUMO EXPANDIDO



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A EFICIÊNCIA DA TECNOLOGIA APLICADA NA ÁREA DA SAÚDE E SEU IMPACTO NO COTIDIANO

JOSÉ, Allan - Autor 1
MUSULÃO, Eduardo - Autor 2
Em efmusulao@minha.fag.edu.br
Orientador: Giordani, Fernando
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Iremos introduzir brevemente um pouco sobre a história da evolução tecnológica voltada em setores da saúde, com ênfase na diabete, mostrando o avanço da ciência juntamente com o uso de máquinas, sendo elas a base de vapor ou elétricas, e mostrando sua eficiência em realizar as operações ou tratamentos nos pacientes, juntamente em meios de cuidar a sua saúde em casa.

Palavras-chave: tecnologia, saúde, evolução.

INTRODUÇÃO

Foi realizado o estudo sobre a história da tecnologia na parte da saúde e sua evolução do século XVII até os dias atuais, é citada de exemplo a Doença autoimune diabete, desde quando ela foi descoberta, até como é realizado o tratamento, e seus aparelhos, como a caneta, seringa, bomba e seus medicamentos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Partindo do conceito atual da tecnologia na saúde, os avanços tecnológicos têm gerado grandes mudanças na parte da saúde, pois é uma área que necessita ter qualidade, a evolução começou em meados do século XVIII e no começo do século XIX, fazendo com que fosse substituída a força braçal do homem pela de uma máquina. Inicialmente as máquinas eram movidas a vapor com seu mecanismo de água, e posteriormente com o uso da eletricidade.



O uso das máquinas ou aparelhos de diagnósticos se tornou mais evidente no século XIX até os dias atuais, com suas incríveis invenções que revolucionaram a medicina na ciência, juntamente com informática básica em aparelhos modernos, melhorando a rapidez nas análises de doenças, trazendo resultados mais precisos. Algumas das criações de máquina na época foram, máquina de raio Eletrocardiograma, tomógrafo, aparelho de ressonância magnética, entre outros.

Um exemplo prático é o tratamento a diabetes, o avanço tecnológico facilitou e muito em seu tratamento, substituindo as “seringas” e "canetas" por bombas de infusão de insulina artificial. A insulina artificial foi criada em 1922, pelo canadense Frederick Banting e seu assistente Charles Best, na qual marcou um gigantesco avanço no tratamento da diabetes, foi realizada uma série de teste em um homem chamado Leonardo Thompson, no qual já era considerado um caso perdido, depois quase um mês depois de ser submetido ao teste da insulina, quando terminou o teste percebeu que sua saúde havia melhorado, e viveu por 20 anos da sua vida.

Depois de longos anos de evolução sobre a fórmula de insulina e suas variações, apenas no início de da década de 1990, entrou no novo modelo, em formato de caneta, não sendo mais necessário carregar um frasco, já que a insulina era armazenada dentro do recipiente da caneta.

Na questão da bomba, apesar de ela ter sido criada nos meados dos anos 60, ela era praticamente do tamanho de uma mochila de acampamento, ela apenas se tornou popular e de fácil de uso nos dias atuais, com tamanho menor que caiba até em um bolso de calça, diminuindo a quantidade de aplicação, já que em vez de aplicar com uma agulha, você deixa uma cânula juntamente com um cateter conectado no corpo, no qual você introduz a insulina, e também é necessário trocar o cateter a cada 3 dias.

Dependendo da marca da bomba de infusão, você poderá colocar um sensor que "conversa" com a bomba e mostra informações sobre sua glicemia, além de também avisar quando ela está alta ou baixa, um exemplo é o sensor da empresa miao miao, chamado de nigthscout 3, que além de monitorar, ele gerar os gráficos,

para fazer comparações mostrando média de glicemia da semana anterior com a da semana atual, outro modelo é o sensor Freesytle libre, da empresa Abbott, que você coloca um mini sensor para monitorar a glicemia, e para verificar basta apenas passar o aparelho em cima do braço, caso você não tenha tal aparelho, basta apenas você ter um dispositivo móvel e baixar o aplicativo “libre”, que dessa forma ele irá funcionar na mesma forma do que no aparelho.



Figura 1: caneta para aplicação de insulina.



Figura 2: recipiente de insulina

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse resumo tem em consideração apresentar de forma prática e rápida e evolução da tecnologia na parte da saúde, citando como exemplo a doença auto-imune diabete, a sua evolução até os dias atuais, seus aparelhos, e seus meios de tratamento.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, freestyle libre manual do utilizador, 2017.Disponível em: https://freestyleserver.com/Payloads/IFU/freestyle_libre/ART30882-017_rev-B-Web.pdf.Acesso em 2 out. 2022.



Barnett, Donald M. Krall, Leo P. A história do diabetes. Disponível em:https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rjaua ct=8&ved=2ahUKEwjbsbHX79H6AhUEr5UCHY3YDDMQFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fstaticssubmarino.b2w.io%2Fsherlock%2Fbooks%2FfirstChapter%2F7151952.pdf&usg=AOvVaw37hbon3khvwhXnyYmnBvMN.Acesso em 5 out. 2022.

MIAOMIAO,miaomiao.site,miaomiao.Disponível em: https://cdn.awsli.com.br/882/882172/arquivos/Extraindo%20graficos%20do%20Nightscout%20-%20MiaoMiao%20Brasil.pdf. Acesso em 8 out. 2022.

SANTOS, Zélia Maria De Sousa Araújo. TECNOLOGIAS EM SAÚDE: DA ABORDAGEM TEÓRICA A CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO NO CENÁRIO DO CUIDADO.Fortaleza-CE,1. ed. P. 64-67, 2016.Disponível em: https://efivest.com.br/wp-content/uploads/2019/09/TecnologiaSaude-uece.pdf.Acesso em 8 out. 2022



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

O BRINCAR NA APRENDIZAGEM INFANTIL

BRITEZ, Carolina - Autor 1
DUARTE, Gabrielly - Autor 2
casbritez@minha.fag.edu.br
Orientador: AMARAL, Edna Heloisa Schaeffer
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente trabalho trata do ato de brincar e como esse pode interferir no desenvolvimento e na aprendizagem infantil. Além de ser um hábito natural de toda criança, a brincadeira é também um direito dos pequenos. Sendo assim, independente de quaisquer adversidades ou condição, toda e qualquer criança pode e deve ter a experiência do brincar nessa primeira fase de sua vida. É importante ressaltar que o brincar auxilia no desenvolvimento das crianças, na percepção de mundo, na relação social com o outro, no desenvolvimento de sua autonomia e muito mais. O trabalho embasa-se em pesquisas contextuais, observações e principalmente nas teses de Vygotsky (1998) que ressalta a importância do brincar, sua relação com a aprendizagem e o lúdico. Kishimoto (2001), complementa a fundamentação ao abordar sobre jogos, brinquedos e brincadeiras e como podem auxiliar na aprendizagem infantil. Com isso compreendemos que o ato de brincar deve estar presente no cotidiano das crianças para que assim elas possam vivenciar uma infância repleta de aprendizagens, possibilitando o desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Lúdico. Brincar. Aprendizagem e Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

O brincar não é somente um passatempo para as crianças, é também uma necessidade assim como a alimentação, o vestuário, o direito a educação. Como está previsto na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1989). O ato de brincar se faz muito importante na primeira fase de vida dos indivíduos, para Vygotsky (1998), o homem constitui-se enquanto ser social e necessita do outro para se desenvolver.

A brincadeira faz com que a criança desenvolva sua autonomia, relações sociais, percepção de mundo e de espaço, criatividade, imaginação, enfim o brincar

proporciona diversas experiências únicas, singulares e especiais para os pequenos. Podem ter diferentes formas de brincar, com brinquedos ou sucatas, sozinhos ou em grupos. Diante disso, investiga-se em Vygotsky (1998) e Kishimoto (2001) de que maneira o brincar auxilia na aprendizagem infantil?

VYGOTSKY E O BRINCAR

A brincadeira proporciona diversas experiências para a criança, vale ressaltar também que o brincar é a forma mais lúdica de aprender e é também, uma proposta educacional que deve ser levado em conta ao fazer um plano de aula, ainda mais se tratando de Educação Infantil. Brincar não é somente passatempo, brincar é uma necessidade da criança e é dever do mediador proporcionar esse momento a ela. Através de brinquedos e brincadeiras, a criança consegue expressar suas emoções, um exemplo disso é com desenhos, as cores usadas o que a criança buscou representar.

As crianças também trabalham o imaginário e a criatividade, em brincadeiras de faz de conta, brincadeiras de construção, enfim, tanto em brinquedos complexos quanto em sucatas, a criança está sempre aprendendo e se desenvolvendo.

> Todos esses benefícios do brincar devem ser reforçados no meio escolar. Como já foi dito, a brincadeira facilita o aprendizado e ativa a criatividade, ou seja, contribui diretamente para a construção do conhecimento. Portanto os professores devem estar atentos para essa prática lúdica e aprimorar uma contextualização para as brincadeiras. Por meio da observação do brincar, os educadores são capazes de compreender as necessidades de cada criança, os seus níveis de desenvolvimento, a sua organização e, a partir daí, de planejar ações pedagógicas. (ROLIM; GUERRA; TASSIGNY, 2008, p.2)

Os professores devem levar em conta as particularidades de seus alunos individualmente em grupo. As aulas e a rotina devem ser preparadas de acordo com as necessidades da turma, para isso, o docente deve observar e analisar sua turma. Com uma rotina e um plano de aula personalizado, as atividades propostas renderão mais e o professor atingirá os objetivos propostos, pois aquela aula e atividade foram formuladas para aquela turma específica. As atividades lúdicas são uma ótima

maneira de trabalhar com alunos que não conseguem concluir atividades tradicionais.

As teses e estudos de Vygotsky (1998) contribuíram muito para o entendimento do lúdico e do brincar na educação, é importante que educadores saibam quais ferramentas podem usar para facilitar o seu trabalho em sala, e o principal, fazer com que os seus alunos aprendam e se interessem por isso.

A ludicidade então, faz com que os alunos desenvolvam melhor a criatividade, imaginação, atenção e imitação, além do desenvolvimento psicomotor, através de rodas de conversa, cantigas, contação de histórias, brincadeiras de faz de conta e pinturas, essas são algumas maneiras de trabalhar com o lúdico mas existem várias outras formas que estão à disposição dos professores. Essas práticas pedagógicas são muito importantes, além das crianças aprenderem brincando e com naturalidade criam lembranças especiais e divertidas.

O ATO DE BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O brincar é a maior e melhor manifestação da criança sobre sua compreensão e seu conhecimento sobre o mundo. É através da brincadeira que a criança desenvolve, é brincando que a criança se humaniza se relaciona, se desenvolve e evolui. Brincar é uma forma de a criança se comunicar e de reproduzir ações do seu cotidiano, possibilitando aprendizagem, a construção de reflexão, autonomia e criatividade.

A criança aprende brincando, não da maneira didática. Mas a partir do momento em que ela está livre para brincar da maneira que ela quer, faz descobertas, descobre novas maneiras de se relacionar, maneiras diferentes de jogar, possibilidades, que implicam na sua aprendizagem de forma significativa. Dessa forma, é possível observar a importância que os jogos influenciam no processo de aprendizagem infantil. Os jogos e as brincadeiras na atualidade, já estão sendo pensados e projetados com o objetivo de educar a criança, influenciando o seu cotidiano.

A brincadeira é fundamental, prepara a criança para a vida, através do contato físico e social que possui, agregando conhecimento e compreendendo como funciona o mundo e as coisas a sua volta. Desse modo, é fundamental compreender que as brincadeiras contribuem não só para o desenvolvimento cognitivo, mas também o motor, o social e o físico.

> A brincadeira é fundamental, prepara a criança para a vida, através do contato físico e social, as brincadeiras e os jogos são importantes nessa construção, estimulam a criança a querer aprender e conhecer. Desse modo, é fundamental compreender que as brincadeiras contribuem não só para o desenvolvimento cognitivo, mas também o motor, o social e o físico. Por isso é de suma importância incorporar essas práticas às rotinas didáticas escolares, considerando que a aprendizagem pode se efetivar ludicamente. (BOURSCHEID; TURCATTO, 2022, p.2).

A brincadeira é fundamental, prepara a criança para a vida, através do contato físico e social que possui, agregando conhecimento e compreendendo como funciona o mundo e as coisas a sua volta. Desse modo, é fundamental compreender que as brincadeiras contribuem não só para o desenvolvimento cognitivo, mas também o motor, o social e o físico.

JOGO, BRINQUEDO E BRINCADEIRA

É brincando que as crianças se aprimoram em habilidades praticadas, tanto as físicas quanto as mentais, e repetindo esse ato de brincar diversas vezes faz com que as crianças consigam ter confiança e o domínio, além de criar a oportunidade de explorar os próprios potenciais e limitações. Para brincar a criança pode usar alguns objetos, mas pode também brincar com jogos e usar brinquedos e participar de algumas brincadeiras.

Para Kishimoto (2001) o jogo pode ser visto como um objeto, uma atividade que possui um sistema de regras a ser obedecido e que distinguem uma modalidade de outra. É jogando que as crianças experimentam, inventam, descobrem, aprendem e conferem habilidades, o brincar pode ocorrer com objetos ou com brinquedos. A criança aprende a partir da intuição, ela precisa pegar e explorar o

jogo ou brinquedo para aprender como ele funciona. O brinquedo é um objeto intimo da criança, ela usa a sua imaginação, expressa seus sentimentos e emoções e brinca da maneira que sente vontade. Os jogos são sequências das brincadeiras e necessitam de tempo e local para acontecer.

As brincadeiras desenvolvem as dimensões físicas, cognitivas e afetivas das crianças, e é com os jogos que as crianças criam estratégias importantes, e por meio dele, é possível refletir, questionar regras e papéis de cada um.

CONCLUSÃO

Inicialmente foi abordado sobre como o brincar auxilia na aprendizagem de acordo com Vygotski (1998), o brincar é uma necessidade da criança. Também contribuí agregando conhecimento e compreendendo como funciona o mundo e as coisas a sua volta. A criança pode brincar com jogos, brinquedos e existem também brincadeiras que são superimportantes para que as crianças criem suas experiências e seu conhecimento. Kishimoto (2001) cita que ao dar objetos reais para as crianças, elas podem manipulá-los como querem e se expressar através da brincadeira.

Então o brincar pode ocorrer de diversas formas e com diferentes objetos, só não deve deixar de acontecer, todas as crianças necessitam desse momento para se desenvolver, interagir e perceber o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

BOURSCHEID, Suelen; TURCATTO, J. A. I. R**. A importância do brincar no Desenvolvimento Infantil**. 2017. Disponível em: https://document.onl/documents/resumo-descobrindo-tambem-suas-limitacoes-o-brincar-e-uma-forma-de-comunicacao.html?page=1. Acessado em: 13, Out., 2022

KISHIMOTO, T. M. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1997. 2 ed

ROLIM, Amanda Alencar Machado; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota**. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no**



desenvolvimento infantil. In: Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez. 2008.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A COMUNICAÇÃO NA ESCOLA DE CHICAGO

COSTA, Kauan Antonnyo Faller da- Autor 1
NEVES, Renan Silva das- Autor 2
MARCHIOTO, Ryan Henrick de Carvalho- Autor 3
kafdcosta@minha.fag.edu.br
rsdneves@minha.fag.edu.br
rhdcmarchioto@minha.fag.edu.br

Orientador: CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Neste presente trabalho falaremos sobre a escola de Chicago e a teoria da comunicação, quais são suas ideias e teorias defendidas, também abordaremos sobre Herbert Blumer considerado um dos herdeiros do interacionismo simbólico.

Palavras-chave: escola, hebert, comunicação.

INTRODUÇÃO

A escola de Chicago é considerada por muitos uma das escolas mais importantes para área da comunicação, e cria a tese sobre a representatividade dos símbolos e suas influências para a comunicação humana.

1 A ESCOLA DE CHICAGO

A escola sociológica de Chicago, ou como é mais conhecida a escola de Chicago, teve início nos Estados Unidos na década de 1910. Basicamente sua criação foi de responsabilidades de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do departamento de sociologia da universidade de Chicago, que teve sua fundação pelo historiador e sociólogo Albion W. Small.

Tanto o departamento de sociologia como a própria escola receberam muitas ajuda financeiro de um empresário muito conhecido chamado John Davison Rockefeller

> John Davison Rockefeller foi um magnata de negócios e filantropo norte-americano. Ele é muito conhecido como o homem norte-americano mais rico de todos os tempos, e a pessoa mais rica da história moderna. Rockefeller revolucionou a indústria do petróleo.

Durante um período (1915 e 1940), focou e produziu um grande conjunto de pesquisas sociais, que foram direcionadas para investigações dos fenômenos sociais que ocorriam voltado especificamente para o meio urbano da grande metrópole norte americana.

A primeira geração de sociólogos da escola foi composta por Albion W. Small; Robert Ezra Park (1864-1944); Ernest Watson Burgess (1886-1966); Roderick Duncan McKenzie (1885-1940) e William Thomas (1863-1947, foram eles responsáveis pela elaboração do primeiro programa feito para estudo de sociologia urbana.

2 A TESE

A Escola de Chicago é fundadora da reflexão teórica sobre a comunicação, ela foi desenvolvida logo nas primeiras décadas do século XX, basicamente cria-se uma tese que a interação social será constituída simbolicamente pela comunicação.

Desde dos princípios da vida humana nos relacionamos através de símbolos e ainda se mantém pelos fatos de nós seres humanos capazes de interpretar nosso mundo.

3 OS SÍMBOLOS

Os símbolos basicamente nos dão consenso e não apenas nos permite a construção da interação, mas nós passa e são portadores de valores.

Nossa sociedade é uma estrutura simbólica e hierarquizada e nelas temos relações fixas de domínio e distribuição de poder, por conta da comunicação ela cria e sustenta essas hierarquias simbólicas, entretanto, um processo que pode servir para reprimir ou até mesmo para promover o conhecimento e a própria autodeterminação.

4 HERBERT BLUMER E A TEÓRICO DA COMUNICAÇÃO

Mas afinal quem foi Herbert Blumer?

> Herbert Blumer foi um sociólogo estadunidense cujos principais interesses acadêmicos foram o interacionismo simbólico e os métodos de pesquisa social. Acreditando que os indivíduos criam a realidade social por meio da ação coletiva e

> individual, ele foi um intérprete e defensor da psicologia social de George Herbert Mead.

possivelmente o mesmo foi o mais significativo teórico da comunicação da escola, também um dos herdeiros que teve mais representatividade do interacionismo simbólico, suas vertentes de estudos vêm originalmente de Herbert Mead, um dos principais fundadores da psicologia social na década de 1920.

Em seus artigos de 1969, foi o próprio Blumer que deu o nome de ‘interacionismo simbólico' à herança de Mead. Mead acreditava que a comunicação é a maior possibilidade de interação social, e que nós construímos conceitos de nós a partir com base nos demais desde nosso nascimento passando pela interação, nossa linguagem permite que pouco a pouco nossas ações sejam substituídas por símbolos.

Então para ele, a comunicação não só nos possibilita nossa interação, mas também expressa nossas relações e confere o sentido para nosso mundo, as pessoas têm uma experiência comum da nossa realidade e consequentemente constroem seu mundo com coletividade.

logo ele elabora três premissas: o comportamento humano fundamenta-se nos significados dos elementos do mundo, a fonte dos significados é a interação social e por último a utilização dos significados ocorre através de um processo de interpretação.

CONCLUSÃO

Após apresentação desses fatos concluímos que nossa vida e nossa interação social se baseia por símbolos desde o começo de nossas vidas, se pararmos para pensar, já aparece em nossas mentes vários símbolos que muitas das vezes os significados são passados como o sinal da paz, cruz relacionada a igreja e Jesus e até mesmo relacionamos símbolos a marcas ou movimento social.

REFERÊNCIAS

HERBERT BLUMER. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Herbert_Blumer&oldid=64258926>. Acesso em: 23 ago. 2022.

JOHN DAVISON ROCKEFELLER. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=John_Davison_Rockefeller&oldid=64304495>. Acesso em: 29 ago. 2022.



A SUPERSATURAÇÃO DAS OBRAS DE VAN GOGH NO SÉCULO XXI

ZALTRON, Luiz - Autor 1
FRANCO, Leticia - Autor 2
lfzaltron@minha.fag.edu.br
lgfranco@minha.fag.edu.br
Orientador: FERRAZ, Talita
CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente trabalho busca estudar a vida de Vincent Van Gogh e estabelecer relações entre suas obras e o campo de comunicação. Van Gogh possui um grande legado na história da arte, com mais de duas mil obras, dentre elas 860 pinturas à óleo. Usando pinceladas expressivas junto a cores vibrantes e dramáticas, suas obras se tornaram notórias no mundo moderno, sendo utilizadas abundantemente em diversos meios, como por exemplo, capinhas para celular, quadros falsificados e até mesmo uma coleção de tênis, lançada pela própria marca de tênis Vans. Ademais, no campo da comunicação moderno, é de se notar a massiva utilização e replicação viral de obras de arte clássicas em conjunto a campanhas de publicidade, artigos de varejo e produtos no comércio em geral, tornando esse cenário preocupante quanto à saturação desses tais trabalhos que se tornaram o enfoque de algumas estratégias da comunicação nos dias de hoje.

Palavras-chave: Van Gogh; Artes; Comunicação;

INTRODUÇÃO

Van Gogh (1853-1890) foi um pintor holandês do final do século XIX e um dos maiores expoentes do pós-impressionismo. Foi um homem intenso, que usava a arte como ferramenta de sobrevivência em meio a uma agitada e instável saúde

emocional e psicológica. É considerado um verdadeiro gênio da pintura. Teve uma carreira relativamente curta como pintor, cerca de dez anos.

Entre as principais composições que aparecem em sua obra, tem-se as paisagens e as naturezas-mortas, além de retratos e, também, autorretratos. Uma das características mais marcantes de sua produção é o uso de cores expressivas, vibrantes e dramáticas, que se aliam a pinceladas igualmente expressivas. Foram estes os elementos responsáveis por tornar Van Gogh uma grande influência para a denominada arte moderna.

A VIDA E OBRA DE VAN GOGH

Renomado e apenas valorizado pós-morte, Vincent van Gogh foi um artista nascido em 1853, na Holanda. Em sua vida efêmera, encontrou na pintura uma forma de expressar o que sentia na sua visão de mundo, segundo sua mente e alma atormentadas. Além disso, criou um estilo irreplicável devido às pinceladas marcadas que apenas ele sabia fazer para trazer a febre e energia características de suas obras; teve a maior parte do seu trabalho ignorado no seu tempo em vida, tendo descoberto o talento para pintura bem tarde, pois não nasceu em família de artistas, tendo sido autodidata (tinha propensão em não aceitar as normas e regras dos mestres) e encontrado, na arte, uma válvula de escape para suas frustrações.

Estudou na Escola de Belas Artes de Bruxelas, mas acabou desenvolvendo um estilo próprio, pois era um aluno rebelde que não aceitava críticas sobre seu trabalho. Um elemento importantíssimo para a concepção da técnica de Vincent, foi seu irmão, Theo, que costumava trocar cartas com o mais velho durante toda a vida adulta, enviando até mesmo figuras para que Vincent pudesse estudar e treinar seus métodos artísticos.

Dentre as obras mais famosas de Vincent Van Gogh, se destacam: o “Quarto em Arles” de 1888, o “Terraço do café na praça do fórum” também de 1888,

o “Autorretrato” de 1889, a “Amendoeira em flor” de 1890 e, além de todas estas, a mais conhecida, “Noite Estrelada” de 1889, que teve outras versões pintadas pelo próprio autor e, atualmente, é a obra mais reproduzida do artista no mundo. Observa-se que na contemporaneidade, a utilização de obras clássicas de artistas plásticos conhecidos em peças publicitárias, roupas, cartazes, outdoors estão ocorrendo cada vez mais e se tornando mais comuns. Isso levanta assuntos importantes sobre os artistas, sendo de consenso geral a consideração de Van Gogh um artista saturado, já que sua obra supracitada, “Noite Estrelada”, foi reproduzida em larga escala na mídia popular mundial, sendo vista em estampas de roupas, cadernos, papéis de parede e em todo canto. Um artista renomado não precisa de uma hiper reprodução de suas obras para consolidar seu valor, pois nesse contexto específico, entende-se que Van Gogh já era muito famoso antes mesmo do fanatismo geral por seus trabalhos, sendo um artista de grande renome que deixou obras muito bem avaliadas financeiramente.

No campo da comunicação, é de democrático conhecimento que não se é possível parar ou limitar o compartilhamento de um tema que se tornou popular na comunidade de uma hora para outra. A publicidade utiliza recursos de conhecimento comum para divulgação, porque a familiarização retoma a afeição em primeiro contato. Portanto, o cuidado para que Van Gogh não se torne supersaturado é tão importante quanto tornar suas obras cada vez mais conhecidas.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a grande influência de artistas clássicos pode ser observada principalmente nos dias contemporâneos. Sabe-se que a arte é um sistema evolutivo que sempre vai ser modificado, reestruturado e influído por inspiração e tendências, salvo artistas independentes que criam seus próprios métodos/estilos como o Van Gogh – este, influenciou e inspirou, já que teve grande repercussão depois de sua morte em razão de sua originalidade artística e serve de referência desde então para

artistas e designers na atualidade –, sendo assim, é inevitável que o quadro de compartilhamento e viralização de obras ocorra, pois sempre se busca orientação naquilo que se entende como bom e belo. Mesmo assim, é preocupante que obras de autores como Vincent Van Gogh sofram do fenômeno de supersaturação.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Laura. **VAN GOGH**. São Paulo, [s,d].

ANTONIO LANFREDI JUNIOR, Rui. **A APROPRIAÇÃO DE FRAGMENTOS DAS OBRAS DE ARTE DO PINTOR VINCENT VAN GOGH APLICADAS NA PUBLICIDADE**. São Paulo, [s.d]

FERRAZ, Bianca. **VAN GOGH**. São Paulo, 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ESTATÍSTICA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: MATRIZ SWOT

WOLFART, Izabela - Autor 1
SOMAVILLA, Paula - Autor 2
ROCHA, Raynara - Autor 3
rcrsilva@minha.fag.edu.br
Orientador: AMARAL, Edna Heloisa Schaeffer
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Este artigo tem como abordagem principal a análise dos dados estatísticos, mais especificamente da Matriz Swot, na composição do planejamento estratégico nas organizações. Para este estudo utilizou-se de revisão de literatura, cujo enfoque é a pesquisa bibliográfica que busca explicar um problema através de referências teóricas do assunto escolhido, publicadas anteriormente em livros, sites e outros recursos. A aplicabilidade da estatística dentro da empresa poderá agregar dados importantes no processo decisório acerca de metas a serem estabelecidas para o sucesso e expansão de uma organização.

Palavras-chaves: Planejamento Estratégico; Matriz Swot; Estatística.

INTRODUÇÃO

Para não errar na hora da tomada de decisão as organizações precisam de dados concretos. O projeto aborda assuntos sobre o planejamento estratégico e análise da Matriz Swot, como ela irá impactar nas empresas, quais são suas principais funções conhecendo assim as fraquezas e ameaças que ela possui. Com essas ferramentas é possível ampliar o autoconhecimento interno de um empreendimento avaliando os fatores externos que podem comprometer ou servir como oportunidades de crescimento. As empresas precisam se renovar. É preciso se adaptar com a nova era digital e novas ferramentas chegando no mercado. Construindo assim seus pontos fortes e principalmente encontrar suas fragilidades



para poder trabalhar em cima delas, ajudando na direção de seus negócios e nas análises. Para o estudo foram usados referenciais teóricos, já publicados e sites de autores renomados acadêmicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Planejamento Estratégico é considerado um dos atos mais importantes dentro de uma organização, possui influência em toda a gestão de uma empresa, com o propósito de obter maior eficiência e juntamente com a Análise de Mercado é possível identificar a melhor forma de tomar uma decisão e o melhor caminho para que metas sejam alcançadas e objetivos concluídos. Funcionando como o ponto inicial para todas as ações que uma empresa irá realizar auxiliando na administração de tempo e de recursos. Juntamente com a Estatística é possível obter um aumento significativo de lucros na empresa, aumento na qualidade dos produtos e serviços ofertados, minimização dos custos e despesas, analisar os resultados a fim de obter informações que possam ajudar na administração e organização dentro da empresa. Os dados estatísticos agilizam e geram informações precisas para a tomada de decisão criando um diferencial competitivo no mercado de trabalho.

A Matriz Swot ou FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) trata-se de um Planejamento Estratégico, engloba a análise e recolhimento de dados, com a finalidade de obter informações para uma tomada de decisões mais assertiva, sendo uma ferramenta extremamente simples e prática para facilitar a utilização desta matriz, com isso tornando-se a base de uma gestão empresarial. A análise fornece um diagnóstico da própria empresa, e do seu retorno, de forma clara que possa ajudar identificar problemas, e soluções correndo o menor risco possível.

O ambiente interno é formado por dois grupos, o primeiro dele são as forças, a onde se tem as vantagens que a organização possui em relação ao mercado, tendo um diferencial. As fraquezas são tudo aquilo que pode prejudicar está mesma empresa, e/ou interferir nas decisões e no andamento, sem o estudo adequado e a busca por melhorias podem acarretar grandes prejuízos.



O ambiente externo também se forma em dois grupos, divido em oportunidades onde se possui novas fontes e portas abertas a todo e qualquer tipo de conhecimento e crescimento, já as ameaças não são pontos positivos, porém, é com base nas ameaças que se faz um estudo e planejamento estratégico buscando sempre ser reconhecidos como empresa de eficiência e inovação, a onde se atende às expectativas dos clientes. A Matriz Swot avalia os ambientes internos e externos de uma organização apoiando nas tomadas de decisões, e no plano de negócio.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou estudo sobre a Matriz SWOT, mais conhecido como FOFA. Também foi apresentado, a importância do Planejamento estratégico dentro de uma organização, visando a influência do mesmo em toda a gestão de uma empresa, com seu principal propósito de obter maior eficiência identificando a melhor forma da tomada de decisões, sendo o principal objetivo de alcançar metas. A análise de SWOT é baseado na formação de dados levantados da empresa, obtendo informações para a tomada de decisões assertivas ajudando em seu crescimento. Desse modo a ferramenta pode potencializar forças, apontar fraquezas, encontrar oportunidades e alertar sobre as ameaças que rodeiam sua empresa para o mercado de trabalho. Na gestão é importante para: evitar riscos desnecessários, prejuízos financeiros, avaliar competência de funcionários, a ampliação dos negócios, reduzir os riscos de falência.

Dentro do Planejamento estratégico essa análise ajuda a detectar esses riscos e ameaças fazendo-o refletir sobre os impactos causados ou que possam causar futuramente. A partir desta montagem é possível inserir com mais facilidade as ações necessárias no planejamento estratégico e montar um “plano de força” para resolver ou prevenir os problemas enfrentados.



REFERÊNCIAS

CRUZ, Tadeu. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2019. 9788597021844. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021844/. Acesso em: 15 set. 2020.

CRESPO, Arnot, A. **Estatística**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 9788571440821. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440821/. Acesso em: 10 maio 2020**.**



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

AS OBRAS DE LIONEL SMIT E A RELAÇÃO ENTRE A PINTURA DE KHOLISWA

FALLER, Kauan- Autor 1
kafdcosta@minha.fag.edu.br
NEVES ,Renan silva das- Autor 2
rsdneves@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Este resumo expandido tem como finalidade abordar as origens por trás de cada obra do artista Lionel Smit - pintor e escultor sul-africano - onde o mesmo consegue transparecer emoções através das expressões presente em suas criações, explorando a capacidade reflexiva e emocional de seu público ao se depararem com a experiência que suas exposições proporcionam para os espectadores.

Palavras-chave: evolução, afrodescendentes, indignações.

INTRODUÇÃO

A pintura para Lionel Smit tem um sentimento muito natural que corre em suas veias e de sua família, desde criança é acostumado a conviver com artistas que frequentavam sua casa, com as artes de esculturas e criatividades que rodavam sempre seu redor, foi de fato o que mais inspirou Smit crescer em meio a artista e a tanta criatividade, mesmo se formando nas escolas das artes ele não perdeu a identidade que seu pai sempre carregava e abriu um estúdio onde continua hoje em dia a fazer suas exposições em galerias privadas e ganhando inúmeros prêmios, pelo reconhecimento da originalidade de suas obras. .

1 AS OBRAS DE PINTURA

A obra de pinturas produzidas pelo artista tem objetivo de expressar traços de pessoas sul africanas que vivem ao redor da cidade do Cabo, as obras buscam trazer o cotidiano de como as elas vivem , a naturalidade do dia a dia de taís em seus trabalhos

2 SUAS OBRAS DE ESCULTURAS

Smit explora temas de identidade através de retratos em tela e esculturas de bronze. Para as obras de Smit, o rosto humano oferece uma fonte de estudo e sua obra acentua os traços faciais com faixas de cores e técnicas de pincel, bronzes altamente texturizados e pátinas (um composto químico que se forma na superfície de um metal) vívidas. Os retratos de Smit refletem a herança mista das comunidades do Cabo Ocidental em nas quais ele vive, trabalha e se torna central para sua exploração da identidade. Os seus retratos exalam conexão e dignidade; alguns têm um caráter meditativo, enquanto outros evocam um sentimento de vulnerabilidade transmitido pelo olhar desviado ou melancólico do modelo (a).

Smit achava interessante que tivéssemos uma conexão com as obras e detalhes das pessoas através da emoção que o modelo retratava no momento.

3 OBRA DE KHOLISWA

Kholiswa Mbozi é uma garçonete que trabalha no shopping super regional de luxo em Somerset Mall na cidade do cabo, o Lionel pintou e retratou ela sem permissão da mesma em seu cotidiano de trabalho onde parecia cansada exausta e radiante, pois Smit gostava de fazer obras de pessoas anônimas, e não abordava nenhuma delas para solicitar algum tipo de autorização.

A pintura de Kholiswa foi uma obra produzida e divulgada em 2013, onde

ganhou um prêmio no renomado museu The National Gallery localizado em Londres, a obra por ter ganhado muita fama e reconhecimento internacional foi usada sua imagem como pôster de divulgação dos próximos eventos de premiações que ocorreu na cidade, algum tempo depois a garçonete chegou ouvir de seus colegas de trabalho que tinham visto estampada nos cartazes pelo metrô de Londres, ela mesmo chegou a não acreditar até que ela mesmo ver ela numa revista, ela chegou a ficar assustada e foi atrás de conhecer o motivo de ter sido usada como modelo de desenho para toda aquela divulgação.

Depois de um tempo em busca nos principais meios de mídia que divulgavam seu rosto ela chega o artista e conhece pessoalmente o Lionel Smit a Mbozi foi orientada sobre tudo que estava ocorrendo e até mesmo recebeu uma proposta de contrato mas como ela morava em outra cidade acabou não assinando com Smit pois achou injusto ganhar dinheiro para ficar apenas parada servindo como modelo .

Algum tempo depois ela acabou se voluntariando algumas vezes e posou como modelo por 5 anos depois desapareceu sem dar nenhuma explicação, por ver as obras dela sendo vendidas e ela ter apenas recebido R$ 250 foi o que acabou revoltando-a e voltando dando declarações a revistas que ela não tinha autorizado o uso de sua imagem para vender cópias, além de várias pinturas feitas ela foi capa do livro "Faces" onde é vendido 750,00 no site do artista, suas obras ganharam tão relevância que todas outras semelhantes são arrematadas entre 500 mil e 1 milhão de R$ em leilões .

Lionel acaba sendo pego de surpresa com estes pronunciamento pois Kholiswa nunca tinha falado com ele sobre sobre isto pois foi ela mesmo que nçao tinha aceitado o contrato com ele quando foi oferecido, em mídias o artista acaba se pronunciando e falou estar triste e desapontado em saber que ela se sentia explorada desabafando que nunca foi sua intenção, apesar de seu trabalho dar muito lucro o mesmo não divulga quantas artes dela foi vendido e quanto foi faturado com a imagem da garçonete, apesar de ele ter várias vezes ter tentado uma nova proposta de recompensar-la a mesma não respondia .

As mesmo depois destes episódios de revoltas continuou vendendo as artes com a imagem dela, Mbozi vendo que ele continuava ganhando dinheiro com os quadros a mesma procura ele novamente para tentar ganhar dinheiro alinhado-se novamente mas desta vez o pinto sentindo que ela estava agindo de má fé acaba não

fazendo contratos com ela até mesmo pelo motivo de inves resolver com ele diretamente jogou na mídia o caso onde seu nome ficou exposto, a partir deste momento de um novo contato lionel parou de exibir suas artes relacionado a Kholiswa em suas galerias e a moça desapareceu sem dar nenhum contato com ele, suas outras obras semelhantes ganharam mais ênfase em relação a traços africanos e ganharam um novo olhar de seus públicos que até hoje vê cada nova arte como uma raiz atualizada da sua obra premiada no renomado museu.

CONCLUSÃO

Estar em contato com suas obras, permite uma imersão a emoções variadas, algumas mais melancólicas e outras mais expressivas, não podemos dizer que ele começou com uma condição baixa, mas não podemos tirar o mérito desse grande artista que consegue transmitir expressões e sentimentos com cada detalhe necessário para nos imergir em tais. Não à toa é um artista premiado e mesmo com uma gigantesca polêmica continua sendo referência quando se trata de representar emoções através da arte.

REFERÊNCIAS

https://www.lionelsmit.com/pendulum-2022

https://www.lionelsmit.com/about

http://voyagemia.com/interview/art-life-lionel-smit/

https://www.lionelsmitstudio.com/

COULON, Alan. A ESCOLA DE CHICAGO. Campinas, São Paulo, 1995.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

O JOGO COMO PROPOSTA DE ENSINO DA MATEMÁTICA

CECONI, Caroline - Autor 1
FACCIOCHI, Eloíza Bahia - Autor 2
SOUZA, Michelly Eduarda Cardoso de - Autor 3
cceconi@minha.fag.edu.br
ebfacciochi@minha.fag.edu.br
mecsouza@minha.fag.edu.br
Orientador: AMARAL, Edna Heloisa Schaeffer
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A utilização de jogos, como uma prática lúdica de ensino em sala de aula, ainda é considerada um “tabu” para a sociedade de pais, professores e alunos, pois estes, socialmente, têm característica histórica, associada à prática e ao ensino de jogos de azar. No entanto, na educação contemporânea o jogo tem ocupado um papel fundamental para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem da alfabetização matemática. Este trabalho visa especificar o papel do jogo como recurso pedagógico, e apresentar o jogo “Feche a Caixa” como uma excelente proposta de intervenção a ser utilizada no ensino da matemática. Para isso, utilizamos uma fundamentação teórica e pesquisas bibliográficas referentes ao assunto.

Palavras-chave: Jogos. Aprendizagem. Matemática. Jogo Feche a Caixa.

INTRODUÇÃO

Falar em educação matemática, muitas vezes se remete a algo difícil, complexo e inacessível pelos alunos, pois os professores utilizavam e ainda utilizam na sua maioria da metodologia expositiva, a qual os alunos não participam ativamente, ocupando o papel de sujeito receptor passivo, em que o docente ensina e os alunos repetem.

É fato que, o ensino da matemática é de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, assim como os demais componentes curriculares, que favorecem a emancipação do sujeito, permitindo o desenvolvimento da interpretação através de noções lógicas e descrição de ideias matemáticas.

Visando uma metodologia contemporânea para melhor ensinar os alunos, o jogo tem um papel importante, pois através dele, os alunos se sentem mais

motivados, e os conteúdos de matemática podem ser melhor assimilados, além de tornar as aulas mais atrativas e dinâmicas. Assim, este resumo tem como objetivo evidenciar a importância do jogo como proposta de ensino da matemática para o aluno.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

No transcorrer da história do ensino da matemática, é perceptível a permanência da dificuldade dos alunos em aprender o componente curricular, pois é uma área do conhecimento que necessita de intervenções pedagógicas e recursos didáticos que despertem a atenção e o interesse em conhecer e aprender o conteúdo. Muitas vezes, os docentes insistem em aulas expositivas e descontextualizadas, as quais afastam os alunos. Sendo que elas têm papel fundamental no processo de ensino, mas quando não consideram o contexto familiar ou social do aluno, fracassam.

A matemática é um assunto que está presente em nosso dia a dia, em todos os lugares, segundo Ribas *apud* Belfort 2006, p.3, “lidamos com o número, com as operações, com o pensamento combinatório, com a proporcionalidade e com a organização espacial” a todo momento. Então não deveria haver tanta dificuldade, já que encontramos muitos signos matemáticos no mercado, nas ruas, na escola, no trabalho, no relógio, entre outros lugares.

Uma estratégia importante para o ensino da matemática é o uso de metodologias ativas, as quais proporcionam e despertam o interesse em aprender do aluno. Uma delas é o jogo, que além de instigar, também contribui para a socialização e compartilhamento de conhecimentos entre os estudantes. Ribas (2016) ressalta que:

> Os jogos utilizados no ensino de Matemática exigem esforço mental, representado pela concentração, elaboração de estratégias e raciocínio, além de possibilitarem momentos de divertimento e lazer, apresentando características que tornam possível o aprendizado, propiciando uma forma interessante de estimular o aluno a interagir mais ativamente com os conteúdos. (RIBAS, 2016, p.6)

Para tanto, nota-se um preconceito com a metodologia “jogo” por parte dos alunos, dos pais e até mesmo dos docentes, os quais aplicam uma ideia contrária ao jogo como ensino, sendo associado às brincadeiras avulsas e sem objetivos. No entanto, é visível o bom desenvolvimento de uma aula quando o professor insere o

jogo na proposta de ensino, tanto na participação e colaboração dos alunos, quanto na assimilação dos conteúdos.

Segundo Kishimoto 1997:

> As concepções sociointeracionistas partem do pressuposto que a criança aprende e desenvolve suas estruturas cognitivas ao lidar com o jogo de regra. Nesta concepção, o jogo promove o desenvolvimento, porque está impregnado de aprendizagem. E isso ocorre porque os sujeitos, ao jogar, passam a lidar com regras que lhes permitem a compreensão do conjunto de conhecimentos vinculados socialmente, permitindo-lhes novos elementos para aprender os conhecimentos futuros. (KISHIMOTO, 1997, p. 79)

Vale ressaltar que, além de ser aplicado de forma direcionada e com fins pedagógicos, o jogo também tem seu caráter lúdico, que facilita o aprendizado e aumenta a retenção do que foi ensinado.

Nesse contexto, o professor tem um papel fundamental de estimular a volição do aluno, ampliando as capacidades das funções psicológicas superiores, capazes de auxiliá-los a respeitar as regras do jogo, chegar em acordos e pensar de forma independente. Assim, o uso de jogos para o ensino, representa, em sua essência, uma mudança de postura do professor em relação ao o que é ensinar Matemática, ou seja, o papel do professor muda de comunicador de conhecimento para o de observador, organizador, consultor, mediador, interventor, controlador e incentivador da aprendizagem, do processo de construção do saber pelo aluno. (Ribas *apud* Borin, 1998 p.17).

Nessa perspectiva, o jogo é uma das possibilidades de se trabalhar metodologicamente o conteúdo através da ludicidade, cabe ao professor observar onde os alunos apresentam mais dificuldade e através do jogo despertar no aluno o interesse e a vontade de querer aprender mais.

É comum nas séries iniciais do ensino fundamental, as crianças apresentarem bastante dificuldade em fazer contas de adição e subtração e relacionar o número com a quantidade. Pensando nessa dificuldade, o jogo Feche a Caixa é um material que pode instigar a curiosidade do aluno e auxiliar na compreensão do conteúdo de uma forma mais lúdica. Esse jogo tem o objetivo, fechar o maior número de caixas e perder o mínimo de pontos possíveis, é um excelente material, que permite que as crianças aprendam resolver diferentes situações problemas, calcular combinações numéricas utilizando as operações: adição e subtração, o reconhecimento de quantidade, a subtração com recurso, a relação numeral quantidade, diversas

possibilidades de formação de quantidade e diagnostica a dificuldade de resolver cálculos simples.

Através desse jogo alguns conteúdos podem ser melhor assimilados pelos alunos, e eles compreenderão que matemática não é difícil. Isso só acontecerá se o professor buscar outras metodologias e recursos, como o jogo. Com isso, ele deixará sua aula mais atrativa e a matemática deixará de ser um “terror” na vida das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, a dificuldade em realizar as quatro operações, podem ser superadas a partir de práticas metodológicas diversificadas, que vão além do ensino expositivo e que também façam parte metodologias ativas, incluindo o jogo, pois ao realizar essa prática entende-se que jogar não é perca de tempo, mas sim um avanço na qualidade do ensino, o qual contribui para o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos.

Sendo assim, acredita-se que o jogo é um elemento fundamental para o ensino da matemática, desde que seja utilizado de maneira adequada, ou seja, com intencionalidade no planejamento docente. Estes propósitos devem considerar os conhecimentos trazidos pelos alunos de fora do espaço escolar, metas e objetivos bem definidos pelo professor, níveis de aprendizagem de cada turma e fases de desenvolvimento de cada aluno, respeitando seus limites e compreendendo suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

RIBAS, Deucleia 2016. **Uso de jogos no ensino de matemática**. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/2016_artigo_mat_unicentro_deucleiaribas%20(1).pdf Acesso em 07 de outubro de 2022.

STOPPA, Ana; VIEIRA, Elizia. **Relato de Experiência: O uso de jogos no ensino de Matemática.** Disponível em: https://www.unirv.edu.br/imgs/O%20Uso%20De%20Jogos%20No%20Ensino%20De%20Matematica%20-%20TRABALHO%20COMPLETO%20Carol%20Stoppa.pdf Acesso em 07 de outubro de 2022.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

SALVADOR DALÍ ALÉM DAS ARTES PLÁSTICAS

SPEROTTO, Thauana - Autor 1
tcsperotto@minha.fag.edu.br
lgbarbosa@minha.fag.edu.br
Orientador: FERRAZ, Talita
Orientador: CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Esse trabalho busca demonstrar que o artista em questão, Salvador Dali, conhecido por suas grandes obras nas artes plásticas como a “Tentação de Santo Antonio” e a “Persistência da Memória” também teve grandes participações no âmbito cinematográfico com grandes diretores, que buscavam excentricidade a suas obras e logo associavam essa busca a presença do surrealista no desenvolvimento do filme.

Palavras-chave: surrealismo, Salvador Dali, cinema

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho iremos tratar como o artista, Salvador Dali teve grandes colaborações no cinema, principalmente na obra “Quando Fala o Coração” do diretor Alfred Hitchcock, que busca retratar os desejos reprimidos e o mundo dos sonhos, temas nos quais o artista surrealista tem grande domínio. Em outra perspectiva, se apresenta também a obra ” Um Cão Andaluz” do cineasta espanhol Luis Buñuel, com seus grandes anseios a desenvolver uma história de estrutura onírica.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A valorização do imaginário, aliada às técnicas de colagem cubistas, fez do filme (utilizando montagem e edição) um meio eficaz para os surrealistas disseminarem ideias, como mostrar sonhos por meio de imagens visuais e sonoras, ou replicar

ideias de processos diretos. A sétima arte, mostra o sonho e a impossibilidade, escapando bem às algemas do realismo.

Nessa perspectiva, o filme “Quando Fala o Coração” (Spellbound, 1945) busca demonstrar técnicas narrativas perturbadoras, semiótica freudiana, exploração de desejos reprimidos, e o uso constante de ironia subversiva para confundir e provocar o público. Dessa forma, o Diretor Alfred Hitchcock (1899-1980) contratou deliberadamente o famoso pintor surrealista Salvador Dalí (1904-1989), que encontrou expressão criativa e prática no cinema. A contribuição do artista, era reinterpretar o sonho do protagonista John, que sofre de amnésia, construindo cenas de seus vários devaneios que são amplamente marcados pela presença constante de figuras com olhos, Dali a partir daí, menciona o membro com frequência, por conta de sua aparência onírica, criando o olho que vê de forma alucinatória e espectral no outro olho, e também levando em conta a observação de Freud (1905),em que afirma que os olhos apresentam ser os primeiros dispositivo a tocar a realidade.

Salvador Dali também contribuiu para os filmes do cineasta espanhol Luis Buñuel, que buscava tentar se livrar de quaisquer parâmetros estabelecidos para os filmes do último terço do século XIX, para fazer seus próprios símbolos, assim ele acabou se conectando um de seus sonhos próprios com outro de Dalí, escrevendo o roteiro de “Um Cão Andaluz”. Segundo o autor, esses sonhos distantes não têm nenhuma semelhança: holísticos para quem busca um determinado discurso artístico. Sobre este ponto, Alice Gomes cita Buñel dizendo:

> Escrevemos este roteiro em menos de uma semana e seguimos uma regra muito simples: não aceitar ideia ou imagem alguma que pudesse dar lugar a uma explicação racional, psicológica ou cultural. Abrir todas as portas ao irracional. Não admitir nada além das imagens que nos impressionavam, sem tratar de averiguar por que. Em nenhum momento houve desentendimento entre nós. (GOMES, 1998)

Para não deixar nenhuma explicação racional para o filme, Buñel se preocupa em contar a história fazendo um jogo entre as diferentes imagens, que podemos pensar

como “a beleza dos surrealistas”, que é característica do encontro com diferentes pessoas e suas realidades (às vezes aleatórias) no mesmo espaço e tempo. Uma navalha que corta o olho de uma mulher e uma nuvem passa diante da lua, logo na primeira cena do filme, sugerindo que o filme não será dominado pelo olhar ou pela arte tradicional. Isso cria uma sensação estranha e de mistério.

Com isso, Buñel possibilita muitas interpretações. Até hoje, não surpreende que novas interpretações da cena tenham sido apresentadas em resenhas e artigos. Portanto, seja buscando construir uma nova linguagem cinematográfica, seja para reverter a linearidade do discurso e da coerência narrativa, seja para tornar toda a obra atemporal, Um Cão Andaluz pode ser visto como o motor principal do motor original da estética surrealista, no âmbito do cinema. (Paiva, 2011)

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que Salvador Dali exerceu grandes influências no âmbito cinematográfico, levando em consideração que quando grandes diretores ansiavam em desenvolver algo que “fugisse da realidade” ou tivesse alto grau de excentricidade, logo atrelavam ao seu nome. O surrealista conseguiu aplicar o seu método crítico-paranóico muito além das artes plásticas, trazendo uma construção da sua “crítica e sistemática de associações e interpretações delirantes” para as telas do cinema.

REFERÊNCIAS

GOMES, Alice. Poesia e arte em movimento. Estação virtual: 1998. Disponível em: < http://www.grupoestacao.com.br/arquivo/mat1998/lorca.html > Acessado em 26 set. 2022.

QUANDO FALA O CORAÇÃO. Direção: Alfred Hitchcock. [s.l.]: United Artists, 1945, 1 DVD (110 min.), son., P&B.

CAÑIZAL, Eduardo Peñuela. História do Cinema Mundial. Campinas: Papirus, 2006.



MACIEL, Maria Esther. A poesia no cinema: de Buñel a Greennaway. Belo horizonte. Disponível em: < http://journal.ufsc.br/index.php/traducao/article/viewFile/5747/5381 >. Acessado em 26 set. 2022.

FREUD, Sigmund. Cinco lições de psicanálise; A história do movimento psicanalítico; O futuro de uma ilusão; O mal-estar na civilização; Esboço de psicanálise. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. Mídias e conexões latinas, Tradição e modernidade no cinema espanhol. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/paiva-claudio-cinema-espanhol.pdf > Acessado em 26 set. 2022.



EDUARDO KOBRA: DA PICHAÇÃO NOS MUROS DE SÃO PAULO AO MURALISMO PELO MUNDO.

LECHESCKI, Vitória - Autor 1
FRANDOLOSO, Rafaela - Autor 2
vplechescki@minha.fag.edu.br
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Do Jardim Martinica, na zona sul de São Paulo, Carlos Eduardo Fernandes no qual é mais conhecido como Kobra, recebeu reconhecimento internacional por seus murais em escala monumental espalhados pelos países. Kobra inicialmente pichava os muros da cidade de São Paulo de forma clandestina com os seus amigos que também eram pichadores, a partir disso o artista decidiu transformar sua pichação em algo cada vez mais profissional. Uma de suas principais obras foi o projeto Muros da Memória, onde traz à tona o pretérito que já havia se apagado com o tempo. Esse projeto conta com um muro de mil metros quadrados onde é registrado o passado de São Paulo. Esse foi um de seus maiores projetos em que o levou a um grande reconhecimento artístico.

Palavras-chave: Grafite. Espaço Urbano. Sociedade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda de forma sucinta a iniciação da vida profissional de Eduardo Kobra como muralista reconhecido internacionalmente, suas obras espalhadas pelos países e seus bem feitos tanto como artista mas também como grande defensor da natureza e causas sociais.



1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Filho de um tapeceiro e de uma dona de casa, o artista plástico brasileiro Kobra - apelido que surgiu pela perfeição de seus desenhos -, conseguiu o feito de introduzir sua arte no mundo a fora, de forma digna e bela. Seu primeiro mural fora do Brasil foi em Lyon, na França, em 2011. Na época, havia sido convidado para ilustrar um paredão de um bairro que passava por processo de revitalização – ou seja, lançou mão de sua vertente Muros da Memória para ajudar na valorização histórica da região. De lá para cá, já pintou em países como Espanha, Itália, Noruega, Inglaterra, Malaui, Índia, Japão, Emirados Árabes Unidos, além de diversas cidades norte-americanas. (Kobra 2022). Além disso, o artista também já retratou grandes personalidades da história em muros espalhados pelo mundo, entre elas Nelson Mandela, Mahatma Gandhi, Malala e Oscar Niemeyer. Um dos destaques da carreira de Eduardo Kobra é que ele foi precursor em pintura anamórfica no Brasil, mais famosa como pintura 3D. Trata-se de uma técnica que tem a função de ‘’enganar os olhos’’ de quem contempla a pintura.

Engajado com causas sociais e defensor da natureza, Kobra sempre procura incluir temas que o interessam ou o incomodam: a exaltação de um mundo mais tolerante, a união dos povos, o fim da violência e do racismo, a proteção do meio ambiente e dos povos indígenas.

Uma de suas campanhas na qual merece atenção foi quando ele arrecadou cerca de R$700 mil com a venda da obra ‘’respirar’’. A obra de arte foi produzida dentro de um cilindro de oxigênio inativado e o valor arrecadado foi utilizado na construção de duas usinas de produção de oxigênio para ajudar o Amazonas.

Curiosidade: o mural Etnias, criado pelo artista para as Olimpíadas do Rio em 2016, foi considerado pelo Guinnes Book o maior do mundo. Além dessa campanha, o artista em questão, mostra uma eloquente aflição



CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após muitas pesquisas, discussões, estudos e reflexões foi possível observar que o artista conduzido ao longo do trabalho tem como objetivo nos permitir conhecer melhor a sua trajetória, obras e realizações.

Sua intenção por meio da arte trata-se de deixar que suas obras virem também propriedade do povo, de cada espectador e apreciador que a contempla e a ressignifica de alguma forma. Como desfecho podemos concluir de que a ideia do artista é transpassar por meio de suas obras as questões sociais, ambientais e raciais que predominam e estão presentes em nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

Kobra sobre mural na ONU: ‘’Sonhei com isso’’. **Brasil Un.Org**, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/199466-kobra-sobre-mural-na-onu-sonhei-com-isso>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

MORO, Gláucio Henrique Matsushita e SILVEIRA, Luciana Martha. Afrescos urbanos: a arte de Eduardo Kobra. **Repositório da Universidade de Lisboa**, 26 de jan. de 2014. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36312>. Acesso em: 24 de set. de 2022.

ATZINGEN, Paulo. Eduardo Kobra: “pintar na rua é trabalhar com mensagens simples, como paz, união dos povos, etnias…’’. **Diário do turismo**, 2016. Disponível em: <https://diariodoturismo.com.br/eduardo-kobra-pintar-na-rua-e-trabalhar-com-mensagens-simples-como-paz-uniao-dos-povos-etnias/>. Acesso em: 26 de set. de 2022.

KOBRA, Eduardo. Biografia. **Eduardo Kobra**, 2022. Disponível em: <https://www.eduardokobra.com/biografia>. Acesso em: 27 de set. de 2022.



A CRITICIDADE PEDAGÓGICA E A REALIDADE DO SUJEITO PAUTADAS EM AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS

GENOVAI, Leticia[1]
HAMMES, Diana[2]
KOVAL, Leticia Maria[3]
lgenovai@minha.fag.edu.br
CRESTANI, Leandro de Araújo[4]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A avaliação pedagógica deve possuir como alvo o sujeito que a receberá. Nesse sentido, no que se convenciona chamar por “Pedagogia Tradicional” o ideal avaliativo encontra-se deturpado mediante a equivalência entre avaliar e examinar. Ainda dessa forma, ao considerar que o processo escolar do sujeito é de fundamental importância para sua formação, a avaliação diagnóstica é utilizada para medir seus avanços e dificuldades ainda que pouco utilizada, pois a aplicação de tal forma avaliativa exige uma visão crítica, real e ativa por parte do professor. Em suma, a avaliação diagnóstica distancia-se do romantismo educacional da pedagogia tradicional e aproxima-se à utopia inerente à realidade sócia educacional do sujeito.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem. Sujeito. Crítico.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade Assis Gurgacz, FAG -Toledo.
[2] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade Assis Gurgacz, FAG -Toledo.
[3] Acadêmica d o Curso de Pedagogia da Faculdade Assis Gurgacz, FAG -Toledo.
[4] Docente da Faculdade Assis Gurgacz, FAG - Toledo – ORIENTADOR



INTRODUÇÃO

De acordo com o dicionário informal[5], o verbo avaliar significa “estabelecer a valia” “determinar a quantidade” aproximando-se ainda de verbos como: estimar, apreciar, aquilatar e calcular. Não há grande diferença ao ideal de avaliação utilizado atualmente por profissionais da educação. Considerando que a conceituação popular de avaliar não confere as múltiplas facetas a que a educação e seus processos contemplam, deve-se frisar que a avaliação não é tudo e não deve ser o todo (MEIRIEU, 1994).

Ainda nesse sentido, Villas-Boas (1998, p. 21), sustenta a ideia de práticas avaliativas como objetos para a transformação social, ou seja, qualquer que seja a forma avaliativa, ela deve possuir como objetivo a formação crítica do sujeito. Dessa forma, o professor na condição de mediador do processo de ensino aprendizagem deve ser capaz de interpretar e atribuir significação à avaliação escolar.

Estabelecidos tais pressupostos, a atual e predominante conceituação de avaliação, ideais tradicionais do século XVI e a necessária condição do professor de atribuir valores e sentidos a avaliação, levanta-se o questionamento: Quais fins levarão a atual conjuntura avaliativa do processo de ensino e de aprendizagem no contexto escolar?

CONCEPÇÕES E APLICAÇOES PEDAGÓGICAS QUE PERMEIAM A AVALIAÇÃO ESCOLAR

Partindo do pressuposto de que ainda hoje se praticam ideais pedagógicos tradicionais pautados na figura do professor detentor do saber e na memorização como padrão satisfatório de ensino, entende-se o porquê da errônea proximidade entre avaliação e exame escolar e nesse sentido, Luckesi (2003, p. 11) afirma:

[5] Disponível em: https://www.dicionarioinformal.com.br/

“historicamente, passamos a denominar a prática de acompanhamento da avaliação da aprendizagem do educando de “Avaliação da aprendizagem escolar”, mas, na verdade, continuamos a praticar “exames””.

Ainda de acordo com Luckesi (2003, p. 47): “O ato de avaliar não é um ato impositivo, mas sim dialógico, amoroso e construtivo”, ou seja, é preciso que haja o entendimento da distopia que hoje é presente no processo avaliativo para que ideais de exames, sejam eles temporais ou no que confere a dimensão política do ato, possam ser reestruturados e reformulados tendo em vista o sujeito e o professor inseridos no ato.

Nesse sentido, pautando-se na concepção de avaliação diagnóstica a referida deverá ter como objetivo o conhecer dos estudantes, identificando e analisando quais são suas necessidades e ainda quais foram os avanços e dificuldades da turma. A partir de tal prática, se valida à posição do professor como mediador de conteúdo, capaz de adaptar e repensar sua metodologia para que o aluno possa ser liberto de amarras pedagógicas.

> “... e se o frenesi avaliativo se apoderar dos espíritos, absorver e destruir as práticas, paralisar a imaginação, desencorajar o desejo, então a patologia espreita-nos e a falta de perspectivas, também.” (Meirieu, 1994).

Por fim, a avaliação escolar deve ser orientada e pautada pelo ideal em que a avaliação destina-se não somente ao sujeito aluno, mas ainda, ao educador que a direciona, pois, é através de práticas avaliativas diagnósticas, que o professor receberá o norte necessário para lidar com a realidade do sujeito que está em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a temática avaliativa percebe-se que a avaliação ainda permeia a equivalência do ato de examinar, permeando concepções tradicionais de ensino e a figura centralizadora do professor. Ainda nesse sentido, subentende-se que tal mentalidade deve ser alterada para que haja a validação do sujeito e de sua realidade subsequente, para que a partir de análises diagnósticas o professor possa mediar o conhecimento aproximando-se do que realmente é necessário ao aluno para que a aprendizagem ocorra. Entende-se por fim que a aquisição de conteúdos sem a correta mediação levará ao insucesso escolar do aluno e ainda ao fracasso metodológico do professor.

REFERÊNCIAS

LUCKESI. Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem: componente pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceito e recriando a prática.** Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

VILLAS-BOAS, Benigna M. de Freitas. **Planejamento da avaliação escolar.** Proposições, v. 9, n. 3, p. 19-27, nov. 1998.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

TEORIAS DE ADORNO E HORKHEIMER PROPOSTAS NA ESCOLA DE FRANKFURT

ORTIZ, Thainara Autor
tomachado@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

As ideias propostas por Adorno e Horkheimer eram da construção de uma sociedade em que o indivíduo pudesse ter a sua autonomia e a influência do consumismo. Com relação à Indústria Cultural, é devido a expansão das relações mercantis, que englobava até mesmo a psicologia e a sociologia. Comparando assim o marxismo com a cultura, trazendo a ideia de o que é produzido na cultura da sociedade e o que a indústria engloba aos bens culturais.

O conceito Iluminista, são de que a razão não é apenas para o bem humano, mas o desenvolvimento técnico auxiliaria ao acúmulo de lucros, no caso as empresas utilizavam as estratégias de venda.

A psicologia trazida por eles é a influência das indústrias na vida das pessoas, o repetitivo capitalismo durante um governo totalitário, onde persuadiam pessoas com ideias, nova visão de mundo e o consumo exagerado.

O consumo em massa, tem uma visão de expansão como um todo e não apenas à uma camada social específica, como por exemplo as histórias em quadrinhos passaram a ser transmitidas através de filmes e cinemas.

Ao padronizar Indústria Cultural e gosto, não são decididos particularmente, mas há uma grande influência da mídia, são exemplos a publicidade, divulgações de produtos e usando uma forma esteticamente agradável. Tornando assim a vida das pessoas voltadas a um padrão de consumo, idealizando a estética perfeita e o contínuo ciclo do capitalismo, reprimindo a autonomia de cada indivíduo e a sua opinião própria, trazendo conflitos étnicos, valorização do material, imoralidade do

homem em consequência a conquistar o materialismo e também a frustação de não conquista.

Palavras-chave: Escola de Frankfurt – A Teoria de Adorno e Horkheimer – Capitalismo e Indústria Cultural.

INTRODUÇÃO

A Escola de Frankfurt de tradição judia formou-se entre 1920 e 1924, Sendo na Universidade de Frankfurt, Alemanha. Reunia muitos intelectuais, destacando Adorno e Horkheimer que se voltavam a teorias políticas com base ao marxismo e também a importância da cultura.

Em função da guerra, houveram transformações tecnológicas, ocasionando a preocupação do capitalismo nas relações culturais.

Nesse contexto, dividiu-se as gerações, sendo “Primeira Geração” (1920-1940), “Segunda Geração” (1940-1960) ou para alguns a existência da “Terceira Geração (após 1960), pois cada geração teria um fundamento diferente ou que agregava, uma à outra.

Devido a sua origem judia e a predominância do Nazismo, muitos sofriam Perseguições nazistas e a sede teve que ser transferida para Inglaterra e para o Estados Unidos.

Adorno e Horkheimer, fazem parte da primeira geração, criaram o conceito de “Indústria Cultural”. Suas crenças eram voltadas à crítica ao capitalismo e crítica ao racionalismo, sendo observados os resultados negativos dessas implementações na sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Com base em vídeos explicativos e pesquisas literárias encontrados através das plataformas “Youtube” e “Google Acadêmico”, houve melhor compreensão de quem eram Adorno e Horkheimer, na Escola de Frankfurt. Sendo eles críticos as evoluções recorrentes ao capitalismo, a influência negativa do mesmo, na sociedade.

É possível levar em consideração o fato das datas em que o Nazismo estava em grande posicionamento com relação a data em que foram criadas as teorias. A Escola de Frankfurt são de origem judia, então faz todo o sentido aos fundamentos criados pelos filósofos, pois na visão geral eles seriam os mais prejudicados à nova política, devido serem excluídos na sociedade.

As Citações conferidas a essa fundamentação teórica metodológica tem embasamento retirados na pesquisa “A Dialética do Esclarecimento, de Theodor Adorno e Max Horkheimer”, tendo em vista a confirmação de estudo e complementação do resumo abordado, destacando a influência do capitalismo na sociedade.

> “Para Adorno e Horkheimer, o totalitarismo é capaz de produzir o homogêneo com o suporte de meios massivos de comunicação, complexo que chamaram de indústria cultural.”
> BORGES, Juliano, Revista Estudos Políticos, Rio de Janeiro, (2011, p106).

> “...Ramo Produtor de mercadorias impregnadas de conteúdos simbólicos, os meios se localizam na inserção entre a infraestrutura, promovendo ao mesmo tempo relações materiais de produção e formas ideológicas de dominação.”
> BORGES, Juliano, Revista Estudos Políticos, Rio de Janeiro (2011, p106).

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as pesquisas do tema proposto, foi possível entender a influência do capitalismo na vida das pessoas, o que nos dias de hoje é presente, mas observa-se que já antigamente havia a sua predominância, concretiza uma nova visão de mundo onde somos reprimidos.

Trazendo no contexto em que vivemos, mesmo nós sendo extremamente dependentes do capitalismo, evoluímos no sentido humanamente, tendo em vista, leis que visam o bem estar da sociedade também, mas vale destacar que não é cem por cento.

Mesmo tendo em vista que de certa forma somos beneficiados, somos também prejudicados, a minoria (classe baixas) ainda sofrem com essa visão de mundo capitalista.

REFERÊNCIAS

RÜDIGER, Francisco, Comunicação e teoria crítica da sociedade: Adorno e a Escola de Frankfurt – Porto Alegre: EDIPUCPRS, 1999.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. (1985). A Dialética do Esclarecimento.

Rio de Janeiro, Jorge Zahar.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

CLAUDE MONET: E SUA NOTÁVEL INFLUÊNCIA SOBRE OS ARTISTAS DA ATUALIDADE.

Relato Técnico

WEISS, Kassyane M.[1]
LEMOS, Nicole Adilles Machado.[2]
Email: kmweiss@minha.fag.edu.br
Email: namlemos@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro.
Orientador: FERRAZ. Talita .
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Este Artigo é resultado de um estudo a fundo sobre Claude Monet. Visto que, está inserido até os dias de hoje, em várias exposições, sendo considerado como fundador das artes impressionistas. A metodologia da pesquisa que foi introduzida a este trabalho utilizou fontes como análises bibliográficos e pesquisas de artigos acadêmicos que envolviam desde suas obras e técnicas utilizadas, até sua vida e morte, destacando os pontos importantes, e fatores que influenciaram suas pinturas e a formação da Escola Impressionista. Como resultado, pode se afirmar que Claude Monet foi e ainda é um forte influenciador, que carrega até hoje o peso de ser o chefe das artes da área impressionista, mesmo tendo sido rigorosamente criticado por vários observadores da época, justamente por utilizar técnicas diferentes com contrastes e cores que retratam a verdadeira impressão dentro de suas obras.

Palavras-Chave: Claude Monet. Obras. Influência.

[1] Acadêmica Faculdade Assis Gurgacz Toledo, curso de Publicidade e Propaganda.

[2] Acadêmica Faculdade Assis Gurgacz Toledo, curso de Publicidade e Propaganda.



1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho, tem por finalidade apresentar estudos realizados pelos acadêmicos da FAG-Toledo, que foram voltados a compreender e analisar as principais obras, e a vida de Claude Monet, um dos, ou se não, o maior influenciador da arte impressionista.

2 QUEM FOI CLAUDE MONET.

Claude Monet (1840-1926) foi um pintor artístico francês mais bem lembrados do século XIX, fazendo com que ele, fosse considerado como “chefe da Escola Impressionista”, termo lhe concedido após a exposição de seu quadro "Impressão: nascer do sol", rigorosamente comentada por não transmitir o sentimento, mas a impressão da situação.

Em síntese, ele nasceu na França, e com cinco anos mudou-se para Normandia, onde sempre apresentou um carinho pela arte, e na sua juventude, começou a vender caricaturas nas redondezas fazendo-o conhecido na cidade. Visto isso, com suas habilidades e conhecimentos, começou a aplicar técnicas de gravuras japonesas com luz e cores, pintando paisagens, não muito realizadas naquele período.

Todavia, não tinha muitas condições financeiras e o serviço militar acabou interferindo em sua experiência. Mas, depois voltou para Paris com seu colega Augusti Renoir, pintando várias telas paisagistas que seriam exemplos na arte impressionista.

Com tudo, para fugir da guerra franco-prussiana, Monet, sua esposa Camille Doncieux e seu filho Jean, fugiram para Londres onde conheceu Marchand Paul Durand-Ruel que acabou ajudando Claude. E então, retornaram a Paris somente em 1872, onde se instalaram em um subúrbio rodeado pelos campos, que o fez se inspirar a pintar grandes obras, como por exemplo a “Regata em Argenteuil”, pinceladas fundas e interrompidas.

Indubitavelmente, as pinceladas de Claude Monet, foram os traços que mais marcaram seus trabalhos. Assim como, usado como nas pinturas artísticas orientais, as pinceladas é o que traz forma a pintura, é aquele toque que instiga e provoca aos apreciadores, fazendo os, imaginarem os movimentos do artista no processo de produção. “A pintura resulta da recepção da tinta: a tinta, da recepção do pincel: o

pincel da recepção da mão; a mão da recepção do espírito" segundo os orientais (Ryckmans, 2010) . Visto isso, é importante lembrar dos orientais que serviram como direcionadores da inspiração de Monet voltando o seu pensamento para o acentuado uso de cores e sua forte representação do contraste entre sombra e luz

Para concluir, suas obras foram e ainda são, fonte de inspiração e reconhecimento de vários artistas contemporâneos. Principalmente suas técnicas, que foram uma grande dificuldade para inúmeros artistas, foi o que mais o fez se destacar na arte.

3 QUAL A INFLUÊNCIA DE MONET NA ARTE.

Após a chegada de Monet em Argenteuil, em 1872, ele entrou para o que seria o futuro "grupo impressionista" composta pelo Monet, Édouard Manet e Renoir, fazendo de Claude, um dos criadores do movimento, visto que foram fortemente criticados, mas não desistiram de apresentar suas obras. Em 1926, no dia 5 de dezembro Claude Monet faleceu na sua casa em Giverny, que logo em seguida foi desenvolvida uma fundação que protegeria e manteria a sua propriedade, em que a mesma futuramente seria disponibilizada ao público.

Através de suas pinturas e do movimento impressionista, Monet conseguiu influenciar muitos artistas a pintarem de acordo com sua construção de visão sobre o mundo, visto isso, eles pararam de usar técnicas de realismo. Logo, foi perceptível que dentro do impressionismo todos tinham um olhar diferente, distinguindo o sentido de paisagens e alguns conceitos, levando a priorizar a iluminação natural das obras fazendo as idas aos estúdios artísticos ficarem menos frequentes.

Evidentemente, mesmo depois de sua morte, Claude continuou como um importante motivo de estudo de vários pesquisadores. Pois, segundo Paul Hayes Tucker as suas obras iam além de simples retratos de paisagens francesas, o que as torna únicas e inexplicáveis, visto que cada uma delas representam visões diferentes, mas com o mesmo intuito, mostrando a realidade da França naquele período (Magalhães, 2022).Consequentemente, a idade fez Monet mudar sua cartela de cores e estilo, mas nunca abandonou o impressionismo.

Atualmente sabemos que grandes artistas possuem influência direta e indireta na arte contemporânea e pensando nisso a organização de uma exposição imersiva das pinturas de Monet prova que não importa o tempo sua arte sempre será

valorizada. A contar da data deste artigo está aberta a exposição de Monet em São Paulo do dia 01 de setembro de 2022 enquanto a segunda exposição que pretende elevar o conceito de uma exposição imersiva com as obras de Claude Monet chega apenas em outubro de 2022.

4 OBRAS DE MONET E SUA INFLUÊNCIA ATUALMENTE.

Onde Monet morava havia montes de feno, os quais ele elegeu como motivo de sua primeira série –paisagem que acompanha os viajantes. Eles inauguram suas séries pelo processo: no ponto de vista, enquadramento, pinceladas e composição.

Outro procedimento central é que elas eram pintadas simultaneamente e em conjunto; conforme passavam as horas e as luzes se alteravam, Monet trocava as telas. A cada dia, uma nova camada com percepções sobrepostas, transpostas em gestos e cores. Monet queria que elas fossem expostas em grupo, por achar que reunidas, alcançaram um sentido maior, como disse a Dra. Ruggeri, Maria Carolina Duprat. O artista e a paisagem: Claude Monet, uma correspondência entre a natureza e a natureza do artista (MODOS, 2019), enquanto escrevia para dar vida a sua perspectiva fenomenológica focada na relação do artista e a natureza.

Claude Monet criou várias obras, mas sua doença ocular, ao longo do tempo foi se agravando, pelo tempo que o mesmo ficava exposto, sofrendo pela inspiração, luz.

Monet foi considerado o artista mais importante no impressionismo, influenciando artistas como o brasileiro Eduardo Kobra, que inaugurou dois quadros inspirados nele, em um dos murais, sua maior inspiração foi a pintura ‘’Mulher com Sombrinha’’ pintada em 1875.

5 CONCLUSÃO

Para concluir este artigo, Monet continua sendo denominado como chefe da Escola Impressionista, onde seus quadros que eram criticados naquele período, continuam sendo expostos e influenciando artistas, ao redor do mundo.

6 REFERÊNCIAS

Magalhães, A. ***A crítica acerca da obra de Manet***. UNICAMP. (16 de 02 de 2022)

MODOS. ***História da arte - Volume 3, número 2*****.** Campinas: PPGAS Unicamp (2019)

Ryckmans, S. a. **Em *Um sopro de pintura.*** (p. 63). (2010)



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

KLIMCZUK, Maria Eduarda da Silva[1]
NOVAKOSKI, Ediane Lara[2]
SCHAEFER, Diana Teresinha Hermes[3]
mesklimczuk@minha.fag.edu.br.
Orientador: BUGS, Paula Guimarães
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A Educação Infantil tem a responsabilidade de atender o direito da criança de 0 a 5 anos para que ela se desenvolva de forma integral, por meio da relação do educar e cuidar, incentivando esse desenvolvimento através de diversas atividades, entre elas, o brincar. Este trabalho busca apresentar de que forma o brincar tem influência no desenvolvimento das totalidades da criança. A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi a pesquisa bibliográfica qualitativa, na qual, por meio de pesquisas em livros e artigos, foi possível observar que o brincar é fundamental para a criança, pois é por meio dele que ela pode expressar sua visão de mundo, auxiliando na construção de sua identidade. A problemática norteadora deste trabalho é qual a influência que o brincar tem no desenvolvimento das crianças dentro da Educação Infantil. Assim, percebe-se que a partir de jogos e brincadeiras, os alunos dentro do espaço da educação infantil são estimulados para o desenvolvimento completo de suas potencialidades, entre elas a interação social que permite à criança conhecer o outro e a si mesma. A ludicidade também exige que o ambiente escolar esteja preparado e organizado de forma a desafiar e estimular a imaginação do educando, permitindo que sua interação seja em um local de brincadeiras, sonhos, construção do conhecimento e convívio social. O espaço da Educação Infantil deve ser um lugar que permita ao aluno que ele se sinta e seja o centro do processo de aprendizagem. Com isso, conclui-se que o brincar desenvolve a criança nos aspectos cognitivos, sociais e motores. É através do brincar que sua imaginação é potencializada e, a cada mudança de regra, nota-se uma interação social que auxilia na construção de sua autonomia e identidade cultural.

Palavras-chave: Brincar. Educação Infantil. Criança.

[1] Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

[2] Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

[3] Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo



INTRODUÇÃO

O brincar é um aspecto fundamental dentro da organização da educação infantil, sendo um meio de desenvolvimento e uma forma que a criança tem de expressar-se e construir sua independência e identidade.

O presente trabalho tem a finalidade de entender qual a importância do brincar dentro da educação infantil, qual a sua influência e contribuição para o desenvolvimento da criança. Para tal, a forma de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa - por meio de artigo de autores como Kishimoto (2010), Liberatto e Mota (2022) e livros sobre a ludicidade e sua relação com o brincar, Rau (2012) e Marinho (2012) - onde buscou-se destacar o que é o brincar e qual sua importância, a relação entre o brincar e aprender e a organização e preparação do espaço escolar perante o brincar.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Segundo Kishimoto (2010), o brincar é uma ação espontânea, que permite à criança explorar sua autonomia, criatividade e construção de mundo a partir de seu ponto de vista. O brincar pode ser organizado em forma de jogos, brinquedos e brincadeiras, instrumentos que, por meio das interações sociais e das experiências que o lúdico proporciona, estimulam a criança dentro do espaço da educação infantil a desfrutar de seu desenvolvimento integral e, gerar sua autonomia.

> As relações entre o brincar e aprender é um grande motivo para que professores e crianças possam fazer do espaço escolar, um especial e educativo lugar para brincar, sonhar, interagir e agradavelmente aprender, para a construção do conhecimento desenvolvendo regras para um convívio social favorável, que a acompanhará no seu processo de crescimento e na sua formação pessoal e profissional. (ANDRADE, 2018, p. 22 *apud* LIBERATO; MOTA, 2022, p. 12).

O autor retrata que a relação entre o brincar e aprender torna o ambiente escolar um local de experiências, interações e construção de identidade que se torna um ponto benéfico para a relação ensino-aprendizagem, sendo assim durante todo o período de formação do indivíduo como sujeito. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) de 1998 apresenta as brincadeiras na educação infantil como forma de transmissão e propagação da cultura regional enquanto trabalha outros aspectos do desenvolvimento da criança. Sendo assim, pode-se perceber que o brincar é uma forma de aprendizagem, que trabalha na criança. Para Marinho, *et. al*:

> Podemos dizer que a aprendizagem se dá de forma mais significativa se a criança vivenciar as situações pedagógicas através do movimento, experimentando, realizando, sentindo, percebendo, e tudo se dá pelo corpo. As brincadeiras e os jogos ocupam o papel principal nessa vivência, pois fazem parte do universo infantil. (MARINHO *et. al*, 2012, p. 91).

Os autores ressaltam a importância das interações adquiridas através do brincar, pois este estimula o desenvolvimento psicomotor e cognitivo. Segundo Rau (2012, p.96), o brincar é um recurso pedagógico, pois revela ao professor a realidade do educando, seus interesses e necessidades, através das ações feitas dentro do jogo ou da brincadeira.

“A escola deve priorizar, em seu projeto político-pedagógico, o desenvolvimento de atividades que privilegiam o lúdico.” (MARINHO *et. al*, 2012, p. 91). Na educação infantil, entende-se a necessidade de espaços que possam auxiliar atividades que permitam a ludicidade e promovam as interações sociais, a criança tem uma grande capacidade de transformar simples tarefas em brincadeira e, como centro do processo de aprendizagem, os espaços devem ter materiais que incentivem a criatividade e promovam desafios, sendo assim, priorizado também o desenvolvimento integral da criança.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso conclui-se que, o brincar é de suma importância para o desenvolvimento integral da criança. As brincadeiras, jogos e brinquedos propiciam a criança o desenvolvimento de diversos aspectos, entre eles, afetivo, físico, social e intelectual. Ao brincar, o aluno constrói seus conhecimentos, relaciona vivências, ideias e interage consigo, com os brinquedos e o espaço a seu dispor, com os colegas e professores.

Os espaços escolares devem oferecer condições para que o brincar possa ser realizado, de forma livre ou dirigida, buscando propiciar um momento que privilegie a ludicidade, a espontaneidade e a criatividade da criança. Para que, assim, o aluno possa desenvolver-se em sua totalidade, e tendo diversas oportunidades para que esse desenvolvimento ocorra enquanto brinca.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** 1998.

KISHIMOTO, T. M.. **Brinquedos e Brincadeiras na educação infantil.** In: I Seminário Nacional: Curriculo em movimento. perspectivas atuais, 2010, Belo Horizonte. Anais do I Seminário Nacional : currículo em movimento. Perspectivas atuais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. v. 1. p. 1-20

LIBERATTO, N. V. D.; MOTA, R. S. **O Brincar na Educação Infantil;** Revista Latino-Americana de Estudos Científico - RELAEC, v. 03, p. 1-23, ISSN: 2675-3855; 2022.

MARINHO, H. R. B.; MATTOS JÚNIOR, M. Á. ; SALLES FILHO, N. A. ; FINCK, Silvia C M . **Pedagogia do Movimento: Universo Lúdico e Psicomotricidade.** 1° ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A Ludicidade na Educação Infantil: Uma Atitude Pedagógica.** 1° ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

O ENSINO JESUÍTICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

LIMA, Lianara Backes
ZILS, Laura Gabriela da Silva
lgdszils@minha.fag.edu.br
Orientador: PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O intuito do presente trabalho é discorrer sobre a educação jesuítica, trazendo pontos de sua trajetória durante seu período de estadia no Brasil e o que essa pedagogia refletiu em seu período e ainda reflete hoje nas nossas escolas. Neste resumo iremos entender a trajetória dos jesuítas em seus 210 anos no Brasil e quais reflexos ainda podemos observar hoje em dia em nossas escolas. Para pesquisa utilizamos a metodologia de revisão bibliográfica, sobretudo nos artigos dos autores Borges (2019), Sambugari (2019) e Calegari (2014) que abordavam pontos da trajetória de 210 anos dos jesuítas dentro da educação brasileira. Sabe-se que durante a história brasileira surgiram muitos métodos e formas de ensino e a primeira delas foi a educação jesuítica. A Companhia de Jesus vem para o Brasil com o objetivo de catequizar os indígenas que aqui moravam, mas acabaram esbarrando em um problema, eles não sabiam ler nem escrever e isso dificultava o processo. Com isso criaram seu próprio método de ensino chamado *"Ratio atque Institutio Studiorum".* Os objetivos específicos deste resumo é responder as seguintes questões: qual a trajetória dos jesuítas e seus objetivos? O que essa pedagogia de ensino refletiu em seu período e nos dias de hoje? Vieram para o Brasil com o intuito de catequizar, mas os padres acabaram se tornando os primeiros educadores do país. Assim pudemos observar que, mesmo não sendo o objetivo principal, alfabetizaram uma parte significativa da população brasileira. Porém, hoje em dia, dos fatores que nos restam deste período foi o ensino elitizado, a desvalorização da profissão e uma má estrutura escolar.

Palavras-chave: Jesuítas. Educação. Brasil.

INTRODUÇÃO

Segundo a pesquisa feita através dos autores Borges (2019), Sambugari (2019) e Calegari (2014) iremos discorrer sobre a trajetória jesuítica no Brasil e seu legado pedagógico. Será abordado sobre o método *"Ratio Studiorum"*, no ano de 1599, que foi criado por Inácio de Loyola idealizado da Companhia de Jesus, usado como um currículo pedagógico para o ensino.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo mostrar as influências e repercussões que o ensino jesuítico deixou no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Os jesuítas tiveram um papel muito importante tanto em sua época como nos dias de hoje. Antes da vinda dos portugueses e a chegada da Companhia de Jesus a cultura, costumes e conhecimentos eram repassados de pai para filho e não existia uma pessoa que cumprisse o papel de docente e ensinasse as crianças e adultos, principalmente os indígenas. Segundo Borges e Sambugari:

> Quando os jesuítas chegaram ao Brasil, iniciou-se o processo de catequização, escolarização e aculturação dos indígenas, o processo educacional com colaboração dos jesuítas, conforme já mencionado deu início em março de 1549, quando chegaram os primeiros jesuítas perceberam que não seria possível ensinar a fé católica sem que os indígenas soubessem ler e escrever, juntamente com Tomé de Souza governador Geral, foi construída a Escola elementar brasileira em Salvador. (BORGES; SAMBUGARI, 2019, p.05)

Conforme podemos observar, eles vieram para o Brasil com o intuito principal de catequizar e propagar a fé católica, mas isso não seria possível de se concretizar já que os povos que aqui viviam não tinham conhecimento da leitura e da escrita. Por isso, se fez necessário a criação da Escola Elementar para que primeiro aprendessem a ler e escrever e depois aprendessem sobre a fé católica.

A Companhia de Jesus, criada em 1534, como resultado da contrarreforma católica, possuía o objetivo de levar a fé católica para os lugares que passavam e buscar por lugares recém-descobertos. Inácio de Loyola, natural da Espanha, foi o idealizador da Companhia de Jesus e o método de ensino *Ratio Studiorum*. Seu método *"Ratio atque Institutio Studiorum*" surgiu em 1599 definia-se da seguinte forma:

> Foi o método de ensino, que estabelecia o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido, instituído por Inácio de Loyola para direcionar todas as ações educacionais dos padres jesuítas em suas atividades educacionais [...] O *Ratio Studiorum* não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que

> apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas. (BORGES; SAMBUGARI, 2019, p.06)

O plano projetado por Manual da Nóbrega iniciou com ensino da língua portuguesa, em seguida aprendiam a ler e escrever, aprendiam música e posteriormente escolhiam o caminho de aprendizado que seguiriam sendo ou profissional/agrícola ou gramática/viagem de estudo a Europa. O alto investimento e as contradições com os objetivos coloniais de Portugal tornaram a sua aplicação impraticável.

O primeiro projeto pedagógico aplicado no Brasil deveria atender às necessidades religiosas e políticas. A aplicação baseada no *Ratio Studiorum* não era uma pedagogia independente. Constituía em um conjunto de regras nas quais os padres jesuítas deveriam seguir para que catequizassem e educassem quem fazia parte desses estudos. Com o tempo foram adicionados no currículo matérias como Filosofia e Teologia e posteriormente quem possuía recursos financeiros poderia dar sequência aos seus estudos na Europa.

Apesar da vontade de incluir indígenas e negros na catequização e educação, ainda existia uma discriminação por parte dos portugueses que apenas em 1689 começaram a aceitar os “moços pardos” em suas escolas.

> A Companhia de Jesus encerrou suas atividades na Colônia Brasileira no ano de 1759, através do Decreto de 3 de setembro de 1759, no qual foi promulgado pelo Rei D. José, assim Marquês de Pombal expulsou a Companhia de Jesus, apreendendo para a coroa portuguesa todos os bens que os jesuítas foram adquiridos enquanto eram os únicos responsáveis pela transmissão da educação no Brasil. (BORGES; SAMBUGARI, 2019, p.09)

Sendo assim, os jesuítas, por 210 anos foram os únicos responsáveis pela educação de toda a população e após as mudanças na organização e exploração colonial acabaram expulsos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que consigamos entender os avanços que temos hoje na nossa educação, precisamos entender a trajetória que ela teve ao longo dos anos. Os

jesuítas foram os primeiros educadores que tivemos em nosso país e, mesmo não possuindo um método de ensino perfeito, ainda conseguiram atingir algumas classes por 210 anos.

O ensino era voltado para o âmbito religioso e mesmo tendo o objetivo de catequizar, acabaram sendo alfabetizadores de vários indígenas e filhos da elite por um bom tempo. Um de seus maiores problemas era não abordar o conteúdo que de fato era relevante para quem estava e precisava aprender. Ensinavam para a elite e catequizavam os indígenas.

Ainda conseguimos observar rastros do método jesuítico em nossa sociedade hoje em dia observando o ensino elitizado, desvalorização da profissão, falta de estrutura adequada e muitos outros fatores.

REFERÊNCIAS

BORGES, Dalete de Souza Salles; SAMBUGARI, Márcia Regina do Nascimento. **A Educação Jesuítica e o Método de Ensino Ratio Studiorum.** In: IV Congresso de Educação do CPAN, III Semana Integrada de Graduação e Pós-graduação do CPAN. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, 2019.

CALEGARI, Ricardo Pereira. **Os 210 anos de pedagogia jesuíta no Brasil.** In: Anais eletrônicos do Seminário Internacional de Educação Superior, Formação e conhecimento. Universidade de Sorocaba-Uniso, 2014.



ANÁLISE DA CAMPANHA DE MARKETING DO BETO CARRERO WORLD EM COMEMORAÇÃO AOS 30 ANOS DE PARQUE

CARPINE, Carol Thais - Autor 1
RENNER, Gabriela Fernanda - Autor 2
Ctcarpine@minha.fag.edu.br
Gfrenner@minha.fag.edu.br

Orientador 1: CRESTANI, Leandro
Orientador 2: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

No ano de 2022 o parque de diversão Beto Carrero World teve uma decoração em todo o parque de 30 anos e fez uma parceria para comemorar com o artista da POP art, Romero Britto. Utilizaram vários meios de comunicação para essa campanha como principais as esculturas e as redes sociais, deram vida para essa comemoração com muitas cores para agradar principalmente o público infantil. Neste trabalho vamos analisar a estratégia usada para essa parceria e de qual forma ela foi tão eficaz para o parque.

Palavras-chave: Beto Carrero World, Romero Britto, Marketing.

INTRODUÇÃO

Para começar a analisar essa campanha devemos pesquisar cada participante individualmente para termos melhores resultados em conjunto. Através das postagens que o Beto Carrero utilizou em suas redes sociais e o Romero Britto com suas características da pop arte muito marcante.

1. CARACTERÍSTICAS DO ROMERO BRITTO

O artista Romero Britto tem nacionalidade brasileira, desde criança começou a colecionar selos coloridos e usa como inspiração para as suas pinturas e esculturas. As suas obras são utilizadas de muitas formas geométricas, com cores vibrantes, uma arte voltada para todos os públicos.

Muitos artistas e críticos não reconhecem o trabalho de Romero Britto como sendo Arte, pelo fato de suas obras serem comercializadas em grande escala em roupas e acessórios com destaque até na mídia mas, felizmente, no exterior, onde reside o artista, suas criações são respeitadas e valorizadas como assim o devem ser.

Ele teve diversas parcerias com marcas muito conhecidas, como: Pepsi cola, Vodka, Disney, Grand Marnier, IBM e suas artes estão espalhadas por todo o mundo, onde também pintou, em quadros, algumas pessoas famosas, como: Michael Jackson, Madonna, Príncipe William, Rainha Elizabeth, Dilma Rousseff e muitos outros artistas.

Uma das suas primeiras campanhas publicitárias que alavancaram sua carreira foi com a Absolut Vodka. Um estilo totalmente revolucionário comparado com os seus concorrentes na época, essa campanha tomou uma repercussão muito grande por conta dos desenhos coloridos nas garrafas da coleção.

2. CARACTERÍSTICAS BETO CARRERO WORLD

O parque de diversão Beto Carrero World fica localizado em Santa Catarina, no litoral norte, em média de 35 km de balneário, ele foi aberto em 1992 pelo João Batista Sérgio Murad, também conhecido como Beto Carrero.

No ano de 2014 ele ganhou a premiação de sexto melhor parque diversão do mundo e o maior parque temático da América Latina com cerca de 14km de extensão, nesse espaço tem mais de 100 atrações divididas entre shows, zoológico, áreas temáticas e brinquedos do parque.

Ele é dividido em espaços onde cada lugar se é possível entrar dentro da temática, como por exemplo: Na ilha dos Piratas está situada no interior de uma “ilha”, já no espaço do Filme Madagascar há muita vegetação, água e animais.

É muito visado a experiência do cliente em primeiro lugar por todos os cantos do parque, isso faz ele ser tão mágico para as crianças e até mesmo os adultos.

3. ESTRATÉGIAS PARA O PÚBLICO ALVO

Através de diversas análises de outras campanhas feitas pelo parque, essa foi a primeira que teve parceria com algum artista para mudar o visual das entradas principais do Beto Carrero, utilizando diversas esculturas e pinturas e esses são um dos pontos mais fortes do artista escolhido.

O público alvo que o parque quer atingir com a campanha é o infantil, que seria a de 8 a 15 anos, mas eles também tem o intuito de agradar toda a família. As cores que foram utilizadas atingiram todo o público de forma direta, com cores quentes e vibrantes trazendo euforia para os visitantes.

De acordo com a frase de Romero Britto “ eu pinto colorido para trazer a felicidade na minha infância” nas suas artes ele sempre deixa muito claro toda essa energia através dos formatos e cores.

“Por ser conhecido e admirado por uma parcela da sociedade, constrói a sua própria marca e reforça o estereótipo de artista aliado com os valores de outras marcas por meio de mensagens publicitárias voltadas a esse segmento social. Por isso, quanto maior a associação entre as imagens das marcas dos dois destinadores - tanto de Romero Britto, quanto das demais empresas -, mais experiências de sentido estão plasmadas no discurso estético articulado pela publicidade.” (OKADA, Mitja 2010) Tomamos como conclusão que a parceria entre os dois foi excelente para alavancar a carreira de Britto e trazer a arte plástica para o parque e lembrar de toda a sua essência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa entre essa parceria podemos perceber o quão vantagem tiveram para os dois lados, aumentando a essência de um momento tão especial para o Beto carrero world que é a sua comemoração de aniversário de 30 anos.

Na utilização dessa campanha tiveram muitas visitas no parque para ver as exposições das esculturas da parceria entre os dois. Todas as imagens que foram feitas estão no site oficial do Beto Carreiro.

Desejamos que esses conhecimentos motivem os visitantes a acreditar e despertar a capacidade criativa que já existe em cada um. Que eles possam ir além das telas e quadros, que sejam capazes de registrar em seus pensamentos, sentimentos e lembranças e que possam marcar a sua própria história.

.

REFERÊNCIAS

O EFEITO MULTIPLICADOR DE ROMERO BRITTO. Pequenas Empresas & Grandes Negócios: Editora Globo, outubro, 2012.

Metas e objetivos do parque Beto Carrero World https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/beto-carrero-pretende-passar-de-2-milhoes-para-6-milhoes-de-visitantes-ate-2024

Biografia do Beto Carrero https://seuhistory.com/biografias/beto-carrero

Site Beto Carrero World https://www.betocarrero.com.br/



AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA: O QUE É, COMO FAZER E QUANDO APLICAR

HEISS, Eduarda - Autor 1
FREILICH, Iasmin - Autor 2
ENGELSING, Nathalia - Autor 3
egzheiss@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo abordar um tema muito discutido no âmbito escolar, que são as avaliações, e suas formas de aplicação, é notável que é uma discussão que permanece durante anos, para tentar chegar em um tipo de avaliação no qual professor e aluno sejam favorecidos. Nessa perspectiva esse trabalho vai trazer específico a avaliação diagnóstica como objeto de pesquisa, que de modo geral tem a finalidade diagnosticar como próprio nome já diz, abordaremos aqui seu conceito em geral, como ela funciona dentro do espaço escolar. Ainda como planejar uma boa avaliação diagnóstica para que seja eficiente, também como desenvolver e aplicá-la aos alunos, e por último qual o momento ideal para sua aplicação.

Palavras-chave: Avaliação, diagnóstica e escola.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade estudar acerca do tema de objetos de avaliação dentro do ambiente escolar, a pesquisa trabalhará com a avaliação diagnóstica, pois ainda hoje é uma das formas mais utilizadas de avaliação pelos docentes.

Trouxemos essa breve discussão para que possamos entender o que é uma avaliação diagnóstica, como ela é desenvolvida, como devemos aplica-la e qual é o momento correto de utilizar desse instrumento de avaliação. Foram utilizados diversos materiais para esta pesquisa como artigos e textos apoio, para inserção de todas as informações contidas no trabalho.

Este resumo está organizado de maneira simples e objetiva, onde na primeira parte consta o conceito geral e específico da avaliação diagnóstica, logo após a forma de desenvolvimento e sua finalidade e qual o melhor momento de aplicação e por fim o que se espera desse tipo de instrumento avaliativo.



1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A avaliação é um importante instrumento na educação atual, que vem sendo discutida há muito tempo. Estes instrumentos avaliativos devem ser pensados e aplicados no processo educacional coincidindo a características e objetivos pedagógicos de cada momento.

A avaliação diagnóstica é realizada normalmente no início ou no fim de uma fase na educação, para conhecer melhor, verificar as necessidades daqueles alunos que compõem aquele espaço e quais erros e acertos existem nesse processo de conhecimento. Para Melchior (1998 p.74) “Não basta identificar que o aluno não sabe, ou rotulá-lo como aluno fraco, é necessário saber o que cada um não sabe e em que ponto estão aqueles que conseguem acompanhar de forma satisfatória o que está sendo trabalhado”.

Sendo assim, esta sondagem não deve ocorrer apenas para saber ou expor o aluno, mas para fazer uma reflexão de que estratégias e métodos pedagógicos que devem ser usados, para que em todo esse processo seja visto grandes avanços. Os parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 55) afirmam que:

> A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática e para o aluno, é um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender.

As sondagens que são realizadas por primeiro neste tipo de avaliação, é como o docente vai conseguir obter o máximo de informações possíveis, através de provas ou testes escritos e orais, simulados, questionários on-line e entre outros. Assim, o acompanhamento desses dados levantados, vai auxiliar para onde deve ser o ponto de partida, para Libânio (1994), p.197) é “apreciar resultados, corrigindo falhas, esclarecendo dúvidas, estimulando-os a continuarem trabalhando até que alcance resultados positivos”.

O retorno para os alunos no fim de todo esse processo é essencial, pois, verão com mais clareza seus avanços, o que precisam melhorar ou até mesmo conseguirem verificar a direção que possam estar seguindo. Importante lembrar que este retorno não é apenas para os discentes, mas, para o trabalho significativo de cada docente, analisando suas próprias práticas.

Por isso, Libânio (1994, p. 195) entende que a qualidade do processo de avaliação no ensino e aprendizagem é:

> [...] não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnostico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

Este tipo de avaliação não tem finalidade em reprovações, atribuições de notas ou rotulação dos mesmos, como já citado acima, Hoffmann afirma,

> A avaliação, enquanto relação dialógica, vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. Dessa forma, a avaliação passa a exigir do professor uma relação epistemológica com o aluno – uma conexão entendida como reflexão aprofundada a respeito das formas como se dá a compreensão do educando sobre o objetivo do conhecimento. (HOFFAMANN, 1994, p.56).

É preciso que esta forma de avaliar e outras que existem, devem ser discutidas e praticadas, para que a cada dia o processo de ensino e aprendizagem seja mais significativo e amplo, segundo Melchior (1998, p.85), “os momentos avaliativos devem ser convertidos em oportunidades de aprendizagem, de estímulo para a busca de novos conhecimentos, em momentos de satisfação mútua entre professor e aluno”.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES



Dessa maneira, temos então que a Avaliação Diagnóstica é de suma importância ao decorrer do ano para auxiliar o professor em sua didática cotidiana. Assim, podemos verificar e destacar que para obter-se bons resultados na sala de aula e consequentemente na escola e o nosso país como um todo, faz-se necessário que essa Avaliação Diagnóstica ocorra continuamente, e tomando sempre o cuidado para que não seja feito apenas um processo classificatório, pontuando o aluno sem averiguar suas dificuldades e tratá-las.

Na presente pesquisa foi observado que salas de aula onde há a preocupação em não apenas classificar o aluno, mas sim ajudá-lo por meio das “provas”, como meio de descobrir suas dificuldades e necessidades de amparo, o desenvolvimento da turma é enorme comparado com turmas onde o professor apenas exige notas.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir então, que a Avaliação Diagnóstica é necessária para avaliar o aluno dignamente e com parâmetros que visem seu aprendizado e melhorias em seus estudos. Não basta apenas classificar, devemos levar em conta que as nossas crianças não são meros robôs, são seres que precisam de métodos especiais individuais para poder, então aprender com carinho e respeito necessários.

REFERÊNCIAS

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora**: Uma prática em Construção da Pré-Escola à Universidade. Porto alegre: educação & realidade, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1994.

MELCHIOR, Maria Celina. **Da Avaliação dos Saberes à Construção de Competências**. Porto Alegre: Premier, 2003.

MELCHIOR, Maria Celina. **O Sucesso Escolar Através da Avaliação e da Recuperação**. 2. ed. Porto Alegre: Premier, 2004.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A RELAÇÃO ENTRE ARTE E SOCIEDADE TENDO COMO PROTAGONISTA PRINCIPAL SIRON FRANCO

CORDEIRO,Victor Hugo - Autor 1
MARCHIOTO, Ryan Henrick de Carvalho- Autor 2
vhcordeiro@minha.fag.edu.br
rhdcmarchioto@minha.fag.edu.br

Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo
Orientador: CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade falar sobre as imagens artísticas, como conceitos sociais, culturais e estéticos, sinais e vestígios humanos no tempo, são documentos históricos e fontes de inesgotáveis possibilidades de interpretação, são narrativas e lugares que abrigam memórias das diversas práticas humanas, de sua inserção num tempo e espaço, das relações que neles e com eles desenvolvem, das sensações e emoções que produzem e experimentam como aquelas relativas à Série Césio 137, da qual selecionamos algumas telas na busca de abordar o referido acontecimento, a partir das representações do espaço e seus elementos constitutivos e das figuras humanas que nele circulam, com seus traços e marcas. Entre os artistas que revelou os acontecimentos do Césio 137 está Siron Franco que fez um marco nacional com seus traços fortes, relatando a indignação e indagação da sociedade sobre o então caso Césio 137.

INTRODUÇÃO

A arte para Siron Franco tem o compromisso com os acontecimentos, na década de 80 o artista teve grande influência na sociedade nacional, através de suas pinturas retratam um cenário triste em Goiás sobre a série do Césio 137.

Com a indignação e com perguntas sem resposta Franco não só revirou o subúrbio como também a auto sociedade, um cenário pelo qual alguns artistas em ascensão também lutaram a favor e fizeram parte desse grande marco histórico.

1 SOBRE A ARTE

O século XX ofereceu um inesgotável repertório de assuntos e problemáticas que envolveram e provocaram a humanidade, assim como permitiu recorrer a um rol de variados recursos e materiais a serem agora explorados pelos artistas. No entanto, tendo como foco central a investigação histórica que se refere a imagens produzidas por Siron Franco sobre o contexto da tragédia com o Césio 137, em Goiânia, em 1987, se faz pertinente abordar discussões sobre o engajamento da arte brasileira com as questões sociais.

Dessa maneira encontramos na história da cultura no Brasil, exposições, debates que surgiram e contribuíram para a discussão acerca da função da arte, do artista, e de suas relações com a sociedade. O artista, impulsionado pela indignação social, se posicionou por meio da arte realizada no espaço, com movimento, experiências individuais e interação coletiva, visualizando forma e cor.

2 CÉSIO 137

Ciente do ocorrido e das proporções que o mesmo tomaria, Começavam então os trabalhos intensamente, E levando em conta o seu senso sensível, Principalmente as questões ambientais e sociais, Fica notável tamanha indignação do autor.

Todo o conjunto desta série de Siron Franco dedicada ao episódio do acidente com o césio 137, para além de mostrar o pânico instaurado em nosso meio, constitui uma voz coletiva que se materializa através do trabalho do artista, para falar da nossa permanente indignação, da nossa contínua indagação sobre o destino deste lugar, das pessoas e da cidade após o acidente de outubro de 1987.

3 SUAS OBRAS

Suas obras estão presentes nos mais importantes museus do Brasil, como: MASP (São Paulo), MAC (São Paulo), MNBA (Rio de Janeiro) e MON (Curitiba) e do mundo como no Metropolitan Museum of Arts (The Met) em Nova York nos Estados Unidos e no Museu de Arte Contemporânea de Monterrey no México. No mês de maio de 1975, apresentou três obras para serem expostas no 24o. Salão de Arte Moderna do Rio de Janeiro, no Museu Nacional de Belas-Artes: A Rainha, O Espelho e O Limite do Sistema. O quadro A Rainha valeu-lhe o Prêmio de Viagem, correspondente a uma estadia de dois anos num país estrangeiro de sua escolha e uma bolsa de quinhentos dólares mensais. Na ocasião, tal Prêmio constituía a mais alta honraria a que poderia almejar um artista brasileiro.

Para Siron Franco. “A arte tem a finalidade de tentar dias melhores para o homem". Ele afirma: "eu tento, ao meu modo, testemunhar a minha época, o que faço é uma crônica subjetiva da época em que vivo”. (FRANCO, Siron, 1974).

CONCLUSÃO

Transitar pelas obras de Siron Franco, permite uma grande incursão pelo universo da arte e sociedade, é impossível não nos atentar para a função do produtor de tais bens simbólicos como sujeito protagonista de seu tempo e sociedade, assim como para suas obras, sua estética e as linguagens que emprega, as quais nos permitem dialogar com os acontecimentos históricos, ao vislumbrar na Arte a possibilidade do engajamento social, para além de uma simples contemplação.

Siron Franco foi um marco não só no Brasil, mas também em outros países retratando acontecimentos através dos seus traços.

REFERÊNCIAS

(Livro/Catálogo MOSTRA SIRON FRANCO (Museu Oscar Niemeyer, Instituto Tomie Ohtake, Centro Cultural Banco do Brasil - RJ, 2006.)

(VIEIRA, S. A. Césio-137, um drama recontado. Estudos Avançados. Vol.27, nº 77, São Paulo, 2013.)

(Livro/Catálogo Siron Franco - Pintura dos anos 70 aos 90. Centro Cultural Banco do Brasil - RJ, 1998.)



MÉTODOS DO ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

CARRARO, Emanuelle
PICCINI, Jaqueline
SILVA, Jéssica
eacarraro1@minha.fag.edu.br
AMARAL, Edna Heloisa Schaeffer
Faculdade Assis Gurgacz-Toledo

RESUMO

A matemática tem uma importância fundamental para o desenvolvimento integral das capacidades e habilidades do ser humano, auxiliando no desenvolvimento do raciocínio lógico e na capacidade de criação. O processo de ensino-aprendizagem da matemática sempre foi um desafio, principalmente para alunos nas necessidades educacionais especiais, em específico com deficiência intelectual, que apresentam dificuldade em entender o processo de desenvolvimento de problemas matemáticos e suas formações. Para que o aluno com deficiência intelectual esteja incluído em seus direitos a ensino aprendizagem, faz se necessárias mudanças metodológicas de parte do seu professor, essas que tem o intuito de facilitar a compreensão da matemática, como o projeto Montessori que será apresentado no trabalho a seguir. Partindo do conhecimento da dificuldade que o aluno com deficiência intelectual apresenta, o desenvolvimento de novas práticas e projetos pedagógicos será reformulado, sendo que esses precisam estar adequados ao nível de dificuldade do aluno, por isso é necessário conhecimento de novos métodos e estudos. A educação inclusiva matemática, deve partir da consciência de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que teoria e prática caminham juntas e são indispensáveis para um desenvolvimento pedagógico eficaz e significativo. Suas políticas de ensino devem priorizar o sistema de inclusão em sua totalidade, visando não só o ensino da matemática, mas qualquer outro tipo.

PALAVRAS-CHAVE: Matemática. Educação Inclusiva. Necessidades Educacionais Especiais.

INTRODUÇÃO

Na educação, uma das maiores dificuldades que os alunos apresentam, é a compreensão da disciplina de matemática. Para alunos com deficiência intelectual essa dificuldade aumenta e para os professores há uma grande barreira para conseguir trazer métodos que auxiliem nessa dificuldade.

Porém, para melhor entendermos essa deficiência precisamos conhecê-la. “A deficiência intelectual refere-se ao funcionamento intelectual geral significativo abaixo da média, esse desempenho adaptador procura satisfazer aos padrões de independência, ação e responsabilidade”. (MILANEZ, 2012)

Para desenvolvermos uma inclusão adequada em sala de aula e possibilitar a aprendizagem matemática para os alunos com deficiência intelectual, foram feitas pesquisas em diversos artigos para capacitação e entendimento de como a matemática pode ser trabalhada, quais propostas metodológicas podem ser utilizadas no ensino na matemática, especialmente com crianças com deficiência. Diante disso, o trabalho tem como objetivo trazer propostas metodológicas para o ensino da matemática com alunos que apresentam deficiência intelectual.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA

O processo educacional da pessoa com deficiência foi marcado por uma história de segregação. Apesar das políticas educacionais em vigor assegurarem a inclusão social, a pessoa com deficiência intelectual ainda tem sido excluída. Desde a Declaração de Salamanca (1994) até a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e incorporada à Constituição federal, na forma da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em 2015, um amplo cobertor legal se formou para amparar o combate à segregação e ao capacitismo.

O capacitismo (MELLO, 2014) é uma forma de preconceito contra pessoas com deficiência, julgando as capacidades que uma pessoa tem ou não devido a uma deficiência e geralmente a reduz a esta. Para Mello (2014), o capacitismo é a materialização de atitudes permeadas pelo preconceito que categorizam os sujeitos conforme a adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional.

A pessoa com deficiência tem o direito a uma educação de qualidade, os saberes da matemática tornam-se indispensável para a formação integral do

cidadão, além disso, deve ser trabalhada de forma dinâmica e prazerosa para despertar a motivação e vontade de aprender no aluno. As crianças com necessidades especiais, nem sempre vão adquirir noções básicas para aprendizagem da matemática, devido algumas experiências que não foram realizadas, “o ensino da iniciação matemática para o deficiente intelectual tinha como objetivo familiarizá-lo com as quantidades observáveis na vida prática” (SÉGUIN, 1965, apud, SILVA, 2012, p. 17). A iniciação matemática deve trazer ao aluno situações cotidianas que esteja familiarizado, esse deve ser o ponto de partida para o trabalho com as crianças, esses conhecimentos que a criança apresenta subsidiará o planejamento do professor, visto que ele deverá investir em objetos de conhecimentos que essa criança ainda não domina, mas que ela é capaz de aprender pela mediação do professor.

Quando se inicia o ensino da matemática para alunos com necessidades intelectuais, é necessário que o professor tenha um conhecimento prévio do que pode ser trabalhado antes, para que a criança realmente entenda o conteúdo. Com o “Material Montessori”, criado especialmente para crianças com necessidades especiais, o aluno vai poder compreender a matemática. Segundo Maria Montessori o desenvolvimento intelectual passa pelas mãos das crianças, pois precisa ir do concreto para o abstrato, a “barra de segmento colorido” pode facilitar o cálculo para o aluno, porque ao juntar a barra “um” com a “dois” terá o comprimento igual da barra “três”, ocorrendo um processo de síntese junto com a operação. Já os “encaixes geométricos”, são materiais geométricos simples, em que os alunos vão juntar com suas molduras correspondentes. A realidade virtual também é uma ferramenta pedagógica utilizada, pois vem tendo muitos resultados com alunos com deficiência intelectual.

> Segundo Piaget, para começar a operacionalizar o número, conceitualmente a criança deve estar perspectivamente madura e ter determinadas estruturas intelectuais. Por meio de atos exploratórios, a criança verifica as relações numéricas: por exemplo, um conjunto constituído por quatro objetos é maior que um constituído por dois objetos. (DALTOÊ, SILVEIRA, 2012, p. 16)

Cada vez mais percebe-se a importância do conhecimento matemático e científico e como este é um instrumento para que o sujeito se coloque na posição de ativo, tornando-se capazes de tomar decisões. Dessa forma, o conhecimento da Matemática precisa estar ao alcance de todos e seu ensino deve ser democratizado.

Outra forma metodológica para se incentivar o ensino de matemática inclusivo é por meio de projetos. Segundo Miranda (2016), esses projetos visam a educação pela ação, propiciando condições para que o aluno resolva seus problemas, ou seja, é pautada em práticas pedagógicas significativas para o aluno. Em um projeto as intenções e seus objetivos que pretendem alcançar devem estar explícitos, assim como, o que se quer realizar tanto por parte do aluno quanto do professor. A primeira etapa de um projeto é o seu planejamento, esta fase abrange a escolha do tema. Entretanto, um planejamento pode sofrer ajustes necessários no decorrer de sua execução para uma conclusão satisfatória, como diz com Miranda (2016), no artigo publicado na Revista Educação Especial.

A segunda etapa é a fase que se coloca em prática aquilo que foi planejado. Neste momento o professor deve auxiliar o aluno buscando informações que ampliem o seu trabalho além de facilitar recursos materiais. A terceira etapa refere-se a auto avaliação e autocrítica sobre as ações que já foram realizadas a fim de refletir sobre falhas existentes ou melhora da qualidade do projeto.

A quarta etapa se refere à apresentação onde os alunos mostraram o que aprenderam da temática do projeto, seus conhecimentos construídos e adquiridos durante o desenvolvimento. Seguindo as etapas do projeto parte-se para a avaliação consistente em dois momentos: ordem interna, onde o aluno recapitula o que foi apreendido em um sistema de auto avaliação, outro de ordem externa, em que o professor irá estabelecer critérios com os objetivos do conteúdo estudado.



CONCLUSÃO

Conclui-se que a matemática é uma disciplina fundamental para o desenvolvimento psíquico do ser humano. Porém, apresenta questões que fazem ela ser mais complexa e de difícil compreensão, para alunos com necessidades especiais educacionais, especificamente com deficiência intelectual a disciplina se torna mais complexa.

A partir das metodologias apresentadas no texto, o Material Montessori, e os projetos, podemos ter uma base de como produzir novas práticas pedagógicas. É importante destacar essas metodologias, já que elas trazem maneiras diferentes de ensino que se complementam, podendo facilitar a compreensão do aluno já que ele pode ter diferentes visões do processo de desenvolvimento de questões problema. Dessa forma, será oportunizado ao aluno que conheça a maneira mais fácil para si aprender matemática.

Diante disso, percebe-se na disciplina de matemática a extrema importância de novas práticas pedagógicas para alunos que têm deficiência intelectual, e para isso é notório a necessidade de metodologias ativas e tecnológicas para um trabalho com melhores resultados, ajudando o aluno a entender de forma simples, prática e prazerosa pontos que estão associados a matéria e a vida social de todos.

REFERÊNCIAS

CURY, Noronha Helena, Concepções e Crenças dos Professores de Matemática: pesquisas realizadas e significado dos termos utilizados, Bolema, Rio Claro – SP, v.12, n13, 1999.

DALTOÉ, K.; SILVEIRA, M. Iniciação Matemática para Portadores de Deficiências Mentais. Disponível em: <http://www.somatematica.com.br/artigos/a15/p16.php. Abr, 2012

MELLO, Souza Letícia, Capacitismo e Lugar de Fala: Repensando Barreiras Atitudinais, Rio Grande do Sul, 2019



MILANEZ, S. G. C. Deficiência intelectual; conhecimentos para uma pratica educacional inclusiva. Disponível em:<http://debauru.edunet.sp.gov.br/novo/pages_arquivos/educacao_especial/Arquivos/Def%20intelectual%20Texto.pdf. Acesso em: 11, jun, 2012

MIRANDA, Amanda Drzewinski, PINHEIRO, Nilceia Aparecida, O ensino da matemática ao deficiente intelectual: projetos de trabalho em uma perspectiva contextualizada e interdisciplinar, Revista Educação Especial, Vol. 29, 2016

MONTESSORI, Maria. Pedagogia Científica – A descoberta Da criança. São Paulo:Flamboyant, 1965.

SANI, Edna, JUNIOR, Helio Rosetti, Aspectos do ensino da matemática e da educação matemática no contexto da deficiência intelectual, Edição. 5, Vol, 1, Abril/Junho 2013.

SILVA, A. L, A relevância da ludicidade enquanto recurso pedagógico na educação do surdo. Disponível em: http://webartigo.com/artigos/a-revancia-sa-ludicidade-enquanto-recurso-pedagogico-na-educacao-do-surdo/73616/ Acesso em: Jun, 2013.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE A PARTIR DE RELAÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOB AS TEORIAS DE VILÉM FLUSSER

BORGES, João - Autor 1
TOMIMATSU, Julia - Autor 2
NISHIDA, Vitória - Autor 3
vknishida@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O intuito deste presente resumo é abordar e compreender a visão de que a sociedade se constitui a partir de relações de comunicação, seguindo a Teoria das Mídias Alemã, especificamente o filósofo Checo-brasileiro Vilém Flusser, apresentando os fundamentos e processos desse princípio

Palavras-chave: Teoria das Mídias. Comunicação. Vilém Flusser.

INTRODUÇÃO

Vilém Flusser divide o desenvolvimento da sociedade em três etapas: imagem, escrita e imagem técnica, considerando também que a formação da sociedade se estabelece através da comunicação, das interações humanas.

O homem é distinguido dos animais pela sua capacidade de comunicar-se de diferentes maneiras, transmitindo sua experiência de geração em geração. Essa difusão ocorre desde os desenhos em cavernas até a utilização de meios tecnológicos atuais, a partir disso, Flusser enxerga como característica principal da humanidade a habilidade de conservar e transmitir informações às gerações seguintes.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A capacidade do homem em se desenvolver dentro da sua própria natureza humana, habituando-se aos seu modo de agir de acordo com os demais seres ao seu redor, que formam a sociedade em que ele vive, se dá por conta da pela

condição de se comunicar. Essa comunicação permite que toda a experiência humana seja transportada de geração em geração, desde as pinturas em cavernas até a utilização de aparelhos móveis.

Com a evolução da tecnologia, o uso das mídias para a comunicação em massa se intensificou e segue avançando, fazendo com que o visível impacto da comunicação no mundo atual sirva de impulso para a análise de todo estudo gerado até aqui, tendo início ao termo “mídia”.

Muito se diz sobre mídia, mas por meio de toda exploração relacionada ao termo, detectamos conceitos desenvolvidos há décadas, que ao serem considerados atualmente, mesmo após tanta evolução, é significativo manter o conceito:

> Mídias são estruturas (materiais ou não, técnicas ou não) nas quais os códigos funcionam. Por isso, o telefone, a sala de aula, o corpo e o futebol são mídias. Elas permitem aos códigos funcionar, e cada mídia de um modo específico (LUHMANN 2001: 198).

Flusser foi um dos primeiros a notar as consequências da evolução da tecnologia da mídia. Contrariando Karl Marx, ele não considerava mais a propriedade e a economia, mas a comunicação como aquilo que tem o poder e forma a base da sociedade. Segundo Flusser, a revolução causada pelos meios tecnológicos seria tão intensa quanto a revolução causada pela máquina a vapor.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Flusser compreendeu a importância da comunicação para o homem e a sociedade, e a partir disso, estabeleceu sua ideia de que o desenvolvimento da sociedade, a sucessão do comportamento de geração em geração, se deu por meio da comunicação, das relações entre os indivíduos por meio da troca de informações entre o ser humano desde o seu surgimento.



REFERÊNCIAS

MÜLLER, A. As contribuições da teoria da mídia alemã para o pensamento contemporâneo. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo, n. 13, p. 107-126, 2009. DOI: 10.11606/1982-8837.pg.2009.74840. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/pg/article/view/74840. Acesso em: 19 out. 2022.

HANKE, Michael. A Comunicologia segundo Vilém Flusser. **Galáxia n. 7**, [*S. l.*], p. 65-66, 23 fev. 2007. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1371/854. Acesso em: 20 out. 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

INTERFERENCIA DO IMPOSTO SOBRE O PREÇO DE VENDA NO BRASIL

Cristiano Luiz Hochscheidt
Gustavo Naruan Conde de Souza
gncdsouza@minha.fag.edu.br
Ruben
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

No Brasil, vivemos sob uma realidade onde há a incidência de impostos sobre todo tipo de bem e produto. Sob tal regime, é necessário que se faça um devido cálculo para que no momento que se efetue uma venda o fornecedor desse bem ou serviço não fique no cenário desvantajoso, para isso deve-se obter um valor de venda que supere o montante total de matéria-prima, mão de obra e impostos. O método é simples, certo e único para qualquer realidade.

Palavras-chave: Imposto, custo, venda

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que as organizações elas visam para obter sempre os maiores lucros que se é obtido através da receita de venda oriundo de um processo fabril. Podemos dizer também que essa receita de venda é uma atividade principal dentro da organização e enquanto as outras despesas podem ser vindas através dos aluguéis de bens ou imóveis, pela a cobrança de juros, dentre outras despesas. Durante cada mês é feito um fechamento do período para que possa ver qual foi o resultado global pelo qual a organização irá fazer o levantamento total da receita e ao final nos mostrará qual será o lucro apurado dessa empresa.

Embora sabemos que o senário ideal para uma organização seja que elas possam cobrir os custos e as despesas totais e para que possamos progredindo com a nossa empresa e todo o dinheiro que permanece no caixa ao final do nosso balanço deverá ser aplicado ou investido para que não possamos ter surpresas no

meio do caminho que afetará uma organização. Mediante a isso uma organização sempre planeja uma fabricação de algum produto para que se possa ser vendido e com isso ela almeja obter lucros para cobrir os custos que se teve durante o mês, e com isso é muito importante a fixação dos preços de venda de cada produto para que você tenha um padrão dentre os preços de venda.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Como devidas definições, temos o custo como “os gastos incorridos na fabricação dos produtos” (MOURA, O. Contabilidade de custos, 2018, 473 p.). As despesas então são classificadas como variáveis e fixas que de maneira sucinta, as fixas são gastos da empresa que não agregam na produção do produto em si e não variam com o tempo como por exemplo um aluguel. Já as variáveis são aquelas que não agregam ao produto mas sofrem mudanças constantes como comissões, honorários e contas. Por fim o lucro é todo capital arrecadado entre o custo total de produção e o montante gerado a partir de vendas, com isso temos que:

LUCRO = CUSTOS + DESPESAS – MONTANTE DE VENDAS

Pode-se dizer que um custo nada mais é que um gasto para e fazer um produto qualquer, o mesmo pode ter custo direto e indireto. Podemos observar que cada produto compõe um preço de venda com este custo já calculado, e assim já mostra um percentual de desembolso na venda que seja suficiente para cobrir os custos fixos. Esse processo não é um padrão único e cada organização possui suas próprias características, tendo um resultado para isso não é estimar encontrar uma alíquota nos preços de venda, mas sim devemos calcular os resultados de cada item quando o mesmo já estiver acabado.

Para as despesas podemos dizer que estão em todos os produtos que passam por um processo e fabricação ou que já compramos algum item já acabado tendo assim também vários tributos também que compõem sobre o preço de venda como o PIS, CONFINS, ICMS, IPI, dente outros que com o passar do ano sofrem

variações, em suma podemos dizer que uma despesa nada mais é que toda a saída de um recurso financeiro dentro de uma organização

Uma margem de lucro é toda a fração de um produto já descontado, todos os custos e a despesas que compõem, e é bastante comum entre as instituições fixarem um preço de venda sob determinado produto em que está fabricando para que assim possa ter uma margem de lucro esperado.

Para Osni Moura Ribeiro (2018, pag. 475) ``a margem de lucro deve ser suficiente para proporcionar aos proprietários tanto o retorno capital investido quanto a remuneração desse capital em proporção igual ou superior aos juros praticados no mercado``

Normalmente vários empresários buscam sempre obter ao máximo uma margem de luro no capital sob aquilo que foi investido que foi investido mas no entanto pode variar com diversos fatores como um momento econômico de um país.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sob o pressuposto, podemos enfim estipular uma lógica e uma formula para estipular então um preço de venda no regime da incidência de impostos. Usaremos a técnica de mark-up, isto é, colocaremos um valor de 100% = valor do produto sem a margem de lucro e sem a incidência de impostos e então, subtraímos a % sob cada um dos mesmos. Na pratica:

Uma empresa estipula um preço unitário de R$28,00 de X produto isento de impostos ou margem de lucro. Sob esse produto haverá a incidência de 18% de COFINS, 2% de PIS, e 1% de ICMS além de que o lucro almejado é de 20% sob o valor do produto. Para estabelecer um preço de venda que a tenda a tudo sem gerar prejuízo utilizaremos a % de todos os impostos e da margem de lucro e por fim, dividir o valor pelo preço unitário.

PREÇO UNITARIO / (100% - %IMPOSTOS - % LUCRO) /

R$28,00 / (100% - 18% - 2% - 1% - 20%)

28 / 59%

28 / (59 / 100)

R$47,45

Para superar os impostos, atingir a margem de lucro e não ter prejuízos, o preço de venda deste produto deve ser de 47,45.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o preço é composto por grande parte em taxas de imposto, mas esse montante gerado sob impostos fica realmente aparentemente quando percebe-se que muitos itens que consumimos no dia a dia as vezes tem mais de 50% do valor apenas em impostos embutidos como por exemplo, a cerveja tem 55,60% do valor em impostos, um tênis importado chega a 58,59%, a bebida alcoólica vodca passa dos 80% e nem mesmos nossas contas cotidianas estão livres de impostos já que sabe-se que a conta de luz vem com 48,28% de impostos imbutidos.

REFERÊNCIAS

Ribeiro, Osni Moura. Contabilidade de custos. 5° edição. São Paulo: Saraiva 2018.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL.

MACHADO, João Victor - Autor 1
FONTINHAS, Lucas de Marco - Autor 2
jvmcruz@minha.fag.edu.br
Orientador: PERLIN, Edson José
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Os métodos consensuais de resolução de conflitos tem sido um conceito amplamente difundido e aplicado ao redor do globo, a ONU (Organização da Nações Unidas), através da Resolução no 45/110, institui as Regras Mínimas das Nações Unida para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade, também denomina de Regras de Tóquio. O Brasil, como signatário, elaborou, inicialmente, a lei 9.099/95 (Juizados Especiais), trazendo os primeiros ensaios de resolução consensual de conflito. Recentemente, emergiu a figura do Acordo de Não Persecução Penal, que foi introduzido no Brasil com o advento da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (Pacote anticrime), contemplando e consolidando os métodos consensuais de resolução de conflitos dentro do Direito Processual Penal. Tendo em vista a inovação, indaga-se se esta é, de fato, uma medida que vai ao encontro dos anseios da sociedade civilizada, pós pacto-social, que realmente contempla a vontade das partes, tendo em vista a natureza “consensual”, bem como se é uma medida despenalizadora, fática, ou simplesmente conceitual. O objetivo do trabalho é analisar o Acordo de Não Persecução Penal sob a ótica da Justiça Penal Consensual, de forma ampla e detalhada, analisando sua pertinência e constitucionalidade.

Palavras-chave: Acordo de Não Persecução Penal; Direito Processual Penal e Justiça Penal Consensual.

INTRODUÇÃO



A Justiça Consensual no Brasil é algo em grande fomento, sendo amplamente encorajada desde a década de 90, com a criação de câmaras de resolução de conflitos, formação de mediadores e conciliadores, visando diminuir a sobrecarga das vias judicias litigiosas.

Porém, a seara Penal sempre foi dogmática, se comparado a outros ramos direito, haja vista seu caráter fragmentário, e de forma lógica, subentende-se que a tutela do direito penal se reserva a bens jurídicos mais sensíveis, que merecem um debruçar atento sobre os fatos, sem espaço para consenso, o alvo é a repressão e punição.

Contudo, a ONU (Organização da Nações Unidas), através da Resolução no 45/110, institui as Regras Mínimas das Nações Unida para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade, também denomina de Regras de Tóquio.

O Brasil, como signatário, elaborou, inicialmente, a lei 9.099/95 (Juizados Especiais), trazendo os primeiros ensaios de resolução consensual de conflito.

Recentemente, emergiu a figura do Acordo de Não Persecução Penal, que foi introduzido no Brasil com o advento da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (Pacote anticrime), contemplando e consolidando os métodos consensuais de resolução de conflitos dentro do Direito Processual Penal.

Logo, percebe-se que a criação de métodos consensuais de conflitos foi uma das estratégias adotadas pelo Brasil para a efetivação da normativa internacional de Direitos Humanos, visto que um dos fins alcançados pelo Acordo de Não Persecução Penal é a não carcerização, no caso de crimes com médio potencial ofensivo.

Assim, com o presente trabalho busca-se fazer uma análise quanto ao Acordo de Não Persecução Penal e sua aplicabilidade e discussões ao seu entorno, principalmente sob a égide da Justiça Penal Consensual.



1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

O Acordo de Não persecução Penal conceitua-se pelo art. 28-A do Código de Processo Penal, introduzido pela Lei n. 13.964/19 (Pacote Anticrime), como negócio jurídico de natureza extrajudicial, necessariamente homologado pelo juízo competente, em regra pelo juiz das garantias (CPP, art. 3º-B, inciso XVII, incluído pela Lei n. 13.964/19), celebrado entre o Ministério Público e o autor do fato delituoso, devidamente assistido por seu defensor, que confessa formal e circunstanciadamente a prática do delito, sujeitando-se ao cumprimento de certas condições não privativas de liberdade, em troca do compromisso do Parquet de não perseguir judicialmente o caso penal extraído da investigação penal, ou seja, não oferecer denúncia, extinguindo-se a punibilidade caso o acordo seja plenamente cumprido.

Inicialmente, o Acordo de Não Persecução Penal era previsto somente no artigo 18 da Resolução n.º 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (posteriormente modificada pela Resolução n.º 183/2018, também do CNMP).

Contemplando de forma tímida a solução consensual em crimes de média gravidade, isto é, com pena mínima inferior a quatro anos.

Grandes discussões surgiram ao redor do tema, principalmente a respeito da legitimidade do CNMP em editar legislação tratando de matéria processual, com posicionamentos doutrinários prós e contras.

Uma parte asseverava a inconstitucionalidade sob a alegação de que compete à União legislar sobre Direito Processual, nos termos do art. 22, I da Constituição Federal.

Doutro lado, havia os que afirmavam a constitucionalidade, sustentando que no exercício de suas atribuições administrativas, o CNJ e o CNMP ostentam o poder de expedir atos regulamentares (CF, art. 103-B, §4º, I, e art. 130-A, §2º, I, respectivamente).

Ademais, com o advento da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (Pacote anticrime), extinguiu-se esses embates, e novos surgiram, principalmente quanto a constitucionalidade ou não do acordo criminal que exige confissão, principalmente sob a ótica do devido processo penal e da presunção da inocência.

Trataremos esse tema oportunamente no decorrer do trabalho, analisando e pontuando os aspectos que se sustentam e os que caem por terra.

1.1 A JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL

O Acordo de Não Persecução Penal, possuindo natureza de “acordo”, se enquadra na denominada Justiça Penal Consensual, que rompe com paradigma de que a justiça penal é essencialmente conflitiva.

No Brasil, se deu como instrumento de efetivação de uma normativa internacional, a qual o Brasil sagrou-se signatário, qual seja, Resolução no 45/110 da ONU, pela qual institui-se as Regras Mínimas das Nações Unida para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade, também denomina de Regras de Tóquio, que em seus objetivos gerais expressa:

> “Estas Regras Mínimas Padrão enunciam uma série de princípios básicos que visam promover o uso de medidas não privativas de liberdade, assim como garantias mínimas para os indivíduos submetidos a medidas substitutivas ao aprisionamento”. (CNJ, 2016)

Desta forma, percebe-se que a benesse processual é um instrumento à não carcerização, visto que atua como excludente do processo, bem como da punibilidade, se cumprido nos termos acordados.

A ênfase na justiça consensual tem sido cada vez mais propagada no judiciário, principalmente após o vigor NCPC de 2015, que incentivou muito os métodos consensuais de solução de conflitos (conciliação e mediação), que se valem de um terceiro facilitador para que as próprias partes cheguem à solução do

conflito e à pacificação mais satisfatória. Basta observar que os coloca em um amplo quadro de política judiciária, logo nos parágrafos do art. 3º, quando consagra, como dever do Estado, promover, desde que possível, a solução consensual dos conflitos, a ser incentivada por todas as instituições ligadas à justiça, antes ou durante o processo.

Na mesma esteira dos meios consensuais de conflitos, a Portaria nº 1.351/2018, do Ministério da Educação, homologou o Parecer nº 635/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que promoveu a revisão das diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Direito. Nos termos do referido ato regulamentar: O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica, que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania. (negritado)

Ainda, “dentre o conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo de aprendizagem, espera-se, ao menos, [...] **desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos**”. (negritado)

Resta evidente que o Acordo de Não Persecução Penal coaduna com um movimento jurisdicional Inter processual, que visa a celeridade, a informalidade e uma prestação jurisdicional mais célere, que reserva o aparato processual àqueles delitos mais graves.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou evidenciar quais os reflexos do Acordo de Não Persecução Penal e a Justiça Penal consensual no sistema judiciário pátrio. Abordou-se questões práticas concernentes à aplicabilidade do Acordo de Não Persecução Penal, condições genéricas e específicas.

REFERÊNCIAS

Acordo de não persecução penal : teoria e prática / Mauro Messias ; prefácio por Renato Brasileiro de Lima. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

Avena, Norberto **Processo penal / Norberto Avena.** – 12. ed., – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

Carvalho, Sandro Carvalho Lobato de **Questões práticas sobre o acordo de não persecução penal /** Sandro Carvalho Lobato de Carvalho. – São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2021.

Conselho Nacional de Justiça Regras de Tóquio: regras mínimas padrão das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade/ Conselho Nacional de Justiça; Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi - Brasília: CNJ, 2016.

Lima, Renato Brasileiro de **Manual de processo penal: volume único / Renato Brasileiro de Lima –** 8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.

Masson, Cleber **Direito Penal: parte geral (arts. 1º a 120) – vol. 1 / Cleber Masson.** – 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

ISABELLE, Jéssica - Autor 1
VALLE, Vanessa - Autor 2
jicsilva@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente trabalho tem como base o estudo da Educação de Jovens e Adultos, conhecimento adquirido no curso de Pedagogia e no estágio obrigatório feito nessa modalidade, onde foi possível analisar e comparar com o estudo teórico aprendido no curso, aplicando-o na prática em sala de aula. No entanto, foi possível aprofundar ainda mais tal conteúdo para apresentação do Encitec. O trabalho tem como objetivo geral o proporcionamento de informações enriquecedoras e compartilhamento de experiências na área, dentro da pedagogia. A pesquisa não necessitou de amostra e tratamento estatístico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com base teórica, onde foram analisados artigos, sites da internet para a reflexão do assunto tratado, levando em consideração as próprias experiências vividas na área, sendo observados todos os aspectos da realidade da EJA, dentro e fora da escola, tendo o ponto de vista dos educandos e dos professores.

Palavras-chave: EJA; Pedagogia; Estágio.

INTRODUÇÃO

A educação da EJA é uma modalidade de ensino amparada por lei, voltada há jovens, adultos ou idosos, que por algum motivo, seja pessoal, financeiro ou por dificuldades na aprendizagem, acabaram abandonando a vida escolar, e assim, agora têm a oportunidade de voltar e concluir seu ensino. Esse projeto do governo tem como objetivo também reinserir e incluir esses cidadãos no mercado de trabalho, diminuindo também a marginalização, e dando destaque na vida social desses alunos, pois muitos, principalmente os idosos que necessitam de uma socialização com a comunidade que estão vivendo.



Paulo Freire é um grande nome quando falamos da modalidade EJA, pois inseriu um método de alfabetização único a adultos, tendo uma visão pedagógica que conscientiza esses alunos, e tem como objetivo em primeiro lugar acabar com analfabetismo político, assim libertando-os de uma condição premissa de pensamento.

Ao decorrer desde presente resumo expandido iremos citar outros autores que tiveram visões que favoreciam essa modalidade de ensino, com metodologias de aprendizagem e socialização voltadas a esses alunos. Seguindo essa linha, podemos também dar ênfase no trabalho do educador e como este irá se portar em uma sala de alunos da EJA, compreendendo que terá que lidar com diferentes idades, vivência e principalmente grau de aprendizagem. Assim o professor tem um dever reintegrar estes alunos seja com os alunos da turma, de forma parcial na vida social ou mercado de trabalho, trabalhando com atividades que destaquem estes processos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Como já foi citado de maneira célere anteriormente, o método Freiriana de ensino da EJA, vai além dos conhecimentos pedagógicos formais, mas busca também pelo conhecimento amplo das políticas da sociedade onde esses alunos estão vivendo. Assim nesta procura por libertação, Freire (2013, p. 31) defende:

> Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta revista da falsa generosidade referida.



Então dando seguimento à esta concepção, estes estão muitas vezes oprimidos ou preteridos de seus direitos como cidadãos, essa busca por conhecimento os incentiva a abrir a mente uma maneira de libertação, o que isso tudo quer indagar de fato, que muitos pela falta de compreensão não tem uma visão crítica para ter suas escolhas como pessoa, assim terá um conhecimento que os levarão a pensar, a buscar, analisar e entender quando estão sendo oprimidos em determinadas situações.

Freire também indaga que a educação é uma modalidade ampla de ensino, que tem como dever a formação humana de cada aluno, dando-os valores de vida e preparando-os para mesma, assim procurando uma sociedade justa para todos.

> Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p.193)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir com o presente trabalho, que a modalidade EJA foi uma dívida do governo perante a sociedade, e principalmente para ao público específico de pessoas que não tiveram a devida oportunidade de concluir seus estudos no tempo correto. A EJA se adapta a cada turma, que diferenciam em suas demandas e exigências, a partir de cada perfil e necessidade de cada aluno.

Entende-se que os professores têm o dever de incentivar os educandos, à finalizar a trajetória escolar, planejando e colocando em prática objetivos que proporcionem a melhora de autoestima, socialização, confiança em todas as questões de suas vidas, garantindo a relação de professor-aluno, sendo mais fácil aplicar os conteúdos em sala de aula, e alcançar a compreensão das habilidades necessárias para o cotidiano.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP, nº 05 de 13 de dezembro de 2005**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em 20 ste. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NA ALFABETIZAÇÃO

PUHL, Kamili Grazieli
DAHMER, Kátia Inês
kidahmer@minha.fag.edu.br
CRESTANI, Leandro de Araújo
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A Avaliação Diagnostica na Alfabetização é uma forma de avaliar o desempenho do professor e do estudante, e quais dificuldades possui, e assim conseguir ter um norte de por onde começar ou continuar no avanço pedagógico. Os instrumentos de avaliação podem ser variados mais adequados para crianças e adultos não gerando conflitos entre si, precisa ser aplicada como uma forma de observação para o aluno e professor para identificarem o que precisam melhorar ou se conseguiram atingir os objetivos. Os autores utilizados para segmentar essa teoria foram: Celso Vasconcellos e o Cipriano Luckesi, aonde eles trazem sobre a avaliação, não é somente avaliar mais também entender o mundo de seus alunos, entender as dificuldades fora da escola, muitas vezes a escola é o único lugar onde podem conversar, brincar, etc. A avaliação tem como objetivo principal conhecer os estudantes, identificar e conhecer duas dificuldades, mostrar os ponto fortes e fracos no processo educativo, na alfabetização podendo ser avaliada através de atividades em sala de aula, atividades orais, perguntas e questionários com ajuda do professor.

Palavras-chave: Avaliação; Alfabetização; Estudante.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho será abordada a pesquisa sobre avaliação diagnóstica em alfabetização na disciplina de Avaliação de Aprendizagem ministrada pelo Dr. Leandro Araújo Crestani, com o objetivo de compreender essa forma de avaliar e saber quando deverá ser aplicada para um melhor desempenho do estudante e um avanço pedagógico do professor.

A Avaliação diagnóstica tem como finalidade saber o que o aluno conseguiu desenvolver o quais ainda são suas dificuldades, para assim, o professor ter um norte de onde deverá iniciar o seu trabalho e qual a forma que deverá desenvolver suas atividades para um melhor desempenho.

Os autores que darão sustentação ao trabalho são, Cipriano Carlos Luckesi e Celso Vasconcellos para um melhor entendimento sobre avaliação, e também sobre o método da avaliação diagnóstica.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Os instrumentos de avaliação, tanto no mundo da criança quanto no mundo do adulto deve ser usada de forma adequada, a qual não fará o estudante se sentir menosprezado, que não se sintam incapazes ou uma forma de gerar descriminação na sala de aula, fazendo um aluno mais inteligente e o outro não, deve ser ministrada como uma forma de observação a qual o aluno e o professor precisam melhorar, ou saber se conseguiram chegar nos objetivos iniciais.

A avaliação de acordo com Celso Vasconcello em um de seus livros, aparece da seguinte maneira.

> É um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão critica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. (VASCONCELLO, 2000 , p.44).

Também para Vasconcello, não basta só ter uma teste avaliativo e o professor avaliar isso, ver os problemas aparentes, é preciso observar os problemas essenciais, ou seja, entender o mundo dos seus alunos, entender suas dificuldades fora da escola, pois muitas vezes a escola é o único lugar que podem conversar, brincar, de esquecer os problemas, e ainda para alguns o único lugar em que podem comer, e esses problemas que estão fora de uma sala de aula, muitas vezes afeta sim não avaliações feitas somente em um papel.

> Então, será que nossos instrumentos de avaliação de coleta de dados sobre o desempenho de aprendizagem dos nossos educandos, de fato, estão assentados sobre o que foi ensinado e que, portanto, eles deveriam ter aprendido e, por isso, manifestariam saber? Usualmente, não, pois que o mais comum entre nós é que as perguntas estabelecidas nos testes, na sua maioria, não está compatível com os conteúdos ensinados, tendo as

> características de clareza, precisão, linguagem clara e de mesmo nível de complexidade. (LUCKESI, 2011, p. 247).

Luckesi também cometa sobre, falando sobre a investigação, a importância de conhecer o aluno, da avaliação diagnóstica, para um melhor desempenho dos estudantes, um melhor trabalho pedagógico, focando principalmente nas dificuldades dos alunos, fazendo então que tenham um desempenho mais rápido e um melhor aproveitamento em sala de aula.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A avaliação diagnóstica é muito importante, pois é a partir dela que o professor consegue distinguir em qual nível de conhecimento o aluno se encontra, qual será a melhor forma de seguir o seu planejamento e também para um melhor desempenho das atividades dos estudantes.

Está avaliação tem como objetivo conhecer melhor os estudantes, identificando e compreendendo suas dificuldades, as informações desse teste irá mostrar os pontos fortes e pontos fracos no processo educativo, podendo ser avaliado na alfabetizações por meio de atividades de sala de aula, por atividades orais, perguntas e questionários com o auxílio do professor.

O Luckesi trás que a aprendizagem depende da relação educador-educando para avaliar aprendizagem através do diagnóstico e do desempenho, o foco também na perspectiva de construção do futuro. O avaliador está sempre em busca do melhor resultado do ensino aprendizagem, caso o resultado não seja positivo não condena o educando e nem o educador mais investiga onde está o problema o que está interferindo para que isso aconteça na aprendizagem. A avaliação como investigação/ diagnóstica tem por seu objetivo retratara a situação, a partir disso cabe ao gestor decidir o que fazer para sanar a situação e melhorar os resultados. A avalição diagnóstica para o avaliador não interessa colocar o objeto de estudo num ranking, mas interessa constatar a qualidade da situação e se necessário fazer uma intervenção. Diagnosticar significa retratar algo através de dados e ela constata a



qualidade da realidade. O ato de avaliar por ser diagnóstico ele é construtivo, mediador, dialético, dialógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho pode – se concluir que a avaliação é importante para a sala de aula se ela for aplicada corretamente, ou seja, é preciso primeiramente investigar o seu aluno, entender a sociedade que está inserido, suas dificuldades diárias, se colocar no lugar de cada estudante, para que conseguir um melhor desempenho.

Também é importante realizar uma avaliação diagnóstica, isso facilitará o trabalho do professor, pois assim saberá o que precisa trabalhar, quais são as dificuldades de seus alunos, assim preparar suas aulas, também é importante essa avaliação para o professor, pois assim seu trabalho também será avaliado e assim saberá quais métodos pedagógicos precisam ser aprimorados.

REFERÊNCIAS

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação Concepção Dialética- Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. São Paulo: Libertad, 2000.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A INFLUÊNCIA DAS OBRAS DE SANDRO BOTTICELLI NO RENASCIMENTO

LUNARDI, Gabrieli - Autor 1
FRANÇA, Vinicius - Autor 2
gslunardi@minha.fag.edu.br
vafranca@minha.fag.edu.br
Orientadores: CRESTANI, Leandro
FERRAZ, Talita

Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A intenção deste trabalho é analisar a vida de Sandro Botticelli e a relação de suas obras com figuras mitológicas e religiosas. Sandro Botticelli foi um foi um grande pintor na época do renascentismo, Botticelli nasceu em Florença, na Itália, no dia 01 de Março de 1445. Sandro Botticelli é na realidade o nome artístico de Alessandro di Mariano di Vanni Filipepi, o mesmo foi apelidado por seu irmão dessa forma com a justificativa de que significa “pequeno barril de vinho”. Sandro Botticelli iniciou seus trabalhos artísticos com seu pai que era ourives ainda na adolescência/juventude, mas logo percebeu que o seu talento era mesmo com as telas, com as tintas e com os pincéis. Sandro Botticelli ficou sob tutela de Fra Filippo Lipp, onde adquiriu um vasto conhecimento sobre pinturas, técnicas, cores, e também, baseou-se nas técnicas dele para desenvolver seu próprio estilo de pintura, usando-o como referência e influência. Suas obras entraram para a história por conta da beleza, da originalidade, do realismo que o artista sempre buscava deixar em suas telas.

Palavras-chave: Renascimento. Figuras Mitológicas e Religiosas. Técnicas.

INTRODUÇÃO

Sandro Botticelli foi um grande pintor que marcou o Renascimento, em 1458 os negócios de sua família não estavam mais dando lucros, estão seu pai decidiu colocá-lo sob tutela do pintor Fra Filippo Lipp, um renomado artista da época, afinal, já prestou serviços para os Medici, os Malatestas de Rimini e o rei Afonso de Nápoles. Lippi acabou influenciando positivamente seu estilo de pintura, e por fim o pintor acabou adotando em suas pinturas, principalmente, a técnica conhecida como têmpera. Técnica essa que faz uso de uma emulsão de gema de ovos ou os ovos

inteiros, ou até mesmo cola, e que é usada para dar brilho e luminosidade para as obras de pintura, pois suas cores são brilhantes e translúcidas.

Com o passar dos anos Sandro continuou praticando seu talento, suas técnicas e passou a estudar mais sobre a mitologia por conta da procura por suas obras. Com isso suas obras começaram a ficar mais famosas em sua região. O pintor passou a começar a atender ao público aceitando algumas encomendas, principalmente de uma família nobre da região, os Médici.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Ao analisar as obras de Sandro Botticelli é possível perceber que o artista, em grande parte de suas pinturas, retratava uma figura humana com alguma figura divina/mitológica. Por exemplo, o nascimento de Jesus na obra “Adoração dos magos – 1475” que foi feita sob encomenda da família Médici, e junto o pintor colocou alguns membros da família na pintura inclusive a si mesmo por se tratar de ser muito amigo da família.

Com isso, em pesquisa foi descoberto que o pintor passou a retratar, com mais frequência, esses elementos em suas obras por conta das encomendas que o mesmo recebia. Sandro Botticelli sempre buscava a excelência em suas obras, por conta disso, passou a estudar mais detalhadamente os assuntos que envolviam os temas de suas encomendas.

Sendo os principais clientes de Sandro Botticelli, e também patronos da sociedade da época, a família Médici investia na vida dos artistas daquela época pois eram envolvidos com o movimento do renascimento. Patrocinavam os artistas que tinham o desejo de resgatar os valores humanos.

Por conta desse tão importante patrocínio da família Médici foi que o movimento renascentista conseguiu se instalar e crescer na sociedade da época. Foi um grande incentivo.

Podemos então fazer a seguinte interpretação da forma como o artista imprimia sua arte nas telas de pintura: Sandro Botticelli não queria apenas fazer desenhos mas sim desejava despertar a criatividade e deixar aberta diversas possibilidades de interpretação da sua obra, por se tratar de um período muito importante para a sociedade da época.

Por exemplo na obra “Palas e o Centauro – 1482”, podemos ter diversas interpretações. Segundo o autor, em uma pesquisa de artistas do renascimento que os mesmos fizeram, puderam analisar:

> Deusa da Sabedoria, Athena, e do Centauro. Percebemos, neste quadro, dois aspectos: primeiro, o ser mitológico — parte cavalo, parte humano — invade o espaço da deusa, numa espécie de brincadeira e imprudência; segundo, ele é pego no ato por Athena, pois seus dedos ainda demonstram o movimento de quem estava segurando a flecha. Observando esses pontos, os centauros simbolizam um ser humano que ainda possui seus instintos — o lado animal — exacerbados. Muitas vezes, representa a superação destes instintos a figura de um sábio, que em outros mitos gregos é visto também como um personagem bastante instintivo. Neste quadro de Botticelli, parece-nos claro que é a Deusa quem domina os instintos do centauro, pois ela é a Deusa da Sabedoria e da Inteligência.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as possibilidades de interpretações das obras são diversas podemos chegar a conclusão de que é impossível definir um único conceito ou definir um único motivo pelo qual Sandro Botticelli fazia esse dueto entre o homem e a divindade/mitologia em seus quadros. Entretanto, podemos chegar às considerações finais de que as obras do artista são excelentes e que entraram para história do renascimento, naquela época, e hoje para inspiração de competência para os acadêmicos que pesquisam sobre o mesmo.

REFERÊNCIAS



FRAZÃO, Dilva. **Sandro Botticelli.** Ebiografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/botticelli/. Acesso em: 18 out. 2021.

Portal Feed do Bem. Disponível em: https://feedobem.com/artigos/inspirar/serie-artistas-do-renascimento-sandro-botticelli/. Acesso em: 27 jun. 2022.



HABILIDADES COMPORTAMENTAIS: UMA ANÁLISE DAS SOFT SKILLS BUSCADAS PELAS EMPRESAS DO SÉCULO XXI

CARDOSO, Ana Julia Amaral Costa
BENDER, Bruna Fernanda
FERREIRA, Caroline Leticia
ajaccardoso@minha.fag.edu.br
bfbender@minha.fag.edu.br
clferreira1@minha.fag.edu.br
Orientadora: BIANCO, Tatiani Sobrinho Del
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

As exigências do mercado de trabalho estão baseadas nas soft skills, ou seja, àquelas habilidades relacionadas a resolução de problemas, comunicação e relacionamento interpessoal. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo identificar em um ramo do setor de serviços qual a percepção dos empregadores em relação às soft skills no mercado de trabalho e de que forma as mesmas contribuem para garantir a empregabilidade do setor analisado. Estão presentes a análise prática de uma empresa, como também dados de autores conhecidos encontrados em livros acadêmicos e plataformas on-line. Para tanto, foram aplicados questionários em quatro áreas. Como resultado, identificou-se que as habilidades importantes são comunicação e resolução de problemas, o que se comparados aos dados teóricos, houve concordância com a prática, que por fim, resultou em um conteúdo aprofundado sobre o assunto definido, que deu origem a este trabalho.

Palavras-chave: Soft Skills. Habilidades comportamentais. Setor de serviços de Toledo-PR.

INTRODUÇÃO

Na atualidade tem-se verificado importantes mudanças nos ambientes organizacionais, onde a evolução tecnológica e a dinâmica de cada mercado, condicionam o modo como as organizações criam e adotam estratégias para uma gestão eficiente, com posicionamento competitivo e gerador de valor. Como resultado, estas transformações exercem forte impacto sobre os padrões de atuação profissional, o que contribui significativamente para o aumento da preocupação com a empregabilidade e seus condicionantes e diferenciais.



Neste ínterim, o mercado de trabalho, um reflexo das escolhas e atitudes humanas, também tem e atentando com aquilo que é exigido e necessário para satisfazer as necessidades pessoais e coletivas. Portanto, as habilidades buscadas pelas empresas, são justamente definidas com base no objetivo final, aquilo a que se deseja produzir, como também na prestação de serviços. O avanço das tecnologias interfere de modo gradativo nessas exigências empresariais, pois com essas implementações, necessitam-se desenvolver novas habilidades para manter-se atualizado.

As chamadas soft skills, ou seja, aquelas habilidades comportamentais que individualmente cada ser humano tem e/ou, apenas faltam ser desenvolvidas, são as que no século XXI, estão sendo mais requisitadas pela economia de mercado e produção, portanto as quais os empregadores analisam e buscam nos candidatos para as devidas vagas de emprego. Assim, aquele profissional que for multifuncional, ou seja, aquele ou aquela que consegue agir perante diferentes cenários e desafios aos quais é imposto terá mais chances de ser efetivado.

Segundo Tolfo Ribas (2022), a comunicação, resolução de problemas, solução de conflitos, liderança, trabalho em equipe, entre outras, como a nossa flexibilidade enquanto competência profissional, são apenas algumas das diversas competências indispensáveis que um profissional precisa para estar preparado para um mundo corporativo que está em constante mudança. Ou seja, as novas exigências do mercado de trabalho estão baseadas nas soft skills, aquelas habilidades que permitem responder aos atuais desafios laborais e colaboradores que manifestem competências diferenciais que lhes permitam desempenhar as suas tarefas/funções de forma eficaz (Rodrigues et al., 2017).

Dito isto, o presente trabalho visa, identificar em um ramo do setor de serviços qual a percepção dos empregadores sobre as soft skills mais valorizadas no mercado de trabalho e de que forma as mesmas contribuem para garantir a empregabilidade do setor analisado.



Para tanto, este artigo está estruturado em quatro seções: a primeira contempla esta breve introdução, relacionando os aspectos gerais do assunto. A segunda seção aborda a fundamentação teórica e metodológica, discutindo o embasamento teórico e os procedimentos de pesquisa utilizados. A terceira parte aborda os resultados obtidos e na quarta seção apresentam-se as conclusões e a contribuição do trabalho.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

O termo soft skills surgiu a partir do conceito de competência que emergiu nos anos 70 do século passado, através dos estudos de David McClelland (1973) e tem vindo a ser amplamente utilizado na atualidade. As Soft Skills são competências que se referem à personalidade e o comportamento profissional de cada indivíduo. São aptidões mentais, sociais e emocionais, habilidades particulares que aprimoram-se de acordo com a cultura, experiência e educação de cada pessoa (BANCO MUNDIAL, 2018).

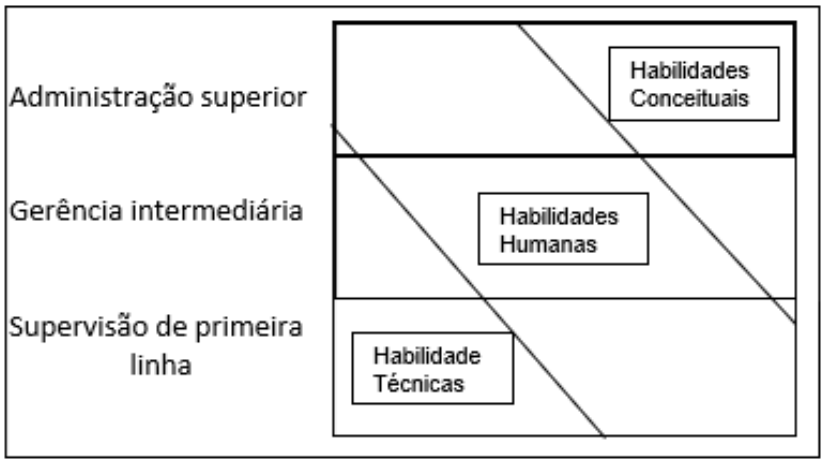
Estão relacionadas á forma de interação social e como a pessoa se expressa e reage às fases de sua vida. Nesta perspectiva, podem-se compreender as Soft Skills como habilidades socioemocionais, que de acordo com o Banco Mundial (2018) são competências “para a vida”, necessárias para uma boa condução de existência e aplica-se a um leque de disciplinas aprendidas ao longo da vida, inclusive no ambiente familiar, na escola ou no ambiente de trabalho.

Nas organizações o modelo de cooperação é um dos mais importantes, porque se cada um trabalhar apenas individualmente sem pensar no todo, a obra não se desenvolve positivamente, já se houver a cooperação o modelo muda, pois incentiva o trabalho, chegando a união, a empresa e os funcionários como um só, com um objetivo em comum, que deveria ser adotado em todas as empresas: produzir o melhor, mas sem alcançar a satisfação, porque ela provoca uma estagnação, “sempre foi assim e deu certo, por que mudar agora?”, e essa ideia

nunca deve ser levada em consideração em uma empresa, pois se for, ela acabará ficando para trás, e é dever do gerente ter a habilidade e saber comunicar-se com os trabalhadores motivando e mostrando a eles que sempre podem melhorar, como também, essa cooperação se dá pela troca de favores - trabalho e salário - benefícios segundo o que o humanista Chester Bardard (1886-1961) defendia.

Robert L. Katz retomou e aprofundou ideias de Fayol, acerca das habilidades gerenciais, o qual as dividiu em três categorias: a) Habilidade Técnica – conhecimentos, métodos e equipamentos necessários para a realização de tarefas; b) Habilidade Humana – capacidade de entender, liderar e trabalhar com pessoas, e c) Habilidade Conceitual – capacidade de compreender e lidar com a complexidade de toda a organização e de usar o intelecto para formular estratégias: criatividade, planejamento, raciocínio abstrato e entendimento do contexto. Tais habilidades estão retratadas na Figura 1, como modo de elevar ao cargo as habilidades necessárias para gerir o negócio se alteram.

Figura 1 – Três tipos de habilidades gerenciais e sua relação com a posição na hierarquia, segundo Katz.



Fonte: Maximiano (2004, p. 66).

Neste interim, Mintzberg (1939), defende a ideia de que é necessário oferecer meios para as pessoas desenvolverem suas habilidades gerenciais. Sendo elas:

- Relacionamento com Colegas – conseguir estabelecer e manter relações formais e informais, em busca de proporcionar a troca de favores com um interesse em comum;
- Liderança – saber gerir uma equipe, o que envolve a orientação, treinamento, motivação, uso da autoridade;
- Resolução de Conflitos – capacidade de parar para analisar as soluções e saber aplica-las de acordo com o problema em questão, afim de solucionar o mesmo;
- Processamento de Informações – saber expressar e posicionar-se formalmente para apresentar e defender uma ideia;
- Tomar Decisões em Condições de Ambiguidade – é quando estão presentes as trade-offs, onde é necessário decidir qual é a melhor opção para alcançar aquilo que se é necessário;
- Alocação de Recursos – em vista dos recursos limitados, o gerente deve decidir em quais atividades alocar seu tempo, e quais direcionar aos funcionários. Atividade que exige saber definir suas prioridades;
- Empreendedor – saber diagnosticar os problemas, posteriormente, definir soluções e aplica-las, como também realizar a análise das oportunidades, decidindo ser positiva ou não para a empresa.
- Introspecção – é a capacidade de realizar uma auto avaliação, ou seja, entender seu cargo e como as suas escolhas e ações impactam na empresa.

Tais habilidades são importantes em todos os cargos organizacionais e operacionais, mas tratando-se especificamente sobre as habilidades de liderança, os gerentes ocupam um cargo de autoridade, o que lhes proporciona o poder de influenciar o comportamento alheio, assim como, há limites a serem respeitados nessa autoridade.

Conceitualmente, liderança é compreendida por muitos como um dom, mas, é defendida pelos filósofos como uma virtude, ou seja, uma habilidade que está

presente em todos, apenas precisa ser desenvolvida de acordo com a área que cada um tem mais afinidade. “A liderança não é apenas um atributo da pessoa, mas uma combinação de quatro variáveis ou elementos: (1) as características do líder, (2) as características dos liderados, (3) as características da missão ou tarefa a ser realizada e (4) a conjuntura social, econômica e política” (Maximiano, 2017, p.306).

Dois termos do ambiente político podem ser aplicados na administração, autoridade e democracia, onde o primeiro consiste em centralizar o poder na mão do chefe, ou seja, a decisão fica a cargo somente e exclusivamente do líder, ignorando a participação e aceitação dos liderados, mas, em extremo, pode levar ao autoritarismo; já na democracia, ocorre o contrário, a opinião de todos ou da maioria é levada para análise das decisões.

Para obter os dados das empresas, foram aplicados questionários em uma Empresa do setor de Serviços, localizada no município de Toledo-PR, nos dias quatro a seis de outubro de 2022. Como recomendação para responder o mesmo, os colaboradores deveriam basear-se no cenário atual das empresas, lembrando também como foram selecionados paras os cargos que ocupam hoje e quais foram os requisitos solicitados. O questionário foi elaborado contendo cinco questões – 4 (quatro) descritivas e 1 (uma) objetiva - sendo aplicado nos setores de cálculo de seguros, sinistro, recursos humanos e financeiro, os quais foram disponibilizados de modo digital para os funcionários. Após análise, encaminharam as respostas para o integrante responsável do grupo. As questões foram obtidas a partir das leituras e bibliografias disponíveis sobre o tema.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos dados da pesquisa realizada na empresa, com funcionários dos setores de cálculo de seguros, sinistro, recursos humanos e financeiro, pode-se inferir que as competências comportamentais que as empresas buscam nos candidatos são uma boa comunicação, animação, bom vocabulário, calma,

proatividade, atenção, educação, relacionamento interpessoal, cuidado com os interesses dos clientes como próprios, controle emocional e criatividade.

As habilidades consideradas como essenciais pelos funcionários, de acordo com seus setores, são: comunicação e resolução de problemas, mas, dependendo da área, é necessário um pouco de cada para que as coisas sigam fluindo em um ritmo bom. Como resposta, as habilidades consideradas mais importantes em um líder são: abrir a mente – atento à mudanças e inovar a obra – reinventar, buscar novos métodos e soluções; mas também, elevar a equipe; empreender o futuro, pois todas são consideradas importantes pois um líder tem como função manter o funcionamento de seu setor fluindo bem.

Os entrevistados apontaram algumas mudanças pessoais que precisaram realizar para exercer suas funções, tais como, aprender a ser mais paciente, comunicar-se melhor, adquirir uma melhor argumentação, adaptar-se as tecnologias, se aprofundar em assuntos sobre automóveis e imóveis, acostumar a não exercer a profissão do diploma, controlar as emoções, lidar com frustrações sem haver descontrole, saber identificar a hora de ser firme com as pessoas, lidar com admissões e demissões, adaptar-se a novos sistemas, costumes, lidar melhor com números.

No quesito do porque as habilidades comportamentais têm se tornado cada vez mais importantes na contratação de novos funcionários dentro das empresas, eles responderam: pois, se referindo as empresas onde tratamos diretamente com pessoas todos os dias, durante o dia todo, é necessário saber se portar e se reportar aos outros; para que os funcionários saibam como lidar com cada situação mesmo que sejam incomodas e para que o ambiente fique mais agradável de se trabalhar; porque tratando-se de empresas com relacionamentos diretos com os clientes, é necessário adquirir boa desenvoltura com os mesmos, independente da situação, para que as coisas não fujam do controle.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa e análise de dados realizada para elaboração deste, que tem como tema as soft skills, ou seja, habilidades comportamentais, que foi direcionado aos quesitos exigidos e buscados pelas empresas para a contratação de funcionários, podem-se obter informações em comum entre a pesquisa teórica e a aplicação prática.

Informações estas que exprimem uma amostra estratificada sobre o mercado de trabalho, o qual busca tais habilidades em seus candidatos: boa comunicação, animação, bom vocabulário, calma, proatividade, atenção, educação, relacionamento interpessoal, cuidado com os interesses dos clientes como próprios, controle emocional e criatividade, que são consideradas indispensáveis no cenário atual.

Como também as habilidades que os funcionários consideram indispensáveis em seu líder: abrir a mente – atento às mudanças, inovar a obra – reinventar, buscar novos métodos e soluções, elevar a equipe, empreender o futuro, afim de manter a empresa em movimento e expansão, o que reflete uma segurança em seus funcionários, pois assim, os mesmos se sentem motivados a continuar com seu trabalho, buscando agir da melhor maneira possível.



REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Competências e empregos: uma agenda para a juventude**. Brazil, p. 39, 2018. Documento de Trabalho. Disponível em: < http://documents.worldbank.org/curated/pt/953891520403854615/S%C3%ADntese-deconstata%C3%A7%C3%B5es-conclus%C3%B5es-e-recomenda%C3%A7%C3%B5es-depol%C3%ADticas>. Acesso em: 16 set. 2022.

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra? inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. 25 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GZH, Jornal Digital. **Mercado de trabalho: quais competências precisa ter o profissional do século XXI?** Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/informe-comercial/2022/01/mercado-de-trabalho-quais-competencias-precisa-ter-o-profissional-do-seculo-xxi-ckyd19s2n002b0188xitlqaq3.html. Acesso em: 27 de set. 2022.

MAXIMIANO, Antonio Cezar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OROFINO, Maria Augusta. **Líder do futuro: características que impactam na performance das organizações**. Disponível em: https://www.mariaaugusta.com.br/lider-do-futuro/#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20o%20desenvolvimento%20de,os%20resultados%20dentro%20das%20organiza%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 27 de set. 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

BLOCOS LÓGICOS NA MATEMÁTICA INFANTIL

CASTILHO,Larissa Caroline

lccastilho@minha.fag.edu.br

Orientador: AMARAL, Edna Heloisa Schaeffer

Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O trabalho com blocos lógicos no desenvolvimento do raciocínio lógico matemático com crianças.O Objetivo desse estudo, como os blocos lógicos podem auxiliar na aprendizagem, revisão de literatura e na metodologia.O tema é os materiais de Blocos lógicos, para trabalhar com crianças de 0 a 2 anos. O problema seria ensinar a matemática para as crianças, falando da utilização dos Blocos Lógicos. Objetivo é tentar facilitar o estudo para os pequenos, com a metodologia dos blocos lógicos. Concluindo a situação, os blocos lógicos são um jeito de facilitar o ensino da matemática.

Palavras-chave: Blocos lógicos, Crianças, Raciocínio, Pensamento e Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do raciocínio lógico matemático de crianças necessitam ser trabalhados com uma diversidade de materiais. Este resumo expandido traz a necessidade de se entender o desenvolvimento do raciocínio na criança com a utilização dos blocos lógicos. Entender o que são os blocos lógicos e qual a sua funcionalidade. A partir do livro *Blocos Lógicos, 150 exercícios para flexibilizar o raciocínio.*

O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO NA CRIANÇA, SEGUNDO PIAGET.

“Jean Piaget pesquisou profundamente o desenvolvimento do pensamento do ser humano, analisando a passagem do pensamento pré-lógico para o pensamento lógico. Deixa muito claro em toda a sua obra a importância da interação com o outro, da estimulação e o fato de que o pensamento lógico, apesar de ser possível ao indivíduo, nem sempre é alcançado.”

“Até os dois anos, aproximadamente, a criança funciona num pensamento sensório-motor, analisando o mundo através dos sentidos e da motricidade. Ela faz suas descobertas através da ação. A Partir dos oito meses, aproximadamente, inicia-se a conduta imitativa, que vai dar condições à atividade simbólica. A criança distorce a realidade para justificar o seu ponto de vista; não distingue o subjetivo do objetivo.”

“Como a criança só consegue racionalizar a partir de sua própria realidade, isto é, do mundo que construiu até então, seu pensamento e, consequentemente, sua verbalização vão apresentar certas características típicas dessa etapa.”

1) “Animismo- É a tendência que a criança tem de dar vida e consciência aos seres inanimados. Se a criança não distingue o mundo físico do mundo psíquico e não percebe os limites entre o seu eu e o mundo exterior, considera como vivos um grande número de corpos que são inertes. A isto se chama de animismo. Por exemplo, uma pedra sabe que está rolando, um navio sabe que está transportando carga, o sol vê as pessoas com os raios etc. Observamos que, com frequência, a criança considera vivo tudo o que se move: as nuvens, uma bicicleta, um relógio. Quase todas as crianças creem que o sol e a lua seguem-nas.”
2) “Artificialismo- A criança considera as coisas como o produto da fabricação humana. Por um lado, as coisas são vivas; por outro, são fabricadas. "Na verdade, não existem questões absurdas para crianças. Imaginar de onde saiu o sol não as embaraça mais que imaginar de onde vêm os rios, as nuvens ou a fumaça” (PIAGET,c 1926:207).”

3) “Finalismo- Na concepção da criança, todas as coisas existem para alguma coisa. O animismo, o artificialismo e o finalismo são três artifícios de pensamento complementares e devem-se ao egocentrismo típico dessa fase, que faz com que a criança desenvolva todo o seu raciocínio a partir de suas próprias experiências. Esse pensamento não pode ser chamado de ilógico , pois a lógica ainda não se construiu. Piaget chama tal pensamento de pré-lógico.”

Observando-se as crianças, em torno dos cinco anos, imagina que a palavra é parte integrante do objeto, isto é, faz parte da essência da coisa. Ela apresenta, também, o pensamento mágico, que a leva a imaginar que pode dominar seus desejos através do pensamento.

> [Toda essa forma de raciocínio deve-se a] uma assimilação deformada da realidade à própria atividade. Os movimentos são dirigidos para um fim, porque os próprios movimentos são orientados assim; a força é ativa e substancial, porque tal é a força muscular; a realidade é animada e viva; as leis naturais têm obediência; em suma, tudo é modelado sobre o esquema do próprio eu (PIAGET,1971, p.33 apud Simons).

Esse raciocínio não permite à criança perceber todo o conhecimento dela. Ela ainda não tem um referencial amplo como o adulto e ainda está descobrindo o mundo, por isso, a única forma que a criança tem de pensar sobre as coisas que a rodeiam é a partir de suas próprias experiências, que vivenciam com seus próprios pensamentos.

OS BLOCOS LÓGICOS

“São compostos de 48 blocos, com quatro variáveis: cor, forma, tamanho e espessura. Existem três cores: vermelho, azul e amarelo; quatro formas: quadrado, retângulo, círculo e triângulo; dois tamanhos: grande e pequeno; duas espessuras: grosso e fino.”

“O tamanho das figuras não é fundamental, desde que seja mantida a proporção: o retângulo é metade do quadrado; o triângulo tem três lados iguais,

cada um correspondendo ao lado do quadrado; o quadrado pequeno corresponde a um quarto do grande; as peças grossas devem ter o dobro da espessura das finas.”

CONCLUSÃO

É importante entender a necessidade de se trabalhar com o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático nas crianças. Para a realização desse processo a utilização dos blocos lógicos de forma assertiva vem para auxiliar e complementar esse trabalho, podendo fazer a criança ter um raciocínio melhor com o tempo, desenvolvimento habilidades e características avançadas com o tempo.

REFERÊNCIAS

SIMONS, Ursula Marianne. Blocos Lógicos: 150 exercícios para flexibilizar o raciocínio.3.ed.-Petrópolis, RJ: Vozes,2011



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

–

A PROBLEMÁTICA PARADOXAL DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO DO PARADIGMA SOCIAL DA ESCOLA DE CHICAGO

CORBARI, Ana[1]
LUZ, Lucas[2]
BOURSCHIET, Rafaelle[3]
CRESTANI, Leandro[4]

Estudantes do Curso de Comunicação Social: Publicidade e Propaganda; email: alcorbari2@minha.fag.edu.br 1
lpdluz@minha.fag.edu.br 2
Rsbourschiet@minha.fag.edu.br 3
Professor da Faculdade Assis Gurgacz; email: leandro.crestani@fag.edu.br 4

Palavras-chave: Escola de Chicago; Interacionismo Simbólico.

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe uma reflexão envolvendo o paradigma social representado e fundamentado pela Escola de Chicago na obra “As Teorias da Comunicação” de Francisco RÜDIGER. Com o objetivo de analisar a fundamentação do Interacionismo Simbólico e validar seu teor cíclico. O argumento principal debate a conduta paradoxal entre os elementos fundamentados na tese de George Mead nas obras "Sociedade de Esquina" e "A representação do eu na vida cotidiana".

[1] Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

[2] Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

[3] Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

[4] Docente Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Para analisar os fatores definidos na teoria pautada, é preciso entender primeiramente que a Escola de Chicago nunca teve como intenção fundamentar uma teoria formal sistemática, nem sequer quis estabelecer um conjunto metodológico para as investigações sociais (MARTINS, 2013). Mas mesmo assim, fez-se fundadora da reflexão teórica sobre a comunicação, lançando fundamentos do que se convencionou chamar de interacionismo simbólico nas primeiras décadas do século XX.

O Interacionismo Simbólico pautava-se na ideia de que a vida social não se mantém por conta de nenhuma dinâmica interna ou requisito sistêmico, mas sim pelo fato de que os seres humanos são capazes de analisar e interpretar contextos sociais, respondendo a estímulos simbólicos. Desta forma podemos dizer que, as pessoas se relacionam através de símbolos; os símbolos estruturam o processo da comunicação, sendo a comunicação o denominador comum entre a sociedade e a cultura (AS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO, 2010).

E é com base nesses fundamentos que encontramos a problemática paradoxal e seu teor cíclico, pois se a comunicação representa um processo estruturado simbolicamente pelos indivíduos em suas relações sociais, e as relações sociais são frutos de símbolos comuns aos indivíduos sendo esse o fundamento da sociedade, então podemos dizer que os significado das coisas é estruturados pelos indivíduos movidos pela comunicação engatilhado por esses significados previamente estabelecidos por seus antecessores dentro da sociedade.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o ponto de vista da Escola de Chicago podemos afirmar que suas premissas básicas como por exemplo uma delas, a sugerida por Blumer e Mead sobre a interação umas com as outras por meio de interpretação mútua das ações e definição um do outro.

O que gera um paradoxo, pois se a comunicação representa um processo estruturado simbolicamente pelos indivíduos em suas relações sociais, e as relações sociais são frutos de símbolos comuns aos indivíduos sendo esse o fundamento da sociedade.

Concluímos que todo o indivíduo tem suas bases de comunicação simbólica já pré-estabelecidas por seus antecessores dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

As Teorias da Comunicação. Francisco RÜDIGER. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/As_Teorias_da_Comunica%C3%A7%C3%A3o/DiQrEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover

UMA ETNOGRAFIA VIRTUAL POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DA ESCOLA DE CHICAGO E DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO. Disponível em: https://www.readcube.com/articles/10.5380%2Fsclplr.v2i2.64727



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

PROVAS ORAIS E ESCRITAS COMO FORMA DE AVALIÇÃO DIAGNÓSTICA

SANTIAGO, Ana Paula
VENTURA, Anna Paula
TESSARO, Júlia Cantero
jctessaro@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro de Araujo
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A avaliação diagnóstica, como o nome já diz, tem função de diagnosticar o aluno, determinando seu nível de aprendizado e descobrindo os motivos que os levam a essa defasagem da aprendizagem durante o processo de ensino. É uma forma de levantar e verificar os pontos fortes e fracos do educando, norteado o trabalho do professor, que planeja de forma mais adequada suas aulas de acordo com as habilidades e necessidades de seus alunos. A pesquisa traz como instrumento provas escritas e orais, que, com base no resultado, sã as mais comuns para diagnosticar os alunos.

Palavras-chave: Diagnosticar; Avaliar; Ensino Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho envolve uma pesquisa sobre as provas orais e escritas como forma de avaliação diagnostica. Tema estudado na disciplina de Avaliação da Aprendizagem, ministrada pelo professor orientador Leandro de Araujo Crestani.

Este estudo mostra a importância da avaliação diagnostica no ambiente escolar e como o professor pode utilizá-la em suas aulas. Pois tem o objetivo de diagnosticar o conhecimento já adquirido pelo estudante, assim como, suas habilidades e dificuldades.

Essa forma de avaliação norteia o professor em seu planejamento, pois facilita na criação de estratégias, por parte dos educadores, para melhor atender as necessidades do aluno. O trabalho foi sustentado na fundamentação de Cipriano Luckesi, com o livro Avaliação da aprendizagem.



1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Na avaliação no âmbito escolar, Luckesi (2011, p.45) diz que:

> A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido.

A avaliação da aprendizagem deve fazer parte do ato pedagógico, o professor não deve apenas classificar e selecionar seus alunos, mas sim, avaliar todo o processo de ensino e intervindo quando necessário. “Implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado (...)”. (LUCKESI, p. 52). É uma forma também de analisar seus próprios métodos de ensino.

Segundo Cipriano Luckesi (2011, p. 103):

> O ensino aprendizagem, para realizar-se de forma eficiente, necessita de recursos técnicos – modos de fazer – que nos possibilitem oferecer aos educandos condições de efetiva aprendizagem do conteúdo do ensino, a fim de que o currículo efetivamente cumpra o seu papel de mediador no processo de formação do educando.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Melchor (1998), “Não basta identificar que o aluno não sabe, ou rotulá-lo como aluno fraco, é necessário saber o que cada um não sabe e em que ponto está aqueles que conseguem acompanhar de forma satisfatória o que está sendo trabalhado.” (p.74).

A avaliação diagnóstica deve ser feita durante todo o ano letivo, como forma de sondagem, para poder acompanhar o progresso do aluno, tornando-o, também, consciente desse processo. Segundo Hoffman (2005):

> Fazendo-o do processo todo tempo, desde o primeiro dia de aula, a partir do diálogo, de processos interativos, de desafios cognitivos, apontando-lhes os avanços, vibrando com ele, escutando as perguntas que faz, tornando-o mais curioso sobre tudo. Para que isso aconteça o aluno precisa se sentir parte da aprendizagem. (p.36)

Este tipo de avaliação não deve classificar o aluno, mas sim analisar seu processo de ensino-aprendizagem. Deve ser continuada, sistematizada e integral. Melchior (1998, p.85) também diz que: “os momentos avaliativos devem ser convertidos em oportunidades de aprendizagem, de estímulo para a busca de novos conhecimentos, em momentos de satisfação mútua entre professor e aluno”. O objetivo da avaliação diagnóstica não é desvalorizar o aluno que tem um baixo rendimento, mas sim ajudá-lo a se aperfeiçoar.

Para poder diagnosticar a aprendizagem do aluno, é preciso utilizar alguns instrumentos como, por exemplo, provas escritas ou orais, fazendo assim um levantamento de conhecimentos prévios acerca de conteúdos mais teóricos. Tanto as orais, quanto as escritas, devem conter conteúdos já trabalhados em ciclos anteriores, mas que são de extrema importância para o avanço no processo de ensino. E também questões que envolvam os novos conteúdos.

Em provas orais, o professor deve produzir perguntas mais objetivas sobre o tema, dessa forma é possível analisar, são somente o que o aluno aprendeu, mas como faz aplicações na realidade com essas informações.

A avaliação oral também pode ser feita através do acompanhamento e análise da leitura do educando. Ao pedir para que o aluno leia um texto que ele mesmo escreveu, o professor consegue analisar a capacidade que ele tem de elaborar raciocínios na forma escrita. Para as provas escritas é aconselhável a utilização de questões de verdadeiro ou falso.

Essas avaliações devem detalhar o que o aluno sabe, o que ele deveria saber, mas não sabe, e, suas expectativas em relação ao conteúdo. Após a aplicação dos métodos, o professor deve mapear os resultados coletados e planejar utilizando



estratégias que melhorem o desempenho dos alunos. E por fim, acompanhar se os métodos estão sendo eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação diagnóstica, quando realizada ao longo do ano, serve para auxiliar o professor em seu planejamento, pois mostra a realidade de seus alunos em relação a absorção do conteúdo, diagnosticando se o mesmo está ou não preparado para avançar nas etapas da aprendizagem. Esse instrumento de avaliação também é uma forma de diminuir o déficit educacional, tanto, individual do aluno, quanto da turma por completo.

Devem ser realizadas para ver se o aluno possui os pré-requisitos necessários para seu desenvolvimento e também para investigar as causas dos fracassos ou limitações. Portanto o professor não deve apenas quantificar e classificar seus alunos, mas sim, auxiliá-los através da análise do processo de ensino.

Apesar de muitas instituições não utilizarem desse método, acredito que seja o mais adequado quando se fala em nivelamento de aprendizagem, pois é conhecendo a bagagem de seus alunos, que o professor consegue produzir matérias para diminuir suas dificuldades e melhorar suas habilidades.

.

REFERÊNCIAS

HOFFMAN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2ª edição, 2005.

LUCKESI. Cipriano C. **A avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo, 2011.

MELCHOR, Maria Celina. **O sucesso escolar através da avaliação e da recuperação**. Novo Hamburgo: s.ed 1998.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A PEDAGOGIA DE ANÍSIO TEIXEIRA

KLIMCZUK, Maria Eduarda Silva[1]
OLIVEIRA, Ediane Lara Novakoski de[2]
mesklimczuk@minha.fag.edu.br
Orientador: AGOSTINI, Saulo Sbaraini
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A educação tem por objetivo trazer o desenvolvimento integral do aluno, tornando-o um sujeito histórico e social, fazendo-o compreender as situações que vive com um olhar crítico e, assim, tornar-se um cidadão. O presente trabalho tem por objetivo explicar a pedagogia e educação defendida pelo educador Anísio Spínola Teixeira, dando foco em sua história e visão de como a democracia e a educação se relacionam. O trabalho foi desenvolvido utilizando métodos de pesquisa bibliográfica, com base em artigos que expressam sua posição enquanto educador. Nos quais, foi possível observar suas contribuições como escolanovista, pioneiro da educação, intelectual, escritor, jurista e filósofo. Por fim, conclui-se que suas contribuições, sejam essas a disseminação de ideias pragmáticas no Brasil ou sua relação com a democratização da educação, o tornaram um grande marco para o Ensino Público Brasileiro.

Palavras-chave: Democracia. Educação. Ensino.

[1] Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

[2] Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo



INTRODUÇÃO

O período em que a sociedade se encontra em seus aspectos econômico, político e social moldam seu método educativo. Nos anos 20 e 30, pode-se observar grande transformação no cenário político, econômico e cultural. A Semana de Arte Moderna de 1922, pode ser tomada como exemplo, além das mudanças políticas trazidas com o Estado Novo e a industrialização no Brasil, era necessário também uma intervenção na educação.

A preocupação com a relevância da educação, seja para formação da sociedade ou do sujeito que nela vive, se torna um ponto de partida para o estabelecimento de um uso pleno da democracia que somente se torna possível com uma escola pública (ROCHA, *et al.,*2002).

O presente trabalho tem a finalidade de apresentar e ressaltar a importância do educador Anísio Spínola Teixeira, através da metodologia de pesquisas bibliográficas, explanando seus conceitos e influências e destacando suas contribuições para a atualidade.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

“O conflito de forças emergentes produz muitos movimentos políticos e culturais.” (ARANHA, 1996, p.168.). A fala da filósofa Maria Lucia Aranha denota o surgimento da importância pedagógica de Anísio Spínola Teixeira - intelectual, escritor, jurista e educador brasileiro -, considerado o inventor da escola pública, no auge do debate sobre a democratização do ensino, gratuito, laico e obrigatório, foi destacado com um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova[3].

Seu principal interesse na condição educacional do país, se deu quando ele assumiu a Diretoria da Instituição Pública do Estado da Bahia, em 1924. Buscando melhorias na forma de ensino, inseriu-se no *Teachers College* da Universidade de

[3] Documento assinado por 26 educadores com o intuito de oferecer educação a todos.

Columbia, onde esteve em contato com estudos de Kilpatrick[4], George Counts[5] e, principalmente, John Dewey[6]. Influenciado pelos princípios liberais e escolanovistas de Dewey, Anísio via na Educação um modo de preparar o indivíduo de forma integral para o mundo. Porém, seu olhar para a educação diferia de Dewey na questão de que o ensino, além de preparar o indivíduo para a sociedade, implicaria na construção transformação dela.

Imputando-se dos ideais Escolanovistas - uma educação democrática e igualitária - buscava-se apontar novos caminhos para o indivíduo. Apresentando o aluno como o verdadeiro sujeito da educação, e inspirando-se em países como França e Inglaterra, Anísio incitava sobre a importância da educação para um progresso da democracia:

> Democracia é, literalmente, educação. Há, entre os dois termos, uma relação de causa e efeito. Numa democracia, nenhuma obra supera a de educação. Haverá, talvez, outras aparentemente mais urgentes ou imediatas, mas estas mesmas pressupõem, se estivermos numa democracia, a educação. Com efeito, todas as demais funções do Estado democrático pressupõem a educação. Somente esta não é a consequência da democracia, mas a sua base, o seu fundamento, a condição mesma para a sua existência.(ROCHA, *et al.*,2002, p.35.).

A relação entre Educação e Democracia para Anísio, vinha de seu ideal educacional de que a escola deveria ser integral e substituir a simples transmissão de conhecimentos pela construção coletiva de saberes. Além de defender a necessidade de estimular no educando seu senso analítico, crítico e reflexivo para que ele possa desempenhar seu papel de cidadão na sociedade.

> Ainda, de acordo com o pensamento do educador (Teixeira,1967) deve-se pensar na educação primária como obrigatória. A educação básica, não deve ficar restrita apenas a alfabetização mecânica das três técnicas básicas da vida civilizada: ler, escrever e contar. É preciso, através da educação, formar nos alunos competências em relação à ação, aos hábitos de sociabilidade, arte, trabalho, reflexão e sensibilidade de consciência em

[4] William Heard Kilpatrick (1871-1965), pedagogo, discípulo de John Dewey e uma das principais figuras da educação progressista do século XX.
[5] George Counts (1889-1974), educador e teórico educacional, um dos primeiros defensores da educação progressista.
[6] John Dewey (1859-1952), filósofo e educador, defendia a democracia e a liberdade de pensamento.

> relação aos direitos e deveres seus e dos outros. (TEIXEIRA, 1967 apud SANTOS, 2014 p. 206)

Teixeira tinha em vista a formação integral do sujeito, não apenas uma educação mecânica e indiferente, mas sim um educar com vistas a proporcionar condições do sujeito atuar na sociedade de forma ativa, levando em consideração direitos e deveres, assim como a empatia e a solidariedade.

Como contribuições para a educação, pode-se citar sua participação no Manifesto dos Pioneiros durante o período do Estado Novo, a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Bahia, no ano de 1961. A criação da Universidade do Distrito Federal e também o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, sendo este último, em suas palavras de posse, um programa que tem por finalidade : “fundar, em bases científicas, a reconstrução educacional do Brasil” (BRASIL, 2020). Atualmente o INEP é responsável por avaliar a educação brasileira e propor melhorias, outra finalidade de suma importância é a capacitação de estudantes e professores em universidades do exterior (Programa Ciência sem Fronteiras).

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, como já mencionado, se molda às necessidades de sua época. Anísio Teixeira - do início ao fim de seu percurso na educação - mostrou-se disposto a fazer uma educação de qualidade, que não só supre as necessidades, mas prepara o aluno para exercer sua cidadania na sociedade, por essa razão, entende-se que a educação existente na atualidade, não é a educação pensada, planejada e sonhada por Anísio Teixeira.

Com isso, conclui-se que a necessidade de educadores com a mente focada na melhoria da educação, que evidenciem a cidadania e, interessados em uma educação que promova mudanças sociais através de sujeitos protagonistas da aprendizagem demonstra-se primordial.



REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação.** 2° Edição Revisada e Atualizada. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia> Acesso em: 19 de Out. de 2022.

MATUOKA, Ingrid. **Anísio Teixeira e a Democratização da Escola Brasileira.** Centro de Referências em Educação Integral. Publicado dia: 06/11/2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/anisio-teixeira-e-a-democratizacao-da-escola-brasileira/>. Acesso em: 22/06/2022.

ROCHA, João Augusto de Lima. **Coleção biblioteca básica brasileira: Anísio em movimento.** Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1060>. Acesso em: 22/06/2022.

SANTOS, K. R. G. **As contribuições do educador Anísio Teixeira para a formação do pensamento pedagógico da Educação Brasileira.** Revista Trama (UNIOESTE. Online), v. 08, p. 199-211, 2014. Acesso em: 11/10/2022.



A POPULARIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DE ADÃO DE MICHELANGELO NO SÉCULO XXI E O PARALELO DE SEUS PRINCÍPIOS COM A MODERNIZAÇÃO

CORBARI, Ana - Autor 1
LUZ, Lucas- Autor 2
alcorbari2@minha.fag.edu.br
lpdluz@minha.fag.edu.br

Orientador: CRESTANI, Leandro e FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Este resumo expandido é resultado de um projeto de iniciação científica inscrito em outubro de 2022. A proposta do estudo pretende contrastar a incompatibilidade dos princípios religiosos da obra "Criação de Adão" (século XVI, Michelangelo Buonarotti) com sua vulgarização recorrente do uso publicitário da pintura na cultura pop no século XXI. Inicialmente, adota a pesquisa bibliográfica para discorrer sobre os princípios da vida de Michelangelo, em seguida, confronta o termo "cultura pop" com a intenção de traçar por fim, a reflexão sobre o paralelo de incongruência entre os dois primeiros tópicos.

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe uma reflexão sobre a popularização da obra “Criação de Adão” (século XVI, Michelangelo Buonarotti) e a relação de seu significado original com a simbologia moderna. Com o objetivo de analisar a obra em destaque dentro de seu período histórico e traçar um paralelo com seu sentido cultural na modernidade. O argumento principal debate a incongruência dos princípios religiosos com a vulgarização da obra proposta pelo sistema capitalista.

1 A VIDA E OS PRINCÍPIOS ÉTICOS DE MICHELANGELO

Conhecido por suas magníficas realizações em vida, Michelangelo foi um escultor, arquiteto, pintor e poeta que revolucionou com suas obras. Nascido em Caprese na Itália, com apenas 13 anos contra a vontade de seu pai (Ludovico), ingressou no atelier de um renomado pintor chamado (Domenico Ghirlandaio) em Florença, onde efetuou o seu aprendizado artístico com notável talento e destaque. Sendo indicado por seu professor para estudar na escola mantida por Lorenzo de Médice, no palácio dos Médice, local onde ele encontrou renomados médicos que despertaram em Michelangelo através das sessões de dissecação, o interesse pela Anatomia. Uma ciência que por sua vez o acompanhou o restante de sua vida em suas obras.

Com uma espantosa concepção original na hora de execução, grande parte de suas obras atesta a fé religiosa, expressa por uma profunda reverência pela Antiguidade clássica.

Uma de suas obras mais famosas (Criação de Adão, século XVI) contém uma originalidade que eleva a arte a um novo plano artístico. Indicando Deus como Pai, detentor de uma autoridade absoluta, rodeado por anjos e céus cósmicos. Adão, fisicamente perfeito, mas impotente diante de uma divindade. Ele olha para Deus com uma expressão que abrange diversas expressões e emoções, incluindo relutância, obediência e maravilhamento. Muitas de suas obras carregam uma interpretação do seu ponto de vista do divino, em forma de estátuas, pinturas entre outras.

2 A VULGARIZAÇÃO DA OBRA “CRIAÇÃO DE ADÃO” NO SÉCULO XXI

Graças ao fortalecimento da indústria cultural — esta derivada da expansão tecnológica — a tradicionalmente, cultura erudita associada à elite social, passa a ser popularizada pela massa. Desta forma, inúmeras obras artísticas, antes inacessíveis a cultura popular, propagam-se livremente pelas redes tornando a

cultura erudita de fácil acesso e, consequentemente, expondo obras renomadas a plágios e modificações.

Embora a ideia de "cultura pop" seja, em suma maioria, parte do processo de democratização do acesso à arte, a participação de um grupo "popular" encontra-se no âmbito genérico da cultura. Essa afirmação encontra a validação a partir do entendimento ditacional que a cultura obtém, isto é, a cultura é historicamente direcionada e ditada pela elite social passando, posteriormente, pelo processo de popularização.

A popularização publicitária do período histórico "Renascimento Cultural", inicia-se a partir da obra “Monalisa” (feita por volta de 1503, Leonardo Da Vinci), ao final dos anos 90, com a comemoração de 500 anos da pintura. A partir do início da divulgação publicitária do aniversário da obra, inúmeros artistas do renascimento ganharam destaque em estampas de camisetas, projetos publicitários, souvenirs, músicas, entre outros elementos da chamada cultura pop.

Com esse destaque popular, obras renomadas do conceito renascentista, este é a apreciação do divino — como já explicado posteriormente — obtiveram seu sentido distorcido através da banalização capitalista ocorrendo a vulgarização das obras. Em evidência, a obra "Criação de Adão" (século XVI, Michelangelo Buonarotti), é exposta ao capitalismo publicitário através de releituras em formato de "meme" e modificações libidinosas completamente dessemelhantes a seu sentido original.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a simbologia moderna e o capitalismo, muitas obras renascentistas ou consideradas “Religiosas” como a Criação de Adão, estão sendo cada vez mais vulgarizadas, tendo seus conceitos distorcidos em relação a sua concepção original.

Colocando em prática essas palavras, obras criadas por grandes artistas com o âmbito divino foram exploradas de diversas formas durante o período da cultura pop, como por exemplo a paródia de uma das maiores criações de Michelangelo (Criação de Adão) com cachorros caramelos.

O capitalismo até certo ponto chega a ser vulgarizante, em relação à originalidade e criatividade dos artistas, e desrespeita totalmente o significado original de uma obra de arte, utilizando para fins comerciais.

REFERÊNCIAS

TETO DA CAPELA SISTINA, MICHELANGELO. DISPONÍVEL EM: https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/teto-da-capela-sistina-michelangelo/

ADÃO E EVA NO PARAÍSO. DISPONÍVEL EM: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5762247

MICHELANGELO: UMA CONTRIBUIÇÃO À ANATOMIA. DISPONÍVEL EM: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/w0WGtRfsDBVK61p_2013-6-13-15-51-18.pdf

MICHELANGELO: DA CRIAÇÃO DO UNIVERSO AO JUÍZO FINAL, BREVE ANÁLISE SOBRE O TRABALHO DA CAPELA SISTINA. DISPONÍVEL EM: https://www.revistacontemporaneos.com.br/n2/pdf/michelangelo.pdf

CULTURA POP: HISTÓRIA E POSSÍVEIS DEFINIÇÕES.DISPONÍVEL EM: https://www.planocritico.com/plano-historico-19-cultura-pop-historia-e-possiveis-definicoes/#:~:text=O%20pop%2C%20nos%20anos%201960,abalando%20as%20estruturas%20da%20sociedade.

EDUCAMAISBRASIL. O QUE É CULTURA POP? DISPONÍVEL EM: https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-e-cultura-pop

ARTIGO. A POPULARIZAÇÃO DA ARTE ERUDITA: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DO ARTISTA CILDO MEIRELES. DISPONÍVEL EM: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/artigo_celacc_felicia.pdf



AVALIAÇÕES SOMATIVAS

LIMA, Kauane - Autor 1
DEVENS, Natalia - Autor 2
MERTIN, Tais - Autor 3
ndfdevens@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro Araújo
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O intuito deste arquivo é explicar e mostrar metodologias aplicadas dentro da sala de aula sobre o que é a avaliação somativa. Podemos observar ao longo do resumo expandido, que alguns autores contribuem com os seus estudos para que conseguimos compreender esse modelo de avaliação, é fato que, o docente deve pensar no seu aluno no momento de elaborar uma avaliação e até mesma na hora de corrigi-la, sendo pensado em uma forma de diagnóstico que faz a condução do aluno para uma melhoria no seu processo de aprendizagem, ou seja, através de uma avaliação será possível observar o que será necessário modificar para que os estudantes tenham sucesso no seu ensino. A avaliação somativa é um modelo tradicional de avaliar os alunos, tem como um dos seus objetivos classificar os seus estudantes por meio de nota, desta forma, ele é classificado de acordo com a pontuação que alcançaram, alguns métodos utilizados pelos docentes para realizar essa avaliação é com provas e trabalhos finais, somas dos resultados obtidos durante o ano letivo. Essa modelo de avaliação somativa, pode fazer com que o aluno tenha algumas frustrações em relações as suas notas finais, deixando o estudante ansioso e nervoso para conseguir alcançar a nota estabelecida pelo docente, porém, o professor pode utilizar esse modelo de avaliação de uma forma saudável e revisando os conteúdos antes de realizá-la com a sua turma, assim, o aluno ficara confiante no momento da prova e não pensara apenas na nota final da sua avaliação.

Palavras-chave: avaliação somativa, diagnóstico e ensino.

INTRODUÇÃO

A avaliação somativa como forma de avaliar a aprendizagem tem feito com que os professores chegassem a muitas conclusões. Será que eu como educador estou trazendo segurança na aprendizagem do meu aluno utilizando essa forma de avaliação? Será que a avaliação somativa, avalia o educando de forma justa?

É muito importante as escolas estrem vendo suas formas de avaliação, a avaliação somativa é considerada como uma avaliação tradicional, que é um tipo de

avaliação classificatória, que é pontual, seletiva, autoritária e que só está preocupada com o produto.

E para entender bem como este tipo de avaliação funciona foram feitas pesquisas através de artigos de autores como Haydt (2000) que nos explica claramente a avaliação somativa e faz com que os educadores analisem de forma crítica este tipo de avaliação em sala.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

No ambiente escolar os docentes em seu cotidiano podem utilizar diversas formas de avaliação que fornecem dados sobre o desempenho dos estudantes, cada modelo tem suas características e objetivos pedagógicos. A avaliação somativa tem um método de classificar por meio de notas, sendo a modalidade mais comum dentro das escolas brasileiras, que pode ser definida como ano, semestre, trimestre, bimestre ou ciclo.

Sendo vista de dois pontos importantes, os resultados que os educandos podem se desenvolver e alcançar e, de outro, o que o professor pode estar promovendo com os conteúdos em seu plano de aula e quais são as dificuldades que são encontradas, ou seja, por meio da associação de notas ou conceitos como forma de classificação. Segundo Haydt (2000), a avaliação somativa classifica o aluno, em detrimento das notas que lhes são atribuídas determinam se ele será aprovado ou reprovado.

> Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo por base um sistema de unidades convencionais. Na nossa vida diária estamos constantemente usando unidades de medidas, unidades de tempo. O resultado de uma medida é expresso e números. Daí a sua objetividade e exatidão. A medida se refere sempre ao aspecto quantitativo do fenômeno a ser descrito (HAYDT 2000, p. 9).

É frequente, que nesse tipo avaliação é pensar que o comportamento dos estudantes é o que define a sua nota atribuída, sem que haja um registro ou até

mesmo que os alunos tenham essa consciência em relação a esse método de avaliação. A avaliação, pode ser chamada de tradicional, mas deve ser pensada exclusivamente aos seus alunos, ou seja, como está o desempenho individual de cada um, consolidando aprendizado ou indicando a necessidade de um trabalho específico de recuperação. Permite identificar quais grupos se adaptaram melhor a metodologia, diagnosticar a razão dos resultados obtidos, refletir sobre a própria metodologia e ajuda as escolas a compararem seu resultado como o de outras instituições.

Dentre os instrumentos mais comuns para quantificar e categorizar os resultados são exames avaliativos escritos ao final de um período escolar, junção de uma ou mais atividades trabalhadas pelo educador, atividades de múltipla escolha, atividade de resposta construída etc.

Se formos pensar hoje em dia, existem diversos instrumentos pedagógicos que o próprio PPP- Projeto Político Pedagógico cita e o documento referencial ajuda ao docente ter um olhar diferenciado sobre como ele pode prever e planejar novas aprendizagens ou até mesmo de rever seu plano e estratégias de trabalho para sua turma, dessa maneira, sendo uma educação tratada como prática social e humanizadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa, foi possível observar que este tipo de avaliação tem seus pontos negativos e positivos. O autor Haydt (2000), a avaliação somativa avalia o aluno através da nota, ela classifica o aluno, fazendo com que a nota defina se ele será aprovado ou reprovado, além de avaliar o professor e suas metodologias na aprendizagem, vendo se através delas foi possível alcançar os objetivos esperados, porém, a avaliação somativa não avalia o processo do aluno, sendo este um ponto negativo.

O que não é um ponto positivo em relação a este tipo de avaliação, é que ela estimula o aluno a só estudar em determinado dia para memorizar conteúdos em tempos curtos, ou seja, não à aquela aprendizagem onde o educador pesquisa com o aluno, coloca o aluno como indivíduo principal do processo de aprendizagem, o instigando para que seja despertado o interesse nele e o conteúdo seja aprendido de forma significativa, a avaliação somativa faz com que o processor apenas repasse conteúdo e o aluno seja apenas um receptor, que decora as coisas para o exame, é uma avaliação que não avalia o processo de aprendizagem do aluno, apenas classifica se aprendeu ou não, pela nota que tirou nos testes e exames somativos.

Este método de avaliação deve ser algo revisto pelas escolas, tem seus pontos positivos, porém à muitos negativos, o que deve fazer os professores reverem suas formas de avaliar seus alunos, o importante é sempre ter no pensamento que a aprendizagem não deve ser como um depósito bancário onde o aluno só recebe informação e vai depositando, mas deve ser uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

Blog Evolucional. **O que é avaliação somativa.** Março 2021. Link de acesso: https://blog.evolucional.com.br/o-que-e-avaliacao-somativa/

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática, 2000.

MATOS, Simone Vieira. **Reflexões sobre avaliação somativa e formativa no processo de ensino-aprendizagem.** Outubro 2021. Link de acesso: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/reflexoes



A SUPERSATURAÇÃO DAS OBRAS DE VAN GOGH NO SÉCULO XXI

ZALTRON, Luiz - Autor 1
FRANCO, Leticia - Autor 2
lfzaltron@minha.fag.edu.br
lgfranco@minha.fag.edu.br
Orientador: FERRAZ, Talita
CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente trabalho busca estudar a vida de Vincent Van Gogh e estabelecer relações entre suas obras e o campo de comunicação. Van Gogh possui um grande legado na história da arte, com mais de duas mil obras, dentre elas 860 pinturas à óleo. Usando pinceladas expressivas junto a cores vibrantes e dramáticas, suas obras se tornaram notórias no mundo moderno, sendo utilizadas abundantemente em diversos meios, como por exemplo, capinhas para celular, quadros falsificados e até mesmo uma coleção de tênis, lançada pela própria marca de tênis Vans. Ademais, no campo da comunicação moderno, é de se notar a massiva utilização e replicação viral de obras de arte clássicas em conjunto a campanhas de publicidade, artigos de varejo e produtos no comércio em geral, tornando esse cenário preocupante quanto à saturação desses tais trabalhos que se tornaram o enfoque de algumas estratégias da comunicação nos dias de hoje.

Palavras-chave: Van Gogh; Artes; Comunicação;

INTRODUÇÃO

Van Gogh (1853-1890) foi um pintor holandês do final do século XIX e um dos maiores expoentes do pós-impressionismo. Foi um homem intenso, que usava a arte como ferramenta de sobrevivência em meio a uma agitada e instável saúde

emocional e psicológica. É considerado um verdadeiro gênio da pintura. Teve uma carreira relativamente curta como pintor, cerca de dez anos.

Entre as principais composições que aparecem em sua obra, tem-se as paisagens e as naturezas-mortas, além de retratos e, também, autorretratos. Uma das características mais marcantes de sua produção é o uso de cores expressivas, vibrantes e dramáticas, que se aliam a pinceladas igualmente expressivas. Foram estes os elementos responsáveis por tornar Van Gogh uma grande influência para a denominada arte moderna.

A VIDA E OBRA DE VAN GOGH

Renomado e apenas valorizado pós-morte, Vincent van Gogh foi um artista nascido em 1853, na Holanda. Em sua vida efêmera, encontrou na pintura uma forma de expressar o que sentia na sua visão de mundo, segundo sua mente e alma atormentadas. Além disso, criou um estilo irreplicável devido às pinceladas marcadas que apenas ele sabia fazer para trazer a febre e energia características de suas obras; teve a maior parte do seu trabalho ignorado no seu tempo em vida, tendo descoberto o talento para pintura bem tarde, pois não nasceu em família de artistas, tendo sido autodidata (tinha propensão em não aceitar as normas e regras dos mestres) e encontrado, na arte, uma válvula de escape para suas frustrações.

Estudou na Escola de Belas Artes de Bruxelas, mas acabou desenvolvendo um estilo próprio, pois era um aluno rebelde que não aceitava críticas sobre seu trabalho. Um elemento importantíssimo para a concepção da técnica de Vincent, foi seu irmão, Theo, que costumava trocar cartas com o mais velho durante toda a vida adulta, enviando até mesmo figuras para que Vincent pudesse estudar e treinar seus métodos artísticos.

Dentre as obras mais famosas de Vincent Van Gogh, se destacam: o “Quarto em Arles” de 1888, o “Terraço do café na praça do fórum” também de 1888,

o “Autorretrato” de 1889, a “Amendoeira em flor” de 1890 e, além de todas estas, a mais conhecida, “Noite Estrelada” de 1889, que teve outras versões pintadas pelo próprio autor e, atualmente, é a obra mais reproduzida do artista no mundo. Observa-se que na contemporaneidade, a utilização de obras clássicas de artistas plásticos conhecidos em peças publicitárias, roupas, cartazes, outdoors estão ocorrendo cada vez mais e se tornando mais comuns. Isso levanta assuntos importantes sobre os artistas, sendo de consenso geral a consideração de Van Gogh um artista saturado, já que sua obra supracitada, “Noite Estrelada”, foi reproduzida em larga escala na mídia popular mundial, sendo vista em estampas de roupas, cadernos, papéis de parede e em todo canto. Um artista renomado não precisa de uma hiper reprodução de suas obras para consolidar seu valor, pois nesse contexto específico, entende-se que Van Gogh já era muito famoso antes mesmo do fanatismo geral por seus trabalhos, sendo um artista de grande renome que deixou obras muito bem avaliadas financeiramente.

No campo da comunicação, é de democrático conhecimento que não se é possível parar ou limitar o compartilhamento de um tema que se tornou popular na comunidade de uma hora para outra. A publicidade utiliza recursos de conhecimento comum para divulgação, porque a familiarização retoma a afeição em primeiro contato. Portanto, o cuidado para que Van Gogh não se torne supersaturado é tão importante quanto tornar suas obras cada vez mais conhecidas.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a grande influência de artistas clássicos pode ser observada principalmente nos dias contemporâneos. Sabe-se que a arte é um sistema evolutivo que sempre vai ser modificado, reestruturado e influído por inspiração e tendências, salvo artistas independentes que criam seus próprios métodos/estilos como o Van Gogh – este, influenciou e inspirou, já que teve grande repercussão depois de sua morte em razão de sua originalidade artística e serve de referência desde então para

artistas e designers na atualidade –, sendo assim, é inevitável que o quadro de compartilhamento e viralização de obras ocorra, pois sempre se busca orientação naquilo que se entende como bom e belo. Mesmo assim, é preocupante que obras de autores como Vincent Van Gogh sofram do fenômeno de supersaturação.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Laura. **VAN GOGH**. São Paulo, [s,d].

ANTONIO LANFREDI JUNIOR, Rui. **A APROPRIAÇÃO DE FRAGMENTOS DAS OBRAS DE ARTE DO PINTOR VINCENT VAN GOGH APLICADAS NA PUBLICIDADE**. São Paulo, [s.d]

FERRAZ, Bianca. **VAN GOGH**. São Paulo, 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR VISTA COMO UM ATO DE AMOROSO.

VIEIRA, Ana Paula E.[1]
CASTRO, Mayara R.[2]
MORGENSTERN, Gabriela[3]
gmorgenstern@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI,Leandro de Araujo[4]
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO
O estudo faz uma análise sobre a avaliação da aprendizagem, vista como um ato amoroso. A pesquisa, de caráter qualitativo, fundamentada nos princípios da avaliação como ato amoroso de mediação entre ensino e aprendizagem defendida por Luckesi, o que leva a concluir que, apesar da identificação de alguns elementos como acolhimento, integração e inclusão, a significação de avaliação como momento pontual, classificatório e seletivo ainda é bastante evidente na atualidade. Dessa forma, acredita-se que o caminho para uma real mudança nas concepções e, consequentemente, na ação pedagógica dos docentes está numa formação, tanto inicial quanto continuada, coerente com essa proposta pedagógica.

Palavras-chave: Avaliação Da Aprendizagem. Ensino Aprendizagem. Ato Amoroso.

INTRODUÇÃO

A prática escolar atualmente se realiza dentro de um modelo que pressupõe a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade, sendo o autoritarismo elemento para a garantia desse modelo social, utilizando a prática da avaliação manifestada de forma autoritária. Diante dos fatos citados, buscou-se mostrar com esse trabalho, que a avaliação da aprendizagem é um ato amoroso ou acaba que tomou rumos diferentes e tornou-se uma prática ameaçadora e autoritária no processo avaliativo?

Esta pesquisa classifica-se como pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa/exploratória, os procedimentos técnicos utilizados basearam-se na busca

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Assis Gurgacz – FAG/Toledo.
[2] Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Assis Gurgacz – FAG/Toledo.
[3] Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Assis Gurgacz – FAG/Toledo.
[4] Docente da Faculdade Assis Gurgacz – FAG/Toledo.

de dados secundários, baseada na obra “Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições", mais especificamente no capítulo IX, de autoria de Cipriano Carlos Luckesi, publicada no ano de 2005. A mesma está dividida em fundamentação teórica e metodológica, resultado e discussão e considerações finais.

Por meio da pesquisa, foi possível analisar e salientar a forma de avaliação no processo de ensino-aprendizagem, assim compreende-se a necessidade de mudança. É preciso repensar as formas de avaliar, não julgar mas acolher.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A prática escolar atualmente denominada avaliação da aprendizagem tem pouco a ver com avaliação. Pois provas e exames qualificam o nível de desempenho do aluno em determinada matéria, com o objetivo de classificar em termos de aprovar ou reprovar. Esse modelo de práticas avaliativas teve sua origem na época da escola moderna e sistematizou-se a partir dos séculos XVI e XVII. Com a solidificação da sociedade burguesa, ocorreu a exclusão de grande parte dos elementos dessa sociedade, visto que nessa época só buscava trabalho, mão-de-obra e crescimento monetário. Nesse contexto pedagógico, mais especificamente provas/exames deveriam possuir um caráter autoritário, seletivos e as vezes rancorosos.

A avaliação como um ato amoroso busca acolher a situação como ela realmente é, sem a função de julgar, o acolhimento integra, é acolhedor, integrativo, inclusivo. O julgamento é um ato que diferencia o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. Provas e exames exclui uma parte dos educandos, visto que está baseada em julgamentos, já a avaliação tende a inclui-los, pois baseia-se em diagnóstico. O diagnóstico tem por objetivo criar condições para obter maior satisfação naquilo que esteja buscando. Assim faz com que busque outros caminhos para obter melhores resultados no processo de aprendizagem. Avaliar uma criança é inclui-lo dentro do círculo de aprendizagem.

Tendo dois objetivos principais, incluir o aluno de maneira a criar condições e formas para favorecer seu desenvolvimento pessoal e no processo de aprendizagem, além de oferecer suporte e apresentar resultados em relação a qualidade educativa que a escola busca propor aos alunos. Como resultado disso, a avaliação tem o papel de justificar se o conhecimento está sendo passado aos alunos e se a escola está

mesmo cumprindo com seu papel de educadora. Assim esses dois objetivos só fazem sentidos se ambos caminharem lado a lado.

O professor deve buscar métodos, recursos didáticos e os mecanismos avaliativos corretos, não julgar o aluno. E o aluno por meio desses métodos e recursos poderá se autocompreender, para que assim o processo de avaliação seja satisfatório para ambas as partes.

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento "definitivo" sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A mesma se destina ao diagnóstico, à inclusão, a melhoria do ciclo de vida, sendo assim um ato amoroso. Porém infelizmente as heranças histórico-sociais, trazem dificuldades quanto ao sentido que a avaliação oferece, além da forma de compreendê-la e praticá-la. Dessa forma cabe aos educadores reestruturar a maneira como a avaliação é vista e praticá-la de forma diferente da que está sendo vista.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da análise realizada e a busca por responder à problemática que norteou o desenvolvimento do estudo, pode-se concluir que, apesar da identificação de alguns elementos citados no decorrer do texto, a prática avaliativa continua apresentando caráter pontual, classificatório e excludente na maioria das vezes. A avaliação, nesse contexto, tem como essência diagnosticar. O diagnóstico inclui, uma vez que busca conhecer a realidade como ela se apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou um olhar investigador e diferenciado com relação à avaliação da aprendizagem no ambiente escolar, buscou refletir sobre os reais objetivos da prática que faz parte da ação pedagógica. A problemática que norteou o desenvolvimento do estudo pode ser respondida ao final do desenvolvimento da pesquisa, mesmo que a avaliação da aprendizagem sendo realizada como um ato amoroso, ainda se percebe que a mesma possui um cunho ou caráter classificatório e excludente. Portanto, a partir destas reflexões, conclui-se com

a certeza cada vez maior do compromisso que se tem, como profissionais da educação e seres sociais, em desenvolver práticas sustentadas na formação de pessoas mais humanas e solidárias e que só podem ser possíveis se fundamentadas em atos integradores, inclusivos e acolhedores.

REFERÊNCIAS

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos**. 6. Porto Alegre, RS: Mediação. 2001.

LUCKESI. C. Cipriano. **Avaliação Da Aprendizagem Escolar:** Estudos E Proposições.. São Paulo: Cortez. 2005.

SANT'ANNA, Ilza M. **Por que avaliar? Como avaliar?.** 7. Petrópolis, RJ: Vozes. 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S.. **Avaliação**. 11. São Paulo: Libertad Editora. 2000.



PABLO PICASSO: VIDA E OBRAS PARA ALÉM DO TEMPO

BORGES, João - Autor 1
XAVIER, Matheus - Autor 2
jpmborges@minha.fag.edu.br
msxavier@minha.fag.edu.br

Orientador: FERRAZ, Talita
CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a vida e obra do artista, escultor, ceramista, cenógrafo, poeta e dramaturgo espanhol Pablo Picasso (1881-1973), enfatizando a importância do pintor tanto no surrealismo quanto no cubismo e também para toda a história da arte mundial do séc XX sendo influenciador da estética contemporânea. Foi analisado dentre as suas histórias de vida, detalhes a fim de construir essa pesquisa na qual, foi realizada pelos autores através de artigos, estudos, vídeos e livros que contemplam todos os feitos do pintor. Para assim compreender toda sua obra e importância desde o começo da sua vida como artista até suas fases em busca de entender toda sua obra e seu reconhecimento até os dias atuais.

Palavras-chave: Pablo Picasso.Vida e Obra.Resumo expandido.

INTRODUÇÃO

É incrível entender como se passou a vida de um artista brilhante, e que com certeza marcou a história da arte. Pablo Picasso é considerado um dos principais artistas do século XX, mas a pergunta que ainda não foi respondida, por que? No presente resumo expandido, serão apresentados motivos pelo qual Pablo Picasso encantou a história da arte e ganhou a devida fama.

A arte nos conecta socialmente, a partir dela conseguimos enxergar a realidade por diferentes ângulos, modos e posições. Durante toda a história, foi estudado a importância de transmitir mensagens, a partir de representações que conseguissem causar diferentes impactos, emoções e sentimentos em todos que as lessem.

Pablo Picasso interviu nesse contexto, inovando a forma como a arte era descrita na época. Como já dito, ele foi uma grande referência no cenário artístico transformando a maneira de criar peças que pudessem ser admiradas e muito valorizadas posteriormente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA

Para realizar está presente pesquisa foi utilizado entre diversas formas de fundamentação como artigos, sites, vídeos que serviram de apoio para entender o feitos do pintor Pablo Picasso, tanto na parte profissional de sua carreira quanto nas sua parte pessoal e sua história de vivências

Para entender tal genialidade e diferenciação do artista nas suas obras, precisamos começar no início da sua vida como artista. Pablo Picasso nasceu no dia 25 de outubro de 1881 em Málaga na Espanha, filho do José Ruiz y Blasco (1838-1913), pintor, professor e da Maria Picasso López, da qual quase nada se sabe. Com grande inspiração do seu pai, ele o ofereceu educação formal nas artes desde muito cedo com sua primeira obra pintada em 1889 com apenas 8 anos aos nove em 1900, Pablo Picasso fez sua primeira exposição artística, no Els Quatre Gats, em Barcelona, com o seu primeiro quadro O Toureiro.

Picasso iniciou sua vida artística muito cedo por conta de seu pai que já era pintor o que serviu de inspiração e educação para o mesmo. José sempre fez questão de entregar a melhor qualidade de ensino artístico para Pablo e por isso constantemente ele mudava a moradia de sua família para uma cidade que entregava um ensino melhor, passando por Corunha, Barcelona, Madri e Paris cidade pela qual Picasso era apaixonado e se concretizou como artista na Europa.

Desde muito novo Pablo já era considerado um prodígio e segundo seu pai, quando ele tinha apenas 13 anos já tinha aprendido tudo que ele tinha a ensinar o considerando um artista superior ao próprio pai.

O artista é muito analisado também, por épocas de sua vida, podem ser conhecidas como a fase azul (1901-1904) e rosa (1905-1907), ambas são inspiradas em momentos pessoais que influenciaram totalmente em sua vida e obras feitas.

Em 1901, entre os seus 19 e 20 anos de idade, morando em Paris, Picasso começa a passar dificuldades na sua vida, economicamente, socialmente e emocionalmente. Devido a essas situações ocorridas em sua trajetória, suas inspirações artísticas teve novos horizontes, sendo reconhecido como fases. Uma delas, ficou conhecida como “Fase Azul”(1901-1904), fase essa que é marcada pelos tons monocromáticos mais voltados para a cor azul, trazendo a sensação de vazio, vácuo, tristeza, solidão e pobreza nas obras de Pablo.

Mas o tempo foi passando e as coisas foram se desenvolvendo para Picasso e conforme suas obras foram sendo reconhecidas, assim chegando na “Fase Rosa” (1905-1907) fase essa que é marcada por tons mais claros e

alegres voltados para o rosa, laranja e amarelo, trazendo nas suas obras elementos mais felizes como mulheres, palhaços, rosas e crianças.

A situação que ele passava emocionalmente, foi sendo transmitida nas suas artes. Esse foi um dos grandes diferenciais do artista, trazendo seus sentimentos, suas emoções e sua visão de mundo para as suas obras.

Picasso foi um dos fundadores do famoso movimento “Cubista”, junto com o pintor e escultor francês Georges Braque, em 1909. Na época, nunca havia sido visto um perfil artístico como o dele. O cubismo é conhecido por ser a arte que permite uma visualização simultânea utilizando diversos pontos de vista do mesmo plano de cima, baixo e lado na mesma representação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, foi apresentado a vida e obra do pintor Pablo Picasso, o que podemos absorver de tudo isso, é que tal reconhecimento pelas suas obras vem da sua genialidade, originalidade e pelo momento em que o pintor se encontrava na sociedade. Justo a estes motivos, deu-se a forma que o mesmo revolucionou a arte no século XX. Com a presença do surrealismo e do cubismo em suas obras, fez com que o diferencia-se de outros artistas, pois sempre empregou seus sentimentos, emoções e pontos de vistas tendo assim reconhecimento da Europa e de todo o mundo. Faz-se necessário pensar que outras pesquisas seriam válidas para contribuir ao estudo sobre a vida e obra do artista, sugere-se análises pertinentes às etapas de sua vida, como por exemplo a sua dedicação ao movimento surrealista e cubista e as reconhecidas e variadas fases retratadas em suas telas.

REFERÊNCIAS

NETO, Antonio Garcia. A Histeria Masculina em Pablo Picasso. SEER Unirio, 2022. Disponível em: http://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/8727/7423

SILVA, André Luiz Picolli. Eros, arte e desejo: Compreensões sobre a obra de Pablo Picasso. Repositório UNB, 2022. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24574/1/2017_AndreLuizPicollidaSilva%e2%80%8b.pdf

PEDÓ, Priscila Martini. Pablo Picasso e o Surrealismo. Lume, 2022. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/154933/Poster_48285.pdf?sequence=2

AJZENBERG, Elza. Pablo Picassso. USP, 2022. Disponível em : http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/roteiro/pdf/37.pdf



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

INFLUÊNCIA DOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS NA PRODUÇÃO DA OBRA OPERÁRIOS DE TARSILA DO AMARAL

TOMIMATSU, Julia – Autor 1
NISHIDA, Vitória – Autor 2
jtomimatsu@minha.fag.edu.br
vknishida@minha.fag.edu.br
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O intuito deste resumo expandido é trazer uma série de acontecimentos históricos em que a artista Tarsila do Amaral vivenciou, e evidenciar através de fatos a influência de todo o movimento social e contexto histórico e econômico da época na expressão artística através da pintura, refletindo em obras de grande valor como Operários de Tarsila do Amaral.

Palavras-chave: Operários. História. Influência.

INTRODUÇÃO

Tarsila do Amaral, uma das mais importantes pintoras e desenhistas do Brasil e também do exterior. Veio de uma tradicional família rica do interior, nasceu em São Paulo, teve acesso a uma boa educação e concluiu seus estudos na Europa. Na década de 20 estudou pintura em Paris e teve convívio com grandes artistas da época. Em sua volta ao Brasil juntou-se ao Grupo dos Cinco e ao movimento do Modernismo. Entre 1924 a 1927 fez parte do movimento Pau Brasil, suas pinturas da época remetiam à cultura brasileira, com traços marcados, cores fortes da natureza, paisagens rurais e cultura popular. Em meio disso, meados de 1926, fez uma exposição em Paris e no mesmo ano casou-se com Oswald de Andrade. Um de seus quadros mais famosos (Abaporu) foi feito para presenteá-lo. Nesse momento ambos criaram o movimento artístico e literário Antropofágico que tinha como proposta assimilar outras culturas, porém não copiá-las. No ano de 1933 começa uma nova fase, a Fase Social, Tarsila foi a pioneira no Brasil estampando a classe operária em suas obras e teve grande impacto na vida social e política do país por décadas.



1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Tarsila é muito conhecida por suas pinturas ensolaradas e coloridas, como o Abaporu. Porém, uma obra considerada um dos melhores registros do período da industrialização brasileira chamada “Operários”, reflete o contrário de expressões alegres. A obra pintada pela artista em 1933, foi criada num momento em que Tarsila passou por mudanças em sua vida, mas também num contexto em que a economia internacional e a política brasileira atravessavam transformações vertiginosas, já que esse período separa o fim da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda. De todo modo, eventos que marcaram a história da humanidade no século XX aconteceram nesse período, por exemplo, a ascensão do nazifascismo no contexto europeu e a Crise de 1929 na economia dos Estados Unidos, tendo impacto em todas as outras economias do mundo.

O principal movimento da economia até então era a exportação de café para o mercado internacional. Com a crise, essa maneira de organizar a economia brasileira teve que ser reorganizada, já que o café não conseguiria mais sustentar um país como o Brasil. Visto que, estudando as políticas de valorização do preço do café nos anos anteriores, já se apontava que o café não era o modelo de produto sustentável por muito mais tempo. De qualquer maneira, essa crise faz com que esse processo de mudança da economia brasileira se intensifique.

Também acontecia uma mudança do ponto de vista político acontecendo no Brasil nessa década. Em 1930, Getúlio Vargas sobe ao poder na chamada “Revolução de 30”, e é dentro desse jogo de crise econômica internacional e de mudança política interna que começa o processo de industrialização da economia brasileira.

> Na República, durante a década de 1930, sob os efeitos da crise de 1929, os preços do café despencam concomitantemente com sua demanda mundial, composta primordialmente pelos Estados Unidos, país mais

afetado pela crise e principal comprador do café brasileiro à época. A partir desse período, de maneira não uniforme, o país se empenha na constituição de uma indústria nacional.
(MAGALHÃES, 2012)

Todo esse cenário é visível na obra “Operários” de Tarsila do Amaral, em primeiro plano observamos os personagens, pessoas de diferentes etnias: indígenas, negros, asiáticos, imigrantes europeus recém-chegados... E é possível enxergar que a força de trabalho brasileiro nesse momento era diversa. Nota-se também que a artista deixa a individualidade de cada um desses trabalhadores e trabalhadoras muito bem definida através dos semblantes do rosto, contendo expressões em cada um deles, mas ao mesmo tempo com um caráter coletivo de classe. Nos planos de fundo da arte observam-se as chaminés e uma cidade que começou a ser construída, ou melhor dizendo, o Brasil daquele período começando a se tornar aos poucos um país urbanizado.

Figura 1 – Operários, Tarsila do Amaral - 1933



Essas características gerais da arte, incluindo características geométricas, tem muito a ver com as obras que Tarsila fazia na década anterior, próximo aos eventos da Semana de Arte Moderna (1922), evidentemente, não com a mesma cor e intensidade. Essa análise mostra uma fase nova da artista, em que ela demonstra mais interesse em temas ligados a questões sociais, tendo em vista que ela havia voltado recentemente de uma viagem pela União Soviética, sendo assim, essa pintura traz uma inspiração muito grande da arte soviética.

> "A manifestação mais legítima do nacionalismo artístico se dá quando esse nacionalismo é inconsciente de si mesmo. Porque na verdade qualquer nacionalismo, imposto como norma estética, é necessariamente odioso para o artista verdadeiro que é um indivíduo livre."
> (Andrade, M. apud Amaral, A, 2003, p. 313)

Essas influências observadas na arte dela nesse período tem a ver com a compreensão que ela passa a ter do país, já que ela se torna mais sensível às questões sociais devido ao empobrecimento da sua família que era formada por cafeicultores e que também entrou em crise após a Crise de 1929.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos a partir das análises e contextos históricos apresentados, conclui-se que os acontecimentos de uma determinada época vivenciados por um artista, como Tarsila do Amaral, podem influenciar de maneira evidente nas características e representações em suas obras.

Esse olhar crítico referente aos acontecimentos e as obras, são diferentes do olhar da época, já que após tantas décadas existe uma nitidez diante dos fatos, e isso torna mais perceptível a ligação entre os movimentos socioeconômicos e expressão artística de determinado período.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. A. Tarsila: sua obra e seu tempo. São Paulo, Editora 34, 2003.

AMARAL, Tarsila. **Operários**. 4 jul. 2010. 1 imagem. Disponível em: http://artefontedeconhecimento.blogspot.com/2010/07/operarios-de-tarsila-do-amaral.html. Acesso em: 7 out. 2022.

MAGALHÃES, Emanuel Sebag. Crise econômica e reprimarização. Revista desafios do desenvolvimento, [S. l.], s.p., 31 out. 2012. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2831:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 27 set. 2022.

GUERRA FISCAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS

FONTINHAS VIEIRA, Lucas de Marco[1]
CITTADIN, Carline M.[2]
bmfveira@minha.fag.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa se propõe em fazer uma análise da guerra fiscal à luz do princípio constitucional da redução das desigualdades sociais e regionais, tomando-se como limitação o âmbito de atuação fiscal dos Estados-Membros. Ocorre que a guerra fiscal é um fenômeno político-jurídico ocasionado pela múltipla concessão unilateral de benefícios fiscais por Estados-Membros, a fim de atrair investimentos privados aos seus territórios, em detrimento de outrem. Assim, para se evitar e combater o fenômeno da guerra fiscal, o constituinte fez constar de forma expressa a vedação da concessão de benefícios fiscais unilaterais por Estado-Membro na Constituição Federal de 1988. Contudo, o que se questiona é se a concessão unilateral de benefícios fiscais por um Estado-Membro pobre teria guarida constitucional ao se considerar o princípio da redução das desigualdades sociais e regionais. A princípio, dos estudos bibliográficos realizados até o presente momento, acredita-se que um Estado-Membro pobre estaria constitucionalmente autorizado a conceder benefícios fiscais para atrair investimento privado ao seu território, com base no princípio da redução das desigualdades sociais e regionais, uma vez que tais investimentos estimulariam a geração de empregos e o comércio regional com um aumento de capital em circulação. Portanto, justifica-se a pertinência temática em razão de se ressaltar a possibilidade de um Estado-Membro pobre gerir a sua fiscalidade visando um bem maior, qual seja, o seu desenvolvimento regional e, como consequência, a diminuição das desigualdades sociais. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, por meio da qual se estudou a teoria geral do direito tributário, contextualizou-se o fenômeno da guerra fiscal entre os Estados-Membros e analisou-se a constitucionalidade da concessão de benefícios fiscais outorgada unilateralmente por Estados-Membros pobres. Concluindo-se, ao final, que há expressa autorização constitucional para que um Estado-Membro pobre decline de sua arrecadação fiscal em prol do desenvolvimento regional e social.

Palavras-chave: Direito Tributário. Guerra Fiscal. Desenvolvimento Social e Regional.

---

[1] Acadêmico do curso de direito da Faculdade Assis Gurgacz.
[2] Docente e Orientador na Faculdade Assis Gurgacz.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar a guerra fiscal no âmbito de atuação fiscal dos Estados-Membros no que diz respeito ao Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

A guerra fiscal é considerada um fenômeno político-jurídico instaurado por meio de uma disputa entre os Estados-Membros que concedem benefícios fiscais de forma unilateral para atrair investimento privado às suas regiões.

Ocorre que, para evitar e combater a guerra fiscal, o constituinte expressamente vedou a possibilidade da concessão de benefício fiscal unilateralmente por Estado-Membro à título de ICMS. Exigindo-se, para tanto, a aprovação unanime de um convênio prévio a ser celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária.

Todavia, o que se questiona é se a concessão unilateral de benefícios fiscais por um Estado-Membro pobre teria guarida constitucional ao se considerar o princípio da redução das desigualdades sociais e regionais, uma vez que o intento de atrais investimentos privados guarda consonância com o objetivo de gerar trabalho e renda, o que movimentaria a economia regional, fomentando o desenvolvimento daquele Estado-Membro e, por consequência, de sua população.

Portanto, acredita-se que o fenômeno da guerra fiscal precisa ser analisado de forma desmistificada, pois ao se comparar Estados-Membros ricos e Estados-Membros pobres, evidencia-se que os primeiros têm uma maior fonte de riqueza atrelada ao desenvolvimento industrial e comercial, por meio do qual se tem a geração de empregos e, por consequência, a circulação de valores no comércio em razão do poder aquisitivo da população empregada.

Assim sendo, a possibilidade de os Estados-Membros pobres utilizarem a concessão de benefícios fiscais para atrair aos seus territórios o investimento da iniciativa privada, se mostra, *a prima facie,* como um instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais, princípio fundamental tão caro ao constituinte.

Dessa forma, justifica-se a pertinência temática em razão de se ressaltar a possibilidade de um Estado-Membro pobre gerir a sua fiscalidade visando um bem maior, qual seja, o seu desenvolvimento regional e, como consequência, a diminuição

das desigualdades sociais, utilizando-se a pesquisa bibliográfica para o estudo da teoria geral do direito tributário, para a contextualização do fenômeno da guerra fiscal entre os Estados-Membros e para a análise da constitucionalidade da concessão de benefícios fiscais outorgada unilateralmente por Estados-Membros pobres.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a formação do modelo societário vigente, houve a necessidade de regular as ações individuais por meio de regras e leis, uma vez que se entendia que o "homem era lobo do homem", termo difundido por Thomas Hobbes em sua obra "Leviatã", na qual o homem era compreendido como um animal capaz de atrocidades e condutas bárbaras contra sua espécie.

Sob esse aspecto criou-se o Estado, ente soberano dotado de capacidade para o seu autossustento, o qual poderia se apresentar de duas formas - por meio de um governo centralizado ou em unidades autônomas com governos descentralizados. Todavia, independente da forma de apresentação, é certo que para se manter a máquina pública se faz imprescindível a arrecadação de recursos por meio de uma atividade financeira.

Nesse sentido, vislumbra-se que a atividade financeira é "[...] o conjunto de atos que o Estado pratica na obtenção, na gestão e na aplicação dos meios de pagamento de que necessita para atingir seus fins." (MACHADO, Hugo de Brito, 2020, p. 24).

Outrossim, tem-se que a obtenção de recursos em razão da atividade financeira é feita, substancialmente, por meio da tributação, de modo que é possível inferir que o pagamento de tributos é o preço da liberdade, haja vista que o Estado realiza a arrecadação das múltiplas expressões de riqueza dos particulares e direciona esses recursos, em tese, para o custeio de suas atividades públicas, a exemplo da segurança, saúde e educação (MACHADO, 2020).

Portanto, verifica-se que o Estado, enquanto ente soberano, detém o exercício do poder de tributar, que é do povo. É de se dizer que o povo, ao se reunir na constituinte, consentiu que houvesse a sua tributação, cedendo o exercício desse poder ao Estado que, em sua forma federativa, distribuiu as competências tributárias entre os entes políticos.

1.1 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS-MEMBROS E O ICMS

No Brasil vige a forma federativa de Estado, significando que a atividade financeira é realizada de forma descentralizada e autônoma por cada ente político, sendo eles, a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios.

Para tanto, a Constituição Federal de 1988 instrumentalizou a competência dos entes políticos por meio da partilha sobre as espécies tributárias, quais sejam, Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Empréstimos Compulsórios e Contribuições Especiais. No que se refere aos dois últimos, tem-se que a União foi dotada de competência para a sua criação e exação, já atinente aos impostos ordinários, o constituinte tratou de realizar a divisão levando em conta a relação jurídica a ser tributada (PAULSEN, 2021).

Destarte, são os impostos ordinários privativos da União, o Imposto de importação (II), Imposto de exportação (IE), Imposto de renda (IR), Imposto sobre produtos industrializados (IPI), Imposto sobre operações financeiras (IOF), Imposto sobre a propriedade territorial (ITR).

Ao seu turno, são impostos ordinários privativos dos Estados-membros, o Imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD), Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

Por sua vez, são os impostos ordinários privativos dos Municípios, o Imposto sobre a propriedade predial e territorial e urbana (IPTU), Imposto sobre a transmissão de bens móveis (ITBI) e Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS). Por fim, atinente ao Distrito Federal, tem-se que a sua competência é cumulativa com os Estados-membros e Municípios.

Logo, vislumbra-se que a atribuição da competência para o exercício do poder de tributar foi determinada pelo constituinte, de modo que deve ser observada a autonomia de cada ente político na sua respectiva atividade tributária (MACHADO, 2020).

Todavia, no que diz respeito à concessão de benefícios fiscais à título de ICMS, tem-se que houve uma mitigação da autonomia dos Estados-Membros entre

eles, tomando-se como base a isonomia e a finalidade precípua de evitar e combater a disputa para atrair investimentos da iniciativa privada aos seus territórios, disputa que deflagrava as chamadas guerras fiscais.

Nesse sentido, a fim de evitar a disputa fiscal entre Estados-Membros, para que haja a concessão de um benefício fiscal em matéria de ICMS, é exigida a prévia deliberação pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, formado pelo Ministério da Fazenda e por representantes de todos os Estados-Membros e do Distrito Federal, conforme previsão expressa do artigo 155, §2º, XII, “g”, da CF/88 (TORRES, 2021).

Ocorre que a aprovação precisa ser unanime para que um determinado Estado-Membro seja autorizado a conceder o benefício fiscal almejado, o que gera um forte poder de veto que pode ser exercido por único Estado-Membro em prejuízo de outro.

1.2 GUERRA FISCAL

A guerra fiscal pode ser definida como um conjunto de medidas utilizadas por um ente federativo para oferecer maiores incentivos fiscais para que empresas ou indústrias sejam atraídas para o seu território, estimulando a economia regional ou local por meio da geração de trabalho e circulação de riquezas.

Portanto, a principal arma da guerra fiscal é a redução da carga tributária e, dentro de um jogo de interesses, os entes federativos acabam disputando entre si renunciando à arrecadação de tributos para atrair investimentos privados, seja por meio da concessão de benefícios ou da redução de alíquotas a serem aplicadas sobre a base de cálculo.

Em relação aos Estados-Membros, no que diz respeito ao ICMS, verifica-se que houve uma preocupação do constituinte em vedar as práticas de concessão unilateral de benefícios fiscais, uma vez que o Estado-Membro que tem a intenção de reduzir ou isentar a carga tributária de determinada atividade “depende sempre da decisão unanime de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes” (RODRIGUES, 2014, pág.2 e 3).

Com isso, evidencia-se uma enorme dificuldade de os Estados-Membros conseguirem obter a autorização para conceder algum benefício fiscal em matéria de

ICMS, haja vista depender da aprovação unanime do CONFAZ, sendo que apenas uma negativa já representa o veto para a atividade proposta.

De um lado, há a justificativa de que a necessidade de convênio previamente aprovado evitaria e combateria a guerra fiscal, gerando um aparente aspecto isonômico entre os Estados-Membros, o que autorizaria a mitigação da autonomia.

Todavia, o que se tem é que essa justificativa perde força quando focado em um Estado-Membro pobre, pois a dificuldade para atrair investimento da iniciativa privada para os seus territórios, sem poder contar com a outorga de benefícios fiscais, acentua a desigualdade social e regional, pois necessitam de um parecer unanime de votação para outorgar o benefício apresentando ao conselho (RODRIGUES, 2014).

1.3 CONSTITUCIONALIDADE DA CONCESSÃO UNILATERAL DE BENEFICIOS FISCAIS À TÍTULO DE ICMS POR ESTADOS-MEMBROS POBRES

A redução das desigualdades sociais e regionais é princípio orientador da Constituição Federal de 1988 e tem correlação com o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo meios ordenatórios para a construção de uma sociedade livre, mais justa e democrática, conforme se verifica no artigo 3º, inciso III e artigo 170, inciso VII da Carta Magna. No primeiro artigo, se refere o que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;” (BRASIL, 1988, art°3,inc.III).

E menciona, o segundo dispositivo:

> “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: redução das desigualdades regionais e sociais;”(BRASIL,1988,Art.170°,inc VII).

Dessa forma, vislumbra-se que não se pode alcançar uma sociedade mais justa e solidária sem a concretização desses direitos basilares, sendo que a ordem econômica se desenvolve por meio da redução das desigualdades sociais e regionais, a saber:

> [...] não é possível compreender o constitucionalismo do Estado social brasileiro contido na Carta de 1988 se fecharmos os olhos à teoria dos direitos sociais fundamentais, ao princípio da igualdade, aos institutos processuais que garantem aqueles direitos e aquela liberdade e ao papel que doravante assume na guarda da Constituição o Supremo Tribunal Federal" (BONAVIDES, 2004, pág.374).

Assim, compreende-se que o princípio do desenvolvimento das desigualdades sociais e regionais, tem importância para a efetivação de outros direitos ligados à dignidade da pessoa humana, possuindo caráter obrigatório de observância e aplicação, conforme descreve Gilberto Bercovici:

> Os princípios constitucionais fundamentais, como os do artigo 3º, possuem caráter obrigatório, com vinculação imperativa para todos os poderes públicos, ou seja, conforma a legislação, a prática judicial e a atuação dos órgãos estatais, que devem agir no sentido de concretizá-los. São marcos do desenvolvimento do ordenamento, funcionando como parâmetro essencial para a interpretação e concretização da constituição. (BERCOVICI, 2005 apud CARVALHO, 2005 p.105).

Nesse sentido, é possível se afirmar que a tributação tem um importante papel para a redução das desigualdades sociais e regionais, pois é por meio dela que o Estado arrecada os meios necessários ao desenvolvimento de suas atividades, dentre elas, as políticas públicas e sociais como educação, saúde e seguridade social, a fim de concretizar os direitos e garantias fundamentais.

É nesse sentir o magistério de Bassani e Buffon, em que a tributação é compreendida como forma de:

> [...] concretizar a dignidade da pessoa humana, e realizar direitos e garantias fundamentais. E a sua realização, desta que é bastante visível a conexão existente como princípio da dignidade da pessoa humana, pois só é possível afirmar que haja uma vida minimamente digna quando restar assegurada plataforma básica de direitos fundamentais (em potencial os sociais). (BUFFON; BASSANI,2013, p.253).

De tudo isso, extrai-se que o argumento isolado quanto à necessidade de convênio para a concessão de benefício fiscal acaba ampliando a desigualdade social e regional, confrontando a Carta Magna que visa justamente combater essas mazelas, como forma, inclusive, de erradicar a pobreza (BASSANI; BUFFON, 2013).

Logo, ressalta-se que "[...] os incentivos fiscais concedidos a Estados Pobres, tendem a reduzir aquelas desigualdades e realizam o princípio constitucional" (MACHADO, 2020, pág.373).

Pelo exposto, infere-se que a concessão de benefícios fiscais unilaterais por Estados-Membros pobres tem amparo constitucional, com base no artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que tem como princípio orientador erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

2 METODOLOGIA

Para elaboração do presente estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica em livros sobre a teoria geral do direito tributário, em artigos científicos sobre o ICMS e a guerra fiscal, em julgados e legislações pertinentes ao tema e, sobretudo, na Constituição Federal de 1988.

O método para o desenvolvimento é teórico e, para o delineamento das conclusões, foi empregado a análise e síntese de tudo o que for pesquisado, de forma a embasar a tese enunciada no objetivo geral do trabalho.

3. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Dos estudos realizados até o momento, compreendeu-se a necessidade da tributação para o desenvolvimento das atividades do Estado, bem como a divisão da competência tributária entre os entes federativos para o exercício da tributação de forma autônoma.

Ainda, identificou-se a mitigação da autonomia entre os Estados-Membros, no que diz respeito à concessão de benefício fiscal em matéria de ICMS, em que é necessário submeter a proposta de benesse ao CONFAZ, sendo exigida a unanimidade de votos favoráveis para a outorga da redução da carga tributária.

Entretanto, se arrazoou que a exigência de convênio prévio, por Estado-Membro pobre, vai de encontro com o princípio constitucional da redução das desigualdades sociais e regionais, uma vez que estaria se entravando a possibilidade de atrair investimento privado e gerar trabalho e renda para a população local e, por consequência, o desenvolvimento regional.

Dessa forma, embora a concessão unilateral de benefícios fiscais possa ensejar, de certa maneira, uma guerra fiscal, tem-se que tolher a possibilidade de um Estado-Membro pobre poder se desenvolver autonomamente agride o texto constitucional, podendo se inferir que a exigência de convênios, nesse espeque, é inconstitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente trabalho se inferiu que a concessão de benefícios fiscais, outorgada unilateralmente por Estado-Membro pobre, tem guarida constitucional, uma vez que é princípio orientador da Constituição Federal de 1988 a redução das desigualdades sociais e regionais.

Assim, quando um Estado-Membro pobre, utiliza a concessão de benefícios fiscais para atrair o investimento privado para o seu território, está levando em consideração o movimento econômico da ação, pois haverá a geração de trabalho e renda e, por consequência, o desenvolvimento daquela região.

Por outro lado, deve se levar em conta que a concessão de benefício fiscal por um Estado-Membro rico de forma unilateral continua sendo vedada pela Constituição Federal de 1988, em razão da necessidade de submissão da proposta ao CONFAZ, sendo exigida a aprovação unanime dos participantes, de modo que continua sendo discutida a mitigação da autonomia para fins de evitar e combater a guerra fiscal.

Todavia, como a presente pesquisa se delimita na análise do princípio constitucional da redução das desigualdades sociais e regionais, onde se chega é que a exigência de convênio para que um Estado-Membro pobre possa conceder benefícios fiscais é inconstitucional, sendo constitucional, portanto, a concessão de benefício unilateralmente por um Estado-Membro pobre.

Por fim, para se afastar possíveis alegações de que haveria uma desigualdade de tratamento entre Estados-Membros, pode-se afirmar, ainda, que a possibilidade de concessão unilateral de benefício fiscal por Estado-Membro pobre tem caráter isonômico, uma vez que trata os Estados-Membros desiguais de forma desigual na medida de suas desigualdades.

REFERÊNCIAS

BASSANI, Matheus; BUFFON, Marciano. Benefícios fiscais: Uma abordagem à luz da cidadania fiscal e da legitimação Constitucional da extrafiscalidade. **Revista da AJURIS** – V.40 – n.130 – Junho 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15.ed. São Paulo: Malheiros,

2004.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1998.** Organização do texto por Juarez de Oliveira.4. ed. São Paulo: Saraiva,1990.

CARVALHO, Lidiane Kely Lidiane. **Desenvolvimento, superação das desigualdades regionais e sociais e redução do imposto sobre produtos industrializados em tempos de crise**. Disponível em: < https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/desenvolvimento-superacao-das-desigualdades-regionais-sociais.htm#indice_15> Acesso em:28 de novembro.2021.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 41.ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário**.12. ed. São Paulo: Saraiva Educação,
2021.

RODRIGUES, Matheus Aragão. **A problemática da guerra fiscal e o ICMS**. 2014. Disponível em: https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8835/A-problematica-da-guerra-fiscal-e-o-ICMS Acesso em: 28 de novembro 2021.

TORRES, Taveira Heleno. **O papel do Senado na regulação de alíquotas de ICMS**. Disponível em:< https://www.conjur.com.br/2013-jun-19/consultor-tributario-historico-senado-regulacao-aliquotas-icms> Acesso em: 13 de outubro.2021.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A INFLUÊNCIA DE ANDY WARHOL NA PUBLICIDADE

ORTIZ, Thainara - Autor
tomachado@minha.fag.edu.br

Orientador: CRESTANI, Leandro
FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Warhol tinha como técnicas de serigrafia a alusão e a citação. Com base na intertextualidade proposta por Andy Warhol, buscava-se a representação de alusão, que seria a reprodução de imagem, de uma pintura ou tema específico de uma maneira mais simplória, de fácil entendimento ao visualizador, sendo assertivo e não fugindo da ideia principal de manter a origem. A citação nesse contexto, toma lugar na publicidade devido auxiliar na entrega de mensagens ao seu público-alvo.

Vale destacar que há um certo perigo com relação a isso, devido tratar-se de um texto de outro autor. Ao se empoderar da citação, deve ser levado em consideração a influência da autenticidade, ou, seja ser fiel ao texto original e levá-lo a diante como inspiração.

Em uma visão geral, o Andy Warhol, ganhou força devido a sua estratégia de usar acontecimentos, pessoas famosas, obras famosas e produtos, sendo fiel a sua originalidade, sendo eles a sua principal fonte de inspiração, buscando apenas modernizá-los e agregar um novo padrão estético à sociedade, podendo até se afirmar um novo olhar na publicidade, na arte e um todo.

Palavras-chave: Andy Warhol na publicidade.



INTRODUÇÃO

Filho de imigrantes da Checoslováquia. Andy Warhol, nasceu em Pittsburgh, Pensilvânia nos Estados Unidos, ano de 1928.

A sua juventude em contato com a arte, através da pintura e escultura, proporcionou a ele a oportunidade em ter o seu primeiro contato com a publicidade, através de funções como vitrinista, serígrafo, designer e ilustrador.

Dando destaque a sua carreira de ilustrador de uma das mais renomadas

revistas como a Vogue.

Após obter reconhecimento de seus trabalhos, passou a ser conhecido por Warhol, ganhando a oportunidade de trabalho em programas de tv, onde o seu principal objetivo era promover a imagem de famosos.

Criou a Factory, um local que deu espaço para pinturas, fotografias,

cinema, literatura e rompimento de padrões de gêneros.

Sua vida publicitária trouxe uma visão nova sobre reprodução em massa, onde torna possível usar cores diferentes a cada reprodução, por exemplo em fotografias, repetições em vídeos e até mesmo na escrita. Além de transmitir ideias de impressões, repasses de imagens em diversas superfícies, como exemplos papéis e matrizes serigráficas.



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Com base em vídeos explicativos e pesquisas literárias encontrados através das plataformas “Netflix” e “Google Acadêmico”, houve melhor compreensão de quem era o Andy Warhol e a sua vida publicitária.

É possível levar em consideração o fato do publicitário se apoderar dos acontecimentos durante aquele período da sua carreira, por obter uma boa estratégia, utilizar algo que já tinha para reproduzir a sua própria “marca”.

As Citações conferidas a essa fundamentação teórica metodológica tem embasamento retirados na pesquisa “Andy Warhol e a Era da Reprodutibilidade Técnica”, tendo em vista a confirmação de estudo e complementação do resumo abordado, destacando a influência do mesmo na publicidade.

> “(...) Para Barthes, (1978:303, apud MOUTINHO, 2000, p.187- 195) cada uma destas mensagens desenvolve de maneira imediata e evidente, além do próprio conteúdo analógico, é o que se chama continuamente o ‘estilo’ da reprodução.”

> “Para Décio Pignatari (cit. in Medeiros, 1988: 39 apud MOUTINHO, 200, P 187-195), é difícil fazer chegar informações mais elaboradas, mais complexas, ao público em geral. Torna-se necessário simplificá-las, embora isso implique alguma perda. Alusão consiste no desenvolvimento de uma imagem, pintura ou tema, conservando as ideias originais.”

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido muitas pessoas darem ênfase a sua vida como pintor, designer e cineasta, acabam deixando de lado a sua influência no meio publicitário, o que com certeza é um grande marco para as nossas vidas.

Através do que ele propôs, criou-se o cuidado com a publicidade, sendo necessário um estudo em saber vender, seja o seu produto, serviço ou até mesmo a sua marca, além disso à importância do material trabalhado para a exposição do mesmo na sociedade.

Por fim, mostra-se a importância em considerar as originalidades e modernidades, seja de uma obra ou até mesmo um texto de outro autor, além de ser crime, trata-se de ética. E com relação a modernidade, é importante o publicitário ter uma visão estratégica, olhar para os acontecimentos presentes com mais relevância, buscando também a evolução.

REFERÊNCIAS

Barthes, Roland (1978). Teoria da cultura de massa. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Barthes, Roland (1989). A câmara clara. Lisboa: Edições 70.
Cribbs, Martin, "The Biography of Andy Warhol" [Em linha]. Disponível em

<http://www.warholfoundation.org> [Consultado em 25/09/2022]. Jenny, Laurent . "A estratégia da forma", Intertextualidades, Poétique, nº 27, (1979): pp. 5-49.

Maranhão, Jorge (1988). A arte da publicidade. Campinas: Papirus Editora.
Medeiros, João Bosco (1988). Comunicação escrita - A moderna prática da redação.

S. Paulo: At
MOUTINHO, Ana (Set.2000). Andy Warhol e a Era da Reprodutibilidade Técnica, in Revista da UFP 5: (187-195).



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A ESCOLA DE FRANKFURT - NO OLHAR DE MAX HORKHEIMER E THEODOR ADORNO

RENNER, Gabriela - Autor 1
CARPINE, Carol - Autor 2
SPEROTTO, Thauana - Autor 3
Orientador: CRESTANI, Leandro de Araújo
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

A Escola de Frankfurt foi uma instituição muito importante para pensar sobre cultura e sociedade, que foi fundada no ano de 1924 na Alemanha, seus pensadores marxistas desenvolveram o “Instituto para Pesquisa Social” com reflexões filosóficas e sociológicas. Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) juntos criaram o termo “Indústria Cultural”. É um dos conceitos mais importantes dada pela escola de Frankfurt, que denunciava a existência de uma lógica de produção massiva e padronizada, no contexto industrial de fabricação, no fazer da arte e da cultura. Os principais pensadores da escola foram responsáveis por denunciar algumas estruturas de dominação como política, econômica e cultural da sociedade. Demonstraram a capacidade do capitalismo de destruição da capacidade de pensamento crítico, e da racionalidade. A cultura massiva padroniza e iguala os produtos, fazendo com que isso gere efeito nos consumidores que são induzidos a necessidades superficiais. Com meta em venda e consumo em massa.

Palavras Chaves: Cultura, Consumidores, Massiva.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é sobre a escola de Frankfurt que teve início no século XX e da sua contribuição para os estudos da teoria crítica e o conceito de Indústria Cultural que estão entre as principais contribuições oferecidas pelos teóricos da Escola de Frankfurt. As reflexões produzidas por Max e Theodor apresentam uma

visão do sistema capitalista. Indústria Cultural termo criado pelos mesmos filósofos foi usado para designar a transformação de inúmeras obras em produtos padronizados, devido à introdução da tecnologia na produção cultural.

1. A ESCOLA DE FRANKFURT

A universidade de Frankfurt, fundada em 1924, na Alemanha, tinha como principais representantes Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor W. Adorno (1903-1969). Com um conjunto de teóricos foram desenvolvidos estudos de orientação marxista.

Max Horkheimer teve ascendência judaica, quase virou operário antes de entrar na universidade. E acabou estudando psicologia e sociologia se tornando mais tarde um filósofo. Posteriormente entrou em Frankfurt onde concluiu seu doutorado em 1922. Após sua formação se dedicou a criticar o que se considerava a banalidade comercial da cultura moderna.

Theodor Adorno, filósofo, sociólogo, e também um dos maiores críticos da degradação causada pelo capitalismo considerando as forças que mercantilizam a cultura e as relações sociais. Uma das principais expressões atribuídas, pelo Theodor e seus colegas da universidade, é a “Indústria cultural”. Este termo quer dizer a respeito do canal de entretenimento que é controlado por grandes corporações da mídia. O domínio da racionalidade, para ele, seria controlado pela indústria cultural.

Apesar da Indústria Cultural ser um fator na formação da coletividade nas sociedades. Os produtos não representam mais um tipo de classe como superior e inferior, absorvendo os antagonismos e transcendendo distinções sociais. Capaz de transformar produtos para o consumo de consumidores livres.

Tanto para Horkheimer quanto para o Adorno suas teorias tinham como objetivo descaracterizar a cultura popular tradicional porque a mesma criava a falsa necessidade de consumo. Pensaram então em fazer a análise da produção dos bens de consumo na cultura popular, que analisada na crítica entre os dois filósofos é uma cultura de massa projetada na escala industrial.

A liberdade assim passa a ser a expressão e a reprodução do que se existe, não é preciso deter a liberdade de expressão, pois é legítimo a possibilidade de se expressar. A liberdade de expressão não aponta a realidade, é tomada pela

ideologia, não consiste na crítica do existente. Transformando a cultura em ideologia como se afirma Theodor:

> A cultura só é verdadeira quando implicitamente crítica, e o espírito que se esquece disso vinga-se de si mesmo nos críticos que ele próprio cria. A crítica é um elemento inalienável da cultura, repleta de contradições e, apesar de toda sua inverdade, ainda é tão verdadeira quanto não-verdadeira é a cultura. A crítica não é injusta quando destrói – esta ainda seria sua melhor qualidade - mas quando, ao desobedecer, obedece (ADORNO, 1998, p. 11).

2. CARACTERÍSTICAS DA CULTURA EM MASSA

Os produtos da cultura popular apresentam características próprias e particulares. Desta forma a Indústria Cultural, tem características pontuais dentro da cultura de massa algumas como:

A manifestação artística e culturais se alinham aos interesses da maioria dos seus consumidores:

- Padronização dos produtos
- Bens culturais que transformam em mercadoria
- Meios de comunicação alcançando em larga escala.

Para Adorno e Horkheimer, a Indústria Cultural seria diferente da cultura em massa. Havia dois tipos de cultura autêntica: a **cultura erudita** e a **cultura popular** e uma inautêntica, a **cultura de massa**.

Em cada uma, o tipo de produto se adequaria à maioria estabelecida.

A principal diferença entre a cultura popular e erudita é que a popular tem base nos costumes e tradições e já a erudita está ligada ao pensamento crítico.

É realizada de forma irreflexiva e automática por um grupo social. Normalmente transmitida de maneira oral entre famílias. Sem a necessidade dos meios de comunicação, sendo caracterizada por expressão da identidade cultural de uma sociedade. De modo que ela geralmente está ligada a Indústria Cultural, fazendo com que ela seja massiva e distribuída, nela inclui músicas, danças, festas dentre outros.

Trata-se de uma expressão cultural ou artística que foi gerada depois de estudo e análises prévios e que somente sujeitos especializados podem exercer. Não se dedica a todos os públicos, mas tem destino as elites e a aqueles que têm um certo nível de estudos e formação específica em determinados conhecimentos e

com poder econômico privilegiado. Seu consumo por consequência será menor e mais lucrativo.

Diferente dos outros dois tipos, esta é inautêntica. Vinda de uma fusão de elementos da cultura erudita e da popular e da possibilidade de alta reprodutibilidade técnica, a cultura de massa seria um recurso para movimentar o mecanismo capitalista para vender uma forma inferior de arte que, ao mesmo tempo, manteria a população sob controle. Os filósofos da escola de Frankfurt criaram o termo “cultura de massa” ela não é produzida, mas sim reproduzida.

A cultura de massa vai contra a cultura popular e erudita, é que estas permanecem por muito tempo e são sempre lembradas e revisitadas enquanto a cultura massificada tem um prazo menor de validade. Após ser lançada e consumida pela sociedade essa deixa de ser novidade e consequentemente substituída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste resumo foi a reflexão do pensamento dos filósofos Max e Adorno, dos quais criaram o termo “cultura em massa”, ou seja, cultura na qual seria produzida especialmente para o consumo de uma grande parcela da sociedade. E ainda no mesmo viés a Escola de Frankfurt desenvolveu outro termo bastante conhecido como Indústria Cultural, criado pelos filósofos, que seria a produção do conhecimento, da cultura e a arte se tornaram responsabilidades diretamente das indústrias, que produzem produtos voltados ao consumo em massa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

COELHO, Teixeira. O que é Indústria Cultural. Brasília: Editora Brasiliense, 1993. 46p. Disponível em Acesso em: 24 de Fevereiro de 2014.

RÜDIGER, Francisco. A escola de Frankfurt e a trajetória da crítica à indústria cultural. Estudos de Sociologia, v. 3, n. 4, 1998.

THOMPSON, John. Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Área dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis: Vozes, 1995.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

MARSHAL MCLUHAN E A ESCOLA DE TORONTO. A MENSAGEM PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.

Relato Técnico

WEISS, Kassyane M.[1]
LEMOS, Nicole Adilles Machado.[2]
OLIVEIRA, Igor de. [3]
Email: kmweiss@minha.fag.edu.br
Email: namlemos@minha.fag.edu.br
Email: ioliveira@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro.
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

Este Artigo é resultado de um estudo a fundo sobre Marshall McLuhan. Visto que, está inserido no mundo da comunicação, seus ideais, objetivos e perceptivas no modo de criação de suas teses, provando assim que seus estudos estavam corretos e que atualmente vemos na prática o que ele apenas estudava sobre comunicação, tecnologia e seus efeitos sobre os seres humanos. A metodologia da pesquisa que foi introduzida a este trabalho utilizou fontes como análises bibliográficos e pesquisas de artigos acadêmicos que envolviam a forma de pensar e estudar de McLuhan, teorias de comunicação e novos pensamentos são o que rege este artigo com a finalidade de entender a importância do estudo da comunicação e de quem regeu os primeiros estudos sobre a mesma. Como resultado pode se concluir que as teorias de Marshalll MacLuhan foram e são de suma importância para o desenvolvimento que os seres humanos tiveram na comunicação quanto se desenvolveram no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Marshall McLuhan. Escola de Toronto. Meios de informação.

[1] Acadêmica Faculdade Assis Gurgacz Toledo, curso de Publicidade e Propaganda.

[2] Acadêmica Faculdade Assis Gurgacz Toledo, curso de Publicidade e Propaganda.

[3] Acadêmico Faculdade Assis Gurgacz Toledo, curso de Publicidade e Propaganda.



1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho, tem por finalidade apresentar estudos realizados pelos acadêmicos da FAG-Toledo, que foram voltados a compreender e analisar os conceitos aplicados na Escola de Toronto, que utilizava variadas teorias que, desde aquela época (Década de 1930), já constituía uma teoria que explicava muitos outros fatores que só aconteceriam nos dias de hoje, tudo embasado em conhecimentos e construções de pensamentos característico daquele tempo.

2 QUEM FOI MARSHAL MCLUHAN

Marshal McLuhan foi um dos teóricos que foram reconhecidos mundialmente naquele período, sendo considerado um dos mais importantes. Ao longo de sua carreira, conseguiu chamar a atenção das pessoas pelo fato de ter antecipado vários acontecimentos sociais e filosóficos.

Visto isso, Marshal é responsável por ter criado e desenvolvido o temo “aldeia global” que surgiu antes do aparecimento da internet. Segundo o mesmo, esse termo era defendido por ele pois “...pensava que as novas tecnologias de informação e de comunicação transformariam o mundo em uma enorme aldeia” (De Marshall McLuhan a Harold Innis ou da aldeia global ao império mundial, 2003). Logo, com o uso das tecnologias, era evidente a formação de uma nova interdependência, onde em seu pensamento (Marshal) o planeta com a junção das tecnologias, não passava de uma enorme aldeia, no qual os indivíduos da sociedade se encontraram obrigados a participar socialmente, mesmo com visões diferentes entre eles, e como disse com suas palavras “irá surgir uma rede mundial de ordenadores, que tornará acessível, em alguns minutos, todo tipo de informação aos estudantes do mundo inteiro”.

Com isso, é perceptível que Marshal McLuhan tinha uma atenção maior sobre a importância dos meios, dentro de um cenário que não dava tanta atenção. Sendo assim, Marshal, juntamente com Harold Innis passaram a ser considerados responsáveis pela produção, manejo e por realizar a dispersão da informação.



3 MEIOS QUE REPASSAM A MENSAGEM (tese: o meio é a mensagem)

Quando falamos da Escola de Toronto temos que ter em mente que eles enfatizam mais os meios do que de fato focar nos efeitos e conteúdo. Quando os teóricos de comunicação se preocupavam com o processo de comunicação entre quem manda e quem recebe, tiveram efeitos provocados por tais estudos, pois não foi focado no meio deste processo, sem se preocupar de fato com as informações que se eram transmitidas, se tornando uma visão ultrapassada no século XX.

Quando os criadores deste conceito viram do que se tratava os meios como apenas estruturas técnicas de como passar uma mensagem, porém sendo influenciadores diretos os tornando responsáveis por como a mensagem é produzida controlada e como essa informação é espalhada. Quando McLuhan estudou sobre efeitos que poderiam ser causados com a chegada da tecnologia, percebeu que o homem teria forte conexões com estes meios, tornando- se futuramente natural isso fazer parte da realidade dos seres humanos, quando escrito por ele em 1964 fica claro a percepção de que mesmo já naquela época ele conseguiu enxergar como a comunicação iria se tornar no futuro e como a tecnologia faria parte de nosso cotidianotentando unir a todos de uma forma em que possam estar sempre conectados a todo momento.

Em um trabalho diz que ‘’A comunicação fez com que desenvolvesse teorias simples [..] sempre relacionando a cultura e tecnologia...’’ (Canesso, 2002). As teorias que foram criadas com início meio e fim, onde podem se suceder. Ele via que o meio era a mensagem, que faz ainda mais sentido quando percebemos sobre a tecnologia que nos envolve, onde as mudanças na comunicação são muito mais que comunicar.

Sua influência no mundo da comunicação foi testada por um projeto universitário, que foi focado em mostrar o quanto está presente no mundo da comunicação. Atualmente, se vem estudando cada vez mais sobre a origem de onde buscava suas fontes de inspirações e seus modos de pensar, para evoluir.

4 CONTEÚDO DO MEIO X CONSEQUÊNCIAS

Durante o desenvolvimento da teoria, afirma se que o “conteúdo” de qualquer veículo será outro veículo. Um exemplo, o conteúdo de algo escrito é a fala, assim,

por esse procedimento geraria um grande ciclo de veículos de comunicação.

Logo, temos os meios quentes, aqueles que prolongam um único sentido em nosso corpo de alta definição, não deixa espaço para ser preenchido ou coisas para serem completadas, a fotografia e livros são ótimos exemplos de meios quentes.

Em seguida, temos os meios frios, onde atuam de forma diferente. Eles requerem a participação dos receptores, pois a interversão da audiência é necessária para a construção de um sentido. Assim, é possível desenvolver vários sentidos, disponibilizando menos informações o receptor deve interpretar e completar os vazios. Visto isso, o telefone é um exemplo, pois o ouvido variar as interpretações do receptor.

Entre tanto, muitos críticos não conseguiram entender o que queria propor para aquela época, levando os mesmos a criticarem os conceitos e pensamentos de Marshall McLuhan sobre a comunicação e os seus meios de transmissão. Assim, é plausível compreender a colocação de Marshal segundo seu livro, que explicava os estudantes das áreas de comunicação, usam as gírias como guia para entender onde chegarão as transformações, mas deve se ter conhecimentos sobre os meios como condutores para implementar socialmente, desde novos hábitos até novos meios de pensamentos da sociedade (McLuhan, 1964)

6 CONCLUSÃO

De fato, é importante ressaltar que Marshall previu vários fatores que como a criação da rede de internet e como a globalização se intensificaria, ele compreendia afirmações em uma época em que os meios de comunicação e o alcance que eles tinham era muito pequeno do que na atualidade. saber mais sobre esse pensador é de grande importância para área de comunicação.

6 REFERÊNCIAS

Canesso, N. S. (2002). *PANTHEON DE MCLUHAN uma contribuição para a publicidade.* Salvador/BH: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

(2003). *De Marshall McLuhan a Harold Innis ou da aldeia global ao império mundial.* Revista Famecos.

McLuhan, M. (1964). *Os meios de comunicação como extensões do homem.* São Paulo: CULTRIX.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

A CULTURA DO MACHISMO E SUA INFLUÊNCIA NAS DECISÕES DOS MAGISTRADOS EM CRIMES DE ESTUPRO DO ARTIGO 213 DO CÓDIGO PENAL CONTRA A MULHER

BOFF, Vinicius[1]
BARBOSA, Amanda[2]
vabboff@minha.fag.edu.br
agbbispo@minha.fag.edu.br
Orientador: PERLIN, Edson
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO (espaço simples)

A conceituação do crime de estupro ao longo dos anos passou por várias mudanças, dentre elas a qualificação de mulheres entendida como vítima, ou até mesmo extinção do crime com o casamento entre a vítima e o acusado até chegar no que consta no artigo 213 do Código Penal. Nesse sentido, o presente trabalho visa demonstrar a influência da cultura patriarcal e da estrutura de um pensamento denominado “cultura do estupro” em decisões de absolvição dos magistrados, em crimes de estupro do artigo 213 do Código Penal em que as vítimas são mulheres, analisando a condução dada nos processos diante das percepções distorcidas do consentimento ou comportamento sexual da mulher e em que medida o discurso nas decisões e sentenças proferidas propagam estereótipos machistas sobre as mulheres e acabam reproduzindo relações de gênero não por um livre convencimento do magistrado, mas por raízes de valores patriarcais.

Palavras- Chave: MAGISTRADOS - ESTUPRO - MULHERES

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o crime de estupro, que atualmente consta no artigo 213 do Código Penal, passou por várias mudanças e a primeira vez que teve a sua denominação em lei foi no Código Criminal Brasileiro de 1830, havendo qualificação da vítima. (SILVA, MADRID, 2017).

Desse modo, este trabalho mostra sua importância ao estudar as mudanças do Código Penal diante do crime de estupro e a influência que uma cultura patriarcal possui nos julgamentos de crime de estupro em que a vítima é mulher, sendo

importante buscar e estudar porque o estupro é tão frequente em nossa sociedade e porque as mulheres é quem são as maiores vítimas desse crime e quais discursos a respeito dos gêneros são reproduzidos e considerados no julgamento em crimes de estupro.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CRIME DE ESTUPRO

O Código Criminal Brasileiro foi criado em 1830 e a palavra “estupro” veio a ser utilizada pela primeira vez em uma tipificação de crime, do qual trazia a especificação da vítima, a pena prevista ao acusado do crime e em alguns casos a extinção do crime. (SILVA, MADRID, 2017).

Nesse aspecto, o crime de estupro no Código Criminal Brasileiro de 1830 tipificou-se em “*Art. 222. Ter copula carnal por meio de violência, ou ameaças, com qualquer mulher honesta.”* Assim, a vítima considerada era mulher e as qualificava entre mulher honesta e prostituta, pois a pena seria menor se a vítima fosse uma prostituta, ou seja, a vida sexual da mulher importava para determinar a privação de liberdade do agressor.

Após o Código Criminal de 1830, passou a vigorar o Código Republicano de 1890, que tipificou o crime de estupro em seu artigo 269 como,

> *Art 269 (...) Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anesthesicos e narcoticos.*

A tipificação de 1890 sobre o crime de estupro trouxe uma abrangência além da força física, mas também na utilização de meios que viessem a privar a mulher de suas faculdades físicas, fazendo com que a vítima estivesse debilitada, não possuindo a possibilidade de vir a resistir de uma iminente violência sexual.

Com a redação do Código Penal de 1940, retirou-se os termos “mulher honesta” para somente “mulher”, passando assim, na redação da lei, não mais

considerar a conduta sexual da mulher um elemento normativo, mas o crime de estupro se encontrava em um capítulo cuja nomenclatura era dos “crimes contra o costume” e possuía maneiras de extinguir a punibilidade do crime, conforme o artigo 108 em seu inciso VIII do Código Penal de 1940, o casamento da ofendida com o agente, retirava a punibilidade, legalizando então o crime.

Mudanças importantes somente foram trazidas em 2009 com a Lei n.º 12.015/09, no ordenamento jurídico de Direito Penal. O casamento deixou de ser uma extinção de punibilidade, o polo passivo passar a ser “Constranger alguém” e não mais “mulher”

1.2 ANÁLISE DE ALGUMAS SENTENÇAS PROFERIDAS PELOS MAGISTRADOS

Em 2019 uma jovem, de 19 anos, foi estuprada dentro de uma viatura policial. No momento do crime estavam presentes o acusado, a jovem e mais um policial que dirigia a viatura.

> (...) se o ato libidinoso (sexo oral), praticado no banco da viatura policial (...) foi fruto da violência policial, no entanto, ela não ofereceu nenhuma resistência física, também nada falou, nem pediu ajuda ou socorro ao motorista da viatura policial, mas depreende-se de sua versão que a vítima ficou intimidada pelo fato do correu … estar armado, (...) mas nada fez. (Portal G1) (grifo nosso)

O juiz não considerou que a vítima estava com medo, como a mesma relatou, ao se sentir intimidada diante da arma que o policial portava, nesse sentido, a palavra da vítima é colocada a prova, como se a mesma tivesse consentido com o ato, por não ter demonstrado nenhuma forma de resistência, restando claro que o Magistrado está conceituando o que seria o consentimento, mas, do ponto de vista do ofensor, não do ponto de vista da vítima, que é quem dá ou não o consentimento.

Outra sentença proferida por um magistrado demonstra em um certo ponto que, quando a vítima aceita sair com o réu “por vontade própria” encontra-se mais propensa a consentir com o ato que venha a ocorrer, (ALMEIDA, NOJIRI 2018) vejamos a seguir,

> Saliente-se que **a vítima Laura estava em companhia do acusado por vontade própria. Foi a vítima e sua irmã Ana que solicitaram carona ao réu** (...) restando mais que **evidente que a intenção de**



> **todos era ter uma aventura amorosa naquela noite**. (Sentença 55) (ALMEIDA, NOJIRI, 2018 APUD TJSP, 2016). (grifo nosso)
>
> (...) , **a vítima fez ingestão de considerável quantia de bebida alcoólica, conforme admitido por ela própria** [...] **Não que isso comprove a inocorrência dos fatos ou o consentimento da vítima para eventual conjunção carnal e ato libidinoso, mas ao menos indica essa possibilidade, ou seja, de que a vítima possa ter consentido para o ato, até mesmo por estar sob o efeito de álcool, e depois tenha se arrependido.** (Sentença 55) (ALMEIDA, NOJIRI, 2018 APUD TJSP, 2016). **(grifo nosso)**

Fica ainda mais evidente que o consentimento da vítima está sendo posto com menos valia ainda, isto porque para o entendimento do magistrado, a vítima saiu com o réu por vontade própria, bem como ingeriu bebida alcoólica por sua escolha e isso foi um fator que poderia vir a indicar que a mesma tenha consentido com o ato.

Mais uma vez mostra que o comportamento da vítima é posto como uma forma de julgar seu consentimento, mas feito por suposições pelo magistrado em julgar os atos da vítima e não os atos do réu que é justamente quem deveria estar sendo julgado e posto a prova visto que pegar carona com alguém ou beber não deveriam ser considerados sinônimos para querer se relacionar com alguém e mesmo que a intenção da vítima fosse de se relacionar com o réu, isso não significaria consentir com tudo que viesse a acontecer depois.

Mesmo com as mudanças trazidas no ordenamento jurídico em 2009 com a Lei n° 12.015/09 é possível notar que o pensamento anterior ainda se perpetua juridicamente e em muitos aspectos valores culturais machistas, em que aspectos como o comportamento sexual da vítima ainda é considerado, abrindo espaço para que muitos magistrados entendem tais comportamentos como consentimento.

Nesse sentido, se faz necessário uma análise de como o ordenamento reproduz gênero e culpabiliza a vítima diante do crime cometido ao usar justificativas do comportamento sexual da vítima com base em achismos e aspectos da cultura machista ao proferir sentenças de absolvição em crimes de estupro e perceber que o regime patriarcal influência no ordenamento jurídico em crimes de violência contra a mulher e principalmente em crimes de estupro.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriela Perissinotto de, **NOJIRI,** Sérgio. **Como os juízes decidem os casos de estupro? Analisando sentenças sob a perspectiva de vieses e estereótipos de gênero***, Revista Brasileira de Políticas Públicas, vol 8, n° 2, p. 826 a 853, Agosto, 2018.

DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Disponível em: **https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html.** Acesso em: 05/03/22

LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm.** Acesso em: 05/03/22.

MARCONI, Marina de Andrade. **LAKATOS,** Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, **Editora ATLAS, 5° ed.** 2003. Disponível em: https://classroom.google.com/w/MzMyNTg1NzcyOTcy/t/all. Acesso em: 18/10/21.

SILVA, Carla Beatriz**. MADRID,** Fernanda de Matos Lima. **Breve Histórico Do Artigo 213 E Suas Alterações No Código Penal Brasileiro,** 2017.

STOCHERO, Tahiane, **Justiça Militar Absolve Pms Pelo Crime De Estupro Em Viatura No Litoral De Sp E Diz Que Vítima 'não Resistiu Ao Sexo**. **G1.** Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/22/justica-militar-absolve-pms-pelo-crime-de-estupro-em-viatura-no-litoral-de-sp-e-diz-que-vitima-nao-reagiu-ao-sexo.ghtml. Acesso em: 05/03/22.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

OS HERDEIROS DE MCLUHAN

LUNARDI, Gabrieli
FRANÇA, Vinicius
gslunardi@minha.fag.edu.br
vafranca@minha.fag.edu.br
Orientador: CRESTANI, Leandro
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

RESUMO

O intuito deste trabalho é pontuar alguns conceitos que estiveram presentes na vida de McLuhan e que atualmente são muito destacados na área acadêmica. McLuhan foi um professor, filósofo e intelectual que nasceu no Canadá, ele acreditava e defendia que os meios usados para transmitir uma mensagem influenciam de forma direta em como a mensagem será recebida e entendida por seu receptor. O principal conceito a ser abordado neste trabalho é o chamado “O meio é a mensagem”. Na época que vivia, não existia os meios de comunicação atuais como Tv, rádios, revistas e muito menos a internet, mas McLuhan sabia que algo maior estava por vir, afinal, se naquela época já existiam grandes meios de comunicação imagina o que mais poderia surgir dali em diante. McLuhan foi muito julgado e incompreendido por suas teorias, para ele não basta apenas ter um canal transmissor da mensagem , é necessário saber usar esse canal para que não haja um entendimento errado da informação transmitida e de seu objetivo final da mensagem. O objetivo do trabalho é analisar a teoria de McLuhan a fundo, com materiais disponíveis na internet, artigos, livros e pesquisas sobre o mesmo para que seja possível adentrar a sua pesquisa e comparar com os dias atuais. As teorias criadas por Marshall Mcluhan certamente nos ajudarão a entender a mudança constante nas formas de comunicação e tecnologias e como elas foram criadas para a comunicação em sociedade se tornando parte do homem.

Palavras-chave: Marshall McLuhan. Comunicação. O meio é mensagem.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho será abordado um conceito indispensável ao se tratar de comunicação, é o conceito fundamentado e defendido por Marshall Mcluhan “o meio é a mensagem”, na qual diz respeito em como as mensagens enviadas

influenciam na forma como o receptor receberá e interpretará a mensagem, e se foi possível alcançar o objetivo proposto com aquela mensagem enviada. É necessário que haja comunicação entre o transmissor e o receptor para poder interpretar e receber a mensagem da forma correta e da maneira que o transmissor esperava que o receptor recebesse.

Marshall McLuhan desenvolveu diversas pesquisas sobre como a comunicação e a tecnologia afetam diretamente e indiretamente a vida do homem em sociedade, em como as tecnologias movem a sociedade, sua interação entre os homens a partir das tecnologias e como a mídias moldam tanto o comportamento individual como o comportamento em sociedade. De acordo com seus estudos e teorias, os meios utilizados para a comunicação da sociedade entre si, são uma extensão do corpo humano ou de seus sentidos, guiando os movimentos e decisões do indivíduo.

Em um de seus livros, Marshall Mcluan aborda três períodos de evolução da sociedade no meio comunicacional dos seres humanos, que define como a sociedade se comporta. Os três períodos podem ser divididos em Cultura oral/acústica, Cultura tipográfica/visual e a Cultura eletrônica.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

De acordo com os três períodos da evolução em sociedade, pode se dizer que na cultura oral/acústica Marshall Mcluhan descreve que a sociedade faz uso a partir da fala e também da audição como meio de comunicação. Por se tratar de uma sociedade não-alfabetizada em que seu principal meio de comunicação é a forma oral, torna-se impossível o uso da escrita como um meio para se comunicar, é uma sociedade mais limitada em questão a comunicação, no entanto é baseada nas relações e interações entre si.



Fazendo uso da escrita e também da leitura, na Cultura visual/tipográfica já faz uso de mais meios de comunicação. Entre eles estão às revistas, jornais, livros impressos disponibilizados para se comunicar e para consumo de informações. Através da escrita, é possível guardar registros escritos e visuais de culturas passadas, podendo ser repassadas para as gerações futuras. A partir desse meio é possível guardar arquivos, e guardar toda uma história da humanidade através de registros feitos em determinado momento e situação.

Na cultura eletrônica a sociedade já está mais evoluída em termos de comunicação de uma forma geral. Nesse ponto entra outras tecnologias de informação, fazendo então com que haja outros meios de comunicação. Por exemplo, a internet, redes sociais, computadores, smartphones, entre outras tecnologias. A evolução se dá tanto pela praticidade de se comunicar quanto na velocidade de se enviar informações para qualquer lugar do mundo, onde tenha alguém que possa receber a informação. A proximidade que a cultura eletrônica acaba gerando é o grande ponto positivo da internet, é poder de trazer essa sensação de proximidade mesmo que distantes um do outro. Marshall Mcluhan vai chamar essa era de "aldeia global", e é nesse ponto em que ele conseguiu vislumbrar o uso futuro da internet.

O conceito de “aldeia global” consiste na teoria de que os meios de comunicação cresceriam tanto ao ponto da sociedade e do mundo se tornarem uma grande aldeia global da tecnologia, alcançando diversas regiões, cidades, estados e até países através de uma rede que seria capaz de conecta-los a qualquer momento. De fato, a aldeia global foi uma teoria defendida por ele na época, mas que realmente aconteceu, já que atualmente com o avanço das tecnologias foi possível o surgimento da internet e junto dela o alcance de diversas regiões e países, como já previa Mashall McLuhan em sua época. A “aldeia global” é a teoria concreta de que a tecnologia evoluiria tanto ao ponto de alcançar proximidade através das telas e das redes de comunicação, em que pessoas de países distantes poderiam se conectar no momento que quisessem a quilômetros de distância.



CONCLUSÃO

Depois de muita leitura e pesquisa sobre as teorias de Marshall McLuhan, em específico a teoria de “o meio é a mensagem”, é possível observar como ele foi capaz de identificar como a comunicação se relaciona com a sociedade de maneira tão precisa, mesmo em uma época em que a tecnologia tinha pouco avanço comparado aos dias atuais.

Suas teorias são aplicáveis e concretas não só nos dias atuais, mas também foram muito aplicáveis no passado mesmo que ele não tenha sido reconhecido por isso, suas teorias e estudos são de grande importância para a área estudo da comunicação.

REFERÊNCIAS

MCLUHAN, M.**Os meios de comunicação como extensões do homem**.Tradução de Décio Pignatari. São Paulo:Editora Cultrix, 1964.Disponível em: https://docplayer.com.br/24177604-Capa-marshall-mcluhan-os-meios-de-comunicacao-como-extensoes-do-homem-understanding-media.html. Acesso em: 11 jun. 2020.

MOTA, Ronaldo. **MCLuhan: O meio era mesmo a mensagem**. Gauchazh, Rio Grande do Sul. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/01/marshall-mcluhan-o-meio-era-mesmo-a-mensagem-9609613.html. Acesso em: 28 jan. 2017.



3. MODALIDADE RELATO TÉCNICO



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

RELATO TÉCNICO: O USO DA ANÁLISE SWOT EM UMA EMPRESA DE COMÉRCIO VAREJISTA

CERETTA, Maria Alice de Oliveira
FRANCO, Nathyeli Santos
DAL BOSCO, Débora Fernanda
maoceretta@minha.fag.edu.br
Orientador: NESKE, Djeimi Angela Leonhardt
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

Resumo

A análise SWOT possui uma grande relevância e importância para as organizações, tanto aquelas que foram instituídas recentemente no mercado de trabalho quanto as que estão a anos atuando em suas respectivas áreas. Esta análise busca a melhoria e colabora para a perspectiva de visão do gestor na situação interna e externa da sua empresa, apontando os pontos fortes, fracos, as oportunidades e ameaças que a instituição obtém. Este relato técnico tem como objetivo apresentar a aplicação prática da ferramenta nas distintas áreas de atuação, sendo assim, colaborando com um processo de planejamento mais claro e organizado para o administrador. O presente trabalho foi desenvolvido em uma empresa de comércio varejista na cidade de Toledo - Paraná, por meio de visitas presenciais e relatos que foram construídos conforme entrevistas aplicadas aos colaboradores e gestores. Foi possível notar por meio da aplicação e análise da SWOT que a empresa poderia realizar melhorias, partindo disso foram propostas estratégias para que os administradores responsáveis possam desenvolver estas questões de maneira eficaz. Os resultados obtidos frente a proposta que foi transmitida aos gestores foram alcançadas com sucesso, visto que, os responsáveis pela inclusão do projeto absorveram de forma eficiente a ferramenta apresentada, como também a contra proposta de melhoria que estava ao alcance da empresa.

Palavras chave: ***Análise Swot. Projeto. Resultados.***

1 Introdução

A análise SWOT é uma metodologia tradicional para o desenvolvimento do diagnóstico da organização no âmbito empresarial, ela busca identificar fatores que possam influenciar em uma organização. A ferramenta em inglês, significa forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (strengths, weaknesses, opportunities, and threats), onde forças e fraquezas representam fatores internos da empresa, enquanto oportunidades e ameaças representam fatores externos.

Dito isso, pode-se definir o ambiente externo como o cenário em que a empresa realiza as atividades, onde os componentes que o formam, não estão sob controle da organização e influenciam diretamente sobre ela. Já o ambiente interno se trata da parte de dentro da instituição, no qual ela possui controle sobre o funcionamento de cada elemento e busca, por meio deles, se adaptar ao ambiente externo. (SOBRAL; PECI, 2008).

Em virtude disso, foram feitas as análises dos ambientes interno e externo da empresa utilizando a ferramenta SWOT para facilitar o entendimento dos fatores que podem ajudar ou prejudicar a organização. A seguir será pontuado o que foi analisado e quais soluções foram propostas para a melhoria da organização dentro do âmbito empresarial.

2 Referencial Teórico

Existem várias teorias de como a análise SWOT foi criada, como por exemplo, na década de 1960 e 1970 Albert Humphrey da Universidade de Stanford liderou uma pesquisa que apresentou um conceito de gerenciamento que permitiu que grupos de executivos conduzissem novas reformas. Entretanto, não se sabe ao certo sobre o verdadeiro criador da SWOT, autores como King (2004) que apresenta Haberberg (2000) usando o conceito na década de 1960 nas salas acadêmicas de Harvard e Turner (2002) que traz Igor Ansoff (1987) mas nenhum desses estudiosos citados acima informam sua origem. A grande verdade é que não há documento que descreve a verdadeira história da análise.

Sua principal função é conectar os ambientes interno e externo de uma empresa, descobrir seus pontos fortes e fracos e compará-los com oportunidades de mercado e ameaças potenciais que podem prejudicar o crescimento da empresa. Todo o cenário criado por essa importante ferramenta da qualidade leva a alta direção a exercer amplo controle sobre os sistemas produtivos da empresa, pois destaca onde a empresa está crescendo mais rápido e onde ainda precisa crescer, mas ainda consegue capturar boas oportunidades e manter a empresa alerta para as dificuldades que pode apresentar durante o desempenho do mercado. Neste relato, todos esses aspectos serão estruturados e explicados, com o objetivo de compreender melhor esta ferramenta da qualidade, determinando sua estrutura, as relações que ela pode resolver entre ambientes internos e externos, suas funções e pontos fortes.

Para esta pesquisa foi realizada uma análise em uma organização no ramo de comércio varejista de venda de peças automotivas, buscando aplicar os conhecimentos adquiridos no decorrer deste relato. Foram feitas análises sobre as expectativas de resultados na empresa estudada, e apresentados diversos resultados a serem alcançados nos próximos anos, que foram estabelecidos através de avaliações de desempenhos dos anos anteriores. Como objetivo de curto prazo, a organização tem como prioridade a fidelização de novos clientes, isso inclui as pessoas físicas e principalmente as jurídicas, que constituem na maior parte das

vendas. No médio prazo, é esperado que a empresa tenha um crescimento de pelo menos 10% no seu faturamento anual. E, por fim, a longo prazo, a empresa possui planos para abertura de uma nova filial em outra cidade do Paraná.

3 Método do relato

O plano destacado neste relato técnico foi criado com base nas pesquisas realizadas por alunas do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz da Cidade de Toledo, Paraná, tendo em vista os conceitos definidos, foram analisadas as expectativas de resultados, a partir disso apresentaram diversos resultados a serem alcançados nos próximos anos, que foram estabelecidos através de avaliações de desempenhos dos anos anteriores.

Foi observada uma organização no ramo de comércio varejista de venda de peças automotivas. Este setor busca suprir as necessidades da população geral que possui automóvel por conta da eventual necessidade de reposição de peças, tendo como principal consumidor Pessoas Jurídicas, compostas principalmente por mecânicas automotivas. Mesmo sendo uma empresa de porte pequeno, ela atende a população de diversas cidades do estado do Paraná, visando ter como diferencial o fornecimento do melhor custo-benefício para os consumidores.

A empresa foi fundada em 1993 e é voltada ao ramo de comércio varejista de peças e acessórios automotivos. Ela é considerada uma Empresa de Porte Pequeno (EPP) e hoje possui uma equipe composta por 34 funcionários registrados, 16 estagiários e 4 proprietários. Dentre esses colaboradores, 4 fazem parte da gerência organizacional, 10 do setor financeiro, 12 são vendedores, 3 da expedição, 9 entregadores, 2 zeladoras e 14 no estoque.

Para realizar apontamentos da pesquisa foi um tanto quanto simples, pois duas integrantes do grupo já faziam parte da equipe de colaboradores, e foi onde conseguiram realizar observações para conversar sobre o presente relato com os seus gestores. Sendo assim, foi possível analisar qual era o público alvo da organização, quais eram as perspectivas de crescimento da empresa, quais eram as metas e os resultados de longo prazo que os gestores obtinham da instituição.

A empresa apresentou objetivos de curto, médio e longo prazo, onde foram feitas as análises dos ambientes interno e externo utilizando a ferramenta SWOT para facilitar o entendimento de todos os fatores que podem ajudar ou prejudicar a organização.

Tendo em vista os objetivos da empresa, foram apontados diversos aspectos do ambiente interno que iriam ajudá-los ou até mesmo serem melhorados para alcançarem as suas metas. Sendo assim, existem alguns elementos a serem considerados, como, os recursos, as capacidades e as competências necessárias. E no ambiente externo, foram analisados diversos fatores, em vários segmentos, que podem afetar a empresa, e é crucial para o futuro da organização que cada um deles seja analisado meticulosamente, para que haja planejamento e tomadas de medidas que ajudem a empresa a passar por uma dificuldade ou aproveitar uma oportunidade.

I - Ambiente Interno;

Tendo em vista os objetivos da empresa, foi feita uma análise sobre diversos aspectos do ambiente interno que podem ajudá-los ou devem ser melhorados para alcançarem suas metas. Neste contexto, existem alguns elementos a serem considerados, sendo eles, os recursos, as capacidades e as competências necessárias, que serão determinantes para alcançar

as metas.

Dentre os recursos necessários, existem os intangíveis e os tangíveis, onde, os intangíveis compreendem os recursos que não podem ser mensurados, como algo relacionado à história da empresa ou à algum conhecimento. Já os recursos tangíveis podem ser bens ou ativos quantificáveis. (HITT et al., 2002). Como principais recursos intangíveis apresentados pela instituição, notou-se que a capacidade de organização e sua reputação são fatores expressivos que a favorecem enormemente. Enquanto na parte de recursos tangíveis é possível citar a grande quantidade de capital de giro que a empresa possui à disposição e sua boa estrutura.

As capacidades necessárias definem a eficiência dos administradores na gestão dos recursos da instituição para conduzi-la em direção aos objetivos desejados (BITENCOURT; AZEVEDO; FROEHLICH, 2013). Com base nisso, observou-se que os principais quesitos que se encaixam nesse conceito são, a organização geral da empresa e o bom conhecimento dos gestores para dirigir cada um dos funcionários. Desta forma, nota-se que estes são grandes diferenciais para o objetivo de expansão, pois são conhecimentos e habilidades que podem ser ensinadas e repassadas, além de servirem como base para os possíveis futuros gerentes.

Por fim, existem as competências necessárias, que consistem em fatores da empresa que se tornam diferenciais competitivos (BENTON, 2000). Dentro disso, é possível citar como competências da organização, a sua reputação, que foi construída através da cativação dos clientes por sempre buscar proporcionar o melhor atendimento, e os melhores preços da região, que são possíveis de serem ofertados graças aos bons fornecedores que a empresa possui.

Visto isso, constata-se que a empresa possui muitos pontos fortes que a tornam singular, porém, com algumas melhorias, seus diferenciais poderiam se tornar ainda maiores.

II - Ambiente Externo;

No ambiente externo, existem diversos fatores, em vários segmentos, que podem afetar a empresa, e é crucial para o futuro da organização que cada um deles seja analisado meticulosamente, para que haja planejamento e tomadas de medidas que ajudem a empresa a passar por uma dificuldade ou aproveitar uma oportunidade.

Atualmente, no setor de peças automotivas, há uma preocupação em relação ao crescimento da quantidade de carros elétricos no mercado global. Isto porque, eles ameaçam as vendas de peças por não necessitarem de tanta manutenção quanto os automóveis convencionais. Contudo, diante desse cenário, a empresa analisada não demonstra a devida preocupação, visto que, no Brasil este mercado cresce lentamente.

Uma vantagem para a organização, é no segmento sociocultural, pois, na sociedade em que ela está inserida, os automóveis ainda são indispensáveis para locomoção das pessoas, e, cada vez mais, há o crescimento nos números de veículos em atividade, o que gera bastante segurança para ela em relação à demanda de seus serviços.

Outro segmento que está melhorando, é o econômico, que ainda está se recuperando aos poucos da pandemia do Covid-19, que foi bastante prejudicial à esse setor, por conta dos preços dos carros terem aumentado, além da diminuição da necessidade de mobilidade por causa da grande migração para o *home office*.

Também é possível citar mudanças no segmento político legal, por conta de alterações em leis que afetam a tributação sobre diversos produtos que a empresa comercializa. Para isso, foi necessário aumentar os valores de venda, repassando a tributação para o consumidor

final, que foram os maiores prejudicados com a situação. Porém, também houveram consequências para negócios neste setor, que tiveram suas vendas prejudicadas por conta do aumento de preços.

No segmento tecnológico, existem prós e contras, isto porque, o desenvolvimento da tecnologia pode trazer fatores negativos e positivos. Um exemplo negativo para a empresa é a impressora 3D, que se trata de uma tecnologia emergente que possibilita às pessoas fabricarem peças em suas próprias casas. E como exemplo positivo, existem diversas evoluções que facilitam na gestão da empresa e outros aspectos, como o PIX, que facilita transferências bancárias, ou o desenvolvimento de cada vez mais sistemas evoluídos, entre outros diversos avanços.

4 Proposta de intervenção

A proposta que foi obtida devido aos pontos que foram retirados da análise e divididos em 04 tópicos, que serão desenvolvidos a seguir:

I - Análise interna: Forças;

Observa-se como forças a reputação e os preços da organização, pois com esses diferenciais mostra que a empresa preza pela sua imagem e busca sempre levar a melhor experiência para os clientes que a frequentam, trazendo os melhores preços e propostas.

II - Análise interna: Fraquezas;

Como Fraqueza pode-se observar a falta de investimentos na publicidade e o aumento de conflitos internos na organização. Com a falta de publicidade causa prejuízo na visibilidade da empresa, impactando diretamente na conquista de novos clientes. Já a questão dos conflitos é notada que não são devidamente resolvidos por falta de iniciativa dos responsáveis pelos setores. Contudo, apresentamos propostas para a melhoria destas questões, que seria, investir custos em propagandas que vão atrair novos clientes, e para a questão das desavenças internas, foi proposto que a organização distribuísse as atividades de maneira que fique proporcional a cada trabalhador, tendo em vista que o motivo das discussões é causada pela falta de distribuição de serviço.

III - Análise externa: Oportunidades;

A empresa tem como oportunidades o aumento de número das mecânicas e também as colônias de férias (época de viagem). O aumento de mecânicas faria com que novos compradores surgissem, e é neste momento que a empresa disponibiliza descontos especiais e benefícios para que os novos clientes se sintam devidamente atendidos, de forma que os agradem. Já a questão da colônia de férias funciona no mesmo sentido, como se trata de um período onde há grande procura de peças para efetuar a manutenção dos veículos, a empresa busca gerar mais descontos para conquistar os clientes, fazendo com que os mesmos fiquem satisfeitos.

IV - Análise externa: Ameaças;

Neste ponto a empresa tem como ameaças o aumento no preço das peças e a impressão 3D que vem ganhando força nos últimos anos. O aumento de preços irá trazer grandes prejuízos para a instituição, pois o mesmo poderia diminuir a demanda, o que iria afetar diretamente. Com a viabilidade de conquista da impressão 3D será mais comum e fácil a fabricação caseira de peças simples, o que traria prejuízos, pois assim a busca de peças seria menos frequente.

Desta forma, o primeiro passo foi observar a empresa e recolher informações que seriam importantes para alimentar a SWOT, após isso, com todas as informações foi possível dar continuidade ao segundo passo, estruturando a análise, concluído esta etapa entrasse para o terceiro passo, que foi apresentar a proposta para os sócios administradores responsáveis pela organização da empresa, e com isso foi notado pequenas evoluções na organização, visto que, já observa-se mudanças em questões que está no controle da instituição.Como por exemplo, foi aplicado uma proposta de intervenção nas áreas que ocorriam os conflitos entre os colaboradores, visto que, as desavenças eram causadas por falta de distribuição das atividades que os mesmos executavam, alguns trabalhadores tinham mais serviços que outros, causando a exaustão e estresse, sendo assim a proposta foi, distribuir as atividades de uma maneira proporcional, treinando aqueles que não obtinham prática nas atividades.

Outra questão que obteve melhorada no âmbito interno foi o marketing da empresa, a instituição investiu em anúncios que elevaram ainda mais a divulgação dos seus produtos, apresentando os diferenciais e benefícios que a loja oferece.

5 Conclusões

Por meio deste relato técnico podemos observar que, a análise SWOT trouxe de uma forma clara a interpretação dos pontos internos e externos da empresa observada, fazendo com que, os administradores responsáveis vissem como podem resolver os seus problemas e até mesmo evitá-los.

O recolhimento das informações foi de extrema importância para chegar em uma conclusão que auxiliou a empresa nas tomadas de decisões, tendo em consideração que, a equipe de análise esteve presente da empresa para o desenvolvimento e levantamento de dados, isso foi possível ser obtido com facilidade pois duas integrantes do grupo de pesquisa faziam parte o intuito foi ouvir e observar ações tanto dos proprietários quanto dos colaboradores da organização. Foi possível realizar esta consulta por meio de agendamentos onde os gerentes proporcionaram horários de maior acessibilidade para o bom desempenho da atividade realizada.

Sendo assim, foi concluído que a abordagem proposta foi executada com sucesso, os gestores ainda estão trabalhando para melhorar outros aspectos que estão no alcance, trazendo uma melhoria no dia-a-dia do ambiente interno da instituição. Mas, tendo em consideração os avanços que já foram concluídos pode-se considerar que a intervenção da ferramenta para a melhoria de questões internas e externas da empresa de comércio varejista foi compreendida com sucesso, é esperado que a mesma continue utilizando esta análise com frequência para que as melhorias ocorram com frequência.

Referências Bibliográficas

SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. **Administração- teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

FRIESNER, Tim. **SWOT Analysis**. 2016. Disponível em: http://www.marketingteacher.com/swot-analysis

King RK (2004), APERFEIÇOANDO A ANÁLISE SWOT USANDO TRIZ E O GRÁFICO DE CONFLITO BIPOLAR: Um Estudo de Caso sobre a Microsoft Corporation, Proceedings of TRIZCON2004, 6th Annual Altshuller Institute.

Tiles, S. (1968), Making Strategy Explicit, em I. Ansoff (ed), Business Strategy, Penguin. Turner, S. (2002), Tools for Success: A Manager's Guide. Londres: McGraw-Hill.

Como definir objetivos e metas? [GUIA]. 2019. Disponível em: https://caetreinamentos.com.br/blog/carreira/como-definir-objetivos-e-metas/. Acesso em: 28 fev. 2019.

METAS no trabalho: o guia completo para definir e alcançar. Vagas for business. Disponível em: https://forbusiness.vagas.com.br/blog/metas-no-trabalho/. Acesso em: 11 jul. 2018.

SECAF, Vera Maria Stuart. **Como resolver um problema na empresa: 3 ações para encontrar as melhores soluções.** 2018. Disponível em: https://setting.com.br/blog/gestao-empresarial/como-resolver-problema-empresa/. Acesso em: 07 nov. 2018.

LEITE, M. S. R.; GASPAROTTO, A. M. S. ANÁLISE SWOT E SUAS FUNCIONALIDADES: o autoconhecimento da empresa e sua importância. Revista Interface Tecnológico.Disponívelem:https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/45

Hitt, M. A. et al. **Administração estratégica: competitividade e globalização**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

BITENCOURT, C.; AZEVEDO, D.; FROEHLICH, C. (Org.). **Na trilha das competências: caminhos possíveis no cenário das organizações**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

BENTON, D. A. **Faça o que eles fazem: técnicas de coaching para o desenvolvimento profissional**. São Paulo: Negócio, 2000.

MORAES, Beatriz. **A Análise de Cenários e o Planejamento Estratégico**. 2016. Disponível

em:https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/a-analise-de-cenarios-e-o-planejamento-estrategico. Acesso em: 06 abr. 2022.

ESTRATÉGIA – A importância da estratégia empresarial. 2012. Disponível em: https://alfredobottone.com.br/artigos/estrategia/. Acesso em: 25 abr. 2012.

OLIVEIRA, Camila de. **Como fidelizar clientes: confira a importância e como realizar.** 2021. Disponível em: https://www.take.net/blog/atendimento/fidelizar-clientes/. Acesso em: 15 mar. 2021.



FORMALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO MEI: AS ARMADILHAS POR TRÁS DO MEI

Relato Técnico

OLIVEIRA, Larissa Maiara
KEHRWALD, Ana Noema
lmoliveira7@minha.fag.edu.br
Orientador: NESKE, Djeimi Angela
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

Resumo
O presente relato técnico foi desenvolvido a partir da palestra MEI Protagonista ministrada na FAG – Toledo, da qual abordou diversas sistemáticas sobre MEI, que são de grande relevância para os empreendedores e também para aqueles que desejam se formalizar. Ademais, a partir das vivências do Espaço Disruptivo, foi possível visualizar as principais dúvidas e dificuldades enfrentadas pelas pessoas em relação ao MEI, sua criação, o que fazer depois da formalização, como fazer a gestão do negócio e outros temas relacionados. A palestra e a vivência do Espaço Disruptivo cooperaram na realização do relato técnico, que busca expor, informar e explicar alguns conceitos, processos e requisitos sobre a formalização e legalização do MEI, sobretudo de forma clara e breve.

Palavras chave: *MEI. Formalização. Legalização*.

1 Introdução

O Microempreendedor Individual (MEI) é uma categoria de empresa criada pelo Governo Federal que permite que o pequeno empresário tenha acesso a um CNPJ. Foi instituído pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas LC (Lei Complementar) 123/2006, alterada pela Lei nº 128/2008, para eliminar a informalidade dos potenciais empreendedores.

Para enquadrar-se como MEI são necessários alguns requisitos: ser maior de 18 anos (ou ter entre 16 e 18 anos e ser emancipado); comprovante de residência; atuar com uma das atividades permitidas pelo MEI; faturamento limitado a R$ 81.000,00 por ano (receita bruta - outubro 2022); não participar como sócio, administrador ou titular de outra empresa; e ter no máximo um empregado.

Com a formalização, os empresários passam a possuir o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e ingressar no Simples Nacional. Uma vez que o processo esteja concluído o empresário MEI passa a ter condições especiais como isenção de tributos federais, possibilidade de emissão de nota fiscal e pagamento de INSS, garantindo todos os direitos previstos na legislação previdenciária.

O procedimento de formalização, a efetiva abertura da empresa, pode ser realizado pelos empreendedores no Portal do Empreendedor, site administrado pela Receita Federal e criado exclusivamente para o MEI. Após concluir a etapa de inserção de dados pessoais, de localização da empresa e suas atividades, o empreendedor receberá um certificado de Microempreendedor Individual e estará formalizado.

Com o intuito de aproximar-se da comunidade externa a FAG Toledo, implementou em 2022 o Espaço Disruptivo. Uma das atividades desenvolvidas, refere-se a atender empresários MEIs e sanar dúvidas dos mesmos. O processo ocorre por meio de palestras, workshops, oficinas e atendimentos específicos.

Diante dos atendimentos já realizados pode-se concluir que apesar de todas as informações estarem disponibilizadas no site do Governo, Sala do Empreendedor (no caso do município de Toledo-PR) e no aplicativo MEI, inúmeras dificuldades dos empreendedores, oriundas da dificuldade em obter informações necessárias, mesmo que estas estejam disponíveis não são de fácil compreensão para todos.

Portanto, o presente relato técnico teve por objetivo sintetizar as dúvidas mais recorrentes do referido público e buscou-se sintetizar as dúvidas dos participantes e também apresentar as entrelinhas por trás desse processo, como o que fazer depois da formalização do MEI, por exemplo.

2 Referencial Teórico

2.1 O Processo de Criação do MEI

O processo de criação da MEI ocorre da seguinte forma: o empreendedor deve entrar no site do governo (gov.br/MEI), selecionar o campo “quero ser MEI", e depois "Formalize-se". Em seguida será levado a página de acesso ao site do governo, onde deverá fazer o login usando o seu CPF e senha. Caso o mesmo não possua cadastro, pode ser criado selecionando "crie a sua conta". Feito isso, será vista a tela "portal do empreendedor", "inscrição MEI" e um campo onde terá de inserir o número do recibo da última declaração do imposto de renda. Caso não tenha esse número em mãos, o mesmo pode ser verificado no site da Receita Federal, na área do e-CAC.

Ao finalizar o preenchimento dos dados, deverá seguir em "continuar". O empreendedor verá uma tela já preenchida com suas informações, a confirmação deve ser feita, bem como o preenchimento de possíveis espaços em branco. Não é possível alterar o nome da pessoa física, mas um nome fantasia pode ser criado preenchendo o campo “Nome Fantasia”.

No campo "capital social" coloque o valor do capital que você tem para abrir o seu negócio. Em "atividades" é possível verificar as opções disponíveis, podendo-se escolher a sua ocupação principal e até 5 atividades secundárias, se for preciso, essas atividades podem ser editadas. No campo "forma de atuação" devem ser mencionadas todas as formas que o negócio irá atuar. Feito isso, preenche-se o endereço do negócio.

Aparecerá uma tela com todos os dados informados, confira novamente e se estiver tudo ok, clique em "confirmar". O seu MEI está aberto, abrirá uma tela que permite baixar o CCMEI,DAS.

Uma das obrigações do microempreendedor individual é pagar a guia de contribuição mensal da DAS, é um documento de arrecadação do Simples Nacional e nele estão contidos todos os impostos necessários para que a sua empresa fique em dia pelas obrigações tributárias.O não pagamento da guia além de poder gerar o cancelamento do seu

CNPJ vai colocar o seu nome na dívida ativa da União. Atualmente o valor da DAS gira em torno de R$65,00, com pequenas diferenças dependendo da atividade que você exerce.

Entre no site do Simples Nacional clique na opção PG mês programa gerador de das para o mês surgirá uma página onde o CNPJ deve ser informado, clicando em continuar e emitir guia de pagamento o das escolha o ano-calendário em seguida o mês de apuração clicando na caixinha ao lado do mês por fim clique em apurar e o documento será gerado podendo ser impresso e pago em qualquer lotérica ou conveniência ou então pelo aplicativo do seu banco através do código de barras.

2.2 Emissão De Nota Fiscal

No Google localize o site da Prefeitura da sua cidade. Cuidado para não entrar no site errado, lembre-se que sites oficiais dos órgãos públicos têm sempre gov.br no final. Procure nos serviços por "emissão nota fiscal", em seguida clique em "serviço online", vai abrir a janela de login, coloque seu login e senha, caso ainda não tenha, cadastre-se aqui em "novo usuário", utilizando o seu CNPJ, CPF e sua inscrição municipal.

Ao fazer o login acesse o "Portal do ISS Toledo", selecione o botão "NFS-e" e depois "emitir NFS-e", você verá esta tela aqui que divide em cinco etapas o processo de emissão da nota, parece bastante, mas é rápido.

Na etapa 1 selecione "tomador identificado" que quer dizer se você tem as informações da empresa ou cliente para quem vai a nota. Converter RPS significa converter recibo provisório de serviço, é outra situação específica que poucas pessoas utilizam é que para emitir uma nota fiscal normalmente não precisa se preocupar, coloque "não". Feito isso, clique em "próximo".

Na segunda etapa insira aqueles dados do seu cliente, para isso clique em "novo tomador" e coloque o nome do seu cliente e o e-mail. Selecione "com documento" e insira o CPF ou CNPJ do cliente. Ao inserir o CNPJ o sistema já puxa o endereço da empresa, mas se isso não acontecer você pode inserir manualmente aqui embaixo. Insira a inscrição municipal do seu cliente também e clique em "salvar e selecionar".

Você irá automaticamente para a terceira etapa. Na terceira etapa você vai colocar os dados do serviço ou atividade que você realizou, obviamente as atividades que vão aparecer para você são as que estão no seu alvará, selecione "alterar atividade" para selecionar outra atividade dentro das que são permitidas para sua empresa.

Pode incluir e alterar seus CNAES, mas para isso é necessário fazer uma alteração no cadastro da sua MEI. Em "natureza da operação" defina o município onde o ISS é devido, em regime de tributação selecione "Simples Nacional", pois o MEI entra nesta categoria. A alíquota do Simples Nacional varia, mas o ideal é que seja deixada a alíquota correta do tipo de serviço prestado, uma vez que o valor não será cobrado tendo em vista que se trata de CNPJ MEI. Em "discriminação do serviço" você deve escrever quais foram os serviços prestados, por exemplo, "serviço de fotógrafo para festa de 15 anos com tratamento de 560 imagens", pronto!

Clique em "próximo". A fase quatro diz respeito a valores, comece colocando o valor total do serviço que combinado com seu cliente, se tiver desconto selecione aqui embaixo e preencha os respectivos valores. Empresas do Simples Nacional dificilmente têm impostos federais retidos na fonte, então pode deixar este campo desse jeito mesmo.

Na etapa final haverá um resumo de tudo o que preencheu para conferir se está certinho, se notar alguma informação errada volte às etapas anteriores e corrija, aqui também pode o e-mail do seu cliente para que a nota seja enviada diretamente para ele.

2.3 Sobre Os Benefícios

Com o CNPJ o empreendedor passa a ter uma imagem mais profissional, aumentando a sua credibilidade no mercado, e assim podendo atrair mais e melhores clientes. Os principais benefícios são:

Emissão de notas fiscais: Com um MEI ativo você pode emitir notas fiscais. E podemos considerar isso uma vantagem pois te dá acesso a muito mais clientes, pois as empresas formais sérias só compram produtos ou contratam serviços de quem pode emitir notas fiscais.

Conta bancária empresarial: Com um CNPJ você poderá abrir contas bancárias empresariais, o que dará acesso a linhas de crédito mais interessantes e com juros mais baixos do que as de pessoa física. Sem contar que diversos bancos digitais oferecem contas gratuitas ao microempreendedor individual.

Participação em licitações públicas: O microempreendedor que possui um CNPJ MEI pode participar de licitações públicas para vender produtos ou prestar serviços ao governo, assim como qualquer empresa formalizada.

Não precisa de contador: O MEI deve registrar suas receitas mensais, preencher declaração anual e pagar uma guia mensal DAS, mas todos esses procedimentos são simples de fazer, sendo dispensada a necessidade de um contador.

Funcionário CLT também pode abrir um MEI. Sendo uma oportunidade para aqueles que fazem *freelas* em seus tempos livres de expandir seu negócio, e quem sabe, gradativamente, tornar esse o seu negócio principal.

Sem taxa de registro e tributos mais baratos: Para abrir sua empresa na modalidade MEI não há custo, o processo é feito gratuitamente pela internet.

E ainda, independente do seu faturamento no mês, o MEI só paga um único tributo, a guia DAS que varia, agora em 2022 de R$ 61,60 a R$ 66,60.

Dispensa de licenças e alvará: Essa é uma grande vantagem do MEI em relação a outros tipos de empresas.

Contratação de funcionário: Como MEI você pode contratar até 1 funcionário, podendo inclusive ser o próprio cônjuge.

Declaração de forma anual simplificada: O processo de declaração do faturamento do MEI é super facilitado. Enquanto que o autônomo precisa declarar mensalmente seus rendimentos, o MEI declara apenas uma vez ao ano.

Acesso a benefícios previdenciários: Talvez a principal vantagem de se tornar um MEI seja ter acesso a benefícios previdenciários, aqueles do INSS, o que não ocorre com quem não tem carteira assinada, ou não contribui de forma individual.

Há benefícios para o empreendedor e para os seus dependentes, que são: Salário maternidade, Auxílio doença, Auxílio reclusão, Pensão por morte e as Aposentadorias por invalidez e por idade. Além disso, o MEI é a classe que tem a vantagem de contribuir com a menor alíquota do INSS.

Acesso a oportunidades especiais: Há mais uma vantagem que podemos chamar de acesso a oportunidades especiais, citaremos 3, mas saiba que existem outras. A primeira delas é a possibilidade de comprar carro 0 km com desconto que pode chegar a 30%. Plano de saúde empresarial, com valores de mensalidades que podem chegar a custar 50% a menos do que em planos particulares de pessoa física. E ainda, empréstimos com juros zero de até R$ 5 mil através do Banco do Empreendedor de Santa Catarina, para quem é MEI no Estado. E em São Paulo já teve até R$ 20 mil de empréstimo com juros zero em 2021.

2.4 MEI Não Tem Direito A Seguro Desemprego

Existem restrições para CLTs que possuem MEI em relação ao seguro desemprego, para ter acesso ao seguro-desemprego é preciso ser CLT e MEI, sendo CLT caso ocorra a demissão sem justa causa tem-se o direito ao seguro desemprego desde que atenda aos requisitos necessários, o fato de ter um registro como MEI não impede uma pessoa de receber o seguro, ou seja, apenas o fato de ter a MEI, não impede o recebimento do seguro-desemprego, desde que não possua renda própria de qualquer natureza suficiente para a manutenção familiar, e também desde que não tenha ocorrido com faturamento pela empresa e desde que não tenha renda mensal igual ou superior a um salário mínimo no período de pagamento do benefício.

Então se o MEI não tem Renda ele pode sim receber o seguro-desemprego caso ele vem a ser demitido da CLT e se durante o recebimento do benefício o faturamento dele pelo MEI não for superior a um salário mínimo vigente ele vai continuar recebendo o benefício do seguro-desemprego normalmente, e não vai perder o benefício.

2.5 Alvará

Segundo o site da Prefeitura do município de Toledo, A taxa de licenciamento é isenta para o primeiro ano de funcionamento, mas é preciso ir à prefeitura municipal para formalização.

Salienta-se que a dispensa de alvarás e licenças de funcionamento não desobriga de cumprir com as normas estabelecidas pelo poder público em relação ao funcionamento de sua atividade: os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos.

2.6 Profissões que não podem ser MEI

De acordo com as regras do MEI, não podem desempenhar suas funções como microempreendedor os profissionais que precisam de diploma para exercer a atividade. Também são excluídos aqueles que precisam estar registrados em algum conselho de classe. Confira abaixo algumas profissões: Administrador, Advogado; Arquivista; Arquiteto; Contador; Dentista; Desenvolvedor; Economista; Enfermeiro; Engenheiro; Fisioterapeuta; Jornalista; Médico; Nutricionista; Ortodontista; Personal trainer; Produtor; Programador; Psicólogo; Publicitário; Veterinário.

2.7 Confusão entre pessoas física e jurídica (DAS-IRPF)

Entretanto, não há só benefícios de acordo com o art. 18-A DA LC 123/06, o MEI é uma pessoa natural (Física), desse modo.

2.8 Sites fakes

Com a queda no emprego formal acentuada pela pandemia, muitas pessoas passaram a trabalhar de forma autônoma e buscam no registro de microempreendedor individual (MEI) uma maneira de formalizar suas atividades — uma pesquisa do Sebrae Rio mostra que 84% das empresas abertas no Rio de Janeiro nos primeiros cinco meses de 2021 usam a modalidade. O crescimento na procura de informações sobre como fazer isso tem sido aproveitado por golpistas, que usam sites e cobranças falsas para roubar dinheiro e dados pessoais.

Os bandidos se aproveitam do fato de que muitas pessoas desconhecem que o processo de cadastro não somente é gratuito, como pode ser feito rapidamente através da internet.

3 Método do relato

Para a realização do evento, houveram várias tratativas, a principal foi a parceria entre a Sala do empreendedor e a FAG Toledo. Após os representantes da parceria definirem o tema, houve um intenso processo de divulgação do evento.

A Palestra, objeto do relato técnico foi realizada na FAG - Toledo no dia 14 de junho de 2022, com início às 19 e encerramento às 20:40h, pelos palestrantes e presentes Djeimi Angela Leonhardt Neske, Gilmar José Camargo, Ruben Siquera.

O evento reuniu microempreendedores (MEIs) e acadêmicos do curso de ciências contábeis (7º período) da FAG Toledo. Durante a oficina foram abordados assuntos referentes ao Portal do Empreendedor, tributos, gestão da microempresa, esclarecimentos de dúvidas dos participantes, exposição do Espaço Disruptivo.

4 Proposta de intervenção/resultados da intervenção

As informações, sites, e aplicativos relacionados ao MEI devem ser mais objetivas, claras e com ampla divulgação na sociedade, com contrapartida do Governo Federal. Pois, a

partir da pandemia do COVID-19, aumentou-se o desemprego e muitos optaram por trabalhar como autônomos e para isso aumentou-se a busca pela formalização do MEI.

Sendo por propagandas em sites, televisão e jornais, a fim de que toda a sociedade passe a compreender na íntegra o processo de formalização e legalização do MEI. E com isso diminuir a incidência de pessoas que caem em golpes relativos a sites e aplicativos fakes.

5 Conclusões

Por mais que a internet hoje em dia seja de fácil acesso para todos, e há diversas informações sobre tudo, ainda é difícil ter segurança nas informações que são passadas. Ocorrendo muitas vezes engano quanto aos sites e aplicativos oficiais, e até mesmo que caminho seguir e qual o procedimento correto.

A partir dessa observação, é necessário haver uma maior circulação de informações seguras e de fontes oficiais, para que o empreendedorismo e a economia possam se expandir cada vez mais. Com o intuito de apoiar o empreendedorismo o Espaço Disruptivo da FAG Toledo disponibiliza atendimentos individuais, workshops, palestras e diversas outras formas de difundir e facilitar o conhecimento a todos aqueles que empreendem ou tem vontade de iniciar esta jornada.

Referências Bibliográficas

Portal do Empreendedor. Disponível em <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.Acesso: 30 de set de 2022.

Sala do Empreendedor. Disponível em <https://www.toledo.pr.gov.br/pagina/sala-do-empreendedor>. Acesso: 30 de set de 2022.

SEBRAE, **Tudo o que você precisa saber sobre o MEI.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mei,caa7d72060589710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso: 30 de set de 2022.



EMBAIXADA SOLIDÁRIA: ANÁLISE ESTRATÉGICA DE PROJETO SOCIAL COM FOCO NA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS ADMNISTRATIVAS

Relato Técnico

NOBRE, Adrielly Aparecida - Autor
aanobre@minha.fag.edu.br
Orientador: NESKE, Djeimi Angela Leonhardt
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

Resumo

Este relato técnico teve como objetivo apresentar as evidências e resultados obtidos na proposta de aperfeiçoamento financeiro e estratégico do projeto social denominado Embaixada Solidária. Para catalogação dos dados, utilizaram-se as formas de pesquisa bibliográfica e de campo, as quais consistem respectivamente na utilização de artigos científicos e livros, e a visita ao objeto de estudo. Como resultado, constatou-se a dificuldade em administrar um projeto social, visto que todo trabalho aplicado é voluntário, o que acaba limitando a aplicação de determinadas iniciativas.

Palavras chave: *Projeto social. Análise estratégica. Embaixada Solidária*.

1 Introdução

Projetos sociais podem ser considerados formas com as quais indivíduos encontram para tentar minimizar deficiências que existem na sociedade. Os projetos podem ter várias áreas de atuação, como: esportes, alimentação, educação, arte, auxílio entre muitas outras áreas.

No período estabelecido, de 2011 a 2020, ocorreu um aumento de 24,4% no número de registros de novos imigrantes no Brasil, sendo que os responsáveis pelo aumento são de origens venezuelanas, haitianas, colombianas, sírios e cubanos. O número de novos refugiados reconhecidos anualmente no país saiu de 86, em 2011, para 26,5 mil em 2020 (Fonte: ACNUR, Agência da ONU para Refugiados. Acesso em 22/04/2022).

Com o surgimento da Lei de Migração (Lei n° 13.445/2017), houve uma mudança de paradigma importante, quando comparada ao Estatuto do Estrangeiro: passa-se do panorama de Segurança Nacional para o da Segurança Humana, elevando o migrante a um patamar de equidade de direitos que já era preconizado pela Constituição Federal.

Apesar da implementação da lei de migração, que visa amparar os imigrantes, há ainda inúmeros problemas e desafios que impactam a vida desses cidadãos. Com isso, surgem cada vez mais projetos sociais que têm como objetivo amparar e integrar esses indivíduos à sociedade, apoiando-os em questões jurídicas (para sua permanência no país), em demandas físicas como alimentação, higiene e vestimenta e também o auxílio para conquista de emprego e moradia fixa.

A Embaixada Solidária, projeto tratado neste relato, tem como foco o auxílio a imigrantes e a pessoas em situação de vulnerabilidade social, através de doações e prestação de serviços. Algumas das iniciativas são: oficina de costura para mulheres, aula de língua portuguesa, oferta de alimentos e itens de higiene, roupas entre outras.

Com base no que foi apresentado, identificou-se a dificuldade que muitos projetos sociais possuem em administrar seus recursos, sendo assim, este estudo priorizou formas práticas e simples de minimizar essas deficiências na gestão.

2 Referencial Teórico

O projeto social “Embaixada solidária”, criado em 2015, através de pedidos de ajuda recebidos por estrangeiros, tem como principal objetivo, auxiliar essas pessoas por meio de

atendimentos jurídicos, assistências sociais e culturais. Diante disso, foi oficializado a ONG Embaixada solidária, que se mantém de doações, trabalhos voluntários e bazares solidários.

Atualmente, a ONG conta com uma sede, na qual o espaço foi cedido pela prefeitura, sendo localizado na área II da quadra "A" do Loteamento Conjunto Habitacional Barão do Rio Branco em Toledo – Paraná, destinado a implementação das atividades sociais da instituição.

2.1 Missão, visão e valores

De acordo com Oliveira (2002, p. 128) citado por Francisco (2012, p. 33), "Missão é a forma de determinado sistema de valores em termos de crenças ou áreas básicas de atuação, considerando as tradições e filosofia da empresa".

A missão define o motivo da existência de uma organização, ou seja, qual a sua função para a sociedade e deve ser uma definição específica de cada organização. A determinação da missão parte de alguns questionamentos, como: "Qual a razão de ser da empresa?" "Quais os tipos de atividades que a empresa deve concentrar esforços futuros?". Sendo assim, a missão apresenta um "horizonte" sobre o que realmente a empresa atua.

Segundo Arantes da Costa (2003), visão é um conceito operacional muito preciso que procura descrever a autoimagem da organização, ou seja, é um modelo mental, claro, de um estado ou situação altamente desejável, de uma futura realidade. Visão pode ser considerada também, como a forma em que uma empresa se identifica e se organiza na sociedade.

Conforme explicam Tachazawa e Rezende (2000), valores podem ser definidos como "conjunto de doutrinas, credos, padrões éticos e princípios que orienta as ações da organização ao longo do tempo e independente das metas, dos objetivos e das estratégias por ela adotados."

2.2 Ambiente interno e externo do projeto

A análise de cenário consiste em realizar o estudo de fatores que podem influenciar no desempenho da organização nos ambientes internos e externos. Esta análise é realizada para tentar prever e antecipar possíveis riscos e ganhos da empresa, utilizando-se de parâmetros, modelos e condições.

2.2.1 Análise SWOT (FOFA)

A análise SWOT - *Strenghts, Oportunities, Weaknesses, Threats* - em português Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), tem como principal objetivo analisar e pontuar os principais pontos internos e externos de uma organização.

> Trata-se de uma ferramenta de planejamento que ajuda a entender os Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças envolvendo um projeto ou uma empresa. Significa especificar o objetivo da empresa ou do projeto e identificar os fatores internos e externos que apoiam ou dificultam o alcance daquele objetivo. O SWOT é frequentemente usado como parte de um processo de planejamento estratégico (Hofrichter, 2020 p 01).

Os pontos fortes e fracos compõem a análise interna da empresa enquanto as oportunidades e ameaças compõem sua análise externa. Sendo assim, os pontos fortes são situações internas controláveis que propiciam uma condição favorável para a empresa, já os pontos fracos também são situações internas controláveis, mas que propiciam condições 3 desfavoráveis.

As oportunidades são variáveis externas na qual não se tem o controle pela empresa, podendo criar condições benéficas para a mesma usufruir, por fim, as ameaças são variáveis internas na qual, a organização não possui controle, podendo criar condições desfavoráveis para a mesma.

2.3 Matriz GUT

A Matriz GUT, da sigla: Gravidade, Urgência e Tendência, é uma ferramenta utilizada para definir a priorização de atividades. Com ela é feita a pontuação das atividades utilizando a razão entre os três elementos: gravidade, urgência e tendência e a resposta se dá pela multiplicação da pontuação dos fatores, revelando assim, um indicador. Quanto maior esse indicador, maior é a prioridade do trabalho.

> [..] Trata-se de uma ferramenta de auxílio na resolução de problemas e priorização destes. A matriz serve para classificar problema de acordo com gravidade de suas

> incidências, a urgência na resolução deste, bem como a tendência por gravames decorrentes, que podem ocorrer de forma gradativa ou rápida (DE OLIVEIRA, et. al, 2016).

Consiste em resolver os problemas por ordem de importância, por exemplo, supondo que haja um incêndio, qual cômodo deve ser priorizado. Assim como acontece nas empresas, sempre há inúmeros problemas que necessitam de solução, mas deve-se analisar o grau de importância. Logo, por meio da aplicação da ferramenta é possível elencar cada um de acordo com o grau de relevância.

2.3.1 Gravidade

A gravidade na Matriz GUT fala sobre o impacto positivo ou negativo de não realizar uma ação. Por exemplo, não enviar uma proposta comercial para um cliente pode ter um grande impacto negativo, como perder a venda. Mas organizar uma caixa de e-mail tem um impacto bem menor.

Escala de valores:

a) 1 - Não é grave
b) 2 - Pouco grave
c) 3 - Grave
d) 4 - Muito grave
e) 5 - Extremamente grave

2.3.2 Urgência

A urgência diz respeito à velocidade com que uma ação precisa ser tomada em relação a uma atividade. Por exemplo, uma startup está com um problema no sistema de recebimento e todos os pagamentos estão parados. Obviamente essa atividade é extremamente urgente!

Precisa de ação imediata, diferente de comprar uma nova escrivaninha para o escritório.
Escala de valores:

a) 1 - Pode esperar
b) 2 - Pouco urgente

c) 3 - Urgente, merece atenção no curto prazo

d) 4 - Muito urgente

e) 5 - Necessita ação imediata

2.3.3 Tendência

A tendência trata da perspectiva de piora de um problema, ou seja, o quanto o tempo pode agravar a situação. Por exemplo, você tem uma conta que vence hoje, se pagar amanhã você receberá uma multa de 10% do valor a cada dia de atraso. Essa é uma questão em que a tendência de piorar é grande.

Escala de valores:

a) 1 - Não irá mudar

b) 2 - Irá piorar a longo prazo

c) 3 - Irá piorar a médio prazo

d) 4 - Irá piorar a curto prazo

e) 5 - Irá piorar rapidamente

2.4 Ferramenta 5W2H

A 5W2H é uma ferramenta utilizada no planejamento estratégico das empresas, ajudando a esclarecer questionamentos, sanar dúvidas sobre determinado problema ou tomar decisões. Assim, seu uso traz benefícios como a facilidade na compreensão de fatos pois, a 5 5W2H ajuda a obter as melhores soluções e ajudam a organizar e sistematizar ideias.

A ferramenta é composta por sete perguntas específicas e que tem as iniciais de suas palavras em inglês, sendo elas:

a) What (O quê?)

Essa pergunta se relaciona, basicamente, sobre qual é o problema, ou contexto que se está analisando.

b) Why (Por que?)

Neste ponto, é importante analisar as seguintes perguntas: "por que isso é um problema? Quais são as causas que levaram a ocorrer o problema?" Sendo assim, explicar o motivo de tal problema estar acontecendo.

c) Where (Onde?)

Se faz necessário, analisar por quais ou em quais canais serão feitos, qual área ou departamento deve ser realizado o plano de ação, para resolver e tratar o problema.

d) When? (Quando?)

Neste quesito, é importante apontar quando será feita a ação corretiva do problema, ou seja, um cronograma de ações, especificando a data e em determinados casos, o horário que irá acontecer.

e) Who (Quem?)

É considerável descrever, quais serão os responsáveis pela ação corretiva, sendo um colaborador ou um gestor. Sendo o mesmo que será cobrado, posteriormente, pela ação.

f) How (Como será feito?)

Nessa questão, é significante, que seja descrito todo o processo para a tomada da ação corretiva.

g) How much (Quanto?)

Se analisa quais os custos potenciais que foram envolvidos para a resolução do problema ocorrido.

3 Método do relato

Para construção do referido estudo, foram realizadas reuniões presenciais com a mentora e demais participantes da comissão organizadora do projeto, nas quais foram discutidos assuntos a respeito de melhorias e pontos a melhorar. Foram utilizadas também as ferramentas SWOT, GUT e 5W2H acima conceituadas.

Também houve a observação das iniciativas da Embaixada como participação nos bazares solidários, auxílio na organização do estoque de alimentos e limpeza da sede do projeto.

As reuniões realizaram-se de forma presencial nos dias:

a) 06/04/2022
b) 14/04/2022
c) 21/04/2022
d) 22/04/2022
e) 30/04/2022

4 Proposta de intervenção/resultados da intervenção

Com base nas ferramentas anteriormente pontuadas, a proposta de intervenção foi apresentada, tendo como referência as análises logo abaixo especificadas.

4.1 Missão, visão e valores

a) Missão

Prestar apoio a homens, mulheres, crianças e famílias imigrantes, estabilizando e elevando a qualidade de vida através de ações solidárias e incentivando a autonomia, preservação da cultura e protagonismo social.

b) Visão

Com o trabalho desta organização, busca-se um ambiente mais justo e mais solidário, suprindo as necessidades das famílias e pessoas carentes e incentivando a autonomia, preservação da cultura e protagonismo social.

c) Valores

Responsabilidade social, transparência, solidariedade e acolhimento.

4.2 Matriz SWOT

Conforme mencionado anteriormente, esta ferramenta é uma grande aliada para detectar forças, oportunidades, fraquezas e possíveis ameaças da organização empresarial.

Figura 1 – Matriz SWOT Embaixada Solidária



Fonte: desenvolvido pela autora (2022).

4.3 5W2H juntamente com GUT

Como aludido anteriormente, a matriz 5W2H é uma forma de tornar mais específicas as demandas de uma empresa, deixando pré-definidos o que será, por que está sendo demandado, onde será realizado, quem irá executar, quando será feito, como será desenvolvido e quanto irá custar para a organização este procedimento. A ferramenta GUT geralmente é usada em conjunto com a matriz 5W2H, pois esta determina os graus de prioridade da tarefa.

Figura 2 - Matriz 5W2H juntamente com GUT

Nº Situação	5W2H							Prioridade			
	What? *O que?*	Why? *Por que?*	Where? *Onde?*	Who? *Quem?*	When? *Quando?*	How? *Como?*	How Much? *Quanto?*	G	U	T	Total
1	Fixação de voluntários	"Febre de ajudas"	Rede de comunicação	Edna	Até 30/06	Estratégias para permanecimento dos voluntários no projeto	Trabalho voluntário	4	4	4	64
2	Organização do estoque	Controle de saídas/entradas dos itens	Na sede da Embaixada	Responsável pelo estoque	Até 30/06	Mapeamento dos itens do estoque	Trabalho voluntário	3	4	4	48
3	Criação da quantidade reserva de itens	Garantia caso as doações diminuam	Na sede da Embaixada	Responsável pelo estoque	Até 30/06	Realização de médias de saídas a cada semana	Trabalho voluntário	4	3	4	48
4	Administração dos recursos	Tornar as doações mais eficientes	Na sede da Embaixada	Responsável pelo estoque	Até 30/06	Ferramentas, como planilhas	Trabalho voluntário	2	3	4	24
5	Criação do cronograma de participações dos voluntários	Melhorar a distribuição de participações	Na sede da Embaixada	Responsável	Até 30/06	Montar uma planilha/cronograma em Excel	Trabalho voluntário	2	2	2	8
6	Parceria com universidades	Aumentar os voluntários	Na FAG Toledo	Edna	Até 30/06	Formalizando a parceria com a universidade	Possíveis custos c/ deslocamento	2	2	1	4

Fonte: desenvolvido pela autora (2022).

4.3.1 Especificações das matrizes 5H2W e GUT

a) Situação 1 – Fixação de voluntários

Esta situação consiste em planejar métodos que façam com que os voluntários permaneçam na atividade voluntária. Entre as iniciativas que podem ser adotadas estão:

- Motivar os voluntários;
- Reconhecer atitudes que desenvolvam o projeto;
- Flexibilizar a comunicação;
- Flexibilizar os horários de participação.

É importante que medidas como essas sejam tomadas para que o projeto sempre conte com voluntários dispostos a trabalhar, pois algo que é facilmente observado na Embaixada é a falta de proporcionalidade de participações. Ou seja, em alguns momentos há muitos voluntários dispostos a ajudar, porém em outros não há pessoas suficientes dispostas a ajudar. Isso faz com que alguns voluntários fiquem sobrecarregados com o trabalho e acabam desistindo de participar.

Esta iniciativa conta com 64 pontos na análise GUT pois, conforme conversado com a mentora do projeto, este é um dos pontos que mais precisam de desenvolvimento na Embaixada. Portanto, está alocada na primeira linha no quesito de prioridade.

b) Situação 2 - Organização do estoque

A organização do estoque tem como objetivo controlar a quantidade de doações que a Embaixada possui. Desta forma, haverá um melhoramento na gestão de distribuição dos itens. Medidas que podem ser adotadas:

- Implantação do uso de planilhas para melhor visualização;
- Registro de entradas no estoque;
- Divisão em categorias de itens;
- Tornar os dados acessíveis a todos os que participam da organização.

Foi pontuado em 48 na escala GUT, pois o estoque é essencial para o desenvolvimento da embaixada. Se faz necessário um ordenamento de dados, do que entra e do que é retirado da organização, para que assim, a mesma conte com uma melhoria na distribuição dos estoques, conseguindo aproveitar melhor e consequentemente, atender mais pessoas.

c) Situação 3 - Criação de reservas

Ter uma reserva de itens no estoque é essencial em situações em que as doações diminuem. Desta forma, elaborar uma quantidade mínima de itens para se ter em reserva é essencial para a Embaixada continuar atuando. A mentora do projeto relata que houveram casos em que surgiram atendimentos emergenciais à imigrantes e não haviam insumos suficientes para realizar a doação. Portanto, havendo reserva de itens para emergências esses casos seriam drasticamente minimizados.

Foi pontuado 48 na matriz GUT, assim como deve haver uma ordenação do estoque, também é importante criar uma reserva. As doações podem acabar sendo imprevisíveis, sendo assim, a reserva ajuda a manter uma garantia futura, caso venha a diminuir o fluxo de doações.

d) Situação 4 – Administração de recursos

Este caso de melhoramento tem como objetivo tornar mais eficiente o monitoramento dos recursos, levando em consideração que os recursos são finitos e precisam de uma boa administração para atender da melhor forma possível a demanda. Na matriz GUT, se obteve 24 como pontuação, sendo um quesito importante, pois, depois de organizar e criar uma reserva de doações, é imprescindível a administração desses recursos. Colocar uma administração de ótima qualidade em prática, aumenta a eficiência do trabalho da embaixada.

e) Situação 5 - Criação de cronograma de participações dos voluntários

Trata-se de uma questão que ajuda na organização interna da embaixada, pois assim há uma melhor distribuição de tarefas para os voluntários. Caso não ocorra essa distribuição adequada, pode acabar sobrecarregando determinadas áreas e pessoas ou necessitando de pessoas para realizar algumas atividades.

Com pontuação 8 na escala GUT, a criação de um cronograma facilitaria o gerenciamento das atividades realizadas dentro do projeto, sendo assim, os voluntários teriam clareza em quais atividades focar e desempenhar durante determinado tempo.

f) Situação 6 – Parcerias com universidades

Nesse quesito deve ser analisado métodos que façam com que a embaixada consiga maiores parcerias com as universidades, pois, as universidades precisam desempenhar esse papel de participar ativamente do desenvolvimento social, através de campanhas de arrecadação, campanhas de voluntários, até mesmo acadêmicos de determinados cursos, que podem prestar serviços ligados à sua formação. Apesar do auxílio das universidades serem de extrema importância, a parceria com as mesmas acaba sendo a última na escala GUT, pois existem algumas ações que precisam ser priorizadas internamente na embaixada para que depois, se busque ajudas externas.

5 Considerações finais

A mensuração do desenvolvimento das ações será feita através de comparativos e relatórios que serão apresentados ao final de cada mês na reunião mensal do projeto. Desta forma, será possível contar com a participação de todos os integrantes da comissão organizadora da Embaixada, onde os mesmos poderão relatar como foi desenvolver estes objetivos/metas durante o mês.

No processo de desenvolvimento deste relato, notou-se a grande dificuldade que este setor possui em administrar seus recursos em decorrência da falta de voluntários, ou mesmo da não disponibilidade dos voluntários que já possui. Por ser trabalho voluntário, muitas vezes ocorrem as “febres de ajuda”, que são oriundas de uma comoção em massa, porém após o final desta febre os projetos sociais carecem de voluntários, chegando assim ao ponto de encerrarem suas atividades ou diminuírem o público atendido.

Referências Bibliográficas

TACHIZAWA, TAKESHY; Rezende, Wilson. **Estratégia Empresarial**: Tendências e Desafios. São Paulo: Makron Books, 2000.

DA COSTA, Eliezer Arantes. **Gestão Estratégica**. 2. Ed. Rev. E Atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2003. 292 p.

MUNICÍPIO DE TOLEDO. **Decreto Nº 210, 6 de agosto de 2021**. Decreto Nº 210, Toledo, PR, 6 ago. 2021. Disponível em: http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/17714_texto_integral.

Acesso em: 27 mar. 2022.

SILVA, Sidney Antonio da. **Imigração e Redes de Acolhimento: O Caso Dos Haitianos No Brasil**. Universidade Federal Do Amazonas (Ufam), [*s. l.*], 2017.

ONU (BRASIL). Agência da ONU Para Refugiados. **Dados Sobre Refúgio No Brasil**. [*S.L.*], 2021. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/dados-sobrerefugio/dadossobre-refugio-no-brasil/. Acesso em: 11 abr. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (PARANÁ). SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO. **Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas da Sejuf Realiza Mutirão de Renovação de Documentos Para Haitianos**.[*S.l.*],2022. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/CentrodeInformacao-para-Migrantes-Refugiados-e-Apatridas-da-Sejuf-realiza-mutirao-de. Acesso em: 14 abr. 2022. https://www.toledo.pr.gov.br/noticia/toledo-recebe-eventodecapacitacao-do-ce ntro-estadual-para-migrantes.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei Nº 13.984, de 24 de abril de 2022**. LEI. [*S. l.*], 2018.

BRAGA, M. M.; DOMINGUES, H. **Planejamento estratégico: um estudo de caso na tumat store.** Disponível em: https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/2113/1/PLANEJAMENTO%20ESTRAT%c3%89GICO.pdf . Acesso em: 20 maio. 2022.

HOFRICHTER, Markus. Análise SWOT. [S. l.]: Simplíssimo Livros Ltda, 2020.

FRANCISCO, Fellipe Vilmar. **Planejamento Estratégico da Empresa Sanefil Ltda ME**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade do Vale do Itajaí, [*S. l.*], 2012.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL DENTRO DAS EMPRESAS

Relato Técnico

SOARES, Maíra Fúrio - Autor 1
FAITA, Rafaela Viviane - Autor 2
rvfaita@minha.fag.edu.br
Orientador: NESKE, Djeimi Angela Leonhardt
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

Resumo
O presente trabalho tem como objetivo a discussão a respeito da comunicação e relacionamento interpessoal dentro da empresa estudada, destacando a Matriz SWOT como a principal ferramenta utilizada, e também as visitas técnicas. Sendo feito uma análise geral da empresa, e uma proposta de intervenção referente as soluções e melhorias para o eficaz desenvolvimento da empresa dentro do mercado.

Palavras chave: *SWOT. Comunicação. Soluções.*

1 Introdução

A comunicação e o relacionamento interpessoal, assunto presente neste trabalho, se refere a troca de informações de uma ou mais pessoas de um mesmo ciclo. Sendo assim, é a capacidade de receber, interpretar e transmitir mensagens não verbais e/ou verbais com êxito. Com esse estudo, pretende-se realizar um levantamento teórico e prático acerca do tema, permitindo assim a análise dos principais problemas ocorridos e a proposição de estratégia de solução para eles.

Para que a comunicação se torne benéfica dentro do ambiente de trabalho, planejar a posição que uma empresa ocupa em seu mercado de atuação é fundamental para o sucesso da mesma. De acordo com Kotler (1992, p.63) O "planejamento estratégico é definido como o processo gerencial de desenvolver e manter uma adequação razoável entre os objetivos e recursos da empresa e as mudanças e oportunidades de mercado". Atualmente, muitas são as formas pelas quais essa empresa pode, de forma estratégica, ocupar uma boa posição em meio a seus concorrentes e, por isso, o trabalho busca o entendimento delas para aplicação na situação real da empresa estudada.

Nesse sentido, entre as várias questões que precisam ser consideradas, o trabalho abordará a comunicação e relacionamento interpessoal dentro da empresa. Pois segundo Chiavenato (2000, p.142) "comunicação é a troca de informações entre indivíduos. Significa tornar comum uma mensagem ou informação"

Para a empresa estudada, é de suma importância conseguir dimensionar sua posição no mercado e entender as mudanças que devem ser feitas para que passe a ter crescimento no ramo em que atua e, para isso, o presente trabalho se faz necessário.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato, assim como exercitar algumas ideias de solução para as lacunas encontradas referente a empresa estudada, contemplada pelo projeto. A instituição de estudo atua no ramo de lanchonetes há 15 anos em Toledo, no estado do Paraná. O restaurante nasceu em 2007, a partir de uma ideia em que o sócio proprietário, que trabalhava como funcionário no mesmo ramo desde 1996, teve a oportunidade de abrir seu próprio negócio.

2 Referencial Teórico

Dentro do estudo da comunicação, também se torna necessário a análise de cenário, sendo um conceito divulgado por estudos que passou a ser muito usado como uma ferramenta na gestão. De acordo com Ringland (2006) “o planejamento de cenários é uma parte do planejamento estratégico que combina ferramentas e tecnologias para administrar as incertezas do futuro, ou seja, são modelos para antecipar, o que o autor chama de vida real”. Essa metodologia traz como ideia, utilizar um conjunto de ferramentas para que todos possam conseguir, com segurança, imaginar possíveis cenário futuros. E então, a partir desse ponto, a empresa conseguir elaborar estratégias para cada situação decorrente.

Essa análise de cenário, apesar de ser muito utilizada atualmente dentro das empresas, é uma metodologia que nasce ainda no setor militar. Pois, durante as guerras, os estrategistas tinham função de tentar imaginar quais eram os possíveis ataques para que assim pudessem criar planos de contra-ataque e defesa. Sendo assim, elaborar um cenário no planejamento estratégico, permite que as estratégias sejam estabelecidas pensando em um contexto futuro. Pois, segundo Schoemaker (1995) “o planejamento por cenários é um método estruturado (disciplinado) para imaginar futuros possíveis”.

Utiza-se também matriz SWOT para analizarmos os diversos fatores dentro da empresa e para isso, no primeiro momento, deve ser compreendido o que é esse ambiente, qual o seu objetivo, sabendo diferenciá-lo, e tendo o conhecimento de quais são os grupos que compõem esse ambiente. Uma forma simples de identificar o ambiente, é saber que a empresa tem total controle sobre ela, como saber seus limites, suas fraquezas, suas forças e suas condições, sendo esses os elementos do ambiente interno. Wright, Kroll e Parnell, (2010) descrevem o ambiente interno sob uma perspectiva voltada à administração estratégica, e com isso, descrevem que o ambiente interno de uma organização se constitui de seus recursos, que podem ser humanos, organizacionais e físicos.

Já o ambiente externo dentro de uma organização, se refere a uma das etapas do planejamento estratégico, ao microambiente como um todo. A escola ambiental sugere que o processo de formulação de estratégias não parte da organização, mas sim das contingências impostas pelo ambiente externo, onde a organização assume uma posição reativa quanto a este processo, uma vez que a liderança se torna um elemento passivo e o ambiente determina a abordagem apropriada à organização (MINTZBERG; ALHSTRAND; LAMPEL, 2009).

3 Método do relato

No primeiro contato com a empresa, o assunto debatido foi a missão, sendo ela, aquilo no qual ela define como a razão do seu negócio, a sua entrega ao cliente; observando também qual a visão, sendo descrita pelo objetivo de onde a empresa pretende chegar; e por fim, os valores que se resumem a importantes atitudes e crenças que se aplicam ao negócio. Pois é a partir delas que será possível observar se o andamento e o desempenho da instituição andam conforme o planejado. Os pontos apresentados anteriormente que devem ser discutidos dentro da empresa de análise deste trabalho (após serem desenvolvidos juntamente com a empresa) funciona da seguinte forma:

• Missão: servir refeições de qualidade e em um ambiente agradável, com profissionais capacitados a prestar o melhor atendimento a seus clientes.

• Visão: ser uma empresa reconhecida pelo seu atendimento eficaz, com excelência em seus produtos oferecidos, e buscando superar as expectativas dos clientes para que os mesmos se sintam acolhidos em nosso ambiente.

• Valor: Agilidade e qualidade; Trabalho em equipe; Respeito ao cliente.

Juntamente com a análise anterior, utiliza-se um estudo sobre o ambiente interno e externo da empresa. No ambiente interno, devem ter o entendimento que constitui-se principalmente pelos proprietários da instituição (pessoas que investem na empresa e tem direitos de proprietário, podendo ser um indivíduo ou um grupo), diretoria (também conhecido como conselho administrativo sendo o corpo diretivo da empresa eleito pelos acionistas, tendo a responsabilidade de supervisionar), funcionários (ou força de trabalho, sendo o elemento mais importante do ambiente interno, executando tarefas) e cultura (comportamento coletivo dos membros, valores, visões, crenças, entre outros). Já o ambiente externo, está ligado a todas as coisas que não estão no controle da organização.

Com o entendimento do ambiente interno e externo, foi desenvolvida uma análise na empresa estudada. Com o auxílio da análise SWOT, consegue-se ter uma visão de quais são as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades da empresa estudada, como será descrito a seguir:

Forças:

- Possuem conhecimento de gestão: Como estão trabalhando com o empreendimento a bastante tempo, possuem uma forte experiência nos negócios, sendo assim, existe uma

facilidade maior na elaboração de novas estratégias, pela bagagem e o conhecimento que se leva.

- Possuem bons profissionais: Eles desempenham seus respectivos cargos após terem tido o conhecimento sobre o que desempenhar; facilitando assim a organização da empresa, obtendo resultados positivos com facilidade que auxiliam no crescimento da empresa.

- Possuem bons preços em relação ao mercado da região: Desta forma potencializa o custo-benefício de consumir em seu restaurante, chamando atenção de novos clientes a frequentarem o estabelecimento, sendo divulgada ainda mais, o nome da empresa, entre eles.

Fraquezas:

- Carência de marketing: A divulgação em redes sociais faz com que haja maior capitação de clientes, dificultando atualmente, a comunicação com seus clientes, pois a maioria das pessoas hoje utilizam as redes sociais como forma de entrar em contato com os estabelecimentos, fazer seus pedidos, ou até mesmo conhecer melhor a empresa.

- Ambiente simples: Desta forma, faz com que os clientes em datas especiais procurem outros estabelecimentos, utilizando a empresa apenas no seu dia a dia, e pelo espaço pequeno, muitas vezes, em horário de maior fluxo de clientes, acabe faltando lugares para acomodar a todos de uma forma agradável.

- Os pratos “comuns”, não possuem exclusividade: Isso faz com que muitas vezes os clientes obtêm por outro estabelecimento por conta dos pratos, por terem mais variedades e exclusividades, sendo assim, os clientes escolhem a instituição por estar mais perto e por praticidade, mas não pelo cardápio.

- Possui poucos funcionários: Isso dificulta os atendimentos com rapidez e eficácia, principalmente em horários com maior fluxo.

Oportunidades:

- Abertura de uma nova instituição de estudo próxima: Como o fluxo maior de clientes na empresa estudada é FAG, seria uma ótima oportunidade de crescimento a abertura de uma nova instituição de estudo próximo a lanchonete. Pois além dos acadêmicos da FAG, ele aumentaria o seu público tento como clientes, também os alunos desta nova instituição;

- Uma empresa próxima fechar (concorrente): Apesar da lanchonete não se intimidar pelos seus concorrentes, o fechamento das empresas que atuam ao seu redor seria uma vantagem, pois o público seria exclusivamente da empresa estudada;

- Aumento dos cursos na FAG: Devido a clientela da lanchonete ser os estudantes universitários da FAG, o aumento dos cursos aumentaria o número de acadêmicos, e consequentemente, um lucro maior para a lanchonete.

Ameaças:

- A FAG mudar de local: A mudança de endereço da instituição causaria uma perda grande no número de clientes da lanchonete. Hoje, cerca de 80% de seu público são acadêmicos, e essa também seria a percentagem de perdas que a empresa estudada teria.

- Um novo empreendimento próximo com valores menores: Atualmente, os valores dos produtos da lanchonete são acessíveis comparado aos seus concorrentes. Seu público diminuiria relativamente caso abra um local mais barato, que seja mais atrativo para os consumidores.

- Aumento da escolha em cursos on-lines: Esse acontecimento é considerado uma ameaça, pelo fato de que a maioria dos clientes são alunos que participam de cursos presenciais. No cenário em que vivemos hoje, o número de cursos on-lines vem aumentando gradativamente ao longo dos tempos, e não contribuindo para a lucratividade da lanchonete. Uma nova onda da pandemia. Uma nova onda da pandemia não seria benéfica a ninguém, mas frisando a lanchonete, esse seria um acontecimento que decairia novamente o seu lucro, que no qual ainda estão tentando recuperar.

Após esse estudo, é possível compreender melhor a estrutura interna e externa da organização. É a partir dessa visão que o gestor começa a elaborar estratégias para a empresa, trabalhando em cima de suas forças e elaborando formas de melhorias de suas fraquezas.

4 Proposta de intervenção/resultados da intervenção

Com base no estudo realizado, foi possível propor algumas intervenções para melhoria da empresa referente a comunicação. Como ponto principal, detaca-se na melhoria no marketing, ou seja, a criação de redes sociais como Instagram, Facebook, TikTok e Linkdin, assim como afirma Kotler e Kelvin (2006) com essa visibilidade se é possível a coleta de novos clientes, além de monitorar quem de fato é o público alvo do negócio e futuros clientes em potencial. Trabalhando também na melhoria do ambiente, demostrando que o ponto de novos investimentos se coloca posterior aos relacionados a aprimoramento e inovação dos itens já existentes.

Um dos pontos que também é interessante ser trabalhado dentro da empresa, é de investimento no aprimoramento dos conhecimentos de gestão por parte do proprietário com ênfase na remuneração adequada de seus colaboradores, a fim de se criar um vínculo de segurança e incentivo. E por fim, seguiria com a possibilidade de novos investimentos com a estruturação de uma nova filiação.

5 Conclusões

As organizações estão constantemente em busca de crescimento no mercado. A competitividade é necessária devido a mudanças que ocorrem em circunstâncias incertas. As relações interpessoais e o trabalho em equipe em um ambiente organizacional afetam a capacidade da organização de enfrentar riscos e alcançar os resultados desejados porque o capital humano representado pelas pessoas está diretamente relacionado aos relacionamentos, bom ambiente organizacional, trabalho em equipe e resultados.

Através da pesquisa realizada foi possível verificar que a comunicação dentro do ambiente de trabalho pode impactar nos resultados da organização, pois a interação e o trabalho em equipe bem desenvolvido através de métodos de gestão eficaz resulta no sucesso da organização, aumentando o desempenho e a motivação dos colaboradores. Portanto, para solucionar os problemas que surgem, é recomendável que a equipe discuta, através de uma comunicação eficaz, onde todos têm acesso às informações necessárias, transparência e clareza. O objetivo é engajar a equipe, opinar, fortalecer trabalhar e alcançar um bom desempenho na atividade, melhorando a organização e funcionários.

Quanto melhor a comunicação, maior será o alcance dos resultados da organização e o atendimento das necessidades das pessoas, consequentemente maior satisfação no ambiente de trabalho. Os empregados são os recursos produtivos da empresa. A organização deve facilitar a integração das equipes dando oportunidades de desenvolver, planejar, ter iniciativa e outras atitudes. O relacionamento estimula o autodesenvolvimento, a aquisição de conhecimentos, enfim colabora com o crescimento profissional. É a base da realização profissional das pessoas e facilitadores do alcance dos objetivos da organização.

Utilizamos também a análise da Matriz SWOT, na qual conseguimos ter uma visão geral da empresa, destacando os quatro norteadores da ferramenta (força, fraqueza, oportunidade e ameaças).

Referências Bibliográficas

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RINGLAND, G. **Scenario Planning: Managing for the future.** 2ª ed. EUA: John Wiley & Sons, Ltd, 2006.

SCHOEMAKER, P. J. H. **Scenario Planning: A Tool for Strategic Thinking**. Sloan Management Review, v. 36, n.2, Winter 1995.

WRIGHT, P; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração estratégica:** conceitos. 1. ed., 11 reimpresso, São Paulo, Atlas 2010.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B; LAMPEL, Joseph**.Safári de estratégia: um roteiro peia selva do planejamento estratégico**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman. 2010.

KOTLER, KEVIN. **Administração de Marketing.** Ed Bookman, 2006.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

"EMPREENDER É COISA DE MULHER" - ESPAÇO DISRUPTIVO FAG TOLEDO

OLIVEIRA, Emi Kussano - Autor 1
DOMINGOS, Juliano - Autor 2
jndomingos@minha.fag.edu.br
ekoliveira@minha.fag.edu.br
Orientador: NESKE, Djeimi Angela Leonhardt
Faculdade Assis Gurgacz - Toledo

Resumo
Esse relato técnico aborda o empreendedorismo feminino, especificamente relatando uma rodada de negócios que ocorreu na FAG Toledo, advindo de uma parceria entre o projeto "Coisa de mulher" e o Espaço Disruptivo. O objetivo do presente trabalho foi fomentar o empreendedorismo feminino e possibilitar a exposição de como as integrantes do projeto conheceram um pouco do negócio uma das outras. A rodada de negócios, intitulada Empreender é coisa de mulher, ocorreu no dia primeiro de setembro de dois mil e vinte dois, contou com a presença de dezoito empresárias do projeto "Coisa de mulher" e vinte e dois acadêmicos do curso de Administração, que participaram das atividades práticas do projeto. A rodada de negócios teve um resultado positivo, já que os participantes se mostraram satisfeitos com o resultado, houve a integração entre as e empresárias e trouxe mais atendimentos posteriores para o Espaço Disruptivo.

Palavras chave: *Empreendedorismo Feminino, Espaço disruptivo, Rodada de Negócios.*

1 Introdução

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), as mulheres brasileiras possuem uma maior taxa de conclusão do Ensino Médio comparado aos homens, todavia, ainda assim estão na base da pirâmide de recursos e cargos profissionais. Ao passo que, o número de homens em altos cargos é significativamente maior comparado ao total de mulheres que, dadas essas condições, têm buscado novas formas de trabalho. Destarte, frente às dificuldades que a mulher encontra no mundo do trabalho, uma recorrente saída são as iniciativas empreendedoras, que vêm crescendo exponencialmente entre as mulheres.

Outrossim, ainda de acordo com o IBGE (2019), no ano de dois mil e quinze, a participação do gênero feminino em atividades empreendedoras atingiu a sexta colocação nos países pesquisados, computando uma taxa percentual de mais de dez por cento, quando observada no cenário de todos os países em análise, enquanto a do gênero oposto ocupa o décimo terceiro lugar, com percentual de mais de onze por cento, nota-se, portanto um significativo crescimento do pensar empreendedor entre as mulheres.

De acordo com o Sebrae (2022), a cidade de Toledo - PR tem mais de dezenove mil empreendedoras, a pesquisa mostra, também, que sessenta por cento das empresas que foram iniciadas no município entre os meses de janeiro e fevereiro de dois mil e vinte dois, são geridas por mulheres. Apesar desse número expressivo e exponencial, nenhum trabalho acadêmico foi, ainda, feito acerca dessa realidade.

Sob esse viés, o objetivo deste estudo é apresentar um relato técnico do Projeto “Coisa de mulher”, que se caracteriza pelo incentivo e formação do feminino para o mundo empreendedor. As líderes do projeto buscaram o Espaço Disruptivo da FAG Toledo para desenvolver atividades que fomentem o objetivo do mesmo, como a rodada de negócios que será aqui relatada, e criar laços de parceria. O presente trabalho se mostra relevante ao passo que dá visibilidade acadêmica a projetos de empreendedorismo feminino e incentiva mulheres empreendedoras a alavancar suas potencialidades.

2 Referencial Teórico

Dentre os desafios que as mulheres encontram no caminho empreendedor, o medo é com certeza o que mais tem tirado o sono delas. De acordo com Camargo, Lourenço e

Ferreira (2018), os medos das empreendedoras brasileiras vão se alterando de acordo com a fase em que se encontram, ou seja, os medos de quando se começa a empreender vão sendo substituídos por outros quando o negócio se desenvolve, podem-se citar como grandes medos: "a inadimplência, e a redução da procura por serviços e vendas, em razão do desemprego de seus clientes; o aumento dos impostos; a volta da inflação; o aumento dos custos para manter o negócio" (CAMARGO; LOURENÇO; FERREIRA, 2018, p. 190). Destacam, com efeito, que esses medos são acompanhados da solidão, já que muitas vezes não se sentem confortáveis em compartilhar as dores do negócios com colaboradores, sócios e familiares.

Além do medo, elas enfrentam desafios diversos, a saber, problemas com financiamento, competição, discriminação de gênero e de idade e atividades pessoais, familiares e do trabalho sem equilíbrio de demanda (JONATHAN, 2003). De acordo com Metz (2014, p. 176), "culturalmente, os homens não enfrentam esses obstáculos externos, pois a dominância do público masculino nas ordens de comando sempre foi maior". Portanto, as mulheres passam por mais dificuldades no mercado de trabalho e também no mundo empreendedor.

Diante desse cenário, percebe-se que ser uma mulher empreendedora não é fácil, por isso projetos que as ajudam, são importantes para fomentar e fortalecer o empreendedorismo feminino. A colaboração é fundamental para superar as adversidades no meio empreendedor, e principalmente para as mulheres é uma forma de mitigar os vários desafios desse processo, por exemplo, um dos obstáculos que elas encontram nesse meio é o networking, e os projetos de apoio, como o "Coisa de mulher" e o Espaço Disruptivo da FAG Toledo conseguem auxiliar com atividades que aumentam as trocas entre as empreendedoras. Com efeito, grupos que promovem essa colaboração são importantes para inserir a mulher no mercado empresarial, auxiliar na gestão do negócio e promover a troca de experiências (FERREIRA; BOHNENBERGER; SCHMIDT, 2022).

Segundo Ncube e Washburn (2010), as empreendedoras são inspiradas por outras que já são bem sucedidas e a colaboração pode incentivar as mulheres e ajudar elas a se sentirem mais apoiadas. Ademais, segundo os autores com colaboração e orientação as empreendedoras têm mais probabilidade de alcançar o sucesso. Portanto, as mulheres empreendedoras enfrentam muitos desafios, mas com apoio de projetos colaborativos como "Coisa de mulher", objeto de pesquisa deste estudo, elas têm amparo e podem continuar fortalecendo o empreendedorismo feminino.

3 Método do relato

O projeto destacado neste relato foi desenvolvido no ano de dois mil e vinte, alta da pandemia de COVID-19, portanto, os comércios tiveram suas portas fechadas e os empreendedores entraram em uma séria crise, pois precisavam trabalhar. Foi nesse período que algumas mulheres criaram um grupo de Whatsapp com suas clientes. Depois de um tempo, com a baixa do vírus, elas começaram a reunir-se presencialmente e a partir disso criaram vínculos de amizade e parceria. Continuam ainda com o grupo de whatsapp, com reuniões presenciais e com uma revista onde escrevem sobre temas do universo feminino e empreendedor.

Diante disso, as mulheres procuraram o Espaço Disruptivo da FAG Toledo para buscar uma parceria, juntos organizarem uma rodada de negócios com o objetivo de possibilitar uma vivência real do mundo empreendedor, de promover a prática e de aproximar a comunidade aos acadêmicos.

Esse encontro ocorreu no dia primeiro de setembro de dois mil e vinte dois, nas dependências da FAG Toledo, sob a supervisão da Professora Djeimi Neske, coordenadora do Espaço Disruptivo e professora da FAG Toledo, .

4 Proposta de intervenção/resultados da intervenção

O projeto “Coisa de mulher” buscou uma parceria com o Espaço Disruptivo, que aconteceu por meio do contato da coordenadora do projeto “Coisa de mulher” com Antônio Carlos Chidichima, coordenador do curso de administração da FAG Toledo, para buscar apoio e fomentar a parceria entre as mulheres já integrantes do projeto. A partir disso, marcou-se uma reunião com a coordenadora do Espaço Disruptivo, o coordenador de administração e a coordenadora do projeto “Coisa de mulher”, que trataram sobre as demandas e perceberam que a principal necessidade era a integração e interação entre as empreendedoras, então entendeu-se que, *a priori,* a melhor proposta era realizar uma rodada de negócios, a qual foi intitulada “Empreender é coisa de mulher”.

O Espaço Disruptivo da FAG Toledo é um ambiente que se propõe a auxiliar a sociedade por meio do atendimento a necessidades de diversos setores e promoção da

inovação. Ele visa ajudar os empreendedores, principalmente os Microempreendedores Individuais (MEI), com trabalho em equipe dos discentes, docentes e coordenadores dos cursos da FAG Toledo. Além disso, possibilita o contato dos acadêmicos com a sociedade, de modo que eles desenvolvam competências que complementam a formação acadêmica.

O projeto “Coisa de mulher” é um grupo de mulheres empreendedoras que surgiu em 2020, durante a pandemia. Elas estavam precisando trabalhar e vender, mas não podiam abrir o comércio, então decidiram criar um grupo no WhatsApp, no qual cada uma colocou seus clientes. Nesse grupo todas as parceiras podiam divulgar seus produtos e serviços. Depois de um tempo, quando foi permitido se encontrar, elas começaram a realizar reuniões presenciais. A partir disso elas conseguiram se conhecer melhor e também começaram a formatar o grupo para ser um lugar onde as mulheres pudessem fazer networking.

Atualmente o projeto ainda tem esses grupos funcionado, fazem reuniões presenciais e também tem uma revista online em que falam sobre diversos assuntos relacionados ao projeto. O objetivo delas é crescer virtualmente, realizar treinamentos e fazer com que o grupo seja um incentivo para as mulheres empreenderem, por que como o nome já diz, empreender é coisa de mulher. Além disso, o grupo é importante para que todas possam estar juntas, já que empreender não é fácil e precisa de apoio.

Segundo o Sebrae (2022), rodada de negócios se caracteriza pela criação de um ambiente para a realização de parcerias e aproximação comercial, isso acontece através de reuniões entre os representantes de demanda e oferta de produtos ou serviços. Os principais objetivos do evento é aproximar quem busca comprar de quem está vendendo e estimular o networking.

Antes do evento, houve um alinhamento e desenvolvimento do projeto entre a professora Djeimi Angela Leonhardt Neske com a Rosangela Silva, idealizadora do projeto “Coisa de mulher". O desenvolvimento da metodologia ficou por responsabilidade da professora Djeimi Angela e a divulgação entre as empresárias ficou para Rosangela e Heloísa, filha da idealizadora.

A rodada de negócios teve a condução da professora Djeimi Angela Leonhardt Neske, a presença de Janice Salvador e Antônio Carlos Chidichima, professores da FAG Toledo, além da presença de dezoito empresárias do projeto "Coisa de mulher" e de vinte de dois acadêmicos do curso de Administração, que participaram das atividades práticas do projeto.

Durante a rodada de negócios cada participante tinha um tempo estabelecido de três minutos para apresentar o seu negócio, o tempo e o apoio para a realização das rodadas foi conduzido pelos acadêmicos do curso de administração. A dinâmica contou com cinco rodadas com intuito de fazer com que o máximo de pessoas possíveis pudessem se conhecer nesse processo.

O evento teve um clima bem descontraído e todos conseguiram realizar bem suas funções. Tanto acadêmicos quanto empresárias demonstraram estar satisfeitos com o andamento da atividade. Depois houve um sorteio de brindes para os participantes. E ao final teve o coffee, com aperitivos trazidos pelas empresárias, onde o networking pode continuar.

Mesmo sendo a primeira experiência para ambos, acadêmicos e empresariais, e alguns desafios — rodada com repetição de pessoas e falta de algumas empresárias — a repercussão foi positiva. Além disso, a experiência trouxe algumas lições, das quais se destacam: todo processo que envolva atividade prática é válido, as regras e a implicação das faltas devem ficar mais evidentes para as empresárias e a necessidade de contar com mais tempo para realizar o evento e para valorizar o networking.

O *feedback* das participantes da rodada de negócios foi positivo, elas disseram que foi uma experiência boa e esperam fazer mais vezes. Também ficaram animadas e contaram que foi importante escutar o negócio de cada uma, ademais evidenciaram a importância da organização do evento e que a estruturação da rodada com tempo predefinido para cada uma falar foi importante para que ninguém se estendesse muito. Foi um evento promissor para as participantes, as quais já pensam em fazer uma segunda rodada com a presença de mais mulheres participantes.

Além de promover um ambiente de trocas entre os empreendedores, também foi objetivo do evento aproximar os acadêmicos da comunidade, por meio da vivência real e a prática da organização do evento. Ademais, o evento trouxe atendimentos posteriores para o Espaço Disruptivo, o qual está realizando uma orientação pontual, com intuito de ajudar essas empreendedoras.

5 Considerações finais

O evento teve um resultado positivo, já que tanto as participantes, quanto os acadêmicos se mostraram satisfeitos com o resultado. Eventos como esse devem continuar

acontecendo com o intuito de fomentar o empreendedorismo e o contato dos acadêmicos com a sociedade, também é fundamental aprimorar para gerar resultados cada vez melhores e possibilitar que a próxima rodada seja ainda melhor.

Além disso, ficou evidente o quanto projetos que apoiam o empreendedorismo feminino, como o "Coisa de mulher" são importantes para as empreendedoras que precisam enfrentar diversos desafios nesse meio. Também é preciso que o empreendedorismo femino seja incentivado em todos os locais, visto que é uma forma das mulheres alcançarem mais liberdade de horários e mandarem no próprio negócio.

O relato técnico buscou demonstrar a importância do fomento ao empreendedorismo feminino e o importante papel da integração entre a instituição de ensino e a sociedade. Além de mostrar que pequenas iniciativas como a rodada de negócios podem fazer grande diferença na vida das pessoas.

Referências Bibliográficas

CAMARGO, Raquel Adriano Momm Maciel de; LOURENÇO, Mariane Lemos; FERREIRA, Jane Mendes. Mulheres empreendedoras no Brasil: quais seus medos?. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 20, p. 178-193, 2018.

FERREIRA, Keila Rosa; BOHNENBERGER, Maria Cristina; SCHMIDT, Serje. A colaboração como alternativa para minimizar as barreiras encontradas pelas mulheres empreendedoras. Disponível em: http://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/e148bbf8d64abf4aac7ea4a3c5560aee.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

JONATHAN, Eva G. Empreendedorismo feminino no setor tecnológico brasileiro: dificuldades e tendências. **Encontro de Gestão Estratégica de Pequenas Empresas**, v. 3, p. 41-53, 2003.

METZ, Eduardo Silva. Gestão feminina: a presença das mulheres na liderança de empresas. **Ágora: revista de divulgação científica**, v. 19, n. 2, p. 169-178, 2014.

NCUBE, Lisa B.; WASHBURN, Mara H. Strategic collaboration and mentoring women entrepreneurs: A case study. ***Academy of Entrepreneurship Journal***, 2010, 16.1: 71.

OESTE, Jornal do (org.). **Empreendedorismo feminino:** mulheres lideram 44% das empresas de Toledo. 2022. Disponível em: https://www.jornaldooeste.com.br/toledo/empreendedorismo-feminino-mulheres-lideram-44-das-empresas-de-toledo/. Acesso em: 29 set. 2022.

SEBRAE (org.). **Rodada de negócios**. 2022. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/es/Nova-Home-ES/rodada-de-negocios,b0e06282a8ede710VgnVCM100000d701210aRCRD. Acesso em: 30 set. 2022.



4. MODALIDADE PÔSTERES



DEVENS, Natalia – Acadêmico 1
LIMA, Kauane – Acadêmico 2
ndfdevens@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: ARBOLEYA, Valdinei
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO.

INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a importância de jogos de alfabetização no ambiente escolar e da sua importância no processo de aprendizagem e isso se deve ao fato de que o lúdico favorece o desenvolvimento infantil e a apropriação do sistema de escrita alfabética se for utilizado em práticas pedagógicas que sejam devidamente mediadas pelo professor. Dessa maneira, o trabalho com jogos na alfabetização precisa ser conduzido a partir da intencionalidade pedagógica de usar o jogo como estratégia de ensino. Para tanto, o professor deve orientar, mediar e propor desafios para despertar o interesse pela língua por meio de jogos.

DESENVOLVIMENTO

No processo de alfabetização, deve-se incluir metodologias que facilitem a apropriação do sistema de escrita alfabética e o jogo pode ser considerando como uma estratégia indispensável nessa fase, pois, além de ser uma brincadeira, ajuda no processo de aprendizagem de forma lúdica, favorecendo a formação de percepções sobre a estrutura da língua materna.



Figura 1: Caixa de letras http://projetocantandoebrincando.arteblog.com.br/

Contudo, o docente não pode trabalhar com jogos na alfabetização pensando que será apenas uma brincadeira, é necessário pensar e definir objetivos que se quer atingir, escolhendo o jogo adequado para cada competência linguística que se deseja reforçar. Assim, a criança brinca e aprende ao mesmo tempo, pois o jogo é um recurso lúdico que pode facilitar o desenvolvimento cognitivo, a concentração, o raciocínio lógico, e a percepção do funcionamento da língua em relação à consciência fonológica e à ortografização da escrita. A imagem acima demonstra a importância do jogo como recurso pedagógico: o professor utilizou uma caixa com todas as letras dentro solicitando que as crianças identifiquem letras para começar a criar palavras. Nessa metodologia o professor pode dividir as crianças em grupos e quem concluir mais frases é o grupo vencedor.

Nesse jogo da caixa de letras, a criança aprende brincando, pois precisa raciocinar sobre a estrutura da língua e cooperarem entre si. Isso amplia as possibilidades pedagógicas, fugindo da abordagem tradicional, além de fazer com que as crianças interajam e aprendam com mais facilidade. Assim, pode-se dizer que jogando e brincando os alunos desenvolvem habilidades necessárias para o processo de alfabetização e letramento.

CONCLUSÃO

É de extrema importância relacionar jogos com o aprendizado dos educandos, conquanto se entenda que o jogo não é apenas uma brincadeira e sim um abordagem pedagógica que pode ser explorada de diversas maneiras. A dinâmica pode ser a mais simples de todas, porém cabe ao educador ter a intencionalidade pedagógica de articular jogo e conhecimento linguístico e, para tanto, é indispensável um plano de aula com objetivos bem definidos. Assim, o recurso será bem aproveitado por ambas as partes.

REFERÊNCIAS

Santos, A. M. *et al.* **Jogos para Alfabetizar.**
Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc9-5.pdf



FERREIRA, Katherine
KRAHL, Nayra
MATTOS, Liriel
SILVA, Camilla
lgmattos@minha.fag.edu.br
Acadêmicas do Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
Orientadora: SANTUCCI, Kareem
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

FOCO, DISCIPLINA E DESEMPENHO

INTRODUÇÃO

Foco e disciplina são duas palavras que aparecem juntas em diversos contextos em nossa vida. Por andarem sempre de mãos dadas, muitas pessoas pensam que foco e disciplina são a mesma coisa. Contudo, por mais que sejam competências comportamentais complementares e que compartilham entre si alguns aspectos em comum, não se trata de sinônimos. Enquanto o foco é a nossa capacidade de escolher um ponto único ao qual devemos nos dedicar, a disciplina é a nossa capacidade de persistir até alcançarmos os nossos objetivos.

DESENVOLVIMENTO

A disciplina é um dos ingredientes mais importantes do sucesso, pois existem algumas características, que cada um de nós pode ir desenvolvendo ao longo do percurso, da nossa vida, que podem ser utilizadas para outros fins, não apenas o sucesso. Ter capacidade de abrir mão de momentos que são passageiros de prazer, é uma das características de pessoas que têm disciplina, deixar de lado os momentos para um ganho maior, onde os afazeres demandam mais tempo para serem realizados.

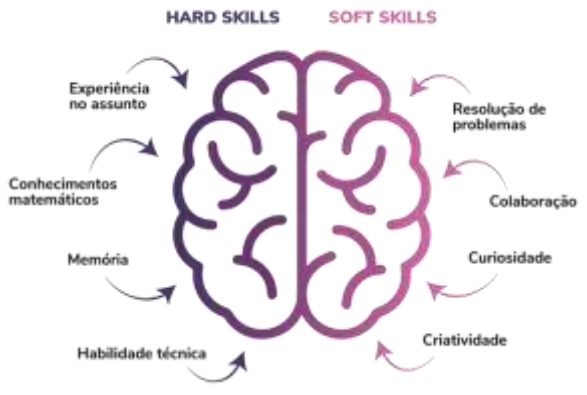


Figura 1: Soft Skills e Hard Skills, por Jaya Viana

As competências são um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, dos quais uma pessoa precisa para ser eficaz nas ocupações profissionais.
Uma das abordagens é a americana, ela compreende as competências através do conceito de CHA: conhecimentos (saber) - habilidades (saber fazer) e atitudes (querer fazer). Além disso, faz uma comparação entre as competências desejadas pela organização e as apresentadas pelo colaborador.

As *soft skills* são as competências qualitativas, ligadas ao comportamento do colaborador, aos seus relacionamentos interpessoais e a como eles lidam com o trabalho e as pessoas. Podemos dizer que essas habilidades estão relacionadas ao que existe de humano no profissional, assim como seus aspectos emocionais. Se dedicar a elas ajuda empresas a construírem um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo. As *hard skills* são competências quantitativas, ligadas ao aspecto técnico e funcional do colaborador. São essas habilidades e capacidades que um profissional pode aprimorar com cursos, treinamentos ou capacitações técnicas.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que ser uma pessoa com foco é conseguir estabelecer os seus objetivos onde consequentemente terá um bom resultado por ter definido no que se dedicar. Assim como o foco, é de extrema importância ter disciplina praticando criar hábitos constantes como organização, autocontrole e ter autoconhecimento para conseguir alcançar o seu propósito desejado. Deste modo ter as competências do modelo americano, conhecido como CHA (conhecimento, habilidade e a atitude), fará com que se torne um profissional qualificado para o mercado de trabalho por ter aptidões eficazes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L. **Soft skills: competências essenciais para os novos tempos.** 1. ed. São Paulo, SP: Literare Books International, 2020.

MARQUES, Marcus. **A Importância da Disciplina na Sua Vida Pessoal e Profissional**. 2017. Disponível em: http://marcusmarques.com.br/comportamento/importancia-disciplina-vida-pessoal-e-profissional/. Acesso em: 24 set. 2022.

SANCHES, Elizabeth Navas. **O que é competência: saiba quais os principais tipos e como classificá-las.** 2019. Disponível em: https://www.pulses.com.br/blog/conceito-de-competencia/. Acesso em: 25 set. 2022..



CASTAGNA, José Carlos – Acadêmico 1
SANTOS, Letícia Dias Dos – Acadêmico 2
jccastagna@minha.fag.edu.br
ldsantos4@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Publicidade e Propaganda
Orientador: NAKAMURA, Dulce Alves
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

SHANGELA: UMA ANÁLISE DE RECEPÇÃO NA CAMPANHA *"DRIVEN BY PRIDE"* DA BMW

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o vídeo "*Shangela & the 2021 BMW 4 Series Convertible: Unmatched Fashion*" da campanha publicitária *"Driven By Pride"* da empresa BMW, veiculada em seu canal do YouTube em 21 de junho de 2021. A pesquisa foi realizada a partir de uma análise de 108 comentários deixados pelo público no vídeo, positivos e negativos, tendo por finalidade identificar a recepção do público, ao ver uma drag queen estrelando na publicidade de uma marca luxuosa de automóveis.

DESENVOLVIMENTO

A *drag queen* Shangela obteve maior notoriedade após participar de três temporadas do reality show "*RuPaul's Drag Race*", se tornando uma celebridade após a veiculação de sua imagem na mídia. Neste caso, Bragança (2017, p. 67) recorda que esses programas possuem grandes oportunidades de abrirem portas maiores na carreira profissional após sua devida participação no *reality*.



Figura 1: Shangela na campanha publicitária *Driven By Pride.*

A grande presença de membros da comunidade LGBTQIAP+ em campanhas publicitárias se deve a configuração atual de movimentos midiáticos presentes, na qual detecta diferentes nichos consumidores. Iribure (2008 p. 24) explica que a publicidade se faz no tempo presente, de imediatismo, o que acaba causando uma busca incessante para atrair atenção pelo que é novo, sendo que "A dinâmica de visibilidade se apresenta na constate exibição na vitrina de modelos e estilos de vida disseminados massivamente". Pelo terceiro ano, foi veiculada a campanha *Driven By Pride* em comemoração ao Mês do Orgulho, tendo como artista principal da campanha, a drag queen de renome mundial, Shangela.

Segundo Martin Barbero (1997), o processo de recepção é mediado por práticas cotidianas inseridas no contexto sociocultural do sujeito que recebe a informação. Essas práticas se tornam visíveis na interpretação do conteúdo midiático do receptor. Ao analisar os comentários do vídeo no canal do YouTube para identificar a recepção do público ao ver uma drag queen pilotar um luxuoso carro em uma campanha publicitária, é notável uma grande quantidade de comentários de apoio e felicitações, como também, não houve comentários negativos. O público parabenizou a *drag queen* pelas suas grandes conquistas profissionais após sua participação em *RuPaul's Drag Race* e a BMW USA pelo seu apoio à comunidade LGBTQIAP+. Essas felicitações podem ser comprovadas com alguns dos comentários retirados do vídeo, como: "Simmm. Tão bom para a BMW apoiar LGBTQ", "Não sei o que é mais impressionante o carro ou o Queen" e "uau impressionado com a BMW por ser diversa e inclusiva de todos".

CONCLUSÃO

Sendo assim, levando em consideração a bagagem sociocultural do receptor, a campanha *Driven By Pride* da marca BMW cumpriu com êxito o objetivo de trazer representatividade e apoio a causa LGBTQIAP+, e obteve uma recepção positiva do seu público alvo, ao veicular uma celebridade drag queen.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, Lucas. **Degenerando formatos midiáticos e construções sociais: RuPaul's Drag Race e mercantilização de espaços dissidentes**. Revista Sala 206, n7, 2017.

BMW USA. **Shangela & the 2021 BMW 4 Series Convertible: Unmatched Fashion | BMW USA.** YouTube, 21 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NuEeDLclobo>. Acesso em: 30 de setembro de 2022.

IRIBURE, André. **As representações das homossexualidades na publicidade e propaganda veiculadas na televisão brasileira**. 2008. 308f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MARTÍN BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.



SILVA, Eliel Nonato da – Acadêmico 1
BRIXNER, Marcos Paulo – Acadêmico 2
mpbrixner@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador: AGOSTINI, Saulo Sbaraini
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A VIRTUDE SOCIAL PARA MARCO TÚLIO CÍCERO

INTRODUÇÃO

Neste trabalho traremos uma abordagem sobre alguns aspectos da obra Dos Deveres, do escritor, orador, filósofo e político Marco Túlio Cícero, Questiona-se: Qual é a essência da virtude social? Para isso, objetiva-se a exposição e investigação das quatro virtudes apresentadas pelo pensador em sua obra, para ambientação geral do conceito virtude. Especifica-se nosso objetivo em estabelecer os parâmetros para a virtude social. Justifica-se esta pesquisa pela sua relevância na vida e sociedade do seu tempo, com influências até os dias atuais. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica qualitativa na obra original e seus pesquisadores.

DESENVOLVIMENTO

Para discorrermos do tema, trouxemos brevemente uma apresentação do autor Marco Túlio Cícero, que realizou grandes contribuições na divulgação do pensamento grego, e na formação de uma linguagem filosófica latina influenciando na história do pensamento ocidental. Apesar da obra *A República* ser célebre e tradicionalmente estudada no autor, abordaremos uma obra distinta: *Dos Deveres.* Na qual o autor buscou trazer uma escrita ao seu filho Marcus, com o objetivo de lhe ensinar princípios de vida, abordando aspectos políticos, sociais e morais. A obra *Dos Deveres* pode ser considerada como um compêndio da ética antiga, pois através dela são apresentados princípios e deveres que possibilitaram a grandeza do povo romano, apresentando no seu âmago, princípios que repararam a fé e os pensamentos dos propósitos da humanidade (ARANTES, 2002, p.13) Em sua obra abordada, o autor apresentou quatro virtudes para a vida como um todo, elas são: (i) Virtude da Sabedoria: uma virtude centrada na verdade, indagação, bom senso e criação de novas verdades; (ii) Virtude Social: que apontam o senso de justiça, justiça positiva e negativa suas formas correspondentes e dificuldades para se determinar a justiça; (iii) Virtude de Grandeza de Ânimo (coragem): a visão popular de glória e princípios quanto a prática de coisas úteis e grandiosas na vida pública e privada; (iv) Virtude de Decoro e suas virtudes correlatas (moderação): que traz uma abordagem das virtudes em grupo, quanto a forma de se portar e se relacionar com os demais. Neste trabalho focamos especialmente na virtude social, pois ela aborda temas sobre a justiça, debate constante no meio acadêmica da graduação de direito. O princípio de Justiça divide em duas partes em que o apogeu da virtude atinge seu ápice quando os homens são chamados de bons, vinculando a isso a benevolência, também chamada de bondade ou liberdade (CÍCERO, 1999, p. 13)

Por todos esses aspectos, verifica-se que os estoicos entendiam que a justiça Positiva não surgia de um acordo simples entre homens, sem que houvesse prejuízos a ambos, não resultando da conclusão de um acordo entre pessoas, mas antes da própria lei positivada. A justiça por conseguinte, uma virtude que nos dirige segundo a razão natural (vida segundo a natureza). Assim noção de justiça ou injustiça vinha antes de lei positiva. Há, segundo Cícero, dois tipos de injustiça: Injustiça comissiva, que o resultado é de prática de Injustiça através da omissão, diante da prática de um ato injusto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, abordamos as quatro virtudes citadas pelo autor e sua relevância na formação dos cidadãos. Exibimos: a virtude da sabedoria, busca dar ao cidadão a compreensão dos problemas, de forma que ele possa dizer e entender quais são externos e fora do seu controle; a virtude da moderação, a qual busca dar o discernimento de fazer o necessário e eliminar aquilo que não for o essencial; a virtude da coragem, essa virtude apresenta a importância de se manter forte diante as situações que possam surgir, resistir e persistir no que é essencial; a virtude social também compreendida como a virtude da justiça, considerada a mais importante e fonte para todas as outras. Para Cícero, devemos sempre seguir a natureza como guia e contribuir com a nossa parte para o bem comum.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Altino. Introdução. In: CÍCERO. **Dos Deveres**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CÍCERO, Marco Túlio. **Dos Deveres**. Tradução de Angélica Chiapeta. 1º. ed. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1999. 217 p.



MORAES, Hélio
GRITTI, Nauanny
hjdmoraes@minha.fag.edu.br
ncgritti@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Agronegócio
Orientadora: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

LÍDER VS CHEFE

INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordaremos assuntos relacionados a uma boa liderança. O verdadeiro líder motiva seus colaboradores, deixando o clima organizacional da empresa mais agradável, além de influenciar no desempenho das atividades. Diferente do chefe que influencia negativamente sua equipe, acabando desmotivando seus funcionários e afetando nos resultados finais da empresa. Apontaremos suas respectivas diferenças no ambiente de trabalho, apresentaremos a partir das ideias de Mario Sérgio Cortella o papel essencial de um líder.

DESENVOLVIMENTO

Líder é o cargo que uma pessoa ocupa a fim de comandar um grupo de pessoas para determinada atividade ou trabalho, esse líder preocupa-se com as pessoas envolvidas no processo, motiva os colaboradores e ajuda no desempenho da atividade, engloba seus cooperadores no resultado final.

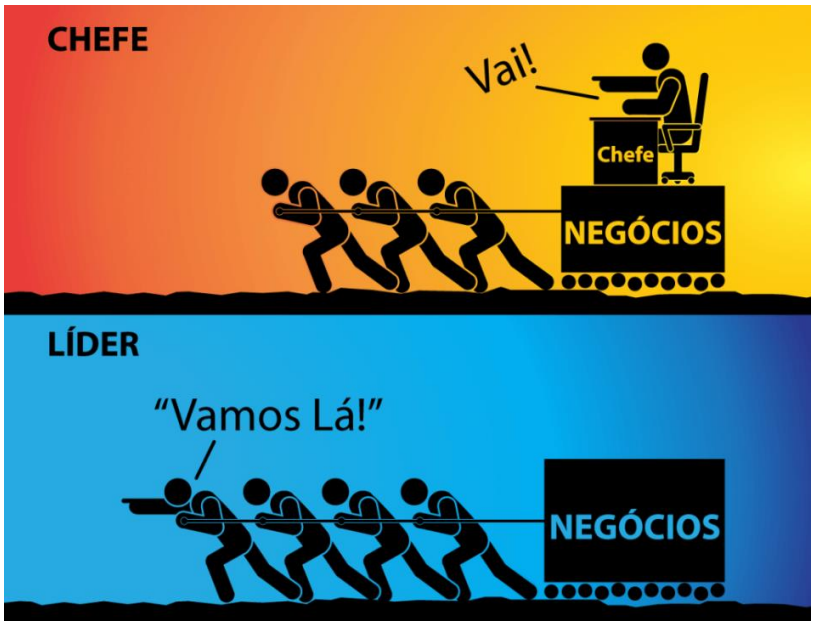


Figura 1: diferença pratica de líder vs chefe

Por outro lado o chefe não se importa com seus colaboradores, apenas com a conclusão final, exigindo o cumprimento das atividades, não motivando a equipe e não reconhecendo o bom trabalho de seus funcionários, desmotivando os mesmos. Segundo o site da Universidade de Viçosa, existem alguns erros muitos comuns cometidos por chefes, entre eles seriam não se comunicar com sua equipe, não ouvir feedbacks a fim de melhorar a empresa, não ajudar em tarefas, entre outros. O chefe deve ter capacidade para reconhecer o bom serviço de seus funcionários, afim de promover o mesmo, ocorrendo assim uma relação de transparência com os demais empregados, controlar reuniões é trabalho fundamental do chefe esses espaços de encontros são essenciais para ambas partes, com o intuito de melhorar processos e pessoas dentro e fora da organização. Um bom líder é aquele que tem características que por si só os tornam um líder, como reconhecer limites pessoais, oferecer feedbacks, reconhecer méritos, tomar decisões assertivas para a empresa e seus colaboradores, pedir ajuda quando necessários, ouvir opiniões de sua equipe, assumir responsabilidades. Segundo o filósofo e escritor Mario Sérgio Cortella "O líder é alguém que nos inspira a não "Apequenar" a vida, o trabalho, a empresa, a comunidade, a nação, o mundo" - "A um chefe você obedece, um líder você segue, procura e admira".

CONCLUSÃO

Nesse trabalho observamos as diferenças de um líder e um chefe, e podemos observar a importância de ter um líder durante qualquer atividade feita, seja ela durante o expediente de uma empresa ou a vida fora da empresa e demos continuidade com duas frases de Mario Sérgio Cortella, onde ele explica na prática o que as pessoas fazem quando se tem um chefe e um líder e da ênfase para não "apequenar" a vida.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Renato. CONHEÇA ATITUDES DE CHEFES QUE DEIXAM O AMBIENTE DE TRABALHO RUIM. Disponível em: < https://www.uov.com.br/cursos-online-gestão-empresarial/artigos/conheca-atitudes-de-chefes-que -deixam-o-ambiente-de-trabalho-ruim > Acesso em: 21/09/2022

MARQUES, José Roberto. AS 10 PRINCIPAIS CARACTERISTICAS DE UM BOM LIDER. Ibccoaching, 2020. Disponível em: < ibccoaching.com.br/portal/liderança-e-motivação/principais-características-bom-líder/ > Acesso em: 21/09/2022



OLIVEIRA, Elisangela Raquel
OLIVEIRA, Lairiane Bruna
ernoliveira@minha.fag.edu.br
lboliveira3@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: AMARAL, Edna H. Schaeffer.
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

O MATERIAL DOURADO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DAS OPERACÕES MATEMÁTICAS.

INTRODUÇÃO

Para o aluno compreender os conceitos básicos do sistema numérico decimal e das operações matemáticas é importante lhe apresentar recursos concretos. Como uma opção de recurso concreto surgiu o Material Dourado, que facilita a compreensão do aluno em diversas áreas do conhecimento matemático. Segundo Brandão (2017), o Material Dourado foi criado por Maria Montessori (1870-1952), médica e educadora italiana, que na busca por uma forma prática de ensino das principais operações matemáticas chegou ao Material Dourado.

DESENVOLVIMENTO

O Material Dourado é produzido em madeira, em outras adaptações é utilizado o EVA. Neste material, o cubo menor representa a unidade, a barra, composta por 10 cubos menores representa a dezena, a placa, composta por 100 cubinhos, representa a centena, e o cubo maior, composto por 1000 cubos menores, representa a unidade de milhar.

Uma das possibilidade de ensinar valor posicional com o material dourado é trabalhar com jogos em sala de aula utilizando para explicar como se da o processo de troca, podendo jogar com os alunos o jogo nunca 10 que irá trocar de peças de acordo com os números sorteado em um dado, isso simplificará como o aluno deve fazer nas



Fonte: Foto tirada pela aluna Lairiane Bruna de Oliveira, do Material Dourado.

Nos primeiros anos da vida escolar é comum encontrarmos crianças que possuem dificuldades em compreender o Sistema Numérico Decimal, e as operações básicas que originam dele.

Ao utilizar os materiais concretos como recurso para o ensino da matemática, a interação, interesse e a curiosidade das crianças tendem a aumentar possibilitando uma melhor aprendizagem.

O Material Dourado sozinho não possibilita a aprendizagem, o papel do professor nesse processo é de suma importância, pois ele precisa saber articular e mediar esse recurso e os conceitos matemáticos, para que aconteça a abstração e sistematização do conhecimento.

Esse material concreto auxilia no desenvolvimento do raciocínio lógico, para Gatto (2021) em um primeiro momento é importante que o professor permita aos seus alunos ter acesso a esse material sem cobranças, ou seja, deixem as crianças brincarem e utilizarem para desenvolver a imaginação, aos poucos o educador começa a fazer pequenas atividades de agrupamento, e situações básica de resolução de problemas, até chegar no real objetivo do material, que é facilitar a compreensão do sistema numérico decimal e suas operações básicas.

CONCLUSÃO

O Material Dourado é um recurso facilitador da aprendizagem, que se encaixa nas mais variadas realidades sociais. Pode ser utilizado em diversas áreas da matemática. Ao manipular os materiais concretos a criança se sente mais interessada, pois compreende o significado das relações numéricas.

O material dourado permite a construção de conhecimentos, e o educador ao utilizar o material em suas aulas contribui no aprendizado do aluno. Assim as crianças aprimoram seus conhecimentos para a utilização no dia a dia.

REFERÊNCIAS

GATTO, Márcia Cristina. O uso do material dourado como recurso no ensino da adição e subtração no primeiro ano do ensino fundamental: uma reflexão a partir dos livros didáticos / Márcia Cristina Gatto. – Cruz Alta, 2021.

Brandão, Miriam Renata Nunes. Material dourado ótimo recurso concreto para matemática. XVI CONGRESSO NACIONAL DE INICIACÃO CIENTÍFICA, [*s. l.*], 6 jan. 2017.



PICCINI, Caroline Alessandra
KOTZ, Julia Rafaela
capiccini@minha.fag.edu.br
jrkotz@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: AGOSTINI,Saulo Sbaraini
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal abordagem a contação de histórias e a sua contribuição para o desenvolvimento na Educação Infantil. Dessa maneira, problematiza-se a importância da contação de histórias para a aprendizagem das crianças. Através da metodologia de pesquisa em revisão bibliográfica, temos como base dois artigos para suscitar respostas ao problema.

DESENVOLVIMENTO

A contação de histórias é um grande auxiliador ao estimulo para a leitura, sendo também um recurso de transmissão de valores tanto para adultos quanto para crianças. Possui grande influência na formação dos indivíduos, ajudando na compreensão de crenças e valores, princípios morais e éticos da sociedade. (FARIA; FLAVIANO; GUIMARÃES; FALEIRO, 2017).



Figura 1: Conte histórias para seus alunos, para assim eles darem asas a imaginação.

O ato de contar histórias é uma atividade lúdica, que amplia o horizonte das crianças, desperta a criatividade, desenvolve a linguagem oral e escrita, ampliando também seu vocabulário. A leitura escolhida, deve ser determinada a partir do interesses de cada faixa etária, para que assim a história seja relevante e envolvente para as crianças. Para a realização desta prática, o ambiente precisa estar propicio e confortável para a concentração de todos. Ao realizar essa tarefa, o professor precisa de técnica, ou seja, cativar o seu público, com as expressões faciais, entonação de voz, movimento corporal, fazer suspense, improvisar e dar espaço para os alunos participarem.

Esta interação com os alunos e a história, é o que vai auxiliar no contato deles com os livros, despertando o gosto pela leitura e escrita, construindo uma ponte entre a imaginação e a realidade, contribuindo assim para novos aprendizados e experiências. O estímulo da leitura feita em sala de aula, é o que tornará a criança uma leitora. Antes da escrita, os saberes da humanidade eram transmitidos por meio da oralidade e, à medida que o falar tornou-se insuficiente para expressar e manifestar a cultura de uma sociedade, o homem começou a pensar em materiais palpáveis que organizassem o conhecimento adquirido, isto é, a escrita. Dessa forma, a oralidade materializou-se trazendo consigo a necessidade da leitura em um determinado suporte, decorrendo que as histórias foram narradas a partir de um texto escrito, causando impacto positivo entre os ouvintes, posto que a qualidade dos escritos era melhor elaborada e a multiplicidade dos textos tornou-se mais socializada (FARIA; FLAVIANO; GUIMARÃES; FALEIRO, 2017).

CONCLUSÃO

A história contribui para o contato das crianças com o uso real da escrita, conhecer valores, construir sua identidade social, desenvolver a oralidade e a criatividade. A contação de histórias no meio educativo não tem fins somente de recreação, é uma atividade rica, valiosa e produtiva que, quando bem utilizada, contribui para diversas atividades.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, A. L. S; FARIA, M. A. **A contação de Histórias no Desenvolvimento da Educação Infantil.** In: Revista Eletrônica Saberes da Educação, v. 07, n.01, 2016.

FARIA, I. G. F; FLAVIANO, S. L. L; GUIMARÃES, M. S. B; FALEIRO, W. **A influência da contação de histórias na educação infantil**. In: Mediação. Peris do Rio - GO, v. 12, n. 1, p.30-48. Jan-Dez. 2017.



CAMERA, Leticia
SILVA, Taynara
tpssilva@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Agronegócio e Gestão Financeira
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

NORMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

INTRODUÇÃO

No Brasil, o órgão Organização Internacional do Trabalho (OIT), inspirado na Social Accontability 8000 (SA 8000), existe 9 normas com a finalidade de fiscalizar as empresas, afim de assegurar os trabalhadores. Será abordado 3 destas normas, as quais são: Saúde e segurança no trabalho, trabalho forçado e trabalho infantil. De acordo com a OIT, casos de violação de direitos são frequentes, por isso a necessidade de conscientização e conhecimento de toda a população.

DESENVOLVIMENTO

A responsabilidade social empresarial é a forma que a empresa faz a gestão do seu negócio para que atenda com igualdade todo o público, reduzindo a desigualdade social, rendendo lucros de maneira sustentável, preservando o ambiente e a cultura da região, para que esse objetivo seja alcançado é necessário que algumas normas sejam seguidas, assim afirma o instituto Ethos (2009).

MundoBrink



Figura 1: A fome leva ao trabalho infantil.

De acordo com o livro Ética Empresarial na Prática, condutas internas adotadas na empresa são baseadas em referências internacionais (SA 8000), que tem como base a declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, sua finalidade é averiguar se os trabalhadores estão em condições adequadas e tendo seus diretos cumpridos. Este trabalho abordará a seguir, 3 tópicos para a conscientização da população sobre seus diretos.

Trabalho infantil: todo trabalho executado por um individuo com menos de 15 anos ou, a idade mínima determinada no país, é considerado ilegal, por afetar os estudo e o desenvolvimento da criança, em geral esse fato ocorre devido a pobreza e da falta de oportunidades. De acordo com a OIT, no ano de 2022, 160 milhões de crianças foram vítimas do trabalho infantil no mundo.

Trabalho forçado: se refere a atividade exercida em que o colaborador sofre por meio de violência ou intimidação e não é remunerado, fazendo analogia à escravidão, segundo a OIT, no ano de 2021, 49.6 milhões de pessoas encontravam-se em situações de escravidão moderna, ou seja, 1 em cada 150 pessoas vivendo no mundo. Saúde e segurança: Para que o funcionário tenha melhor desempenho é necessário, por parte da empresa, oferecer saúde e segurança no local de trabalho. Frederick W. Taylor (1856-1915) afirma que cada indivíduo deveria cumprir sua tarefa no menor tempo possível, não se importando se as condições eram favorável aos trabalhadores.

CONCLUSÃO

A partir desse estudo, entende-se a necessidade de compreender os diretos trabalhistas, a responsabilidade social empresarial, a fiscalização nas empresas e a população conseguir identificar casos, pois estão diretamente relacionado a conduta da empresa com seus funcionários. Casos de trabalho forçado, Infantil e falta de saúde e segurança são comuns no Brasil, por isso a importância das empresas estarem sempre evoluindo e inovando no ambiente empresarial. A responsabilidade social empresarial, quando seguidas corretamente, tende a beneficiar a empresa e valorizar seus funcionários.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mario. Ética empresarial na prática, liderança, gestão e responsabilidade corporativa. Curitiba: ibpex, 2010.

Disponível em:https://www.mundobrink.com/blog/2016/01/trabalho-infantil Acessado em: 21/09/2022

Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm#:~:text=Fatos%20e%20n%C3%BAmeros%20no%20Brasil&text=Em%202019%2C%20havia%2038%2C3,trabalho%20infantil%20(Lista%20TIP) Acessado em: 21/09/2022



ANSOLIN, Eduarda
QUEIROZ, Julya
jqdal'maso@minha.fag.edu.br
Evahoffsteder@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Gestão Financeira
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ÉTICA NO AMBIENTE CORPORATIVO

INTRODUÇÃO

A chamada ética empresarial é o que diz respeito ás condutas adotadas pelas empresas em seus determinados ramos de atuação, os valores éticos e morais apresentados diante de seus colaboradores e também ao ambiente externo. É de suma importância que a ética no ambiente corporativo seja bem alinhada, garantindo um bom funcionamento da empresa, havendo respeito mútuo entre as equipes, seus colaboradores e o meio social no qual esta inserido, independentemente de seu porte, a medidas éticas são indispensáveis, para que possa ser vista com credibilidade e conquistando relevância no mercado.

DESENVOLVIMENTO

A ética é definida como um ramo filosófico que estuda os princípios morais dentro de uma organização, no ambiente empresarial, são as condutas adotadas, levando em consideração a harmonia com todos os sistemas nos quais se encontram, podendo ser eles econômicos, sociais e politicos. Márcia Gonçalves de Souza, especialista e autora do livro "A Ética no Universo Corporativo", releva que a ética pode se desenvolver de diversas formas no cenário empresarial.



Figura 1: Educação Financeira aplicada em aula, na rede pública de ensino.

Na área empresarial, determina balizas para cada indivíduo que compõe o sistema dentro da empresa, ou seja, independente do cargo hierárquico ocupado, devem seguir um comportamento baseado nessas condutas definidas. São diversos os benefícios que a ética traz para o ambiente quando idealizadas e executadas com êxito, causando impacto social, dando um bom exemplo para a sociedade e demonstrando como agir de forma ética pode ser recompensador, retém seus funcionários trazendo reconhecimento tanto para a empresa quanto ao colaborador, que se associam e uma boa imagem, consequentemente, atrai mais clientes e os fideliza, transmitindo segurança e seriedade aos produtos e serviços ofertados por ela, além disso, da um passo a frente da concorrência.

A empresa ao adquirir todas as virtudes provenientes da ética adotada, também abre espaço para estreitar suas relações com outras empresas, visto que viabiliza e favorece a formação de alianças mercadológicas, trazendo mais credibilidade e relevância. Assim, a empresa perpetua e firma sua boa reputação.

Atualmente uma dificuldade encontrada pelas instituições brasileiras tem sido a fidelização de funcionários, que é afetada pela instabilidade em diversos âmbito como economia e política, ocasionadas pela disseminação de conflitos antiético dentro das organizações privadas e públicas, trazendo assim incertezas para os colaboradores, pois muitos atos ilícitos são cometidos por instituições pública, as mesmas que são designadas a preservar os direitos dos cidadãos, trazendo assim uma incoerência de valores. Tendo em vista os fatores anteriores, torna-se indispensável um posicionamento legal e ético por parte das instituições brasileiras. Ou seja, devem contratar pessoas com conduta adequada para servir de exemplo os colaboradores, de forma a colocar pessoas capacitadas e qualificadas para representá-los. É notório que a empresa deve passar uma credibilidade para os seus colaboradores, transmitindo confiança e alinhamento para com seus valores.

CONCLUSÃO

Diante dos fatores apresentado a falta de ética no mundo empresarial principalmente no brasil tem se mostrado enraizado em todos os setores sejam eles públicos e privados, trazendo inseguranças e danos a imagens das instituições. Dessa forma se faz necessário uma reeducação dos indivíduos da sociedade brasileira, para que seja entendido e conhecido por todos que ética tem que estar presentes em todos os lugares, mas não apenas em obedecer regras impostas mais sim utilizar de seus princípios para ter uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ARANTES, E.C. Ética empresarial. Curitiba: Instituto Federal Paraná, 2012.



SPEROTTO, Ruan
LIMA, Patrícia
rilsperoto@minha.fag.edu.br
prlima1@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Tec. Gestão Financeira
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A ÉTICA NOS NEGÓCIOS EM RELAÇÃO À CONCORRÊNCIA

INTRODUÇÃO

Durante anos, a ética e os negócios não formavam uma boa associação. Em relação a ética empresarial havia uma certa desconfiança, no mundo dos negócios era imposto a lei da selva e essa tentativa de sobrevivência acontecia em um ambiente de concorrência e deslealdade. Por isso, não tinha possibilidade de sugerir aos empresários que incorporassem a ética em suas atividades. O que estaria acontecendo? Como interpretar a febre da ética no mundo empresarial? “Ao que se sabe, o universo da empresa se deixará sempre guiar pelos cálculos da eficácia e da rentabilidade. Agora, porém, sai ao encalço da alma, da ‘business ethics’, última moda nos meios empresariais,’’ Lipovetsky (2005, p.221).

DESENVOLVIMENTO

De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 170 inciso IV, a livre concorrência refere-se a um dos princípios a serem respeitados no ordenamento jurídico brasileiro, entretanto, existem práticas de concorrências desleais nos dias atuais, por isso, faz-se necessário o uso de regras éticas para o controle dessas falhas.



Figura 1: https://www.dreamstime.com/

Diante do âmbito macroeconômico, é visível o desrespeito com o principio da livre concorrência através de cartéis, isto é, um acordo temporário de empresas com o mesmo ramo, objetivando exercer um monopólio de mercado, sendo assim, trata-se de uma atividade criminosa em busca de vantagens econômicas às custas de um determinado consumidor, além de ser considerado uma pratica antiética. “Reduzir propositalmente a produção para criar a falsa demanda de um produto afim de aumentar ou impedir a queda nos preços é uma ação que pode ser considerada uma prática antiética (Moreira, 1999, p. 95-96).

Já no âmbito microeconômico, as atitudes antiéticas são percebidas através das práticas de desvio de segredos, chamadas de espionagem industrial. Esse tipo de espionagem é a ação de se obter informações e dados sigilosos de pessoas físicas ou jurídicas afim de causar prejuízos à empresa e seus clientes, é comum entre os concorrentes. A princípio não se percebe que a empresa sofreu este tipo de crime, sendo notado apenas quando a empresa sofre prejuízos significativos. Além disso, a difamação de concorrentes também se configura uma postura antiética, é necessário atribuir regras para que haja concorrência de uma forma ética para não resultar em conflitos industriais e empresariais.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a competição sempre fará parte do mundo dos negócios, mas é necessário que essa competição seja feita conforme os parâmetros éticos presentes na sociedade, dessa maneira, é possível estabelecer uma competição justa e agradável, favorecendo benefícios para todos os indivíduos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Ética empresarial na prática**: liderança, gestão e responsabilidade corporativa 2. ed Curitiba, InterSaberes, 2016.



SILVA, Ana Vitória Pereira.
MELLO, Janaina Fernanda.
avpsilva@minha.fag.edu.br
jfmello@minha.fag.edu.br
Acadêmicas do Curso de Direito.
Orientador: JUNIOR, Yegor Moreira.
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo.

EXECUÇÃO: RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO CÔNJUGE

INTRODUÇÃO

A execução consiste no exercício de satisfação de um direito, isto é, tornar efetivo o direito do exequente. A satisfação desse direito possui dois caminhos que dependem da natureza do título executivo, sendo ele judicial trata-se apenas de uma fase do processo de conhecimento, a fase de cumprimento de sentença; por sua vez, sendo ele extrajudicial que torna-se necessário um processo autônomo. O legislador prevê responsabilização de terceiros com a finalidade de cumprir com a obrigação, de acordo com o artigo 790 do Código de Processo Civil.

DESENVOLVIMENTO

As hipóteses de responsabilidade secundária estão previstas no artigo 790 do Código de Processo Civil, o presente trabalho preocupa-se com a responsabilidade patrimonial do cônjuge ou companheiro. Conforme prevê o inciso IV do artigo 790 do mesmo diploma legal, o cônjuge/companheiro está sujeito à execução nas situações em que seus próprios bens ou de sua meação respondem pela dívida adquirida, essa última deverá ser revertida em proveito do casal, oportunidade em que o cônjuge poderá manifestar-se no processo acerca da eventual responsabilização.

O comparecimento do cônjuge no processo procederá por três meios, cada qual dependendo da natureza do título executivo, bem como a existência ou não da responsabilidade secundária. O cônjuge/companheiro tem legitimidade para manifestar-se por intermédio de embargos à execução no processo em que o objeto consiste na satisfação de título executivo extrajudicial, sua legitimidade conforme Neves (2018, p. 1.156) decorre da natureza especial da relação jurídica diante dos malefícios da execução ao casal e/ou família.

Quando se tratar de execução de títulos executivos judiciais, nos termos do artigo 515 do Código de Processo Civil (CPC), o cônjuge poderá, caso deseje atacar os fundamentos da execução, atuar como parte, interpondo a impugnação à execução, no prazo de 15 (quinze) dias após transcorrido o prazo previsto no art. 523, CPC, sem o pagamento voluntário, nesse meio de defesa o cônjuge reconhece a sua responsabilidade patrimonial, mas se indigna com a penhora ou natureza da dívida, como por exemplo, penhora de bem de família. Diferente dos embargos à execução, a impugnação tem seu alcance limitado, pois é realizada no cumprimento de sentença, que por sua vez é uma continuação da fase de conhecimento, portanto, o executado já teve oportunidade de se defender, na etapa de contestação.

Assim sendo, sua defesa agora não é plena, pois vários pontos que poderiam ser alegados já não podem mais ser. Então, a impugnação possui um campo limitado de discussões, conforme preconiza o art. 525, §1º, do CPC.

Nos embargos de terceiro o objetivo é desconstituir a constrição judicial sobre seus bens e o prazo é de 5 (cinco) dias após a adjudicação, arrematação ou alienação, disposto no art. 675 do CPC. Neste mecanismo de defesa, o terceiro (cônjuge), legitimado conforme determina o §2, inciso I, do art. 674, CPC, irá defender seus bens, argumentando que não possui responsabilidade patrimonial, ou seja, não reconhecendo a sua responsabilidade patrimonial, como por exemplo, na penhora de veículo adquirido antes do casamento, por dívida do cônjuge, casados no regime de comunhão parcial de bens.

Caso comprovado que não houve tal benefício da dívida ao casal ou a família, o cônjuge não devedor não terá responsabilidade patrimonial, preservando, assim, sua meação ou seus bens próprios que tenham sido atingidos. O ônus para provar será do embargante, já que presume-se que as dívidas contraídas por um sempre revertem em proveito do outro, seja qual for o regime de bens. (GONÇALVES, p. 1042)

CONCLUSÃO

Concluímos que, apesar de o legislador prever hipóteses de responsabilidade patrimonial secundária, há, portanto, ao cônjuge, foco do trabalho em questão, três mecanismos de defesa a depender da natureza do título executivo, bem como a existência ou não da responsabilidade secundária.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso direito processual civil: execução, processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões**. - 13. ed. - São Paulo: Saraiva, Educação, 2020.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil: volume único**. 10. ed. - Salvador: JusPODIVM, 2018.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

AGUITONI, Alisson
SOFFIATI, Maessa
mrpsoffiati@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador: PERLIN, Edson
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA ESFERA JURÍDICA

INTRODUÇÃO

A violência obstétrica, pode ser definida como a prática de atos maléficos à integridade física e psicológica da mulher, ela pode ser praticada no pré-parto, durante o parto ou no pós parto. O parto é um momento crucial para a mulher, seja na preparação, na realização e após, devendo portanto ser realizado com entusiasmo e cuidado para garantir a saúde física e mental da mãe. No Brasil não há legislação federal que define o que é violência obstétrica, muito menos uma lei específica que puna a violência cometida. A partir disso, depreende-se que a negligência do poder público leva à impunidade pela violência sofrida pela mãe, fazendo com que ela deixe de denunciar o comportamento devido às inseguranças que ele gera.

.

VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PARTURIENTE

A violência obstétrica viola diversos direitos fundamentais das mães, como integridade corporal, saúde, liberdade sexual, intimidade, vida privada, honra e direito à informação. A violência obstétrica tem como o bem jurídico o corpo físico e psicológico das pessoas, sua saúde e bem-estar, que são exatamente os mesmos bens jurídicos que o objeto material o ser humano nos termos do artigo 129 do Código de Processo Penal, sendo digno de receber tratamento humano e respeitoso

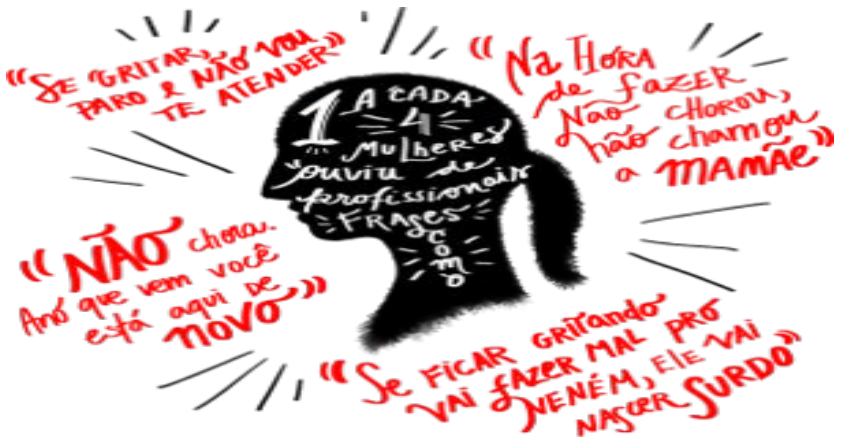


Figura 1: Getty Images/SAÚDE é Vital.

A Lei 4.173/17 de Rondônia, dispõe em seu texto sobre as informações e esclarecimentos que devem ser proporcionados à gestante ou parturiente, tendo em vista que muitas das vezes as vítimas não conseguem compreender as situações de violência que estão vivenciando. Punir o autor da Violência Obstétrica, está diretamente ligado a falta de conhecimento quanto às condutas que tipificam a violência obstétrica, onde a gestante ou parturiente desconhece qualquer legislação existente sobre o tema, e consequentemente não consegue identificar quando está sofrendo a Violência Obstétrica durante sua gestação, no momento do parto ou no pós-parto.

Nota-se então que, a Violência Obstétrica muitas vezes não é notificada justamente pela falta de informação que contorna a sociedade. A falta de notificação gera um desfalque considerável na contabilidade e registro dos casos de violência e, consequentemente, na inadequada repreensão e condenação dos agressores. É primordial que seja disponibilizada adequada assistência e dispersão de informações às gestantes e parturientes, levando-se em consideração que ante a falta de informação e conhecimento das vítimas, o cenário de combate à Violência Obstétrica torna-se ineficiente e compromete diretamente a produção de políticas públicas e a elaboração de métodos que podem auxiliar na diminuição e no desenraizamento da Violência Obstétrica a nível nacional.

CONCLUSÃO

A questão em estudo revela a realidade de um ordenamento jurídico desatualizado no que diz respeito à punição da prática da Violência Obstétrica, apesar de toda evolução ao Direito das Mulheres que ocorreu nas últimas décadas. Os tópicos abordados destinam o foco à sensibilidade da gestante e parturiente, diante da falta de assistência humanizada e jurídica no momento do parto.

REFERÊNCIAS

DIONISIO, Emylly Negrello Disponivel: https://revistaesa.oab-ro.org.br/gerenciador/data/uploads/2021/07/EMYLLY-NEGRELLO-DIONISIO_IZABELA-DOS-SANTOS-BARBOSA.pdf.

SCHAVION, Fabiana, Violência obstétrica: o que é e como prevenir. Disponível em: https://saude.abril.com.br/medicina/violencia-obstetrica-o-que-e/.



DONASOLO, Débora[1]
ANSOLIN, Emanoel[2]
dehhdnz@gmail.com
emanoelfotografia@hotmail.com
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: ARBOLEYA,Valdinei
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

FUNÇÃO DO PEDAGOGO NA EMPRESA

INTRODUÇÃO

A pedagogia é uma área ampla e não está ligada apenas à estrutura escolar, mas poder ser direcionada também à área empresarial, atuando efetivamente no desenvolvimento pessoal dos colaboradores e na busca por estratégias e metodologias que garantam uma aprendizagem eficaz. Assim, objetiva-se aqui, discutir a função do pedagogo na empresa e a importância da pedagogia empresarial.

DESENVOLVIMENTO

O pedagogo, hoje, deve ser o profissional que opera em várias instâncias do saber, direta ou indiretamente ligadas às organizações, visando sempre aos processos de transmissão, assimilação e modos de aprendizagem com o objetivo de aprimorar conteúdos, com formação continuada e desenvolver habilidades múltiplas.



Figura 1: Lorhttps://www.prosapress.com.br/blog/o-que-e-pedagogia-empresarial/

Essas habilidades podem ser tanto intelectuais quanto sociais e afetivas, abrindo espaços para o ser humano alcançar novos saberes e consequentemente, valores essenciais que são exigidos na vida diária. Cabe à Pedagogia empresarial a produção e a inclusão de atividades que possibilitem e que visem melhorias na produtividade, qualificando e readequando os profissionais, além de desenvolver metodologias que melhor atendam ao trabalho. Ou seja, busca trabalhar com finalidades específicas que garantam um conhecimento significativo e favorável e promovam o êxito dentro das organizações. Assim, o pedagogo empresarial deve ter um vasto conhecimento sobre as condutas e normas da empresa em que está atuando, bem como do comportamento humano

A finalidade do Pedagogo empresarial é a de atender as necessidades de uma organização, buscando sanar dificuldades existenciais, de aprendizagem e de relacionamento através de estratégias e metodologias que garantam conhecimento pessoal, provocando mudanças no desempenho dos colaboradores que podem, assim, melhorarem tanto na qualidade do seu desempenho profissional quanto pessoal.

CONCLUSÃO

O acesso a esses cargos por parte dos profissionais da educação se deve ao desconhecimento do campo de atuação. O pedagogo, com suas habilidades e competências para a gestão da aprendizagem e do relacionamento, pode fazer diferença em espaços não escolares, dada sua formação para fazer com que os indivíduos aprendam novas atitudes e colaborem efetivamente com ideias e conceitos, modificando seus hábitos e comportamentos e se tornando mais eficazes naquilo que fazem. Isto é, o pedagogo empresarial pode atuar na formação de profissionais comprometidos e responsáveis com perdas e ganhos da empresa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Atualizada até a emenda constitucional nº 38, de 12/06/2002. Nesta edição adendo especial com os textos originais dos artigos alterados. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Atualizada até a emenda constitucional nº 38, de 12/06/2002. Nesta edição adendo especial com os textos originais dos artigos alterados. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ISABELLE, Jéssica – Acadêmico 1
VALLE, Vanessa – Acadêmico 2
jicsilva@minha.fag.edu.br
Acadêmicas do Curso de Pedagogia
Orientador: ARBOLEYA, Valdnei
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

CARTA DE RECLAMAÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi produzido a partir da matéria de Estágio e tem o objetivo de apresentar a experiência de trabalho com o gênero textual Carta de reclamação, realizado no 7º ano da Harbor Bilingual School. Buscou-se aprofundar o conteúdo que a professora de Português estava introduzindo e realizar uma atividade lúdica e, ao mesmo tempo, enriquecedora para os alunos conseguirem utilizar esse gênero em seus cotidianos.

DESENVOLVIMENTO

A abordagem inicial do gênero em sala se pautou no cotidiano da turma, levantando o conhecimento que tinham sobre cartas e se já haviam escrito algum tipo de carta.

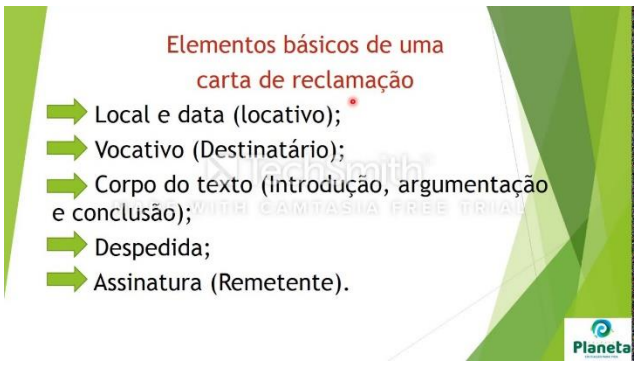


Figura 1: Estrutura da carta de reclamação

Após essa conversa, introduziu-se o gênero Carta de reclamação, apresentando o campo de atuação em que circula esse gênero e sua estrutura. Em seguida, utilizando uma caixa com temas diversos, os educandos sortearam um dentre os seguintes: ‘Comprei um celular pela internet e chegou sem os acessórios (fone de ouvido e carregador”; “Sou canhota e entrei em uma universidade onde não há cadeiras de acessibilidade para canhotos”; Pedi um lanche no ifood e demorou mais de 2 horas para entrega”; “Fui fazer uma prova de concurso público e a prefeitura da cidade me mandou data e local incorreto, chegando lá não havia prova”; “Fui em um restaurante com minha família e tinha um cabelo no prato que escolhi para jantar.”

Após o debate acerca dos temas, cada um recebeu uma folha para realizar a produção textual sobre o tema sorteado, baseando-se nos exemplos estudados. Com os textos finalizados, os educandos passaram a expor suas produções para a turma, compartilhando suas produções de modo a desenvolver a confiança e o autoestima.

CONCLUSÃO

Nessa atividade de estágio, foi possível compreender a realidade em uma escola privada, que tem um número menor de alunos em sala de aula, o que colabora para a aprendizagem. Também foi possível compreender como, em uma escola bilíngue, se dá a introdução da língua inglesa em paralelo à portuguesa desde o começo da trajetória escolar, o que torna as matérias interdisciplinares. Além disso, tal tema permite acrescentar uma visão ética da forma como se deve usar a linguagem em cada situação, especialmente para resolver problemas do dia a dia, proporcionando a interação, a criatividade e aprofundamento das reflexões linguísticas.

REFERÊNCIAS

WILSON, V. Cartas de reclamação: um gênero de discurso expressivo. Anais do V Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Cadernos do CNLF, Série V, no.01, Rio de Janeiro, 2001.

CASAGRANDA, Ronaldo. Aula 7° ano-Carta de Reclamação., 2020. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=260i5910WIc Acesso em: 24, setembro, 2022
.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

dos Santos, Alline Gonçalves- Acadêmica 1
agdsantos@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Design Gráfico
Orientador: Ferraz, Talita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A RELAÇÃO ENTRE ARTE E MODA: LOUIS VUITTON X TAKASHI MURAKAMI

INTRODUÇÃO

Por um longo tempo, arte e moda foram separadas com a justificativa de possuírem valores diferentes. No entanto, em anos mais recentes a moda começou a adentrar o mundo da arte e consequentemente o contrário também. No presente trabalho tem-se o objetivo de explicitar a parceria entre a marca de luxo Louis Vuitton com o artista japonês Takashi Murakami e evidenciar esta fusão da arte com a moda.

DESENVOLVIMENTO

A marca Louis Vuitton é uma das principais no quesito colaboração com artistas, e esta atitude é responsável por transformar a marca de algo entediante e velho para algo inovador e alternativo, além de conquistar cada vez mais novos públicos. de 2003 a 2005 foi a vez do artista Takashi Murakami ser parceiro da Louis Vuitton. O artista é conhecido por garantir que haja interação entre a cultura de massa e a arte, tendo como objetivo aumentar esse laço entre os dois pólos. Deste modo suas referências à cultura otaku, por exemplo, não são apenas referências e sim, mostram que a arte de Murakami faz parte desta cultura.



Figura 1: Peças da coleção de Takashi Murakami com Louis Vuitton

Colaborar com a Louis Vuitton abria portas para o artista se tornar mais popular, além de dar mais visibilidade e apoio à sua ideia de unir a arte fina com a cultura popular. Já para a empresa, contribuir com o artista ajudaria a se estabelecer no mercado japonês, além de criar um novo padrão chamativo e interessante para sua marca pois o estilo visualmente limpo e divertido de Murakami daria aos produtos da Louis Vuitton uma nova estética e um novo público. O artista trouxe cores para a marca através do design chamado ‘Eye Love Monogram’ e o novo visual jovem dela se tornou tão bem sucedido que necessitou a criação de listas de espera pelos produtos. A palavra ‘Eye’ (olho) mostra a interação com a cultura kawaii e otaku, pois é um dos recursos mais apelativos e usados para mostrar emoções, além de ser muito utilizado nos trabalhos do próprio Murakami. a parceria ajudou de fato a marca a ganhar popularidade no Japão e também proporcionou ao artista uma maneira de tornar sua arte popular e comercial.

CONCLUSÃO

Arte e moda podem andar juntas e se beneficiarem mutuamente, seja de forma comercial ou expondo a mensagem passada por cada uma das partes. Louis Vuitton e Takashi Murakami atingiram grande popularidade com sua parceria, tornando seus produtos desejados pela grande massa, satisfazendo os desejos de ambos os colaboradores. A arte pode ser comercializada e aproximada do público, e a moda facilita essa interação, ambas as áreas são extremamente importantes e devem ser cada vez mais ligadas uma à outra em vez de separadas e distanciadas.

REFERÊNCIAS

Bengsten, Peter. Takashi Murakami and Louis Vuitton: on the integration of art and fashion. 2015. Disponível em: https://lup.lub.lu.se/record/4814918. Acesso em: 25/Set/2022



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

RAMELLA LIBARDI, Keli
BIZARRO-SILVA, Camila
keli.libardi@pucpr.br; camila.bizarro@pucpr.br
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Toledo

Uso de metodologias ativas no ensino da Medicina Veterinária

INTRODUÇÃO

O ensino tradicional sustenta-se centralizado no professor e, com base na sua experiência acadêmica, busca formar profissionais de excelência científica e técnica (Mamede et al., 2001). Assim o apreender é visto como gravar informações transcritas para depois devolvê-las da forma mais fidedigna possível ao professor no momento da prova, o que Paulo Freire chamou “educação bancária”. Modelo em que parte do pressuposto que o aluno nada sabe e o professor é detentor do saber (Freire, 1996). Devido as transformações significativas e constantes da sociedade ao longo dos anos, potencializadas pelas novas tecnologias, consequentemente pela dinâmica dos meios de comunicação, estimula as discussões sobre mudanças nas instituições de ensino superior no sentido de repensar o perfil do profissional formado e o seu papel social (Mitre et al., 2018).

DESENVOLVIMENTO

Buscando um novo papel para a educação criou-se os “Quatro Pilares da Educação”, que definem os aprendizados considerados essenciais para que desenvolvam cognitivamente e socialmente. Os pilares são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (Spricigo et al., 2016). Neste novo conceito, a abordagem de ensino é realizada através de atividades organizadas com o propósito de contribuir e possibilitar meios em que a aprendizagem possa ocorrer. De tal modo, a denominação ensino-aprendizagem é utilizada para designar a interações comportamentais entre professores e estudantes. Deste modo estratégias de ensino-aprendizagem são importantes para o desenvolvimento das competências humanísticas (CFMV, 2012).

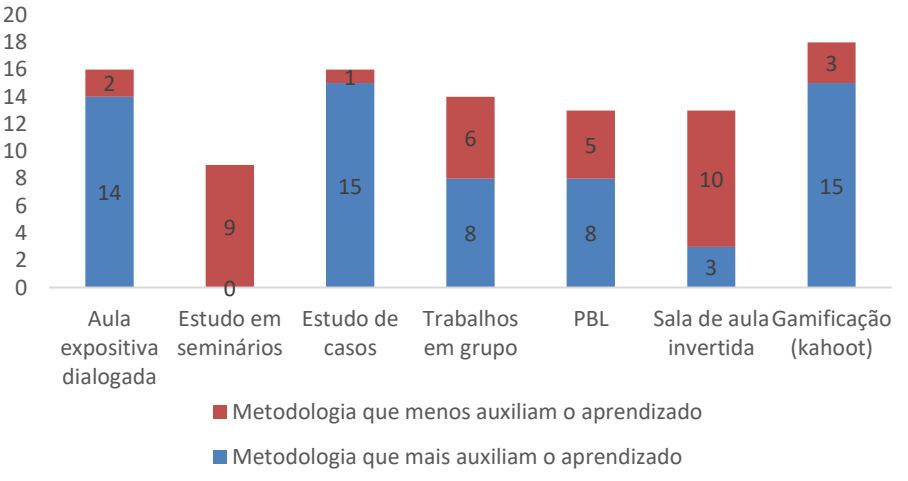
O aprendizado por matriz de competência deve ser entendido como potenciais a serem desenvolvidos em uma situação de relações disciplinares que, apresenta ações a serem implementadas em uma determinada área de atuação (Perrenoud, 1999). Deste modo, as atividades propostas devem possibilitar a experiência de situações diversificadas, de variadas complexidades e beneficiando o desenvolvimento da capacidade do estudante de lidar com situações que o desafiem. (Luckesi, 2005).

Nesse sentido buscou-se realizar uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório com 21 estudantes do curso de Medicina Veterinária da PUCPR, a fim de elencar as principais metodologias e/ou estratégias que geram engajamento por parte dos estudantes e que contribuem fortemente no desenvolvimento de características imprescindíveis do estudante ativo no processo de ensino-aprendizagem.

A faixa etária dos estudantes que responderam o questionário é diversa, predominando a idade de 20 anos (57,1%; 12/21). Além disso, a maioria dos participantes correspondem à estudantes que encontram-se em anos mais avançados como 3º e 4º ano do curso.

Quando questionados a respeito das metodologias utilizadas pelos docentes e que mais auxiliam no desenvolvimento do aprendizado, a maioria dos estudantes pontuaram com maior frequência o uso da aula expositiva e dialogada, os estudos de caso e a gamificação (Kahoot) (Gráfico 1). Em contrapartida, o uso de metodologias como seminários, sala de aula invertida e trabalhos em grupos aparecem como estratégias menos aceitas pelos estudantes (Gráfico 1).

Gráfico 1. Representação numérica das respostas dos estudantes em relação as metodologias aplicadas no questionário



CONCLUSÃO

O uso de metodologias ativas permite trabalhar habilidades e competências, formando assim estudantes autônomos, dedicados, críticos, cooperativos e honestos, pilares estes, importantes a serem desenvolvidos sob o olhar de uma educação de valores.

REFERÊNCIAS

CFMV – Conselho Federal de Medicina Veterinária. Estratégias de Ensino-aprendizagem para Desenvolvimento das Competências Humanísticas, 2012, 150 p.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática e educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2005.

MAMEDE, S., PENAFORTE, J., SCHMIDT, H., CAPRARA, A., TOMAZ, J. B., CARMO E SÁ, H. L. Aprendizagem baseada em problemas: uma nova abordagem educacional. Fortaleza: Hucitec, 2001, 232 p.

MITRE, S. M., SIQUEIRA-BATISTA, R., GIRARDI-DE-MENDONÇA, J. M., MORAIS-PINTO, N. M., MEIRELLES, C. A. B., PINTO-PORTO, C., MOREIRA, T., HOFFMANN, L. M. A. Metodologias Ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. Ciência & Saúde Coletiva, v. 13, n. 2, p. 2133-2144, 2008.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SPRICIGO, C. B.; OLIVEIRA, J.; MARTINS, V. Mosaico das cinco cores: princípios orientadores para os processos de ensino e aprendizagem na educação superior. Curitiba: PUCPRess, 2016.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

LIMA, Lucas da Silva – Acadêmico 1
KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana – Acadêmico 2
sckleinschmitt@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de DIREITO
Orientador: PERLIN, Edson
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

CRIMES DE FRONTEIRA: CONTRABANDO E DESCAMINHO

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma área de fronteira internacional e com ela, determinadas ações que ocorrem em função dos limites territoriais do Estado brasileiro são consideradas ilícitas, como, por exemplo, os crimes de contrabando e descaminho. Conforme o art. 1º, da Lei 6.634/79, a Faixa de Fronteira brasileira se estende para 150 km da linha de fronteira (largura), sendo considerada área indispensável à Segurança Nacional. Nela, os crimes já mencionados e tipificados nos dispositivos 334 e 334-A do Código Penal, são os mais recorrentes. Desse modo, este estudo trata sobre as características desses dois crimes.

DESENVOLVIMENTO

O **descaminho** é a fraude ao pagamento de direitos de importação ou exportação e se caracteriza pela compra de mercadorias no exterior acima da cota sem deduzir os tributos devidos. O crime está previsto no art. 334, do Código Penal, e assim está disposto: “Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria”.

Ainda conforme o art. 334, § 1º, incisos I a IV, do CP, também há punição para quem praticar navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei, para quem pratica fato assimilado, em lei especial, a descaminho, para quem vender, expor à venda, manter em depósito ou, de qualquer forma, utilizar em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no país ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem, e, por fim, quem adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

O **contrabando**, por sua vez, se caracteriza pela importação ou exportação de mercadorias, cuja entrada ou saída no país é absoluta ou relativamente proibida, como é o caso de cigarros e de pneus. O crime está previsto no art. 334-A, do Código Penal, e assim está disposto: “Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida”.

Ainda conforme o art. 334-A, § 1º, incisos I a IV, do CP, também há punição para quem pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando, importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente, reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação, vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira, e adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira.

CONCLUSÃO

A diferença entre o contrabando e o descaminho é a licitude do objeto. O descaminho é a punição pela prática de importar, exportar, pela entrada, pela saída e pelo consumo, de mercadorias que são legalizadas no Brasil, como, por exemplo, perfumes, roupas, brinquedos, eletrônicos, mas cuja prática é criminalizada por não haver o devido pagamento de impostos. O contrabando, por sua vez, é a punição pela prática de importar, exportar, pela entrada, pela saída e pelo consumo, de mercadorias que são legalizadas no Brasil, mas que são proibidas de serem comercializadas, como, por exemplo, cigarro, pneu e medicamentos não autorizados pela ANVISA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 6.634, DE 2 DE MAIO DE 1979. **Dispõe sobre a Faixa de Fronteira...** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm#:~:text=Art.,designada%20como%20Faixa%20de%20Fronteira>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 14 out. 2022.



LAZZARIN, Felipe Augusto
BAIERLE, Eberson
falazzarini@minha.fag.edu.br
ebaierle@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador: FINK, Raquel Lauriano Rodrigues
Faculdade Assis Gurgacz - FAG Toledo

RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA

INTRODUÇÃO

O objetivo central do recurso é a reforma/alteração de determinada decisão proferida pelo magistrado, seja por insatisfação ou discordância do resultado proferido, pleiteando a revisão da decisão pelo Tribunal competente. Em especifico, o Recurso Ordinário no Direito Processual do Trabalho deve ser interposto por simples petição, conforme artigo 895, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, destacando-se algumas peculiaridades do referido recurso.

DESENVOLVIMENTO

O Recurso Ordinário no processo do trabalho visa a reforma de decisões, definitivas ou terminativas, dos juízes do trabalho ou dos juízes de direito investidos em jurisdição trabalhista, dirigido aos Tribunais Regionais do Trabalho – TRT. Também pode ser imposto o referido recurso contra decisões proferidas em processos de competência originária dos TRT´s, neste caso endereçado ao Tribunal Superior do Trabalho, conforme dispõe o artigo 895, II, da CLT.

Como os demais recursos no processo do trabalho o recurso tem efeito meramente devolutivo, ou seja, não tem o condão de suspender os efeitos da sentença proferida.



O prazo para interposição do Recurso Ordinário é de 8 (oito) dias, salvo para a Fazenda Pública e Ministério Público do Trabalho, pois possuem prazo em dobro para recorrer. O recurso ordinário deve ser protocolado no juízo *a quo*, ou seja, aquele que proferiu a decisão, incumbindo a este a análise dos pressupostos de Admissibilidade, quais sejam, recorribilidade do ato, adequação do recurso, tempestividade, regularidade na representação e o preparo, requisitos indispensáveis para que o recurso seja admitido.

O recurso deve ser interposto por simples petição, dividido em duas partes de uma única peça: a primeira parte endereçada ao juízo *a quo* (aquele que proferiu a decisão recorrida) e a segunda parte, dirigida ao juízo *ad quem,* contendo as razões do recurso.

Conhecido o recurso, a parte adversa deverá ser intimada para apresentar contrarrazões, também, no prazo de 8 (oito) dias.

Processos que tramitem pelo rito Sumaríssimo devem ser distribuídos imediatamente, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de dez dias, com inclusão em pauta para julgamento, sem revisor.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados, geralmente, a finalidade que se espera com o referido recurso, é a reforma parcial ou total da decisão originária proferida pelo juízo *a quo.* Vale ressaltar que, se a proposta de utilização do recurso visar, tão somente, a protelação/adiamento do processo acarretará detrimentos adversos ao recorrente e ao recorrido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho** (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Com as devidas alterações pela LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017.
Acesso em 18/10/2022. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.

CISNEIROS, Gustavo. **Manual de Audiência e Prática Trabalhista.** Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: ed. Método: 2015.



SILVA, Ana Vitória Pereira – Acadêmico 1
KLAIS, Bruna Thaise – Acadêmico 2
avpsilva@minha.fag.edu.br
btklas@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador: RICCI, Camila Milazzotto
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

EXECUÇÃO PENAL: PROGRESSÃO DE REGIME

INTRODUÇÃO

Com a vigência da Lei n.º 13.964/2019, o Pacote Anticrime, vários diplomas normativos foram modificados, inclusive a Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84). Quanto à progressão de regime, seus requisitos objetivos foram alterados conforme a nova redação do artigo 112, da LEP. A nova conformação se revela mais específica e, na tentativa de prever todos os casos, acabou criando situações incoerentes.

DESENVOLVIMENTO

Anteriormente, o cálculo para concessão de progressão de regime era conforme o cumprimento da fração mínima de pena, a depender do crime pelo qual o sentenciado foi condenado, a hediondez do crime, além da primariedade ou reincidência do condenado. O lapso temporal de cumprimento de pena restringia-se às frações de ⅙, ⅖, ⅗ e ⅛

Antes da vigência da Lei n. 13.964/19			
Natureza do Crime		Condição do Apenado	Lapso Temporal
i)	Crimes comuns	Primário ou reincidente	1/6
ii)	Crimes hediondos ou equiparados praticados antes de 29/03/07	Primário ou reincidente	1/6
iii)	Crimes hediondos ou equiparados praticados a partir de 29/03/07	Primário	2/5
iv)	Crimes hediondos ou equiparados praticados a partir de 29/03/07	Reincidente	3/5
v)	Mulher gestante ou mãe ou responsável por crianças u pessoas com deficiência	Primária	1/8

Figura 1: MPPR - Pesquisa n. 049/2020

Por sua vez, com a vigência do Pacote Anticrime, o cálculo para a concessão de progressão de regime passou a ser de acordo com um cumprimento da porcentagem mínima de pena, além de considerar, cumulativamente o crime que foi condenado e a primariedade ou reincidência do sentenciado, as circunstâncias do crime, nos termos do artigo 112, da Lei n.º 7.210/84.

A partir da vigência da Lei n. 13.964/19[3]			
Natureza do Crime		Condição do Apenado	Lapso Temporal
i)	Crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa a partir de 23/01/20	Primário	16% = 1/6
		Reincidente	20%
ii)	Crimes com violência ou grave ameaça à pessoa a partir de 23/01/20	Primário	25%
		Reincidente	30%
iii)	Crimes hediondos ou equiparados a partir de 23/01/2020	Primário	40% = 2/5
		Reincidente	60% = 3/5
iv)	Crimes hediondos ou equiparados com resultado morte a partir de 23/01/20	Primário	50%
		Reincidente	70%
v)	Organização criminosa estruturada para prática de crime hediondo ou equiparado a partir de 23/01/20	—	50%
vi)	Crime de constituição de milícia privada a partir de 23/01/20	—	50%
vii)	Mulher gestante ou mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência	Primária	1/8

Figura 1: MPPR - Pesquisa n. 049/2020

Verifica-se que não há regramento legal específico quanto à progressão de regime do sentenciado condenado por crime comum anterior e posteriormente condenado por crime hediondo ou equiparado. Nesse sentido, diante da lacuna legal impõe-se a analogia in bonam partem, de modo que o condenado deverá cumprir a fração exigida ao sentenciado primário. (MARCÃO, 2022, p. 341).

As alterações são benéficas também àqueles que foram condenados anteriormente à vigência da Lei n.º 13.964/2019. Isso porque, a redação anterior não era específica quanto a reincidência, de modo que deveria cumprir ⅗, ou seja, 60% (sessenta por cento) de pena. Portanto, sob a luz do artigo 5º, inciso XL, da Constituição Federal, a retroatividade da lei penal mais benéfica é a medida que se impõe.

Tese já pacificada pelo STJ, por ocasião do julgamento do tema repetitivo 1084. Assim, se cumprido o requisito objetivo, combinado com a boa conduta carcerária, o condenado está apto à progressão de regime.

CONCLUSÃO

Diante todo o exposto, apesar do propósito inicial do Pacote Anticrime em combater a criminalidade, especialmente com relação aos crimes de natureza grave, as alterações foram benéficas justamente para aqueles que foram condenados por crime hediondo ou equiparado, a despeito da intenção do legislador.

REFERÊNCIAS

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal.** 19. ed.. – São Paulo: SaraivaJur, 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Crimina, do Júri e Execuções Penais: noções básicas de cálculo para concessão de progressão de regime.** Paraná, 2020. Disponível em:https://criminal.mppr.mp.br/pagina-1307.html. Acesso em: 18.10.2022



ZORZI, Iohan
MESTRENIER, Tatiana
iozorzi@minha.fag.edu.br
trmestrenier@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientadora: FINK, Raquel Lauriano Rodrigues
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

RECURSO ADESIVO

INTRODUÇÃO

O Recurso Adesivo constitui-se é uma forma especial de interposição de recurso presente na legislação processual. O artigo 997 do Código de Processo Civil prevê que sendo vencidos autor e réu, qualquer uma das partes poderá interpor recurso aderindo ao recurso independente da outra parte, denominado de Recurso Adesivo, desde que tal recurso respeite os requisitos e condições positivadas no artigo.

DESENVOLVIMENTO

O Recurso Adesivo é uma modalidade especial de interposição de recurso, o qual possui como principal característica a subordinação. A subordinação significa que o Recurso Adesivo, ao aderir ao recurso principal adere, também, a todas as regras e condições daquele, sendo considerado como uma espécie de acessório do recurso independente.

Nas palavras de Bueno (2022, p. 1339) "O chamado “recurso adesivo”, cabe frisar o que já destacado, não é um recurso distinto dos demais, mas, bem diferentemente, forma diferenciada de interposição da apelação, do recurso extraordinário e do recurso especial."



https://images.app.goo.gl/Fgotzha8MoN13nzM6

Conforme o artigo 997, § 2º., inciso II, do CPC, o Recurso Adesivo é admissível nas hipóteses de interposição do recurso de Apelação, contra sentenças, em Recurso Especial, que são destinados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), e em Recursos Extraordinários, que são julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ressalta-se que, por possuir como característica principal a subordinação, aplica-se ao Recurso Adesivo todas as regras de interposição do recurso independente, desde os requisitos de admissibilidade como de julgamento.

Para que seja possível a interposição do Recurso Adesivo, é necessário que ocorra a sucumbência recíproca e a conformação inicial com o Julgado. A sucumbência recíproca acontece quando não foi alcançado o melhor resultado no processo para ambas as partes. Por outro lado, a conformação inicial verifica-se no momento em que, diante da sucumbência recíproca, uma das partes se conforma com o resultado e não recorre, no entanto, a parte contrária recorre e interpõe recurso. Neste caso, a fim de que a parte que abdicou de interpor recurso não tenha prejuízos surge o Recurso Adesivo com o intuito de possibilitar à parte que perdeu o prazo original de recorrer, possa interpor Recurso Adesivo e contrarrazões no mesmo prazo.

"Dessa forma, a fim de se evitar um agravamento da decisão (*reformatio in pejus*) e tendo perdido o prazo original para o recurso, poderá a parte interpor recurso adesivo e contrarrazões no mesmo prazo." (SÁ, 2022, p. 3607)

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que o Recurso Adesivo não é uma modalidade de recurso, mas sim uma modalidade especial de interposição de recursos, cujo qual está subordinado a um recurso principal e independente diverso, desde que presentes a sucumbência recíproca e a conformação inicial com o julgado, ficando subordinado às regras de admissibilidade e julgamento do recurso principal.

REFERÊNCIAS

BUENO, C. S. **Curso sistematizado de direito processual civi**l. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

GONÇALVES, M. V. R.; LENZA, P. **Direito processual civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

SÁ, R. M. D. **Manual de direito processual civil.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

BRASIL. **Código de Processo Civil de 2015**. Promulgado em 16 de março de 2015..



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

Acadêmica: RODRIGUES, Marian Josefa de Souza
Acadêmico: SANTOS, Marcus Felipe Lopes dos
Orientador: SILVA, Leandro César Cequinato
mjsrodrigues@minha.fag.edu.br
mflsantos@minha.fag.edu.br
leandro.silva@fag.edu.br
Curso de Direito da Faculdade Assis Gurgacz (Toledo)

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva demonstrar, resumidamente, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, assim como a diferenciação entre a teoria maior (Art. 50 do Código Civil) e teoria menor (Art. 28 do Código de Defesa do Consumidor).

DESENVOLVIMENTO

A desconsideração da personalidade jurídica é a possibilidade de responsabilização patrimonial dos sócios pelo débito da pessoa jurídica, ou vice-versa, atendendo os requisitos estabelecidos no Art. 50 do Código Civil (teoria maior) ou Art. 28 do Código de Defesa do Consumidor (teoria menor).

Ou seja, por meio do referido instituto há a ampliação da responsabilidade que antes era tão somente da pessoa jurídica à pessoa natural do sócio (DONIZETTI, 2020, p. 358), além disto, há a desconsideração da personalidade jurídica inversa, onde há ampliação da responsabilidade da pessoa natural do sócio para a pessoa jurídica (GONÇALVES, 2021, p. 440).

O Art. 50 do Código Civil consagra a chamada teoria maior, trazendo em seu corpo os requisitos necessários para aplicação do instituto, quais são: a) insuficiência patrimonial do devedor (requisito objetivo) e; b) desvio de finalidade, com o objetivo de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza, da pessoa jurídica ou confusão patrimonial por meio de fraude ou do abuso de direito, tornando ausência a delimitação patrimonial entre a pessoa jurídica e a pessoa natural do sócio, situação conhecida como confusão patrimonial (requisitos subjetivos).

Portanto, para teoria maior, não basta que seja comprovado a insolvência da pessoa jurídica (ou pessoa natural, no caso do instituto inverso) para que os sócios sejam responsabilizados, devendo estar cristalino o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial (DONIZETTI, 2020, p. 359).

Por sua vez, a teoria menor permite que, na existência de dano ao consumidor em razão de abuso de direito, excesso de poder, falência, entre outras causas ocorridas por parte da empresa/sociedade fornecedora, poderá ser aplicada a desconsideração da personalidade jurídica, quando esta é um empecilho ao ressarcimento do consumidor (GONÇALVES, 2021, p. 439 a 440).

O Código de Defesa do Consumidor preza pela proteção ao consumidor, aplicando a norma mais favorável, desta forma, permitindo a conjunção entre patrimônio da pessoa jurídica e particular de seus sócios, em prol dos interesses dos consumidores (BENJAMIN; MARQUES; BESSA, 2021, p. 137 a 139).

Esta modalidade de desconsideração da pessoa jurídica atua de forma abrangente na proteção do consumidor, garantindo-lhe o devido ressarcimento pelos danos causados pelos fornecedores (especialmente as sociedades integrantes dos grupos societários, sociedades controladas e sociedades consorciadas), é aplicada quando a personalidade jurídica for obstáculo a reparação do prejuízo causado ao consumidor, conforme disposto pelo Art. 28, caput, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor (BENJAMIN; MARQUES; BESSA, 2021, p. 140 a 142).

O instituto em questão, seja pela teoria maior ou menor, pode ocorrer tanto em pedido formulado na peça vestibular, como de forma incidente, em qualquer fase processual (conhecimento, cumprimento de sentença e execução), com fulcro no Art. 134, *caput* e § 2º, do Código de Processo Civil.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, tornar-se evidente que, respeitando os requisitos da teoria maior (relação civilista) ou teoria menor (relação consumerista), poder-se-á ter o patrimônio da pessoa física do sócio responsável pelas obrigações de sua pessoa jurídica, e vice-versa (desconsideração inversa).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **MANUAL DO DIREITO DO CONSUMIDOR**. 9ª Edição. São Paulo, SP. Editora Thomson Reuters Brasil, 2021.

DONIZETTI, Elpídio. **CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**. 23ª Edição. São Paulo, SP. Editora Atlas, 2020.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**. 12ª Edição. São Paulo, SP. Editora Saraiva Educação, 2021.



A ORIGEM E A IMPORTÂNCIA DO ÁBACO

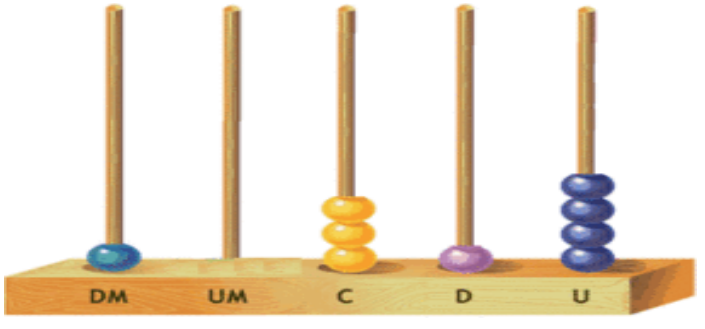
SILVA, Andrieli Pereira da
AGUIAR, Bruna de Oliveira
boaguiar@minha.fag.edu.br
apsilva25@minha.fag.edu.br
Acadêmicas do curso de Pedagogia
Orientador: AMARAL, Edna H. Schaeffer
Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz

INTRODUÇÃO

O ábaco é um instrumento criado há mais de mil anos atrás com o objetivo de auxiliar em cálculos matemáticos mais complexos, antigamente o princípio da ideia de utilizar o ábaco era de agrupar quantidades em bases pré-estabelecidas e se necessário, trocá-las, fazendo a correspondência um a um dos objetos ou números. A origem da palavra ábaco não é certa, alguns acreditam ter origem ao semita *abac*, poeira; outros acreditam que vem do grego *abax*, placa**.** (CARDOSO, 1995) O objetivo desse estudo é apresentar o ábaco e mostrar como ele pode contribuir no ensino da matemática. Para tanto será utilizado o estudo exploratório através de revisão de literatura, baseado em publicações já realizadas acerca da temática em estudo.

DESENVOLVIMENTO

Os primeiros ábacos eram pequenas bandejas de areia e com o passar do tempo, foram substituídas por placas de madeira com pinos na qual colocavam argolas, porém, não poderia ter mais de 9 argolas no mesmo pino, desse modo, a cada 10 argolas no pino da unidade temos uma dezena. Para realizar as contas no ábaco foi criado uma posição dos valores, ou seja, o valor do número irá depender de sua posição no ábaco. De acordo com Cardoso (1995) o ábaco é utilizado em sala de aula para facilitar a compreensão dos alunos em relação ao nosso sistema de numeração, a base 10, valor posicional dos algarismos e também para realizar as operações, podendo ser utilizado em unidade, dezena, centena, unidade de milhar, dentre outras.



Fonte: MARCIANO, Elainy, 2020.

Para trabalhar o ábaco com as crianças é importante que elas compreendam o que os números representam, ou seja, se o número for o zero a casa deve ficar vazia. Um exemplo de atividade para introduzir o ábaco é realizar a contagem de alunos presentes e representar com o ábaco, deixando que os próprios alunos façam essa contagem e a representação no material. As crianças podem também criar seu próprio ábaco com materiais recicláveis. Existem vários tipos de ábacos, entre eles estão: Ábaco Romano, Ábaco Grego, de pinos e também ábacos para cegos. O ábaco mais utilizado em sala de aula é do tipo de pinos aberto, nele as grandezas são distribuídas da direita para a esquerda, além disso ele ajuda a desenvolver o raciocínio lógico, percepção e coordenação motora.

CONCLUSÃO

O ábaco como material de ensino nas séries iniciais ajuda a mostrar aos alunos as operações básicas, deixa possível a visualização de cada operação. A metodologia do ábaco tem a função de desenvolver a agilidade em efetuar cálculos mentais, melhorar, a concentração, além de estimular o raciocínio lógico sendo um recurso prático que colabora na resolução de problemas.

REFERÊNCIAS

Silva, Dalmo Rodrigues da. **Ábaco: prática pedagógica matemática.** Gama, DF: UNICEPLAC, 2021. 23 p. 1. Matemática. 2. Ábaco. 3. Prática pedagógica. I. Título.

CARDOSO, V. C.. Materiais Didáticos para as quatro operações, São Paulo, 2ª edição, IME-USP, 1995.



RAMOS, Bruna – Acadêmico 1
SOARES, Iolanda– Acadêmico 2
bcsramos@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: PAIVA, Gabriel
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A MUSICALIZAÇÃO E SEUS BENEFÍCIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

INTRODUÇÃO

Os benefícios da inclusão de recursos musicais na rotina de aprendizado dos alunos de todas as faixas etárias é uma realidade, porém o quanto antes essa inicialização musical for integrada, dentro e fora de sala de aula, melhor e mais interessante será a contribuição no desenvolvimento global desses alunos. O objetivo da musicalização na educação infantil não é formar músicos, mas sim proporcionar as crianças um ambiente rico em possibilidades para o seu desenvolver de forma agradável, divertida, lúdica e, consequentemente, futuros indivíduos equilibrados, sensíveis e criativos.

DESENVOLVIMENTO

As funções cognitivas como atenção, memória e raciocínio começam a se desenvolver na primeira infância etapa da faixa etária de 0 a 6 anos, período que formam-se um grande número de sinapses entre neurônios, sendo considerado o período de maior intensidade na plasticidade cerebral, o que significa que todo e qualquer estímulo durante esse período será melhor absorvido. A musicalização pode contribuir diretamente no desenvolvimento dessas funções.



Figura 1: aula de musicalização interativa

A música está em todos os cantos, seja no canto dos pássaros como nos ruídos produzidos pelo trânsito e rotina do dia a dia, mas os sons com intenção que são explorados na educação infantil, promovem o aumento da socialização e afetividade por meio de um ambiente de acolhimento e bem estar. A prática de musicalização também poderá contribuir no desenvolvimento linguístico através das cantigas, na prática da escuta, no pensamento e fala. A musicalização também contribui nos desenvolvimentos socioemocional e motor. Memória e concentração, disciplina, criatividade, coordenação motora, desenvolvimento da sensibilidade não apenas musical, mas na afetividade e compreensão dos seus sentimentos e reações

Não é necessário ser musico para ensinar a musicalização nas escolas, mas é necessário que o educador consuma arte e que possa ser sensível a ela para repassar aos alunos a importância da música não apenas como diversão em ambientes festivos e de entretenimento, mas sim como uma importante ferramenta no desenvolvimento integral. O educador pode inserir a musica em brincadeiras, contação de histórias, experimentos e criações de instrumentos musicais e até mesmo observando os sons naturais como o sons dos pássaros e objetos.

CONCLUSÃO

Aproveitar e extrair todas as formas de aprender que a musica proporciona as crianças da educação infantil é o papel que escola e família devem adotar, de forma que esse desenvolvimento seja gradativo, proveitoso e também prazeroso, em um ambiente acolhedor e alegre a criança tem liberdade para descobrir o mundo e a si mesma através de um som, de uma dança e de interações ricas que a sala de aula propiciam e criar um ambiente assim junto a musica é uma soma na qual o resultado nunca será negativo.

REFERÊNCIAS

Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. Núcleo de Processamento de Dados. Curso **PEDAGOGIA,** 2022. Disponível em <https://guiadofuturo.com.br/6-beneficios-da-musicalizacao-infantil-para-diferentes-idades/> Acesso em : 18.out.2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

FORMAÇÃO DE PREÇO

FERREIRA, Isabela
NOVOÇADO, Ana
ibferreira1@minha.fag.edu.br
apnovocado@minhha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de ADM/CC
Orientador: SIQUEIRA, Ruben
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

INTRODUÇÃO

A formação de preço não está relacionada somente com os fatores internos, mas com os externos também, pois depende de várias questões a serem analisadas, a exemplo custo de compra, frete e seguros, e despesas de armazenamento; as decisões do preço são influenciadas por três fatores básicos: custos, clientes e concorrentes. De acordo com Churchill e Peter (2000), os gestores precisam criar estratégias de precificação para dar suporte aos objetivos organizacionais de posicionamento do produto ou serviço, de obtenção de níveis desejados da receita e lucro, de competitividade em questão do preço, de sobrevivência da organização e obtenção de um produto de responsabilidade social. Contudo, o objetivo desde trabalho é analisar as questões e fatores importantes para realizar uma formação de preço de venda de produtos ou prestação de serviços, analisando fatores como o lucro, a concorrência e a necessidade do cliente.

DESENVOLVIMENTO

O processo de formação de preço se consiste na análise realizada pelo empreendedor ao definir qual será o valor cobrado por determinado produto ou serviço oferecido por ele, levando em consideração alguns fatores, como custos, margem de lucro, despesas fixas e variáveis, dentre outros elementos. Para que a venda possa ser lucrativa é necessário que o empreendedor contabilize detalhadamente todos os custos antes de definir o preço de venda de seu produto ou serviço. Isso seria levar em consideração todas as despesas envolvidas, sejam elas matéria-prima, custos fixos, custos variáveis, mão-de-obra, deslocamento, dentre outros, para que os valores cobrados cubram essas despesas e ofereçam lucro para que a empresa possa crescer.

> Cálculo que tem por base a abrangência e cobertura de todos os custos da empresa e geração do lucro desejado. É como dizer que a partir da venda de qualquer produto você estará tirando os custos ligados à empresa, seja eles: Custo fixo, Custo Variável ou Não Operacional e, assim, obtendo determinado lucro (BARREIROS 2014, p.1).

Para calcular a formação de preço de seu serviço ou produto precisa delimitar todos os custos e despesas envolvidos na produção ou oferta destes. Vale destacar que é fundamental também saber diferenciar custos e despesas, já que os custos seriam aqueles que estão diretamente relacionados à operação, ou seja, são os gastos essenciais para que a atividade principal da empresa possa ser executada, como a compra de matéria-prima, Já as despesas são os gastos vinculados à administração, ou seja, correspondem aos investimentos realizados para que a empresa possa alcançar seus objetivos e manter sua estrutura ativa, como é o caso do pagamento de salários.

Para César (2009 p.1) o preço é um valor arbitrado para um bem ou um serviço. Qualquer transação de negócio envolve um valor monetário que é a precificação. Existem diversos métodos para a formação de preços, sendo que cada um deles apresenta vantagens e recomendações, variando de acordo com a necessidade da empresa, seu momento de mercado e também de acordo com as informações de custo disponíveis dentro desses métodos existe a margem de contribuição que é o principal método de formação de preço e também a mais recomendada, por meio dela é possível determinar qual o lucro, dentro do custo de venda, após descontar os custos e despesas. E também existe a pesquisa de preços que é um método de precificação que leva em consideração os preços praticados pela concorrência na venda direta

CONCLUSÃO

O objetivo geral do estudo foi demonstrar que a formação de preço tem extrema importância pois, muitas empresas tem dificuldade em formar seu preço de venda. Contudo é importante saber quais são os fatores que influenciam nesta formação para que não haja qualquer problema futuro na empresa. São inúmeros os fatores que influenciam a determinação do preço de venda, tais como: mercado, custos, concorrência, entre outros. O preço de venda é, sem dúvida, a ferramenta que produz os efeitos mais intensos e imediatos.

Pode-se concluir que é de suma importância saber calcular corretamente o preço de venda para se obter melhores resultados na empresa e escolher a melhor opção de estratégia na hora da venda.

REFERÊNCIAS

CHURCHILL JR., G. A e PETER, J. P marketing: criando valor para os clientes. SÃO PAULO: SARAIVA, 2000.

https://www.bancodoempreendedor.org.br/conteudo/formacao-de-precos-o-que-e-como-funciona-como-calcular.html



NASCIMENTO, Michael – Acadêmico 1
ANDRIOLI, Andre – Acadêmico 2
mncsnascimento@minha.fag.edu.br
alandrioli@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Publicidade e Propaganda
Orientador: ALVES, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ANÁLISE DE RECEPÇÃO DO SHOW DA BANDA COLDPLAY NO ROCK IN RIO 2022

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo a análise de recepção a respeito do show da banda Coldplay, no evento do Rock in Rio 2022, fazendo considerações sobre a inclusão de pessoas com deficiências em suas músicas tocadas na cidade maravilhosa. Neste sentido, será tratado alguns princípios norteadores que estão fazendo com que a banda britânica, “quebre a quarta parede”, e consiga trazer em suas músicas, mensagens que possam chegar para todas as pessoas.

DESENVOLVIMENTO

No dia 10 de setembro de 2022, o palco do Rock in Rio, mais conhecido como “Palco mundo”, recebeu a banda britânica que vem criando uma legião de fãs, seja pelo seu talento, suas performances, e principalmente por suas mensagens de inspiração para todas as pessoas presentes no local. Além de tudo isso, trazem a inclusão social em todas as suas músicas jamais vistas em um dos maiores palcos do mundo, conhecida como Coldplay a banda que surgiu em 1996 fez um show memorável para um evento que contou com mais de 700 mil pessoas em 7 dias de realização.



Figura 1: Chris Martin, Vocalista da banda Coldplay (ROCK IN RIO 2022)

Segundo Barbero (1985, pág. 88), “O modo como nos representamos a revolução evoluí também e inclusive o processo de formação de uma nova subjetividade”. Em uma cultura de massa que é estimulada todos os dias pela indústria cultural em todo o mundo, ser trazido um tema tão especifico e que é pouco falado e representado nos meios de comunicação, mas acima de tudo, ser o porta-voz de que toda e qualquer tipo de pessoa tem por direito ético e moral de não só estar, mas conseguir participar mesmo com suas limitações em qualquer meio da sociedade.

O Coldplay durante o show usa ao vivo uma tecnologia chamada Subpac, está tecnologia foi desenvolvida para criar uma experiência tátil de frequência sonoras. Trata-se de um esforço para tornar seus shows mais inclusivos para deficientes auditivos. A banda trouxe em sua apresentação coletes Subpac, além de estar disponibilizando intérpretes de linguagens de sinais durante seu show no Rock in Rio, deixando clara a missão deles de tornar as apresentações mais inclusivas para deficientes auditivos. A banda deixa em seu site oficial o e-mail: access@coldplay.com, para os fãs que necessitarem dos coletes com tecnologia de sistema tátil de som, afim de promover a inclusão.

CONCLUSÃO

No término desta pesquisa, foi percebido a importância da recepção por meio da comunicação seja qual for ela. Foi percebido também, o quanto ainda se faz necessário mais pesquisas sobre o assunto de inclusão social, e como a repercussão do show da banda Coldplay marcou de diferentes formas positivas todas as pessoas que estavam presente no evento, criando assim “Uma noite mágica”, como ficou conhecida o show dos britânicos.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesus Martin. Dos Meios às Mediações, 1985.
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão Social, 2009.
Disponível em: https://extra.globo.com/tv-e-lazer/rock-in-rio/setecentas-mil-pessoas-1255-artistas-300-shows-veja-os-numeros-do-rock-in-rio-2022-25565091.html - Acessado em: 15 de Setembro de 2022.
Disponível em: https://www.portalacesse.com/coldplay-interage-com-o-publico-em-lingua-de-sinais-no-rock-in-rio/ - Acessado em: 15 de Setembro de 2022.
Disponível em: https://igormiranda.com.br/2022/08/coldplay-shows-deficientes-auditivos/ - Acessado em: 15 de setembro de 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

COMIN, Any - 1
BECKER, Bruno - 2
agcomin@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Agronegócio
Orientador: NAKAMURA,Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A ÉTICA ABRE PORTAS PARA O SUCESSO!

INTRODUÇÃO

A organização empresarial garante o sucesso empresarial e é aquilo que define o que é uma empresa e, principalmente,como seu time de colaboradores se organizam, quais suas atribuições de equipe e como cada setor interage entre si e com outros setores. Ajuda a definir a função de cada equipe e de cada integrante desse grupo, assim, evitando acúmulo de funções e conflitos, pois cada um terá suas responsabilidades e atividades definidas . São fundamentais um bom planejamento é um bom plano de ação para conseguir observar suas vantagens e desvantagens, pontos positivos e pontos negativos e o que deve ser melhorado dentro da empresa e em sua estrutura. Deve ter o estudo de hipóteses e possibilidades, considerando todo processo evolutivo de instituições, garantindo que as melhores decisões sejam tomadas.

DESENVOLVIMENTO

Uma empresa organizada é o melhor ambiente para estar e traz muitas vantagens para a empresa, como, melhor controle de gestão, melhor entrosamento entre os funcionários, mais fácil o desenvolvimento de metas, custos reduzidos... Existem três tipo principais de organizações para a melhoria de sua empresa:ORGANIZAÇÃO LINEAR: definição da função que cada um vai executar dentro da empresa, para um melhor desempenho dentro da empresa, caso haja interferência em sua função pode ser considerado como antiético; ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL: a divisão é realizada em partes, conforme suas finalidades; ORGANIZAÇÃO LINHA-STAFF: é a combinação dos modelos funcional e do linear, dessa maneira, um setor toma decisão sobre si,mais pode estar auxiliando em outros setores. Outra parte importante para uma melhor organização da sua empresa é elaborar planos de ação. Começando definindo sua VISÃO:mostra aonde sua empresa quer chegar através de objetivos a longo prazo, MISSÃO:é o propósito dela existir, é sua razão de ser, VALORES:é onde entra a ética da empresa, onde define seus valores e princípios, coerentes com seus clientes e funcionários. Também podemos citar a análise de SWOT/FOFA como um ferramenta de extrema importância para o melhor desempenho da empresa. Podendo auxiliar na identificação das suas forças, oportunidades, fraquezas e ameaças no ambiente interno e externo.



Fonte 1:imagem autoral

No ambiente de trabalho a ética é fundamental para ter uma boa convivência com honestidade e integridade.Uma empresa que cumpre os padrões éticos definidos,tem um bom resultado no seu funcionamento e consequentemente na sua organização. A falta de ética, pode influenciar na sua reputação, produtividade e em seus resultados financeiros. Para manter uma reputação positiva, tem que haver um esforço de todos os seus colaboradores, pois, para obter sucesso, você precisa ter uma boa imagem. Uma empresa antiética, pode prejudicar o desenvolvimento dos processos e da organização.

CONCLUSÃO

A ética está presente em nossa vida e deve estar nos negócios e nas organizações também. Assim, demonstrando o comportamento do dia a dia, na empresa e especialmente no tratamento com as outras pessoas, tanto quanto no ambiente de trabalho e fora dele. Uma empresa para ser bem vista precisa ser ética e bem organizada, usando as diversas ferramentas apresentadas. Então, uma boa relação entre colaborador e o patrão, junto com a sociedade, é construir uma empresa bem organizada e ética,a fim de ter uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

Disponível em: www.blog.inepadconsulting.com.br/etica-empresarial-importancia-da-conduta-de-empresas-em-crescimento acessado em 23/09/2022
Disponível em: www.algar.com.br/organizacao-empresarial acessado em 20/09/2022
Disponível em: www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-carreiras/o-que-e-crucial-na-organização-empresarial/ acessado em 20/09/2022



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

MAGALHAES, GUILHERME – Acadêmico 1
MONTEIRO,Maria – Acadêmico 2
gmbernardes@minha.fag.edu.br
memonteiro1@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador: RICCI, Camila
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

Aborto até 3º mês de gestação é crime ou não?

INTRODUÇÃO

Foi decidido, nesta terça-feira, pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que não é crime o aborto realizado durante o primeiro trimestre de gestação, independentemente do motivo que leve a mulher a interromper a gravidez. O precedente foi aberto após a análise de um caso específico envolvendo funcionários e médicos de uma clínica clandestina em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, que tiveram a prisão preventiva decretada.

Por que até o terceiro mês de gestação?

Determinar quando a vida começa de fato é uma das questões mais conturbadas. As religiões, especialmente as religiões cristãs acreditam que a vida começa na fecundação e a ciência não nos traz inúmeras respostas. Existe, no entanto, uma corrente que afirma que o feto só se torna uma pessoa quando começa a produzir ondas cerebrais, que ocorre a partir da oitava semana, outros acreditam que seria a partir da vigésima semana.



Figura 1:

"Na medida em que é a mulher que suporta o ônus integral da gravidez, e que o homem não engravida, somente haverá igualdade plena se a ela for reconhecido o direito de decidir acerca da sua manutenção ou não. Além disso, a criminalização do aborto causa uma discriminação contra as mulheres pobres, que não podem recorrer a um procedimento médico público e seguro, enquanto as que têm condições pagam clínicas particulares.“ (Disse o ministro do STF Luís Roberto Barroso.)

Temos que dar destaque ao voto do ministro Luís Roberto Barroso, que reuniu em seu dizeres alguns componentes da estrutura da sociedade brasileira, tais como: o machismo, desigualdade de gênero, desigualdade social, Sistema público de saúde etc.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, apontam que há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento.

As características mais comuns das mulheres que fazem o primeiro aborto é a idade até 19 anos, de cor negra e com filhos.

Desigualdade Social:

De um lado: a mulher com condições financeiras que chega a pagar 5 mil reais pelo procedimento;

Do outro lado: a mulher periférica, se submete as mais variadas agressões físicas e psicológicas, impostas pela clandestinidade e situação financeira.

CONCLUSÃO

Atualmente, o Código Penal brasileiro prevê que o aborto não é crime em caso de estupro ou de risco de vida da gestante. E o STF, por meio da decisão na ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental), entendeu ser possível a descriminalização do aborto nos casos de anencefalia. O entendimento de Barroso, Rosa e Fachin, no caso em tela, foi o de que os artigos que tipificam o crime de aborto não deveriam incidir sobre a interrupção da gestação feita até o terceiro mês, já que a criminalização nesse caso violaria direitos fundamentais da mulher.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Atualizada até a emenda constitucional nº 38, de 12/06/2002. Nesta edição adendo especial com os textos originais dos artigos alterados. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Inconstitucionalidade da incidência do tipo Penal do Aborto no caso de interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre.
https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12580345



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

MELLO, Alice – Acadêmico 1
JANING, Raíssa – Acadêmico 2
Acadêmicos do Curso de Design Gráfico
Orientador: FERRAZ, Thalita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

VIDA E OBRA: TAKATO YAMAMOTO

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como propósito apresentar o artista contemporâneo japonês Takato Yamamoto, trazendo pontos relevantes de sua trajetória pessoal e profissional, visando também, seus métodos e técnicas usados em suas obras, assim, explorando as ramificações psicológicas que Takato aplica em seus trabalhos artísticos. Mostrando o porquê, Yamamoto é aclamado em seu meio.

DESENVOLVIMENTO

Takato Yamamoto, artista contemporâneo japonês, nascido na província de Akita, no ano de 1960, que formou-se na Tokyo Zokei University. Takato é um membro atual da Tokyo Illustrators Society e da International Ukiyo-e Society, e ficou conhecido por fornecer ilustrações para inúmeras capas de livros e pôsteres de filmes.



Figura 1: YAMAMOTO, Takato.



Figura 2: Vampire Fairy Demon YAMAMOTO, Takato.

Takato traz ilustrações estilizadas, como as tradicionais gravuras Ukiyo-e (Woodblock) e que são frequentemente categorizadas como ero guro (grotesco erótico). Takato desenvolveu seu próprio estilo intitulado "Heisei Aestheticism". O estilo artístico de Takato Yamamoto junta perfeitamente o Ukiyo-e a arte gótica ocidental. Ukiyo-e é uma arte milenar japonesa, geralmente usada para representar acontecimentos históricos e lendas locais, porém, Takato havia sido capaz de reinventar o estilo, trazendo modernidade à técnica. Suas junções de pigmentos davam novas cores para suas obras, sendo até comparadas com imagens de teste Rorschach. Está solidificado no fascínio por vampiros que teve contato a partir da mídia quando era adolescente, e a partir disso se interessou por artistas do final do século, como Aubrey Beardsley e Gustav Klimt.

Takato retrata o simbolismo, a decadência e o esteticismo como temas de sua obra, mencionando o contato que teve com escritores simbolistas como Edgar Allan Poe e Baudelaire.

Suas obras conseguem surpreender aqueles que não estiverem avisados, pela forma que retrata temas macabros e sombrios, de forma branda e amena, transformando completamente a arte contemporânea japonesa que conhecemos. Abordando de forma crítica e simbólica, a partir de figuras que causam estranheza no primeiro contato, porém belas, toda a “sujeira” misógina da comunidade japonesa, que subjuga e objetifica as mulheres. O que há de mais marcante em seu trabalho é que apesar de ser grotesco as expressões faciais das suas personagens são bastante serenas.

CONCLUSÃO

Assim, podemos observar os motivos pelo qual Takato Yamamoto é um artista japonês aclamado no círculo de arte underground do Japão. Que merece maior reconhecimento nos palcos midiáticos do mundo, para que mais pessoas tenham a oportunidade de conhecer seus trabalhos como artista, criador e escritor. Takato é uma figura misteriosa, que ainda precisa ser explorada.

REFERÊNCIAS

EVERYBODYWIKI. https://en.everybodywiki.com/Takato_Yamamoto. Acesso em 10 de maio de 2022, às 23:51.

YAMAMOTOTAKATO. http://www.yamamototakato.com/. Site oficial, acesso em 2008.

ATTICCAPITAL. “Takato Yamamoto adds his twist to Ukiyo-e Art”. https://youtu.be/rl1cq5jeAdU . Entrevista com o autor, 2008.



Santin, Ana – Acadêmico 1
Fernandes, Wesley – Acadêmico 2
acsantin@minha.fag.edu.br
wmfernandes1@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Publicidade e Propaganda
Orientador: Nakamura, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ANÁLISE DE RECEPÇÃO DA CAMPANHA “DON’T DO IT”, NIKE

INTRODUÇÃO

O caso de George Floyd, em 2020, teve grande repercussão no mundo todo. George aparece em um vídeo que rodeou o planeta, sendo agredido por um policial branco que se ajoelha em seu pescoço. Enquanto George, repetidamente, diz não estar respirando, o policial ignora seu apelo. Quando a ambulância chega, George já não se mexia mais. Aproveitando a grande repercussão do caso, no dia 29 de maio de 2020, a Nike lançou uma campanha de apoio à manifestação anti-racismo. O presente trabalho tem por objetivo analisar o quanto essa campanha impactou a marca..

DESENVOLVIMENTO

Quatro dias após a morte de Floyd, a marca Nike lança o filme “For once, don’t do it”, e foi apresentado frases como: “don’t accept innocent lives being taken from us” se posicionando contra o racismo em apoio às manifestações que aconteceram nos EUA. Não sendo essa a primeira vez em que a marca se posiciona contra a intolerância, ódio e desigualdade, tendo como exemplo quando a marca demonstrou apoio à Colin Kaepernick, que se ajoelhou durante o hino nacional, em 2017, em protesto em um jogo. O filme foi divulgado tanto no Youtube quanto nas redes sociais Instagram e Twitter, para atingir o maior número de pessoas possíveis. Dessa forma, pela primeira vez na história, transformaram seu slogan “Just do it” em “don’t do it” a marca pede o contrário do que sempre pediu: “Não faça isso”. De acordo com Koch (2004, p.17) “em um texto está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou memória discursiva dos interlocutores” com a ajuda da intertextualidade, a Nike o transformou em outro, como uma forma de apoio às manifestações que estavam acontecendo, e também incentivando os receptores a combaterem o racismo. De acordo com Barbero (1997), “a recepção é sempre mediada por práticas cotidianas que estão inseridas no contexto cultural e social do sujeito receptor''. Com isso, os receptores da campanha a encararam de acordo com o seu contexto social e cultural, muitos de forma positiva, demonstrando concordar com a marca e apoiá-la, assim como, alguns demonstraram não gostar da campanha, mostrando que, de acordo com seu contexto social não concordam com o posicionamento da marca. Ainda, a fim de mostrar que, a rivalidade e concorrência foram deixadas de lado por algo maior, a marca concorrente repostou o manifesto da Nike em suas redes sociais, demonstrando concordar com o posicionamento da Nike.

Além disso, alguns receptores questionam sobre, pois para eles, apenas divulgar um vídeo com frases não é o suficiente para demonstrar apoio.



Figura 1

CONCLUSÃO

Na publicidade, há várias formas de prender o público, nessa campanha é possível ver que a marca trouxe uma análise social ao público causando inúmeras reações. De acordo com Kotler (2010, p.4), eles buscam empresas que abordem suas mais profundas necessidades de justiça social, econômica e ambiental em sua missão, visão e valores. Deste modo, alguns demonstraram satisfação e até mesmo insatisfação com a campanha, por conta de seus valores e fatores históricos sociais da marca.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Allan. **Intertextualidade e produção de efeitos de sentido em artigos de opinião. Revista do GELNE**, v. 12, n. 1/2, p. 107-118, 2010.

RIBEIRO, Luiza Carla; TUZZO, Simone Antoniaci. Jesus Martín Barbero e seus estudos de mediação na telenovela. Comunicação & Informação, v. 16, n. 2, p. 39-49, 2013.

SILVA, Guilherme Rost da. **Branding e movimentos sociais: o caso Nike-Kaepernick**. 2021.

https://twitter.com/ehloanna/status/1266529839609081857?s=20&t=XyVB8oYpNCwszWpKKOCM_A.



LANGE, Vinícius - Acadêmico 1
RZARTKE, Gustavo Roling - Acadêmico 2
aluno@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis
Orientador: AMARAL, Edna Heloisa Schaeffer
Faculdade Assis Gurgacz, FAG-Toledo

O USO ESTATÍSTICA NO CONTROLE DE PROCESSOS

INTRODUÇÃO

O estudo da estatística tem sido utilizado como um modo de pesquisa científica de forma ampla, se espalhando pelos diversos campos do conhecimento da civilização humana. Um desses campos, e o que baseia todo o sistema econômico moderno, é a indústria. Com a revolução industrial, e o início da globalização, o consumo do mundo aumentou, tornando o processo produtivo muito mais específico e rápido, o que exigiu, e ainda exige, uma forma de analisar a eficiência dos setores individualmente, e também, da linha de produção em geral, conhecida como estatística. O objetivo desse estudo é analisar como a estatística pode contribuir no processo decisório das organizações. Será utilizado o estudo exploratório através de revisão de literatura, baseado em publicações já realizadas acerca da temática em estudo.

DESENVOLVIMENTO

A estatística pode ser utilizada de várias formas no setor industrial, e o mais conhecido deles, é o setor de vendas, pois é este que analisa se os produtos produzidos estão sendo vendidos, se terão um aumento nas vendas ou uma queda, além de visualizar as regiões e localidades em que determinados produtos são mais consumidos, e, obviamente, analisam a crítica de qualidade, feita pelo cliente, gerando assim relatórios estatísticos que mostram a porcentagem de satisfação dos consumidores. E com base nessa critica, outro setor começa a atuar, que é o setor administrativo, o qual é, normalmente, composto apenas pelo chefe, em empresas pequenas, e evoluindo até dezenas de pessoas em grandes corporações. Evidentemente, o processo é mais burocrático nas grandes corporações, porém o objetivo é o mesmo, analisar os dados coletados pelo setor de vendas e buscar uma solução. Na indústria, o sistema utilizado para identificar erros é o Controle Estatístico de Processos (CEP), o qual auxilia na detecção e prevenção de falhas. Conforme Souza (2002), o sucesso de uma empresa está efetivamente baseado na capacidade em atender as exigências dos clientes e/ou consumidores e também dos órgãos competentes. Porem, existe a necessidade das empresas investirem em seus processos seletivos, através de equipamentos ou mão de obra qualificada. Segundo Pires (2000), a permanência das empresas no mercado atual está basicamente ligada à produção com qualidade e baixos custos, é preciso fazer melhor com cada vez menos. Os autores supracitados mostram que a forma mais eficiente de uma empresa alcançar o sucesso é se utilizando do CEP, para encontrar os problemas em seu processo produtivo e, com isso, diminuir a sua variabilidade, baixando custos e aumentando a eficiência de sua linha de produção. Com base no acúmulo de informações dos vários produtos fabricados, é possível obter conclusões de como e onde disponibilizar recursos para corrigir uma determinada falha ou perda no processo produtivo, além de alçar um investimento ou direcionamento mais preciso de determinado produto, assim, obtendo um lucro considerável com um gasto mínimo envolvido.

CONCLUSÃO

O Controle Estatístico de Processos usa métodos estatísticos e de amostragem para monitorar a qualidade de um processo em andamento, como uma operação de produção. Uma exibição gráfica chamada de carta de controle fornece uma base para decidir se a variação na saída de um processo é devido a causas comuns (variações que ocorrem aleatoriamente) ou devido a causas atribuíveis fora do comum, desse modo, a ideia por trás da melhoria contínua é focar em projetar, construir e controlar um processo que faça o produto funcionar corretamente na primeira vez. Um processo pode ser melhorado removendo o máximo de variação possível para atender aos requisitos e expectativas do cliente, fornecendo produtos e serviços com variação mínima.

REFERÊNCIAS

AHEENS, Rudy de Barros. **A gestão estratégica na administração: vol. 2.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

PIRES, V. T. **Implantação do Controle Estatístico de Processo em uma empresa de manufatura de óleo de arroz - Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção, Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SOUZA, G.R. **Implantação do controle estatístico de processos em uma empresa de bebidas. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção).** Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.



BILLER, Aleksandra Tainara– Acadêmico 1
MACHADO, Mariana Heloisa Limberger– Acadêmico 2
atbiller@minha.fag.edu.br
mhlmachado@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de pedagogia
Orientador: AMARAL, Edna Heloisa Schaeffer
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

Blocos lógicos e o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático

INTRODUÇÃO

No ano de 1950, Zoltan Paul Dienes, um matemático húngaro, produziu os blocos lógicos, com o objetivo de auxiliar na prática do raciocínio lógico e abstrato, facilitando os conhecimentos de classificação, seriação, comparação. O jogo dos blocos lógicos possue 48 peças, com cores (vermelho, azul e amarelo), formas (quadrado, triângulo, círculo e retângulo), tamanhos (grande e pequeno) e espessuras (grosso e fino) diferentes. Visto as possibilidades de classificação e relações que podem ser estabelecidas com o uso do material, ele é um recurso pedagógico explorado desde a Educação Infantil.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento lógico-matemático é construído através da ação com o manuseio de objetos. Por meio dos blocos lógicos é possível trabalhar jogos distintos, ampliando o conhecimento das relações lógicas de classificação, ou seja, sendo o processo mental que permite organizar os elementos em grupos, de acordo com as semelhanças ou diferenças (LORENZATO, 2008). Evidenciando o jogo da árvore com classificação por cor, forma, espessura e tamanho, como uma forma de significação e conservação.

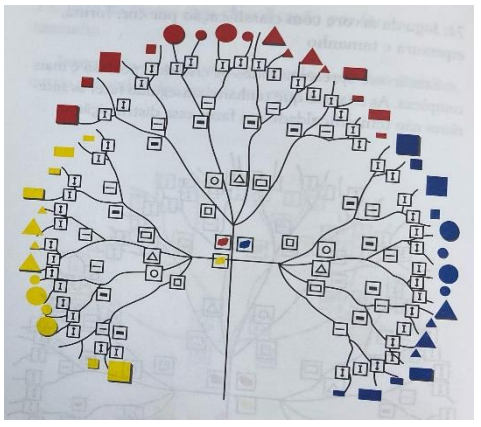


Figura 1: SIMONS, Ursula Marianne. Blocos lógicos: 150 exercícios para flexibilizar o raciocínio. Editora Vozes, 3º edição.

O jogo da árvore lógica é uma atividade atrativa que pode permitir às crianças explorarem as várias características dos blocos lógicos. No jogo, o primeiro critério é a determinação da cor, seguido por formas, tamanhos e espessuras. A árvore é complexa pois apresenta um tronco que se divide em galhos, e cada galho com o seu devido aspecto, ou seja, ela utiliza todos os critérios, o que exige muita atenção e concentração.

Por meio deste, a criança desenvolve a lógica para classificar objetos em função de suas características principais, ela aprende a agrupar, fazer conjuntos e estabelecer semelhanças e diferenças dos distintos blocos, aprende a fazer séries baseadas em determinadas características das peças, aprende o conceito de número. Por fim, o objetivo deste jogo é reconhecer as formas geométricas, identificar o lugar que corresponde a forma, a textura, trabalhar as cores primárias e observar as características de cada forma geométrica.

CONCLUSÃO

Os Blocos Lógicos são de grande benefício para as crianças, pois auxiliam na elaboração do raciocínio, passando do concreto para ao abstrato. Com a utilização dos blocos lógicos, conseguimos facilitar a articulação do raciocínio e buscar múltiplas soluções para problemas, oferecendo uma estrutura lógica bastante flexível. Por fim, o auxílio dos “Blocos Lógicos”, a criança organiza o pensamento, assimilando conceitos básicos de cor, forma e tamanho, além de realizar atividades mentais de seleção, comparação, classificação e ordenação.

REFERÊNCIAS

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO DA MATEMÁTICA, 6., 2013, Canoas. **Educação Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, Canoas, Ulbra, 2013

LORENZATO, S. **Educação Infantil e percepção matemática**. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SIMONS, U. M. **Blocos lógicos: 150 exercícios para flexibilizar o raciocínio**. Editora Vozes, 3º edição.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

HOLDEFER, Amanda
FERREIRA, Nicolas
ahholdefer@minha.fag.edu.br
napferreira@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador: FINK, Raquel Lauriano Rodrigues
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

PROVAS ATÍPICAS NO PROCESSO CIVIL E SUA APLICAÇÃO

INTRODUÇÃO

Através das provas os fatos controvertidos relevantes são comprovados no processo. Considerando as diversas classificações das provas o presente trabalho abordará as atípicas, ou seja, aquelas não previstas em lei, porém sua admissibilidade e utilização decorre do sistema probatório, como previsto no artigo 369 do Código de Processo Civil.

DESENVOLVIMENTO

As provas atípicas são aquelas não previstas em lei ou que são produzidas por procedimento diferenciado, mas são asseguradas pelo Código de Processo Civil, nos termos do artigo 339: “As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz”.



Figura 1: https://images.app.goo.gl/YXiDrZCGGQeP6DKcA

Assim, levando em consideração que essas não podem infringir a hierarquia e limites de ilicitude das demais provas (típicas), pode-se admitir que o valor da prova atípica é igual a das demais provas tipificadas.

Na atualidade com o avanço tecnológico a utilização da prova atípica foi alargada a exemplo de utilizado de mensagens eletrônicas, captura de tela em conversa em aplicativo, dentre muitas outras modalidades não prevista na lei, porém autorizadas e plenamente válidas.

Também pode-se usar essa forma de prova quando alguma testemunha presta depoimento por meios eletrônicos, prova extraída de conteúdo público de redes sociais, a prova emprestada.
Nas palavras de Bueno (2022, p.540): “qualquer método probatório é admitido no plano do processo civil desde que não sejam agredidos os valores superiores do ordenamento, expressos ou implícitos na Constituição Federal.” Ou seja, mesmo não prevista em lei a prova deve ser encarada como válida, pois se encontra dentro da licitude e dos princípios processuais legítimos.

CONCLUSÃO

A atipicidade não torna a prova ilegítima, pois é admitida pela própria lei o que a torna uma maneira probatória que se amolda às necessidades processuais, valendo-se dos princípios processuais prestando-se à solução do processo.

REFERÊNCIAS

SÁ, R. M. D. **Manual de direito processual civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

BUENO, C. S. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.



LOBO, Kawana Campos Angelim – kcalobo@minha.fag.edu.br
BRAMBILLA, Wilgner Clerio – wcbrambilla@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito - FAG
Orientadora: FINK, Raquel Lauriano Rodrigues
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

TABELAMENTO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO: ADIs 6050, 6083 E 6069

INTRODUÇÃO

O artigo 223-G da CLT, inserido pela Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) encontra-se em discussão a respeito de (in)constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. O dispositivo trata de parâmetros para reparação dos danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho e é objeto de discussão nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADI´s 6050, 6082 e 6069, em razão do tabelamento do valor da indenização.

DESENVOLVIMENTO

O art. 223-G, *caput* e § 1º da CLT tratam sobre os parâmetros de fixação dos valores a título de reparação dos danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho. O artigo, inserido pela Lei 13.467/2017, introduziu na CLT critérios da quantificação do valor da reparação, classificando as ofensas e atrelando ao valor do salário do empregado.



Figura 1: Danos morais ao empregado

Esses parâmetros devem orientar o magistrado na fixação da indenização, a partir da análise do caso concreto, considerando a natureza da ofensa, considerando o salário contratual do ofendido:

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido; II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido; III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido; IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

Assim, a indenização fica limitada à natureza da ofensa e ao valor do último salário do empregado, o que está sendo discutido nas ADIs, já que poderia ensejar reparação diversa para empregados com salários diferentes, ainda que sofressem a mesma ofensa. Outrossim, as ações suscitam violação das normas constitucionais previstas nos artigos 3º e 5º da Constituição Federal que veda qualquer forma de discriminação e o principio da isonomia, pois todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

O julgamento das Ações Direitas de Inconstitucionalidade foi iniciado, porém suspenso a pedido de visto do Ministro Nunes Marques.

CONCLUSÃO

Embora ainda pendente de decisão final, é possível vislumbrar a inconstitucionalidade no tocante à norma, valendo destacar o voto do relator - Ministro Gilmar Mendes no sentido de que o tabelamento poderia servir como norteador ao juiz na fixação da indenização, mas não de teto como prevê o artigo discutido.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Atualizada até dia 10 outubro de 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2022

MENDES, Min. Gilmar, ADI 6069.´Número Único 0017176-39.2019.1.00.0000. 10 de outubro de 2022. Portal do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5626228 . Acesso em: 10 de outubro de 2022.

Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. NJ- Entenda a decisão do Pleno do TRT-MG sobre declaração de inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 3º do artigo 223-G da CLT, acrescidos pela reforma trabalhista. Portal do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais. Publicado 19 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/comunicacao/noticias-juridicas/nj-entenda-a-decisao-do-pleno-do-trt-mg-sobre-declaracao-de-inconstitucionalidade-dos-paragrafos-1o-e-3o-do-artigo-223-g-da-clt-acrescidos-pela-reforma-trabalhista . Acesso em: 10 de outubro de 2022



CEOLATO, Alice
BONATTO, Felipe
fbonatto1@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Agronegócio
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ÉTICA RELIGIOSA

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentaremos a ética religiosa, que é delimitada por parâmetros religiosos, seguindo seus fundamentos na concepção cristã. Sendo um deles os mandamentos bíblicos, extraídos das escrituras sagradas para corrigir, ensinar e guiar o homem de acordo com uma vida em estado de felicidade e comprometimento com a sociedade, trazendo Norman Geisler que foi filósofo e teólogo apologista cristão que dizia que não tinha fé suficiente para ser ateu. Também trazendo Jesus Cristo o principal nome sobre ela.

DESENVOLVIMENTO

Temos conhecimento de que a religião sempre existiu, pela arqueologia, paleontologia e antropologia nos possibilitaram o estudo pré-histórico, onde podemos dar o exemplo do sepultamento que mostra a preocupação da vida após a morte.



Figura 1: Wellpaper.net

Os fundamentos da ética cristã podem ser enxergados do começo ao fim das Escrituras. A Bíblia revela como deve ser o padrão moral de Deus. Um exemplo desse padrão pode ser encontrado nos 10 mandamentos, no Antigo Testamento, e no sermão da montanha no Novo Testamento (Êxodo 20:2-17; Mateus 5-7).

Deus se revela através das escrituras, e nela possui autoridade plena para exortar, corrigir, ensinar e guiar o homem num modo de vida de acordo com a vontade divina.

Os fundamentos da Ética Cristã está na realidade da existência de um único Deus que subsiste nas pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ele é santo e imutável, criador de todas as coisas. Ele criou o homem como um ser moralmente responsável, e lhe revelou o padrão moral que o agrada.

Todas as suas decisões naturais são influenciadas pelo pecado e desejo. Por isto ele não pode, naturalmente, desejar, amar e cumprir aquilo é espiritualmente bom diante de Deus. Já sua ética natural está fundamentada em propósitos egoístas.

O padrão ético não-cristão do mundo, seja qual for a alternativa ética adotada, sempre será falho e pecaminoso. Às vezes diante de uma atrocidade alguém pode dizer que faltou a ética, por exemplo, As grandes guerras também foram fundamentadas em alguma alternativa ética. Para Norman Geisler (2010), a ética cristã como absoluta para os cristãos. Ele escreve: “Enquanto a ética considera o que é moralmente certo ou errado, a ética cristã considera o que é moralmente certo ou errado para os cristãos.”

CONCLUSÃO

Os cristãos enxergam na ética cristã o conjunto dos valores morais escritos por Deus aos homens, independentemente de sua cultura ou época. Esses valores são imutáveis e absolutos.

Mas deve ficar claro que a ética cristã não é algo que concede ao homem uma forma de salvação. A ética cristã é aplicada na vida do cristão como uma forma de gratidão e bom senso. E sempre ressaltar que o proposito que nós fomos salvos pela graça mediante a fé em Jesus Cristo. Se baseando na vontade de Deus, sendo um mandamento divino como forma, o caráter moral de Deus que não muda, centrada no dever e não nos meios e nos fins.

REFERÊNCIAS

GEISLER, Norman. Ética Crista. Vida Nova; 2ª edição. 1 de janeiro de 2010.
ALEMCASTRO, Mario. Ética Empresarial Na Pratica. Instersaberes; 2ª edição. 2016.
CONEGERO, Daniel. Ética Crista. Estilo adoração. 2018
Disponível em: https://estiloadoracao-com. Acesso em: 28/09/20



SPIER, Evelyn Camily – Acadêmico 1
MATTE, Maira Hammerschmitt – Acadêmico 2
ecspier@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Administração e Ciências Contábeis
Orientador: AMARAL, Edna Heloisa Schaeffer
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

IMPORTÂNCIA DOS DADOS ESTATÍSTICOS NA GESTÃO DE EMPRESA: análise da matriz SWOT

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como abordagem principal a análise e importância dos dados estatísticos na gestão de empresa. A estatística faz parte da área de estudo de pesquisa operacional que oferece ferramentas, como simulação, matemática lógica e análise de redes para identificar problemas e procura solucioná-los para tomar a decisão correta (ANDRADE, 2009). Para esse estudo utilizou-se de revisão de literatura, cujo enfoque é a pesquisa bibliográfica que busca explicar um problema através de referências teóricas do assunto escolhido, publicadas anteriormente. A aplicabilidade da estatística dentro da empresa poderá gerar um incentivo a reação de maneira inteligente sucedidos no quadro corporativo, provocando reflexão, análise e questionamentos sobre as informações coletadas. (PIACENTINI, 2020)

DESENVOLVIMENTO

A estatística, na atualidade, tem contribuído de forma significativa para o processo de tomada de decisão. Na era da informação e do conhecimento, a estatística utiliza a matemática para dar apoio/suporte aos profissionais da iniciativa privada, do governo e pesquisadores. O grande volume de informações produzido pelo mundo moderno precisa ser analisado de forma consistente. Conforme Ignácio (2011)

> Na administração, os métodos estatísticos podem ser empregados para o planejamento e controle da produção, visando à implantação de técnicas administrativas eficientes que garantam menores custos e maiores lucros, na estimação de receitas, previsão de estoques e demandas e, principalmente, conhecimento do mercado e do seu cliente. (IGNÁCIO,2011, p.185)

Na criação do planejamento estratégico, a Estatística surge como uma ferramenta de gestão, utilizando ferramentas como análise SWOT, auxiliando empresários e administradores na apuração dos dados, informações, direcionando e criando vantagens competitivas para a organização. O planejamento estratégico complementado com as técnicas e ferramentas estatísticas, afinando, conforme mudanças ocorrem na organização, qualifica e valida os resultados. A análise SWOT (MANCUSO, 2013), ainda que pouco explorada e pouco utilizada nas organizações é de extrema importância para um melhor planejamento estratégico, essa ferramenta utiliza dados como ambiente interno e externo, analisando ainda forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de uma instituição.

De acordo com Cruz (2019), o planejamento estratégico é considerado um dos atos mais importantes de uma organização, tendo um papel fundamental ao propor as diretrizes a serem seguidas, quais as decisões devem ser tomadas, as metas que serão estabelecidas, a análise de mercado nos ambientes interno e externo como os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças.

CONCLUSÃO

Uma empresa que consegue mapear as fragilidades e potencialidades, baseando-se em cálculos e dados estatísticos, consegue identificar os problemas e buscar soluções, ou seja, essas empresas conseguem atuar sobre as demandas, tornando o processo de solução dos problemas mais ágil e eficaz. Dessa forma os gestores identificam oportunidades de crescimento e desenvolvimento de sua empresa, estabelecendo diferenciais competitivos, necessários para a manutenção nesse cenário de concorrência acirrada. Cada empresa terá como resolver seus problemas através do grau de conhecimento que tiver sobre cada área, onde cada um se torna responsável em agir conforme o que espera de resultado. Portanto, para resolver os problemas o gestor precisa não só estar ciente e compreender as ferramentas estatísticas, mas também a partir desses dados estatísticos buscar soluções assertivas, eficazes e competitivas, vislumbrando novas possiblidades e oportunidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. L. **Introdução à pesquisa operacional:** métodos e modelos para análise de decisões. 4. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2009.

IGNÁCIO, S. A**. Importância da Estatística para o processo de conhecimento e tomada de decisão**. 2011. Disponível em: Acesso em: 03 out. 2022.

CRUZ, Tadeu. **Planejamento estratégico.** São Paulo: Atlas, 2019. 9788597021844. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021844/. Acesso em: 13 out. 2022.

MANCUSO, A. C. B. M (et al) Planejamento estatístico para o aprimoramento do gerenciamento estratégico. Gramado, 2013. Disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/196505/000885794.pdf?sequence=1



LAUERSDORF, Alexsandro
SOUZA, Samara
ssdjesus@minha.fag.edu.br
alsantos11@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Agronegócio, Gestão financeira
Orientador: Dulce Nakamura
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO MEIO AMBIENTE

INTRODUÇÃO

O desenvolvimentos de responsabilidades sociais no meio ambiente não está ligada somente em empresas, mas também nos direcionam as práticas em nosso cotidiano que podemos adquirir seja ela em casa, ou nas ruas de forma simples e eficaz, tendo conhecimentos das boas maneiras de como agir, e falar. Nesta pesquisa foram analisados fatores a qual nos leva a falta de disciplinas ao ambiente em geral, trazendo uma perspectiva mais agradável a empresa e a sociedade.

DESENVOLVIMENTO

No ano de 2022, os mercados vêm se transformando de maneira mais sustentável, tendo em vista que os consumidores então em busca de um acompanhamento e de novas mudanças em suas empresas.



Figura 1: Práticas de responsabilidade ambiental

A alguns lugares já se aplica maneiras sustentável e melhor forma de combater o impacto ao meio ambiente, entre elas a “empresa de alumínios de São Paulo” vem se destacando no mercado por esta desenvolvendo uma maneira mais sustentável, tentando conciliar o mercado econômico com meio ambiente, outra empresa é a “Fabricantes de tubos e conexões Amanco em busca de matéria prima não poluentes vem sendo um grande destaque por esta pensando também na saúde de seus colaboradores e meio ambiente.

Com isso poderemos colocar em prática a forma mais adequada para se ter um bom desenvolvimento em empresas ou em outros lugares, podendo agir de forma mais clara, por exemplo diminuir consumo de energia, não alimentar o desperdício, reduzir o consumo de água, ter responsabilidade social no que diz respeito ao meio ambiente.

CONCLUSÃO

Concluir-se de modo que as práticas da responsabilidade nas organizações é um ferramenta importante por se tratar de uma estratégia de mudanças e comportamentos. Deste contexto pode-se ver de forma mais clara como ter um bom desenvolvimento respeitando não somente as empresas mais nossa sociedade, ganha destaque quando se trata de bom comportamento de responsabilidade em nosso meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Vanessa. **20 empresas-modelo em responsabilidade socioambiental**. Exame, 2014. Disponível em: <https://exame.com/negocios/as-20-empresas-modelo-em-responsabilidade-socioambiental/>. Acesso em: 21 de Setembro de 2022

A ética nas organizações e a responsabilidade social. Blog do Portal Educação, 2021. Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/etica-nas-organizacoes-responsabilidade-social/?amp>. Acesso em: 22 de Setembro de 2022



RIBEIRO, Gustavo– Acadêmico 1
FETTER, Matheus – Acadêmico 2
gaaribeiro@minha.fag.edu.br
mffetter@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis
Orientador: Edina Kinzler
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

CONTROLES INTERNOS NA AUDITORIA

INTRODUÇÃO

O controle interno em auditoria é uma peça fundamental para o funcionamento das empresas, é uma ferramenta para ajudar na condução dos negócios, para que tudo esteja sendo levado pelo rumo certo pela política planejada da empresa. O controle interno tem uma utilidade muito grande para a contabilidade, pois auxilia na conectividade de informações contábil dentro da empresa. Além de fazer todo o processo interno de informação contábil, a mesma precisa também ser divulgada ao público externo, considerando que a contabilidade seja uma língua que precise ser traduzida para os interessados, como por exemplo, acionistas, credores e etc. Para que essa “tradução” esteja livre de erros, sejam eles causados por fraude ou erro, é ai que entra a figura do auditor contábil.

DESENVOLVIMENTO

O controle interno está relacionado a todas as áreas de uma empresa seja ela fiscal, contábil ou administrativa, ele auxilia em todos os processos operacionais da empresa, se tornando uma ferramenta fundamental ao desenvolvimento da empresa. As empresas traçam metas e cabe ao controle fiscaliza-las e saber se são ou não viáveis para empresa, sendo assim, o controle planeja, direciona e organiza, ficando para os gestores apenas a execução dos processos definidos pela empresa, (ATTIE, 1998).



Figura 1: Auditoria de controles internos

O controle interno pode ser subdividido em Controle Detectivo e Controle Preventivo. O controle detectivo é aquele que busca detectar o acontecimento após o fato ocorrido. Já para o controle Preventivo ele tem como função básica impedir o acontecimento aleatório, buscando uma maior redução de custos, e evitando a repetição do processo que já foi solucionado tornando mais eficaz do que os controles detectivos (ATTIE, 1986).

Exemplos de controle detectivo:

A verificação dos balanços financeiros e gerenciais e as diferenças entre os valores reais e orçados, a conciliação dos saldos bancários, conferência no consumo de matérias-primas em relação a sua aquisição, averiguação das contas de clientes e dos saldos credores (ATTIE, 1986).

Exemplos de controle preventivo:

Análise das demonstrações financeiras, confirmação de limite para crédito a clientes antes de aprovar o faturamento, determinação de uma pessoa em particular para classificação contábil e averiguação por parte de um funcionário da portaria das faturas e mercadorias para expedição, CREPALDI (2004).

CONCLUSÃO

Os controles internos atuam como uma ferramenta de gestão que nos traz, principalmente a à administração, a possibilidade de visualizar o andamento de seus negócios, evitando dessa forma, possíveis erros, fraudes e ineficiência no processo, guiando a empresa para alcançar as metas traçadas ao longo dos anos. Conforme citado, os controles internos visam alcançar melhores resultados com os menores desperdícios através de procedimentos implantados do controle interno para a empresa como todo, pois quanto maior o controle, mais segurança os processos terão.

REFERÊNCIAS

SILVA JR., José B. da. **Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria.** São Paulo: Atlas, 2000.

https://portaldeauditoria.com.br/conceito-de-controle-interno/

https://gestaodesegurancaprivada.com.br/controle-interno-o-que-e-componentes/



KLIEMANN, Angelica
KAEFER, Cintia
clskaefer@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Tecnologia no Agronegócio
Orientador: MARIA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

UTILITARISMO NO DIA A DIA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar o contexto sobre o Utilitarismo na visão do autor filósofo Jeremy Bentham (séc XVIII e XIX). Através da ideia do autor o ser humano busca sempre o máximo de prazer e evitar a dor, ou seja, visa sempre ao próprio bem-estar. A doutrina utilitarista foi vista como doutrina consequencialista, onde um ato deve ser pensado exclusivamente pelo seus resultados, pois o que importa é o resultado de certa ação, e não a própria ação.

DESENVOLVIMENTO

No capítulo do livro ``Ética empresarial na prática´´ (ALENCASTRO,2016) destacamos a frase ´´se é útil é porque é bom!´´. Utilitarismo vê o bom como aquilo que é útil para a maioria, o agente moral deve analisar a situação antes de agir, e sua ação deve proporcionar a maior quantidade de prazer ao maior número de pessoas, possibilitando o sacrifício individual a favor da coletividade. Para melhor compreender como se explica o que é certo e errado e como devemos agir, vamos considerar um caso de dilema moral, o dilema do trem.

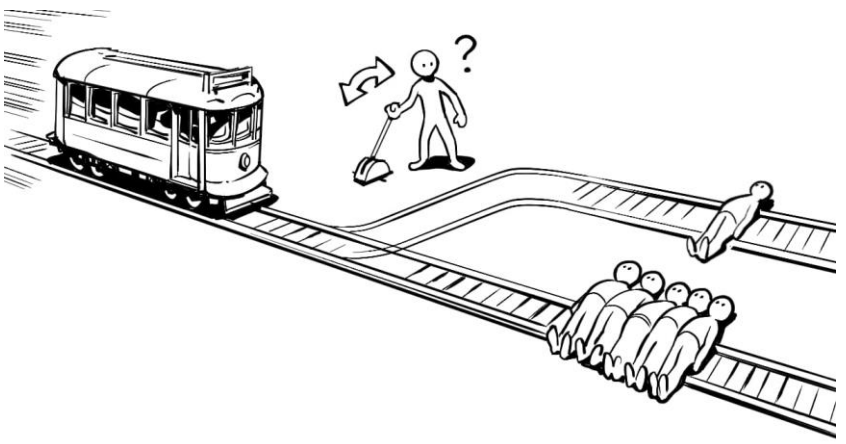


Figura 1: Qual é a coisa certa a fazer?

Independentemente do que considere o mais correto a fazer, deve-se ter em mente que, as consequências de um ato podem ser tantos positivas como negativas. Analisando do ponto de vista do utilitarismo, fazer o certo é fazer aquilo que irá trazer maior felicidade ou bem-estar.

Uma pessoa egoísta, no dilema do trem, não irá se importar com os sentimentos das pessoas, e sim no que vai deixar mais confortável. Um utilitarista, pelo contrário, considera a felicidade das pessoas que serão afetadas pela ação, a sobrevivência de todas gera mais bem-estar e menos sofrimento.

Já no mundo do trabalho o utilitarismo pode ser encontrado por meio de decisões que muitas vezes não há profissionalismo deixando de lado o ambiente coletivo e tornando o ambiente hostil.

CONCLUSÃO

Nesse cenário o utilitarismo destaca a felicidade e o bem estar, onde as pessoas precisam pensar mais nos resultados dos seus atos do que na sua ação. Contudo, o certo seria que os resultados deveriam causar maior felicidade e menor dor, prejudicando o menor número de pessoas possível. No nosso ponto de vista se a pessoa tiver um dilema ético o utilitarismo é bom, pois devemos pensar na felicidade do coletivo, se fizermos uma ação boa os resultados também serão bons.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mário Sérgio Cunha. Ética empresarial na prática,2016.

GODOY, William. Utilitarismo. Filosofia na escola, 2019. Disponível em: https://filosofianaescola.com/moral/utilitarismo/. Acesso em: 21/09/2022



SEIBERT, Fabiano – Acadêmico 1
STOCKMANN,Lucas– Acadêmico 2
faseibert@minha.fag.edu.br
Curso de Agronegócio
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ética: desenvolvimento X usuários de sistemas

Introdução

Nesse trabalho iremos apresentar o caso de Cambridge Analytica, que usava de forma antiética softwer para manipular voto nas eleições, que também utilizava informação de pessoas sem permissão. E todos os problemas que esse acontecimento causou pois a o vazamento de dados

seguir o código de ética de sua profissão é fundamental para exercer suas atividades dentro das leis. Isso porque é comum que cada área tenha uma lei própria, mas os princípios que encaminham são comuns. Quando o profissional age de maneira ética, dificilmente ele realizará um tipo de atitude ilegal ou que comprometa a si mesmo ou outras pessoas. Assim, ele está se prevenindo até mesmo de possíveis ações judiciais.



Figura 1:http://alexpagernet.blogspot.com/2012/09/codigo-de-etica-e-praticas.html

“Os homens são bons de um modo apenas, porém são maus de muitos modos” (Aristóteles, Ética a Nicomaco)

Algumas pessoas fazem sites com más intenções, Apesar de difícil, já podemos começar a imaginar os possíveis usos maliciosos de software, de forma a definir o que é ético e o que não é. Um exemplo recente muito nítido diz respeito ao caso da Cambridge Analytica(foi uma empresa privada que combinava mineração e análise de dados com comunicação estratégica para o processo eleitoral. Foi criada em 2013), que utilizou dados pessoais de usuários para manipular decisões eleitorais

A Cambridge Analytica, assessoria britânica que trabalhou para a campanha eleitoral do ex-presidente, Donald Trump, disse que era culpada, por ter se negado a revelar dados pessoais que tinha tirado do Facebook. A empresa foi condenada por um tribunal de Londres a multa de 15 mil libras.
O Facebook já havia dito que a Cambridge Analytica uma assessoria política que conduzi-o a campanha digital de Trump em 2016 utilizou um aplicativo para obter informações particulares de 87 milhões de usuários sem seu permissao. A empresa depois utilizou estes dados para mandar aos usuários publicidade política especialmente adaptada e elaborar informes detalhados para ajudar Trump a ganhar a eleição contra a candidata democrata Hillary Clinton.

Conclusão

Os prejuízos causados por ações antiéticas podem ser imensos, independente da área de atuação. Por exemplo, uma empresa que aceite ou ofereça suborno, não está apenas cometendo um crime, mas causando danos graves a órgãos públicos, patrimônio da população.

REFERÊNCIAS

https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/05/23/mark-zuckerberg-e-processado-nos-eua-devido-ao-caso-cambridge-analytica.ghtml



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

FREDERICO, Ana – Acadêmico 1
GOEDERT, Joice – Acadêmico 2
acfrederico@minha.fag.edu.br
jvgoedert@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Design Gráfico
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ISOMETRIA DE ESCHER: ANÁLISE DA OBRA “CÉU E ÁGUA"

INTRODUÇÃO

Por meio da geometria, em específico a isometria, Escher criava construções em suas artes gráficas, elaborava padrões de percepção, espaço e transformação, formando assim figuras com ilusão de ótica. Neste trabalho abordaremos a obra “céu e água”, que tem relação direta com o uso dos tipos de isometria no plano. Com isso, a presente escrita tem como foco discutir a análise Isometria de translação na obra de Escher.

DESENVOLVIMENTO

Nascido na Holanda em 1898, Maurits Cornelis Escher, foi um artista gráfico muito conhecido por suas xilogravuras, litografias, meios tons, utilização irreal e geométrica do plano.Quando visitou o palácio de mourisco na Alhambra, começou a copiar os mosaicos decorativos das paredes, nesse momento Maurits descobre os segredos da divisão regular do plano e assim acabou descobrindo os movimentos empregados para a criação daquelas belas formas, que hoje conhecemos como isometria.

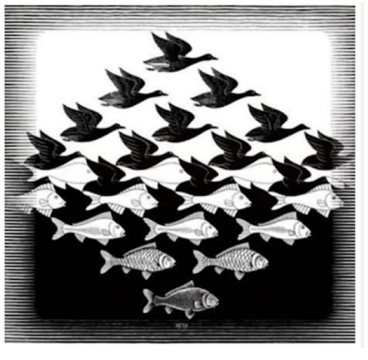


Figura 1: Maurits Cornelis Escher, Op art, junho de 1938

A obra “Céu e Água” foi uma xilogravura feita por Escher em 1938, tendo 43,4 por 43,4 centímetros de dimensão. A obra é composta pela divisão regular do quadro, com pássaros e peixes em cores contrastantes (preto e branco), mas uma transformação gradual conforme a figura se aproxima da extremidade, onde eles perdem suas formas para se tornarem um fundo uniforme de céu e água. Cada linha horizontalmente possui as mesmas proporções através da Isometria de Translação.

A Isometria consiste em transformar outra figura geometricamente igual, pois têm a propriedade de preservar a distância entre pontos.

Sendo assim, a única coisa que pode ser alterada é a posição da figura, através da translação, reflexão, rotação e reflexão deslizante, onde cada uma cria um efeito diferente na imagem. Na obra “Céu e Água” Escher usa as técnicas da translação, que se caracteriza pelo deslocamento da figura de acordo com uma direção, sentido e comprimento, ou seja, ela transforma uma figura em outra paralela e congruente. A distância de um ponto da imagem até o outro ponto é constante e igual, por exemplo na obra citada acima temos desenhos na horizontal, cada linha horizontal possui a mesma figura com a mesma distância entre elas. Cada figura horizontal são iguais de mesmo tamanho e mesmas medidas.

CONCLUSÃO

Concluímos neste trabalho que as obras de Escher possui alto valor e complexidade, tanto que nem mesmo Maurits conseguia classificar suas obras em termos matemáticos específicos. Com a análise da Obra “Céu e Água” podemos entender melhor o conceito de Translação e como se aplica na obra do artista.

REFERÊNCIAS

BERRO, Tadeu B. **RELAÇÕES ENTRE ARTE E MATEMÁTICA: UM ESTUDO DA OBRA DE MAURITS CORNELIS ESCHER**. UFS,2008. Disponível em: https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/385/14342978124314310.pdf. Acesso em 25/09/2022

SANTOS, Caroline; SCHÜNEMANN, Edwarda; BATTISTI, Isabel. E**SCHER, ARTE E MATEMÁTICA: ISOMETRIAS E PAVIMENTAÇÕES.** Carol,2018. Disponivel em: file:///C:/Users/carol/Downloads/10938-Texto%20do%20artigo-42819-1-10-20190715.pdf. Acesso em 25/09/2022



SCHEUFELE, Julio
SCHNEIDER, João Vitor
jscheufele@minha.fag.edu.br
jvschneider@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Gestão Financeira
Orientador: NAKAMURA, Dulce Alves
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1970, empresas que possuíam um lucro crescente eram consideradas sustentáveis, porém, a partir de 2010 essa visão já está sendo modificada. O Tripé da sustentabilidade é um conceito que foi criado em 1994 pelo sociólogo britânico John Elkington e prega que as empresas devem atender três pilares básicos para serem considerados sustentáveis: Pessoas, Planeta e Lucro. Atualmente é a ferramenta mais utilizada para nortear as empresas pelo caminho da sustentabilidade.

DESENVOLVIMENTO

O Tripé da Sustentabilidade pode ser definido como um conjunto de práticas adotadas por empresas que visam não só o lucro, mas também desenvolvem responsabilidade ambiental e social. Como o nome já diz, ele funciona como um tripé, ou seja, os três lados devem estar em equilíbrio.



Figura 1: Representação do Tripé da Sustentabilidade

Esses três pilares são definidos como: **Social (People)** preza que a empresa deve ter compromisso com a comunidade e com seus colaboradores. Oferecer boas condições de trabalho, remuneração adequada, benefícios, dar suporte. Externamente deve prestar o bem-estar da comunidade, através de projetos sociais, incentivo à educação e até mesmo por meio da cultura. **Ambiental (Planet)** diz respeito ao impacto que a empresa causa no meio ambiente. A mesma deve realizar ações para minimizar esse impacto, mantendo práticas de produção mais sustentáveis, redução de emissão de poluentes, uso de energias renováveis e menor produção de resíduos.

Econômico (Profit) é relativo a como a empresa administra seu patrimônio e controla seus gastos,sendo necessário a responsabilidade financeira, através de investimentos em equipamentos, redução de gastos desnecessários e transparência com seus fornecedores e clientes.

“Aderir ao modelo do tripé sustentável gera benefícios tanto ao meio ambiente quanto à empresa propriamente dita, além de contribuir para a sociedade. Ao mesmo tempo em que a empresa está contribuindo com a sociedade e com o planeta, ela também se beneficia.” GUEDES, 2021.

CONCLUSÃO

Com base nisso, atualmente percebe-se que há uma cobrança acentuada da sociedade para que as empresas desempenhem um bom papel de responsabilidade social. O presente trabalho teve por finalidade apresentar o Tripé da Sustentabilidade como ferramenta que vem sendo utilizada pelas empresas no dia de hoje, apresentando ótimo resultado e auxiliando na missão das organizações.

REFERÊNCIAS

GUEDES, Isabella. **Triple bottom line: entenda o que é e como funciona o Tripé da Sustentabilidade**. Meio Sustentável, 2021. Disponível em: <https://meiosustentavel.com.br/triple-bottom-line/#:~:text=O%20conceito%20funciona%20exatamente%20como,Pessoas%2C%20Planeta%20e%20Lucros>. Acesso em: 21 de Setembro de 2022

REIS, Tiago. **Tripé da sustentabilidade: entenda o que é e qual a sua importância**. Suno Artigos, 2021. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/tripe-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 21 de Setembro de 2022

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Ética empresarial na prática.** 1° Edição, 2010, Curitiba, Editora Ibpex.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

OLIVEIRA, Adrieli
SANTOS, Gislaine
TOBALDINI, Gabriella
TROMBETTA, Cássia
gltobaldini@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Tecnologia em Gestão Recursos Humanos
Orientador: SANTUCCI, Kareem
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

PROPÓSITO, TRABALHO E CARREIRA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo sobre propósito, trabalho e carreira.
São muitos os fatores que interferem na construção dos nossos propósitos, não há certo ou errado, o importante é que nosso propósito esteja alinhado com o que valorizamos em nós mesmos.
Para relacionar a teoria com a prática foi organizado uma capacitação e esse tema fez parte do primeiro módulo de desenvolvimento pessoal. Durante a atividade prática foi possível refletir sobre a importância do propósito na carreira profissional e também foi contextualizado sobre o protagonismo na carreira.

DESENVOLVIMENTO

Pensando em carreira, podemos observar que, no Brasil até os anos 90, as pessoas iniciavam em um emprego onde permaneciam por toda sua vida laboral.



Figura 1: Trabalho com propósito

Com o aumento da competitividade no mercado de trabalho, os profissionais começaram a pensar nas múltiplas possibilidades de trabalho ao longo da vida.
O propósito tem como foco a razão de nossa existência, a força interna do indivíduo e a motivação para alcançar uma vida feliz e saudável.
A responsabilidade de criação e gestão do plano de carreira é da própria pessoa e o gestor ajuda na construção, conciliando seus interesses com, interesses da organização.
Os brasileiros tem dificuldade de sonhar em termos profissionais. Só a partir dos anos 2000, as pessoas começaram a assumir as rédeas da gestão da sua carreira, visto que antes desse período, a carreira era responsabilidade das empresas.

Quando observamos pessoas protagonistas em relação a sua carreira, seja por que foi estimulado pela empresa onde trabalha, ou por iniciativa própria, verificamos que elas olham também para o futuro e o fazem de modo natural.

Quando olham para o futuro, percebem as oportunidades que estão presentes em suas realidades e que podem fazer escolhas, que podem trabalhar para que estas oportunidades se tornem realidade.

CONCLUSÃO

Tornar-se um agente de mudanças na carreira é ter consciência da trajetória para alcançar os objetivos. Essa postura influencia na sua capacidade de executar e, conseqüentemente, de atingir resultados.



REFERÊNCIAS

CHRISTENSEN C. M. Gerenciando a si mesmo – Harvard Business Review. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

DUTRA, J. S. Gestão de Carreiras - A Pessoa, a Organização e as Oportunidades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIANZATI, J. Sobre a Inserção de uma Cultura de Protagonismo nas Empresas. Revista Você RH. Ed 63. Ago-Set. 2019. Acesso em: jul.2019

MARINS, A. A era do Protagonismo. Revista Você RH. Ed 63. Ago-Set 2019. Acesso em: jul.2019.

RONCHI, C. C. Carreira & Trabalho. 1. ed. Paraná: Juruá, 2018



CEOLATO, Alice
BONATTO, Felipe
fbonatto1@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Agronegócio
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ÉTICA RELIGIOSA

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentaremos a ética religiosa, que é delimitada por parâmetros religiosos, seguindo seus fundamentos na concepção cristã. Sendo um deles os mandamentos bíblicos, extraídos das escrituras sagradas para corrigir, ensinar e guiar o homem de acordo com uma vida em estado de felicidade e comprometimento com a sociedade, trazendo Norman Geisler que foi filósofo e teólogo apologista cristão que dizia que não tinha fé suficiente para ser ateu. Também trazendo Jesus Cristo o principal nome sobre ela.

DESENVOLVIMENTO

Temos conhecimento de que a religião sempre existiu, pela arqueologia, paleontologia e antropologia nos possibilitaram o estudo pré-histórico, onde podemos dar o exemplo do sepultamento que mostra a preocupação da vida após a morte.



Figura 1: Wellpaper.net

Os fundamentos da ética cristã podem ser enxergados do começo ao fim das Escrituras. A Bíblia revela como deve ser o padrão moral de Deus. Um exemplo desse padrão pode ser encontrado nos 10 mandamentos, no Antigo Testamento, e no sermão da montanha no Novo Testamento (Êxodo 20:2-17; Mateus 5-7).

Deus se revela através das escrituras, e nela possui autoridade plena para exortar, corrigir, ensinar e guiar o homem num modo de vida de acordo com a vontade divina.

Os fundamentos da Ética Cristã está na realidade da existência de um único Deus que subsiste nas pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ele é santo e imutável, criador de todas as coisas. Ele criou o homem como um ser moralmente responsável, e lhe revelou o padrão moral que o agrada.

Todas as suas decisões naturais são influenciadas pelo pecado e desejo. Por isto ele não pode, naturalmente, desejar, amar e cumprir aquilo é espiritualmente bom diante de Deus. Já sua ética natural está fundamentada em propósitos egoístas.

O padrão ético não-cristão do mundo, seja qual for a alternativa ética adotada, sempre será falho e pecaminoso. Às vezes diante de uma atrocidade alguém pode dizer que faltou a ética, por exemplo, As grandes guerras também foram fundamentadas em alguma alternativa ética. Para Norman Geisler (2010), a ética cristã como absoluta para os cristãos. Ele escreve: “Enquanto a ética considera o que é moralmente certo ou errado, a ética cristã considera o que é moralmente certo ou errado para os cristãos.”

CONCLUSÃO

Os cristãos enxergam na ética cristã o conjunto dos valores morais escritos por Deus aos homens, independentemente de sua cultura ou época. Esses valores são imutáveis e absolutos.

Mas deve ficar claro que a ética cristã não é algo que concede ao homem uma forma de salvação. A ética cristã é aplicada na vida do cristão como uma forma de gratidão e bom senso. E sempre ressaltar que o proposito que nós fomos salvos pela graça mediante a fé em Jesus Cristo. Se baseando na vontade de Deus, sendo um mandamento divino como forma, o caráter moral de Deus que não muda, centrada no dever e não nos meios e nos fins.

REFERÊNCIAS

GEISLER, Norman. Ética Crista. Vida Nova; 2ª edição. 1 de janeiro de 2010.
ALEMCASTRO, Mario. Ética Empresarial Na Pratica. Instersaberes; 2ª edição. 2016.
CONEGERO, Daniel. Ética Crista. Estilo adoração. 2018
Disponível em: https://estiloadoracao-com. Acesso em: 28/09/20



ROCHA, Gabrielle Monteiro – Acadêmico 1
DE QUEIROZ, Gabriela Rocha – Acadêmico 2
gmrocha@minha.fag.edu.br
grdqueiroz@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador: PERLIN, Edson José
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ABUSO DA FÉ: CHARLATANISMO, CURANDEIRISMO E O ESTELIONATO NA RELIGIÃO

INTRODUÇÃO

Ao longo do desenvolvimento da sociedade, a igreja esteve sempre presente no cotidiano dos indivíduos, seja de forma soberana ou como refúgio espiritual para aqueles que buscam conforto, o que fez com que as organizações e as pessoas passassem a valorizar a crença na religião. Esse direito de poder ter crença, ou não, em alguma ideia espiritual logicamente não poderia estar de fora da legislação, sendo tal princípio preservado e garantido pela Constituição Federal. Todavia, é importante ressaltar que tal liberdade religiosa é sempre válida desde que não atinja os direitos fundamentais.

DESENVOLVIMENTO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve a inclusão de um importante dispositivo para a manutenção do Estado Democrático de Direito: o direito à liberdade religiosa. Todavia, durante o desenvolvimento do mesmo, o legislador falhou em analisar o contexto da religião sob a ótica de todos os parâmetros legais, o que acabou por facilitar o cometimento de crimes por parte de líderes religiosos mal-intencionados, sendo estes, principalmente, o charlatanismo e o estelionato religioso.



Figura 1: "privatização da fé" charge feita por Dálcio

Nos últimos tempos é cada vez mais comum ver religiões abrirem suas portas, trazendo líderes que clamam lindos e fascinantes discursos aos seguidores, cobrando o "dízimo" para que Deus possa proporcionar uma vida melhor após a morte. Isto caracteriza o chamado "estelionato religioso", previsto no artigo 171 do Código Penal, onde o agente considerado "autoridade religiosa", visando o enriquecimento ilícito, induz a vitima a doar bens ou valores utilizando-se de sua fé religiosa. O fato é que algumas religiões distorcem os ensinamentos bíblicos, tirando proveito da fé das pessoas. Em alguns casos, há líderes religiosos que estimulam os fiéis a adquirirem produtos "milagrosos", capazes de curar qualquer enfermidade, mesmo sabendo que a substância em questão não tem qualquer eficácia. Este configura o crime de charlatanismo, tipificado no artigo 283 do Código Penal, e é muito comum nas religiões e seitas de todo o mundo. Ainda, tem-se o curandeirismo, previsto no artigo 284 do Código Penal, o qual trata de um crime habitual exercido pelo agente denominado "curandeiro" que acredita que seus métodos sobrenaturais são capazes de "curar" seus fiéis seguidores. O curandeirismo pode ser exercido de várias maneiras pelo agente, sendo elas, principalmente, a prescrição, aplicação e a ministração de quaisquer substâncias, o uso de gestos, palavras ou qualquer outro meio, e a realização de diagnósticos. Esse crime é o mais complexo de todos, pois ele esbarra diretamente no direito de liberdade religiosa, visto que usar gestos e palavras é algo que quase todas as religiões fazem. Ainda, deve ser ressaltado que há diferença entre curandeirismo e o charlatanismo, pois o curandeiro crê que suas habilidades sobrenaturais podem, de fato, curar seus fiéis, enquanto o charlatão sabe que seu produto não tem eficácia alguma. Apesar do Código Penal trazer as devidas penas para estes delitos, há certa dificuldade de se comprovar a autenticidade destes crimes quando cometidos por líderes religiosos, o que acaba por dificultar a aplicabilidade do tipo penal e evidencia a necessidade de uma reformulação do referido dispositivo legal. Dessa maneira, o legislador precisa ter em mente que, além de ser dever do Estado garantir o direito de liberdade religiosa, é seu dever também impedir que ocorram abusos por parte de quem possui a força da palavra.

CONCLUSÃO

Com base no exposto, conclui-se que é necessário o legislador saber que as mesmas liberdades garantidas pela Constituição para a prática de atos considerados religiosos, não podem ser usadas para acobertar crimes como o curandeirismo, estelionato e o charlatanismo, pois estes, além de atingir o patrimônio privado da vítima, oferecem risco à saúde pública. Logo, o papel do Estado é fundamental para a proteção das vítimas e da sociedade, devendo a prática desses crimes ser punida com rigor.

REFERÊNCIAS

SMANIOTTO, Alaercio Antonio; PAZ, João Pedro da Costa. **ESTELIONATO, CHARLATANISMO E CURANDEIRISMO NA RELIGIÃO E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE.** Anuário pesquisa e extensão. São Miguel Do Oeste: UNOESC, 2019.



COSTA, Alisson
CARLETTO, Lucas
aacosta10@minha.fag.edu.br
lacarletto@minha,fag,edu,br
Acadêmicos do Curso de Direito - FAG
Orientadora: FINK, Raquel Lauriano Rodrigues
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

PAGAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E PERICIAIS PELO BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA APÓS O JULGAMENTO DA ADI 5.766

INTRODUÇÃO

A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em diversos aspectos, incluindo a obrigatoriedade do pagamento dos honorários sucumbenciais e periciais pelo beneficiário da justiça gratuita no processo do trabalho. Todavia, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.766, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, *caput* e §4º e 791-A, §4º, todos da CLT, acarretando importantes alterações conforme a seguinte exposição.

DESENVOLVIMENTO

Com redação dada pela Reforma Trabalhista o **art. 790-B, *caput*, e §4º, da CLT**, passou a prever que a parte sucumbente seria responsável pelo pagamento dos honorários periciais na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita, caso tenha obtido em juízo créditos capazes de arcar com esse ônus, ainda que provenientes de outro processo.



Figura: Migalhas

No entanto, com o julgamento da ADI 5.766, o STF declarou a inconstitucionalidade da expressão ***"ainda que beneficiária da justiça gratuita"*** e, consequentemente, do §4º do referido artigo, que atribuía à União a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais somente de forma subsidiária. A declaração de inconstitucionalidade do dispositivo fundamenta-se no fato de que a mera existência de créditos judiciais não afasta, por si só, a condição de pobreza do beneficiário da justiça gratuita, pois, se assim fosse, haveria afronta ao direito fundamental à gratuidade da justiça e, por conseguinte, ao princípio do acesso à justiça, garantidos pelo artigo. 5º, incisos XXXV e LXXIV, da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Assim sendo, o acórdão imputou à União a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais da parte sucumbente quando beneficiária da justiça gratuita.

Além do mais, o **§4º do art. 791-A, da CLT**, também foi declarado inconstitucional, pois previa que vencido o beneficiário da justiça gratuita, deveria arcar com o pagamento dos honorários sucumbenciais, caso tivesse obtido crédito em juízo capaz suportar a despesa, e caso não tivesse crédito, o pagamento ficaria sob condição suspensiva de exigibilidade durante o prazo decadencial de dois anos após o trânsito em julgado da decisão que o determinou, sendo que, durante esse período o credor pode demonstrar que a condição de hipossuficiência do beneficiário deixou de existir. A declaração de inconstitucionalidade incidiu sobre a ***presunção da perda da condição de hipossuficiência em razão da obtenção de crédito em juízo***, o que retirava do credor a necessidade de demonstrar a mudança na condição econômica e evidentemente prejudica o beneficiário da justiça gratuita, tendo em vista que o simples recebimento de crédito em juízo não exclui a condição de hipossuficiência econômica do beneficiário da justiça gratuita.

CONCLUSÃO

A decisão proferido na ADI 5.766 mostra-se claramente favorável aos beneficiários da justiça gratuita, pois, enquanto perdurar a condição de hipossuficiência, estão dispensados do pagamento de honorários periciais e advocatícios sucumbenciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade 5766**. Brasília: STF, 2017. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5250582>. Acesso em: 06 out. de 2022.

FACHINI, Tiago. **ADI 5766**: impactos para a advocacia trabalhista. Projuris, 2022. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/adi-5766>. Acesso em: 06 out. de 2022.

SZCZYPIOR, Ana Paula. **ADI 5766:** como ficaram os honorários trabalhistas. Cálculo Jurídico, 2021. Disponível em: <https://calculojuridico.com.br/efeitos-adi-5766-honorarios-advocaticios>. Acesso em: 06 out. de 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

KLIEMANN, Anthony H. L.
CORREA, João P. M.
ahlkliemann@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Gestão Financeira
Orientador: NAKAMURA, Dulce A.
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

DEVO, QUERO E POSSO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar a metodologia de como devemos agir através da ética, utilizado o método desenvolvido por Mário Sérgio Cortella, que afirma que através de utilização do “Devo, Quero e Posso” podemos atingir a paz de espírito quando aquilo que você quer é ao mesmo tempo o que você pode e o que você deve.

DESENVOLVIMENTO

A palavra ética vem da língua grega, que deriva do termo ethos, tendo duas variantes: êthos (caráter) e éthos (costume). A palavra latina para ethos tornou-se moris. Moral e ética são conceitos semelhantes ambos explicam por que as pessoas têm costumes e hábitos em um lugar específico. No entanto, a ética pretende ser a racionalização da moral. A moralidade é socialmente criada através da tradição e do hábito. É determinado o que é e o que não é comportamento aceitável em uma determinada sociedade e período de tempo por meio de um processo ético. Em contraste, a ética é projetada para examinar as ações morais e determinar o que é certo ou errado.



Figura 1: linkedin ética e conjugação dos três verbos

Em seguida, determina o que deve ser mantido como um processo moral legítimo e o que deve ser removido. Isso porque a ética está focada em criar uma maior convivência entre as sociedades. Uma das possíveis definições de ética seria a de que é uma parte da filosofia que lida com a compreensão das noções e dos princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual. Em outras palavras, trata-se de uma reflexão sobre o valor das ações sociais consideradas tanto no âmbito coletivo como no âmbito individual. Um exemplo prático de enxergar a ética seria examinar as condutas que adotamos no dia-a-dia na vida pessoal e profissional, refletindo o que de errado fazemos sem ao mesmo ninguém vendo nossas ações, como cortar uma fila da merenda escolar ou pegar um lápis emprestado e nunca devolver.

CONCLUSÃO

A finalidade deste trabalho tem como objetivo identificar quais os métodos para a utilização da ética e da moral na sociedade, levando em conta a metodologia (Devo, Quero e Posso) muito citado por Mário Sérgio Cortella, que implica no seguinte desenvolvimento, “nem tudo que eu quero, eu posso; nem tudo que eu posso, eu devo; e nem tudo que eu devo, eu quero”, o pensador também crê que você terá paz de espírito quando aquilo que você quer é ao mesmo tempo o que você pode e o que você deve.

REFERÊNCIAS

Disponível em: https://comunicamirim.wordpress.com/2019/07/16/a-etica-e-o-desenvolvimento-do-jovem-no-mundo-das-empresas/ acesso em 21/09/2022 as 20:30.

Disponível em: http://gshow.globo.com/Rede-Bahia/Aprovado/noticia/2016/02/filosofo-mario-sergio-cortella-explica-conceitos-de-moral-e-etica.amp/ acesso em 21/09/2022 as 21:15..



RIBEIRO, Alisson– Acadêmico 1
DUTRA, Eduardo – Acadêmico 2
edmorais@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Engenharia de Software
Orientador: DARTORA, Lucas
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

CardioSoft

INTRODUÇÃO

Tendo em vista inúmeras mortes causadas pelo sistema cardíaco, pensamos em um sistema de monitoramento cardíaco para aqueles pacientes que tem ou possam ter problemas relacionados ao coração, iremos abordar mais a fundo as possíveis causas de um ataque cardíaco, como evitar e como o sistema irá auxiliar um paciente em caso de emergência.

DESENVOLVIMENTO

Um ataque cardíaco pode vir de vários fatores alguns deles são por exemplo**,** o tabagismo e o colesterol em excesso, pois podem se acumular e levar à formação de placas de gordura, hipertensão, obesidade, estresse, depressão e diabetes além é claro do fator hereditário.

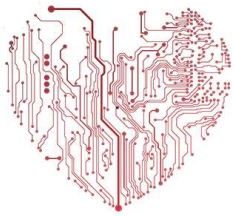


Figura 1: coração Tec

Os principais sinais de um ataque cardíaco são: dor torácica, falta de ar, tontura, fadiga, náusea, falta de apetite e indigestão, suor frio. Tendo em vista esses sintomas o aplicativo pode ser acionado de imediato com um botão de emergência em vermelho, onde irá notificar o pronto-socorro mais próximo e já com a localização fornecida pelo app, enviando uma ambulância para o local, além disso, o pronto-socorro irá já aprontar uma sala de cirurgia para o caso, de acordo com o doutor de plantão, uma cirurgia de emergência, assim salvando mais uma vida e a prolongando .

Além do sistema pelo app mobile, o paciente que já nos exames médicos apresentar uma possível doença cardiovascular, irá utilizar de um equipamento de monitoramento cardíaco integrado com o sistema, onde o equipamento já detectando uma oscilação ou até mesmo uma parada cardíaca, de imediato notificará o pronto-socorro, que mandará a ambulância e preparará uma sala de cirurgia. O sistema terá um parâmetro onde ele detecte uma frequência cardíaca perto dos 180 bpm é considerado sinal de alerta total e perigo de morte, e inferior a 60 bpm, é considerada uma condição de bradicardia(é o ritmo cardíaco irregular ou lento).

CONCLUSÃO

Por tanto é importância coletiva que, tenhamos atenção na nossa saúde, fazendo exercícios, comendo alimentos saudáveis, uma vida com menos estresse e mais felicidade, indo ao médico regularmente, mantendo a saúde física e psicológica em dia, o presente trabalho tem não só como objetivo apresentar uma aplicação, mas sim alertar e informar sobre o sistema cardíaco.

REFERÊNCIAS

Netter, F. H. (2015). Atlas de Anatomia Humana (Vol. 6ª Edição). Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier.
Kalil, R.F. , Fuster, V., (2016). Medicina Cardiovascular (1ª edição). São Paulo, Brasil Atheneu



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

SCHAEFER, Vanice Rebéca– Acadêmico 1
PIARDI, Lucas Mateus – Acadêmico 2
vrschaefer@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso Superior em Tecnologia do Agronegócio
Orientador: BELMONTE, Cristiani
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

MOVIMENTO AGROLIGADAS: PESQUISA SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO AGRONEGÓCIO

INTRODUÇÃO

O artigo aqui disposto tem como fundamento principal apresentar duas entrevistas feitas com mulheres ligadas ao Movimento Agroligadas, aonde foram feitos vários questionamentos pessoais e profissionais, com fundamento em entender como elas veem a desigualdade de gênero dentro do agronegócio brasileiro e como isso afeta a vida das mulheres, levantando parâmetros e perspectivas de mudanças no cenário atual.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa utilizada como parâmetro para esse artigo foi feita no ano de 2021, pelo Movimento Agroligadas e com o Patrocínio da ABAG, Corteva Agrisciense e Sicredi, e conduzida pela Fran6, onde foram ouvidas 408 profissionais do agronegócio..



Figura 1: movimento Agroligadas 2021

Entre elas, pecuaristas, agricultoras, proprietárias, empregadas, administradoras, diretoras de fazendas, prestadoras de serviços, veterinárias, agrônomas, zootecnistas, microbiologistas, estagiárias, etc. A pesquisa entrevistou mulheres na faixa de 40 anos e de vários setores ligados ao agronegócio, onde foram feitas perguntas relativas as suas vidas pessoais e profissionais, mas que possuem reflexo direto dentro do agronegócio, principalmente quando falamos do processo de dentro e fora da porteira. O período em questão da pesquisa se deparou com uma fase inesperada e difícil que foi a Covid – 19, fazendo com que muitos trabalhos só pudessem ser desenvolvidos de forma remota, o que para algumas se tornou uma dificuldade para outras foi de inovação e abertura para novas tecnologias. Assim como a abertura de novas fronteiras geográficas, fazendo mais mulheres se conhecesserem e se conectarem. Independentemente de estarem dentro ou fora das porteiras, as mulheres despontam e atuam em cenários desde agricultura, pecuária, entre outros.

O estudo foi feito com método híbrido, quantitativo e qualitativo, inicialmente através de um convite via link para responderem a um questionário e na sequência foram feitas entrevistas telefônicas com mulheres de vários Estados da Federação. A pesquisa foi qualitativa; A amostra correspondeu a 95% de coeficiente de segurança com margem de erro de 5% para cada dado, para mais ou para menos. Na pesquisa qualitativa, o estudo levantou a intensa paixão que as mulheres possuem pelo agro, chegando a quase 100% das entrevistadas, 64% das entrevistadas percebem a desigualdade de gênero e veem como um dos desafios a serem enfrentados.

CONCLUSÃO

O estudo então concluiu, depois das entrevistas com essas mulheres, que é preciso ouvir suas vozes, 79% entendem que as formações acadêmicas devem ser iguais entre os gêneros, 87% acham importante terem o mesmo nível de treinamentos, 80% acreditam ser necessários mais apoio para mulheres que sofrem de desigualdade de gênero, 90% dizem que devem ser divulgados mais os casos de sucesso, 74% entendem que é importante aumentar a conscientização sobre a desigualdade de gênero. Quanto as suas experiências no trabalho 97% das entrevistadas se sentem mais felizes, 77% estão vendo suas habilidades serem reconhecidas, 72% se sentem ouvidas e 68% se sentem livres para tomar decisões..

REFERÊNCIAS

AGROLIGADAS. Elas fazendo história. 2021 *E-book.* Disponível em: https://agroligadas.com.br/pesquisa. Acesso em 20.08.2022.

SEVERO, Kellen. Exclusivo: mulheres do agro ganham até 99% da remuneração dos homens. 06 de março de 2018 às 14h43. Disponível em: https://blogs.canalrural.com.brexclusivo-mulheres-do-agro-ganham-ate-99-da-remuneracao-dos-homens. Acesso em 08.10.2022



NASCIMENTO, Michael – Acadêmico 1
ANDRIOLI, Andre – Acadêmico 2
mncsnascimento@minha.fag.edu.br
alandrioli@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Publicidade e Propaganda
Orientador: ALVES, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ANÁLISE DE RECEPÇÃO DO SHOW DA BANDA COLDPLAY NO ROCK IN RIO 2022

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo a análise de recepção a respeito do show da banda Coldplay, no evento do Rock in Rio 2022, fazendo considerações sobre a inclusão de pessoas com deficiências em suas músicas tocadas na cidade maravilhosa. Neste sentido, será tratado alguns princípios norteadores que estão fazendo com que a banda britânica, “quebre a quarta parede”, e consiga trazer em suas músicas, mensagens que possam chegar para todas as pessoas.

DESENVOLVIMENTO

No dia 10 de setembro de 2022, o palco do Rock in Rio, mais conhecido como “Palco mundo”, recebeu a banda britânica que vem criando uma legião de fãs, seja pelo seu talento, suas performances, e principalmente por suas mensagens de inspiração para todas as pessoas presentes no local. Além de tudo isso, trazem a inclusão social em todas as suas músicas jamais vistas em um dos maiores palcos do mundo, conhecida como Coldplay a banda que surgiu em 1996 fez um show memorável para um evento que contou com mais de 700 mil pessoas em 7 dias de realização.



Figura 1: Chris Martin, Vocalista da banda Coldplay (ROCK IN RIO 2022)

Segundo Barbero (1985, pág. 88), “O modo como nos representamos a revolução evoluí também e inclusive o processo de formação de uma nova subjetividade”. Em uma cultura de massa que é estimulada todos os dias pela indústria cultural em todo o mundo, ser trazido um tema tão especifico e que é pouco falado e representado nos meios de comunicação, mas acima de tudo, ser o porta-voz de que toda e qualquer tipo de pessoa tem por direito ético e moral de não só estar, mas conseguir participar mesmo com suas limitações em qualquer meio da sociedade.

O Coldplay durante o show usa ao vivo uma tecnologia chamada Subpac, está tecnologia foi desenvolvida para criar uma experiência tátil de frequência sonoras. Trata-se de um esforço para tornar seus shows mais inclusivos para deficientes auditivos. A banda trouxe em sua apresentação coletes Subpac, além de estar disponibilizando intérpretes de linguagens de sinais durante seu show no Rock in Rio, deixando clara a missão deles de tornar as apresentações mais inclusivas para deficientes auditivos. A banda deixa em seu site oficial o e-mail: access@coldplay.com, para os fãs que necessitarem dos coletes com tecnologia de sistema tátil de som, afim de promover a inclusão.

CONCLUSÃO

No término desta pesquisa, foi percebido a importância da recepção por meio da comunicação seja qual for ela. Foi percebido também, o quanto ainda se faz necessário mais pesquisas sobre o assunto de inclusão social, e como a repercussão do show da banda Coldplay marcou de diferentes formas positivas todas as pessoas que estavam presente no evento, criando assim “Uma noite mágica”, como ficou conhecida o show dos britânicos.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesus Martin. Dos Meios às Mediações, 1985.
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão Social, 2009.
Disponível em: https://extra.globo.com/tv-e-lazer/rock-in-rio/setecentas-mil-pessoas-1255-artistas-300-shows-veja-os-numeros-do-rock-in-rio-2022-25565091.html - Acessado em: 15 de Setembro de 2022.
Disponível em: https://www.portalacesse.com/coldplay-interage-com-o-publico-em-lingua-de-sinais-no-rock-in-rio/ - Acessado em: 15 de Setembro de 2022.
Disponível em: https://igormiranda.com.br/2022/08/coldplay-shows-deficientes-auditivos/ - Acessado em: 15 de setembro de 2022.



BILLER, Aleksandra Tainara– Acadêmico 1
MERTIN, Tais Caroline – Acadêmico 2
tcmertin@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: ARBOLEYA, Valdinei
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil pode ser considerada umas das fases mais importantes do desenvolvimento humano, pois é nela que a criança começa a desenvolver suas capacidades intelectuais, emocionais, sociais e motoras. Porém o desenvolvimento humano envolve também os aspectos afetivos, pois é pela afetividade que se pode levar as crianças a compreender suas emoções e melhorar seu desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO

Trabalhar a afetividade na Educação Infantil é fundamental, pois isso pode refletir na forma como as crianças vão se comportar e se relacionar com outras pessoas quando forem adultas.



https://jornadaedu.com.br/praticas-pedagogicas/afetividade-na-educacao-infantil-qual-e-a-sua-importancia/

As trocas de afeto nessa fase são as primeiras relações de uma criança, por isso a importância de cultivar essas relações da melhor maneira possível de forma a ensiná-las a interagir, comunicar-se e a desenvolver empatia. Além disso, uma educação com afeto, permite que a criança aprenda melhor. Essa demonstração de afeto não precisa de um momento específico pra acontecer, pois a sua melhor maneira de manifestação está no modo como o educador age durante toda a rotina da criança nas instituições de Educação Infantil.

Dentre as inúmeras maneiras de desenvolver essa relação de afeto com a criança, uma forma muito importante é não ignorar os problemas dela, mas acolher de maneira que ela se sinta valorizada. Também é importante promover conversas, falando de forma madura, contar histórias e, principalmente, impor limites de forma não agressiva. Dessa maneira será mais fácil que ela aprenda a lidar com seus sentimentos.

CONCLUSÃO

Com base nisso, é possível notar o quão importante é a afetividade na fase na Educação Infantil; a forma como os adultos e os professores lidam com as manifestações das emoções durante a infância influenciará fortemente na maneira como as crianças lidarão com isso quando forem adultas. Por isso, a família e os educadores não devem ignorar as manifestações de sentimentos das crianças, mas ouvi-la e fazer com que ela possa explicar o que está sentindo.

REFERÊNCIAS

AMORIN, M. C. S. **AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Revista Eletrônica da Univar (2012)n°7 p.1-7
SAE.DIGITAL, **AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

SILVESTRE, Yasmin – Acadêmico 1
PERON, Paulo – Acadêmico 2
ynsilvestre@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: SCHAEFFER, Edna
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende tratar das contribuições pedagógicas que o jogo de xadrez pode trazer para o ambiente de sala de aula, sua ligação com as metodologias ativas de ensino e como seu uso pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades cognitivas, como atenção, memória, raciocínio lógico, inteligência, podendo também auxiliar na formação do caráter e no futuro do sujeito. Este estudo baseou-se numa revisão de literatura, onde foram consultados alguns artigos científicos disponíveis na *Internet.*

DESENVOLVIMENTO

O xadrez é um jogo que simula uma batalha entre dois reinos, podemos observar isso com clareza quando observamos a composição das peças. O jogo é disputado entre dois jogadores, sendo reconhecido como um dos jogos mais renomados no mundo por conseguir manter seu destaque desde suas origens, tanto na forma recreativa, quanto por suas competições.



Figura 1: https://www.chess.com/pt-BR/terms/xadrez. Acessado em 05/10/2022.

Apesar de não se saber com exatidão a origem do xadrez, algumas civilizações antigas são frequentemente citadas como países onde ele possivelmente tenha nascido. Dentre eles, a Índia é apontada por grande parte dos historiadores como o mais provável berço do jogo. De acordo com Oliveira (2019), o passar do tempo, o jogo de xadrez foi sendo aprimorado o que ocasionou mudanças em suas regras, possibilitando uma dinâmica mais atrativa com táticas mais elaboradas. O jogo como conhecemos hoje exige do jogador uma certa capacidade de raciocínio, já que trata de uma prática complexa, considerando que seu conjunto conta com diversas peças, regras, além de possuir uma gama de estratégias que podem ser utilizadas durante uma partida. A complexidade da mente humana é tão grande a ponto de ser comparada ao universo em si, já que seus diversos processos de interação dificultam seu entendimento por completo. Oliveira (2019) ressalta que ao jogar xadrez exercitamos a mente em sua grande complexidade, já que durante uma embate dentro do jogo trabalhamos nossa capacidade de resolução de problemas, pois sempre nos deparamos com situações de armadilha provocadas pelo adversário. Outro item importante que a prática do jogo nos traz e pode ser observado com clareza é a habilidade de reconhecer padrões através da exercício da memória conforme a experiência da pessoa para com o jogo.

CONCLUSÃO

Jogos que estimulam o raciocínio lógico como o xadrez, possibilitam melhor desenvolvimento da cognição e, consequentemente auxiliam no processo de aprendizagem dos alunos, aumentando a concentração, desenvolvendo paciência e o raciocínio lógico-matemático. Por se tratar de um jogo de estratégias, ele influencia na aprendizagem da matemática, que por sua vez também requer de táticas e metodologias para ser desenvolvida e aprimorada. Cálculos matemáticos exigem dos estudantes concentração, raciocínio lógico, estratégias e disciplina para serem realizados, e todos estes quesitos podem ser estimulados pelo xadrez.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Thiago Jesus de. O xadrez como alternativa pedagógica no âmbito escolar. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 20, 10 de setembro de 2019. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/20/o-xadrez-como-alternativa-pedagogica-no-ambito-escolar



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

SILVESTRE, Yasmin – Acadêmico 1
PERON, Paulo – Acadêmico 2
ynsilvestre@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: SCHAEFFER, Edna
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende tratar das contribuições pedagógicas que o jogo de xadrez pode trazer para o ambiente de sala de aula, sua ligação com as metodologias ativas de ensino e como seu uso pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades cognitivas, como atenção, memória, raciocínio lógico, inteligência, podendo também auxiliar na formação do caráter e no futuro do sujeito. Este estudo baseou-se numa revisão de literatura, onde foram consultados alguns artigos científicos disponíveis na *Internet.*

DESENVOLVIMENTO

O xadrez é um jogo que simula uma batalha entre dois reinos, podemos observar isso com clareza quando observamos a composição das peças. O jogo é disputado entre dois jogadores, sendo reconhecido como um dos jogos mais renomados no mundo por conseguir manter seu destaque desde suas origens, tanto na forma recreativa, quanto por suas competições.



Figura 1: https://www.chess.com/pt-BR/terms/xadrez. Acessado em 05/10/2022.

Apesar de não se saber com exatidão a origem do xadrez, algumas civilizações antigas são frequentemente citadas como países onde ele possivelmente tenha nascido. Dentre eles, a Índia é apontada por grande parte dos historiadores como o mais provável berço do jogo. De acordo com Oliveira (2019), o passar do tempo, o jogo de xadrez foi sendo aprimorado o que ocasionou mudanças em suas regras, possibilitando uma dinâmica mais atrativa com táticas mais elaboradas. O jogo como conhecemos hoje exige do jogador uma certa capacidade de raciocínio, já que trata de uma prática complexa, considerando que seu conjunto conta com diversas peças, regras, além de possuir uma gama de estratégias que podem ser utilizadas durante uma partida. A complexidade da mente humana é tão grande a ponto de ser comparada ao universo em si, já que seus diversos processos de interação dificultam seu entendimento por completo. Oliveira (2019) ressalta que ao jogar xadrez exercitamos a mente em sua grande complexidade, já que durante uma embate dentro do jogo trabalhamos nossa capacidade de resolução de problemas, pois sempre nos deparamos com situações de armadilha provocadas pelo adversário. Outro item importante que a prática do jogo nos traz e pode ser observado com clareza é a habilidade de reconhecer padrões através da exercício da memória conforme a experiência da pessoa para com o jogo.

CONCLUSÃO

Jogos que estimulam o raciocínio lógico como o xadrez, possibilitam melhor desenvolvimento da cognição e, consequentemente auxiliam no processo de aprendizagem dos alunos, aumentando a concentração, desenvolvendo paciência e o raciocínio lógico-matemático. Por se tratar de um jogo de estratégias, ele influencia na aprendizagem da matemática, que por sua vez também requer de táticas e metodologias para ser desenvolvida e aprimorada. Cálculos matemáticos exigem dos estudantes concentração, raciocínio lógico, estratégias e disciplina para serem realizados, e todos estes quesitos podem ser estimulados pelo xadrez.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Thiago Jesus de. O xadrez como alternativa pedagógica no âmbito escolar. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 20, 10 de setembro de 2019. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/20/o-xadrez-como-alternativa-pedagogica-no-ambito-escolar



ADAM, Gabriel – Acadêmico 1
COLOMBO, Marcos – Acadêmico 2
mvmcolombo@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Publicidade e Propaganda
Orientador NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ANÁLISE DE RECEPÇÃO UTILIZANDO O LIVRO TÉCNICAS EM VENDAS – COMO VENDER E OBTER BONS RESULTADOS

INTRODUÇÃO

A Obra Tecnicas em Vendas – Como vender e obter bons resultados, foi lançado em 2011, escrito pelo autor Alexandre Luzzi Las Casas. Alexandre é graduado em Administração de Empresas pela University of Maryland (EUA), doutor em Administração Mercadológica pela FGV-SP. Com isso vamos analisar essa obra, fazendo analogia aos estudos de recepção segundo Jesus Martin Barbero.

DESENVOLVIMENTO

No livro é apresentado inumeras maneiras de abordagem e tecnicas para a formação de profissionais, principalmente com os que lidam com vendas. Destacamos entre alguns topicos que esse livro apresenta, o foco no relacionamento, onde o foco se faz diretamente ao receptor.

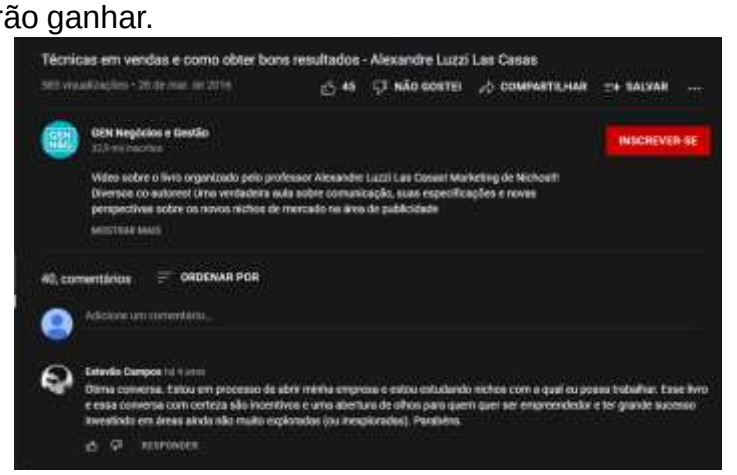


Figura 1: Técnicas de vendas – Como Vender e Obter Bons Resultados

Há também conselhos sobre como usar ferramentas para facilitar a venda como mala direta, telemarketing, internet e até algumas técnicos linguísticas para ajudar a aumentar a produtividade. Um tópico sobre marketing de relacionamento para vendedoras foi incluído nesta versão.

Com isso, segundo Barbero “Não podemos duvidar de que os que mais sabem da recepção são os empresários. Eles sabem muitíssimo do receptor. Eles estudam o receptor”.
Com essa citação faz total relação com o livro apresentando.

Buscamos em redes socias, comentarios que relatassem experiencias após ler o livro, encontramos 40 comentarios num video do Youtube. Destacamos um comentario dessa plataforma, onde o usuario responde o video de forma positiva, relata que consegiu melhorar e muito suas formas de comunicação com seus clientes. Barbero entende que a mídia deve ser tomada no contexto das mediações, como parte integrante – e determinante – delas, já que as mensagens veiculadas pela mídia se transformam quando os receptores se apropriam delas. Devido às diferentes mediações vivenciadas pelos receptores, diversificados serão os sentidos que as mensagens irão ganhar.



CONCLUSÃO

Dessa forma foi possível fazer uma conexão do livro com a citação de barbeiro, onde existem técnicas para otimizar vendas, estudando o recepctor.

REFERÊNCIAS

Livro Técnicas de vendas – Como Vender e Obter Bons Resultados - “3º Edição” Alexandre Luzzi Las Casas.

https://www.youtube.com/watch?v=L2rua2xB9II



DELLA BETTA, Dilene
MONTEIRO, Isabela
ddbetta@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Gestão Financeira
Orientador: NAKAMURA, Dulce Alves
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

INTRODUÇÃO

O assédio moral é exposição frequente dos trabalhadores em situações humilhantes e constrangedoras no ambiente de trabalho, geralmente são praticadas por pessoas de cargo superior através de advertências feitas de forma humilhante e na frente de outros empregados, preconceito, autoritarismo exagerado por parte das “chefias”, isolamento e segregação, demissões desrespeitosas, insultos e grosserias de superiores etc.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com a autora, Margarida Barreto, assédio moral ou violência moral no ambiente de trabalho é a exposição dos trabalhadores em situações constrangedoras durante suas atividades no ambiente de trabalho, sendo decorrentes, sendo praticado por um ou mais chefes contra seu subordinado. (BARRETO, 2006). Através do assédio moral a vítima fica desestabilizada emocionalmente, muitas das vezes ficando doente e tendo que se afastar do trabalho.

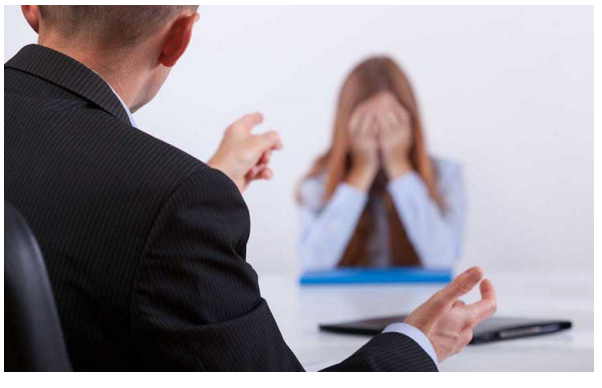


Figura 1: https://www.telavita.com.br/blog/assedio-moral/.

O assediador escolhe suas vítimas a partir de pessoas de fácil manipulação, assim a ela passa a ser hostilizada, inferiorizada, desacreditada diante das pessoas, assim comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, ocasionando graves danos à saúde física e mental, que podem evoluir para a incapacidade laborativa, desemprego ou mesmo a morte, constituindo um risco invisível, porém concreto, nas relações e condições de trabalho. Em todo ambiente de trabalho é normal haver cobranças, críticas construtivas e feedbacks sobre seu desenvolvimento dentro da empresa, porém quando essas imposições são direcionadas de modo repetitivo e com o propósito de denegrir o funcionário, acabam comprometendo negativamente a integridade física psicológica.

CONCLUSÃO

Para evitar situações de assédio, deve-se conscientizar seus gestores sobre como devem lidar com suas equipes em alternativas para evitar situações de assédio moral no trabalho, também é importante a conscientização interna para que todos os setores sejam atingidos. A empresa deve ter a iniciativa de promover palestras com consultores externos para sanar todas as dúvidas. Outro ponto importante específico é o código de ética interno onde seu posicionamento deve ser claro.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. Ética Empresarial na prática. liderança,gestão e responsabilidade corporativa. Curitiba, Ibpex, 2010.
Disponível em: https://www.telavita.com.br/blog/assedio-moral/. Acesso em 21/09/2022 às 22:18.



NASCIMENTO, Jose Antonio do – Acadêmico 1
janascimento@minha.fag.edu.br
Acadêmico do Curso de Direito
Orientador: PELIN, Douglas
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

Falência Empresarial

INTRODUÇÃO

Na idade média, a falência era considerada um delito, sujeitando o falido a punições que iam de prisão a mutilação, pois eram considerados fraudadores, enganadores. Nos dias atuais, conceituamos a falência empresarial vista sob dois ângulos totalmente distintos, O fator econômico e o fator jurídico.
Trazendo para a linguagem cotidiana, nas palavras de J. C. Sampaio de Lacerda (*manual do direito falimentar*, p 11) , falência se caracteriza: “A condição daquele que, havendo recebido uma prestação a crédito, não tenha a disposição, para a execução da contraprestação, um valor suficiente, realizável no momento da contraprestação”.

Fundamentação jurídica - Lei 11.101/2005

Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor.



Figura 1:

Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:
I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;

II – executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal;
III – pratica qualquer dos seguintes atos, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial:

Ainda nesse âmbito, contamos com a recuperação judicial, que nada mais é que a tentativa da empresa em retornar as atividades normais, preservando patrimônio e empregos. Por outro lado temos o procedimento falimentar, que possui caráter de liquidação e extinção empresarial.
Nessa ótica, quem pode propor o pedido de falência da empresa?
Em tese somente o empresário pode falir, mas qualquer pessoa pode fazer o pedido da falência, desde que sigam os preceitos do artigo 97 da lei 11.101/2005..

CONCLUSÃO

Conclui se que o procedimento falimentar pelo qual se declara a insolvência empresarial e se dá no mesmo a solução, liquidando o patrimonio ativo e ao mesmo tempo saldando o patrimônio passivo do falido, é um procedimento amargo aos olhos do falido, todavia para os credores, é uma das formas de receber seus dividendos e assim seguir a cadeia financeira, dessa forma assegurando a manutenção do principal objetivo da falência, que é garantir através de seu instituto juridico os credores do insolvente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e recuperação de empresa**. 25 ª ed. Editora Saraiva, 2009.

BRASIL. **Código tributário nacional**. Promulgada em 25 de outubro de 1966.



GONÇALVES, José – Acadêmico 1
RIBEIRO, Maria – Acadêmico 2
jvrgoncalves@minha.fag.edu.br
mesribeiro@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: ARBOLEYA, Valdinei
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

AS TRÊS PROPOSTAS DE CATHERYNE L'ECUYER PARA UMA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA A REALIDADE

INTRODUÇÃO

Catheryne L'Ecuyer é uma autora canadense, mãe de 4 filhos, que, atualmente, reside na cidade de Barcelona e contribui com o Mind-Brain Group, que pertence à Universidade de Navarra. Ela defende aspectos essenciais para educar uma criança na consequentemente, dentre os quais, que as crianças saiam da frente das telas e que se reduza o consumo excessivo de conteúdos digitais. Em algumas vezes, o tempo excessivo em frente as telas faz com que se perca a oportunidade da interação social.

DESENVOLVIMENTO

Para L'Ecuyer (2018), há três elementos fundamentais que devem ser observados atualmente quando se trata de educação de crianças: educar para a contemporaneidade, despertar a curiosidade sobre as coisas e educar com realismo. Em suas palavras, "primeiramente, há que educar os nossos filhos tendo em conta o século atual" (L'ECUYER, 2018, p. 19).



Figura 1: Pinterest

Ou seja, embora vivamos em uma era tecnológica, as crianças não precisam estar em contato com as tecnologias a todo tempo, tampouco, ter contato com todos os tipos de aparelhos digitais e conteúdos que existem nas plataformas virtuais.

É preciso também, instigar as crianças a explorar a curiosidade e estar disposto a sanar as dúvidas, despertando o desejo pelo saber como alo essencial para o desenvolvimento. Segundo L'Ecuyer (2018, p. 20) "educar na realidade é educar as crianças no sentido da curiosidade por tudo que as rodeia." e para tanto, basta utilizar a simplicidade do cotidiano e do ambiente ao redor

As crianças são seres em construção, em formação constante e aspiram o saber e "educar na realidade é educar os nossos filhos, os nossos alunos com realismos. Não é realista pedir a uma macieira que dê peras ou pedir a um peixe que suba em uma árvore." (L'ECUYER, 2018, p. 20), isso requer um esforço para ensinar às crianças a função e a finalidade de cada coisa assim como, por exemplo, todo o processo para se obter uma árvore, desde a semente até a produção dos frutos, por meio de práticas concretas.

CONCLUSÃO

Portanto, é possível compreender que o aprendizado se dá na relação que a criança estabelece com o mundo ao seu redor, com as descobertas que diariamente e ao longo de toda a sua vida produz. Por isso, é preciso dar tempo e espaço e utilizar as inúmeras situações do dia a dia para adquirir conhecimento. Deve-se levar em conta, também que a tecnologia deve ser utilizada como ferramenta para obter informações mais detalhadas e para os registros de imagens, de momentos vividos, enquanto desbrava tudo o que há ao seu redor.

REFERÊNCIAS

L'ECUYER, C. **Educar na realidade.** São Paulo: Fons Sapientiae, 2018.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ODORICO, Lucas – Acadêmico
lcodorico@minha.fag.edu.br
Acadêmico do Curso de Design Gráfico
Orientadora: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

FRIDA KAHLO VS O SURREALISMO

INTRODUÇÃO

Em diferentes períodos e em palavras de diversos autores, a pintora mexicana Frida Kahlo sempre teve seu nome relacionado ao movimento artístico surrealista, mas o que nos causa curiosidade sobre o fato, era o comportamento da pintora ao ser incluída neste conceito. Conhecida por contar suas próprias histórias em mais de cento e quarenta quadros, este estudo vem com o dever de definir o motivo de Frida não se sentir confortável em ter suas obras tratadas como fantasias impulsionadas pela mente.

DESENVOLVIMENTO

Durante a primeira metade do século XX, a pintora Frida Kahlo já havia conquistado o sucesso e a atenção de diversos artistas do movimento surrealista, como, por exemplo, o poeta e escritor francês André Breton, mostrando a influência de Kahlo em diversos campos artísticos daquele período. Artigos da época, como a revista Romance (Gaya (1940), mostram que inúmeros artistas do movimento estavam entusiasmados em receber a famosa pintora mexicana como representante do surrealismo, pois seus quadros de cores vibrantes e linhas expressivas que definiam imagens repletas de referências, foram facilmente relacionados com outras obras repletas de fantasias, loucuras e reações automáticas. Mas, por que Frida Kahlo não concordava em ser uma pintora surrealista? Segundo Nadeau (1958) “o surrealismo é concebido por seus fundadores não como uma nova escola artística, mas como um meio de conhecimento, em particular de continentes que até então não tinham sido sistematicamente explorados: o inconsciente, o maravilhoso, o sonho, a loucura, os estados alucinatórios, em resumo, o avesso do que se apresenta como cenário lógico."

Frida Kahlo sempre deixou claro todas as suas referências em suas obras, mostrando a todos que seus quadros contam uma história, história na qual Frida sempre foi a protagonista. E é nessa linha de pensamento que a pintora sempre defendeu a sua arte, pois, para ela, obras do surrealismo são para retratar inventividade, enquanto seu trabalho registra momentos da sua histórias de vida até a morte, deixando, como lembrete, toda a sua contribuição para a sociedade e seu posicionamento marcante.

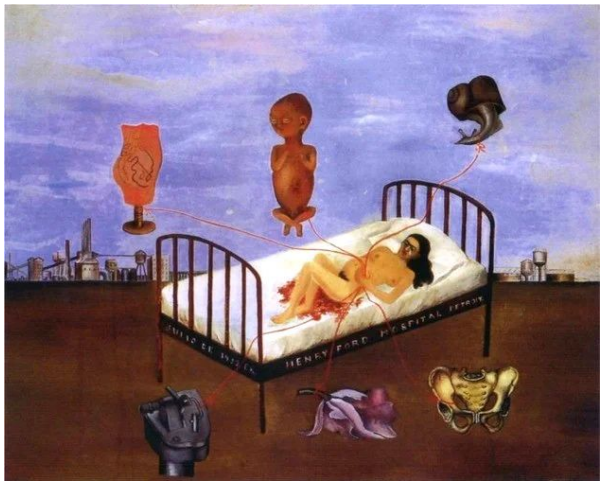


Figura 1: Hospital Henry Ford (1932)

CONCLUSÃO

Com base no que foi apresentado, fica claro que mesmo sendo valorizada e apreciada por diversos artistas do movimento surrealista, Frida Kahlo se manteve firme ao discordar da forma como suas obras eram enxergadas pela maioria. Frida travou uma grande batalha durante sua vida artística para não ser referenciada como uma pintora surrealista e, mesmo que pareça não ter dado certo, Kahlo conseguiu fazer com que, ainda nos tempos atuais, estudiosos busquem estudar e compreender sua linha de pensamento de forma individual, ramificando diversas opiniões sobre seu posicionamento e julgamento.

REFERÊNCIAS

NOEHLES, Laura Rodrigues. **O não-surrealismo de Frida Kahlo**. Arte e Diversidade, p (28-36). Jan., 2013.
GAYA, Ramón. **Divagación en torno al surrealismo**. Romance, México, p. 4, 15 fev. 1940.
NADEAU, M. (1958) ***Histoire du Surréalisme***, Paris, Seuil.
BERNARD, Caroline. F**rida Kahlo e as cores da vida**. Edição especial TAG Inéditos. São Paulo: Editora Tordesilhas. Jan. 2022.



Acadêmica: RODRIGUES, Marian Josefa de Souza
Acadêmico: SANTOS, Marcus Felipe Lopes dos
mjsrodrigues@minha.fag.edu.br
mflsantos@minha.fag.edu.br
Orientadora: FINK, Raquel Lauriano Rodrigues
raquel.fink@fag.edu.br
Curso de Direito da Faculdade Assis Gurgacz (Toledo)

REVELIA CONTRA ENTRES PÚBLICOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva demonstrar, resumidamente, com base na legislação, orientações jurisprudenciais, julgados e doutrinas a aplicação da revelia contra entes públicos no Direito Processual do Trabalho.

DESENVOLVIMENTO

A revelia no processo do trabalho ocorre devido à ausência da parte reclamada na primeira audiência, caracterizando sua omissão. De acordo com o Art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho, o não comparecimento do reclamado implica na sua revelia, e o torna fictamente confesso, ou seja, presumem-se verdadeiras a matéria de fato alegada pelo reclamante (JORGE NETO, 2019, p. 728).

Valendo-se dos pressupostos apresentados pelo Art. 844, §4º, inc. II, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Súmula n.º 398 do Tribunal Superior do Trabalho, o entendimento doutrinário é de que se o litígio versar sobre direitos indisponíveis, no qual a atuação da Fazenda Pública está ligada ao interesse público primário, a revelia não produzirá efeitos (PAMPLONA FILHO; SOUZA, 2020, p. 699).

Porém, sendo a atuação ligada ao interesse público secundário, ou seja, direitos disponíveis, poderá a revelia produzir seus efeitos. Neste mesmo condão, ao se levar em conta a natureza jurídica alimentar do pleito, que é tida como privilegiada pela aplicação do Art. 186 da Código Tributário Nacional, os efeitos da revelia serão aplicáveis, com fulcro no Art. 844, *caput*, da Consolidação das Leis do Trabalho, de acordo com a Orientação Jurisprudencial n.º 152 da Subseção Especializada em Dissídios Individuais – 1 do Tribunal Superior do Trabalho (JORGE NETO, 2019, p. 728).

Pautando-se por este entendimento, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (2011), no julgamento do Recurso Ordinário n.º 0000885-91.2011.5.03.0075, estabeleceu que, se o ente público foi devidamente notificado do processo judicial e do andamento de seus atos, e ainda assim, não compareceu à audiência inicial, sem qualquer explicação, ficará sujeito a revelia e seus efeitos, por determinação legal, haja vista que as reclamações trabalhistas versam sobre direitos de natureza alimentar dos trabalhadores.

De igual modo, o Tribunal Superior do Trabalho (2016), no julgamento do Agravo de Instrumento n.º 2126-27.2016.5.11.0003, onde o Estado do Amazonas solicitou o destrancamento de um Recurso de Revista interposto, declarou que as pessoas jurídicas de direito público não só se submetem ao reconhecimento da revelia, mas também à aplicação da pena de confissão ficta, quando a ela derem causa.

CONCLUSÃO

Portanto, conclui-se que, na ocorrência de direitos indisponíveis os efeitos da revelia não serão aplicáveis as pessoas jurídicas de direito público, por previsão expressa do Art. 844, § 4º, inc. II, da Consolidação das Leis do Trabalho. Porém, nada impede de que, na ausência de direitos indisponíveis a revelia seja aplicada, conforme dispõe a Orientação Jurisprudencial n.º 152 da Subseção Especializada em Dissídios Individuais – 1 do Tribunal Superior do Trabalho.

REFERÊNCIAS

JORGE NETO. Francisco Ferreira. **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PAMPLONA FILHO. Rodolfo. SOUZA. Tercio Roberto Peixoto. **CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**. 2 ed.. São Paulo: Saraiva, 2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3º REGIÃO. E**FEITOS DA REVELIA SÃO APLICÁVEIS A ENTE PÚBLICO**. 2011. Disponível em: < https://trt-3.jusbrasil.com.br/noticias/3082318/efeitos-da-revelia-sao-aplicaveis-a-ente-publico>. Acesso em: 16 out. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS N.º 13.015/2014, 13.105/2015 E Nº 13.467/2017** - DESCABIMENTO. ENTE PÚBLICO. REVELIA E CONFISSÃO FICTA. 2018. Disponível em: <https://jurisprudencia.tst.jus.br/#b02e23d1d6b7c53a7fa8dccca12d6656>. Acesso em: 16 out. 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

CUNHA, Joabe Leite – Acadêmico 1
jlcunha@minha.fag.edu.br
SANTOS, Maria Eduarda S. – Acadêmico 2
messantos1@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Gestão Financeira
Orientador: NAKAMURA, Dulce Alves
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ÉTICA NOS NEGÓCIOS, REALIDADE?

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar o contexto sobre ética empresarial, ou ética nos negócios. A ética é a parte do estudo do caráter do indivíduo que se constrói por meio de regras estabelecidas pela moral, que condiz com o modo de agir do ser humano dentro das organizações.

DESENVOLVIMENTO

Toda empresa tem suas próprias normas, missão, visão e valores. Os funcionários que nelas estão representam o sistema social da organização, pois compõem uma empresa, sejam com experiência no ambiente interno (empresa) ou externo (sociedade).



Figura 1: Ética nos negócios

“Dessa forma, é lícito conceber uma organização como “comunidade moral”, pois todas as organizações, para existirem enquanto coletividades humanas, pressupõem a existência de uma ética.” LIVRO – Ética empresarial na prática – ALENCASTRO. A ética empresarial se faz importante pois oferta benefícios para colaboradores e clientes da organização, como por exemplo, garantir operações legais, que consiste em um conjunto de regras no qual a empresa segue para estar realizando seus serviços dentro dos parâmetros da lei, e que protege supervisores, colaboradores e clientes, além disso o benefício de confiança entre empresa e usuário dos serviços, a ética nos negócios permite construir relacionamento sólido e positivo, pois a empresa ao mostrar confiabilidade e qualidade em seus negócios com integridade, permite estabelecer uma relacionamento de confiança. Com isso, uma empresa que segue a ética em seus negócios atrai novos talentos de alto desempenho para dentro de suas organizações, pois os candidatos com potencial procuram empresas que irão dar a valorização correta em suas contribuições e habilidades, fazendo assim a produtividade aumentar e a rotatividade de pessoas reduzir. “O processo que conduz a um comportamento ético por parte das nossas empresas exige um esforço de aprendizagem e aprimoramento.” LIVRO – Ética empresarial na prática – ALENCASTRO.

CONCLUSÃO

Conclui – se que a ética empresarial ou ética de negócios tem como objetivo observar e estudar as ações humanas e seus princípios de forma interna e externa, que compõem a empresa, para que tenham sua cultura e valores estabelecidos, definindo a partir de uma interpretação do que é ou não favorável a organização como ética empresarial.

REFERÊNCIAS

Disponível em: https://www.significados.com.br/moral/ - 21, setembro, 2022.
Disponível em: https://www.blbbrasil.com.br/blog/etica-empresarial/ - 21,setembro, 2022.
Disponível em: https://maestrovirtuale.com/etica-nos-negocios-principios-importancia-e-casos-reais/ - 21, setembro, 2022.
LIVRO – Ética empresarial na prática – ALENCASTRO.
Disponível em: https://cuboup.com/conteudo/exemplos-de-etica-nos-negocios/#:~:text=%C3%89tica%20empresarial%2C%20ou%20%C3%A9tica%20nos,seus%20procedimentos%20e%20sistemas%20organizacionais 21, setembro, 2022.



Schneider,
Vincius
Perondi, Arthur
Vgschneider@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Agronegócio
Orientador: Nakamura, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

Extensão da Licença Maternidade

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos as mulheres não tinham direito de se afastar para realizar o trabalho de parto e cuidar de seu filho, em 1943 foi criada a licença maternidade, garantindo 84 dias de afastamento. Com o tempo foi aumentado para 120 dias. Neste banner iremos apresentar sobre a extensão da licença maternidade nas empresas e citaremos as que oferecem a licença maternidade estendida.

DESENVOLVIMENTO

O direito à licença maternidade foi criado no ano de 1943, junto com a consolidação das leis do trabalho (CLT). Momento em que as mulheres ganharam o benefício de 84 dias de licença. Com a constituição de 1988 onde no Art 392 diz que “A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15.4.2002) (Vide Lei nº 13.985, de 2020)”



Figura 1: https://grhbrasil.com.br/artigo/contrato-temporario-para-cobrir-licenca-maternidade (aceso 28/09/2022 as 22:10)

Hoje o tempo base da licença maternidade é de 120 dias com base na CLT, já algumas empresa aderiram a licença maternidade estendida, com 180 dias, para isso a empresa precisa participar do Programa Empresa Cidadã, que seria uma iniciativa do governo dando incentivos fiscais com redução de impostos.

O pedido deve partir da empregada com limite de um mês após o parto, porém nem todas as empresas têm direito a oferecer a licença maternidade estendida, somente as empresa que declaram o lucro real tem permissão para fazer adesão ao programa, mas a empresa não é obrigada a conceder essa extensão sendo uma decisão interna, a empresa tem o direito de recusar o pedido.

Algumas das empresas que oferecem a licença maternidade estendida são a Loft que trabalha de forma digital com a venda de imóveis, Outra que aderiu que oferece este benefício é a Olist que atua no segmento de e-commerce

CONCLUSÃO

Trinta e cinco por cento das mães com maior nível de escolaridade apresentam desistência no emprego enquanto 51% das mães com nível de escolaridade menor, para isso algumas empresas estão adotando a licença maternidade estendida assim mantendo os seus funcionários por maior tempo na empresa.

REFERÊNCIAS

https://guiadobebe.com.br/licenca-maternidade-de-6-meses/ (aceso 28/09/2022 as 21:30)
https://www.startse.com/artigos/conheca-as-empresas-que-oferecem-licenca-maternidade-estendida/ (aceso 28/09/2022 as 21:58)
https://factorialhr.com.br/blog/licenca-maternidade-brasil/ (aceso 28/09/2022 as 22:02)
https://portal.fgv.br/think-tank/mulheres-perdem-trabalho-apos-terem-filhos (aceso 28/09/2022 as 22:06)



ARZAMENDIA,, Natalia
CAMPOS, Evandro
naarzamendia@minha.fag.edu.br
edcbeserra@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Agronegócio
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

GPTW- A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

INTRODUÇÃO

O trabalho visa abordar o contexto sobre a importância da qualidade de vida no trabalho, que se encontra em amplo debate nos dias atuais, incluindo alguns benefícios para o colaborador e empresa. Já sabemos que pandemia e coronavírus são duas palavras que não saíram do centro do debate, entre outros assuntos, temas que refletem todas essas mudanças recentes, são eles: Comunicação, Diversidade, Estudos sobre Ranking do GPTW, a Gestão de pessoas, Home Office, Liderança, Melhores empresas e melhores práticas, Saúde Mental e Transformação de negócios.

DESENVOLVIMENTO

A qualidade de vida no trabalho é a situação de equilíbrio em que a produtividade do colaborador é obtida sem prejuízo de suas necessidades físicas, psicológicas e sociais. Logo, existem boas condições de saúde e bem estar no ambiente corporativo. Nesse contexto, a organização deixa de tratar a pessoa como um recurso, que pode ser usado e descartado. É quando o funcionário (a) passa a ser enxergado como um ser humano que tem desejos e necessidades a serem atendidas em uma relação de parceria e colaboração com a empresa. O tema está ligado a saúde e bem estar do talento, além de cuidar da segurança e eliminar acidentes, as empresas devem ficar atentas às consequências do trabalho com tempo, como problemas físicos e psicológicos.



Recentemente a síndrome de burnout foi reconhecida como uma doença de trabalho da OMS. Logo fica mais clara a urgência de pensar na saúde do colaborador desenvolvendo boas práticas.

A qualidade de vida no trabalho é também vantagem competitiva sustentável. Os resultados obtidos não são temporários ou conquistados a um custo que não pode ser mantido, são condições que podem ser mantidas a longo prazo. Pessoas felizes, chegam a ser em média 31% mais produtivas, alguns exemplos são academia, yoga, massagem, espaços. Atraentes para os funcionários, lanches saudáveis, vales, horário flexível, bolsas de estudo, são alguns que estão dentro da GPTW .

CONCLUSÃO

Nesse cenário o bem estar é um investimento na própria organização, beneficiando a força produtiva das equipes e conseguindo ser mais competitivas no mercado sem contar que com o tempo a empresa se torna mais atraente para os talentos entrarem e permanecerem nela.

REFERÊNCIAS

https://outmarketing.com.br/wp-content/uploads/2014/09/boas-praticas-casos-sucesso.jpg Acesso em: 21 de setembro de 2022.
https://gptw.com.br/conteudo/artigos/retrospectiva-de-2020/ Acesso em 28 de Setembro de 2022.
https://www.colabbe.com/blog/praticas-que-empresas-great-place-to-work-adotam/ Acesso em 21 de Setembro de 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

VIDAL, Thalia Gabriela
tgvidal@minha.fag.edu.br
MARINHO, Adão Geraldo
agmarinho@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito.
Orientadora: FINK, Raquel Lauriano Rodrigues
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

AGRAVO DE INSTRUMENTO E SUAS PECULIARIDADES NO PROCESSO DO TRABALHO

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o intuito de demonstrar as características e aplicabilidade do Agravo de Instrumento no Direito Processual do Trabalho. O artigo 897, alínea “b” da Consolidação das Leis do Trabalho prevê o cabimento, apontando em seus parágrafos peculiaridades do referido recurso.

DESENVOLVIMENTO

O Agravo de Instrumento é o recurso cabível em face de decisões proferidas pelo juízo *a quo* que denegaram seguimento ao recurso impedindo sua análise pelo Tribunal *(*juízo *ad quem*).

O recurso está previsto no art. 897 da CLT com a seguinte redação: “Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: [...]

b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos.”



Imagem ilustrativa martelo e balança da justiça.

Este recurso tem o prazo de 08 (oito) dias para ser interposto e possui efeito meramente devolutivo.

O agravo de instrumento deve ser interposto perante o Juízo *a quo*, ou seja, aquele que negou o seguimento do recurso. Contudo, as razões do recurso devem ser endereçadas ao Tribunal competente para julgamento do recurso ao qual foi negado seguimento e pretende-se “destrancar”.

Cabe o juízo de retratação no Agravo de instrumento, contudo, caso mantida a decisão pelo juízo *a quo, este* deverá intimar a parte recorrida para apresentar contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso principal, determinando a remessa dos autos ao Tribunal competente. Dessa forma, caso o Tribunal dê provimento ao Agravo, julgará, na sequência o recurso principal.

No Processo do Trabalho, ao contrário do Processo Civil, as decisões interlocutórias, em regra, não são recorríveis de imediato.

No entanto, das decisões que negaram seguimento ao Recurso Ordinário, Recurso de Revista, Recurso Extraordinário, Recurso Adesivo e Agravo de Petição, cabe recurso, sendo este o Agravo de instrumento, que visa demonstrar a presença dos pressupostos recursais e permitir a admissibilidade, seguimento e julgamento do recurso interposto.

O referido recurso carece de preparo, sendo o valor do depósito recursal 50% (cinquenta por cento) do valor do recurso ao qual se pretende destrancar cujo recolhimento deve ser comprovado no ato da interposição, refletindo duas peculiaridades importantes para admissibilidade do referido recurso.

CONCLUSÃO

Pontua-se que diferentemente do Processo Civil, no Processo do Trabalho as decisões interlocutórias, em regra, não são recorríveis de imediato. Contudo, das decisões proferidas pelo juízo *a quo* que denegarem seguimento a recurso interposto*,* cabe agravo de instrumento interposto perante aquele juízo e cujo julgamento caberá ao juízo *ad quem* (Tribunal) apto a julgar o recurso principal, e, se procedente, as contrarrazões e o recurso principal serão apreciados.

REFERÊNCIAS

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 16 out. 2022.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra, Curso de direito processual do trabalho / Carlos Henrique Bezerra Leite. -19. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2021.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

PICCINI, Caroline Alessandra
KOTZ, Julia Rafaela
capiccini@minha.fag.edu.br
jrkotz@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: AMARAL, Edna Heloisa Schaeffer
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

AMARELINHA: O ENSINO DA MATEMÁTICA NUMA PERSPECTIVA LÚDICA

INTRODUÇÃO

Neste estudo, buscou-se evidenciar que os conceitos matemáticos podem ser explorados numa perspectiva lúdica. A amarelinha, assim como outras brincadeiras ou jogos, se bem orientados poderão contribuir no desenvolvimento de capacidades como a memorização, a noção de espaço, a percepção e a atenção. Os jogos e as brincadeiras podem ser elementos estimuladores nas atividades pedagógicas, possibilitando a ação de um pensamento que contribui para o desenvolvimento do raciocínio lógico, respeitando os níveis de conhecimento dos alunos.

DESENVOLVIMENTO

O jogo é uma ferramenta de aprendizagem que contribui para a compreensão de conceitos matemáticos e no desenvolvimento das estruturas cognitivas, isto ocorre através da prática, em que os alunos começam a lidar com regras e assim, passam a perceber um conjunto de elementos elaborados socialmente e a ser uma boa estratégia para explorar objetos de conhecimento da matemática. [...] a atividade de jogar, se bem orientada, tem papel importante no desenvolvimento das habilidades de raciocínio como organização, atenção e concentração, tão necessárias para a aprendizagem, em especial da Matemática, e para a resolução de problemas em geral (BORIN, 2004).



Figura 1: l1nq.com/0GHpN

"O jogo, como promotor da aprendizagem e do desenvolvimento, passa a ser considerado nas práticas escolares como importante aliado para o ensino, já que colocar o aluno diante de situações de jogo pode ser uma boa estratégia para aproxima-lo dos conteúdos culturais a serem veiculados na escola, além de poder estar promovendo o desenvolvimento de novas estruturas cognitivas" (KISHIMOTO, 1997, p.80). Esta prática faz com que a criança se interesse pela aprendizagem, despertando uma atenção maior e colocando-a em situações em que ela possa utilizar conhecimentos prévios para a construção de outros mais organizados.

A amarelinha é um jogo de perspectiva lúdica o qual possibilita o desenvolvimento das crianças nas habilidades motoras e nos objetos de conhecimentos matemáticos. Através do conceito de números, noções de medidas e geometria (KISHIMOTO, 1997), ou seja, no desenrolar do jogo as crianças são desafiadas a resolver situações de contagem, sequência numérica, reconhecimento de algarismos, comparação de quantidades, avaliação de distância e força, noções de localização espacial, dentre outros objetivos de aprendizagem estabelecidos na componente curricular de matemática. Algumas problematizações podem ser propostas enquanto as crianças jogam, outras reflexões e registros devem ser realizados em momentos posteriores ao jogo, como desenhar o jogo, explorar a sequência numérica presente no esboço, além das regras que organizam e delimitam a atuação de cada jogador.

CONCLUSÃO

O jogo na educação matemática, introduz uma linguagem que logo será relacionada aos conceitos formais, desenvolvendo a capacidade de compreensão de significados. Dessa maneira, o jogo auxilia no desenvolvimento de habilidades para a resolução de problemas na perspectiva lúdica, em que o professor se alerta aos erros e acertos e aprimora seu trabalho. O jogo se apresenta como uma proposta metodológica diferenciada para o ensino da matemática, que precisa ser planejada de forma intencional pelo professor.

REFERÊNCIAS

BORIN, J. **Jogos e resolução de problemas, uma estratégia para as aulas de Matemática**. sexta edição, São Paulo, IME-USP, 1997.
KISHIMOTO, T. M. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1997. 2 ed.
SMOLE. K. S. (et al). **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática.** Matemática de 0 a 6 Porto Alegre :Artmed, 2000. vol. 1.



FABRICIO, Matheus
KINZLER, Edina de Souza
chferreira@minha.fag.edu.br
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho foi pesquisado sobre a gestão de riscos de crédito, cujo seu objetivo é para que as instituições possam ter um planejamento antecipado, para um maior fim lucrativo e para não ter futuras desavenças, antecipando assim os possíveis problemas e com isso tomando as melhores medidas e possivelmente tendo como controlar com mais acertos as eficiências. O objetivo é ter o melhor resultado dentro dos possíveis riscos da operação, pois uma boa gestão é muito importante para o crescimento e o desenvolvimento das organizações e assim, as instituições conseguem se manter ativas e podem evitar as falências.

DESENVOLVIMENTO

A gestão de risco de crédito trata-se da probabilidade de um cliente faltar com a quitação de qualquer tipo de dívida. No cenário econômico natural, a inadimplência pode ser vista em praticamente todos os tipos de operações financeiras. Segundo PEREIRA, (2017), a gestão de risco é a maneira como a companhia prevê o descumprimento de acordos, os impactos disso para os setores envolvidos e as ações implementadas para minimizar os danos provocados. Ou seja, é uma projeção da instituição para tratar dos riscos e possíveis prejuízos.



Figura 1- Análise de risco de crédito
Fonte: https://www.cobrefacil.com.br/blog/analise-risco-credito

De acordo com Ribeiro, Zani e Zanini (2009), na mensuração do risco de crédito é necessário que sejam consideradas as vertentes: a) qualitativa: o analista de crédito julga os aspectos da concessão do crédito com base nos 5 Cs do crédito (capacidade, caráter, capital, condições e colateral) e b) quantitativa: são utilizados modelos estatísticos ou econométricos para auxiliar na decisão de crédito, buscando-se complementar os dados qualitativos e ampliar a segurança, estruturação e monitoramento do processo decisório.

CONCLUSÃO

Sendo assim, é concluído que é importante ter uma boa análise de crédito para poder estar sendo concedido crédito a um cliente. E como é necessário tomar muitas medidas de precauções, com isso muitos mecanismos foram adotados para as instituições não saírem no prejuízo e irem à falência, porém esses mecanismos de gestão de crédito variam de instituição para instituição, nas quais algumas são mais rigorosas e outras não. Com uma boa gestão de risco de crédito, as instituições conseguem estar prevendo e se planejando para que seja evitado, mas mesmo com todas essas medidas é possível haver inadimplentes.

REFERÊNCIAS

SERASA (São Paulo). O único relatório do mercado com análise econômico-financeira de grandes empresas: credit rating da serasa experian. 2020. Acesso em: 14 mar. 2022.

PEREIRA, Rita. Modelos de avaliação de risco de crédito nas instituições CGD, BCP e SANTANDER TOTTA. 2017. Acesso em: 15 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Risco de Crédito: Desenvolvimento de modelo Credit Scoring para a gestão da inadimplência de uma instituição de microcrédito. 1 ed. São Paulo: Ipea, 2006. 44 p. Acesso em: 05 abr. 2022.



VIECELI, Ivania– Acadêmico 1
LUDWIG, Matheus – Acadêmico 2
icovieceli@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direot
Orientador: MAFFEI, Eduardo
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE

INTRODUÇÃO

Com o avanço da saúde, da telemedicina, tecnologia e principalmente das doenças, surge a preocupação em contratar-se planos de saúde, dado a contratação as operadoras passarão a custear os tratamentos e internamentos sejam cirúrgicos ou clínico; A cobertura de procedimentos estão descritos no ROL da ANS (Agência nacional de saúde suplementar), ainda que, não conste no rol, os procedimentos serão analisados sob a ótica da nova Lei nº 14.454 de 2022, que altera a lei 9656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

DESENVOLVIMENTO

A contratação de planos de saúde é realizado através de contrato de prestação de serviço e da vontade contratual de ambas as partes nas modalidades, Individual/Familiar, Coletivo por adesão e empresarial, as cláusulas contratuais são via de regra, sobre valores de mensalidade, abrangência, segmentação assistencial, e acomodação, inclusive como parte do contrato via de regra terá a proposta de adesão e declaração de saúde, que caso possua conhecimento de doença ou lesão pré existente, deverá declarar, sob pena de descumprimento do contrato e demais penalidades.



Figura 1: Balança e estetoscópio, simbolizando direito e medicina.

Os contratos visam regulamentar a prestação de serviço, prazos de carência, exclusões e coberturas assistenciais. O contrato deve obrigatoriamente cumprir sua função social, estabelecendo a prestação de serviço satisfatória, atendendo aos princípios da dignidade da pessoa humana, direito a liberdade de contratação e boa fé. Cabe destacar que o maior número de processos judiciais, são em relação a negativa de procedimentos, medicamentos e Home care, toda regulamentação é realizada pela ANS (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR). Sob a ótica do CDC (Código de defesa do consumidor) no artigo 39, ressalta que é considerada abusiva a prática de recusa de atendimento ao consumidor, no entanto os entendimentos doutrinários, sempre avaliam os requisitos, e as particularidades de cada caso.

Caso fique constatado a falha na prestação de serviço ou negativa de procedimento, medicamentos infundada, a operadora de plano de saúde, poderá ser penalizada, no entanto é necessário avaliar cada contrato, e as particularidades, inclusive observar os períodos de carência e as coberturas, não sendo aplicado de forma genérica. Os reajustes dos planos de saúde, também devem estar expressos em contrato, seja ele por faixa etária de idade ou por aniversário, bem como toda e qualquer exclusão de cobertura ou limitações.

CONCLUSÃO

Os contratantes sempre devem observar, os períodos de carência e principalmente como se dará a cobertura e exclusão assistencial, para que no momento de sua utilização esteja claro quais são de fato os direitos e deveres, é preciso observar as doenças e lesões pré existentes declaradas no momento da contratação, ou nos casos de agravo (valor pago em decorrência de doença ou lesão pré existente), se irão suprir os valores acordados junto a operadora. A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e o PROCON, possuem canais de atendimento direto ao consumidor, que buscam auxiliar no descumprimento de contrato, falha na prestação de serviços e servem como canal de dúvidas e reclamações, as operadoras de plano de saúde possuem canais de ouvidoria.

REFERÊNCIAS

BRASIL.Agência Nacional de Saúde Suplementar, https://www.gov.br/ans/pt-br



DALEFFE, Marcelo – Acadêmico
mdsouza@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Design Gráfico
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

JOJO'S, DOS QUADRINHOS ÀS PASSARELAS

Nesta breve pesquisa busca-se analisar a obra do mangaká japonês Hirohiko Araki "Jojo's Bizarre Adventure", criada em 1987 e publicada até os dias atuais. Dentro da criação é possível notar diversas referências musicais ocidentais e do mundo da moda, sendo retratadas como poses, roupas, cores, nomes de personagens e suas habilidades. Tanto os traços quanto a estética geral de Jojo's diferenciam-se muito de outros mangás, trazendo grande personalidade ao trabalho e chamando a atenção de grandes nomes inseridos no mundo fashion.

DESENVOLVIMENTO

Jojo's Bizarre Adventure, se torna icônico por conta de sua estética utilizada na obra, focado principalmente no uso das cores e na extravagância em cada página. Com sua gerada fama dentro da cultura pop, acabou chamando atenção de grandes nomes da moda, por conta da riqueza em detalhes possuídos nas histórias de Araki. Em Outubro de 2011, a revista Japonesa "Spur" fez uma parceria com a marca de roupas "Gucci" que seria uma comemoração dos 90 anos de Gucci, que teve sua capa ilustrada por Hirohiko Araki, criador de "Jojo". Dois anos após essa parceria, Gucci faria uma segunda colaboração com Araki, e agora, a ilustração do mangá Japonês ficaria exposta em 70 lojas oficiais da Gucci espalhadas por toda Itália, Araki também fez outro mangá, "Jolyne, Fly High with GUCCI".



Figura 1: Revista SPUR, 22/12/2012



Figura 2: "Fly High with GUCCI" página 12

Em 2018 Balenciaga em sua coleção de outono convidou Araki para fazer a arte publicitária da exposição da marca, e também foi mais uma maneira de divulgar sua arte dentro do mundo da moda.



Figura 3: Revista UOMO, 08/08/2018



Figura 3: Desfile balenciaga, Outono 2018

CONCLUSÃO

Em virtude do que foi mencionado podemos ver que a obra de Araki trouxe a cultura japonesa para fora dos mangás, e atingiu áreas que antes não eram imaginadas estarem unidas, sua estética se tornou única nessa área e chamou atenção dos grandes nomes da moda.

REFERÊNCIAS

Anime and Fashion: From Streetwear Culture to Dollar Signs. 2021. Disponível em: <https://medium.com/theuglymonster/anime-and-fashion-from-streetwear-culture-to-dollar-signs-19bd55e9ed56>. Acesso em 20 de setembro de 2022



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

Acadêmicos:
SILVA, Daiane K.
HENNING, Luellen M.
dkpdsilva@minha.fag.edu.br
lmhenning@minha.fag.edu.br
Curso de Gestão Financeira
Orientadora: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

RELAÇÕES ÉTICAS COM CLIENTES

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar o contexto sobre a Relação das Empresas com seus Clientes, como qualquer relação, ela pode ser boa ou ruim. Vamos falar do processo através do qual a empresa estabelece vínculo positivo com seus clientes, oferecendo um atendimento efetivo e de qualidade, que transmita confiança e transparência.

DESENVOLVIMENTO

Para uma melhor relação com seus clientes as empresas devem agir do ponto de vista moral, clientes não se sentem bem onde tentam enganá-los e possivelmente irão para os concorrentes e a empresa fica com uma “imagem negativa”. A diferença entre ética e moral é que a ética é aquela que tenta identificar, tratar, selecionar e estudar a moral de maneira imparcial e organizada; já a moral, expressa os hábitos e costumes de uma sociedade, de um local, de uma comunidade e determina a conduta individual de pessoas. A autora NASH (1948) estudou sobre os mais frequentes dilemas éticos em organizações e apresentou uma lista dos mais frequentes, que são a justificativa enganosa sobre os produtos/serviços e a má qualidade. A mesma pesquisadora citou que com relação aos clientes devem ser respeitados alguns princípios como: “Atuar sempre no âmbito da lei; Manter qualidade no produto; Respeitar a liberdade de escolha do clientes; entre outros”.



Figura 1: agenciatsuro.com

Sobre o tema podemos citar o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), uma lei essencial para garantir os direitos dos consumidores especialmente em situações que se sintam prejudicados pelas empresas, apontam os seguintes itens: I - A proteção à vida, saúde e segurança, que assegura que o produto e serviços não trazem riscos dessa ordem aos consumidores; II - Direito à educação, informação e liberdade de escolha, para que consumidores tenham parâmetros para tomar decisões; III - Direito à proteção contra publicidade enganosa e abusiva, para não prejudicar a compreensão do público sobre um produto ou serviço. Como por exemplo, se uma compra realizada online for golpe, prejudicando o consumidor, ele tem direito de proteção contra essa ação dolosa. O Código de Defesa do Consumidor ainda conta com vários outros artigos.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados finais da pesquisa concluímos que com base nos comportamentos da organização com os clientes é necessário trabalhar com um sistema ético, para que haja um bom relacionamento entre eles. Assim, trazendo satisfação aos clientes, sendo referência no mercado de trabalho, mostrando sua transparência com a sociedade.

REFERÊNCIAS

Mario Sergio Cunha Alencastro. **Ética empresarial na prática - liderança, gestão e responsabilidade corporativa. Ed. INTERSABERES: 2° edição, 2016.**
Código de Defesa do Consumidor. **Decreto Presidencial n° 2.181, de 20 de março de 1997, Brasília, DF, 1997.**
Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/o-que-etica.htm Acessado em: 21/09/2022.
Disponível em: https://www.agenciatsuru.com.br/blog/redes-sociais-e-o-relacionamento-cliente-empresa/ Acessado em: 21/09/2022.



MARCHI, Alana Maiara Souza – Acadêmico 1
PINTO, Amanda F. M. Valentim – Acadêmico 2
amsmarchi@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: ARBOLEYA, Valdinei José
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

O MUNDO DA ESCRITA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a forma como é introduzida a escrita na alfabetização, enfatizando a identidade visual das letras e a maneira ideal de ensinar isso aos alunos para que aprendam a função social da escrita e não apenas a reproduzir letras, copiando-as sem saber decodifica-las na leitura e compreender o que se lê.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Cagliari (1997), um dos objetivos mais importantes da alfabetização é ensinar a escrever e por ser uma novidade para as crianças, a escrita precisa de um tratamento especial ao ser ensinada, para que se aprenda a função social da leitura e da escrita..

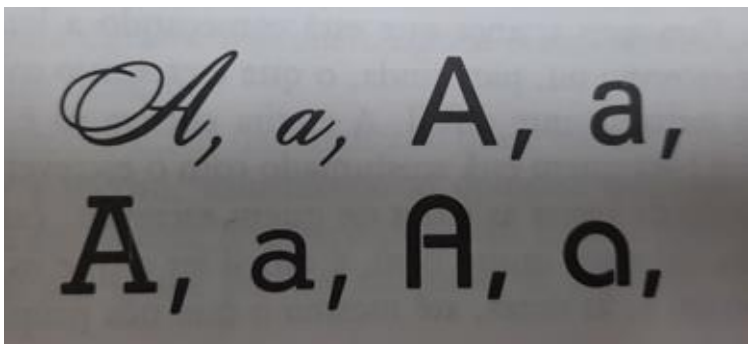


Figura 1: Formas de representação das letras.

É necessário que, nesse processo, não se dê mais importância à aparência da grafia do que ao fato de a criança realmente saber escrever. Ou seja, mais relevante ensinar a criança como a escrita funciona e como deve ser usada, do que à caligrafia como algo a parte..

No sistema de escrita alfabética, as letras possuem formatos fixos, mas pequenas variações produzem mudanças na identidade delas, embora uma letra assuma formatos variados (figura 1). É preciso que a criança saiba essas formas de representação gráfica quando está aprendendo a ler a escrever, para adquirir a fluência de leitura.

Quando a escola inicia o trabalho de traçado das letras, deve analisar se a criança já tem habilidade motora para o segurar o lápis precisamente, fazendo movimento de pinça, do contrário, dificultará a aprendizagem. Além disso, deve-se primar pela identidade visual, mas não pela busca da grafia perfeita, que virá somente com o tempo.

O ideal é que o aluno comece aprendendo com a letra de fôrma maiúscula, que possui um traçado mais fácil e de melhor compreensão e que após essa fase venha a introdução da letra cursiva.

CONCLUSÃO

É preciso que o professor alfabetizador ensine a função social da escrita e as maneiras possíveis de traçar as letras, abordando as relações variáveis entre letras e sons. A escola, por sua vez, deve ensinar ortografização da escrita aos poucos, dando ênfase ao objetivo de ensinar as crianças a transportarem suas habilidades de falantes para os textos escritos e desenvolver a fluência de leitura ao final do ciclo de alfabetização.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo: Editora Scipione, 1997.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

BERWANGER, Paulo Cezar. pcberwanger@minha.fag.edu.br
SILVA, Alessandra. adsilva7@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de DIREITO
Orientador: PERLIN, Edson
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

AS CONDUTAS TÍPICAS DA CORRUPÇÃO ATIVA

INTRODUÇÃO

Neste pôster, apresentamos o tema das condutas típicas da corrupção ativa previstas no Artigo 333, *caput* do CP, com base no artigo de MARQUES e FULLER (2021), os quais realizam abordagem específica acerca das tipificações do crime, com objetivo de: a) Demonstrar que a mera entrega de vantagem indevida a funcionário público não aperfeiçoa o tipo penal em apreço; b) Demonstrar a ausência de adequação típica da denominada corrupção ativa subsequente, assim considerada a entrega de vantagem depois da prática de ato de ofício; c) Discorrer sobre a impossibilidade de interpretação extensiva das condutas, em face da proibição de analogia *in malam partem* e do princípio da taxatividade penal; d) Apresentar as principais conclusões dos autores do artigo, com o escopo de despertar profícuas críticas e reflexões dogmáticas.

DESENVOLVIMENTO

Os autores afirmam que as condutas típicas da corrupção ativa consistem em oferecer (propor para que seja aceito) ou prometer (obrigar-se a futuramente dar ou entregar) vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, destacando que o tipo penal do crime em questão, não prevê a conduta de dar (entregar ou pagar) a vantagem indevida.



Figura 1: Corrupção ativa, vantagem ilegal

Ao incriminar apenas o oferecimento e a promessa de vantagem indevida, o comando legal evidencia a punição somente das condutas que tem potencial para corromper o funcionário público, enquanto que a conduta de dar (entregar ou pagar) vantagem indevida, não apresenta tipicidade penal, por ausência de previsão legal (reserva legal e taxatividade). A ausência de tipicidade penal na conduta de dar (entregar ou pagar) vantagem indevida atende ao interesse público, na medida em que propicia e fomenta que o particular (extraneus) noticie a solicitação criminosa oriunda do funcionário público, promovendo, de maneira mais eficiente, a fiscalização da probidade administrativa e o resguardo dos interesses da Administração Pública.

Para a configuração do crime de corrupção ativa, a conduta do sujeito ativo deve ter a finalidade de obter do funcionário público o compromisso de “praticar, omitir ou retardar ato de ofício”, ou seja, a conduta típica deve ser anterior ao ato de ofício e será atípica se a entrega de vantagem se realizar depois de aperfeiçoado o ato de ofício. Este entendimento encontra fundamento no princípio da taxatividade penal, que impede uma interpretação extensiva em prejuízo do acusado, em face do princípio constitucional (nullum crimen, nulla poena sine praevia lege) contido no Artigo 5°, inciso XXXIX, CF/88 e no Artigo 1º do Código Penal Brasileiro. Necessário constar ainda que, diante da mera dação (entrega ou pagamento) de vantagem indevida pelo particular, não cabe a presunção acerca de eventual oferecimento ou da promessa anterior, notadamente quando considerada a regra probatória que emerge da presunção de inocência (art. 5°, LVII, da CF).

CONCLUSÃO

O tema da corrupção ativa foi abordado com maestria pelos autores do presente artigo. Observa-se a menção dos princípios do direito penal pertinentes, e ampla citação doutrinária e bibliográfica. A partir dos elementos teóricos e doutrinários contidos no artigo, é possível desenvolver e ampliar estudos acerca da corrupção, dado que ela tem profundas implicações no direito público brasileiro. Além de tudo, o estudo pode contribuir para entender a complexa realidade da corrupção no serviço público e oferecer possibilidades de enfrentamento desse mal que assola, de longa data, a administração pública brasileira.

REFERÊNCIAS

GRECO, Rogério. Código Penal: comentado / Rogério Greco. 22ª ed. Niterói, RJ: Impetus, 2020.

MARQUES, Oswaldo Duek; FULLER, Paulo. AS CONDUTAS TÍPICAS DA CORRUPÇÃO ATIVA. Duc In Altum-Cadernos de Direito, v. 13, n. 30, 2021.



FREDERICO, Leonardo
MACHADO, Lucas
lfgomes1@minha.fag.edu.br
lzmachado@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador: FINK, Raquel Lauriano Rodrigues
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho

INTRODUÇÃO

Mandado de segurança é um remédio constitucional que visa garantir o direito líquido e certo daquele que tenha sofrido algum dano ou que esteja em situação de iminente risco de sofrê-lo.

DESENVOLVIMENTO

Nos termos do art. 5º, inciso LXIX da CF/88 “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *"habeas-corpus"* ou *"habeas-data"*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;”



O mandado de segurança é uma garantia fundamental prevista constitucionalmente, que visa garantir direito líquido e certo, ou seja, o direito presumido, que não carece de produção de provas, ao indivíduo que tenha sofrido lesão ou que esteja sofrendo ameaças, por ato ilegal ou abuso de poder de autoridade pública ou agente com atribuição pública. É a medida mais dinâmica e moderna, garantindo maior segurança jurídica ao indivíduo quando não protegido por *habeas corpus* ou *habeas data*, conforme o artigo 1º da Lei 12.016/2009 e o art. 5º, inciso LXIX da CF/88.

Sobre as características do mandado de segurança, este pode ser repressivo ou preventivo. O repressivo é manejado quando o ato ilícito já ocorreu, assim, a finalidade do Mandado é remediar um dano já causado ao indivíduo. Já o preventivo tem o objetivo de remediar um possível ou iminente ato ilícito.

O art. 114 da Constituição Federal, inciso IV afirma a competência da Justiça do Trabalho para julgar o Mandado de Segurança “*quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição”.*

Dentre as hipóteses de cabimento do Mandado de Segurança na justiça do trabalho pode-se mencionar: atos provenientes de ações administrativas, atos de cunho jurisdicional e atos que tenham sido executados na relação de emprego entre trabalhador e empregador público nas situações legisladas pelo direito público.

CONCLUSÃO

O mandado de segurança é um importante remédio constitucional aplicável também à Justiça do Trabalho quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição, trazendo particularidades afetas às relações de trabalho

REFERÊNCIAS

MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO. **Trilhante.** Disponível em: <https://trilhante.com.br/curso/dissidios-coletivos-e-procedimentos-especiais/aula/mandado-de-seguranca-no-processo-do-trabalho-2>. Acesso em 20 de Outubro de 2022
CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 E LEI 12016/09



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

KLEIN, Clovis
HARTMANN,Crislaine
Cjklein_@Hotmail.com
crislaineluizahartmann1@gmail.com
Acadêmicos do Curso de Tecnologia em Agronegócio
Orientador: NAKAMURA,Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ÉTICA NO LOCAL TRABALHO

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado tem objetivo principal tratar sobre a ética, onde a mesma está relacionada ao comportamento humano, com o objetivo de investigação nas ações humanas e seus princípios. Para muitos, Aristóteles foi o primeiro autor a desenvolver pensamentos sobre a ética. Esses pensamentos teriam surgido da reflexão da diferença entre conhecimento teórico e pratico, onde tudo que está associado ao saber humano não estão suscetíveis a demonstrações físicas. Junto a isso vai ser apontado sobre a ética no local de trabalho, onde a mesma organiza as relações internas entre as pessoas e o ambiente de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Dentro do ambiente de trabalho a ética se relaciona as regras de como o individuo deve agir. Ter ética é importante pois dessa forma faz com que as organizações funcionem corretamente e todos que trabalham ali entendam o que é esperado pela empresa.



Figura 1

https://medium.com/@melyssamodesto/%C3%A9tica-no-mercado-de-trabalho-a3ce999efe1b

O sócio de consultoria Renato Santos afirma que, a ética no trabalho é importante, pela questão moral e também por motivos econômicos e de desenvolvimento social, ele diz, “Quando eu tenho profissionais éticos, a chance de ocorrer uma fraude interna, furto, suborno, assédio ou desvio diminui”. Qualquer empresa quer que seus colaboradores sejam éticos, mas algumas empresas optam por colaboradores não éticos, porém os mesmos dão retorno financeiro maior. Com o passar dos anos as empresas mudaram cada vez mais em relações a suas atitudes éticas, onde nos dias atuais está deixando a desejar, assim não saindo ilesa em suas operações podendo sofrer consequências no mercado. A ética profissional é um todo da moral e cultura social dentro do universo corporativo.

A atitude praticada dentro do local de trabalho deve prezar pelo bem-estar e homogeneidade de todos que ali estão, para se ter um ambiente bem apresentável, com postura por parte dos colaboradores e com seus líderes, onde seja um local harmonioso com uma boa produtividade e um ambiente saudável para se trabalhar, apresentando honestidade, justiça e respeito. Com tudo a ética profissional protege todos os colaboradores de situações desconfortáveis, pressão e outras situações indevidas na qual apresentam conflitos de interesse, onde a ética impede que outros possam tirar proveito de informações e até mesmo cargos dentro da organização.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que a ética tanto na vida pessoal quanto na professional é importante, ter atitudes certas, faz a diferença na vida de todos, onde as pessoas são vistas com outros olhos. Essas atitudes também mudam os comportamentos e as relações dentro de uma empresa, com os colaboradores e seus líderes, trazendo assim uma boa relação entre todos e tendo um ambiente saudável produtivo, e tendo em vista no lado pessoal, o relacionamento com as pessoas melhora, onde passa mais confiança e uma boa relação com todos os redor.

REFERÊNCIAS

LINO, Maria Helena. Introdução a Ética em Pesquisa, . Disponível em: http://www.ghente.org/etica/index.htm#:~:text=A%20%C3%A9tica%20pode%20ser%20definida,costumes%20fundamentais'%20de%20determinadas%20sociedades.Acesso em: 20.09.2022

FORTES, P.A.C., ETICA É SAUDE, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5221133/mod_resource/content/0/e%20AULA%201a%20NF%20-%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20%C3%89tica%20-%202020-3.pdf. Acesso em: 21.09.2022.

FUNÇÃO ESTUDAR. O que é ética no trabalho e que práticas éticas devem ser implementadas nas empresas, 2020. Disponível em: https://www.napratica.org.br/o-que-e-etica-no-trabalho/. Acesso em:21.09.2022



RAMOS, Bruna – Acadêmico 1
SOARES, Iolanda– Acadêmico 2
bcsramos@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: WEBLER, Pedro Alouisio
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

INTRODUÇÃO

Desde sempre temos o conhecimento prévio de que toda criança precisa brincar e interagir com o universo infantil que lhe é apresentado, e essas brincadeiras e interações devem acontecer de modo que a criança se distraia e tenha momentos de entretenimento, porém no lado científico a brincadeira tem outras importâncias que são atreladas a diversão e interação social, e o simples brincar é um fator determinante no auxilio do desenvolvimento global das crianças em especial na fase da Educação Infantil.

DESENVOLVIMENTO

É no período da faixa etária de 0 a 6 anos que a plasticidade cerebral dos seres humanos está mais propensa a receber e absorver os estímulos e conhecimentos adquiridos, portanto é na primeira infância que as principais funções cognitivas, motoras e socioemocionais são ativadas, e o que a criança receber do externo terá grande impacto no seu desenvolvimento integral a partir dessa fase.



Figura 1: crianças brincando com areia e sucatas.

O aprendizado da criança não ocorre apenas no âmbito escolar, ela está a todo momento e em todos os lugares apta a receber estímulos que lhe auxiliem no processo de aprendizagem atrelado ao desenvolvimento integral e gradativo. O brincar é direito da criança e está previsto por lei, tão importante quanto alimentação e descanso, e é durante o brincar que a criança descobre suas habilidades e suas limitações, tendo a possibilidade de explorar o conhecimento do seu e do corpo do outro, fortalecendo o seu raciocínio , estimulando a sua criatividade e a imaginação, levando em conta que não é necessariamente os brinquedos que devem ser os prepulsores desses benefícios, como as brincadeiras de faz de conta, de correr, de conviver em grupo, de interagir com a natureza.

Não é necessário ser um recreador infantil para ensinar a desenvolver o brincar nas escolas, mas é necessário que o educador consuma conteúdos e que possa ser sensível para repassar aos alunos a importância da brincadeira não apenas como diversão em ambientes de entretenimento, mas sim como uma importante ferramenta no desenvolvimento integral. O educador pode inserir, contação de histórias, passeios, pinturas livres, confecção de brinquedos com sucatas, e reforçando sempre que a importância não está no preço do brinquedo, e que brincadeiras podem acontecer sem o uso deles, apenas com o criar e imaginar.

CONCLUSÃO

A linguagem da infância é o brincar, e nesses momentos a criança se comunica antes mesmo de desenvolver a fala, e o papel da escola e familia é fazer essa escuta atenta e disposta, demonstrando o afeto e a importância que tem essa interação entre criança/adulto fortalecendo vínculos e gerando confiança, adicionando o conhecimento e possibilidades infinitas de desenvolver e colaborar com a formação desses seres em profunda fase de descobertas, aprender brincando é mágico, lúdico e importante ao mesmo tempo, quem é feliz e acolhido possui capacidades maiores em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. Núcleo de Processamento de Dados. Curso **PEDAGOGIA,** 2022. Disponível em <https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-a-aprendizagem-a-importancia-do-brincar.html> Acesso em : 20.out.2022.



KLAIS, Bruna Thaise
MELLO, Janaina Fernanda
btklas@minha.fag.edu.br
Acadêmicas do Curso de DIREITO
Orientadora: FINK, Raquel Lauriano Rodrigues
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A FLEXIBILIZAÇÃO DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL NO PROCESSO DO TRABALHO EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA

INTRODUÇÃO

A regra geral de competência para o ajuizamento de reclamação trabalhista está definida no art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho (Lei nº 5.452/43), seguindo a circunscrição geográfica no qual atua o órgão jurisdicional, devendo a ação ser proposta no local da prestação do serviço. Entretanto, decisões fundamentadas no princípio do acesso à justiça vêm determinando a harmonização dessa regra à proteção da inafastabilidade jurisdicional, em especial no que tange à hipossuficiência, de modo a permitir ao trabalhador que ajuíze a reclamação na localidade que tenha melhores condições de demandar.

DESENVOLVIMENTO

Como regra geral do processo do trabalho, a competência da Vara do trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestou serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro. O objetivo subentendido desta regra é a facilitação da instrução processual, considerando que as provas, em especial a testemunhal, são encontradas no local da prestação do serviço[1]. Entretanto, a rigidez de tal dispositivo pode colidir com direitos constitucionais e princípios trabalhistas. A hipossuficiência econômica do trabalhador, por exemplo, em atenção ao princípio basilar dessa Justiça Especializada - da proteção ao trabalhador - deve ser considerada para fins de flexibilização da competência para o foro que se afigure mais acessível ao empregado.



Figura 1. Acesso à justiça

É comum que os trabalhadores afastem-se de suas cidades natais em razão do trabalho e, sendo o obreiro a parte mais frágil da relação, não seria razoável admitir que após o rompimento do vínculo laboral, retornando à sua cidade de origem, este não possa ajuizar ação trabalhista no local em que reside, especialmente quando não tem recursos financeiros para demandar no foro do local da prestação do serviço. Nesse sentido, é possível encontrar decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como Tribunal Superior do Trabalho, admitindo o ajuizamento da ação no domicílio do demandante, ainda que não seja o foro da prestação do serviço. Com efeito, dispõe o art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro que “na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”[2], ou seja, o julgador deve valer-se da interpretação sistemática e teleológica das normas, atendendo as premissas da distribuição do importante exercício jurisdicional. Contudo, os juízes devem analisar o caso concreto ponderando a plausibilidade do pedido de flexibilização da competência, com o fito de impedir abuso de direito, ou, ainda, a impossibilidade do direito de defesa pelo demandado.

CONCLUSÃO

A interpretação e aplicação do art. 651, *caput*, da CLT deve, portanto, propiciar ao litigante economicamente fraco condições de acesso à justiça em busca dos seus direitos, devendo ser considerados os princípios fundamentais do valor social do trabalho, dignidade da pessoa humana, bem como o princípio processual da inafastabilidade do acesso ao Poder Judiciário e, em especial, da proteção ao trabalhador. Assim, a construção jurisprudencial que flexibilizou a dogmática imposta pelo mencionado dispositivo, excepcionados os casos de litigância de má-fé ou prejuízo no direito à ampla defesa do demandado, deve ser considerada como viabilidade processual e proteção ao trabalhador.

REFERÊNCIAS

[1]LEITE, C. H. B. Curso de Direito Processual do Trabalho. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. p. 832

[2]BRASIL. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. Promulgada em 04 de setembro de 1942. Atualizada pela Lei nº 12.376, de 30/12/2010.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

PEREIRA ORTOLAN, João Pedro – Acadêmico 1
FILIPE ROMERO, Matheus – Acadêmico 2
aluno@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de DESIGN GRÁFICO
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

JACKSON POLLOCK: O GOTEJADOR ABSTRATO

INTRODUÇÃO

Neste trabalho busca-se analisar a trajetória de Jackson Pollock e suas contribuições para o campo da arte. E também fazer referência a fundamentos antes utilizados por Jackson Pollock que se tornaram comuns no uso de rotina no design. Jackson Pollock um dos pintores mais rebeldes de sua época. Nascendo no ano de 1912, trazia em suas artes um modelo de expressar seus sentimentos momentâneos, usando da técnica de Action Painting. Para ele, a pintura era uma terapia, pois sofria de problemas psicológicos e alcoolismo. Suas obras no entanto, eram numeradas e totalmente abstratas, feitas em um celeiro e com a intenção de ser vista pela sua qualidade e não pela nomenclatura.

DESENVOLVIMENTO

Pollock era um homem diferente, desde o início na arte, já se expressava através da pintura suas preocupações e levando em consideração, expressando seus sentimentos. Foi no conhecimento de teorias como: Carl Gustav Jung, Cézanne e Matisse, começou a expandir seu conhecimento de mundo.



Figura 1: Jackson Pollock em seu estúdio de arte, produzindo mais um quadro

Ademais, com o estudo do Cubismo e Pós-Cubismo, de nomes conhecidos como Pablo Picasso e Joan Miró, conseguiu criar um modelo fora dos padrões, o Expressionismo Abstrato.
Com esse início, Pollock abriu portas para que os artistas da época e atuais, possam se expressar do modo que quiserem. Trabalhos visuais únicos e com um significado próprio, o sentimento de cada artista pelo seu trabalho.

Suas obras eram nomeadas de forma numérica, e em seus trabalhos era possível notar a utilização de texturas, areia, esse material era adicionado em suas obras abstratas pois em um de seus estudos Pollock observa que alguns aborígenes americanos utilizavam o mesmo material para fins artísticos.

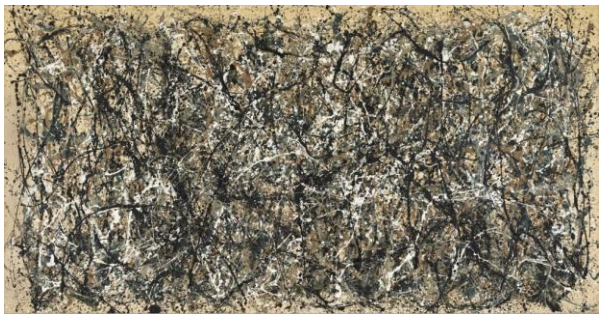


Figura 2: Uma das obras do artista, chamada de: Número 31. 1950.

CONCLUSÃO

Por meio desse ponto, hoje a arte como um todo é viva e eclética: onde todos podem desfrutar-se dos seus estilos favoritos e graças a ela, expor sua vida e suas emoções, sem nenhuma restrição. Em vida Jackson Pollock utilizou fundamentos que futuramente seriam introduzidos em conceitos de design, a utilização de texturas em obras torna a representação fiel a realidade por usar elementos que são comuns aos olhos, adicionando assim uma estética.

REFERÊNCIAS

COTRIM, Cecília e FERREIRA, Glória. **O Legado de Jackson Pollock**. Escritos de Artistas: anos 60/70. Rio de janeiro, Jorge Zahar, 2006.
GOMES DA SILVA, Sara. **Jackson Pollock e a descoberta do inconsciente na arte americana do pós-guerra.** Universidade de Lisboa, 29 de Novembro de 2014.
PAES DE PAULA, Ana Paula. **Jackson Pollock: psicose maníaco-depressiva, corpo e criação**. Reverso vol.38 no.72, Belo Horizonte: dez. 2016.



SILVA, Eduardo
GOMES, Alissane
ersilva9@minha.fag.edu.br
asgomes1@minha.fag.edu.br
Acadêmico do curso de Publicidade e Propaganda
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ANÁLISE DE RECEPÇÃO: ESPETACULARIZAÇÃO DA TELEVISÃO E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta a análise contemporânea a respeito do papel dos telejornais e sua influência na sociedade brasileira, de como estes instrumentos culturais influenciam em pensamentos dos indivíduos.

DESENVOLVIMENTO

A expressão “Quarto Poder”, ao longo dos anos, foi atribuída aos meios de comunicação, principalmente os de grande massa, com enfoque especial no jornalismo. O termo tem como referência os três poderes de uma democracia, que são eles: Legislativo, Executivo e Judiciário. Atualmente, essas narrativas não se mostram distantes, com informações na palma das mãos, o sensacionalismo nos telejornais se torna mais presente, como mecanismo para reter a audiência.



Figura 1: Eloá Pimentel em 2007

Diante desse cenário, no ano de 2007, a estudante Eloá Cristina foi mantida em cárcere privado por 5 dias, pelo - até então - namorado, Lindemberg Fernandes Alves. Neste período, o caso da jovem de 15 anos foi amplamente difundido e explorado. O caso da garota exemplifica a teoria presente no livro Eichmann em Jerusalém, da filósofa alemã Hannah Arendt, que traz a banalização do mal na sociedade. A situação da jovem Eloá foi tão difundida que acabou se tornando algo comum no dia-a-dia dos brasileiros, o mal - cárcere da menina - estava presente na televisão dos brasileiros, tornando-se algo banal.

Da mesma forma, o caso retrata a chamada Agenda Setting, que para a cientista política Noelle Neumann, as notícias são do jeito que os meios de comunicação querem que a sociedade pense a respeito de cada assunto. No caso de Eloá, a mídia da época retratava que o seu ex-namorado - e assassino - estava fazendo aquilo - sequestro - por amor à garota. Isso, em um campo formador de opinião, acaba criando uma imagem até mesmo positiva para o sequestrador.

A forma como a inserção de notícias com cunho violento é feita no cotidiano da população, acaba criando uma cultura, já que acaba fazendo parte do dia-a-dia do receptor, como diz (Barbero; 2000, p.157). Essa cultura, ao ser incorporada no imaginário do indivíduo, começa a criar o pensamento da espetacularização de tragédias e notícias violentas, criando uma sede insaciável de mais reportagens por parte do público.

CONCLUSÃO

Ao finalizar essa análise, é possível compreender melhor a forma como os veículos de comunicação utilizam-se de mecanismos para manipular nossas percepções sobre o meio em que estamos inseridos, criando um pensamento coletivo acerca de temas relevante socialmente, e de como essa formação de pensar pode ser utilizada para criar narrativas e perspectivas que mudam o nosso comportamento e pensamento, um dos meios é através da espetacularização, retratado no caso de Eloá.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. As Origens do Totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1979;
(BARBERO; 2000, p. 157).
NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. A espiral do silêncio: opinião pública - nosso tecido social. Tradução: Cristian Derosa. São Paulo: Estudos Nacionais, 2017.
(Traquina, 2000, p.57)



HINTZ, Gustavo
TOMAZELI, Leonardo
gfhintz1@minha.fag.edu.br
ltomazeli@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do curso de Gestão Financeira
KINZLER, Edina Carine de Souza
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR MEIO DE INDICADORES

INTRODUÇÃO

A importância dos indicadores para a Contabilidade é conhecida e considerada fundamental à gestão das empresas, assim como para situar as ações das empresas em relação aos seus concorrentes. Entretanto, poucos são os estudos diferenciados que buscam conhecer as especificidades das organizações para a aplicação dos mesmos. Olinquevitch e Santi Filho (2004, p.32) reforçam este entendimento, comentando sobre as diferenças nas atividades operacionais, e sobre a especificidade da empresa para avaliação. Ressaltam as várias dúvidas geradas quanto à escolha de indicadores na hora de se avaliar diferentes tipos de empresas, tendo como premissa que a avaliação de desempenho como fator relevante para continuidade das empresas apresenta inúmeras alternativas para análise.

DESENVOLVIMENTO

Para melhor análise e avaliação do desempenho das organizações tem se utilizado pesquisas por meio das demonstrações contábeis. Zuckerman (1995) afirma que as demonstrações financeiras são importantes para indicação dos riscos envolvidos na exposição de crédito, mas elas não podem ser consideradas além de outros fatores. São significantes quando são analisados para revelar tendências operacionais com o passar do tempo, não só a condição financeira na data em que a demonstração estava preparada.



Figura 1- Indicadores financeiros e econômicos
Fonte: https://www.istockphoto.com/br/foto/indicadores-financeiros-gm1030521610-276099596

Os métodos utilizados para essas análises são chamados de análise vertical e análise horizontal, ou melhor, as análise de porcentagem. Podemos também chamar essas técnicas como as mais comuns para auxiliarem durante a análise. Segundo Iudícibus (1998), a técnica de análise das demonstrações dor meio dos indicies foi um marco importante para a contabilidade, pois os mesmos permitem com que o analista retrate o que aconteceu no passado da empresa e forneça algumas bases que possam ajudar de forma positiva no futuro da empresa.

CONCLUSÃO

Podemos, assim, mensurar a capacidade da empresa na geração de lucro através de indicadores. Os mesmos que nos ajudarão a ver o seu real desempenho. Só assim saberemos se as finanças da empresa estarão positivas ou negativas, nos auxiliando na tomada de decisão de curto, médio e longo prazos.

REFERÊNCIAS

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços: análise de liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

OLINQUEVITCH, José Leônidas; SANTI FILHO, Armando de. Análise de balanços para controle gerencial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZUCKERMAN, Marc A. Automating financial statement analysis. Business Credit, NewYork, v. 97, n.5, p. 29, May 1995.



SCHAEFER, Alexsandro
PANDINI, Lucas
aschaefer@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Agronegócio
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

INTRODUÇÃO

O assédio moral no trabalho pode ser entendido como uma espécie de violência ao empregado, ocorre em empresas de todas as áreas no mundo, sendo a exposição dos trabalhadores a situações constrangedoras e humilhantes, de forma repetitiva e prolongada no exercício de suas atividades, que na maioria das vezes acontece isoladamente e pode vir a comprometer a saúde física e mental dos colaboradores que foram assediados, causando insegurança e comprometendo o desempenho do trabalhador de forma significativa.

DESENVOLVIMENTO

O assédio moral pode ser caracterizado em diversas situações como por exemplo exigir metas exorbitantes, expondo o colaborador ao constrangimento, ou delegando tarefas a baixo do seu cargo. Geralmente o assédio vem de cima para baixo em questão da hierarquia da empresa, porém isto não é uma regra e pode ocorrer de funcionário para patrão. para se caracterizar um assédio, não se pode basear-se em um ato isolado, mas sim em uma sequência de fatos.



Figura 1: Exemplo de assédio moral empresarial.

Após o recebimento de alguma denúncia a empresa deve apurar a acusação em um relatório de ocorrências e caso o fato for comprovado a empresa se responsabiliza em punir o funcionário que foi acusado, sendo com um desligamento ou com a perda de sua atual função. Apesar do assédio ter como principal afetado o funcionário que o sofreu, pode trazer várias consequências para a própria empresa, manchando sua imagem e lhe causando a perda de credibilidade no mercado.

"Além disso, algumas situações mais sérias podem causar danos à saúde psicológica e física do funcionário, bem como comprometer as suas relações afetivas e sociais, e, em situações extremas, gerar a sua incapacidade para o trabalho, e até a morte. Diante da sua seriedade, essa prática deve ser devidamente reprimida pelos funcionários e pela própria empresa, devendo ser criado um ambiente de trabalho saudável para todos", Carlos Henrique Cruz, 2022.

CONCLUSÃO

A empresa deve se comprometer e fiscalizar seus funcionários de forma correta e auxiliá-los devidamente para que não ocorra o assédio, evitando assim uma frustração de seus funcionários e até mesmo da reputação da empresa, e colaborando para um ambiente de trabalho politicamente correto. Visto que o assédio traz inúmeras consequências tanto para os funcionários quanto para a empresa.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Carlos. chcadvocacia.adv.br : o que caracteriza assédio moral no trabalho?, 2022. Disponível em: chcadvocacia.adv.br.

DAU, Gabriel. jornalcontabil : o que é assédio moral no trabalho?, 2022. Disponível em: djornalcontabil.com.br



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ALEXSANDRO, Gabriel
CORDEIRO, Daniel
gabriel@minha.fag.edu.br
dccosta2@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Publicidade e Propaganda
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

UM ESTUDO DE RECEPÇÃO DA CAMPANHA NEW COKE DURANTE A GUERRA DAS COLAS

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda, a análise de recepção de uma campanha movida pela empresa Coca-Cola durante a década de 80, a campanha New Coke.Tendo como intuito, recuperar o espaço de mercado perdido, que havia sido conquistado por sua principal concorrente, a Pepsi. Com essa motivação a empresa Coca-Cola lançou ao mercado um novo produto com uma nova fórmula, chamado “New Coke”, que acabou não sendo muito bem recebido.

DESENVOLVIMENTO

No período de 1985, durante a grande guerra das colas, a Coca-cola já tinha perdido consideravelmente seu espaço no mercado, e sua concorrência continuava crescendo cada vez mais. Na tentativa de conseguir superar a Pepsi, a Coca-cola desenvolveu um novo produto com uma nova fórmula. Assim foi desenvolvido a campanha da New Coke, trazendo ideias e visões diferentes, como por exemplo tentar alcançar o público mais jovem. Na tentativa de impulsionar as vendas do novo produto, a Coca-cola usou de estratégia, retirar a versão tradicional do mercado, substituindo radicalmente pela New Coke.

Figura 1: Campanha New coke



Fonte: LIGAÇÕES E CARTAS FURIOSAS: COMO A NEW COKE REVOLTOU OS AMANTES DA BEBIDA MAIS FAMOSA DO MUNDO

Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/ligacoes-e-cartas-furiosas-como-a-new-coke-revoltou-os-amantes-da-bebida-mais-famosa-do-mundo.phtml

A recepção dos consumidores, sobre a campanha, teve uma grande rejeição do público, mesmo com um resultado de uma pesquisa, e a fórmula da New Coke sendo aprovada pela maioria, o produto tinha grandes expectativas para seu lançamento no país. O mercado americano recebeu bem a New Coke - que até teve um bom desempenho em vendas no início -, mas que não esperavam que a original fosse substituída, assim deixando muitos americanos revoltados e desapontados. Ao observarmos a concepção antropológica de cultura de Martin Barbero (1997), ela se trata de crenças, valores, memórias, experiências, narrativas, músicas, atividades como bordar, pintar, ou seja, alargando o conceito de cultura, dando uma noção de cultura diferente, assim começa a entender que, se era cultura, estava dentro da vida cotidiana.

Desse modo, podemos analisar que o refrigerante tradicional fazia parte da cultura dos consumidores, desta forma ao receberem a campanha da New coke e a retirada da Coca-cola tradicional, trouxe um grande descontentamento, muitos americanos se mobilizaram pelo retorno do refrigerante tradicional, assim surgindo os “advogados” da marca, que na visão de Philip Kotler, 2017, 33p. “ A fidelidade é, em última análise, definida como disposição para defender a marca”. Logo após muita repercussão negativa, foi lançado novamente o refrigerante tradicional, aos poucos a New Coke saiu do mercado.

CONCLUSÃO

Concluímos com a nossa análise de recepção, que mesmo uma marca tendo uma estratégia e pesquisas que possam apresentar resultados positivos e favoráveis, nem sempre significa que será recebido desta mesma forma, como observado, a empresa não previu o apego emocional e cultural que o seu produto tinha pela população. Por isso sempre procurar compreender a forma de recepção do consumidor, e o que pensa sobre a marca.

REFERÊNCIAS

Cola Wars. Direção History. Estados Unidos, 2019. Documentário (124 min.) Disponível em: <https://vimeo.com/398646646> Acesso em: 09 de set. de 2021

KOTLER, Philip. Marketing 4.0: do tradicional ao digital. Sextante, 8 de agosto de 2017

MARTIN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

O que o caso New Coke ainda pode ensinar. Mundo do Marketing, 2010. Disponível em: <https://www.mundodomarketing.com.br/reportagens/planejamento-estrategico/16347/o-que-o-caso-new-coke-ainda-pode-ensinar.htm> Acesso em: 12 de set. de 2021



A ORIGEM E A IMPORTÂNCIA DO ABÁCO

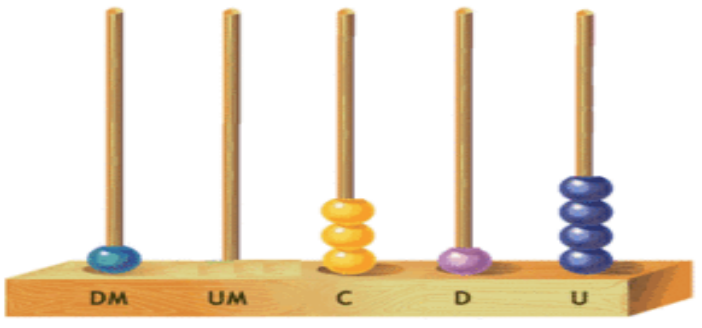
SILVA, Andrieli Pereira da
AGUIAR, Bruna de Oliveira
boaguiar@minha.fag.edu.br
apsilva25@minha.fag.edu.br
Acadêmicas do curso de Pedagogia
Orientador: AMARAL, Edna H. Schaeffer.
Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz

INTRODUÇÃO

O ábaco é um instrumento criado há mais de mil anos atrás com o objetivo de auxiliar em cálculos matemáticos mais complexos, antigamente o princípio da ideia de utilizar o ábaco era de agrupar quantidades em bases pré-estabelecidas e se necessário, trocá-las, fazendo a correspondência um a um dos objetos ou números. A origem da palavra ábaco não é certa, alguns acreditam ter origem ao semita *abac*, poeira; outros acreditam que vem do grego *abax*, placa**.** (CARDOSO, 1995) O objetivo desse estudo é apresentar o ábaco e mostrar como ele pode contrbuir no ensino da matemática. Para tanto será utilizado o estudo exploratório através de revisão de literatura, baseado em publicações já realizadas acerca da temática em estudo.

DESENVOLVIMENTO

Os primeiros ábacos eram pequenas bandejas de areia e com o passar do tempo, foram substituídas por placas de madeira com pinos na qual colocavam argolas, porém, não poderia ter mais de 9 argolas no mesmo pino, desse modo, a cada 10 argolas no pino da unidade temos uma dezena. Para realizar as contas no ábaco foi criado uma posição dos valores, ou seja, o valor do número irá depender de sua posição no ábaco. De acordo com Cardoso (1995) o ábaco é utilizado em sala de aula para facilitar a compreensão dos alunos em relação ao nosso sistema de numeração, a base 10, valor posicional dos algarismos e também para realizar as operações, podendo ser utilizado em unidade, dezena, centena, unidade de milhar, dentre outras.



Fonte: MARCIANO, Elainy, 2020.

Para trabalhar o ábaco com as crianças é importante que elas compreendam o que os números representam, ou seja, se o número for o zero a casa deve ficar vazia. Um exemplo de atividade para introduzir o ábaco é realizar a contagem de alunos presentes e representar com o ábaco, deixando que os próprios alunos façam essa contagem e a representação no material. As crianças podem também criar seu próprio ábaco com materiais recicláveis. Existem vários tipos de ábacos, entre eles estão: Ábaco Romano, Ábaco Grego, de pinos e também ábacos para cegos. O ábaco mais utilizado em sala de aula é do tipo de pinos aberto, nele as grandezas são distribuídas da direita para a esquerda, além disso ele ajuda a desenvolver o raciocínio lógico, percepção e coordenação motora.

CONCLUSÃO

O ábaco como material de ensino nas séries iniciais ajuda a mostrar aos alunos as operações básicas, deixa possível a visualização de cada operação. A metodologia do ábaco tem a função de desenvolver a agilidade em efetuar cálculos mentais, melhorar, a concentração, além de estimular o raciocínio lógico sendo um recurso prático que colabora na resolução de problemas.

REFERÊNCIAS

Silva, Dalmo Rodrigues da. **Ábaco: prática pedagógica matemática.** Gama, DF: UNICEPLAC, 2021. 23 p. 1. Matemática. 2. Ábaco. 3. Prática pedagógica. I. Título.

CARDOSO, V. C.. Materiais Didáticos para as quatro operações, São Paulo, 2ª edição, IME-USP, 1995.



LENZ, Gabriel Renato
LEMES, Wellington Ricardo de Freitas
wrflmes@minha.fag.edu.br
grlenz@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientadora: LENHART, Luciana Elizabete
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

CÉDULA DE PRODUTO RURAL VERDE

INTRODUÇÃO

A questão ambiental não para de ser discutida, sendo concebida como uma responsabilidade estatal no que concerne a gerir o domínio econômico de forma a se coadunar com os preceitos da proteção ao meio ambiente global. Nesse contexto, foi instituída a Cédula de Produto Rural Verde (CPR-V), pela Nova Lei do Agro nº 13.986/2020 e regulamentada através do Decreto nº 10.828/21, tratando-se de um título de crédito verde inovador, com finalidade de financiar as atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e seus biomas.

DESENVOLVIMENTO

O art. 1° do Decreto n°. 10.828/2021 *in verbis*, assim determina: "*Este Decreto regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural - CPR, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994".*



Figura 1: A nova Cédula do Produto Rural Verde.

Nessa caracterização do título, em vez de comprometimento com a entrega do resultado da produção, o produtor rural dá como garantia ao recebimento em dinheiro, a manutenção de determinada área de conservação ambiental. Trata-se de uma concretização da promessa, originada no Código Florestal, de instrumentalizar e simplificar o pagamento por serviços ambientais (PSA) e que dará lastro a operações relacionadas a esses serviços de proteção ambiental. A criação da CPR-V objetiva incentivar os atores do agronegócio a investir na transição para uma agricultura de baixo carbono e, principalmente, na recuperação e preservação de áreas degradadas.

Farão parte na operarão de forma voluntária: Os produtores do serviço ambiental (emitentes da CPR-V); Os agentes compradores desse serviço ambiental, podendo ser, interessados que gerem externalidades negativas (indústrias) e que desejam, portanto, neutralizá-las. Ainda, entidades privadas de certificação da CPRV e autorizadas pelo Banco Central do Brasil para registro do título.

CONCLUSÃO

O setor agrário vem se transformando de uma atividade essencialmente primária para um setor econômico altamente inovador e desenvolvido. A Cédula de Produto Rural Verde possibilita que, a partir do direito de propriedade, se gere retorno financeiro, por práticas consideradas sustentáveis no campo, ao pagar o produtor pelos serviços ambientais por este prestados, inclusive servindo de incentivo financeiro para o mesmo ampliar essa atividade, sendo um título inovador, que veio de forma benéfica auxiliar o agronegócio e a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

NATIVA, Mata. **Artigo – Cédula do Produto Rural Verde.** Disponível em: https://matanativa.com.br/cedula-produto-rural-verde/. Acesso em outubro de 2022;

POLETTI, Claudinei Antonio. **CPR – Nova Cédula de Produto Rural. As mudanças introduzidas pela Lei do Agro e pela Lei 14.112/20**. Campo Grande: Contemplar, 2022.

RURAL.COM.BR, Direito. **Artigos – CPR Verde uma nova modalidade de renda para o produtor rural**. Disponível em: https://direitorural.com.br/cpr-verde-uma-nova-modalidade-de-renda-para-o-produtor-rural/ Acesso em outubro de 2022.



NASCIMENTO, Lucas Eduardo
lfdnascimento@minha.fag.edu.br
PREUSSLER, Luiz Henrique Galli
lhgpreussler@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito - FAG
Orientador: PERLIN, Edson
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

PECULATO DIGITAL

INTRODUÇÃO

Previsto no artigo 313-A, do CP, o peculato digital será o tema abordado no presente banner, onde, iremos discernir referente as suas condições principais que devem ser preenchidas para que haja o crime descrito no referente artigo, este crime se consuma apenas para casos que haja participação de funcionário publico, tendo em vista que o mesmo se utiliza deste benefício para cometer crimes que se derivam da vantagem de seu cargo.

DESENVOLVIMENTO

Hoje em dia os serviços públicos são muito burocráticos, isso acaba favorecendo os crimes praticados por funcionários públicos. Tendo em vista que muitas vezes por tão complexas serem as demandas, não são auditadas ou fiscalizadas com a devida qualidade, como os órgãos não conseguem fiscalizar todos os funcionários, principalmente aqueles que detém acesso aos sistemas para inserção ou modificação, o sistema fica vulnerável à este tipo de crime que está previsto no artigo 313-A, do CP.

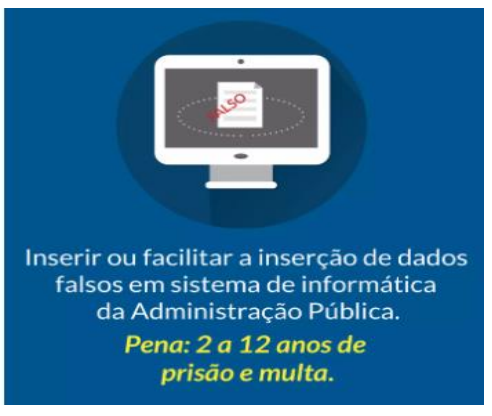


Figura 1: https://www.politize.com.br/peculato-o-que-e/

Art. 313-A, do CP: Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano:
Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

As condições do peculato eletrônico são: 1) Ser feito por funcionário público, crime este próprio e formal. “O artigo 327 do CP, define funcionário público como: Todo aquele que exercer, de algum modo, a função pública ou qualquer cargo ou emprego público, mesmo em caráter transitório e independentemente de remuneração. 2) O ato do funcionário público de inserir ou modificar dados falsos nos sistemas dos órgãos públicos, como possui autorização para poder modificar ou inserir novos dados, ele se aproveita do livre acesso e vem a utilizar-se dos dados modificados ou inseridos para seu proveito ou de outrem. Como exemplo temos um funcionário público do INSS que insere dados falsos no sistema da autarquia previdenciária.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que os órgãos públicos deveriam ser mais fiscalizados e que tivessem mais agilidades em seus processos, com a digitalização para poderem fiscalizar mais e em mais quantidades. Mencionamos somente uma autarquia que poderia ser um crime, porém quantas outras ainda temos, sejam eles órgãos policiais entre outros.

REFERÊNCIAS

Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/53507/crimes-contra-a-administrao-pblica-a-distino-dos-sujeitos-ativos-dos-tipos-penais-dos-artigos-313-a-e-313-b-do-cdigo-penal, Acesso em 19/10/2022.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm, Acesso em 19/10/2022.

Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/peculato-digital, Acesso em 19/10/2022.



DUTRA, Gustavo Quevedo Domingues
gqddutra@minha.fag.edu.br
Acadêmico do Curso de Direito - FAG
GOETZ, Lucas Rafael
lrgoetz@minha.fag.edu.br
Acadêmico do Curso de Direito - FAG
Orientador: PERLIN, Edson
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

Artigo 331 do Código Penal: desacato ou excesso de poder?

INTRODUÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou, na sexta-feira do dia 19 de junho de 2020, que desacato (art. 331 do CP) é crime recepcionado pela Constituição Federal. Ainda, por 9 votos a 2, por meio da sessão virtual da Corte, o colegiado entendeu que, para se considerar cometido o delito, é preciso verificar o desprezo pela função pública. Detalhe este que merece total atenção, já que, segundo a OAB, tal dispositivo legal coloca os servidores públicos em demasiada "superioridade". O caso foi julgado na arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 496, apresentada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tendo por objeto o art. 331 do Código Penal. O dispositivo dispõe que “desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela” e determina detenção de seis meses a dois anos ou multa como pena. A OAB alegava que a tipificação de crime coloca os servidores públicos em condição de superioridade em relação aos outros cidadãos.

DESENVOLVIMENTO

Barroso afirma que os casos citados pela OAB como precedentes não têm relação com o contexto brasileiro. "A jurisprudência desta Suprema Corte é extremamente ampla em matéria de liberdade de expressão, aí incluído o direito à crítica veemente. Desse modo, o precedente invocado não guarda relação com a alegação de inconstitucionalidade, total e em abstrato, do tipo penal do art. 331 do Código Penal”, escreveu Barroso. O relator diz, ainda, que a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem destacado que a liberdade de expressão não é um direito absoluto e que, em casos de grave abuso, faz-se legítima a aplicação do direito penal para a proteção da honra, devendo as medidas serem avaliadas com cautela. “Ao atuar no exercício de sua função, o agente público representa a Administração Pública, situação que lhe sujeita a um regime jurídico diferenciado de deveres e prerrogativas”, disse.



Figura 1: Desacato

Ao divergir, Fachin afirmou que “não se invocam direitos fundamentais para descumprir direitos humanos. Direitos humanos são direitos fundamentais.” O ministro afirma que o tipo de desacato é demasiadamente aberto e não permite distinguir críticas de ofensas. “Ainda que se adote a interpretação defendida pelo Relator, no sentido de não se admitirem ofensas praticadas na imprensa, nem as que sejam feitas longe da presença do funcionário público ou quando fora do exercício de suas atribuições, a abertura do tipo não esclarece se ação não se sobrepõe a outras condutas, como a de resistência ou a de desobediência”, argumenta.

De acordo com Fachin, o fato de a Corte jamais ter se manifestado sobre a compatibilidade do artigo 331 do Código Penal brasileiro com a Convenção Interamericana não exime o Estado brasileiro de fazê-lo. Em dezembro de 2016, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) também analisou o tema, tendo concluído, no entanto, de forma diversa. A 5ª Turma da Corte decidiu que esta tipificação penal está na contramão do humanismo, porque ressalta a preponderância do Estado, personificado em seus agentes, sobre o indivíduo. Para os ministros do STJ, a manutenção da prática como crime é incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos, que se manifestou no sentido de que as leis de desacato se prestam ao abuso, como meio para silenciar ideias e opiniões consideradas incômodas pelo establishment, bem assim proporcionam maior nível de proteção aos agentes do Estado do que aos particulares, em contravenção aos princípios democrático e igualitário.”

CONCLUSÃO

Bem, o artigo 331 do Código Penal é de extrema importância para nossa sociedade como um todo, pois sua função é proteger a Administração Pública e sua honra. Protegê-los significa beneficar o bem comum, a coletividade e o interesse público. No entanto, devemos ter cuidado para que sua finalidade não se perca no excesso de autoridade e na abstração demasiada da lei, levando assim à insegurança jurídica e à violação dos direitos fundamentais, direitos estes como a liberdade de expressão, de crítica e da vigilância dos cidadãos ao correto e eficiente desempenho do Estado em relação as suas funções.

REFERÊNCIAS

POMPEU, Ana e CARNEIRO, Luiz Orlando. STF decide que desacato é crime recepcionado pela Constituição de 1988. JOTA, 2020. Disponível em: https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-decide-que-desacato-e-crime-recepcionado-pela-constituicao-de-1988-19062020. Acesso em: 15/10/2022.



ALEGRE, José Augusto Risato Munhoz
GREGÓRIO, Mirella Lunkes
jarmalegre@minha.fag.edu.br
mlgregorio@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador: MAFFEI, Eduardo
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

CONSEQUÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO NO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

INTRODUÇÃO

O conceito do contrato de compra e venda se dá pelo livre consentimento de ambas as partes em realizar um negócio jurídico. Tal contrato deve ser bilateral (devedor e comprador) e oneroso, surgindo assim, a obrigação de dar coisa certa ou incerta à uma parte e a obrigação de pagar o preço à outra. O presente trabalho tem o escopo de demonstrar quais as medidas cabíveis, pelo credor, quando o devedor se torna inadimplente. A metodologia de pesquisa empregada é o levantamento bibliográfico.

DESENVOLVIMENTO

O contrato, segundo o doutrinador Carlos Roberto Gonçalves, “[...] é uma espécie de negócio jurídico que depende, para a sua formação, da participação de pelo menos duas partes. É, portanto, negócio jurídico bilateral ou plurilateral.” Para sua formação faz-se necessário, como primeiro elemento, que haja a manifestação da vontade de ambos os contratantes. O escopo de um negócio jurídico é adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos. O contrato pode ser entendido como o instrumento utilizado, pelas partes, para originar obrigações (dar coisa certa ou incerta, fazer e não fazer).

No contrato de compra e venda, previsto no artigo 481 do Código Civil, “[...] um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro”. Para que o contrato de compra e venda se conclua é preciso haver três elementos: coisa, preço e vontade. Nem sempre, no entanto, as partes cumprem o que acordaram, quer dizer, cumprem a obrigação estipulada no contrato. Esse fenômeno é denominado inadimplemento e pode ser dividido em relativo ou absoluto. Segundo Carlos Roberto Gonçalves “o inadimplemento é relativo no caso de mora do devedor, ou seja, quando ocorre cumprimento imperfeito da obrigação, com inobservância do tempo, lugar e forma convencionado” O absoluto é quando a obrigação não foi cumprida e não poderá ser de maneira útil ao credor. A fim de evitar o inadimplemento da obrigação principal surge a Cláusula penal, que é considerada uma obrigação secundária, pela qual fixa-se determinada multa ou pena caso o devedor não cumpra com o que está obrigado. Segundo Carlos Roberto Gonçalves quando uma das partes se torna inadimplente há duas maneiras da outra parte ser ressarcida:

1- Executar a cláusula penal, pois ela é um título executivo extrajudicial, portanto não é necessário que o credor alegue prejuízo. Conforme GONÇALVES:“ Quem pleiteia perdas e danos pretende, pois, obter indenização completa de todos os prejuízos sofridos e comprovados. Há casos em que o valor desta já vem estimado no contrato, como acontece quando se pactua a cláusula penal compensatória”

2- Caso a Cláusula penal for infrutífera para sanar os prejuízos sofridos pelo credor e estiver, expressamente, no contrato, que poderá pleitear perdas e danos além do fixado na cláusula penal, poderá ingressar com um processo de conhecimento a fim de obter, com a sentença, um título executivo judicial.

CONCLUSÃO

O contrato de compra e venda está elencado no Código Civil nos artigos 481 ao 532, abrangendo todas as características e especificações necessárias, igualando comprador e devedor frente a justiça. O código traz, também, a possibilidade de pleitear em juízo uma dívida não paga ou uma obrigação contratual não cumprida. Os legisladores, prevendo obstáculos contratuais, elaboraram uma cláusula que facilita a solicitação do cumprimento da obrigação (cláusula penal) e, para os contratos que não abarcam cláusula a respeito do pagamento compensatório do não cumprimento obrigacional, pode, o credor, pleitear perdas e danos, por meio do procedimento comum, ao juízo.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro – volume 2: teoria geral das obrigações. – 18. Ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro – volume 3: contratos e atos unilaterais. – 18. Ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.



OLIVEIRA, Bárbara
bmoliveira6@minha.fag.edu.br
Acadêmica do Curso de Design Gráfico
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

MATISSE EM OPOSIÇÃO AO FEMVERTISING

INTRODUÇÃO

Através desta breve pesquisa busca-se refletir sobre as muitas obras de Henri-Émile-Benoît Matisse (1869 - 1954) que representavam os corpos femininos que seguiam o padrão de beleza vigente na época. Esses corpos representavam Odaliscas em poses que traziam um misto de sensualidade e tranquilidade. Em contrapartida, dois séculos mais tarde ainda é possível encontrarmos propagandas que se apropriam da objetificação da mulher para venda de bens de consumo. São modelos exibindo corpos esculturais semi nus para chamar atenção, principalmente, o público masculino. Estas representações criam uma idealização da mulher como um ser subserviente aos desejos do sexo oposto. Neste contexto, nasce o conceito de femvertising, feminine (feminino) e advertising (anúncio).

DESENVOLVIMENTO

Pele branca, coxas grossas, grandes seios e cintura larga definiram o padrão de beleza no século XIX. Neste período o artista Matisse (influenciador do movimento Fauvista) recorrentemente representava odaliscas (escravas de haréns turcos) com este estigma corporal. Estas obras sempre as retratavam em poses sossegadas, remetendo a conforto e sensualidade. Na composição de cores, um toque marcante de vermelho denota a simbologia da chama que mantém vivo o desejo, enquanto que os demais tons trazem à tona a sutileza da imagem.



Figura 1: Odalisca de braço levantado.

Ainda hoje, a objetificação e idealização da mulher é um assunto que não sai de pauta. Há tempos vemos propagandas onde as mulheres estão em uma posição para servir e agradar ao homem. Esta é uma realidade não apenas da publicidade, mas também uma cultura onde o machismo é predominante. Pensando nisso, o termo femvertising, neologismo das palavras feminine (feminino) e advertising (anúncio), representa a publicidade do empoderamento feminino desenquadrando a perspectiva errônea dos estereótipos perante a mulher.

93% das mulheres brasileiras não se sentem representadas pela propaganda, segundo mostrou uma pesquisa do Instituto Locomotiva. Pensando nisso, marcas como Natura, Avon, Gillette Venus, C&A, entre outras, colocaram o femvertising em prática em seus marketings, desmascarando o padrão alusivo criado ao longo do tempo de como deveria ser a mulher. Apesar da boa intenção, ainda não impactaram o público em massa, visto que ainda existe a ideia irreal do assunto em questão. Existe uma contradição na comercialização dos produtos das marcas citadas, uma vez que são produtos estéticos o que salienta o empoderamento feminino com sustentação em como a mulher se produz.



Figura 2: Propaganda Avon.

CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados é verídico afirmar que a luta pela desconstrução do que se estabeleceu como a forma física ideal é constante. A difusão dos conceitos de femvertising e feminismo são de suma importância para a evolução humana enquanto indivíduos sociais, reforçando a importância e respeito aos seus corpos.

REFERÊNCIAS

SILVA. Raquel Salles: Corpo Feminino na Publicidade – Percepções Feministas Sobre o Femvertising Como Eu Vejo o Que Dizem Que Me Representa. 22/06/2019. Porto Alegre - RS
ALMEIDA. Beatriz: Femvertising: o empoderamento feminino no marketing e propaganda. 03/03/2021. Florianópolis - SC.
MASON. Antony: Uma Introdução à Vida e Obra de Matisse. 2001. São Paulo - SP.
JULIO, Carlos Alberto e MEIRELLES, Renato: Quem é o consumidor brasileiro? 2017. São Paulo - SP.



Kunzler, Ana – Acadêmico 1
SOARES, Iolanda – Acadêmico 2
aluno@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: PAIVA, Gabriel
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

APRENDIZAGEM ATIVA: METODOLOGIA BASEADA EM PROJETOS

INTRODUÇÃO

Desde o momento em que nascemos e no decorrer da vida aprendemos ativamente, seja pelo contato que temos com o objeto ou com aquilo que nos é apresentado por meio de outra pessoa. Para cada etapa de aprendizado há um desafio que exige esforço, e aos poucos vamos avançando com as tentativas que fazemos sobre as situações e, assim, o processo de aprender vai sendo internalizado, ou modificado, em cada busca. Uma das possibilidades de desenvolvimento de práticas de aprendizagem ativa é a metodologia baseada em projetos.

A METODOLOGIA BASEADAS EM PROJETOS.

Para Bacich e Moran (2017, p.60), a aprendizagem baseada em projeto é “uma metodologia de aprendizagem em que os alunos se envolvem com tarefas e desafios para resolver um problema ou desenvolver um projeto que tenha ligação com a sua vida fora da sala de aula”. Os projetos podem ser classificados em função dos seus objetivos: explicar algo que já se conhece (projeto pedagógico), de pesquisar uma solução (cientifico) ou construir um novo produto ou processo (criativo) (BACICH; MORAN, 2017).



Fonte 1. Aprendizagem baseada em projetos.

Alguns exemplos de atividades, a partir de Bacich e Moran (2017), são atividades para motivação e contextualização; atividades de brainstorming; atividades de registros e reflexão; atividades de melhoria e ideias; atividades de produção e atividades de publicação e apresentação do que foi gerado.

CONCLUSÃO

Na metodologia ativa, o aluno é personagem principal e o maior responsável pelo processo de aprendizado. Umas das possibilidades metodológicas de tornar o estudante protagonista no processo de ensino aprendizagem é proposta referendada por Bacich e Moran (2017), a metodologia a partir de projetos. Ainda há muito a ser pensado, e praticado, por educadores, tendo como horizonte o estudante protagonista e a metodologia apresentada é uma delas.

REFERÊNCIA

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem téorico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.



BARBOSA, Amanda – Acadêmico 1
BOFF, Vinicius– Acadêmico 2
vabboff@minha.fag.edu.br
agbbispo@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador: SCHNEIDER, Charles
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos e as mudanças socioeconômicas, estabeleceram-se novas formas de trabalhos e relações empregatícias, dentre elas, destacando-se a uberização, que consiste em uma forma de trabalho por aplicativos, idealizada pela empresa Uber. Essa forma de trabalho reduz o trabalhador a um trabalhador just-in-time, acarretando uma precarização do serviço na medida que a plataforma desvia-se das práticas habituais de trabalho e encontra lacunas na lei, de maneira que consegue se eximir de responsabilidades trabalhistas para com seu colaborador..

DESENVOLVIMENTO

A uberização do trabalho trata-se de um trabalho sob demanda via aplicativo, cujo funcionamento se dá pela disponibilização de trabalho de forma flexível, conectando o cliente ao trabalhador vinculado no aplicativo, conforme a necessidade do consumidor, destacando-se a Uber por sua rápida expansão no mercado (BABOIN, 2017).



Figura 1: Carteira de Trabalho brasileira

O vínculo empregatício trata-se de um contrato que estabelece as ligações entre o empregador e o empregado, Dessa forma, conforme o art. 3° da CLT, os requisitos para a caracterização de vínculo empregatício se dão desde que reunidos seus cinco elementos fático-jurídicos constitutivos: a prestação de trabalho por pessoa física, pessoalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade (DELGADO, 2019).

Na prática, o não reconhecimento do vínculo empregatício acarreta, apenas, em uma alta lucratividade para a empresa do aplicativo, enquanto que provoca uma precarização do trabalho, visto que os trabalhadores vinculados à uberização submetem-se à ganhos insatisfatórios, para um serviço que não lhes fornece a devida garantia e segurança.

Portanto, torna-se claro que o trabalhador por aplicativo se encontra na posição de vulnerabilidade, necessitando se sujeitar às situações precárias dos meios de trabalho trazidos pela uberização, uma vez que não tem reconhecido o seu vínculo empregatício. Dessa forma, necessita-se uma estruturação e regularização dessas relações de trabalho, de modo que o lucro não suprima os aspectos de proteção social do trabalhador na relação de emprego.

CONCLUSÃO

Este banner, trouxe o conceito de uberização e seus meios de trabalho, além da demonstração dos requisitos necessários para se estabelecer vínculo empregatício, foram elucidados. Com isso, foi possível observar as relações entre os trabalhadores e as plataformas e compreender os prejuízos que a ausência desse vínculo acarreta, bem como demonstrar a importância de seu reconhecimento.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Mauricio G. Curso do direito do trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

BABOIN, José C. C. Trabalhadores sob demanda: o caso Uber. Revista TST. Brasília, v. 83, n. 1, p. 330-362, Jan/Mar 2017.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

FERETI, Gustavo
BIRCK, Tânia P.
gfereti@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Gestão em Agronegócio
Orientador: NAKAMURA, Dulce A.
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

O QUE É GPTW?

INTRODUÇÃO

A consultoria Great Place to Work (GPTW) ou “Melhores Lugares para Trabalhar” foi criada na década de 80 pelo jornalista Robert Levering, que publicava assuntos sobre conflitos no trabalho. A empresa tem por objetivo identificar as organizações que favorecem um bom ambiente de trabalho para seus funcionários, dito isso, neste presente banner iremos descrever o histórico de criação do selo e seus principais pontos.

DESENVOLVIMENTO

Em seu trabalho, Robert Levering foi convidado a escrever um livro referente as melhores empresas para se trabalhar nos EUA, porém de acordo com ele não havia nenhuma empresa de qualidade na visão dos funcionários. Levering aceitou escrever o livro, porém do seu jeito, fazendo entrevistas sigilosas com colaboradores de diversas empresas do país. Nesse percurso, encontrou funcionários que não aceitavam a forma com que a empresa lidava com a vida profissional deles, mas também encontrou pessoas que gostavam do seu trabalho. Quando Robert se deparou com este cenário, acabou deixando seus afazeres de lado para se dedicar totalmente a este projeto.



Figura 1: Selo GPTW Brasil 2022

Com a fundação do selo GPTW, a empresa busca auxiliar outras organizações a alcançarem bons resultados, por meio da confiança, inovação e alto desempenho da equipe. O selo é obtido por meio de uma pesquisa para qualificação, e é feita a partir da inscrição e pagamento de uma taxa, assim diversos colaboradores qualificam a sua empresa anualmente. Empresas que apoiam os interesses de seus funcionários geralmente são as qualificadas, certificando quais são aptas para receber o selo. Sendo assim, uma vez que certificada com o selo, todo ano são feitas pesquisas de qualificações, fazendo com que os líderes de empresas busquem sempre dar o seu melhor, avançando com resultados, investindo em capacitação, comunicação interna, criando planos de carreiras e usando feedbacks com seus colaboradores.

CONCLUSÃO

Portanto, o certificado Great Place to Work é uma importante ferramenta na gestão de pessoas, validando a cultura empresarial e tendo a função de atrair os melhores profissionais do mercado para a organização, garantindo um ambiente de trabalho saudável para os colaboradores desenvolverem suas funções de forma correta e serem valorizados, além de diminuir a rotatividade de pessoal.

REFERÊNCIAS

CONSULTORIA, Sad. **Valores e História**: Como tudo começou. Disponível em: https://gptw.com.br/sobre-nos/valores-e-historia/#:~:text=O%20trabalho%20do%20Great%20Place,e%20especialmente%20a%20conflitos%20trabalhistas. Acesso em: 29 set. 2022.

CARNEVALE, Bruna. **Great Place to Work:** O que é. Disponível em: https://factorialhr.com.br/blog/great-place-to-work-dicas-certificacao/. Acesso em: 29 set. 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ANGELI MESSIAS DA SILVA, Cauã – Acadêmico 1
CARLO, Gean – Acadêmico 2
aluno@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Design Gráfico
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

As cores para Vincent Van Gogh

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, desenvolvido após a realização de um panorama acerca da vida e obra de Vincent Van Gogh, tem como objetivo sintetizar e analisar o uso das principais cores e texturas em seus quadros. Considerando seu histórico psicológico e as passagens em sua vida, serão colocadas em questão as condições que levaram o artista a definir tal estilo para seu trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Vincent Van Gogh, nascido em uma comunidade do sul da Holanda em 30 de março de 1853, foi um pintor pós-impressionista com grande influência na história da arte. Desde de o começo, Van Gogh sempre foi influenciado pelas nuances que fizeram parte da maioria de suas obras.



A NOITE ESTRELADA: https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Noite_Estrelada

Conhecido por abusar das cores em suas obras, Van Gogh estava sempre atrás de conhecimento, querendo entender cada vez mais sobre o significado de cada cor para serem utilizadas de forma correta em seus quadros. O artista que tinha a ajuda financeira de seu irmão, viaja para Paris onde conhece e trabalha com outros pintores e artistas da época. Fazia parte do impressionismo, estilo que utilizava as variações da luz refletida para o contraste nas obras, com pinceladas rápidas e curtas davam a sensação de imagens com brilho.
Apesar de fazer parte desse movimento, Van Gogh achava que aquilo era apenas o início para algo bem mais estimulante, onde poderia representar ainda mais com muito mais estudo. Usava as paisagens de Paris para fazer seus quadros.

Cada cor tem uma função emocional, que faz o observador entender a arte por diferentes sensações, assim, o artista utilizava cores específicas para cada obra, transmitindo sua ideia através delas.
Van Gogh utilizava da mistura de cores primárias, e contraste para representar suas ideias e passar seu sentimento através das pinturas. Suas obras representavam o estado do artista, no momento da pintura ele mostrava a fase que estava passando. A obra Noite Estrelada, mostra o momento onde Van Gogh estava no manicômio com sua saúde mental abalada. O estudo das cores em obras de Van Gogh mostram a relação com o círculo desenvolvido por Goethe. O conhecimento de Van Gogh era avançado para sua época, fazendo suas obras com tantos detalhes e sentimento, fez com que o artista se tornasse uma influência até os dias atuais.

CONCLUSÃO

Por meio desses estudos, podemos concluir que apesar de tantos problemas, Vincent Van Gogh teve e ainda tem grande influência para a percepção de vários artistas quando o assunto é cor, luz e sombra.
Suas obras ajudam a entender qual a forma mais correta de se utilizar cada cor, e em que momento as mesmas vão se encaixar em uma pintura. Podemos perceber que seu estilo único, ainda que diferente, pode mostrar a forma de que a pessoa percebe o mundo.

REFERÊNCIAS

Article in Colloquium Humanarum · October 2015. As formas de loucura na arte: um estudo sobre Vincent Van Gogh
https://www.researchgate.net/profile/Alba-Arana/publication/292346103_AS_FORMAS_DE_LOUCURA_N
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, FACLEPP.
A_ARTE_UM_ESTUDO_SOBRE_VINCENT_VAN_GOGH/links/574dd9e108ae061b33038537/AS-FORMAS-DE-LOUCURA-NA-ARTE-UM-ESTUDO-SOBRE-VINCENT-VAN-GOGH.pdf
Marko Alexandre Lisboa dos Santos, Alexia Luanda Teske da Cruzi, Bruna Inez Perini. Experimentação em Design e Arte: Van Gogh, ponte entre a teoria da cor e a escala de ampliação
https://core.ac.uk/download/pdf/231148521.p
Dilva Frazão biblioteconomista e professora. Biografia de Vincent Van Gogh
https://www.ebiografia.com/van_gogh/



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

KLEIN, Andreina
alkbattisti@minha.fag.edu.br
Acadêmica do Curso de Agronegócio
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ÉTICA PERANTE AOS CLIENTES

INTRODUÇÃO

Ética profissional é um assunto que deve ser discutido em todos os lugares e empresas. Se tornar uma empresa ou um profissional bem visto, com sucesso pela sociedade, é o que mais as pessoas buscam a ser. No banner a seguir apresentado, vamos abordar o assunto “Ética perante aos clientes”. O contexto de ética, não é somente para funcionários e donos de empresa. Serve para nós seguirmos no nosso dia a dia como uma pessoa de postura ética.

DESENVOLVIMENTO

Em primeiro lugar, a empresa tem que apresentar, produtos e bens de ótima qualidade para ter boas vendas e atrair clientes. Devem ter uma preocupação a mais a respeito de como tratar um cliente, para terem como clientela sempre. Assim, a empresa deve ter uma postura de ética, passar confiança, credibilidade e muita responsabilidade. .



Figura 1: mapadaobra.com

Laura Nash (2001,p 10-11) apresenta uma lista de dilemas éticos que acaba acontecendo nas empresas com muita frequência. Os serviços de má qualidade e propaganda enganosa são os mais comuns. O cliente tem seu direito, caso for enganado. O Código de Defesa do Consumidor (Lei n 8.078/1990), acaba sendo uma ferramenta importante aonde podem recorrer. Dessa forma, resumindo algumas boas praticas são:

- Ter uma cultura de transparência
- Oferecer um bom atendimento
- Fazer e conversar com os clientes sobre a satisfação dos mesmos
- Ter respeito com todos, paciência e compaixão;

São algumas praticas que não só empresas, mas, todos de modo geral, podemos seguir.

O livro “Ética empresarial na pratica”, Do Mario Sergio Cunha, diz muito sobre gestão, uma boa liderança e ética. Onde podemos ter uma leitura breve, mas, com bastante aprendizado sobre. Uma frase do Cortella que diz - “A ética é o conjunto de valores e princípios que eu uso para a minha conduta no meio da sociedade, isto é, quais são os princípios para eu agir. Moral é a pratica desses princípios”, é uma frase de bastante impacto e reflexão. Levando em conta uma pessoa de ética na sociedade e em uma organização, consequentemente terão sucesso.

CONCLUSÃO

Resultado final da pesquisa foi que, com base de como a empresa trabalha com os clientes, diz o seu sucesso. Vemos, que quem pode levar a empresa para o fracasso pode ser os próprios clientes, eles que avaliam. Caso, o cliente descubra que foi enganado, ele acaba virando as costas para a empresa, e pode sair dizendo para amigos (as), colega (as) e familiares sobre o que aconteceu e alerta-los para não irem nessa organização. Por isso, tudo depende de como a empresa trata e se comporta para os clientes.

REFERÊNCIAS

Mario Sergio Cunha Alencastro. **Ética empresarial na pratica – liderança, gestão e responsabilidade corporativa. Ed. INTERSABERES: 2º edição, 2016.**
Disponível em: https://prezi.com/8dclqwnn3c0x/etica-perante-os-clientes/ Acessado em: 22/09/2022
Disponível em: https://ead.pucgoias.edu.br/blog/etica-profissional-importancia Acessado em 23/09/2022
Disponível em: https://www.mapadaobra.com.br/capacitacao/conheca-os-10-mandamentos-basicos-da-etica-profissional/ Acessado 22/09/2022



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ASSI, Vitor – Acadêmico 1
KUHN, Mariana – Acadêmico 2
vmlasssi@minha.fag.edu.br
mckuhn2@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Design Gráfico
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

DA VINCI - DA ARTE PARA A MODA

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a influencia de Leonardo Da Vinci (Italia 1452 -1519) no mundo da moda, a exoticidade do retrato de Gioconda (Monalisa), e como o afresco faz com que marcas modernas tragam referências e releituras do mesmo em seus produtos. Além disso, será esboçado por entre linhas um pouco da historia do homem descrito como o exemplo do renascentismo, e a forma que o polímata contribuía por meio de seus desenhos sua visão na moda.

DESENVOLVIMENTO

Leonardo Da Vinci, conhecido por sua genialidade e por ser detentor de inúmeros talentos, traz em seu portfólio obras relevantes em diversos campos. Porém, pouco é a abordado sob seus esboços de peças vestíveis. Durante parte de sua carreira Da Vinci também atuou como figurinista de Ludovico Sforza (Italia 1452 - 1508).



Figura 1: Vestido modelado por Leonardo da Vinci



Figura 2: La Pretiosa (Bolsa desenhada por Da Vinci)



Figura 3: Camiseta Monalisa (Camisetas 4Fun)

Segundo (MORONI, 2019) durante a época em que trabalhava com Sforza, Da Vinci atende a requisição de seu mecenas milanês, e da inicio a projetos de maquinas capazes de processar e tecer fios.

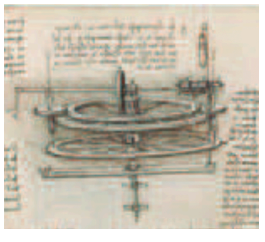


Figura 4: Esboço da maquina de tecer (Leonardo Da Vinci)

O afresco de Gioconda, a pintura mais mais celebre do ocidente, é reverenciada e retratada constantemente por diversas marcas, suas características únicas e técnicas aplicadas, fazem com que peças com o retrato estampado da mesma alcancem sucesso, principalmente nos casos em que haja alguma releitura ou paródia sobre a obra.

Durante sua carreira, Da Vinci esboçou peças únicas, um exemplo disso foi a *La Preciosa,* uma bolsa icônica com traços renascentistas e carregada de elementos, a mesma foi recriada junto a outras peças que o mesmo desenhou. Diversos figurinos e mascaras foram elaborados pelo artista, até mesmo uma roupa de mergulho foi aprimorada por ele. Leonardo além de criar as peças vestíveis, adicionava invenções e novidades mecânicas nas mesmas, afim de encantar os convidados dos espetáculos gerenciados por ele e que ocorriam em eventos no palácio de Sforza.

CONCLUSÃO

Com isso, pode-se concluir que Da Vinci atuou em diversos campos além do seu apreço pela pintura, introduzindo-se na moda, arquitetura e engenharia. Fica claro que em relação à moda, suas criações vestíveis eram sempre cobertas de inovações e novidades mecânicas pouco vistas na época. É de grande importância também ressaltar a influência de suas obras no mundo da moda, sendo elas aplicadas de forma original ou como uma releitura. Portanto, há de ser enaltecido e apreciado por tanta maestria em todos os campos de conhecimento já exercidos pelo artista.

REFERÊNCIAS

PAIXÃO. **Marcela Miranda**. A RELAÇÃO DE LEONARDO DA VINCI COM A MODA, 2020.

FUKS. **Rebeca.** Mona Lisa de Leonardo da Vinci: análise e explicação do quadro.

MORONI. **Yasmim Pamela da Silva.** Branding Estratégico: Leonardo da Vinci e os fios de seda para o mercado da moda de luxo da nossa contemporaneidade, 2019.



LENZ, Gabriel Renato – Acadêmico 1
LEMES, Wellington Ricardo de Freitas – Acadêmico 2
wrflmes@minha.fag.edu.br
grlenz@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Direito
Orientador(a): FINK, Raquel Lauriano Rodrigues
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

JUS POSTULANDI NA JUSTIÇA DO TRABALHO

INTRODUÇÃO

O instituto do *jus postulandi* nada mais é do que o direito que propicia às partes a defesa de seus interesses por conta própria sem a necessidade de estar representado por advogado, aplicável ao Direito Processual do Trabalho, sendo um benefício às partes, empregador ou empregado.

DESENVOLVIMENTO

O *jus postulandi* surgiu para facilitar o acesso à justiça, minimizando a impossibilidade das partes quanto ao exercício do direito de ação.



Figura 1: O exercício do *Jus Postulandi* na seara trabalhista.

O princípio está previsto no artigo 791 da CLT que autoriza as partes a "reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final."

O *jus postulandi* pode ser exercido tanto pelo empregado, quanto pelo empregador, nas instâncias ordinárias, ou seja, perante as Vara do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho, não se aplicando a recursos de natureza extraordinária, aqueles a serem julgados pelo Tribunal Superior do Trabalho exigindo a representação por advogado, nesses casos. Conforme a Súmula nº 425 do TST: *"O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho".*

Vale ressaltar que o instituto do *jus postulandi* pode implicar em prejuízo processual à parte que a exerce, em razão da ausência de representação técnica, causando uma desigualdade processual. Assim, a parte não representada por advogado poderá ter seus direitos não provados ou até fulminados gerando prejuízo irreversível no decorrer do processo. Além disso, há a possibilidade de que as partes que adotem o *jus postulandi* não tenham o conhecimento técnico adequado para condução do processo, desconhecendo prazos, procedimentos e medidas cabíveis.

CONCLUSÃO

Do que foi apresentado, pode-se concluir que o instituto do *jus postulandi* é uma forma de acesso à justiça aos menos favorecidos à medida que torna desnecessária a contratação de advogado para estar em juízo até as instâncias ordinárias na esfera trabalhista. Todavia, de outro lado, verifica-se que a ausência de representação técnica do advogado pode provocar prejuízo processual e, por consequência, perda de direitos.

REFERÊNCIAS

MIGALHAS. Artigo – **Jus Postulandi na Justiça do trabalho e a pandemia da Covid-19.** Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/337375/o-jus-postulandi-na-justica-do-trabalho-e-a-pandemia-da-covid-19. Acesso em outubro de 2022;

BRASIL, Jus. **Artigos – Jus Postulandi na Justiça do Trabalho.** Disponível em: https://jus.com.br/artigos/55490/jus-postulandi-na-justica-do-trabalho. Acesso em outubro de 2022;

TST. **Jurisprudência - Súmulas**. Disponível em: https://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_401_450.html#SUM-425. Acesso em outubro de 2022.



PINTO, Amanda F. M. Valentim - Acadêmico 1
MARCHI, Alana Maiara Souza - Acadêmico 2
afmvpinto@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: WEBLER, Pedro Aloisio
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A PEDAGOGIA EMPRESARIAL: UM OUTRO OLHAR PARA O PEDAGOGO.

INTRODUÇÃO

A Pedagogia Empresarial consiste na atuação do pedagogo na equipe de gestão de Recursos Humanos de uma empresa. A função do pedagogo no âmbito organizacional, formativo e de relacionamento da empresa é auxiliar o desenvolvimento das habilidades e competências dos colaboradores dentro das organizações. O papel que o pedagogo empresarial junto com a gestão de pessoas serão os grandes responsáveis pelo desenvolvimento daqueles que na organização atuam. O mercado de trabalho necessita cada vez mais de funcionários instruídos e que sejam capacitados suficientemente para atuar no ramo, assim a pedagogia empresarial busca distinguir e selecionar esses funcionários.

DESENVOLVIMENTO

A pedagogia aplicada as empresas tem por função trabalhar e ampliar a parte intelectual, afetiva, social dos colaboradores, desenvolvendo suas potencialidades e habilidades. O pedagogo tem um papel muito importante no ambiente empresarial, pois o mesmo desenvolve mecanismos para compreensão da organização, insere novas possibilidades que auxiliam colaboradores a esclarecerem os objetivos e como alcançá-los. A sociedade está em constante transformação, isso faz com que as empresas busquem cada vez mais o desenvolvimento de seus colaboradores.



Figura 1: Pedagogiando, 2013.

Segundo Silva (2009), o pedagogo empresarial junto com a gestão de pessoas serão os grandes responsáveis pelo desenvolvimento daqueles que na organização atuam. Para que isso seja possível, o profissional em questão desfrutará do auxílio de dinâmicas de grupo e dos treinamentos. Desta forma, a Pedagogia tem como principal finalidade mudar o comportamento e as ações das pessoas, bem como o melhoramento do desenvolvimento profissional e pessoal, prezando pela qualidade de vida, sem deixar de levar em consideração o contexto de vida de cada indivíduo.

Portanto, cabe ao pedagogo empresarial provocar novas mudanças comportamentais, motivando o funcionário. Dessa forma o mesmo gera maiores resultados de forma saudável, versátil e prazerosa e a empresa se mantém com pessoas qualificadas. O pedagogo, em conformidade com as necessidades que a empresa acarreta, desempenha um papel importantíssimo visando crescimento e melhor desempenho dos colaboradores.

CONCLUSÃO

Considerando que a sociedade está em constante transformação, o conhecimento e as habilidades se mostram cada vez mais valorizadas no ambiente empresarial, assim quanto mais conhecimento, mais valorizado e maior será a colaboração positiva para a empresa, resultando tanto em progresso empresarial, quanto pessoal. Em virtude disso, as empresas estão cada vez mais comprometidas com o crescimento e aprimoramento de seus funcionários, assim o pedagogo empresarial pode atuar como ponte entre os objetivos e metas da empresa. A presença do mesmo no ambiente empresarial é indispensável, já que o mesmo auxilia para que os objetivos e metas sejam todas alcançadas.

REFERÊNCIAS

SILVA. Natasha. **Pedagogia Empresarial: uma nova perspectiva de trabalho.** Universidade Estadual do Rio de Janeiro. São Paulo, 2009.

Pedagogiando, 2013. Disponível em: http://pedagogiandouerj.blogspot.com/2013/04/o-que-e-pedagogia-empresarial-vejamos.html



CRUZ, Carlos – Acadêmico 1
FABRÍCIO, Matheus – Acadêmico 2
chcferreira@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Tecnólogo de Gestão Financeira
KINZLER, Edina de Souza
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho foi pesquisado sobre a gestão de riscos de crédito, cujo seu objetivo é para que as instituições possam ter um planejamento antecipado, para um maior fim lucrativo e para não ter futuras desavenças, antecipando assim os possíveis problemas e com isso tomando as melhores medidas e possivelmente tendo como controlar com mais acertos as eficiências. O objetivo é ter o melhor resultado dentro dos possíveis riscos da operação, pois uma boa gestão é muito importante para o crescimento e o desenvolvimento das organizações e assim, as instituições conseguem se manter ativas e podem evitar as falências.

DESENVOLVIMENTO

A gestão de risco de crédito trata-se da probabilidade de um cliente faltar com a quitação de qualquer tipo de dívida. No cenário econômico natural, a inadimplência pode ser vista em praticamente todos os tipos de operações financeiras. Segundo PEREIRA, (2017), a gestão de risco é a maneira como a companhia prevê o descumprimento de acordos, os impactos disso para os setores envolvidos e as ações implementadas para minimizar os danos provocados. Ou seja, é uma projeção da instituição para tratar dos riscos e possíveis prejuízos.



Figura 1- Análise de risco de crédito
Fonte: https://www.cobrefacil.com.br/blog/analise-risco-credito

De acordo com Ribeiro, Zani e Zanini (2009), na mensuração do risco de crédito é necessário que sejam consideradas as vertentes: a) qualitativa: o analista de crédito julga os aspectos da concessão do crédito com base nos 5 Cs do crédito (capacidade, caráter, capital, condições e colateral) e b) quantitativa: são utilizados modelos estatísticos ou econométricos para auxiliar na decisão de crédito, buscando-se complementar os dados qualitativos e ampliar a segurança, estruturação e monitoramento do processo decisório.

CONCLUSÃO

Sendo assim, é concluído que é importante ter uma boa análise de crédito para poder estar sendo concedido crédito a um cliente. E como é necessário tomar muitas medidas de precauções, com isso muitos mecanismos foram adotados para as instituições não saírem no prejuízo e irem à falência, porém esses mecanismos de gestão de crédito variam de instituição para instituição, nas quais algumas são mais rigorosas e outras não. Com uma boa gestão de risco de crédito, as instituições conseguem estar prevendo e se planejando para que seja evitado, mas mesmo com todas essas medidas é possível haver inadimplentes.

REFERÊNCIAS

SERASA (São Paulo). O único relatório do mercado com análise econômico-financeira de grandes empresas: credit rating da serasa experian. 2020. Acesso em: 14 mar. 2022.

PEREIRA, Rita. Modelos de avaliação de risco de crédito nas instituições CGD, BCP e SANTANDER TOTTA. 2017. Acesso em: 15 set. 2022.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

BALTAZAR, Thaynara – Acadêmico 1
FORNARA, Mariana – Acadêmico 2
tsbaltazar@minha.fag.edu.br
mcafornara@minha.fag.edu.br
Acadêmicas do Curso de Direito
Orientador: RICCI, Camilla
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

TEMA Nº 1.087 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E OS SEUS REFLEXOS NA EXECUÇÃO DE PENA

INTRODUÇÃO

Em junho de 2022 o Superior Tribunal de Justiça (STJ), publicou o tema de recurso especial repetitivo de número 1.087, que estabelece que diante da topografia do parágrafo 1° do artigo 155 do Código Penal (CP), que preceitua o aumento de pena para crimes de furto praticados no período noturno, (artigo 155, parágrafo 1º, do Código Penal). Não se aplica a figura do furto qualificado, previsto no artigo 155, parágrafo 4 do mesmo códex. Tal decisão terá repercussão em inúmeros processos findas e em andamentos.

DESENVOLVIMENTO

A causa de aumento pelo furto noturno não incide na forma qualificada do delito, definiu assim a Terceira Seção do STJ. A implicação deste entendimento gerou alguns reflexos na persecução penal, especialmente porque se trata de um julgado tomado na esfera de recursos repetitivos, assim, tem efeito vinculante. De acordo com a súmula 611 do STF e artigo 66, inciso 1° da LEP, o novo entendimento, será aplicado até mesmo nos processos de execução penal, já que é mais benéfico ao direto de liberdade.

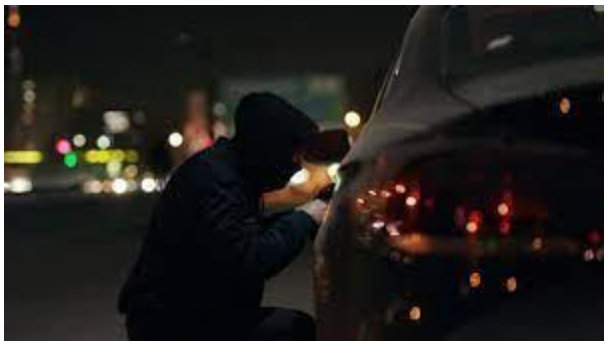


Figura 1: Furto Noturno

Antes dessa decisão o aumento de pena pelo “furto noturno”, era aplicado ao tipo simples do furto (artigo 155, caput do Código Penal) e ao tipo qualificado, artigo 155, parágrafo 4° do Código Penal. Entretanto, o STJ fez prevalecer a regra de que os parágrafos só são aplicados aos preceitos anterior, e não posteriores.

Diante disso, a comunidade jurídica está de olho em outro resultado importante desse entendimento, que é a retroatividade da lei mais benéfica, prevista no artigo 5°, inciso XL da Constituição Federal de 1988, que estabelece que toda legislação que vem a benefício do réu, deve retroagir, e isso inclui inclusive rescindir condenações transitadas em julgado.

CONCLUSÃO

Portanto, como demonstrado o entendimento do STJ no tema nº 1.087, sobre o furto noturno, pela sua posição topográfica no tipo penal, não se aplica ao furto qualificado, somente ao furto simples. Conclui-se ainda, que esse entendimento pode também retroagir para diminuir a pena do condenado, mesmo com trânsito em julgado, os quais tiveram os dois aumentos aplicados na sua pena, ou seja, o aumento pelo furto qualificado e o aumento do furto noturno.

REFERÊNCIAS

STJ, **Superior Tribunal de Justiça**. Causa de aumento pelo furto noturno não incide na forma qualificada do delito, define Terceira Seção. 2022. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/02062022-Causa-de-aumento-pelo-furto-noturno-nao-incide-na-forma-qualificada-do-delito--define-Terceira-Secao.aspx#:~:text=%E2%80%8BEm%20julgamento%20de%20recursos,%2C%20par%C3%A1grafo%204%C2%BA%2C%20do%20CP. Acesso em: 05 de outubro de 2022.

VADE MECUM SARAIVA. **Vade Mecum.** Saraiva, 2022. 34° ed. São Paulo. Saraiva S.A. - Livreiros Editores, 2022.



COSTA, Alisson
CARLETTO, Lucas
aacosta10@minha.fag.edu.br
lacarletto@minha,fag,edu,br
Acadêmicos do Curso de Direito - FAG
Orientadora: LENHART, Luciana Elizabete
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

INTRODUÇÃO

Existem diversos princípios, explícitos e implícitos, que regem as atividades da Administração Pública, dentre os quais destaca-se o princípio da autotutela, objeto do presente estudo. O princípio em análise possui como base a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), bem como o art. 53, da Lei nº 9.784/99, e assegura à Administração Pública o poder de revisão sobre seus próprios atos, seja para anulá-los quando ilegais ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, conforme a seguinte exposição.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com o texto da **Súmula 473 do STF** *"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"*.



Figura: O Princípio da Autotutela

Em que pese a referida súmula tenha utilizado o verbo *"pode"* ao se referir à anulação dos atos ilegais, a doutrina alega equívoco quanto ao verbo escolhido, uma vez que o art. 53, da Lei nº 9.784/99, ao positivar o princípio da autotutela, diz em seu texto que a Administração Pública *"deve"* anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, assim sendo, percebe-se claramente que o ato anulatório é de natureza vinculada, portanto, implica em um poder-dever, uma obrigação da Administração Pública. Além disso, do ato ilegal não se originam direitos, ou seja, sua anulação gera efeito retroativo *"ex tunc"*, como se o ato nunca tivesse existido. Todavia, para anular o ato administrativo é necessário observar o art. 54, da Lei nº 9.784/99, pois o prazo para anulação é decadencial de cinco anos, contado da data em que foi praticado, se do ato decorre efeito favorável ao destinatário, salvo comprovada má-fé, o que por sua vez confere segurança jurídica ao destinatário do ato. Ainda, é importante frisar que o poder atribuído à Administração Pública por meio do princípio da autotutela, não afasta a possibilidade de apreciação judicial, em respeito ao princípio da sindicabilidade. Ademais, quanto à revogação dos atos administrativos, observa-se que o art. 53, da Lei nº 9.784/99, menciona o verbo *"pode"*, o que demonstra a natureza discricionária da revogação, em outros termos, a Administração tem a prerrogativa de revogar os atos inconvenientes ou inoportunos, exercendo o chamado *"mérito administrativo"*, que recai sobre os elementos "motivo" e "objeto" do ato administrativo. Salienta-se que a revogação possui efeito prospectivo *"ex nunc"*, ou seja, não retroage, pois o direito decorrente do ato administrativo foi adquirido dentro da legalidade, logo, deve ser respeitado. Também, verifica-se que a revogação, diferentemente da anulação, não pode ser realizada pelo Poder Judiciário, sob pena de grave violação ao princípio da Tripartição de Poderes.

CONCLUSÃO

Por fim, é evidente que o princípio da autotutela, através da anulação e revogação dos seus próprios atos, manifesta a autonomia funcional da Administração Pública, agindo de maneira acertada e harmônica ao ressalvar a apreciação judicial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm> Acesso em: 18 out. 2022.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 33ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MAZZA, A. **Manual de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

SPITZCOVSKY, C.; LENZA, P. **Direito Administrativo Esquematizado®**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.



SILVA, Bruna Ferreira da
SILVA, Bruna Letícia da
bfsilva2@minha.fag.edu.br
blsilva2@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Publicidade e Propaganda
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ANÁLISE DE MEDIAÇÃO E RECEPÇÃO DA CAMPANHA DO ITAÚ FELIZ 2022

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como objetivo a análise de recepção da campanha do Banco Itaú para festas de fim de ano que foi ao ar no dia 13 de dezembro de 2021, veiculada na TV aberta e nas redes sociais como youtube, instagram, com a pequena Alice de 2 anos, conhecida por repetir palavras difíceis junto a atriz Fernanda Montenegro. As duas dialogam durante 30 segundos passando uma mensagem humanizada com palavras positivas que mudam o mundo, destacando o propósito do Banco Itaú.

DESENVOLVIMENTO

Durante o filme, a pequena Alice diz algumas palavras que são repetidas pela atriz como: respeito, esperança e humanidade, essas palavras tem como objetivo gerar sentimentos, desejos e sensações que podem mudar o mundo. O comercial veio como uma forma de mostrar às pessoas de maneira leve e divertida que elas poderiam ter esperança de que 2022 seria um ano melhor, já que nos dois últimos anos passaram por momentos complicados devido à pandemia.



Figura 1: Bebê Alice e Fernanda Montenegro aparecem juntas na campanha de fim de ano do Itaú.

O comercial teve uma grande repercussão entre as pessoas, segundo dados retirados da revista Veja a campanha teve 4,5 milhões de visualizações de forma orgânica em 3 dias, e mais de 165 mil compartilhamentos. É possível perceber que essa campanha foi estrategicamente pensada para o momento pandêmico que o público estava inserido, as personagens escolhidas são de idades bem diferentes, o que possibilitou atingir uma gama maior de pessoas.

“Vistos em sua pura funcionalidade comercial não seriam mais do que estratagemas de uma operação pioneira de marketing. Mas há algo mais: nos modos de aquisição e no tipo de publicidade implementada, encontramos a incorporação à modernidade de práticas e experiências que só aí recebem legitimação social.” (BARBERO, 1987. p. 175). Indo ao encontro do que Barbero (1987. p. 175) afirma a equipe de marketing convidou duas importantes imagens para atuar, uma delas é a atriz Fernanda Montenegro que tem 92 anos, é uma mulher madura, muito conhecida e que passa credibilidade em sua fala, já a pequena Alice tem 2 anos e está conquistando desde 2021 as mídias sociais, principalmente o TIKTOK, juntando esses dois talentos os diretores de marketing conseguiram retornos imediatos, passando um sentimento de positividade e de um mundo melhor para os telespectadores. Quando a mensagem é entregue aos receptores e atinge-os emocionalmente, os mesmos conseguem se identificar com o que está sendo transmitido. Segundo Figueiredo, (2005, p. 59) “se o homem tende a procurar apoio em pessoas iguais a si mesmo, uma peça publicitária em cujo discurso se encontra uma visão do mundo similar àquela manifestada pelo consumidor será agradável aos seus olhos e ao seu coração [...].”

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como principal objetivo analisar a mediação e recepção da Campanha do Itaú, na qual é possível perceber que foi pensada estrategicamente para ambos os públicos, tanto da atriz Fernanda Montenegro, quanto da bebe Alice. Tendo em vista a análise ficou perceptível que a recepção pode variar de acordo com o contexto em que o receptor está inserido, como por exemplo a cotidianidade familiar e a competência cultural. Sendo assim, com base nos dados apresentados acima a recepção da maioria do público para esta campanha foi semelhante, pois ambos estavam vivendo no mesmo contexto pandêmico.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Celso. **Redação Publicitária:** Sedução pela palavra. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GUIMARÃES, Cleo. Comercial com Fernanda Montenegro e bebê Alice faz Itaú bater recorde. **Veja**, 16 dez. 2021. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/comercial-com-fernanda-montenegro-e-bebe-alice-faz-itau-bater-recorde/. Acesso em: 16 set. 2022

JESUS, Martín B. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987.



LOBO, Kawana Campos Angelim – kcalobo@minha.fag.edu.br
BRAMBILLA, Wilgner Clerio – wcbrambilla@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Direiro
Orientador: PERLIN, Edson José
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

FACILITAÇÃO DO DIVÓRCIO PARA CASOS DE MULHERES QUE SÃO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei nº 510/19 criado pelo Deputado Luiz Lima (PSL/RJ) discorre de uma proposta que viabiliza o divórcio das vítimas de violência doméstica, permitindo, neste molde que a ofendida possa vir a propor ação de divórcio no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Há prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, para os procedimentos judiciais em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, à luz da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), alterada pela Lei nº13.894/2019.

DESENVOLVIMENTO

A proposta altera a Lei Maria da Penha para estabelecer que, quando for o caso, o juiz deverá assegurar à mulher em situação de violência doméstica ou familiar encaminhamento à assistência judiciária, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, divórcio ou de dissolução de união estável. Também há a determinação de que a autoridade policial que atender a vítima deverá informar os direitos garantidos pela Lei Maria da Penha, inclusive o direito à assistência judiciária para o eventual ajuizamento da ação de separação.

É imperioso destacar que, com vistas aos Código Civil Brasileiro em seu artigo 1.581, o divórcio poderá ser concedido sem que se tenha uma prévia partilha de bens, corroborando assim com a efetivação *c/c* artigo 300 do Código de Processo Civil que trata de tutela de urgência.



Figura 1: https://www.eparaguacu.sp.gov.br/noticia/8857/agosto-lilas-alerta-sociedade-sobre-violencia-domestica/

A mulher que sofreu algum tipo de violência doméstica tem o direito de escolha, segundo art. 14-A da Lei Maria da Penha "a ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher." Este é um dos dispositivos alterados pela Lei nº11.340/2019 para fomentar ações de divórcio, separação, dissolução e até mesmo cancelamento de casamento para àquelas que foram vítimas da violência doméstica.

A vítima terá a opção de propor ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável no juizado de violência doméstica e familiar, que não terá competência em relação à partilha de bens.

Há ainda a garantia de prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, aos procedimentos judiciais em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar.

A ementa do Projeto de Lei tem o intuito de prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar. Isto tudo reforçado com Lei Maria da Penha, alterada pela lei nº11.340/2019, o Código Civil e Código de Processo Civil.

CONCLUSÃO

Embora o Projeto de Lei retro mencionado tenha tido veto parcial junto ao Plenário, o que se tornou a atual Lei nº11.340/2019, incluída na Lei Maria da Penha, essa discussão precisa vir à tona como forma de avanço social/jurídico e também com viés de poder intimidatório das penas. Claro, o divórcio em si não cessa a violência, contudo ter uma sentença que decreta o fim de uma relação, de modo garantista, é de fato uma medida protetiva para essa mulher.

A relevância, de modo conciso é a de desfazer vínculos que estimulem o sofrimento nas mulheres vítimas de violência doméstica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 05 out 22;**

BRASIL. Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 05 out 22;

Site do Senado Federal. Disponível: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136017. Acesso em: 06 out 22.



GARBOZZA, Júlia – Acadêmico 1
MACIEL, Milena – Acadêmico 2
jgarbozza@minha.fag.edu.br
mrbmaciel@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Design Gráfico
Orientadora: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

PORTAIS ONÍRICOS EM RENÉ MAGRITTE

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, iniciado em meio às atividades regulares da disciplina de Teoria e estética do design, apresentamos os resultados do projeto de pesquisa acerca da vida e obra do pintor belga René Magritte, cujo intuito consistiu em investigar as inúmeras simbologias implícitas nos quadros, incluindo os signos representados pelas figuras do tecido e do olho, que refletem e aprofundam o entendimento de seu trabalho artístico no contexto surrealista.

DESENVOLVIMENTO

Em meio a inúmeros elementos pictóricos que compõem a atmosfera surrealista nas obras de René Magritte, há dois componentes que notoriamente ocupam posições de destaque, sendo o primeiro deles o tecido. Ao se mostrar presente em diversos quadros, o que aparenta ser apenas um simples pedaço de pano acaba se tornando um objeto histórico e extremamente maleável em questão de interpretações, pois cada olhar direcionado a esta presença em alguma de suas obras traz uma nova correlação com certos momentos marcantes na vida do artista. No início, o principal fato que surge ao ver incontáveis rostos cobertos é a morte de sua mãe, fato este que se deu no ano de 1912, quando René tinha só 13 anos. A relação de intertextualidade se encontra no importante episódio tendo em mente que o corpo de sua mãe teria sido encontrado na superfície de um lago, e logo após tendo sido coberto por um pano. Compreende-se então que tal ideia de obsessividade em esconder os rostos dentro de suas obras traz grandes indícios de relações concretas com seus traumas e memórias infantis atreladas à maneira com que lidou com as mesmas. Tais obras refletem diretamente as próprias reflexões do artista, aproximando sua realidade com quem a observa.

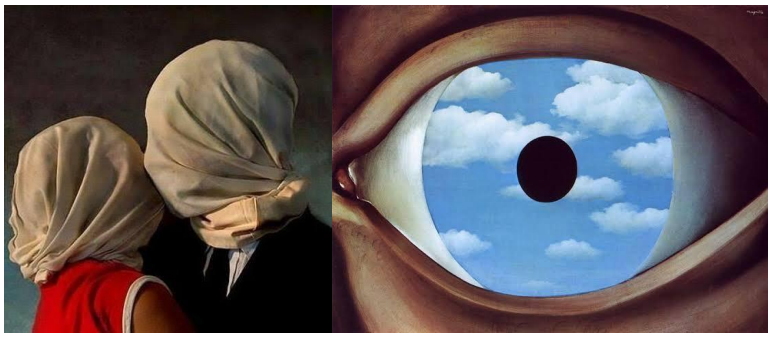


Figura 1: *Obras "Os amantes" e "O espelho falso" de René Magritte*

Em um universo artístico no qual representações oníricas são mescladas a questões cotidianas, é comum encontrar cenas que acabam se tornando experiências surreais, como os devaneios através da figura do olho. Subvertendo convenções entre espectador e obra, as pinturas com um olho humano trazem a sensação de que é a obra que contempla quem a vê, não o contrário. Outra semelhança é um céu repleto de nuvens, que nos leva a entender o olho como uma espécie de portal. Pode-se constatar que: "O olho que Magritte nos apresenta, claro, não é mesmo um olho, mas a representação visual dele. Vemos nela aquilo que nossa percepção alcança (...) Podemos assim imaginar um mundo tenebroso ou prazeroso." (D'Ambrosio, 2020)

CONCLUSÃO

Após analisar obras selecionadas de René Magritte e fazer correlações das mesmas com sua vida e acontecimentos pessoais, vê-se que o artista não só dominou com maestria a intenção de trazer seu universo surreal ao espectador, como soube deixar transparecer seus sentimentos e suas reflexões acerca da realidade que compreendia. Ademais, suas pinturas se tornam para quem as estuda canais infindáveis de observação, levando a questionamentos sobre o que é real e o que depende apenas de novos pontos de vista.

REFERÊNCIAS

D´AMBROSIO, Oscar. **Oscar D´Ambrosio.** https://oscardambrosio.com.br/textos/1693/o-falso-espelho. Acesso em 07 de outubro de 2022.

FIALHO, Ana Rita Leitão. **Aproximações entre o hermetismo poético de Clarice Lispector e o surrealismo pictórico de René Magritte.** Universidade de Évora, 2020.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

ASSI, Vitor – Acadêmico 1
KUHN, Mariana – Acadêmico 2
vmlasssi@minha.fag.edu.br
mckuhn2@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Design Gráfico
Orientador: FERRAZ, Talita
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

DA VINCI - DA ARTE PARA A MODA

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a influencia de Leonardo Da Vinci (Italia 1452 -1519) no mundo da moda, a exoticidade do retrato de Gioconda (Monalisa), e como o afresco faz com que marcas modernas tragam referências e releituras do mesmo em seus produtos. Além disso, será esboçado por entre linhas um pouco da historia do homem descrito como o exemplo do renascentismo, e a forma que o polímata contribuía por meio de seus desenhos sua visão na moda.

DESENVOLVIMENTO

Leonardo Da Vinci, conhecido por sua genialidade e por ser detentor de inúmeros talentos, traz em seu portfólio obras relevantes em diversos campos. Porém, pouco é a abordado sob seus esboços de peças vestíveis. Durante parte de sua carreira Da Vinci também atuou como figurinista de Ludovico Sforza (Italia 1452 - 1508).



Figura 1: Vestido modelado por Leonardo da Vinci



Figura 2: La Pretiosa (Bolsa desenhada por Da Vinci)



Figura 3: Camiseta Monalisa (Camisetas 4Fun)

Segundo (MORONI, 2019) durante a época em que trabalhava com Sforza, Da Vinci atende a requisição de seu mecenas milanês, e da inicio a projetos de maquinas capazes de processar e tecer fios.

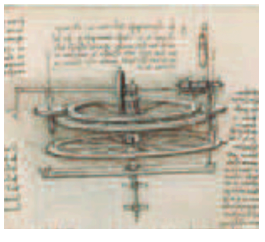


Figura 4: Esboço da maquina de tecer (Leonardo Da Vinci)

O afresco de Gioconda, a pintura mais mais celebre do ocidente, é reverenciada e retratada constantemente por diversas marcas, suas características únicas e técnicas aplicadas, fazem com que peças com o retrato estampado da mesma alcancem sucesso, principalmente nos casos em que haja alguma releitura ou paródia sobre a obra.

Durante sua carreira, Da Vinci esboçou peças únicas, um exemplo disso foi a *La Preciosa,* uma bolsa icônica com traços renascentistas e carregada de elementos, a mesma foi recriada junto a outras peças que o mesmo desenhou. Diversos figurinos e mascaras foram elaborados pelo artista, até mesmo uma roupa de mergulho foi aprimorada por ele. Leonardo além de criar as peças vestíveis, adicionava invenções e novidades mecânicas nas mesmas, afim de encantar os convidados dos espetáculos gerenciados por ele e que ocorriam em eventos no palácio de Sforza.

CONCLUSÃO

Com isso, pode-se concluir que Da Vinci atuou em diversos campos além do seu apreço pela pintura, introduzindo-se na moda, arquitetura e engenharia. Fica claro que em relação à moda, suas criações vestíveis eram sempre cobertas de inovações e novidades mecânicas pouco vistas na época. É de grande importância também ressaltar a influência de suas obras no mundo da moda, sendo elas aplicadas de forma original ou como uma releitura. Portanto, há de ser enaltecido e apreciado por tanta maestria em todos os campos de conhecimento já exercidos pelo artista.

REFERÊNCIAS

PAIXÃO. **Marcela Miranda**. A RELAÇÃO DE LEONARDO DA VINCI COM A MODA, 2020.

FUKS. **Rebeca.** Mona Lisa de Leonardo da Vinci: análise e explicação do quadro.

MORONI. **Yasmim Pamela da Silva.** Branding Estratégico: Leonardo da Vinci e os fios de seda para o mercado da moda de luxo da nossa contemporaneidade, 2019.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

CONTI, Maria
NASCIMENTO, Michele
mcconti@minha.fag.edu.br
mpnascimento1@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Tecnologia em Agronegócio e Gestão Financeira
Orientador: NAKAMURA, Dulce
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

NORMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento e crescimento das empresas e corporações, assim como a mudança constante da sociedade e busca por uma vida social com direitos, conscientização e ética, têm-se verificado uma preocupação relacionada à organização das empresas para que estejam voltadas para temas sociais, ambientais e econômicos.(OLIVEIRA; FERREIRA; LIMA, 2015, p. 6). Independente do setor que atuam, as organizações que direcionam o consumo de produtos a um conjunto de valores éticos e de transparência com a comunidade, clientes, funcionários e fornecedores estão de forma estratégica adquirindo um selo de qualidade. Existem indicadores de responsabilidade social em empresas e estão descritos na certificação internacional *Social accountability 8000*, destaca-se aqui a Liberdade de associação coletiva, Discriminação e Práticas disciplinares. (CUNHA, 2013)

DESENVOLVIMENTO

A Liberdade de associação de sindicatos e negociação coletiva devem ser garantidas. O trabalhador não é obrigado a participar de sindicatos da empresa ou associações, porém é seu direito se quiser fazê-lo e deve ser garantido.(CUNHA, 2013) Essa norma busca maior interação entre funcionário e setores administrativos da empresa.

https://prosafety.com.tr/



Figura 1: SA 8000 como norma de responsabilidade social internacional

Falando sobre Discriminação, a normativa prevê que independente de sua raça, cor, religião, orientação sexual, problemas físicos entre outros o individuo não deve ser discriminado, seja em uma nova contratação ou promoção, ou ainda privado ao acesso à treinamentos e cursos. A discriminação não é permitida e a empresa deve sempre oferecer suporte e estar atento às denúncias ou reclamações perante tais práticas. (OLIVEIRA; OLIVEIRA; PINTO, 2008)

E ainda as práticas disciplinares como punições e coerções de ordem física ou mental em qualquer nível, que também não são permitidas. (CUNHA, 2013). Somente serão permitidas práticas disciplinares gradativas como advertências de forma verbal ou escrita. Estes procedimentos disciplinares devem ser claros e de conhecimento de todos os envolvidos.

A SA 8000 como primeira norma implantada atua de forma a administrar, certificar e acompanhar questões do ambiente de trabalho e mesmo com surgimento de outras certificações, ela se mantém eficaz pois apoia-se nas principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante os padrões dos direitos trabalhistas.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a normativa SA 8000 além de garantir os direitos dos trabalhadores, atua também como uma ferramenta para garantir qualidade, competitividade e credibilidade à empresa. Além de contribuir com benefícios para os funcionários, gerando melhoria de produtividade, demonstrando boas práticas e fomentando a cultura de melhoria contínua do ambiente organizacional.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Mónica; FERREIRA, Marisa Roriz; LIMA, Vanda. Responsabilidade social corporativa: conceito, instrumentos de gestão e normas. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 6, n. 2, p. 161-172, 4 nov. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.6008/spc2179-684x.2015.002.0011. Acesso em: 17 set. 2022

CUNHA, Mario Sergio. **Ética empresarial na prática liderança, gestão e responsabilidade corporativa**. [*S. l.*]: Editora Intersaberes. 188 p. jan. 2013. ISBN 9788559722932.

OLIVEIRA, Leonel Gois Lima; OLIVEIRA, Marcelle Colares; PINTO, Francisco Roberto. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: ESTUDO COMPARATIVO DAS NORMAS SOCIAIS. Revista Alcance – Eletrônica, [*S. l.*], v. 15, n. 02, p. 169 – 189, 1 maio 2008



GONÇALVES, José – Acadêmico 1
RIBEIRO, Maria – Acadêmico 2
jvrgoncalves@minha.fag.edu.br
mesribeiro@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Pedagogia
Orientador: ARBOLEYA, Valdinei
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

A IMPORTÂNCIA DOS VÍNCULOS NA INFÂNCIA SEGUNDO CATHERINE L'ECUYER

INTRODUÇÃO

Sabe-se que durante os primeiros anos de vida a criação de um laço afetivo é uma peça fundamental para um bom desenvolvimento infantil. Por isso, com base na autora Catherine L'Ecuyer, será abordado neste estudo como as relações que a criança estabece com seu pai, mãe, cuidador ou professor incentivam e instigam os pequenos a desbravarem o mundo desconhecido em busca de consolidar em si o conhecimento.

DESENVOLVIMENTO

L'Ecuyer traz como um de seus argumentos o fato de que a Academia Americana de Pediatria, em 2011, recomendava que "as crianças pequenas aprendem com as interações com humanos, não com telas." (L'ECUYER, 2018, p. 46). Ou seja, os especialistas em pediatria , fazem esta recomendação importantíssima para o início da vida, pois também eles veem a necessidade das relações, a precisão intrínseca das conexões de modo a ser ainda mais significativa e proveitosa para a infância, para a formação daquele pequeno ser em constante evolução.



Figura 1: Pinterest

Por isso, deve-se proporcionar à criança a criação de vínculos desde a mais tenra idade pois essa é uma necessidade: "durante os primeiros anos de desenvolvimento, os padrões de interação entre criança e cuidador são mais importantes do que um excesso de estimulação sensorial. A investigação sobre a vinculação sugere que a interação interpessoal colaborativa, e não a estimulação sensorial excessiva, é a chave para um desenvolvimento saudável." (apud, L'ECUYER, 2018, p.40)

Vemos então que há uma maior necessidade de o cuidador estabelecer um vínculo íntimo e pessoal, a fim de propiciar o desenvolvimento que é preciso e recomendado para essa faixa-etária, proporcionando um desenvolvimento saudável.

L'Ecuyer (2018, p. 102) revela que "com experiências interpessoais, familiares, culturais e espirituais positivas lançamos as raízes que nos permitirão, mas à frente, resistir aos ventos fortes, porque consolidam a nossa consciência de identidade própria." Em outras palavras, favorece o desenvolvimento da maturidade e de pessoas que, diante dos desafios da vida conseguirão enfrentar as difíceis situações que encontrarão em sua existência, seres humanos resilientes, obstinados.

CONCLUSÃO

Portanto é possível entender que muito mais que dar inúmeros estímulos, sejam eles sensoriais, ou digitais, faz-se necessário dar as crianças à oportunidade de estabelecer vínculos. Primeiramente, com os cuidadores, sejam eles pais, mães ou professores, para que possam consolidar em si mesmos a sua própria identidade e observar no outro como viver e se portar diante das realidades, pois quantas vezes não nos é possível observar que as crianças repetem e imitam tudo exatamente da forma como aqueles com os quais ela possui este vínculo, ou que possuem como exemplo a ser seguido.

REFERÊNCIAS

L'ECUYER, C. **Educar na realidade.** São Paulo: Fons Sapientiae, 2018.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

OLIVEIRA, Emi – Acadêmico 1
NUNES, Débora – Acadêmico 2
djnunes@minha.fag.edu.br
ekoliveira@minha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de Publicidade e Propaganda
Orientador: NAKAMURA, Dulce Alves
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

ESTUDO DE MEDIAÇÃO E RECEPÇÃO A PARTIR DA ANÁLISE DE DUAS VERSÕES DA NOVELA CARROSSEL

INTRODUÇÃO

Carrossel é uma novela infantil, onde a primeira versão foi escrita por Abel Santacruz e exibida nos anos de 1991 a 1992, depois foi reformulada por Íris Abravanel e exibida nos anos de 2012 e 2013. Uma trama que aborda o cotidiano de algumas crianças e seus desafios dentro e fora do âmbito escolar, sendo sempre auxiliados por sua nova e amada professora, Helena Fernandes. No presente trabalho foi feita uma comparação entre as duas versões da novela, buscando demonstrar a diferença na recepção entre duas gerações com diferentes cotidianidades familiares, temporalidade social e competência cultural, essas são três hipóteses de mediações que alteram a forma como os receptores recebem os conteúdos dos meios (BARBERO, 1987, apud RIBEIRO e TUZZO, 2010).

DESENVOLVIMENTO

Foram selecionados dois objetos de pesquisa para o estudo: a fala e o figurino dos personagens. Isso se deu pelo fato de ambos permitirem um estudo de recepção da novela. De acordo com Alves (2014, p.70) “o figurino das personagens também comunica os jogos simbólicos e acaba por reforçar suas características de personalidade”.

Na análise das duas versões da novela, as roupas condizem com que está no imaginário coletivo dos receptores, mesmo sendo fiel a primeira versão a reprodução da novela precisou adaptar o figurino para os receptores se sentirem representados, essa diferença de vestimenta pode ser percebido na figura 1 e 2.



Figura 1: Carrossel de 1991 e 1992
Fonte: TV Jornal (2022)



Figura 2: Carrossel de 2012 e 2013
Fonte: Notícias da TV (2022)

Além disso, por ter se passado no anos 90, a fala dos personagens traz uma linguagem mais rebuscada, porém, com termos mais pejorativos. Diferente da versão mais atual, na qual os produtores foram cautelosos com as falas dos personagens, para trazer impacto com o que era retratado, sem ofender o telespectador. Segundo RIBEIRO e TUZZO (2010, p. 6), “a maioria dos enredos no melodrama carrega muito do que somos e do que queremos nos tornar, por isso a essência desse gênero é o reconhecimento”.

Portanto, essa análise demonstra que o receptor é um agente ativo na comunicação, como defendia Barbero (1997). Segundo esse autor, o receptor é um produtor e não apenas um decodificador da mensagem passada pelo emissor. Os telespectadores de ambas as gerações da novela entenderam a narrativa e a construíram de acordo com a bagagem cultural e o ambiente familiar que se encontravam na época, fato que corresponde com o que Barbero acreditava como mediações que alteram a recepção.

CONCLUSÃO

Dessa forma, foi possível perceber como a mediação e recepção estão presentes em todas as áreas da vida, até mesmo em uma novela infantil. Também ficou perceptível a importância de entender os receptores e o papel fundamental que eles têm na comunicação, já que participam de maneira ativa na construção da narrativa. Consequentemente a comunicação é resultado de trocas entre o emissor e receptor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Raquel da Silva, et al. **Infância, gênero e consumo na telenovela Carrossel**. 2014.

BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações**. Barcelona: Ufrj, 1997. 356 p.

RIBEIRO, Luiza Carla; TUZZO, Simone Antoniaci. Jesus Martín Barbero e seus estudos de mediação na telenovela. Comunicação & Informação, 2013, 16.2: 39-49.



XVIII ENCITEC 2022
ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA FAG TOLEDO

SCHMITT, Marcela– Acadêmico 1
SALADINI, Thais – Acadêmico 2
mkschmitt@minha.fag.edu.br
tlsaladini@minhha.fag.edu.br
Acadêmicos do Curso de ADM/CC
Orientador: AMARAL, Edna H. S.
Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

PARA QUÊ E ONDE A ANÁLISE ESTATÍSTICA DE DADOS PODE SER USADA EM UMA EMPRESA?

INTRODUÇÃO

Quando se analisa uma empresa nas suas cinco principais áreas: finanças, logística, produção, marketing e recursos humanos, observa-se que tudo pode ser medido diretamente ou indiretamente por métodos estatísticos. Como exemplo disso, temos que nas finanças, produção e logística são feitas análises que apontam valores específicos e estes influenciam diretamente a empresa, já nas áreas de marketing e recursos humanos esses dados não são tão precisos. Segundo Crespo (2009), a estatística fornece métodos para coleta, análise, interpretação de dados e uso dos mesmos para a tomada de decisões, o que facilita o planejamento da empresa e os rumos que ela deve ou não tomar. Em cada área citada observa-se um enorme potencial de melhorias e desenvolvimento que podem ser reorganizados, realinhados a partir de dados estatísticos. Ao se utilizar dos resultados de cada uma das áreas, como indicadores de decisão, tem-se inúmeras possibilidades para solução de problemas. O objetivo desse estudo é discutir como a estatística pode ser utilizada dentro das empresas na perspectiva de fazer escolhas mais assertivas. Para tanto utilizou-se de revisão de literatura, através de estudo exploratório.

DESENVOLVIMENTO

Atualmente as empresas privadas formam a base da economia mundial. Esta economia exige dos administradores destas empresas, tomadas de decisão assertivas, para a organização e estratégia empresarial. Uma empresa, precisa, muitas vezes, de um direcionamento efetivo em relação aos seus objetivos de curto, médio e longo prazo, para que tenha um planejamento que se sobressaia à concorrência e continue no mercado. Neste caso quando as informações são precisas, há a possibilidade de identificar padrões de comportamento do negócio que vão auxiliar no cumprimento desses objetivos.

> As informações é algo de extrema importância para as empresas, e saber coletar e analisar a maior variedade de dados estatisticamente se torna um diferencial para obter uma gestão de sucesso. Na qual a utilização da ferramenta estatística é capaz de produzir um método de gestão, pois funciona como uma base sólida em relação na tomada de decisões e nas conclusões apresentadas. (SANTOS et al., 2016, *apud* PIACENTINI et al, 2020, p.8).

Estas informações auxiliam na solução de problemas, o que é imprescindível para qualquer empresa e como ela deve ser feita de maneira consciente. Estas decisões ficam mais fáceis de serem tomadas se forem baseadas em informações confiáveis que diminuam as chances de erro e que ajudem a otimizar ações. De acordo com Crespo (2009), pode-se estabelecer metas e objetivos de uma empresa através do uso da estatística, por meio da sondagem, coleta de dados e avaliação de opiniões.

> A aplicabilidade da estatística dentro da empresa gera um incentivo a reação de maneira inteligente sucedidos no quadro corporativo, sucedendo então uma reflexão, análise, e questionamento sobre as informações coletadas (PIACENTI, 2020, p.10).

O uso do método estatístico direciona melhorias de produtos e serviços de cada um dos pilares da empresa: finanças, logística, produção, marketing e recursos humanos, uma vez que as habilidades comportamentais ligadas a cada departamento serão direcionadas para o bem comum da empresa, extraindo o máximo e elevando os números estratégicos para que as ferramentas estatísticas permitam que o administrador escolha somente apresentação de resultados eficientes.

CONCLUSÃO

Com a gama de crescimento de dados tecnológicos e comportamentais que uma empresa recebe diariamente, há uma necessidade eminente de cada vez mais criar critérios exigentes para suas análises. A estatística incentiva e influencia os gestores a ter reações de maneira inteligente e eficaz em relação às informações e dados disponíveis, para que desta forma tenha uma reflexão antes da tomada de decisão (SANTOS, 2016), ou seja, os dados estatísticos necessários para uma equipe são de suma importância para que o administrador consiga com segurança, ter as resoluções corretas e assertivas. A organização e comunicação de dados dentro de uma empresa é fundamental para seu planejamento estratégico e para o processo decisório. Portanto, a estatística faz parte da área de estudo de pesquisa e oferece ferramentas para identificar problemas através de seus resultados e procura solucioná-los, fundamentando a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

PIACENTI, et al. A importância da estatística para a administração empresarial. Revista FAROL – Rolim de Moura – RO, v. 9, n. 9, p. 9-15, jan./2020
https://fia.com.br/blog/gestao-de-dados/
https://www.trinityrs.com.br/bi/2017/09/29/analise-estatistica-de-dados-por-que-sua-empresa-precisa-se-preocupar-com-isso/
http://rogeriopetrinialmeida.blogspot.com/2010/12/o-uso-da-estatistica-pelas-empresas.html